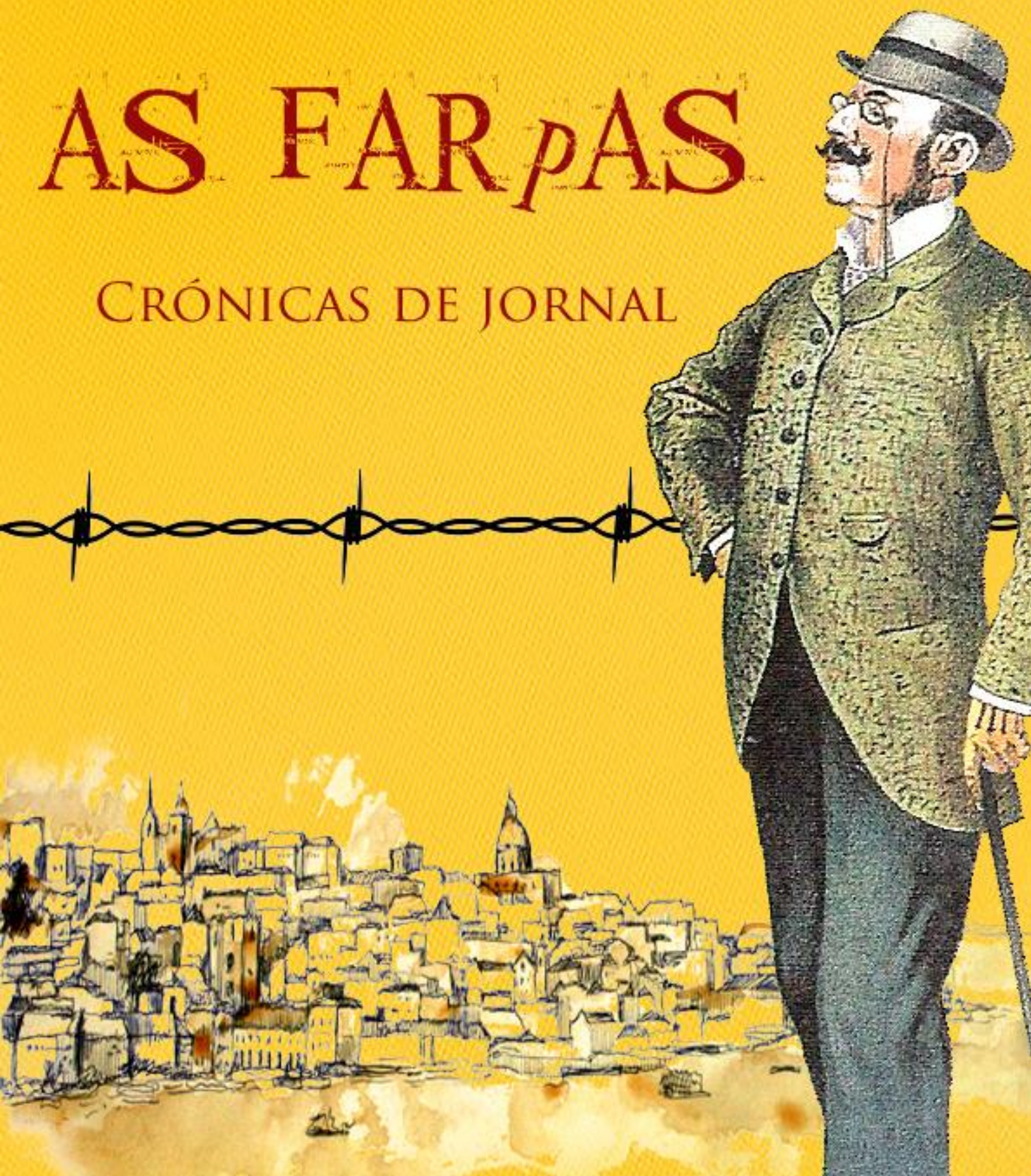
RAMALHO ORTIGÃO

AS FARPAS

Crónicas de jornal

AS FARPAS

RAMALHO ORTIGÃO

Esta obra respeita as regras do

Novo Acordo Ortográfico

BREVE NOTA SOBRE A OBRA

"As Farpas", nome metafórico, dado com o sentido e intenção de "espicaçar a sociedade", foram edições mensais, publicadas entre 1871 e 1882, numa revista fundada por Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, quando tinham, respetivamente, 35 e 26 anos.

Foram iniciadas pelos no mesmo ano em que se realizou as chamadas "Conferências do Casino", em 1871, nas quais um grupo de jovens escritores e intelectuais apresentaram o seu manifesto com pretensões de revolucionar a literatura e a sociedade cultural portuguesa da época, com base nas filosofias realistas e naturalistas do escritor francês, Gustave Flaubert. Foi a censura imposta, pelas autoridades, ás conferências, enquanto esta decorriam, que motivou, em grande parte, o lançamento dessas publicações pelos dois jovens escritores.

Decerto inspiradas nas "Les Guêpes" (As Ferroadas), do francês Alphonse Karr, "As Farpas" – sublinhadas com a legenda "O País e a Sociedade Portuguesa" - constituem um painel jornalístico da sociedade de Portugal nos finais do século XVIII, com artigos altamente críticos e irónicos a satirizar, com muito humor à mistura, múltiplos sectores da sociedade da época – da política á religião, dos costumes e hábitos, à mentalidade vigente.

"As Farpas" constituem pois um marco na literatura e na evolução cultural do país uma vez que se impuseram como um novo e inovador conceito de fazer jornalismo - o jornalismo de ideias, de crítica social e cultural – que hoje é corrente.

Eça de Queirós, por razões profissionais em que teria de se ausentar do país, tomou a decisão de abandonar o projeto ao fim de um ano quando assumiu o cargo de embaixador em Cuba, alegando não ter condições de observar o quotidiano português para o poder analisar e criticar mensalmente. Ramalho Ortigão continuaria sozinho este trabalho jornalístico até 1882.

Em 1887 Ramalho decide publicar, em livro, grande parte dos seus folhetins. Assim entre 1887 e 1890 são publicados, em 11 volumes, e repartidos por temas, As Farpas de Ramalho Ortigão, tornando-se assim, também, na primeira obra literária feita a partir da condensação de artigos jornalísticos, previamente publicados em jornal ou revista - algo que hoje também é comum.

Ramalho Ortigão exortou posteriormente Eça de Queirós a fazer o mesmo e os seus artigos foram publicados, em 1890, num livro intitulado "Uma Campanha Alegre".

PRIMEIRA PARTE

ENTRE MINHO E DOURO

CAPÍTULO I

NAS MARGENS DO LIMA

Setembro, 1885.

Quem nunca veio a Viana, quem não atravessou a linda ponte do caminho-de-ferro, entre o aterro de S. Bento e a risonha aldeia de Darque, tão célebre outrora pelas suas faianças pombalinas; quem não percorreu a estrada litoral até Caminha, através das povoações de Âncora, da Areosa e de Afife; quem não transitou a pé pelos caminhos de uma e da outra margem do rio, por Meadela e Santa Marta, até o pontilhão do Portuzelo rodeado de casais, de moinhos de vento e de rochas em que escachoa a água, límpida e desnevada, através da qual se veem trepidar e reluzir as trutas; quem não foi e não veio, pela direita e pela esquerda da ribeira, de Viana a Ponte do Lima e de Ponte do Lima a Viana; quem durante alguns dias não viveu e não passeou nesta ridente e amorável região privilegiada das éclogas e das pastorais, não conhece de Portugal a porção de céu e de solo mais vibrantemente viva e alegre, mais luminosa e mais cantante.

Nesta quadra do ano principalmente, na ocasião das colheitas, quando as ceifeiras, de mangas arregaçadas, atravessam os campos, carregadas de feixes de canas maduras; quando o milho começa a alourar as eiras, e ao longo das planícies ou por detrás dos outeiros, nos pontos onde alvejam casas ou muros

de quintas, se ouve a cantiga das esfolhadas, o aspeto do campo ainda virente, inundado de luz, tem o que quer que seja de uma apoteose bucólica, de um idílio rural, por entre cujas estrofes o rio alastra mansamente a pacificação da água.

A natureza parece uma larga festa em toda a bacia do Lima, fechada ao sul pelo biombo de montanhas que começa de leste em Lindoso, na fronteira espanhola, e termina a oeste em Faro de Anha, sobre o porto de Viana.

Dentro de toda esta zona não há grandes proprietários, não há gente muito rica, e não há miséria.

Muitas casas pequenas. Nem uma só casa em ruínas, como na Beira, como no Douro.

Ao longo das estradas, ou nos arruamentos contorcidos das pequenas aldeias, a tenda com a caixa do correio à porta, os bambolins de velas de sebo pendentes do teto, cintilações amarelas, azuis e brancas de louça vidrada numa prateleira ao fundo, as pequenas tabernas com os pães moles e enfarinhados e pegados uns aos outros em cima do balcão, na padieira das portas, suspensa de um braço de ferro, a tabuleta azul — Bom vinho e comer, o ferrador, o tamanqueiro, o peneireiro, o cesteiro, o bombeiro, a tecedeira, a botica, tudo tem um ar alegre, de camisa lavada, barba feita, carnação sadia, brunida ao sol.

Por detrás do cancelo do quinteiro, no mato fofo das enchidas, por baixo da ramada, ao lado das mais humildes cabanas, vê-se a porca ruça esfoçando a

estrumeira, o galo branco cacarejando satisfeito, empoleirado na padiola, na escada de mão encostada à parede do cortelho ou no caniço do carro; e o podengo amarelo, de orelha bicuda, ladra da porta de casa ou de cima do muro, mostrando a quem chega os dentes anavalhados e o grande rabo em ponto de interjeição.

Não há adega, não há despensa, não há fogão de cozinha. A panela preta de barro de Prado ferve solitária sob o testo no pequeno lar enfumarado, à fogueira de cepas e de agulhas de pinheiro, entre os dois escabelos de castanho. Mas há broa em todos os balaios à porta do forno, há toucinho ou há unto, pelo menos, em todas as salgadeiras, há azeitonas no cântaro da salmoeira, há um ovo para pôr a cada galinha choca, uma braçada de erva para cada boi, uma côdea para cada cão, uma rasa de milho para cada fornada, uma estriga para cada roca, uma leira para cada enxada.

A propriedade brasileira, pintada de amarelo, com dois cães de faiança no portão e as maçanetas de vidro nas varandas, puxa aqui mais raramente pelos olhos do que nos subúrbios do Porto, de Braga e de Famalicão.

O brasileiro do vale do Lima é, em geral, um pequeno brasileiro, tão pequeno que quase não passa de um rapaz que foi ao Brasil. A beleza da terra, a graça modesta dos costumes, a simplicidade da vida, exercem aqui, mais do que em outra qualquer parte, esse magnetismo nostálgico que leva o emigrado a repatriar-se o mais depressa que pode. Desde que ganhou com que comprar o

campo que tem de olho, com que levantar um andar à choupana paterna, com que meter mais duas vacas no eido, e com que custear o luxo de um garrano para vir de tilbury à feira da Agonia e de um mingacho para pescar no rio, o emigrado de Entre Minho e Lima regressa modestamente, em segunda classe da Royal Mail, ao ninho natal.

Daqui, um tranquilizador equilíbrio económico, administrativo e moral: a vida barata e o voto barato. Não vale a pena para os homens de negociar em eleições com os regedores, e vale a pena para as raparigas de continuarem a fiar, a tecer, a fazer renda e a fazer manteiga, porque não há namorados com posses para lhes darem dados os brincos e os cordões de ouro.

Em compensação, é excessivamente moderado o número de cães de louça, dos campanários novos, dos relógios de torre e dos comendadores da Conceição.

As igrejas matrizes conservam o seu primitivo ar antigo, sombrio e musgoso, numa humidade de claustro ou de azenha.

É um bom tipo do género a pequena igreja velha das Almas, à entrada de Viana pelo lado de Meadela. Rodeia-a um pequeno adro, em que a erva sobe ao último degrau do cruzeiro da Via Sacra. A sombra de seis altos e esguios ciprestes marca a hora no chão, como no mostrador de um relógio de sol, e no teto do templo, apainelado em madeira de castanho, uma pintura moderna, recente produto da arte constitucional do último quartel do nosso século,

representa um ótimo burguês de Viana, diretor talvez do Banco Agrícola e Industrial, no acto de subir ao Céu, dando vivas à Carta e à Junta da Paróquia.

Mais para o interior do campo deixa de grassar a pintura moderna nos monumentos religiosos.

Os tetos das pequenas igrejas esverdinham-se de musgo; as andorinhas fazem ninho nos relevos arquitetónicos junto do postigo gradeado do coro; crescem os tortulhos na base do madeiramento dos altares; um Bom Jesus, ingenuamente carpinteirado, parece dormir tranquilo, grato à simplicidade encantadora deste culto, satisfeito de uma felicidade vegetal nas suas cinco chagas, as quais — lembrado talvez da sua anterior existência de laranjeira — ele toma antes por alporques do que por lançadas, tendo mais vontade de dar folha e fruto aos bons viventes do que de lhes pedir fel do alto da sua cruz de talha, entre os palmitos murchos da última festa do orago! E, por fora da torre estreita e quadrada, a corda do sino, pendente do gancho da porta, oscila, solta no espaço à viração dos campos, como fazendo batuta de regente ao compassado ondular das messes.

Os abades têm as batinas velhas, os cabeções um pouco pingados de rapé e os sapatos cambadas pelas longas caminhadas às codornizes; mas são geralmente gordos, saudáveis e nédios. Os enfezados e os magrizelas são vítimas de antigas enfermidades heterodoxas, contraídas no tempo de minoristas quando estudantes nos seminários de Braga ou de Lamego, não jamais porque os

definhe como curas de almas a esterilidade dos passais ou a magreza dos pés de altar.

Alguns destes pastores espirituais são particularmente interessantes.

Numa freguesia deste bispado o pároco, desejando desviar os rapazes seus fregueses do vício funesto do jogo, conseguiu fazer representar o drama salutar intitulado Trinta Anos ou a Vida de Um Jogador por uma companhia de curiosos analfabetos, que ele mesmo ensaiou, ensinando-lhes os papéis de ouvido, como lhes ensinara a cartilha. Na representação uma das personagens da peça, a dama, leu de fio a pavio uma carta que recebia em cena, e leu-a bem, no meio dos aplausos gerais do público. Somente, por um infernal descuido, o jovem rapaz das vacas, incumbido do interessante papel da heroína a quem era endereçada a epístola, esqueceu-se de a abrir, e foi através do sobrescrito lacrado que leu com ardor, vibrante de comoção trágica, a longa narrativa do fatal caso!

Um outro, com luzes da língua francesa e espírito aberto ao modernismo, começou a prática de uma dominga quaresmal dirigindo-se aos fiéis da sua pequena paróquia rural nos seguintes termos de dentista de almas:

— Madamas e monsiús.

Esta erudita amenidade de boulevardeiro produziu sobre o pêlo de todas as ovelhas presentes uma satisfação enorme.

De resto, o meu amigo Guerra Junqueiro — o qual enquanto não fizer da sua casa um poema, que eu espero, fez já um poema da casa que habita em Viana — tinha razão ao dizer-me que esta é a terra da promissão para os artistas e para os abades: a paisagem do Lima deslumbra e engorda.

Uma coisa inteiramente especial e digna de estudo é o aspeto das numerosas diligências, breaks e chars-à-bancs, que circulam sobre estas estradas, desde os Arcos e desde Ponte de Lima até Viana.

Dois pequenos garranos, quando não é um só, puxam por cima do macadame faiscante de sol as mais fantásticas carradas de gente e de objetos que a imaginação pode conceber. Dentro do veículo senta-se a primeira camada de passageiros nas bancadas. Depois de todos os lugares ocupados estreitissimamente, à cunha, o veículo considera-se completamente vazio, e mete-se-lhe a segunda camada de passageiros, colocada exatamente em cima da primeira. Feita esta operação começa o interior do carro a achar-se quase cheio, mas não cheio de todo, porque entre o teto, os joelhos e os bustos dos passageiros da segunda camada nota-se ainda um espaço oblongo a toda a extensão da berlinda, desde a portinhola do fundo até o vidro da frente. Preenchido este espaço com um passageiro estendido ao comprido, passa-se a ocupar os bancos da imperial e o tejadilho.

Fora, em vez de irem empilhados como no interior, os passageiros são ensanduichados metodicamente com as bagagens e com as mercadorias, pela

ordem seguinte: camada de mercadorias, primeira camada de passageiros, primeira camada de bagagens, segunda camada de passageiros, segunda camada de bagagens; e em cima de tudo isto, o penso para os garranos, os merendeiros e os varapaus dos passageiros e, no ar, a um lado, seguro da almofada pela cinta, seguro do guarda-lama pelas pernas, o cocheiro levado a braços pelos viajores.

Para quem olha de longe, a carruagem desaparece completamente sob a enorme massa viva, e não se vê mais que um enorme e inverosímil cacho de gente agarrada uma à outra por um engaço misterioso, bamboleando ao sol, oscilando da direita para a esquerda e da esquerda para a direita, e prosseguindo lentamente, levado por duas formigas.

Chegados ao termo da viagem, na praça mais espaçosa da povoação, os garranos param, a carruagem esvazia-se, e a praça enche-se.

Examinei atentamente o cocheiro de um desses veículos, e segui os seus movimentos desde que baixou do espaço até que o deixaram a sós com a parelha e com a carrimónia nua.

Principiou por tirar de uma algibeira lateral da sua quinzena de pano cor de mel um vasto lenço de algodão encarnado, estendeu-o metodicamente sobre as duas mãos abertas e nele estorcegou o nariz estrepitante, aliviando assim as fossas nasais das sucessivas pitadas introduzidas pela obsequiosidade dos senhores passageiros, pois, no apertão da pinha dos viajantes, formada na

imperial do trem, ele não pudera em trânsito pitadear-se por mão própria. Em seguida, com o lenço debaixo do braço, a caixa de prata em punho, numa compostura pacata, de magistrado ou de clérigo, olhou de todos os lados para a carruagem, para a parelha, pareceu satisfeito com este exame atento mas perfunctório, e desengatou os garranos suados, cobertos de pó, que seguiram atrás dele para a grande cavalariça ao lado da estalagem.

De suíça e óculos fixos, além da quinzena cor de mel ele trajava calça de brim, colete de ganga, chapéu de palha e chinelos.

Sou informado de que este cocheiro é na sua terra um farmacêutico estimado. A sua posição social, os seus bens de fortuna, a sua importância científica, levam-no a ter dois cavalicoques e um break para passear aos domingos com a família. Como, porém, a farmácia nem sempre tem que fazer, nem que ganhar, quando as receitas escasseiam e os almofarizes descansam, ele põe os garranos ao trem e abotoa-se, como farmacopola, com os lucros eventuais de alquilador.

Essas crises de estagnação terapêutica repetem-se com frequência. Como o fez notar Danton, onde a vida é simples as doenças não são complicadas. No Minho não há ainda hoje mais do que quatro ou cinco enfermidades: queixa de peito, malina, espinhela caída, ramo de estupor, hemorroidal e catarreia. Antigas purgas de jalapa, de ruibarbo, de sene e maná, purgas grossas, espessas, de confiança, tomadas às tigelas, pez de Borgonha para o peito ou

para o espinhaço, ipecacuanha como vomitivo, cáusticos, cataplasmas de mostarda para chamar abaixo os humores, enxofre para as fogagens da pele, bichas para o hemorroidal e para as contusões por cargas de pau, água de vegeto para os simples galos e para os golpes, constituem toda a farmacopeia local.

De sorte que os boticários têm tempo para tudo: leem as folhas, frequentam a bisca do pároco e o voltarete do doutor delegado, ajudam à decoração do templo nas grandes funções e, além de cocheiros de ocasião, como aquele que conheci, são ainda frequentemente regedores de paróquia, passarinheiros, explicadores de francês, criadores de galináceos. E há-os que na festa grande do orago da freguesia, obrigada a fogo preso, a arraial no adro com doceiras de melindres, carros de melancias, frituras de pescada, vinho ao torno, e música de capela à missa cantada, vão para o coro com um papel de solfa em rolo, como os demais chantres, e atiram-se ao garganteio dos motetos, em voz de tiple, como danados.

Outros proprietários e cocheiros de chars-à-bancs são alfaiates, são armadores, são madeireiros.

E esta acumulação de funções, constituindo uma almotolia orçamental de pequenos réditos, é uma das feições mais características da população minhota.

A cidadezinha de Viana é a capital condigna desta região.

O viajante é agradavelmente surpreendido, logo ao chegar, pelo aspeto da gare, uma das maiores e a mais bela do País. Esta construção, dirigida por um jovem engenheiro do Porto, reúne a uma perfeita elegância de linhas gerais e a uma harmonia de proporções a mais esmerada mão-de-obra, o mais fino acabamento de todos os detalhes. O granito empregado é o mais belo que se pode ver, e o modo como ele se acha trabalhado desafia toda a comparação. Uma única impressão amarga paira sobre o espírito dos viajantes ao encontrarem-se dentro deste vasto edifício. Acomete-os naturalmente o desgosto de serem tão poucos para tanta casa. E à noite, no silêncio que se sucede à partida do trem em que viemos, há uma tristeza saudosa em ouvir neste palácio de grande cidade o bucólico respiro noturno do campo e das aldeias: o cantar dos grilos toupeiros entre os milhos e o ladrar longínquo dos cães de quinta, como nos simples apeadeiros dos pequenos círculos rurais ao longo da via férrea minhota.

Pela disposição das casas Viana consta de um grupo de habitações emassadas num pequeno âmbito, e do apenso excêntrico de uma longa rua. Vista do alto de uma das colinas adjacentes, a casaria de Viana oferece o aspeto de um grande papagaio de papel branco caído no chão, entre os campos, à beira do rio.

Vista por dentro, a cidade é encantadora de modéstia, de simplicidade, de silêncio e de asseio.

A grande abundância de granito explorado nos arredores permite calçar todas as ruas com grandes pedras indestrutíveis, dando ao pavimento uma superfície lisa como a de um muro de cantaria.

Não há trams(*), não há botequins, não há cartazes nas esquinas, não há realejos nem músicos ambulantes, não há lixo, não há moscas, e não se vê polícia.

[(*)os elétricos. Os primeiros andavam sob carris mas eram puxados a cavalo]

A praça principal, destinada por D. Manuel, que a edificou, para as festas públicas, tem um lindo ar de Renascença, com o seu grande chafariz e a sua fachada histórica do palácio da Misericórdia.

Por várias partes, nas velhas ruas estreitas e contorcidas da antiga vila, belos arcos de portas e de janelas, ou pequenos motivos truncados de decoração arquitetónica, nesse interessante estilo meio gótico meio muçulmano ou mourisco, que caracteriza a nossa arquitetura chamada manuelina.

Finalmente, muitos conventos, entre os quais o de Santa Cruz, onde viveu e morreu o arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires, e o de S. Domingos, que ele mesmo edificou e em que está sepultado.

Secou e emudeceu nestas casas o antigo correr de água que tão docemente embalava o recolhimento e o estudo monástico, cantando nas fontes do dormitório, entre as murtas da cerca, na arcaria do claustro, nas bicas do refeitório e da sacristia. E ao longo dos corredores abobados e sonoros perdeu-se o eco das sandálias da comunidade à hora canónica das rezas.

Há, porém, não sei que vago perfume de arte nestas solidões austeras, em que parece palpitar ainda o génio literário dos historiadores e dos cronistas, o que quer que seja de melancolia devota da prosa de Frei Luís de Sousa, cujo misticismo clássico converte a humildade fradesca numa espécie de privilégio aristocrático de grandes espíritos enfadados do mundo, respondendo provocadoramente pelo culto literário da mais fina arte beata aos grosseiros pedantismos da ciência e aos ruidosos triunfos sociais da vasta imbecilidade humana.

Esta espécie de malária claustral, de que o abandono e a secularização não desinfetaram ainda completamente o recinto dos conventos, ataca facilmente os escritores modernos mais ou menos combalidos de nevrose, e raro será o artista um pouco fatigado que num destes mosteiros de Viana, tão pitorescamente situados à vista calmante do rio, tão silenciosamente recolhidos e tão bem lavados de ar e de luz, não tenha vontade de exclamar como Bartolomeu dos Mártires, ao voltar do arcebispado de Braga e do primaciato das Espanhas para a sua humilde cela de frade raso de Santa Cruz: *Hae requies in saecula saeculi, hic habitabo quoniam elege eam.*

O jardim público junto do cais, à beira da água, é certamente o mais bem situado do País. Faltam-lhe apenas algumas grandes árvores para ser inteiramente delicioso como todo o passeio daí até o enorme campo da Senhora da Agonia, sobre a foz do Lima.

O porto perdeu toda a importância dos antigos tempos com a decadência geral do nosso comércio marítimo, que os antigos forais protegiam declaradamente, que os régios alvarás do século passado procuravam ainda manter por meio das mais rasgadas afirmações da liberdade, alma do comércio sempre digno de maior favor, como ainda se dizia nos instrumentos oficiais de 1758 a 1778, mas que os governos modernos deixaram cair em completo descaso, apesar do último grito levantado em favor dos grandes interesses comerciais da Nação pelo honrado José Ferreira Borges, o eloquente propugnador da organização territorial do trabalho e da livre troca.

Do movimento das caravelas do tempo do famoso corsário Pêro Galego e do mareante João Álvares Fagundes, cujas armas estiveram por algum tempo sobre a porta do castelo, e que foi o descobridor e o senhor do banco da Terra Nova para as pescas do bacalhau; do largo trato marítimo do século XVI, quando a nobreza de Viana, fazendo exceção à do resto do País, imitava os burgueses venezianos e genoveses no exercício do comércio, nada mais resta hoje do que alguns vestígios arqueológicos da antiga confraria dos mareantes de Viana.

Reduzida presentemente ao seu pequeno comércio de consumo interior, Viana é uma cidade morta para a labutação mercantil. Daí, pelo lado estético, uma boa parte do seu encanto de terra de vilegiatura e de prazer.

Um estabelecimento de banhos, um casino, um grande hotel e alguns cottages mobilados para alugar, sobre a praia, na margem esquerda do rio, e esta seria decerto uma das mais bonitas estações balneares de toda a Europa.

A gente é afável, hospitaleira, carinhosa e a mais pacífica do mundo. Um bacharel meu amigo, que exerceu aqui, durante um ano, o lugar de substituto do delegado do Ministério Público, contou-me que no ano em que ele serviu se não fizeram audiências porque não houve crimes na comarca.

«É o povo de Viana — diz Frei Luís de Sousa na Vida do Arcebispo — dotado de um particular zelo do bem da sua república: e no que toca ao comum, ainda que uns com outros andem desavindos, logo são unidos e conformes: e onde sentem ser necessário sabem não perdoar diligência, nem trabalho, nem despesa.» A seguir, por meio de uma frase bem feita, o biógrafo do arcebispo dá a entender que os de Viana são desconfiados: Acautelam-se, diz ele, sem o darem a entender.

Enquanto a desconfiados, devem sê-lo os Vianenses, como todos os Minhotos. E esse o defeito característico que mais os distingue dos seus vizinhos Trasmontanos. Quem bate a uma porta no Minho tem a certeza de ouvir, noventa vezes sobre cem, as seguintes perguntas: — Quem está aí?...

Quem é o senhor?... Quem procura?... Que lhe quer?... Quem bate a uma porta em Trás-os-Montes tem iguais probabilidades de ouvir uma única resposta: Entre quem é. O minhoto é humilde, resignado, sofredor; por isso, é timorato e precavido. O trasmontano é resistente e arrebatado; por isso, é aberto e decisivo. Cada um tem os defeitos das suas virtudes e as boas qualidades dos seus defeitos.

Desconfiados, portanto, os de Viana, é natural. Desavindos entre si, não. Dizem-me que não há terra de menos intriga do que esta, e facilmente o creio perante a leitura dos seus periódicos, nos quais, durante oito dias consecutivos que eu aqui os li, se não descompôs ninguém!

Acabam de construir um lindo teatro, e têm uma assembleia recreativa, que é um dos mais extraordinários exemplos que se podem invocar em favor das vantagens da associação nas condições económicas da existência. Nas salas desta benemérita sociedade joga-se o bilhar, o voltarete e o whist, há um gabinete de leitura, com todos os jornais do País, o Gil Blas e o Figaro, e toma-se todas as noites, das nove para as dez horas, chá preto ou verde acompanhado de biscoutos, e servido por criados em toilette. Por tudo isto pagam os sócios um vintém por dia! A sociedade tem em caixa um fundo de economias na importância de 2000$000 réis.

Além desta assembleia, existe em Viana um centro de arte: é a botica do comendador Reis, estabelecida na praça principal da cidade. A esposa deste

farmacêutico é artista insigne em bordados de toda a espécie e na confeção de flores artificiais, não só de cera, de papel e de pano, mas de toda a matéria-prima, aparas de madeira, conchas, escamas, etc., pelo que tem tido menções honrosas em todos os certames artísticos e exposições de indústria celebradas no Porto, em Guimarães e em Braga.

O comendador não exerce senão acidentalmente as nobres artes, mas protege-as em todas as suas manifestações. Tem sido por vezes presidente da Associação dos Artistas de Viana, e os seus discursos nas assembleias gerais dessa corporação, se não vivem ainda na memória dos homens, vivem na do autor, a quem os ouvi repetir com particular estimação e apreço.

Tudo pelas artes — é a sua divisa fora da esfera farmacológica. Emília das Neves e Taborda, a quem prestou relevantes e desinteressados serviços por ocasião da passagem desses artistas por Viana, deixaram-lhe recordações entusiásticas, em que ele não mexe sem um abalo profundo. Para com os literatos habilidosos — ele próprio mo disse e não o esquecerei nunca — tem um fraco especial, e o maior gosto da sua vida, segundo as suas textuais palavras, seria trazê-los pendurados ao pescoço. A mim não me honrou com essa prova de agrado, nem eu a merecia —já porque me faltam talentos, já porque peso muito —, mas ofereceu-me em lembrança da minha modesta passagem pela sua histórica botica um cacho de uvas artificiais, obra da sua invenção, por ele manipulada nos ócios da ciência que profissionalmente cultiva. Entendi que a melhor maneira de me mostrar agradado e agradecido a

esta dádiva era começar por comê-la. Ele, porém, recusou-se modestamente a aceitar este testemunho de admiração, que tão grato foi a Apeles quando dado pelos pardais, e advertiu-me com razões plausíveis de que seria imprudente fazer das suas uvas qualquer outro uso que não fosse exclusivamente o uso externo.

O grande hotel da cidade é excelente. num vasto palácio do século passado, com os seus eirados ajardinados, os seus alegretes de azulejos, o seu quintal de horta e pomar dominado por um castanheiro enorme, com ruas de murta, e grandes muros verdes do veludo dos musgos e da vegetação minhota das candeias e dos choupilos, revestido de hortênsias e de roseiras por baixo das ramadas, esta honrada hospedaria provincial, com vastas salas de grande pé direito e nobres janelas de varanda, tem mais o ar de um solar de hóspedes do que de uma dessas casas antipáticas, modelo consagrado do hotel moderno, retangular, com todos os quartos em fieira para a direita e para a esquerda, numa monotonia disciplinar de asilo, de quartel ou de cadeia.

Foi nesta hospedaria que por uma dessas incomparáveis manhãs do princípio do Outono no litoral do Minho, em que a luz ri por toda a amplidão do espaço, em que no vivo e hilariante azul do céu parece cantarem numa sinfonia de frescura os murmúrios da água juntamente com o perfume das violetas e com o pique das algas, que a morte de Eduardo de Lemos, um dos beneméritos fundadores do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, falecido no quarto contíguo ao meu, me foi anunciada pelos gritos

dilacerantes de uma senhora que caíra prostrada de desolação e de dor, abraçada à sua filha, num canapé do corredor em frente da minha porta.

Na tarde desse dia, o quarto mortuário fora convertido em câmara-ardente, e eu mudara do meu primitivo aposento para o extremo oposto da casa. Era um pequenino quarto remoto, sobre o quintal. A minha janela dava para a larga varanda de alpendre minhoto, em coluna de pedra, da qual se desce por uma escada descoberta para um pátio ligado ao jardim por uma cancela de pau pintada de vermelho, e coberta de rosas-de-toucar. Ao fundo, o castanheiro todo dourado pelo sol poente. Por cima da espessura verde-negra das laranjeiras rompiam em tons crus, de verde-salsa, os novos rebentos viçosos, túmidos de seiva. Vinha caindo a tarde. Triste, penetrado dessa vaga expressão de luto que a morte espalha misteriosamente por todos os aspetos das coisas, encostara-me à janela, quando tornei a ouvir — e não a ouvi mais depois disso — a voz da mesma senhora que de manhã caíra chorando no corredor. Tinham-na trazido um momento a respirar na varanda, ao ar livre. Então, como se ali, à luz do dia, em presença de todas as realidades da natureza, ela quisesse resolutamente penetrar em toda a verdade e inteiro convencimento de uma desgraça tão inesperada, tão imprevista, começou a dizer a si mesma, lentamente, espaçadamente, escutando-se como se o contasse a outro, ou como se outro lho contasse:

— O senhor Eduardo de Lemos morreu!. .. O senhor Eduardo de Lemos morreu!... Morreu o senhor Eduardo de Lemos!. ..

E depois de uma pausa, num paroxismo de choro:

— Oh! Meu bem!. .. Oh! Meu amado! ... Que te não torno a ver!

Arrosto com os preceitos da discrição para citar estas palavras tão Íntimas em homenagem a esse pobre morto, por muitos títulos ilustre, porque tenho a certeza de que nunca a mesquinha arte dos que mais o veneraram encontrará nem em prosa, nem em verso, nem em mármore, nem em bronze, nada mais eloquente, nada mais profundamente terno, nada mais tocantemente saudoso do que esse simples grito instintivo e supremo de um coração amante.

No dia seguinte levámos o finado ao pequeno cemitério de Santo António, no alto de uma colina sobranceira à cidade, envolto já no silêncio dos campos, todo plantado de velhos ciprestes e de túmulos brancos, sobre cujas urnas de mármore, onde a água das chuvas se represa, devem baixar confiadas na tranquilidade do sítio, a abeberar-se pela derradeira vez em terra para a travessia do oceano, as revoadas das andorinhas e das rolas, que emigram no Outono para as regiões do Sol. De lá se avista o vale, a ponta fronteira da terra da outra banda, a subida do Faro de Anha, e em baixo, entre a verdura tenra dos vimeiros, o espelho azul e tranquilo da água do Lima.

O rio que verás tão sossegado

Que te parecerá que se arrepende

De levar água doce ao mar salgado.

Poucos dias antes do da sua morte, Eduardo de Lemos, vindo passear ao cemitério de Santo António, achou que ele era um lugar bom para ficar. Foi também essa a impressão que eu de lá trouxe.

O mercado semanal em Viana celebra-se às sextas-feiras, num largo lanço de estrada macadamizada, à beira da água, ao pé do jardim. A feira é constituída por mulheres de todas as freguesias circunvizinhas, de aquém e de além-rio. Chegam de manhã, enfileiram-se ao lado umas das outras, em três ou quatro ordens de extensas alas paralelas, pousam no chão os cestos com as respetivas mercadorias, e vendem de pé à multidão que preenche os espaços intermediários de fila para fila, os ovos, a manteiga, o pano de linho, a sirguilha, as riscas, as rendas, todos os variados e curiosíssimos produtos das indústrias caseiras dos arredores. Não há uma barraca, nem um toldo, nem um guarda-sol aberto. O sol cai de chapa em cada figura, e a luz, intensíssima, verberada do límpido céu, refrangida pelo espelho do rio, inunda numa claridade triunfal, verdadeiramente gloriosa, esse vasto quadro deslumbrante.

As vestimentas das vendedoras, conservando aqui, excecionalmente, toda a pureza do costume tradicional, são as mais pitorescas, as mais graciosas, as mais variadas de cor e de linha, as mais felizmente achadas para fazer realçar a graça das formas, a ondulação dos movimentos, o mimo da expressão feminil.

As saias curtas, descobrindo a base piramidal da perna nua, são de pano carmesim ou de sirguilha, de uma infinita variedade de combinações de lã urdida em estopa, em linho e em algodão: brancas às listras pretas, castanhas ou azuis; cinzentas às riscas vermelhas, azuis, castanhas ou brancas, numa enorme diversidade de tons. Camisas de grosso linho alvíssimo, mangas largas, bordadas em apanhados bizantinos no alto do braço, bordadas em entremeios abertos no mesmo linho sobre os ombros, bordadas ainda a linha de cores, à russa, nos canhões chatos, muito justos ao pulso. Grandes colarinhos redondos, de renda ou de linho, com barra de folho ou barra de renda. O colete muito curto, redondo na cinta, levemente espartilhado, vermelho, cinzento ou preto, sempre guarnecido de uma larga barra de veludo preto lavrado no estilo de Utreque, ordinariamente pespontado numa espiguilha de ouro ou de prata. Os cós das saias são invariavelmente de linho branco, com meio palmo de largura, em pregas miudíssimas, presas aos debruns encarnados, pretos ou azuis. Os aventais estreitinhos e curtos, encabeçados em funéus de linho bordado a cores, são de sirguilha com soberbos bordados em ponto de tapete, nos mais ricos tons de escarlate e de azul-persa. Brincos largos de filigrana de ouro. Colares de contas de ouro liso. Algibeiras pendentes da cintura, a um lado, em ampla châtelaine de pano, com aplicações policromas guarnecidas de lantejoulas. Os lenços da cabeça, em toucado de diversas formas, já em grande laço como na Alsácia, fazendo diadema sobre os cabelos afastados ao meio, já achatados no alto da cabeça, à semelhança do

que usam as mulheres dos Apeninos, já envolvendo o rolo da trança sobre a nuca e caindo em duas pontas entre as espáduas, são ordinariamente vermelhos, de um magnífico vermelho ardente, de púrpura, cor da flor dos catos.

Aponto à pressa, em notação de resumo telegráfico alguns tipos que se destacam aos meus olhos com mais particular relevo.

Uma velha. Sessenta a setenta anos. Rija e direita. Saia muito curta, cinzenta, com barra escarlate, altos tamancos, pernas secas e vermelhas, de perdiz. O lenço em desenhos persas, azul, verde e amarelo, prendendo a trança. Cabelo espesso, crespo, grisalho-claro, caindo na testa e formando suíças de cada lado do rosto. Grandes olhos pretos, nariz grego, dentes magníficos. Arrecadas de filigrana. Colar de grandes contas de ouro polido. Jaqueta curta, desabotoada, de pano azul-escuro com botões amarelos, mangas muito justas, gola inteira e redonda. Longo colarinho de folhos, fechado em bofe no peito. Vende leite.

Jovem viúva, tecedeira em Cardielos, Vende pano. Morena, olhos castanhos, boca fina. Cabelo louro em bandós lisos. Lenço de seda preta, atado em laço à alsaciana no alto da cabeça. Saia de linho branco em riscas de lã preta e barra preta. Camisa bordada a branco. Colete de pano preto, abotoado no peito com quatro botões de ouro liso dispostos em quadrado. Grande colarinho redondo cercado de renda engomada. Arrecadas e colar de ouro.

Outra tecedeira. Rapariga de Santa Marta. Busto cheio, solidamente modelado; cinta fina, cabelo louro anelado, olhos azuis, nariz levemente arrebitado, boquinha gorda. Colete azul bordado a vermelho e a ouro. Saia azul com listras e barra encarnadas. Camisa de folhos no peito e nos ombros. Algibeira vermelha com lantejoulas de ouro. Grande laço de algodão vermelho, em prato sobre a testa, contra o sol. O seu aspeto lembra uma festival fogueira do S. João, ardendo em pleno dia. Quando ri, nos dentes brancos e pequenos, toda ela parece crepitar num polvilhamento de luz, como um estilhaço de sol. Dir-se-ia que a sua juvenil e saudável figura rebenta do chão como uma planta em flor, e que ela saiu, assim vestida e penteada, com o seu cabaz à cabeça, da alegria da terra, como um grito de júbilo.

Outra, da Meadela. Vinte e cinco anos. Alta, delicada, de uma palidez quente, dourada ao sol. Olhos pretos, ensombrados por enormes pestanas. Grossos sobrolhos. Nariz reto. Uma penugem fina, de pêssego maduro, nas fontes e no beiço arqueado em flecha. Vestida de cinzento e azul. Gorgerette de rendas. Vende pano de linho, mas parece que o dá de presente, a tal ponto é senhoril a sua atitude artística, de Frineia vestida, pousando na feira de Viana como no areópago de Atenas, direita, a cabeça alta, as duas mãos na cinta, esbelta como uma ânfora modelada em Paros por Praxíteles para levar de beber a Alcibíades.

Prezo-me de ter visto mulheres e de ter reparado nelas em alguns dos sítios onde mais famosas se tornaram as legendas da formosura. Vi-as celebradas

pela arte nas melhores telas de Leonardo da Vinci, de Rafael e de Ticiano, de Velázquez e de Murillo, de Van Dyck e de Rubens, de Rembrandt, de Metsu e de Ary Scheffer, de Greuse, de Watteau e de Latour, de Reynolds e de Thomaz Lawrence. Vi-as nos próprios lugares onde vivem ainda as conterrâneas dos grandes tipos consagrados pela arte: em Hyde Park e em St. James Park, nos Champs Elysées e no Luxembourg; nas Delícias e no Prado; nas Galerias St. Hubert e no Bosque de Haya, no Square Brougham em Cannes e no Passeio dos Ingleses em Nice, no Trinkhalle de Bade, no Kursaal de Wiesbaden e no Palmengarten de Franckfurt; na terra de Espronceda, na terra de Byron, na terra de Musset, na terra de Goethe, em todas as velhas cidades flamengas, e nessa nevoenta e misteriosa Frísia, onde as raparigas, de um mimo sagrado e impoluto como o das flores do gelo, se diz descenderem das antigas sereias do mar do Norte.

Pois bem! Eu acho-me hoje na obrigação de declarar que nunca, em parte alguma, vi mulheres mais bonitas do que algumas das que encontrei a vender na feira de Viana.

Impressionado por este fenómeno, procurei explicá-lo, e cheguei a esta conclusão: a mulher do campo de Viana é a mais bonita de Portugal simplesmente pela razão de que é, entre as mulheres portuguesas, a mais bem educada.

Esta questão é importante pelo seu lado pedagógico e pelo seu lado estético.

A mulher feia — e quando digo feia não somente me refiro à mulher de nariz torpe e de boca vilã, mas igualmente à mulher mal vestida e mal penteada —, a mulher plenamente feia é uma calamidade social. Ela é a desonra da sua raça, o eterno ridículo do seu marido, a tristeza dos seus irmãos, a humilhação dos seus pais.

Assim como a grande maioria dos crimes e a grande maioria das enfermidades, a fealdade é um produto do meio biológico e do meio social.

Em todo o caso de fealdade perfeitamente definida a sociedade tem uma parte de responsabilidade pelo modo como para determinar esse facto mórbido ela atuou sobre os modificadores físicos, químicos e biológicos que em cada país, em cada nação e em cada família envolvem por todos os lados o indivíduo, tanto no corpo como na alma, e, para assim dizer, enformam como num molde fatal o desenvolvimento da personalidade.

A ação da sociedade na fealdade das pessoas exerce-se pela parte que a sociedade tem na plantação das florestas, no regulamento do curso dos rios, na secação dos pântanos, no serviço das águas, nos sistemas de construção, nos métodos de limpeza pública, no regime da alimentação geral, e — finalmente — na orientação dos costumes.

Exemplifiquemos, porque esta exposição, assim resumida, pode parecer confusa.

A mulher de Lisboa — não temo dizê-lo, porque isto se acha referido por quantos viajantes têm visitado esta cidade — é das mais feias da Europa.

Vejamos porquê:

A mulher de Lisboa é feia pela persistência de influências que, atuando consecutivamente sobre os indivíduos, acabaram por determinar uma feição na raça, e essas influências são:

1.° — Enquanto aos agentes cósmicos, a falta de árvores, que amenizem o clima, suavizando a ação patogénica dos ventos ásperos e secos e da luz excessivamente crua, verberada das águas da baía e das montanhas escalvadas e saibrosas sobre o tegumento exterior dos habitantes, sobre as propriedades da pele e sobre o funcionamento dos músculos faciais. Na maior parte dos dias de céu descoberto em Lisboa ninguém se chega a uma janela nem sai à rua senão de óculos azuis ou de cara franzida e arrepanhada por todos os músculos, a fim de evitar o choque direto da luz sobre a retina. Neste meio físico as fatalidades da luta pela existência obrigam a opor à oftalmia uma visagem que em breve se torna habitual, pervertendo e deformando a expressão natural das fisionomias. Isto pelo que respeita à luz. Pela sua parte, a áspera secura de todos os ventos de norte e leste produz o cieiro e decompõe a pele;

2.° — Enquanto aos agentes físicos e químicos, a insuficiência e a carestia da água, a sombria tristeza dos saguões na maioria dos prédios, a infeção das pias,

ordinariamente situadas na própria cozinha das habitações, a escassez dos squares, dos parques e dos jardins, a raridade das flores ornamentais e das fontes decorativas, e finalmente a alimentação insuficiente e má. O defeito da alimentação dá a dispepsia. A falta de jardins e de parques, com a falta de flores e com a falta de fontes, atrofia os ossos das crianças por insuficiência de nutrição mineral, e leva indiretamente aos hábitos de desleixo e de porcaria;

3. ° — Enquanto aos agentes sociológicos, a falta de institutos de educação física, a falta de museus e de galerias de arte, a falta de ensino estético, o pelintrismo literário e poético, o mau gosto dos monumentos e dos edifícios públicos, as estátuas reles, os prédios estúpidos.

Conhece-se a teoria das sugestões, por meio da qual se explica a ação dos aspetos exteriores das coisas nos fenómenos mentais, nos estados do espírito, e, por consequência, nas expressões fisionómicas. Nas cidades artísticas, como, por exemplo, em Paris, é fácil constatar que a exterioridade das coisas faz uma atmosfera espiritualizante que torna mais ou menos interessantes todas as figuras. Pelo contrário, nas cidades inestéticas há um ambiente de vulgaridade geral que achata, esfuma, apaga, apalerma tudo. .

No campo de Viana a verdura da vegetação suaviza a luz; e a água doce do rio, serpentado e lento, poetiza a natureza como nas regiões dos lagos.

Não há influências sociais deletérias do gosto como nas vitrinas de algumas lojas do Porto e de Lisboa, onde, sob o pretexto de exposições de arte

decorativa, se amontoa em estatuetas de porcelana, em falsos bronzes, em falsos charões, em oleografias, em flores de papel, em paisagens de cortiça e de miolo de sabugueiro, em cães de lã com olhos de vidro, em toiletes miseravelmente pretensiosas e em móveis baratos de uma luxuosidade grotesca, quanto a fancaria moderna tem produzido de mais cavilosamente ordinário, de mais catita, de mais flagrantemente pífio.

Não se vê em cada dia, a cada hora, a cada canto, um desses mil chapéus idiotas que nas cidades sem educação de arte invadem a cada estação do ano os domínios da patologia da moda, coroando penteados absurdos de senhoras por meio de fantásticas composições de pelúcia, de cetim ou de veludo afetando com os mais enfáticos desenvolvimentos as formas de tomates, de assobios, de talhadas de melancia, de tubos de chaminé ou de pratadas de lampreias de ovos.

Não se ouvem pianos encanzinadamente matraqueados por inocentes donzelas, imoladas pelo seus pais ao minotauro musical vulgarmente conhecido pelo nome de Método de Carpentier, pobres meninas troca-teclas, de orelhas inacessíveis a todo o sentimento da afinação e do compasso, com dedos igualmente refratários à agilidade da técnica e à vibratilidade do talento.

Não há tão-pouco o formalismo de sociedade — outro agente de decomposição fisionómica — obrigando a pautar artificialmente, por via de sucessivas desarticulações, os gestos faciais do sorriso, do desdém, da

afabilidade, do júbilo, da modéstia, da consternação, da sagacidade, da melancolia. Veja-se o que sucede a qualquer de nós ao encontrarmo-nos com uma senhora que conhecemos: põe-se um dos sorrisos da variada coleção que possuímos para este efeito, divididos por categorias de intensidade segundo as pessoas a quem os conferimos, desde o número I até ao número 20, e tira-se concomitantemente o chapéu. Feitas as despedidas, depois da troca de cumprimentos recíprocos, torna a gente a pôr o chapéu, e com frequência sucede esquecer-se de recolher conjuntamente o sorriso desabrochado, vendo-se neste caso indivíduos que por alguns momentos continuam a descer a rua sozinhos com a mesma cara especial que um pouco antes tinham armado para ocorrer à contracena da conversa. É preciso ter olhado para uma criatura, durante esses fugitivos instantes de transição entre a expressão do que ela quis parecer e a expressão do que ela realmente é, para obter toda a medida da toleima que pode expressar uma fisionomia.

A mulher do campo não está sujeita a nenhuma dessas influências deprimentes da normalidade da expressão no rosto humano.

Além disso, no campo de Viana a educação geral das mulheres corresponde, pelos elementos estéticos que dela decorrem, pelas faculdades que desenvolve e pelos hábitos que determina, a uma verdadeira escola de beleza.

A aldeã do distrito de Viana é, por via de regra, tecedeira. É preciso não se confundir o que no Minho se chama tecedeira com o que geralmente se

entende por teceloa. A tecedeira de Viana não se emprega numa fábrica nem tem propriamente uma oficina. Sabe simplesmente tecer como a menina de Lisboa sabe fazer crochet; e junto da janela engrinaldada por um pé de videira o seu pequenino tear caseiro, como o da casta Penélope, tem o aspeto decorativo de um puro atributo familiar, como um cavalete de pintura ou um órgão de pedais no recanto de um salão. A tecedeira trabalha mais para si do que para os outros nesse velho tear herdado e transmitido de geração em geração, e não tece servilmente e automaticamente, como nas fábricas, sobre um padrão imposto pelo mestre da oficina, mas livremente, como artista, ao solto capricho da sua fantasia e do seu gosto, combinando as cores segundo os retalhos de lã de que dispõe, contrastando os tons e variando os desenhos ao seu arbítrio. Tecer em tais condições é educar a vista e o gosto para a seleção das formas num exercício infinitamente mais útil que o de todas as prendas de mãos com que nos colégios se atrofia a inteligência e se perverte a imaginação das meninas de estimação, ensinando-lhes ao mesmo tempo como se abastarda o trabalho e como se desonra a arte.

Além de tecedeira, toda a rapariga de Viana é também fiandeira, sabe cardar, sabe espadelar, e ela mesma se ocupa, com uma notável variedade de conhecimentos e de aptidões, de todos os processos porque passa a lã e o linho desde a tosquia do carneiro e desde a ceifa do linhal até à confeção completa da sua linda saia e da sua admirável camisa. Sabe ainda manejar os bilros e fazer as rendas, e sobra-lhe tempo de todas estas ocupações tão

variadas e tão completas para deitar galinhas e para fabricar manteiga tão fina como a da Normandia.

Não é rara a rapariga que na feira de Viana vende simultaneamente todos estes produtos da sua indústria: as galinhas, os ovos, a manteiga, o pano de linho, o pano de lã, a sirguilha, os bordados e a renda. Além do que, está dos pés à cabeça ricamente vestida pelo trabalho que ela só executou desde a primeira manipulação das substâncias primas tomadas à matéria bruta até o último ponto da costura e a última malha da renda. De duas ovelhas, de uma leira de terra e de um punhado de semente ela extrai, pela sua aptidão e pelo seu talento, todo o enxoval do seu noivado e todo o bragal da sua família. Extrai ainda alguma coisa mais preciosa que tudo isso, e é o respeito dos outros e a dignidade de si mesma.

Toda a espécie de trabalho determina o desenvolvimento de uma faculdade correspondente e de uma virtude correlativa. Das ocupações habituais da mulher das margens do Lima procede a cultura das qualidades que a educação mais deve desenvolver no espírito e no carácter da mulher. Da multiplicidade das aptidões aplicadas a tarefas diferentes resulta a necessidade de uma justa divisão do tempo por um espírito de reflexão e de ordem. O movimento do tear contrabalança para a coordenação ginástica dos músculos o movimento dos bilros. A aplicação do desenho e das cores aos tecidos e aos bordados cria o sentimento estético, exerce a vista e desenvolve a atenção, a paciência, a contenção intelectual, a perseverança do espírito, a pacificação dos nervos. A

variedade no trabalho, repartido por obras tão diversas como aquelas em que se emprega a mulher de Viana, aligeira o cansaço, corrige a preguiça do cérebro, mantém a alegria com a frescura da vontade, obsta aos enervados desfalecimentos e ao tenebroso desânimo que a inação provoca, e livra de empalidecer indo ao luar colher o zimbro ou a erva maliana, e de parar pelas devesas na volta da feira a interrogar os cucos: — Cuco da ramalheira, quantos anos me dás de solteira?

O trabalho das rendas basta, por ele só, para criar os hábitos de simetrização, de alinho, de asseio e de esmero, que necessariamente se comunicam da nitidez da operária a tudo que a rodeia — os seus vestidos, a sua casa.

O marido minhoto, por mais boçal e mais grosseiro que seja, tem pela mulher assim produtiva um respeito de subalterno para superior, e não a explora tão rudemente aqui como em outras regiões onde a fêmea do campónio se embrutece de espírito e proporcionalmente se desforma de corpo acompanhando o homem na lavra, na sacha e na escava, acarretando o estrume, rachando a lenha, matando o porco, pegando à saga dos bois ou à rabiça do arado, e fazendo zoar o mangual nas eiras, sob o sol a pino, à malha ciclópica da espiga saburra.

À beira da água ou nas colinas virentes que ladeiam o rio, campeiam alguns antigos solares. De entre os maciços dos castanhais, aqui e ali, sobressai um muro torreado, alguns dentes escanceadas de ameia, a cúpula bizantina de uma

obscura capela; e com os nomes das quintas coincidem os de algumas famílias nobres como as dos Bretiandos, dos Almadas, dos Pamplonas, dos Pintos Correias, dos Pereiras da Cunha e dos Limas, viscondes da Cerveira e marqueses de Ponte do Lima.

Na Aguieira, uma ruína árabe; e em Cardielos, a torre de Moure com a sua lenda de D. Sapo filiada na tradição da marketa e no direito feudal do eniambage.

Conta-se que o cavaleiro Florentim Barreto, primeiro senhor de Cardielos, merecera a alcunha de D. Sapo, que deu o nome à terra, pela ávida e torpe lascívia com que exigia das noivas dos seus súbditos as primícias prime noctis. Os de Cardielos, indignados por este duro monopólio na cobrança nupcial das flores de laranjeira, usaram, em legítima defesa da insídia, da metáfora, requerendo licença do rei para matar um sapo que pelas suas incontinências poluía e sevandijava os palmitos das donzelas na noite das bodas. Ao que o rei anuiu, por não saber que era do seu vassalo Florentim Barreto que tratava a petição. D. Sapo foi morto afrontosamente e empalado como um bicho asqueroso. O rei teve ao sabê-lo uma consternação profunda. Por onde os povos vieram no conhecimento histórico de que também não devia ser má peça o tal rei ...

Enfim, se não houvesse mal que agourar de ninguém escusava também a gente de trazer consigo uma figa, de pregar na porta uma ferradura velha de besta muar, e de suspender do teto um chavelho de carneiro!

Em Ponte do Lima, a ponte que deu o nome à vila é um dos mais antigos monumentos do seu género em Portugal. Assenta em vinte e quatro arcos, dos quais dezasseis em ogiva.

Foi reconstruída primeiramente por D. Pedro I, talvez sobre a ponte romana da época da via militar de Braga a Astorga, e depois por D. Manuel. Era entestada por duas belas torres, uma do lado de Arcozelo, outra do lado da vila, a que dava entrada por uma porta ogival. As guardas da ponte, assim como as duas torres, eram guarnecidas de ameias.

Com essa forma se conservou este curioso monumento até 1834. Depois, com o regime liberal, veio uma vereação que mandou arrasar as duas torres; e outra vereação, não querendo ficar atrás da primeira, mandou serrar as ameias que coroavam as guardas! O cinto de muralhas, com as suas cinco portas, as suas torres e as suas barbacãs, com que D. Pedro I fortificou a vila reedificada no século XIV, não caiu também inteiramente de per si, foram ainda as vereações municipais que sucessivamente se encarregaram de o fazer desaparecer.

O poder central, na sua alta e suprema indiferença pelos mais estúpidos atentados de que são objeto os monumentos mais veneráveis da arte e da

história nacional, aprovou a uma por uma todas as marradas de preto-capoeira com que à municipalidade de Ponte do Lima aprouve derribar e destruir os mais belos vestígios arquitetónicos da gloriosa história da antiga vila e o próprio sentido heráldico das suas armas, nas quais em escudo de prata figura uma ponte entre duas torres.

Um dos raros edifícios históricos que ainda aqui se conservam de pé é o palácio dos antigos alcaides-mores, viscondes de Vila Nova de Cerveira desde Afonso V, mais tarde marqueses de Ponte do Lima, e primeira das famílias portuguesas cujo morgado teve o título de visconde.

Este palácio, edificado junto de uma das portas roqueiras da vila, que daí se chamou porta do paço dos viscondes, é uma linda construção do século XVI. A fachada, de uma leve e elegante curva reentrante, ladeada de duas torres quadradas, rendilhadas de ameias, consta de uma soberba porta e duas amplas janelas de lavores manuelinos. Depois da morte do último marquês de Ponte do Lima — característico tipo de velho fidalgo português, que os amigos do conde de Castelo Melhor se lembrarão como eu de ter visto presidir aos seus jantares mais cerimoniosos invariavelmente embrulhado num gabão de briche — vendeu-se o paço dos viscondes a um alfaiate da localidade. Este artífice, impelido por um arrojado impulso profissional, começou a usufruir a legítima posse do monumento deitando-lhe uns fundilhos. Assim foi que o atual senhor do histórico palácio dos alcaides-mores de Ponte do Lima me proporcionou a fantástica surpresa de ver aberta ao meio de cada uma das

suas duas torres de estratégia feudal, inteiriças, fendidas de seteiras e coroadas de ameias góticas, uma grande janela de sacada, no mais chato e mais barato estilo de mestre-de-obras contemporâneas, com a sua caixilharia feita à máquina e a sua competente varanda de ferro fundido pintada de verde!

Estou certo de que este alfaiate é de há muito vereador na sua terra, mas parece-me coerente que o façam também deputado. É bom apropinquá-lo o mais possível dos sete que tais que lá estão no governo a acabar de matar a aranha simbólica da nossa tradição artística.

CAPÍTULO II

AS ALDEIAS MINHOTAS

Janeiro, 1885.

No Porto, greve dos carreiras, e tentativa de revolta contra a medida municipal que eleva de 120 a 200 réis o imposto da entrada de cada carro dentro das barreiras da cidade.

No Porto não há, como em Lisboa, uma corporação de carroceiros. Os transportes de mercadorias são feitos em carros de lavoura, puxados por bois, que os pequenos cultivadores dos arredores trazem à cidade, em busca de um lucro suplementar à mesquinha indústria da terra. Este motim coloca-nos em presença de uma classe que desde a Maria da Fonte até hoje não volto a fazer falar de si, e que todavia me parece merecer a atenção, não direi da política, a qual se não importa com essas coisas, mas da crónica.

Nada menos estudado e mais digno de estudo do que uma aldeia minhota depois das reformas administrativas e judiciais com que os governos liberais têm sucessivamente brindado este povo, para o fim de o tornar cada vez mais rico, mais próspero e mais jucundo.

Tão sábias medidas deram em resultado que, no ano do nascimento de Cristo a que somos chegados, na aldeia do Minho cessou inteiramente de haver administração e de haver justiça.

Polícia rural não existe. O chamado cabo de polícia é um pequeno agricultor como qualquer outro, que passa a vida a cavar, e não lhe chega o tempo para guardar o que é seu, quanto mais para vigiar o que é dos estranhos.

O regedor, nomeado única e exclusivamente para fazer as eleições de modo que a autoridade triunfe seja porque meio for, é, segundo as exigências do seu cargo, o homem mais enredador, o mais valentão e o mais barulhento do sítio.

O juiz ordinário habita na cabeça do julgado, assim como o juiz de direito na cabeça da comarca, e nenhum desses altos funcionários se desaloja facilmente para vir por montes e vales apanhar um tifo com as solheiras do Verão ou um pleuris com as chuvas e as lamas do Inverno, para fazer justiça em lugares inóspitos habitados por gente humilde, e invariavelmente designados entre magistrados das vilas e das cidades pelo nome de povoações de selvagens.

Foi irreparável para o exercício da justiça nas aldeias a falta do velho e amigável juiz eleito, tão cruelmente maltratado nas farsas e nos entremezes do tempo do Romantismo, e suprimido da lei há doze anos por um governo que provavelmente o não conhecia senão do Teatro do Ginásio, onde o referido cargo era em geral da atribuição cómica do ator Taborda.

Quando além do regedor se cria na aldeia um homem que endinheira e que tem pulso, esse homem converte-se num mandão, e exerce uma autoridade tão arbitrária e tão absoluta como a dos antigos capitães-mores.

Num lugar perto do Porto, um desses figurões, de profissão moleiro, apanhou uma mulher em furto flagrante de uma pequena porção de farinha; estendeu-a em cima da mó, e aplicou-lho com um fueiro uma tão desalmada sova que a mulher caiu exânime no caminho de casa, precisamente à porta do regedor, que a recolheu por caridade.

Estava moribunda e foi sacramentada no dia seguinte. Um amigo meu mandou tratá-la pelo seu médico durante quinze dias, ao cabo dos quais foi transportada ao hospital do Porto, sobre um colchão, num carro de bois, e lá esteve em curativo meses. Esta mulher nunca disse quem lhe bateu, para não ir para a costa de África por ladra. O regedor não procedeu contra o moleiro, porque lhe devia moeda e meia, e além disso precisava dele para as eleições, porque o moleiro tinha metade dos votos da freguesia fechados na mão. Do bárbaro espancamento dessa desgraça, que ficou arrasada de saúde e impossibilitada de continuar a trabalhar durante o resto da sua vida, não resultou mais nada senão este caso benéfico para as instituições: que o moleiro levou a sua gente a votar com o regedor, e o Governo triunfou por unanimidade nesta freguesia pelas eleições imediatas.

Ao pé de Guimarães há um taberneiro que fabrica em cada ano duas pipas de vinho. Com essas duas pipas taberneia, baldroca e aquartilha seis, e com isso mantém o seu giro de comércio e alimenta a sua família durante o ano todo. Este taberneiro não possui uma única cepa e nunca de memória de homem comprou um cacho de uvas. Tem um giro vindimo para si, tem mais tantos giros vindimos quantas são as pessoas da sua família; e, quando Deus Nosso Senhor amadurece as uvas, ele, previdente e exato como uma força supranumerária da sábia natureza, furta-as com a mesma regularidade perfeita e iniludível com que a videira as dá.

Um proprietário meu conhecido, de uma aldeia do distrito de Braga, fez há oito anos uma grande plantação de damasqueiros, que têm produzido largamente, mas dos quais ele ainda não conseguiu provar um único fruto. Também em compensação nunca teve tão-pouco o trabalho de os colher. São os vizinhos que invariavelmente se encarregam de toda essa maçada.

Nas aldeias, onde, em vez de um único mandão, há dois, o que é frequente, a população divide-se em dois bandos: o bando A e o bando B. Quando alguém do bando A faz uma morte, A livra-o. Quando a morte é feita por alguém do outro bando, quem o livra é B.

Que faz o Estado com relação à segurança e aos interesses das aldeias, cuja população cobre a maior parte do território continental português?

A grande verdade é que o Estado não faz coisa alguma.

O Governo central abandonou totalmente a aldeia, confiando-a à Junta de Paróquia, à Câmara Municipal e à Junta Geral do Distrito. Essas três bombas aspirantes da substância pecuniária do contribuinte não deixam coalhar-lhe dois vinténs no bolso.

Diz-se e repete-se todos os dias que o proprietário do Norte do País paga pouco. A isto respondia o meu amigo conde de Margaride, num a reunião de deputados em Lisboa, que, se quisessem dar-lhe pelos seus bens uma soma equivalente ao juro de dez vezes o que ele paga de imposto, imediatamente ele cederia por venda ao autor dessa proposta todos os avultados bens que possui no distrito de Braga. Ora os pequenos proprietários estão coletados em muito mais altas proporções do que os grandes.

A propriedade minhota não está somente muito dividida por numerosos possuidores, está ainda — e é esse um dos seus caracteres mais especiais — miudamente retalhada com relação à casa de cada um. Os bens de cada proprietário constam de uma porção mais ou menos numerosa de glebas dispersas: uma leira separada das leiras circunvizinhas pelos pequenos carvalhos encavalados pelas uveiras, ou por meio de um simples rego enquadrado no meio da agra coletiva com um caminho comum; mais longe outra leira; aqui a terra seca; além o lameiro; acolá a bouça, o chão de pinhal ou o souto de castanheiros. A rega nas agras faz-se pelo tradicional costume de torna em torna. A água vai correndo sucessivamente de campinho em campinho. Uma buzina dá o sinal para que cada consorte venha tomar o rego.

Quem não está à buzina perde a vez, e o rego de água passa adiante à leira do vizinho. Daí, frequentes conflitos que ou se resolvem ao varapau e à choupa, ou se submetem ao letrado e ficam sendo objeto judicial de litígio em infindáveis demandas.

Esta circunstância peculiar e característica de toda a lavoura do Minho, além de encarecer e dificultar consideravelmente o amanho das terras, submete o proprietário aos mais complicados trâmites nas suas relações com o fisco. Há lavrador de pequena casa, cujos bens se acham, todavia, dispersos sob a jurisdição de sei ou oito freguesias. São outras tantas juntas de paróquia, constantes de cinco membros eletivos cada uma, são outros tantos regedores, outros tantos escrivães e outros tantos párocos, macerando com as côngruas, com as contribuições diretas, com as derramas suplementares, um pobre homem que pela dispersão da sua propriedade pertence a oito freguesias, podendo por esse facto enterrar-se em todas elas, mas não podendo votar senão num a!

Em nenhuma outra região é o cultivador tão rotineiro, e em nenhuma outra talvez é a rotina da cultura mais empírica e mais rumosa.

A pequena dosagem dos princípios calcários, não só na constituição do solo como na da atmosfera, num a grande parte do Minho, influi na alimentação das plantas e na ossatura dos animais. Excetuando o boi barrosão, todo o animal minhoto, ainda que gordo, é pequeno — pequena a vaca, pequeno o

cavalo, o carneiro, o porco, o cão. Basta comparar o podengo do Minho com o Alentejo para ter a medida desta diferença.

No desenvolvimento das plantas, a insuficiência de calcário é compensada pela abundância das águas, peculiar de todos os países graníticos.

A água, que é, pois, a grande, a suprema riqueza minhota, determinando o alastramento da população rural, o fracionamento da propriedade e as formas rurais da pequena cultura, é, por inaptidão do habitante, perdida em grande parte e desgovernada sempre. As torrentes pluviais são absolutamente desprezadas, e não só não são devidamente captadas, quer para aumentar pela infiltração o débito das fontes, quer para a rega direta no tempo das estiagens, mas produzem ainda enormes prejuízos na economia da região pauperizando o solo pelo facto de levarem para os rios a camada mais pingue dos terrenos de encosta.

Outro elemento de primeira importância para a fertilidade das terras amanhadas é o mato dos chãos de bravio constituindo a bouça complementar de toda a propriedade rústica.

Essas glebas cobertas de sarças montesinas, cujas manchas de um tom verde-bronze tão particularmente caracterizam o pitoresco da campina minhota, constituem uma variedade de pastios que em certas épocas do ano podem substituir os prados, dão combustível aos lares, fornecem cama para os currais

e são parte preponderante das montureiras, contribuindo como adubo da terra para a nutrição das plantas com o ácido fosfórico e com o calcário.

O lavrador tem, não obstante, com relação ao aproveitamento do mato, a mesma falta de noções que o distinguem no aproveitamento da água.

A prestimosa boucinha é por ele desalmadamente roçada à enxada, em qualquer época do ano, segundo as necessidades da limpeza do estábulo, do chão do quinteiro ou da pilha do estrume, quando os mais rudimentares preceitos da cultura inteligente aconselhariam a não prejudicar as raízes os rebentos roçando o mato por maceração, à sachola, mas sim segando-o sistematicamente e no tempo próprio com a fouce roçadoura. Depois, no monturo desabrigado, o mato, exposto ao sol e à chuva, para o fim de ser esmagado sob as pegadas da gente e do gado antes de se empilhar com o que se retira fermentado das cortes, perde pela decomposição muito dos princípios nutritivos de que nativamente dispunha. Desperdício enorme!

Além do comércio do boi criado para a exportação, o agricultor cultiva milho e fabrica o vinho verde.

Acerca do estado destas diversas indústrias, escreve um distinto agrónomo, o Sr. J. da Mota Prego, as seguintes linhas, impressas na Revista de Guimarães, valiosa publicação da benemérita Sociedade Martins Sarmento:

«À falta de uma exportação que uniformize o valor dos produtos junta-se uma péssima agricultura, sem ciência, sem arte, sem economia. Faz dó percorrer as

campinas do Minho quando os trabalhos agrícolas são mais intensos: vê-se uma agricultura bárbara, em que só um terreno generoso pode pagar a ingratidão de um mau fabrico. Não se dão às terras as lavras prescritas pela ciência; os adubos são maus, porque as montureiras perderam ao tempo os princípios azotados que lhes davam a fertilidade, e são empregados em menor quantidade do que requer uma cultura intensiva; o afolhamento é ao acaso, ignorando-se que é da conveniente ordem das culturas que em grande parte depende a sua boa produção; os adubos minerais, aplicados como corretivos, são desconhecidos; as forragens gastam-se segundo a maior ou menor abundância, não se regularizando a sua administração, quer por meio da ensilagem, querendo-as dar em verde, quer regando-as nos tempos convenientes; e quantas vezes ao erro de uma ceifa intempestiva se soma o da lixívia pela chuva, que lhes rouba uma grande parte dos princípios nutritivos! As palhas ressentem-se da sua má conservação; descura-se a higiene dos gados, que vivem numa atmosfera onde o oxigénio falta e abundam os princípios tóxicos das fermentações; alimenta-se um animal para trabalho como para a engorda ou para a lactação: uma série de práticas insustentáveis, um geral esbanjamento agrícola, que arrasta os rendeiros à miséria! Cruel ignorância, que consome vidas e vidas a mourejar e a cavar a terra ingrata, e que deixa os cultivadores a mendigar no fim da vida o pão de cada dia.»

Sendo o vinho verde o mais importante dos produtos agrícolas da província, sendo perfeitamente adequado aos interesses da terra o sistema tradicional da

vinha alta ou vinha de enforcado, o agricultor minhoto não pode deixar amadurecer os cachos nas uveiras, e vindima em verde para que lhe não comam as uvas antes do tempo de as deitar ao lagar. Além desta imperfeição, inevitável pela falta de polícia, há — como fez notar o professor Lapa — consideráveis erros em curso nos métodos de podar a cepa e de tratar o mosto e o vinho, quer no lagar, quer na pipa.

A produção está naturalmente longe de atingir o que se devia esperar. O minhoto tira, em máximo, de cada hectare de terreno catorze hectolitros de milho e onze de trigo, enquanto em Inglaterra, por exemplo, se colhem sobre igual superfície de terreno quarenta hectolitros ou seja o tresdobro da produção portuguesa. Este défice procede principalmente da pobreza das adubações. Para que a cultura cerealífera atingisse no Minho condições remuneradoras, independentemente da proteção do Estado pelo imposto de importação sobre os cereais estrangeiros, seria preciso que houvesse prados onde se criassem gados que produzissem estrume.

A criação da vaca leiteira e a indústria dos lacticínios seriam a riqueza, a prosperidade e a abundância de toda a região de Entre Douro e Minho, cujos habitantes emigram hoje aos centenares por ano, expulsos da terra pela miséria e pela fome. num solo privilegiado com as melhores condições para a produção forraginosa, com proveito da tradicional cultura cerealífera, e um país que importa em cada ano seiscentos contos de queijo e de manteiga, não

há um único rendeiro minhoto que saiba cultivar um prado e alimentar uma vaca de leite!

Existe na Prússia, desde 1821, e tem-se consecutivamente dilatado por toda a Alemanha, uma lei chamada da reunião das parcelas territoriais. Em virtude desta lei, desde que um certo número de proprietários o solicite, uma comissão competente procede por via de trocas combinadas à reunião em torno da habitação de cada um dos diversos retalhos de terrena que ele possuía dispersos e encravados da propriedade dos outros. Os primeiros ensaios para a realização desta medida fizeram-se lentamente, através de enormes dificuldades. O governo prussiano persistiu com paciência e tenacidade. A prática removeu a pouco e pouco todos os estorvos que dificultavam a execução da lei, a ponto de que chega a exceder um milhão de hectares por ano a quantidade dos terrenos sobre que ela se aplicou. Deste remanuseamento da propriedade rural, feito quase sem despesa alguma, sem aumento de imposto ou de qualquer outro novo encargo para o proprietário, além de uma considerável vantagem geral proveniente do fácil saneamento dos tratos do solo insalubre, da abertura de novos caminhos, de uma considerável utilização de espaço ocupado por muros e por valados, de um mais lógico, mais equitativo e mais perfeito regime das águas de rega e de lima, etc., resultou, pela economia de trabalho e pelas facilidades de atenção e de vigilância no amanho da terra, um progresso de cultura e um aumento de

rendimento que, segundo as mais exatas estatísticas, se avalia em trinta a quarenta por cento.

Há, como esta, toda uma série de pequenas leis, de há muito sancionadas pela experiência e referendadas pela prática de países agrícolas como a Alemanha, a Suíça, a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, e tendo por objeto a remodelação da propriedade rural, a simplificação dos contratos que lhe são relativos, a organização do trabalho agrícola, a máxima riqueza da terra e o maior bem-estar do lavrador.

Com o estabelecimento de algumas escolas agrícolas, quatro ou cinco destas leis, humildemente estudadas, honradamente discutidas pelos homens técnicos e por aqueles a cujos interesses elas se dirigem, não no parlatório de S. Bento mas no próprio âmago do conflito local da região a que houvessem de ser aplicadas, dariam, sendo exata e rigorosamente postas em prática pelos poderes públicos, os resultados mais decisivos para a regeneração económica e social da povoação minhota, a qual no estado presente morreria de fome se lhe faltassem os suprimentos orçamentais dos emigrados no Brasil.

Ignoram os legisladores portugueses que existem semelhantes leis lá fora e tais misérias no seu país, ou entendem simplesmente que não foi para se ocuparem de uma tal ordem de estudos que o Governo os mandou propor pelos seus regedores aos eleitores que o votaram?

Não sei.

A instrução pública da aldeia é uma ficção verdadeiramente irrisória. O censo de 1878 demonstrou pela estatística da instrução elementar que, no distrito de Braga, de mil indivíduos são inteiramente analfabetos oitocentos e onze! No distrito de Viana o número de analfabetos é de setecentos e noventa e nove por mil. Deduza-se da escassa porção dos que sabem ler e escrever, ou apenas sabem ler, os habitantes das capitais dos distritos e dos concelhos, das cidades e das vilas, e não será difícil concluir a priori que em regra geral nas aldeias minhotas ninguém sabe ler. E essa é a verdade.

Em toda esta região eminentemente cultivadora não há uma só escola agrícola, nem um único posto agronómico!

O ensino técnico ambulante por meio de missões agrícolas seria, juntamente com os comícios rurais, o meio mais próprio para vulgarizar nestes lugares a ciência da cultura. Creio, porém, que desde a excursão do ilustre professor João Inácio Fereira Lapa, e do comício agrícola que por essa ocasião se instituiu em Braga, ninguém mais se ocupou desta forma de semear conhecimentos.

Alguns escritores da maior autoridade e da mais provada competência, à frente dos quais eu citarei pelos seus belos estudos de economia rural na região do Minho o Sr. Alberto Sampaio, têm esclarecido nos últimos tempos muitas questões importantíssimas para o interesse dos cultivadores. Mas

estamos aqui muito longe das aldeias suíças, onde não há família que não assine e que não leia uma, pelo menos, das revistas agrícolas do seu cantão.

As juntas de paróquia, que exercem um poder quase inteiramente discricionário e absoluto, são elas mesmas constituídas por indivíduos que em geral não sabem ler nem escrever, pois, segundo a lei, não fazem parte da junta paroquial nem o pároco, nem o mestre-escola, nem o regedor, os quais por via de regra são as únicas pessoas da freguesia mais ou menos superficialmente relacionadas com as primeiras letras.

As leis feitas em Lisboa são, como toda a gente sabe, uma coisa tão subalterna para a atenção dos legisladores que na grande maioria dos casos dentro do próprio santuário das Cortes ninguém as entende senão o relator da comissão que as fez. Mais tarde vêm as portarias interpretativas. Como cada ministro interpreta ao seu modo, a portaria mais recente revoga por própria conta e risco a interpretação da portaria anterior. Se nos tribunais de Lisboa e Porto é enorme a confusão proveniente desta insondável trapalhada, imagine-se o que sucederá num longínquo julgado sertanejo!

Os atentados cometidos em nome da lei são tão monstruosos como aqueles que a desdizem ou a violam. Numa comarca do Minho abre-se um testamento rubricado em todas as folhas exceto na última, onde o testador entendera, com razão, que a assinatura tornava ociosa a rubrica. Como porém a lei dispõe

que sejam rubricadas todas as páginas, o testamento de que se trata foi anulado!

O tipo histórico da propriedade está cada vez mais obliterado e ela cada vez mais dispersa pela legislação moderna, principalmente pela abolição dos prazos e pela contribuição do registo.

Algumas importantes indústrias locais, indústrias auxiliares da lavoura, e indústrias caseiras, como a dos ferreiros, como a dos ourives, morreram pela transformação económica ou mecânica do trabalho, ou pela concorrência estrangeira; e não há indústrias novas que substituam as antigas.

O número dos ourives de tradição árabe que nos concelhos rurais do Minho acumulam esta pequena indústria com a da lavoura era há cerca de dez anos o tripa do que hoje é. Desde a introdução do ouro francês em 1870, oitocentas pessoas têm sido expulsas pela concorrência do trabalho da ourivesaria tradicional.

As antigas ferrarias do distrito de Braga, do concelho da Maia e de Penafiel fecharam todas no decurso dos últimos quinze anos. O vasto fabrico das candeias de ferro, usadas em todos os casais e exportadas para a África e para o Brasil, cessou pela introdução do petróleo. O prego batido desapareceu perante a invasão do prego de arame fabricado à máquina nas grandes oficinas a vapor de Lisboa e Porto.

Nada mais melancólico, ao longo das antigas estradas carruajadas pela mala-posta e pelas diligências de Braga, do que o aspeto desses sucessivos pardieiros abandonados e enegrecidos que há tão poucos anos ainda eram as simpáticas oficinas dos ferreiros, onde logo ao romper do dia os caçadores e os viajantes ouviam repicar os malhos na bigorna, enquanto o fole de ferreiro ateava arquejante ao fundo das abanas Q rubro e alegre clarão das forjas!

Há nas cidades e nas grandes vilas a fundição e a serralharia moderna, mas o antigo ferreiro, o modesto ferreirinho da tradição popular, desapareceu de todo, e já não há pelos caminhos a quem aplicar o inutilizado apodo:

Ferreiro da maldição

Quando tem ferro

Não tem carvão!

A indústria de tradição pastoral da chamada louça de pau, a fabricação das gamelas, das concas e das colheres, declina também pela introdução de análogos utensílios feitos de ferro estrangeiro; nesse vasto cemitério que outrora foi a área das nossas indústrias rurais, o tamanqueiro é dos poucos sobreviventes, para pouco tempo decerto, porque os seus dias estão contados,

como os do carpinteiro de carros, de rodas maciças iguais às das carretas celtas, e os do entalhador de jugos de bois, tão admiravelmente esculpidos.

A indústria da construção naval acha-se extinta em toda a costa; e com a decadência da navegação definhou a indústria das rendas e a das cordas.

Das terras de Trás-os-Montes acabou de desaparecer há dez anos a cultura do bicho-da-seda e a fabricação das sedas admiráveis e dos veludos já famosos do século XVI.

A olaria, de todas as nossas indústrias tradicionais a de evolução mais completa depois da ourivesaria, e portanto das de maior valor etnológico, tende a transformar-se em indústria de concorrência, e está ameaçada de perder em pouco tempo o carácter local que lhe imprime a espontânea inspiração do povo.

Persiste também, felizmente indisputado, o fabricante de cestos; mas esta indústria não ocupa em geral o operário senão por um curto espaço do ano. Na Maia, num dos primeiros domingos depois do corte dos vimeiros, as raparigas vão em festa ao som da Chula e da Caninha Verde, tangidas pelas rabecas e pelos clarinetes da freguesia, depor em casa do açafateiro, que as espera com aparato, os molhos de vimes representando a encomenda do ano. Quando o açafateiro tem feito tantos canastréis quantas as molhadas que lhe levaram, anuncia o sucesso de lugar em lugar por meio do bando do Zé-Pereira, composto de um bombo e de uma caixa de rufo; e as raparigas

voltam, com a Chula à frente, a receber a obra que o açafateiro distribui às danças.

É do deperecimento de tantas antigas indústrias rurais ou caseiras que provém o emprego dos agricultores no tráfego das mercadorias e no transporte de cargas — nova indústria boçal, prejudicialíssima aos interesses agrícolas, porque distrai da terra, da casa e da família a presença do cultivador, dá maus costumes vagabundos, de arrieiro e de almocreve, empobrece as forças nervosas do homem, emagrece os bois, e cerceia ao adubo dos campos o estrume desbaratado pelo macadame das estradas e pelas ruas do Porto.

Da indústria do carreiro deriva diretamente a do homem que vai à bosta, e é esta a derradeira expressão do trabalho a que o Governo da nação destina a atividade do cultivador minhoto.

A bosta! — é a última palavra da sabedoria do Governo aplicada à sorte das aldeias do Minho, e é boa palavra porque resume tudo. Por isso, com o devido respeito aos poderes públicos, eu a encaixilho nesta página.

No meio de uma população tão densa como a população do Minho, onde para cada cem hectares de terra há cento e vinte habitantes, enquanto no Alentejo não há senão treze, vêem-se quebradas de serra onde a habitação de cada família consta de uma só peça, onde dormem promiscuamente à roda do lar o marido, a mulher, os filhos e muitas vezes o porco. N um raio de duas

léguas em redondo há cabanas idênticas, mas não há uma escola, não há uma botica, não há um médico.

A única autoridade moral, o único poder de espírito é o do abade. E fala-se ainda algumas vezes entre os filósofos de Lisboa na separação da Igreja e do Estado, e na liberdade dos cultos! Suprimam o culto oficial no Minho, e a população rural f.ca inteiramente acéfala.

Sendo geralmente a ração média de um português, em carne e em pão, de um quarto da ração de um francês, nos casais a que me refiro nenhum habitante chega a ter metade da alimentação indispensável a um trabalhador robusto e laborioso.

E esta lamentável gente, completamente esquecida da civilização, inteiramente separada por todos os vínculos, exceto pelo do imposto, da administração central, da administração distrital, da administração municipal, da administração paroquial; esta gente, a quem faltam os meios de ocorrer às primeiras necessidades da casa, do vestuário, da alimentação, paga pontualmente, iniludivelmente, para todas as necessidades da paróquia, da municipalidade, do distrito e do Estado: paga para o Exército, paga para a Polícia, paga para as ruas, paga para os jardins, paga para os liceus, paga para as escolas! E como nenhum benefício recolhe do dinheiro com que contribui, a aldeia é pura e simplesmente roubada pela paróquia, pela municipalidade, pelo distrito e pelo Governo, do modo mais despótico e iníquo.

Quando a Câmara Municipal do Porto deliberou que o pequeno cultivador das redondezas da cidade tinha lucros sobejos, hauridos da sua indústria de carreteiro, e podia muito bem pagar à barreira dois tostões em vez de seis vinténs pela entrada da sua junta de boizinhos magros, louros e anémicos, e pela sua tosca e esguia carreta gaulesa, do tempo de Constantino, o minhoto, fazendo uma exceção aos seus hábitos de velho servo humilde, fez parede com alguns companheiros, e dispõe-se a castigar a chuço e a cajado aqueles que se avençassem com os portageiros portuenses para o pagamento da nova taxa.

Um pequeno troço de cavalaria às ordens da vereação espadeirou os recalcitrantes; o novo tributo satisfez-se, e os carros das pequenas lavouras voltaram a andar ao fanico dentro da cidade, às terças-feiras, quintas e sábados, como de costume.

Os jornais afetos à vereação do Porto provaram por meio dos mais engenhosos cálculos que um carreiro, pagando apenas 200 réis, vinha em rigor a pagar muito menos do que pagava desembolsando 120. E toda a gente, principalmente aquela que nada percebera do modo como se fazia esta conta, se deu por convencida e por edificada sobre o assunto.

A Câmara do Porto passou a receber e a aplicar aos melhoramentos do baluarte da liberdade e da febre tifoide mais 40 réis por cabeça de boi de fanico; e, enquanto estas coisas se passavam, as Cortes, na sua imperturbável

sabedoria, continuaram a dar-lhe para a frente com a cegarrega da resposta ao discurso da Coroa.

Quando acabam de responder a esse discurso os deputados enviam para a província, sobrescritados aos quarenta maiores contribuintes dos seus respetivos círculos, os Diários da Câmara em que se acha arquivado o nariz-de-cera que cada um meteu na discussão.

É talvez a estas dádivas periódicas de eloquência cada vez mais gasta e mais safada — único sinal de que existe um governo parlamentar — que nas aldeias se refere a expressiva cantiga:

De Lisboa me mandaram

Um presente com o seu molho:

As costelas de uma Pulga,

O coração de um Piolho!

CAPÍTULO III

O NATAL MINHOTO

É dia de Natal.

A cidade amanheceu alegre no céu fresco e azul. Os carrilhões das igrejas repicam festivamente. As salsicharias, os restaurantes, as pastelarias, ostentam em exposição os seus produtos mais apetitosos: os grandes porcos, de couro nitidamente barbeado, suspensos do teto com a cabeça para baixo; as salsichas e os chouriços de sangue pendentes em bambolim; as cabeças de vitela, de uma palidez linfática, rodeadas de agriões; os perus gordos como ventres de cónegos, com o papo recheado pela respetiva cabidela; as galantines marmoreadas; as louras perdizes postas em pirâmide; as costeletas; as geleias de reflexos cor de topázio; as verduras de salsa picada; os grossos molhos opulentos dos espargos; os bolos do Natal: os fartes, os sonhos, os morgados, as filhós, as queijadas, os christmas-kacks, os puddings, os bombons glacés.

E a profusão destas exposições dá às ruas o aspeto culinário da abundância, da plenitude.

Os ramalhetes de violetas, com o seu colarinho feito de duas malvas, estendem-se de todos os lados para as casas dos paletós, e perfumam o ambiente com uma frescura orvalhada. Os cabazes das camélias cintilam

como grandes esmaltes. As lojas de bijutarias armaram o grande pinheiro do Natal, cujas hastes desabrocham em cartuchos de amêndoas, em cartonagens douradas, em animais de quase todas as espécies recolhidas na Arca, em cabriolets de lata, em cavalos de cartão, em palhaços vermelhos que tocam pratos, e em lindas bonecas vestidas de cetim com os seus piifs, os seus chignoiis e os seus regalos.

Lisboa inteira passeia na vasta alegria do sol. Os homens trazem os seus embrulhos, as mulheres levam os seus filhos pela mão.

As meninas, vestidas de novo, em grande toilette, frescas como lilases, com os seus narizinhos rosados pelo nordeste, dirigem-se ao baile infantil, organizado no salão de um teatro por uma associação de senhoras, em favor de um estabelecimento de beneficência.

O piano, em alegres esfuziadas, chama à quadrilha as jovens damas de quatro anos e os pequenos cavalheiros seus pares. A árvore de Natal braceja as dádivas encantadoras sobre o grande baile em miniatura...

Ide, queridos amiguinhos, ide divertir-vos! Aquele que vos fala já foi em tempo — há bom tempo! — aquilo que vós hoje sois, e teve também a sua festa inteiramente desanuviada, absolutamente feliz como a vossa. A única diferença é que, nessa remota idade e no obscuro canto da província em que ele nasceu, a árvore do Natal era ainda uma instituição desconhecida. Era uma terra bárbara aquela em que este pai-avô veio à luz e que tantas vezes ele

percorreu, já periclitante na imperial de trémulas e arrastadas diligências, já a cavalo debaixo de um amplo capote de cabeções, já a pé, só, com um bordão!

Ele conhecia-a nesse tempo como o seu próprio quarto, a essa terra; tinha de cor o número das covas no macadame das estradas, os buracos dos velhos muros por onde rompiam os musgos e as madressilvas, os brancos campanários das igrejas situadas no fundo dos vales, entre as nogueiras e os carvalhos, ao cabo dos longos tapetes formados pela superfície variegada dos campos de trevo. Sabia em que casais se bebia o melhor leite nas manhãs de Verão, e em que rios se pescavam à linha os salmões mais saborosos e as mais volumosas trutas. Constava-lhe cada manhã em que outeiros cobertos de urze, de cardos, de ásperas moitas de tojo e de espessos fetos tinha ficado de véspera a revoada das perdizes. Conhecia os diferentes vinhos selvagens, que se vendiam na sombria frescura interior das tabernas recolhidas nos cotovelos das brancas estradas cobertas de sol, nos recostas das empinadas ladeiras tortuosas, e nas desembocaduras das longas pontes de madeira de pinho. Sabia os nomes dos abades. E ainda agora, depois de uma ausência de bastantes anos, pensando nisso e fechando os olhos, torna em espírito a ver as viçosas várzeas, as frescas matas das terras fundas, sonoras dos murmúrios da água corrente na rega ou caindo nas levadas e nas azenhas; a forte vegetação dos milhos e dos castanheiros; e, acompanhados de um pequeno pastor imundo, a cavalo numa velha égua lãzuda, alguns poucos bois magros de trabalho e de fadiga atravessando lentamente o ribeiro, mugindo com saudosa

melancolia, ou abeberando-se inclinados e humildes na frescura da corrente. Depois, nos terrenos altos, os pinhais, as encruzilhadas das estradas com os seus cruzeiros de granito, as caixas das esmolas para as almas, o tosco nicho na forma de um armário de cozinha, talhado em arco, tendo em frente a sua lanterna enfumada, encanastrada num a rede de ferro e chumbada ao alto do nicho por um gancho; e, disseminados pelos caminhos recurvos e acidentados, os pequenos eirados seguros em esteios de pedra com os parapeitos pintados de vermelhão; os alpendres dos ferradores, onde os pardais debicam nos beirais do telhado; as choças cobertas de colmo, eternamente envoltas em fumo, ao pé das eiras em que se erguem as medas como altas cabanas pontiagudas.

O objeto do culto, da admiração, do entusiasmo, do enlevo dos pequenos do meu tempo era o velho presépio, tão ingénuo, tão profundamente infantil, tão cheio de coisas risonhas, pitorescas, festivas, inesperadas.

Era uma grande montanha de musgo, salpicada de fontes, de cascatas, de pequenos lagos, serpenteada de estradas em ziguezagues e de ribeiros atravessados de pontes rústicas.

Em baixo, num pequeno tabernáculo, cercado de luzes, estava o divino bambino, louro, papudinho, rosado como um morango, sorrindo nas palhas do seu rústico berço, ao bafo quente da benigna natureza representada pela vaca trabalhadora e pacífica e pela mulinha de olhar suave e terno. A Santa

Família contemplava em êxtase de amor o delicioso recém-nascido, enquanto os pastores, de joelhos, lhe ofereciam os seus presentes, as frutas, os frângões, o mel, os queijos frescos.

A grande estrela de papel dourado, suspensa do teto por um retrós invisível, guiava os três magos, que vinham a cavalo descendo a encosta com as suas púrpuras nos ombros e as suas coroas na cabeça. Melchior trazia o ouro, Baltasar a mirra, e Gaspar vinha muito bem com o seu incenso dentro de um grande perfumador de família, dos de queimar pelas casas a alfazema com açúcar ou as cascas secas das maçãs camoesas.

Atrás deles seguia a cristandade em peso, que se afigurava descendo do mais alto do monte em direção ao tabernáculo. Nessa imensa romagem do mais encantador anacronismo, que variedade de efeitos e de contrastes! Que contentamento! Que alegria! Que paz de alma! Que inocência! Que bondade!

Tudo bailava em chulas populares, em velhas danças mouriscas, em bailados à la moda ou à meia volta, em ingénuas gaivotas, em finos minuetes de anquinhas e de bico de pé afiambrado.

Tudo ria, tudo cantava nesses deliciosos magotes de festivais romeiros de todas as idades, de todas as profissões, de todos os países, de todos os tempos! Os cegos tocando as suas sanfonas; os pretos pulando uma sarabanda; os galegos com a sua gaite-de-fole dançando a munem; a saloia de carapuça de bico e de saiote encarnado, trazendo o cesto com ovos; o saloio

com o peru, com o vitelo ou com o bacorinho às costas; o aguadeiro com o seu barril novo; o ceifeiro com a sua fouce e o seu feixe de trigo; o lenheiro carregando o cepo sagrado para a fogueira da Missa do Galo; o pequeno saboiano com a sua marmota; o tocador de realejo dando à manivela do seu instrumento; o pastor com um borrego ou um chibo debaixo do braço; o passarinheiro com as suas esparrelas e o seu alçapão com um melro dentro; a manola com o seu leque e a sua mantilha sevilhana traçada na cinta; o maioral tocando a guitarra sentado no garrido albardão da sua mula; os gitanos entoando a seguidilha; numerosos rebanhos, de perus, de patos, de anhos, de porcos e de cabritos; e muitas personagens, de variegados trajos exóticos, tangendo pandeiros, adufes e castanhetas, como nos autos pastoris, nos colóquios e nos vilancicos, antigamente representados diante das lapinhas nas catedrais da Idade Média.

Alguns — os mais ricos presépios — tinham corda interior fazendo piar passarinhos que voavam de um lado para o outro, mexiam as asas e davam bicadas nas fontes de vidros, em que caía uma água também de vidro, fingida com um cilindro que andava à roda por efeito de misterioso maquinismo.

Todas essas figuras do antigo presépio da minha infância tinham uma ingénua alegria primitiva, patriarcal, como devia ser a de David dançando na presença de Saul. Dessas boas caras de páscoas, algumas modeladas por inspirados artistas obscuros, cuja tradição se perdeu, exalava-se um júbilo comunicativo como de uma grande aleluia.

Um outro menino — não o do tabernáculo, que esse estava seguro ao berço com um parafuso —, um menino maior, sobre uma toalha bordada, era trazido em roda e recebia sobre os seus diminutos pés polpudos, saudáveis, rubenescos, a enfiada de beijos de todas as pequenas bocas inocentes, vermelhas, afiladas em bico, gulosas dos refeguinhos daquele pequenino Deus tão louro, tão manso, tão lindo!

Depois celebrava-se a ceia, o mais solene banquete da família minhota. Tinham vindo os filhos, as noras, os genros, os netos. Acrescentava-se a mesa. Punha-se a toalha grande, os talheres de cerimónia, os copos de pé, as velhas garrafas douradas. Acendiam mil luzes nos castiçais de prata. As criadas, de roupinhas novas, iam e vinham ativamente com as rimas de pratos, contando os talheres, partindo o pão, colocando a fruta, desrolhando as garrafas.

Os que tinham chegado de longe nessa mesma noite davam abraços, recebiam beijos, pediam novidades, contavam histórias, acidentes da viagem; os caminhos estavam uns barrocais medonhos; e falavam da saraivada, da neve, do frio da noite, esfregando as mãos de satisfação por se acharem enxutos, agasalhados, confortados, quentes, na expectativa de uma boa ceia, sentados no velho canapé da família.

E o nordeste assobiava pelas fisgas das janelas; ouvia-se ao longe bramir o mar ou zoar a carvalheira, enquanto da cozinha, onde ardia no lar a grande

fogueira, chegava num respiro tépido o aroma do vinho quente fervido com mel, com passas de Alicante e com canela.

Finalmente o bacalhau guisado, como a brandade da Provença, dava a última fervura, as frituras de abóbora-menina, as rabanadas, as orelhas-de-abade tinham saído da frigideira e acabavam de ser empilhadas em pirâmide nas travessas grandes. Uma voz dizia: — Para a mesa! Para a mesa!

Havia o arrastar das cadeiras, o tinir dos copos e dos talheres, o desdobrar dos guardanapos, o fumegar da terrina. Tomava-se o caldo, bebia-se o primeiro copo de vinho, estava-se ombro com ombro, os pés dos de um lado tocavam nos pés do que estavam em frente. Bom aconchego! Belo agasalho!

As fisionomias tomavam uma expressão de contentamento, de plenitude. Que diabo! Exigir mais seria pedir muito. Tudo o que há de mais profundo no coração do homem, o amor, a religião, a pátria, a família, estava tudo aí reunido numa doce paz, não opulenta, mas risonhamente remediada e satisfeita. Não é tudo?

Não é. O primeiro dos convivas que tinha o sentimento dessa imperfeição era a velhinha sentada ao centro da mesa. Ela, que para nós representava apenas a avó, tinha sido também a filha, tinha sido a irmã, tinha sido a esposa, tinha sido a mãe ... No seu pobre coração, quantos lutos sobrepostos, quantas saudades acumuladas! Por isso, enquanto os outros riam e conversavam alegremente, a mão dela emagrecida e enrugada tremia de comoção ao tocar

no copo, e dos seus olhos cansados despegavam-se silenciosamente duas lágrimas, que ela embebia no guardanapo enquanto a sua boca procurava sorrir e titubear palavras de resignação, de conforto, de felicidade.

Essas lágrimas eram como a evocação do espírito dos ausentes e do espírito dos mortos para aquele banquete. A festa era então interrompida por silêncios graves, pensativos, durante os quais cada um se recolhia em si mesmo e olhava um pouco ao passado e um pouco ao futuro.

Dos que se tinham sentado àquela mesa, em idêntica noite, quantos tinham partido para não voltarem mais! Quantas lacunas dentro dos últimos anos! Dentro de alguns anos mais, quantas outras!

Se havia, como quase sempre sucede, um filho, um neto, um irmão ausente, era em volta da recordação dele que se agrupavam e fixavam esses vagos cuidados dispersos. A mágoa do passado, a incerteza do futuro, acabava por aparecer a cada um sob a figura aventurosa do viajante intrépido ou do trabalhador vigoroso que celebrava aquela noite num país longínquo ou nas águas do mar.

E esse amado ausente era o conviva que cada um sentia mais perto, a essa mesa, junto do seu coração.

Só nós, as crianças, é que gozávamos nesta festa uma alegria imperturbável e perfeita, porque não tínhamos a compreensão amarga da saudade nem as preocupações incertas do futuro. Para nós tudo na vida tinha o carácter

imutável e eterno. O destino aparecia-nos ridentemente fixado, como no musgo as alegres figuras do presépio. Supúnhamos que seriam eternamente lisas as faces da nossa mãe, eternamente negro o bigode do nosso pai, eternamente resignada e compadecida a decrépita figura da nossa avó, toucada nas suas rendas pretas, no fundo da grande poltrona.

Não tínhamos compreendido ainda todo o sentido do Natal. Não nos tinham explicado suficientemente que o louro Menino Jesus que nos sorria no seu bercinho, tão descuidado, tão alegre, no meio do esplendor dos círios e do perfume das violetas, era o mesmo Deus descarnado e lívido, coroado de espinhos, alanceado no coração, pregado na cruz e exposto no altar. Repugnar-nos-ia acreditar, se então no-lo dissessem, que o tenro e suave bambino do presépio, cercado de amores, de cânticos, de festas, de dádivas, de bonitos, cheio de carícias e de beijos, teria um dia de ser um mártir, um herói, um Deus, mas que para isso haveriam de o perseguir como um rebelde, de o torturar como um criminoso, de o justiçar como um bandido, que ele teria de ser esbofeteado, azorragado, traído, que receberia o beijo de Judas, que seria preso entre os seus discípulos no Jardim das Oliveiras, que mandaria embainhar a espada de Pedro para beber o cálice da amargura, que seria levado de Caifás para Pilatos, que seria condenado, que lhe poriam a coroa de espinhos, que o fariam subir o Calvário sob o peso da cruz, que finalmente o crucificariam entre os dois ladrões aos olhos da sua própria mãe.

Não, a vida não é uma festa permanente e imóvel, é uma evolução constante e rude. O Natal é a festa das lágrimas para todos aqueles para quem ele não é a festa da inexperiência. E, todavia, pensavam alguns que era útil não deixar de a celebrar. Que importa que o número ou que o nome dos convivas varie em cada ano? Que importa que alguns amados velhos faltem ao banquete? Que importa que nós mesmos faltemos para o ano que vem na festa dos mais novos?

Esta noite de alegria para as crianças será sempre de alguma saudade para os adultos. Assim teremos a esperança terna de sobreviver, por algum tempo, na lembrança dos que amamos — uma boa vez ao menos, de ano a ano.

CAPÍTULO IV

UMA DAS JOGATINAS

Novembro, 1882.

A Polícia, tomada de um desses acessos de zelo intermitente que às vezes acometem esta veneranda instituição, acaba de assaltar várias casas de batota no Porto, na Póvoa de Varzim e em Viseu.

Todas essas diligências se fizeram com grande êxito.

A Polícia foi pé ante pé, como o coro dos carabineiros nos Bandidos de Offenbach, e deu em cheio nas maroscas, capturando os jogadores e apreendendo os baralhos, as roletas, a mobília da casa, o dinheiro da banca e o dos parceiros.

O Diário do Governo de ontem traz a este respeito uma portaria de louvor, na qual o ministro do Reino, em nome da sua Majestade El-Rei, elogia a Polícia pelo bem que andou, não só capturando os jogadores, mas — como muito bem acrescenta a portaria — apreendendo outrossim algum dinheiro e mobília.

Como bons súbditos fiéis e amantes, folgamos deveras com a satisfação íntima e cordial que a sua Majestade El-Rei houve por bem experimentar e redigir em prosa oficial, ao ver os réditos do Estado felizmente acrescentados

com algumas cadeiras e alguns cobres, agilmente surripiados pelos representantes da lei a viciosos cidadãos, impróvidos e desapercebidos.

No Porto o zelo policial nesta diligência chegou a ponto de emboscar nas ruas os esbirros para prender os jogadores no acto de entrarem para as jogatinas.

. Não pretendemos julgar o ponto de vista das autoridades constituídas sobre o assunto batotas, porque estamos convencidos de que essas autoridades, morigeradas e pudibundas, não foram nunca às casas de jogo, o que as desarma de toda a habilitação precisa para se poder discutir com elas sobre esta questão.

O que escreve estas linhas esteve pela derradeira vez numa batota, em São João da Foz, há coisa de vinte anos.

A espelunca achava-se estabelecida no lindo cottage do Mallen, na Praia dos Ingleses, com um terraço sobre o mar e a entrada pela Rua da Senhora da Luz.

No meio do grande salão de baile estava armado o jogo sobre uma vasta mesa de pano verde iluminada do teto por um candeeiro. Em torno da mesa achava-se reunida a parte masculina da melhor sociedade do Porto e da província do Douro e do Minho a banhos na Foz, uns junto da mesa, sentados, outros de pé por detrás desses, formando três ou quatro círculos concêntricos.

A um topo da mesa um cavalheiro esquelético, de faces macilentas, adornado de uma longa pêra grisalha, puxava para junto de si, por meio de uma pequena rapadeira de mogno polido, em forma de ancinho, o dinheiro das paradas espalhado no pano verde e pagava a importância das apostas.

Em frente deste prestável indivíduo, no outro topo da mesa, um cavalheiro mais gordo, ainda que não mais solícito, e de aspeto igualmente venerável, punha as cartas na mesa com mãos finas, particularmente bem tratadas e realçadas por dois belos cachuchos em que cintilava um olho de gato e um rubi.

Informei-me da regra do jogo com as pessoas respeitáveis e fidedignas que tinha mais próximo de mim.

Eis a regra: Tiravam-se do baralho duas cartas, que o homem das mãos finas colocava na mesa ao lado uma da outra. Lá estava, por sinal, o três de espadas a um lado e o rei de copas ao outro. A gente escolhia, para apostar por ela, a carta que queria, e colocava-lhe ao lado o preço da aposta. Depois do que, ganhava o rei ou ganhava o terno, segundo era um rei ou um terno de outro naipe a primeira dessas duas cartas que em seguida saía do baralho.

Devo dizer, à face de Deus e dos homens, que nunca na minha vida me expuseram negócio que se me afigurasse mais inteligível, mais reto e mais claro! Algumas vezes tenho tido que pedir aos diversos poderes do Estado alguns esclarecimentos acerca do jogo do maquinismo administrativo, e

cumpre-me dizer, sem com isto pretender desgostar ninguém, que jamais das regiões oficiais recebi informações tão lúcidas e tão leais como aquelas que sobre as leis do monte me foram bizarramente ministradas na apreciável batota a que me refiro.

De um só relance e no meio minuto compreendi o problema todo com uma profundidade maravilhosa, e, sem perda de mais um instante, tirei 100$000 réis que tinha numa algibeira e coloquei-os pressuroso sobre o três de espadas que se achava na mesa.

Tilintaram libras de parte a parte, postas pelos circunstantes para a direita ou para a esquerda das cartas.

O homem da pá de mogno polido, erguendo para o meu lado o bico da sua pêra grisalha, perguntou-me, indicando o meu dinheiro:

— Mata o rei?

Ao que eu respondi denodadamente e com voz firme:

— Mato-o, sim, senhor!

Esta frase pareceu fazer uma certa impressão no auditório. Houve um silêncio. No ar morno passou um cheiro de roupa suja e de botas novas. Um desembargador da Relação do Porto, ancião de óculos de ouro e de grande calva sacerdotal, retirou com gesto adunco de cima das cartas 3$000 réis que tinha posto.

O cavalheiro das lindas mãos tossiu ligeiramente, voltou o baralho e começou a extrair com lentidão as cartas, a uma por uma, do maço que comprimia com delicadeza nos dedos.

A quarta ou quinta figura era o rei de espadas.

Eu tinha perdido os meus 100$000 réis. Ganhava-os precisamente um ilustre professor da Escola Politécnica, que fizera contra o terno uma parada igual à minha.

Esta decisão da sorte — eu o confesso — não me regozijou senão de um modo bem caracteristicamente medíocre.

Resolvi, porém, interrogar mais algumas vezes o acaso e perdi consecutivamente quanto dinheiro tinha no bolso, ou fosse a importância de perto de meio ano de colaboração num jornal americano — soma recebida nesse mesmo dia.

Fiquei na batota até pela manhã.

Por uma janela aberta sobre o terraço a luz cor de pérola da madrugada entrava humedecida e salgada pela viração marítima. As banheiras, filhas da Maria da Luz, armavam as barracas na praia, cantando ao longe em terceiras, num coro argentino de sopranos, uma barcarola local. Os primeiros pregões matutinos dos vendilhões ambulantes penetravam do lado da rua pelas fendas

horizontais das gelosias, que o clarão da manhã pautava luminosamente de azul.

Na sala esvaziada de gente oscilava ainda, esfarrapado, o ar quente da noitada, impregnado do fumo do tabaco e dos cheiros acres do suor e da cerveja azedada no fundo dos copos dispersos no balcão do bufete.

O chão estava alastrado de lama seca, de pontas de cigarro que a saliva enodoara de amarelo, e de charutos mordidos e mastigados raivosamente pelos pontos.

O homem das belas mãos tinha as unhas sujas de preto e o colarinho esverdinhado de transpiração.

O cavalheiro da pêra tivera com o romper do dia um acesso de tosse e, depois de haver durante a noite cuspinhado tudo em torno da alta cadeira de braços em que estivera sentado, procurava ainda, ao que parecia, escarrar mais, com os olhos injetados de sangue, as faces escaveiradas, as mãos febris, o dorso curvo, o peito côncavo, sacudido pelas convulsões da bronquite.

A um canto da casa, sentado numa cadeira e caído de bruços para cima de uma pequena mesa a que três batoteiros, associados nos lucros da banca, tinham passado a noite jogando o honesto e execrável voltarete, ficara esquecido um janota de calças cor de flor de alecrim, botinas de polimento, luvas azuis e fraque cor de pinhão feito no Pereira Baquet. Julguei-o adormecido e chamei-o, tocando-lhe no ombro, para me não ir dali sozinho.

Era um rapaz que eu conhecia da praia e da Cantareira. Chamavam-lhe o Chico... não me lembra já de quê. Tinha dezassete ou dezoito anos, era filho de um lavrador rico da Régua e estava a banhos na Foz, hospedado no hotel do Romão, intitulado da Boavista.

Quando ele se ergueu da mesa e se pôs em pé diante de mim, vi que o mísero não tinha estado a dormir, mas sim a chorar.

A sua fisionomia loura, estúpida — linda! —, ornada de um pequeno buço, de um sinal cabeludo na face e de dois bandós cor de ouro anediados pelo melhor cabeleireiro da Rua de Santo António, exprimia uma consternação tão profunda, tão oca, tão francamente imbecil, que desde' logo me atraiu para ele com uma compaixão verdadeira. Agarrou-se às primeiras palavras que lhe disse, como um afogado se agarra à primeira coisa flutuante que passa por ele, e momentos depois o bem parecido e elegante jovem vertia no meu peito as suas doloridas confidências.

Seu pai, homem austero e de pulso, cheio de severidade no carácter e de cabelos crespos no interior das orelhas, tinha-o incumbido de cobrar de um negociante de vinhos de Vila Nova de Gaia a importância de uma letra no valor de 1600$000 réis. Era desta quantia, recebida três dias antes, que ele acabava de perder a última libra, além de mais trinta moedas, destinadas a custear o resto dos banhos de mar prescritos pelo doutor da Régua para um tumor frio que lhe começara a inchar num sovaco.

— Meu pai, para coisas destas é uma fera! — explicou-me ele com uma voz estrangulada.

E, tendo descalçado uma das luvas azuis, comprimia com mão nervosa o alto da sua pequena cabeça de galo, apagando da testa num repelão o bem feito A formado pelas duas curvas divergentes dos bandós.

— Como assim! — lhe respondi eu. — Pois o meu amigo tem a fortuna inapreciável de possuir um pai fera e ainda hesita um momento sobre o que lhe cumpre fazer nas funestas condições em que se acha? . .. Saiamos lá para fora! Saiamos com pé expedito e rápido desta caverna, que até me está a afligir o ter de profanar o nome sagrado do seu venerável progenitor proferindo-o perante a pêra cavilosa e obscena daquele tísico, malandro em terceiro grau, que além diviso envesgando para nós os olhos torvas!

— Cão! —disse o Chico num bramido cavo, abrindo para essa palavra um parêntese no assunto principal da nossa conferência, e estendendo da porta da rua o punho cerrado e terrível para o cerro em corcova do cavalheiro da pêra, que continuava a tossir arrimado a uma ombreira da janela.

E, uma vez ambos na rua, eu prossegui, reatando o fio do discurso:

— Depois da camelice tremenda que fez, desviando dos interesses agrícolas das nossas regiões vinhateiras a quantia de 1600$000 réis, para os entregar à nefanda tavolagem, que mais pode apetecer o meu bom desregrado amigo do que uma dessas monumentais sovas com que os ríspidos anciãos, de

ouvidos cerrados à misericórdia pelo mau génio e pelo muito cabelo, costumam assinalar para o respeito dos vindouros os diversos membros da sua prole?! Qual coisa mais saudavelmente eficaz para o seu restabelecimento normal do seu equilíbrio nervoso, no momento presente, do que a aplicação lombar da bengala de um antepassado, ou a justaposição da abençoada sola e vira de uns bons sapatos paternos às partes carnudas do seu organismo apostemado pelo estúpido remorso da mais colossal e irremediável asneira?! Aqui estou eu, que matei esta noite o rei . .. Não sei se o senhor mo viu matar?. .. Matei-o como quem mata um porco... Craque! pois bem, sabe por quanto me ficou esse regicídio? Ficou-me por 176$000 réis. A recordação amarga deste lutuoso sucesso converte todo o meu ser numa insondável cloaca de sensaboria, e só uma felicidade invejo: a que se antolha ao meu amigo na doce perspetiva de poder encontrar quem lhe ponha os ossos num feixe.

— Pois olhe — exclamou o Chico arregalando para mim os olhos iluminados de um repentino júbilo —, dou-lhe a minha palavra de honra que também a modo que me está a apetecer isso, a mim!

E, trocadas entre nós estas profundas e memoráveis palavras, remergulhámos em íntimas e silenciosas cogitações, eu e o Chico.

Ao longe o duro bronze, a que os espíritos despreocupados e felizes dão vulgarmente o nome galhofeiro de sino, tangia seis horas. Damas

encapuchadas em rendas de lã desciam das suas mansões à praia para se entregarem aos exercícios balneários, enquanto outras, mais madrugadoras ainda, volviam da praia a suas mansões, de narizes arrebitados e vermelhos, ávidas de pão quente com manteiga e de café com leite.

Duas horas depois o meu amigo partia para a Régua, onde seu extremoso pai, prevenido pelo telégrafo, o esperava, no alto dos Padrões da Teixeira, de braços aberto e um marmeleiro em cada braço. Eu voltava taciturno a refazer com tardíagos e arrastados folhetins a soma que o vil e mercenário ancinho do Pêra Tísica nessa noite desviara do seu natural destino para fins que aos meus olhos tinham de ficar para todo o sempre velados pelo mistério.

Tal é, na sua natureza e nos seus efeitos, a simples coisa chamada a batota.

Temos visto do jogo muitas e muito variadas definições. A única, porém, que inteiramente nos satisfaz é a seguinte:

O jogo é uma asneira.

Reduzida assim a questão aos seus verdadeiros termos, não podemos deixar de perguntar ao Governo com que direito ele intervém para o fim de castigar as asneiras em que cada um incorre? Procurar evitá-las ainda se lhe poderia permitir, mas puni-las!? Se tivessem de ser presos todos aqueles que fazem asneiras, o próprio Governo seria uma coisa impossível, porque há muito não haveria ministro nenhum que andasse solto.

E, por cima de tudo, procuram impingir-nos a explicação sofística de que é para o fim de salvar o povo da ruína que a polícia maternal assalta e sequestra as batotas!

Ora sempre quero que me digam, no caso pessoal que anteriormente narrei, se eu teria perdido menos do que perdi, dado o facto acidental de terem ido para o rei de Portugal e dos Algarves os 176$000 réis que eu dei para o rei de copas? E outrossim quereria saber, no caso que o rei de copas, por meio da sua polícia, fizesse ao príncipe reinante a bonita partida que o príncipe lhe fez abotoando-se com o que ele ganha, se a sua Majestade gostaria da chalaça!

CAPÍTULO V

CENAS DE BRAGA

Setembro, 1882.

A *great attraction* da presente estação calmosa têm sido as romagens bracarenses a Nossa Senhora do Monte Sameiro.

Os jornais clericais têm recentemente publicado extensas narrações dos milagres feitos pela imagem da nossa Senhora do Sameiro. Os aludidos milagres versam principalmente sobre casos patológicos acusados pelos féis. A Senhora do Sameiro tem a especialidade terapêutica. As maravilhas que se lhe atribuem são as mesmas que têm feito a reputação da homeopatia. O consultório do Sameiro, em Braga, e o do médico Rebelo da Silva, em Lisboa, são presentemente os dois mais célebres e mais acreditados focos da medicina espiritualista, aplicada às enfermidades crónicas e provavelmente incuráveis pelos sistemas científicos.

Os devotos da imagem do Sameiro, em vez de se dirigirem àquele santuário incorporados por enfermidades, têm preferido fazê-lo em grupos divididos pelas profissões.

Há pouco tempo celebrou-se com grande pompa a romagem dos carniceiros. Fecharam-se para esse efeito os talhos e o matadouro público. Braga ficou

sem carne para comer durante vinte e quatro horas, e, enquanto os magarefes caminhavam para o altar da Virgem na mesma atitude recolhida e grave com que para eles — magarefes — caminham as reses nos dias ordinários, os bois em sueto tripudiavam nos pastos, felizes pela moratória concedida pelas barrigas dos cónegos à cobrança dos bifes.

Ultimamente anunciou-se a romagem dos estudantes de Coimbra; e Braga, posto que de muito tempo habituada aos grandes aparatos da devoção, teve um sobressalto de supressa e de júbilo.

É evidente que o milagre, desde que representa em si uma contravenção manifesta das leis da natureza, operada excecionalmente pela divindade para o fim de nos dar uma amostra do seu poder supremo, arbitrário e absoluto sobre todos os fenómenos do Universo, tanto é milagre manifestando-se no tratamento feliz de um carniceiro hidrópico como na cura radical de um bacharel com lombrigas. Desde que a burra de Balaão falou, o milagre existe, quer a burra o diga em clássico latim de Cícero, quer o diga trocando o b pelo v em português do Minho.

Conquanto se não conheça bem a razão disto, a verdade, porém, é que o milagre aumenta de efeito, segundo a categoria social daqueles em quem se exerce. Braga tem um perfeito sentimento dessas distinções, e foi por isso que a anunciada romagem de alguns filhos-famílias habilitados com o curso dos

liceus a comoveu muito mais do que as romagens anteriores dos caixeiros e dos marchantes, mais desprovidos de luzes literárias.

Estavam prometidos de Coimbra setenta estudantes à Senhora do Sameiro. O comboio que conduzia os romeiros foi esperado na estação de Braga por grande número de fiéis, acompanhados dos respetivos foguetes e de uma filarmónica.

Chegado o trem à gare, e abertas as portinholas dos vagões de segunda classe, reconheceu-se que todos os estudantes pertenciam à classe eclesiástica e desfrutavam tonsuras de uma antiguidade superior a quarenta anos de exercício epilatório.

Desvanecida a surpresa do primeiro encontro, descidos das carruagens e postos no chão, mais ou menos pelo seu pé, os setenta velhos representantes da briosa juventude de Coimbra, os cónegos de Braga lhes fizeram vénia na sala de espera da estação e lhes ofereceram um ligeiro refresco de rapé.

Em seguida, como todos se preparassem para formar cortejo e sair em procissão da gare para o palácio episcopal, os jovens quinquagenárias declararam que traziam consigo uma surpresa para obsequiar a população bracarense, e pediram para ir buscar as bagagens.

Retirada e armada a surpresa, que vinha por partes nos baús dos romeiros, viu-se com geral regozijo que ela constava de um andor.

Com espanto o leio nos periódicos bracarenses, de cujo depoimento unânime e conteste me não é lícito duvidar.

Os representantes da juventude das escolas, em romagem da Universidade de Coimbra ao Monte Sameiro, entraram efetivamente na cidade de Braga com um andor aos ombros.

Agora me proponho ofertar um cartucho com setenta velhos de açúcar em ponto de rebuçado a quem for capaz de adivinhar qual a coisa que aqueles jovens escolares levaram às costas no andor desde a estação até às estalagens...

Antes de o saber, como hoje o sei, de ciência certa, eu mesmo me perdi sobre este ponto num dédalo das mais falsas conjeturas. Julguei ao princípio que os venerandos eclesiásticos transportassem simplesmente os objetos do seu uso doméstico ou cultual, tais como as batinas de dormir, as sobrepelizes de trazer por casa, os solidéus de agasalho para as sonecas do coro, e o componente farnel das hóstias para as missas do caminho.

Nada disso! O que eles levavam no andor — e digo-o já, porque tenho a certeza de que ninguém o adivinha —, o que eles levavam no andor era — a estátua da castidade.

Estamos, pois, pelo que se vê, em Braga, em plena mitologia. A estátua da castidade, posta triunfantemente sobre um andor pelos romeiros do Monte Sameiro, é uma alegoria gentílica de carácter encantadoramente pagão.

Os espirituosos gregos que, sob formas artísticas imortais, divinizavam as virtudes e os vícios da humanidade, representando a vida moral da nossa espécie, com as suas fecundas energias e com as suas doces fraquezas, por meio das figuras nuas da força majestosa e da beleza alucinadora, não fizeram mais do que criar o exemplo e a norma do novo culto, que hoje vemos tão auspiciosamente inaugurado em Braga pelos velhos padres católicos, representantes da juventude académica em romagem a Nossa Senhora do Sameiro.

Toda a cristandade saudará decerto com entusiasmo este renascimento clássico da liturgia. A estátua da castidade, por mais padresca que os padres a tivessem mandado fazer, não poderá nunca deixar de ser uma estátua de mulher viva, adolescente e bela, divinizada pela arte e não pelo martírio, santificada pela candura e não pela Igreja.

É inquestionável que para nós outros, mundanos, mais ou menos eivados de naturalismo, é incomparavelmente mais agradável descobrirmo-nos e curvarmo-nos diante deste andor do que diante do andor do último santo canonizado de Roma, S. Labre, por exemplo, o qual foi na vida um monte de virtudes e de tinha, cultivando com igual maravilha a porcaria e o milagre, já amamentando piolhos, já regenerando Rocamboles, E a cada nova água mineral que hoje se descobre ferruginosa ou carbonatada, aperitiva, tónica, antiescorbútica ou laxante, corresponde invariavelmente um santo ou santa desse mesmo género, encarregado de laxar, de purificar e de desobstruir, em

reforço ao líquido descoberto e explorado nas praças comerciais pela farmacologia e pela fé.

Para nós, pobres diabos pervertidos, e para todo sempre contaminados pelo vício funesto do pedilúvio e do sabão de Marselha, a estátua da castidade, não obstante todos os inconvenientes adstritos à prática da virtude que ela representa, figura-se-nos infinitamente mais agradável que a do bem-aventurado Labre.

Será, porém, precisamente da nossa opinião Sua Eminência o Cardeal-Patriarca ou Sua Excelência o Arcebispo de Braga? Temo bem que não. Porque, no fim de contas, a verdade é que a Igreja não pode autorizar, em honra da Senhora do Sameiro, uma verdadeira procissão de vestais, como a que os sacerdotes fizeram em Braga. Teócrito gostaria disso; Larraga, não.

Felizmente, para honra dos dogmas e dos cânones, o andor não chegou ao seu destino. A pequena distância da estação do caminho-de-ferro, segundo consta dos jornais que tenho presentes, os padres portadores da imagem gentílica tropeçaram e deram em terra com o símbolo dissidente da verdadeira doutrina teológica. A estátua quebrou-se; e o andor desconjuntado teve de ir para as hospedarias em pedaços, reunidos com os chapéus de sol, debaixo dos braços dos eclesiásticos.

o Dedo de Deus, ao qual os homens na sua sabedoria adjudicaram o trabalho de pôr a direito tudo quanto os mesmos homens entortam na distribuição

social da justiça, tem às vezes distrações censuráveis no exercício do seu cargo; mas portou-se bem desta vez.

Ultimamente esse Dedo deixou afundar nas costas da Bretanha um navio carregado de escapulários, de bentinhos, de rosários e de águas milagrosas, enquanto por outro lado permitia chegar, são e salvo, a Dieppe, um navio ímpio, o iate do nosso confrade no jornalismo, senhor Gordon Bennet, que o pagou por quinhentos contos de réis, e no qual ele viaja pelo seu prazer infrene, à custa dos rendimentos do New York Herald, com cinquenta homens de tripulação, no meio de um luxo que excede tudo quanto se nos conta das despesas de Heliogábalo, para o fim de nos inspirar o desprezo dos bens terrenos.

Atravessando-se nos membros locomotores do clero e permitindo o trambolhão dos padres, o Dedo a que me refiro mostrou aos incrédulos que não dorme. E assim foi que o andor da castidade não chegou a penetrar inteiro na Rua das Cónegas, em cujas habitantes, postas à janela com os coneguinhos e com as coneguinhas da sua prole, se não sabe bem o efeito que faria a estranha imagem que os padres lhes levavam em triunfo.

CAPÍTULO VI

A BACIA DA RÉGUA E O VALE DE JUGUEIROS

Régua — Outubro, 1885.

Seis horas da manhã. Levanto-me acordado pela mais alegre alvorada que melros têm jamais assobiado na fresca ramaria das veigas.

Abro a janela do meu quarto de hóspede na casa de Mourão, onde cheguei ontem, às dez horas da noite.

Um deslumbramento!

Debaixo da varanda, voltada ao norte, estende-se em doce declive um largo talhão de vinha baixa, cerrada, espessa, em todos os tons do verde, desde o mais vivo ao mais escuro, rajada das tintas maduras do Outono em manchas cor de âmbar e cor de fogo, louras, vermelhas, calcinadas. Em baixo, o rio Douro, espraiado, descreve um enorme S em toda a extensão do vale, reluzindo entre rasgões de olivedos e de pomares, por detrás das ramas viçosas dos choupos e dos amieiros. Uma cortina de montanhas fecha o horizonte de todos os lados. No plano mais alto, em frente, ao fundo, alteia-se a cordilheira do Marão, cujos cabeços calvos, de uma cor térrea banhada em sol, parecem pintar sobre a transparência do céu o dorso imenso de um fantástico boi. Por todas as encostas do primeiro plano descem os vinhedos

em largos degraus de verdura, desde o alto dos montes salpicados de pinhais até à beira do rio. Em todas as quebradas alvejam as casas caiadas de branco, cintilantes ao sol nascente. Na chã, por debaixo da minha janela, um grupo de mulheres e rapazes vindimam; e os seus chapéus de palha, os seus lenços azuis e vermelhos, vistos de longe entre a verdura da vinha, trepidam na polvilhação luminosa como enormes borboletas. Na água do rio, refletindo-se nela como num espelho, passa devagar, levado na corrente, um grande barco esguio, da cor da madeira por pintar, um pouco dourado pela luz; à popa, imóvel, em pé sobre a apegada em forma de quiosque quadrado e de teto chato, o timoneiro empunha a longa espadela que serve de leme à embarcação, enquanto à proa, junto do abrigo da chilreira pontiaguda, quatro remadores, as pás recolhidas, os braços cruzados, se deixam ir ao som da água. No lagar, sob o soalho do meu quarto, ouço correr o vinho como numa fonte de jardim; um picante cheiro de mosto, subindo no ar, parece encher todo o vale; e, ao longe, entre as vindimadeiras, uma voz de soprano, rija, metálica, entoa uma das dolentes e arrastadas cantigas, ao mesmo tempo tristes e zombeteiras, de cima do DOUTO.

É a bacia da Régua — a mais rica, a mais fértil, a mais abundante região agrícola de Portugal, de que o pingue e risonho Vale de Jugueiros é a expressão superlativa e culminante.

Nos gordos nateiros da beira da água, terras de aluvião tão férteis como as do Nilo, as vegetações tomam proporções fantásticas e lembram uma decoração teatral de mágica.

As couves galegas, parecem árvores, debaixo das quais se poderia merendar à sombra, e as abóboras têm o volume enorme de grandes mulheres gordas vestidas de amarelo e acocoradas na terra preta.

Por cima das cepas derrubadas com o peso das uvas vicejam as árvores do pomar carregadas de fruto: as laranjeiras, os pessegueiros, os damasqueiros, as figueiras, as pereiras, as cerejeiras e as ginjeiras.

Contra os muros esverdeados de musgo bracejam os limoeiros doces e azedos.

As sebes dos campos são feitas de marmeleiros entrelaçados.

Nos debruns das leiras e no sopé dos muros, por entre as hastes de hera e as moitas de fetos, de violetas e de dedaleiras em flor, rebentam os morangos e as groselhas.

Todas as plantas de jardim têm um viço portentoso e um desenvolvimento incomparável. Em dois anos um só pé de roseira cobre toda a fachada de um cottage; as begónias e os coladiuns parece estalarem de seiva, e uma palmeira ao pé do Moledo dá fruto ao ar livre.

As uvas de mesa, artigo de luxo sonegado ao lagar e destinado pelo cultivador ao regalo, dos seus amigos, oferecem inúmeras variedades, de que sobressaem o Moscatel de Jesus, o Moscatel de Hamburgo, o Barrete de clérico, o Dedo de dama, o Malvasia, o Ferral cor-de-rosa. Camilo de Macedo, um dos proprietários mais célebres na cultura desta especialidade, obteve recentemente as mais lindas uvas bipartidas em duas cores sobre cada bago, preto e branco, branco e cor-de-rosa, cor-de-rosa e preto.

Do alto de Cavais, propriedade do meu amigo Bernardo da Silveira, abrange-se todo o panorama desta admirável bacia: a longa serra do Marão, que lhe serve de pano de fundo; a garganta ubérrima do Vale de Jugueiros; a Régua e o Peso da Régua, duas retas paralelas, ligadas por uma perpendicular e descrevendo pela disposição da casaria a forma de um grandíssimo H pintado a branco na encosta; finalmente os três rios, o Douro, o Cargo e o Varosa, que se veem serpentear conjuntamente por entre os vinhedos, de água glauca, barrenta ou azul, já profundos e angustiados nas ravinas, já espraiados na areia, já reluzentes ao sol, borbulhando arrepiados pelas rochas ou espumando nas cachoeiras.

A região dos vinhos finos não é a da Régua mas sim a região adjacente para leste, no Alto Douro, Cima-Cargo, de Bagaúste a Tua, tomando para escala a linha férrea.

Percorri este caminho.

De uma e outra margem do rio, ao longo do qual se prolonga a estrada, a vinha em socalcos precipita-se do alto das montanhas até à borda da água como a tribuna de um anfiteatro imenso. A terra segura em tabuleiros progressivos calçados em largas lajes da pedra xistosa da região, cor de ferro queimado, lembra a dos vinhedos das margens do Reno.

O meu cicerone indica-me algumas quintas célebres, de que me vai citando os nomes: a da Valeira, a Quinta Nova do Cachão, a Alegria de Baixo e a Alegria de Cima, o Vesúvio, etc.

Entre Ferrão e Pinhão apontam-me a Boavista, antiga propriedade do barão de Forrester, hoje dos seus filhos, residentes em Inglaterra. É de uma instalação perfeita, tão regular como a de Johannisberg. A presença desta propriedade modelo junto da água turva do rio, onde o barão morreu desconjuntando-se o barco em que descia o rio no ponto do Cachão, evoca à minha lembrança jovial, a interessante e cativadora figura desse homem, que eu em pequeno conheci. Extremamente robusto, com a carne saudável e alegre, a barba em volta da cara, à moda de 1830, o cabelo crespo e grisalho numa trunfa a um lado, o olho bem aberto, claro e luminoso, a boca grossa, espirituosíssima, a toilette elegante, tudo lhe dava a expressão radiante da força e do triunfo! Ninguém certamente amou jamais como ele esta província de um encanto tão especial e tão vivo! Namorado desta terra, ligou-se a ela por todos os laços que prendem o homem ao solo: construiu a casa, plantou a terra, mediu a região, triangulou-a, retratou-a, armou nela a plancheta de

agrimensor e o cavalete de paisagista, pô-la em quadros encantadores e em mapas magníficos — únicos que existem do país vinhateiro do Douro —, percorreu-a incessantemente em todas as direções, em jornadas de prazer e em jornadas de estudo, como agrónomo, como tauriste, como pintor, como engenheiro, como naturalista.

Ninguém mais do que ele contribuiu para tornar conhecido, para tornar simpático o seu sítio.

Creio que o Douro seria feliz, se, em vez de eleger de quatro em quatro anos um deputado às Cortes, ele pudesse de vinte em vinte anos nomear para a sua região um simples proprietário como este.

Faltaria aos mais rudimentares deveres da civilidade se, achando-me no Alto Douro, deixasse de lhes apresentar a filoxera, porque ela tem aqui hoje verdadeiramente a supremacia de dona da casa.

A Filoxera-Vastatrix é um inseto microscópico, percetível apenas ao olho nu como um ponto diminutíssimo, ao pé do qual um grão de areia é um colosso. Apresenta duas formas principais: a forma aérea e a forma subterrânea. Na forma aérea assemelha-se a um mosquitinho esguio e amarelado com quatro asas transparentes, as duas da frente maiores que as de trás e todas mais longas que o abdómen. Este volátil é transportado no vento e considera-se o principal agente da propagação do mal em grande áreas vinícolas. Pousa, assim que pode parar, na superfície inferior das parras e nelas pare de três a

seis filhos insexuais, uns maiores e outros mais pequenos, dos quais nascem netos com sexo: as fêmeas nascem dos filhos maiores, os machos dos filhos mais pequenos dos alados. Estes insetos não têm asas, são ápteros. Uns deles fixam-se nos ramos e nas folhas da videira; outros estabelecem-se-lhe nas raízes. Uns e outros são mães de profissão e de nascença e reproduzem em duas gerações, das quais a segunda, depois de um certo período de hibernação, torna a ser alada e a pôr ovos fecundados, de que resultam novos ápteros, já para os galhos, já para as raízes da cepa, como os seus avós.

Reduzem-se a seis os meios geralmente empregados para combater ou para contrabalançar a destruição da vinha pela filoxera:

1.° O sulfureto de carbono aplicado por injeção;

2.° O sulfocarbonato de potássio aplicado em lavagem;

3.° A inundação prolongada da cepa;

4.° A transplantação da vinha para a areia;

5.° A substituição das cepas velhas pelos novos bacelos americanos;

6.° A renovação da vinha e da terra pela sementeira, pela enxertia e pela reconstituição química do solo.

O sulfureto de carbono em injeção na terra exige aplicação anual e não passa de um paliativo cuja eficácia se acha suficientemente constatada.

O sulfocarbonato de potássio em solução tem o inconveniente de exigir quantidades de água que em geral não existe adequadamente distribuída para este fim nos terrenos, dificuldade agravada ainda pela circunstância de que o sulfocarbonato danifica a água, inutilizando-a para outros usos.

A inundação em terrenos tão precipitosos como os do Alto Douro tem dificuldades análogas às do emprego do sulfocarbonato.

A transplantação para a areia, remédio fundado na dificuldade que o terreno arenoso oferece à locomoção dos ápteros microscópicos, tem sido tentada com êxito, segundo me dizem, pelo viticultor francês Bartissol nas suas propriedades em Setúbal, mas não é aplicável no Douro, onde escasseiam as grandes superfícies de areia.

A restauração da terra pela lavra profunda e pela adição de todos os adubos reconstituintes, minerais, vegetais e animais, e a restauração da videira pela procriação em sementeira, pelos cruzamentos das espécies, etc., não apresenta senão uma dificuldade: demanda trabalho, demanda dinheiro, demanda sobretudo conhecimentos técnicos, estudo prático, aplicação contínua, desvelo tenaz.

A boa tática na campanha suprema da agricultura do Alto Douro contra a invasão da filoxera, a tática empregada pelos agricultores mais instruídos e mais inteligentes, consiste no emprego principal dos últimos meios que acima indiquei, combinados com o emprego de todos os demais paliativos

exequíveis, tendo em vista criar plantas novas com o mínimo sacrifício possível, com a máxima utilização provisória das plantas velhas.

Qual é a origem do mal das vinhas?

Conversei neste assunto com alguns dos mais esclarecidos lavradores, e eis as conclusões a que cheguei:

A vinha do Douro caiu em caquexia, minada pela anemia das velhas famílias exaustas, e morre, à semelhança de todos os organismos senis, profundamente empobrecidos e viciados, ao contacto da mais leve causa de perturbação e de desequilíbrio, como morrem os velhos, sob qualquer pretexto, de um simples resfriamento, de um golpe de sol ou de um tropeção.

Não há memória de que nos vinhedos portugueses se houvesse jamais semeado uma uva. A vinha do Alto Douro é talvez ainda a mesma com que Noé se emborrachou na Ásia, segundo o Génesis, a res luxuriosa de que fala o Livro dos Provérbios, ou a mesma cepa que Baco encontrou na ilha de Naxos, ao atravessar a Grécia, e depois se transplantou para os vales de Sorec e de Eschol, na Palestina. Desde tempos imemoriais que a vinha do Douro, cujas origens se perdem na escuridão dos séculos, se reproduz consecutivamente e invariavelmente pela transplantação. Isto seria a perpetuidade de uma espécie privilegiada na criação. Esse privilégio é contra as leis da natureza. A vinha não pode constituir exceção às regras fundamentais da evolução biológica. A velha cepa do Douro sucumbe atacada pela filoxera, não porque a filoxera seja

necessariamente fatal à videira, mas porque a videira desta região esfalfada não tem seiva bastante poderosa para resistir à mordedura desse pequeno inseto.

Está demonstrado que os jovens bacelos americanos, virginais de podas e de enxertias, tenros mas saudáveis, sem lesões, sem moléstias herdadas, são invulneráveis, são pelo menos resistentes à filoxera.

Que há pois que fazer para renovar a viticultura do Douro?

Substituir as videiras velhas, fracas, predispostas por natureza para todos os achaques da senilidade, por videiras novas, robustas e saudáveis.

Algumas objeções ocorrem.

A videira americana ou qualquer outra videira em estado primitivo, selvagem ou quase selvagem, produzirá uvas iguais e vinhos análogos às antigas uvas e ao antigos vinhos?

Bastarão as simples influências mesológicas para dar a plantas diversas uma individualidade comum?

Transplantada para o Douro a cepa americana dará vinho fino, assim como a cepa do Douro transplantada para o campo de Braga dá vinho verde?

Em vez de um mero produto do ar e do solo, atuando na evolução da videira, não será antes o vinho fino do Porto, como certos géneros literários, o fruto requintado das próprias doenças de uma raça valetudinária, corrompida e condenada?

Não será a cepa de Cima-Cargo o que são algumas finas organizações artísticas, doentias e frágeis, cuja força está na própria debilidade febril, e nas quais o talento diminui na mesma proporção em que nelas aumenta a força do sangue e o poder do músculo?

Não será uma das condições essenciais desse licor precioso a seiva adelgaçada da planta macróbia e a pulverização calcinada de um terreno cadavérico, sobre cuja constituição química ninguém ainda estudou cientificamente o resultado que se pode tirar dos diferentes adubos sistemáticos da agronomia moderna — o adubo intensivo, o adubo de funções específicas?

Criada e robustecida a haste da vinha americana, eleita a casta que nela dará para a enxertia o cavalo mais possante para aguentar o cavaleiro, reconstituído pelo matéria azotada, pela potassa, pela cal e pelo fósforo o vigor do solo em que ela há de viçar e resistir à filoxera, fortificada assim a nova planta no novo terreno, colhida a uva, pisado o bago, fermentado o mosto, envasilhada a novidade, não sairá porventura da torneira da pipa, em vez do antigo vinho aromático, untuoso, aveludado e quente, um pobre líquido plebeu, escanifrado e cru?

A estas objeções só será lícito responder motivadamente depois de experiências feitas.

Tudo quanto sobre este assunto se pode por enquanto dizer, em tese, é que o remédio definitivo para a filoxera é a americanização das cepas com escolhas

das melhores castas, sem com isto se afirmar que não morra da cura o que escapou da doença.

No entanto, durante o grave período de transição que o país do Douro está neste momento atravessando, uma revolução enorme se anuncia e se prepara.

Todo o comércio dos vinhos do Alto Douro é feito por ingleses, residentes na cidade do Porto ou nos seus subúrbios.

Nesta época do ano, durante as vindimas, eles vêm, pessoalmente, comprar.

Antigamente, quando os meios de transporte eram longos e difíceis, quando se gastavam quatro, seis ou oito dias para vir embarcado do Porto à Régua, trazendo-se toda uma estalagem flutuante no barco rabelo, com colchões na chilreira e debaixo da apegada, e com munições de boca, carneiros, cabritos, leitões e galinhas, para ir matando e comendo pelo caminho — o inglês ficava em casa, e as compras eram feitas pelos comissários residentes na Régua.

Hoje o comissário acabou. O correspondente da Régua acha-se reduzido a uma espécie de factótum, encarregado quase exclusivamente de ir esperar o inglês à estação do caminho-de-ferro, de lhe proporcionar carruagens ou cavalos de aluguer, ou de o seguir a pé de quinta em quinta como pajem da lança ou como escudeiro, levando a tiracolo o saco de viagem, ou sobraçada a maleta cilíndrica de afivelar à sela, dentro da qual o inglês transporta de vinha para vinha um par de peúgas, as suas chinelas, a sua camisa de dormir, uma

navalha de barba, um sabão Windsor, o último número do Punch e um saca-rolhas.

Vestido de gentleman-Jarmer ou de county gentleman, de grossos sapatos com esporas, knicker-bocker ou calças de equitação forradas de camurça e abotoadas justas à perna do joelho para baixo, jaquetão escocês, luvas de governar, cabo de chicote debaixo do braço, camisa de flanela ou de foulard, faces rubicundas, chapéu mole ou panamá sobre o olho, cercado das atenções e dos respeitos de todo o mundo, o inglês tem o aspeto pitoresco e feliz de ser propriamente ele o dono de tudo isto.

Diríeis um conde da mais nobre e velha linhagem da Inglaterra ou da Escócia passeando em correição pelas casas dos seus vassalos. O mesmo príncipe de Gales, em digressão de recreio pelos cottages dos seus rendeiros, não tem um ar mais nobre, nem mais dominador, nem mais senhoril que o de qualquer destes calças de couro emigrados do trato mercantil das docas de Liverpool ou de Southampton.

Seguem, precedem ou acompanham estes viajantes, de pouso em pouso, de estação em estação, grandes e apetitosos cestos merendeiros, pesados de víveres e de drogas: latas e terrinas de conservas de perdiz, de galinhola, de lebre, de fígados de pato, de salmão; maços de chá preto; frascos de soda e de sulfato de quinino, cápsulas de óleo de rícino; e numerosas garrafas de vinho

velho do Porto, de soda-water, de potass-water, de Forbach-water e de cognac.

Os magros proprietários de pequenas colheitas de oito a dez pipas apenas, de vinhos pobres e frios, impróprios para a lotação e para a baldroca do armazém, apenas potáveis — indivíduos para quem o inglês nem se digna de olhar, para não azedar a vista e a digestão —, vêem-no passar nas ruas da Régua, onde eles vagueiam envergonhados ao farisco de um comprador, e seguem com os olhos ávidos e famélicos esses cabazes de pingues munições, símbolos ambulantes de fartura como cornucópias de viagem.

Chegado às grandes quintas conhecidas, o inglês manda o comissário, a correr, chamar o proprietário, e espera-o na vinha. Aí prova a uva, ouve o cálculo feito sobre o cômputo da lagarada e ajusta o preço do vinho segundo a cotação do ano.

Depois de fixada a importância da compra, por cada pipa em mosto, o inglês penetra na casa do agricultor. Antes disso nunca!

O negócio trata-se na vinha, em pé, de chapéu na cabeça. O proprietário, de olho investigativo, as mãos nos bolsos, torcendo nervosamente o fundo das algibeiras, afetando serenidade e indiferença. O inglês, cuspindo para o ar a casca dos bagos mastigados, passeando dandinado entre as cepas, chicoteando as parras, falando com pronúncia saxónia um português de alfândega, em estilo composto de tanoeiro, de arrais, de moço de armazém, de troquilha e de

mariola, dando invariavelmente o tratamento de vossemecê a qualquer que seja a pessoa com quem fale.

Metade dos ares de importância e das figuras de retórica usadas pelo viajante britânico no discurso dessas transações bastaria para que o proprietário, se fosse assim tratado por um português, o corresse a pontapés pelo parreiral ou o mandasse pôr, suspenso das orelhas, ao fundo da quinta, por um guarda das uveiras.

O inglês é respeitosamente convidado a repousar e a tomar um refresco na habitação do viticultor.

Na casa de jantar, sentado à mesa, tendo sido apresentado à senhora que a preside, o negociante recolhe-se e faz o que pode para pôr em evidência o gentleman. É grave, é ameno, é discreto, e digna-se até por vezes de falar em amizade a nobre língua dos dramas de Shakespeare e das notas do banco de Inglaterra.

É depois desta refeição sacramental, no momento de sair um pouco mais rubro do que entrara, que o inglês fecha a compra do género.

De que modo?

Tomando um apontamento em cifra na sua carteira de viagem, e dando ao dono da mercadoria . .. um shake-hands.

Por meio desta simples formalidade, tão comovente quanto destituída de toda a espécie de garantia, se acha fechada a transação.

Quando muito bem lhe apraz, no regresso da sua excursão, o inglês reaparece, deixa um sinal em dinheiro e almoça. Chegado ao Porto, envia a aguardente com que deseja temperado o vinho no casco, e no mês de Março manda recolher a compra ao armazém em Vila Nova de Gaia. O pagamento é feito do seguinte modo: um terço à carregação em Março, abatendo-se então a importância do sinal recebido; um terço pelo S. João; o terço restante pelo S. Miguel, isto é, onze meses depois de efetuada a compra, quando o género tem tido tempo e retempo de estar vendido e pago ao prazo de três meses em Inglaterra. Com um capital de cem ou duzentas libras para o pagamento do sinal unicamente, ou. do sinal e da primeira prestação — capital fácil de levantar sobre a garantia da transação feita —, o negociante de vinhos entra de chapa em pequenos negócios de vários contos de réis por ano.

É um dos mais lindos modos de vida que eu conheço.

E, não obstante, não há português nenhum que o exerça.

No seu país o português ou não quer ou não sabe negociar. O mais superficial exame à evolução do trabalho e da riqueza, através das nossas províncias, demonstra claramente que o que mais falta faz ao nosso desenvolvimento económico é o mercador.

É o estrangeiro que nos exporta os vinhos, não só do Douro, mas da Estremadura e da Bairrada.

É o estrangeiro que nos exporta a cortiça, que nos exporta a laranja, que nos exporta a cebola, que nos exporta o gado.

E ainda o estrangeiro que nos exporta os belos móveis artísticos dos séculos XVI e VII, que o luxo manuelino espalhou por todo o País, e que ainda há pouco tempo enchiam os conventos, os mosteiros e os solares de província.

É ainda o estrangeiro que em cada ano põe à venda no Hotel Drouot, em Paris, os restos de faianças, de panos de Raso, de tapetes persas, de porcelanas da China e do Japão, de couros policromos, de colchas da índia, de ferragens e de joias de que as antigas casas arruinadas se desapossaram nas suas vendas.

Temos ainda lojistas que vendem no reino os artigos que em cada ano lhes remetem de Paris, de Londres, de Viena e de Berlim; mas o verdadeiro mercador desapareceu. O comércio de exportação em mãos portuguesas acabou, como acabou o comércio marítimo.

Lembram-se ainda os que passaram pelo Porto, há vinte ou trinta anos, o que era o rio Douro, visto de Cima do Muro? Lembram-se da grande floresta de navios portugueses à carga e à de carga, em Massarelos e Miragaia? das complicadas e longas dinastias, numeradas, das barcas e dos brigues, construídos nos estaleiros do Ouro? das Amélias, das Castras, das Caralinas?!...

Pois bem; eu não vi, ultimamente, um só navio português de longo curso nas águas do Douro. E o estaleiro do Ouro — com que mágoa o digo! — acabou. Desapareceu esse longo estendal de madeiras, geometricamente trabalhadas no chão pelos carpinteiros de machado; essa floresta de enxárcias, de gáveas, de mastaréus, de cavernames descarnados como esqueletos de enormes peixes a seco entre os álamos — pitoresco arsenal marítimo, situado numa das mais lindas curvas da margem do rio, onde, ao estrépido das enxós dos carpinteiros e dos maços dos calafates, no bom cheiro da estopa alcatroada, todos os portuenses da minha idade viram por tantas vezes o batismo solene, o champanhe, e a queda na água do navio esbelto, virginal, de uma alegria de cisne, despedido rápido como um tiro pela calha ensebada, a um golpe de machado, num relâmpago de êxtase, num trovão de foguetes e de palmas.

Belo estaleiro do Ouro! Nem um só vestígio resta hoje do que ele-foi na solitária e entristecida alameda, além das antigas árvores sobreviventes ao terrível golpe que, matando o estaleiro, pôs no lugar um véu de luto pela viuvez da terra, pela orfandade do rio!

Engana-se muito quem cuida que o vinho do Porto é um simples produto químico. Não. O vinho do Porto é principalmente uma obra de arte, um problema de gosto.

A matéria-prima empregada na confeção deste licor é a uva, a jeropiga, a aguardente e a baga de louro. Com a mesma baga, com a mesma aguardente,

com a mesma jeropiga e com a mesma uva fazem-se cem, fazem-se duzentos, fazem-se inumeráveis tipos de vinhos, todos diversos uns dos outros.

A grande operação vinária divide-se em três períodos distintos: antes do lagar, no lagar, depois do lagar.

No primeiro período compreende-se a vindima propriamente dita, isto é, o corte da uva pela ranchada, composta de mulheres e rapazes munidos de um gigo vindimo e de uma navalha podoa, e dispostos à cabeceira da linha se a vinha está armada em paralelas, ou a uma das testadas se é em quincôncio que está armada a vinha. Alinhados uns pelos outros, os vindimadores caminham em linha reta, de uma testada ou cabeceira até à cabeceira ou testada oposta. Ao corte da uva e ao transporte dela à casa do lagar segue-se a escolha e a limpeza dos cachos, a separação das castas, a das uvas verdes, das uvas maduras e das uvas passadas.

No segundo período compreende-se a lagaragem, isto é — a pisa, a operação de despegar o bago do seu pedículo, a que se chama o desengace, a separação do sumo, do cango, do folhelho e do bagulho; a espremedura; a curtimenta do mosto.

No terceiro período compreende-se a envasilhagem, o transporte da lagarada para os dornachos e para os tonéis, ou por bomba, em mangueira ou em calhas, ou a braço, em vasos de aduela, baldes de lagareiros ou alamudes; a têmpera; a trasfega; a colagem; etc.

A cada uma dessas diferentes operações correspondem processos extremamente complexos, de um estudo delicado e finíssimo.

Abandonado a si mesmo, tal como o deu a uva pisada e espremida, o vinho do Porto seria uma bebida extremamente inferior a qualquer bom vinho do Dão ou da Bairrada. O que faz o vinho — dizem os vinhateiros — é a educação. Assim, na confeção do mais puro champanhe entram dezasseis ou dezoito ingredientes diversos.

A falsificação é outra coisa, que não consiste na têmpera do vinho, mas sim na fabricação total do licor, operada por meio de complicadas misturas sobre uma base de vinho abafado ou de jeropiga e de álcool. Os vinhos mais fáceis de imitar artificialmente são os vinhos mais alcoólicos, como o Porto, o Madeira, o Málaga, o Tokay, o Laciyma Chrysti. Os antigos centros da fabricação destes vinhos fictícios eram Cette, Mèze, Bèziers, Lunel e Montpellier, no Sul da França. Esta indústria localizou-se também ultimamente nalgumas cidades de Espanha e no Porto, onde se faz vinho do Alto Douro com vinhos de toda a parte, exceto talvez com os do Algarve, os quais todavia são os mais semelhantes ao tipo que se pretende imitar.

Na vinificação do Douro pouco ou quase nada haverá que reformar.

Os processos tradicionais e empíricos, cotejados com as mais recentes teorias científicas, dão em último resultado a perfeição. O vinicultor nem sempre saberá talvez a razão científica daquilo que faz, mas faz sempre, por hábito

contraído e por costume herdado, aquilo que deve fazer. A meia ciência, que ordinariamente procede sem provas definidas e completas, fará bem no interesse do vinho em não se meter a altercar com a rotina vinhateira do Douro.

E uso, por exemplo, depois da pisa, em vez de deixar imobilizar o mosto na fermentação, fazer passear na lagarada, durante uma noite ou um dia, um número de lagareiros calculado num homem por cada pipa. A razão deste uso atribui-se à vantagem de calcar o folhelho no fundo do lagar, para o fim de aumentar a coloração do vinho. Esta teoria é falsa, porque a tinta da uva não está na epiderme, mas sim na camada esponjosa que ela cobre e que reveste a massa celulosa do bago. A prática, porém, é excelente, como o vieram demonstrar as recentes experiências de Gay-Lussac e de Pasteur, provando que o oxigénio é indispensável à fermentação do mosto, e que quanto mais se areja o mosto tanto mais se lhe ativa a fermentação, concluindo Pasteur que pelo arejamento se desdobra totalmente o açúcar, e que quanto mais o mosto se oxida mais seco fica o vinho, mais retinto e mais perfumado.

Ora o passeio dos lagareiros no mosto é o melhor meio de o arejar, já agitando e desfazendo no ar os vapores que a fermentação produz e que abafam a lagarada, já remexendo docemente o líquido e oxigenando-o metodicamente, gradualmente, do cimo ao fundo, em toda a espessura da massa.

Mas, se não há que inovar na fabricação dos vinhos finos do Douro, quanto não há que aprender, que refletir, que ponderar, que saber no complicado decurso desse verdadeiro drama que é a vida do vinho do Porto, desde que se extrai da cepa para ser pisado até que escorre no copo para ser bebido! Quantos cuidados na vinha! quantos no lagar! quantos na adega!

Há bibliotecas enormes de viticultura e de vinificação. Toda a questão da vinha ou do vinho prende a um problema de ciências naturais ou de ciências químicas, e procura a sua solução na geologia, na mineralogia, na botânica, na climatologia, na física, na química agrícola, na entomologia, na micrografia, etc.

A mais leve diferença no tratamento do mosto, mais ou menos algumas horas ou alguns homens na operação do arejamento, a mínima alteração na curtimenta, na trasfega ou na têmpera, na dosagem, ou na qualidade de baga, da jeropiga e da aguardente transformam inteiramente o tipo, a natureza, o valor do vinho. Não há produto mais delicado nem mais suscetível.

Um provador meu conhecido, passando de uma vez em revista os vinhos de um armazém em Vila Nova de Gaia, mandou marcar certa pipa com uma cruz a giz, e, depois de ter provado cem pipas do mesmo vinho, mandou trasfegar o da pipa marcada:

— Esse aí está-lhe a vir não sei o quê. Mudem-no já de vasilha.

E, feita a operação indicada, reconheceu-se que no fundo da pipa assinalada pelo provador havia uma pequena moeda de cobre.

Ainda agora num armazém da Régua eu ouvi um perito dizer:

— Ponham fora quanto antes essa pipa de aguardente: o vinho de todos os tonéis está a começar a saber ao gosto que ela tem!

A necessidade impreterível de combater a devastação da filoxera por meio de cuidados desveladíssimos de cada dia, quase de cada hora, veio tornar a cultura da vinha ainda mais difícil que a vinificação. O trabalho que a cepa requer renova-se constantemente e não finda nunca.

Já Virgílio nas Geórgicas o dizia:

Est etiam ille labor curandis vitibus aller,

Cui numquam exhausti satis est.

Todo o proprietário do Alto Douro que continuar a confiar de caseiros e de mercenários o amanho das suas terras, comendo tranquilamente em Lisboa ou no Porto o rendimento das suas quintas, como era vulgar antigamente, não tem em pouco tempo nem um só bago de uva para colher. Várias quintas, outrora fertilíssimas e produzindo centenas de pipas de vinho, acham-se hoje

completamente destruídas e quase abandonadas. Compram-se algumas pela décima parte do valor que tinham há apenas dez ou doze anos.

O antigo cavalheiro do Douro, ocioso abastado, ídolo dos batoteiros da Foz, de Sintra e da Póvoa de Varzim, bem como as famílias com filhas casadouras que despachar, hóspede vitalício e generoso das hospedarias da Aguia de Ouro, no Porto, da Boavista, na Foz, e dos Irmãos Unidos, em Lisboa, desapareceu da convivência social!

Fulano? arruinado! Sicrano? arruinado! Beltrano? arruinado!

Estão arruinados todos os que não estão mortos. Uns fizeram-se corretores em negócios de cavalos; outros conseguiram chegar a empregados da alfândega, dos correios ou dos caminhos-de-ferro.

O antigo Douro acabou enfim também, como tantas outras fundações desaparecidas radicalmente ou transformadas na sociedade portuguesa no decurso dos últimos tempos.

Pode-se dizer que mais coisas findaram em Portugal durante os últimos trinta anos do que durante os dois séculos precedentes.

Quais as causas dessa lenta transformação em que sucessivamente vamos vendo desaparecer tudo o que foi, sem se discriminar ainda bem, neste estado transitório, aquilo que há de ser e que há de ficar duradouro e definitivo? As causas são a abolição dos vínculos, os caminhos-de-ferro, a intriga e a

corrupção eleitoral, as inscrições, a dissolução dos velhos costumes burgueses, o triunfo fácil das ambições reles, o banquismo, o brasileirismo, a ignorância geral subsequente à abolição das ordens religiosas, que eram as cabeças pensantes do País.

As consequências são: o abandono da propriedade agrícola, o desdém da vida rural, a falta de núcleos provinciais, a cambalhota das fortunas, a dissolução das famílias preponderantes; e, no meio desta confusão tumultuária de coisas e de gentes, uma concorrência de trabalho que começa, um regime de competência e de valor pessoal que começa a afirmar-se nas zonas da atividade abandonadas ao acaso pela incúria oficial, pelo desleixo governativo, pela estupidez do Estado.

O agricultor moderno, o proprietário do futuro, inteligente, instruído, amando a lavoura como a obra viva do seu espírito, e não simplesmente como a antiga gleba a que estavam adstritos os servos do senhor feudal, começa a aparecer no Douro.

Vários homens novos, perfeitos homens do mundo, mais ou menos bacharéis, tendo viajado, tendo aprendido, assinando no interior do Douro um jornal de Paris e uma revista inglesa, protestam corajosamente, pela sua aplicação e pelo seu trabalho no renovamento agrícola, contra o desleixo excelso dos seus antepassados. Estes rapazes, se assim me é lícito denominar cronologicamente indivíduos da geração a que eu pertenço, estudam e resolvem com perfeita

competência todas as questões técnicas relativas ao vinho e à vinha; têm laboratórios de química agrícola e principalmente de química vinícola, suficientemente apetrechados para as principais análises do mosto, do vinho, do álcool, do solo, dos adubos; possuem bibliotecas especiais muito bem providas; mantêm correspondência e permutam informações e notícias com os grandes viticultores da França, da Espanha e da Itália; procedem ativamente e inteligentemente à renovação do solo e dos vinhedos por meio da reconstituição da terra e da cepa, pelos adubos, pelos enxertos, pelos cruzamentos das castas, pela formação de sementeiras e de alfobres de videiras virginais, pela preparação de um pessoal técnico para a enxertia nas varas finas e tenras dos novos cavalos, pela tentativa de novas culturas, etc. É desses lavradores que está dependente o futuro do país vinhateiro do Douro.

A antiga riqueza territorial acabou aqui, como tende a acabar em toda a Europa, com os novos meios de comunicação rápida e com a concorrência aos nossos mercados dos produtos das terras vastas e virgens da América e da Austrália, em competência com os produtos dos retalhados e empobrecidos terrenos europeus.

Será unicamente pela escolhida delicadeza ou pela fragilidade da produção que o agricultor europeu poderá medir-se com os seus rivais longínquos do novo mundo.

Será unicamente a agricultura sábia, diligente, incessantemente aplicada ao estudo e ao trabalho local, a que por fim triunfará, sobrevivendo à vasta ruína que — pelas novas relações do globo, pela revolução trazida ao comércio pela construção das grandes linhas férreas, pela perfuração dos montes, pelo corte dos istmos, pela abertura dos canais, pelo estabelecimento dos telégrafos e dos cabos submarinos — paira presentemente sobre a Europa toda como um enorme krach rural.

CAPÍTULO VII

O PORTO

Porto — Julho, 1883.

A companhia de zarzuela que estava no Teatro dos Recreios veio para cá no mesmo comboio em que eu vim. Na estação do caminho-de-ferro, em Santa Apolónia, a sala de espera cheia. Eram as cantoras, os cantores, os coristas de um e de outro sexo, e o corpo de baile.

Elas, envoltas nas mantilhas, sobraçando sacos, trouxas de roupa e chapeleiras de papelão. Eles, de jaleco, com o chapéu carregado sobre o olho, sem gravata, barba por fazer e cigarro no beiço.

Jovens lusitanos, em trajo de esperar touros, estão no bota-fora, e prestam serviços às belas, segurando os sacos, os rolos dos agasalhos e as bocetas de cartão.

Conspícuos governadores civis e graves candidatos a deputados, que tinham vindo à Corte conferenciar com o Governo, circulam com ar austero, chapéu alto, guarda-pó de linho e frasco a tiracolo, por entre o rebuliço da multidão.

As vozes agudas das mulheres espanholas soltam no ar girândolas de perguntas e de respostas, cruzadas em diálogos através da atmosfera da sala, impregnada de um possante cheiro castelhano de gordura e de alho.

— Os senhores passageiros queiram subir para as carruagens; o comboio vai partir!

A estas palavras a multidão encapela-se na direção do comboio como um movimento de vaga. Trocam-se abraços e beijos, entre risadas estrídulas e nasais repicando como castanholas:

— Adiós, Lola! Adiós, Pepa! Adiós, Dolores!

Dentro de algumas carruagens ouvem-se harpejos beliscados nas guitarras, que começam a afinar. Por baixo dos vestidos arregaçados, pés curtos e ligeiros saltam aos estribos, e formas curvas, de uma elegância adunca, embebem-se para dentro do trem. Batem, caindo sucessivamente, os fechos das portinholas. A sineta da estação dá o sinal da partida.

Abalámos finalmente, ao som das seguidilhas entoadas nas carruagens de segunda classe e dos adeuses repetidos na gare entre acenos de chapéus e de lenços brancos.

Desde Santa Apolónia, à saída de Lisboa, até Campanhã, à entrada do Porto, a zarzuela não deixou nunca de exercer os seus efeitos. Ela declamou, cantou, tocou guitarra, tocou pandeiro, comeu chouriço e rogou pragas! Às três horas da madrugada, quando o comboio adormecido parou para receber água no meio de um pinhal, acordei aos gritos agudos de uma voz de mulher que bradava de uma das extremidades do longo trem:

— Pollo! Pollo!! Pollo!!!

Uma voz de homem, grossa, grave, arrastada, pachorrenta, contestou da extremidade oposta:

— Que se oferece?

A voz de soprano, que primeiramente chamara por Polia, perguntou:

— Como está Julia?

E a voz do baixo profundo respondeu:

— Dormindo!

Até para Júlia dormir era preciso que um dueto nos acordasse. Imaginem a bulha proporcional a Júlia desperta! a Júlia chupando laranjas! a Júlia comendo melão! a Júlia tamanco chocolate e embrulhando bifes num jornal no bufete do Entroncamento! a Júlia mordendo com voracidade em Coimbra as pencas de manjar branco!

De manhã, ao chegarmos a Aveiro, um lavrador do Ribatejo, que vinha em frente de mim no mesmo compartimento, esfregou os olhos, bocejou magnanimamente, espreguiçou-se erguendo os punhos cerrados para o teto da carruagem, e exclamou:

— Já me cheira a Minho. Daqui a nada estamos na região do País em que o dinheiro se não conta senão por mil cruzados e em que o máximo de uma colheita é um moia.

E, tendo acendido um cigarro, o do Ribatejo arrojou o fósforo queimado à estrada com um gesto cheio de desprezo pela região minhota em que Íamos entrar.

— Do Vouga para cima — continuou o ribatejano com azedume — a unidade deles para o dinheiro que foram ganhar ao Brasil é o conto de réis; para o trigo que eles mesmo cultivam é o salamim. Parlapatões!... Olhem para aquela eira! Aquilo aqui assim é a eira de um ricaço. Tem duas braças quadradas. E do tamanho de um lar nas cozinhas da minha terra.

Um passageiro, que tinha bilhete para Braga e que ia na bancada do meu lado, interveio em defesa do Minho.

— Diga lá o senhor o que quiser da colheita dos trigos e do tamanho das eiras. Paisagem como esta é que o senhor não é capaz de me dar lá para baixo. Regale-se de estender os olhos pela frescura desses milhos e desses pinhais! E tudo salpicado de habitações graciosas, que denotam prosperidade e bem-estar. Faça-me o favor de olhar aqui por este postigo por aí fora até o mar. Veja lá se há nada mais pitoresco!

— É com o que lhe dão: com o pitoresco! — retorquiu o outro. — Um pitoresco de casinholas umas em cima das outras, que não pode um boi (com

licença) escornar no campo sem deitar abaixo uma parede. O senhor já viu nas lezírias, no campo de Almeirim, ao f m da tarde, no Verão, um campino parado no meio da planície, com o seu pampilho em punho e com o seu cavalo à rédea? . .. Isso é que eu chamo pitoresco, isso é que é belo, isso é que dá ao homem a sensação de liberdade e do valor.

— A liberdade dos campinas é boa! pelo uso que eles fazem dela é fresca a tal liberdade! ... De quem o senhor me vem falar?! Dos campinas! uma corja de mandriões, que não são capazes de deitar a mão a trabalho nenhum, que não prestam para nada senão para andarem a cavalo ao pé do gado, para dormirem de barriga para o ar nas eiras, para beberem vinho com os toureiros, e para roubarem os meloais e as vinhas... Uma raça de malandros!

— No Minho então não se rouba? Lá não vão aos melões, e às uvas, e às castanhas, e às pinhas?. ..

— Não, senhor; não vão.

— Então para que é que os proprietários levantam em redor das quintas os muros da altura de dois homens, com fundos de garrafas em cima, com ratoeiras dentro, e com cães, que ninguém passa nas estradas que eles não venham rosnar e ladrar aos valados com os focinhos negros arreganhados e os grandes rabos amarelos alçados como báculos?

— Cães de caça, senhor, cães de caça!

— Cães de caça de barrigas de pernas dos viandantes e dos mendigos; que também não há terra em que se mendigue mais do que no Minho! Todo o habitante pobre é de profissão pedinte. As crianças são educadas a pedir esmola, trotando ao lado das carruagens que passam nas estradas, choramingando e lamuriando em coro, de barriga ao léu e pernas encardidas de lama, com as cabeças tinhosas, sujas como bacorinhos, e descabeçando padres-nossos como beatas velhas. É uma infância vergonhosa e indecente, de que não podem sair senão homens pusilânimes, estúpidos, sem brio, ligados à terra passivamente como bezerros, incapazes de a honrar e de a defender. Vá lá para o Alentejo a ver se alguém pede esmola pelas estradas, ou se alguém se anda a desbarretar pelos caminhos diante de todo o bicho-careta que passa, unicamente porque o bicho-careta traz fechos de prata na jaleca e grilhão de ouro no relógio! Os próprios rendeiros, e os maiorais do conde de Sobral, do Ramalho de Évora, do Estêvão de Alcochete, falam-lhes de chapéu na cabeça, de igual para igual, como na Andaluzia e na Estremadura espanhola. Por nenhum dinheiro do mundo um alentejano, um estremenho ou um algarvio entraria nu num a latrina como fazem os minhotos para o negócio do estrume. Basta comparar as habitações alentejanas, esmeradamente asseadas, com os chiqueiros das famílias pobres no Minho.

— É porque no Minho não há cal.

— Mandem-na vir!

— É o que eles fazem; mas, como a cal não está no solo, o asseio não está nos costumes. Olhe Afife, como é uma povoação asseada! Porquê? Porque os de Afife são todos estucadores: é a especialidade da profissão que os familiariza com a cal. Onde a casa é negra o homem é sujo.

— O senhor cuida então que o que falta no Minho é cal? Pois eu entendo que o que lá falta é gente. A população do Minho é uma população de refugo. A emigração é um agente seletivo exercendo-se no sentido de operar a decadência. O minhoto mais forte, o mais robusto e mais inteligente vai para o Brasil...

— Enriquecer!

— Sim; enriquecer o Brasil com a sua inteligência e com o seu trabalho, e empobrecer a sua terra pela ausência da sua capacidade e da sua força no conflito da civilização local.

— Mas, graças aos capitais que regressam do Brasil, a província do Minho floresce e prospera.

— Prospera em casa novas forradas de azulejo, em grades de ferro pintadas de verde e de cor de ouro, em hortas ajardinadas, em capoeiras bem sortidas, e em caramanchões nos ângulos das quintas. Mas não prospera em trabalho nem em produção. O dinheiro aumenta nas mãos de alguns, mas o trabalho não aumenta na atividade geral. Em virtude das capacidades

subtraídas pela emigração, todas as indústrias minhotas desfalecem por falta de direção inteligente e esclarecida.

— Então a criação do gado não é uma indústria próspera?

— Ora, adeus! Então o senhor imagina que o minhoto cria gado? O minhoto engorda bois, o que é diferente. Engordar o boi não é propriamente uma indústria, é uma operação de fundos, uma colocação de capital, uma forma de pôr dinheiro a juro. Todas as indústrias que merecem verdadeiramente esse nome estão estacionárias ou decadentes. Veja em Guimarães a indústria dos panos de linho, a indústria da cutelaria, a indústria do couro; veja em Braga a indústria dos chapéus; veja em Vila do Conde a das rendas; veja em Viana, em Caminha, em Fão, em Esposende, a indústria das construções navais.

— O número das construções navais nos departamentos marítimos do Norte aumenta.

— Mas o número total de toneladas que as embarcações construídas comportam diminui, porque se não fazem já senão pequenas embarcações de cabotagem. Não há escolas profissionais, não há concursos rurais, não há museus de indústria, não há ensino, não há finalmente organização industrial.

— Mas também a não há no resto do País. Nas Caldas, por exemplo, a louça fabricada hoje é muito pior do que era há oitenta anos. Com uma tradição de modelos lindíssimos da escola de Bernardo Palissy, com um

esmalte incomparável, a cerâmica das Caldas não sai do período infantil da arte. Ainda ultimamente lá estive. O fabrico da louça faz-se pelos processos mais primitivos; não sabem amassar o barro, não o sabem cozer, não sabem fornear. Desconhecem completamente o uso do termómetro. Agora, quanto à emigração do Minho, tenho a dizer-lhe que nem todo o minhoto emigra para o Brasil. O senhor vê em Lisboa um grande número de artistas, de homens de letras e de homens de Estado que são do Norte do País.

— Isso mostra que o absentismo se dá por várias formas, mas os efeitos são os mesmos: no Minho falta gente. Há algum dinheiro, não digo que não, dinheiro de algibeira principalmente, dinheiro para despesas miúdas, .em maior quantidade do que na Estremadura, no Alentejo ou no Algarve. Mas que importância tem o dinheiro? para que diabo serve o dinheiro?

— Eu digo-lhe, meu rico senhor, o dinheiro serve principalmente para tudo, e remedeia para o resto

Os oito viajantes que enchiam os oito lugares do nosso vagão apoiaram todos unanimemente esta afirmativa, arregalando os olhos, dizendo em exclamações oh! oh! e bambeando aprovativamente as cabeças sonolentas e cheias de p<5.

No entanto, a frescura do mar, coada através dos pinhais, inundava-nos num banho de ar puro e balsâmico. As bouças de mato cobertas de flores cor de ouro, os fetos e as urzes, cintilantes do orvalho da noite, reluziam nos valados e nos taludes ao sol da manhã.

Em Aveiro as mulheres oferecem-nos os seus barrilinhos tradicionais de mexilhão e de ovos-moles.

Em Espinho os banheiros, vestidos de baeta, saídos do mar escorrendo água, entregam-nos os seus bilhetes de visita, enquanto os banhistas, passeando gravemente na estação, de chapéus de palha e sapatos brancos, com os seus bordões de cana-da-índia com argolas de prata, abrem o correio de Lisboa e percorrem com zelo os jornais da manhã.

Na Granja abrem-se as vidraças e os estores dos lindos cottages e dos frescos chalets situados à beira da estrada. Criadas de avental branco sacodem os tapetes ou colocam às janelas as gaiolas dos canários e as faianças com begónias. Grandes moitas de hortênsias abraçam as escadas exteriores dos pequenos prédios, e as crianças de bibes de linho com os seus chapéus derrubados, de palhoça, descem pela mão para a praia.

O panorama, extraordinariamente belo, que se descobre da grande ponte sobre o Douro começa a desenrolar aos nossos olhos os seus diferentes aspetos tão variados, tão imprevistos. O rio, liso, e espelhado como uma chapa de vidro azul e verde. Uma extensa cordilheira de colinas, cobertas de pinheirais e desenhando no espaço vaporoso e húmido as curvas mais suaves e as perspetivas mais graciosas e mais risonhas. À beira da água, sulcada de barcos, de cor escura, esguios, da forma de gôndolas venezianas, remados de pé com largas pás que bracejam silenciosas e lentas, arredondam-se em

grandes massas de um verde-escuro e espesso os velhos arvoredos das quintas do Freixo, da Oliveira, de Quebrantões e de Avintes.

Apeamo-nos finalmente na estação de Campanhã. Uma fila de carruagens sobre a linha dos elétricos. Um rumor diligente e alegre de tamancos novos sobre os largos passeios lajeados. Mulheres bem feitas, caminhando direitas, de cabeça alta, cintura fina solidamente torneada sobre os rins, e alegres lenços amarelos, de ramagens vermelhas, encruzados sobre a curva robusta do peito. Canastras bem tecidas, grandes como berços, cobertas de pano de algodão em listras azuis e encarnadas.

As carruagens americanas recebem tudo, gente, cestos de fruta, canastras, trouxas de roupa branca, caixotes, seirões com ferramentas. Dos vinte passageiros de Campanhã que tomam lugar connosco no carro americano dois têm escrófulas, e um tem uma grossa corrente de ouro no relógio e um grande brilhante pregado no peito da camisa. Um pequeno, ruivo, sardento, de olhos azuis, apregoa o Jornal da Minhaum. As mulinhas trotam bem. E todas as casas, de um e de outro lado da rua, têm à porta a cancelinha baixa, de pau, pintada de verde. Estamos no Porto.

Os melhoramentos materiais na cidade que acabo de entrever são, na verdade, consideráveis. As novas ruas, a prolongação da Boavista, a de Mouzinho da Silveira, paralela à rua das Flores, a de Passos Manuel, desde Santa Catarina à Rua de Sá da Bandeira, a rua que liga a estação do Pinheiro com a cidade, e

outras, acham-se quase inteiramente guarnecidas de prédios e todos os prédios habitados.

Outro tanto sucede nos bairros novos do Palácio de Cristal e da Duquesa de Bragança.

O Bairro Herculano, entre o Jardim de S. Lázaro e as Fontainhas, é um recinto murado, fechado por uma grade de ferro, compreendendo duzentas ou trezentas casas, de rés-do-chão, ou de um andar, comodamente alinhadas, com um pequeno jardim comum, um mercado, lavadouros, enxugadoras, etc.

Está já delineado, com as ruas em esboço, o projetado bairro do Campo do Cirne, em frente do Cemitério do Repouso, ao lado da Rua do Heroísmo. E a nova ponte, que vem da serra do Pilar às proximidades do Paço do Bispo, demolirá e transformará em novas avenidas os bairros antigos do Barredo e da Sé.

Aqueles que há vinte anos partiram daqui, como eu, arriscam-se, regressando depois de mim, a não atinar com o seu caminho, a não encontrar a sua casa, nem a sua rua, nem os seus sítios.

Deixou de existir a antiga Rua do Souto, a das Congostas, a dos Mercadores, a da Bainharia e a tão pitoresca e tortuosa Rua da Reboleira, com o seu arco da Porta Nobre, as suas janelas em ressalto como as das velhas casas flamengas, e as suas tanoarias, por entre cuja frescura era tão bom no Verão passar à

sombra, no picante cheiro da aduela e dos vimes do vasilhame, ao vir da Foz em char-à-bancs sob o sol a pino!

Dir-se-ia que os nossos pais morreram para nós muito mais completamente do que morreram para eles os seus avós e os seus bisavós, levando consigo, ao desaparecerem, quase tudo quanto os rodeava na vida: a casa, o jardim, a rua que habitavam.

As modernas construções não têm aqui, como não têm no resto do País, carácter artístico. As casas novas do interior da cidade são tão chatas e tão inconfortáveis como aquelas que vieram substituir, e estão longe de dar ideia da encantadora reforma porque têm passado as edificações urbanas nos países setentrionais da Europa, especialmente a Prússia e o Hanôver.

A estrutura geral dos prédios apresenta, porém, um aspeto consistente, não desagradável à vista: os telhados de lousa, as fachadas revestidas de azulejos, as padieiras de granito, tão nitidamente esquadriadas, dão ao todo um ar rijo, saudável, alegre, harmonizado bem com os tons frescos da paisagem, com a verdura das colinas, com as árvores das praças, com os parreirais dos jardins, com as nebrinas do Douro esbatendo no vapor aquático, polvilhando de sol, o risonho contorno da casaria e das montanhas.

Têm os progressos do espírito acompanhado a evolução dos melhoramentos exteriores?

Esta questão é mais complexa, e não tenho tempo para a estudar em detalhe, nem espaço para a tratar por inteiro.

O que vou fazer é transmitir as minhas primeiras impressões de turista em viagem na minha própria terra, com a superficialidade profissional de um repórter ao acabar de chegar a um país desconhecido, e propondo-se compará-lo a um país que conhece: o Porto de hoje posto ao lado do Porto de há trinta anos.

Não leio habitualmente os jornais da província. Não frequentando o café, não tendo clube, não indo ao Grémio, não vendo senão as folhas que me traz a minha casa o correio, confesso humilhado que até os títulos desconhecia de alguns dos jornais portuenses, que leio aqui todos, sistematicamente, do princípio ao fim, fazendo deles há oito dias a grande peça de resistência da minha alimentação mental.

Neste ponto devo começar por dizer que o Porto está bastante adiante de Lisboa. A maioria dos periódicos da capital, à parte a controvérsia política sustentada na Imprensa pelos chefes literários dos diversos partidos, não suportam comparação com as folhas portuenses.

Os noticiários daqui encerram um conjunto muito mais variado de informações úteis sobre o movimento científico, sobre o movimento literário e sobre o movimento industrial da Europa. Todos os grandes jornais, que são cinco ou seis, contêm um longo artigo doutrinal, grave, versando sobre a

questão política do dia, ao modo antigo. Como interesse social e às vezes um pouco chocho, porque, pela sua influência no património intelectual dos homens, a coisa que fizeram ou que deixaram de fazer os poderes públicos importa às vezes muito menos à curiosidade e à direção social do que a simples redondilha popular que um gaiato vai descantando pela rua na ária à moda.

Mas o tom geral deste artigo revela sempre um fundo respeitável da aplicação dada ao estudo dos prole mas em voga, uma atitude de crítica serena, uma honestidade aparente, dentro de uma forma comedida e correta.

As correspondências de Lisboa em geral e algumas enviadas das principais cidades da província são feitas com habilidade técnica e com um grande zelo de alvissaragem minudente e fiel.

O folhetim propriamente dito, isto é, a crónica semanal das ideias, dos costumes, da arte e da moda acabou na Imprensa portuense, como na Imprensa de toda a parte. Somente nos periódicos do Porto o espírito literário do folhetim não se infiltrou, como em Paris, nas demais secção da folha. Em França o folhetim deixou de ser o que antigamente era, porque se espraiou e invadiu o jornal todo. Entre nós, ao contrário, o folhetim foi absorvido pelo resto, e não desapareceu porque se transformasse, desapareceu porque acabou.

A antiga geração literária do Guichard, da porta do Moré e da Águia de Ouro extinguiu-se ou expatriou-se, sem deixar sucessores na publicidade portuense. Evaristo Basto, António Coelho Lousada, Augusto Soromenho, Camilo Castelo Branco, Ricardo Guimarães não têm no atual jornalismo portuense quem dê ideia alguma do papel que eles representaram no jornalismo de há vinte anos.

A geração nova tem uma disciplina, um método, uma linha de conduta social, um propósito político, um destino filosófico. Eu sou de uma idade transitória, vim obscuramente num período de transformação, com uma ala de sapadores, e pertenço à pequena companhia antipática dos bola-abaixo. Mas aqueles a cujo lado trabalhei em novo, e que fizeram falar de si, eram personalidades literárias inteiramente diferentes dos jovens escritores de hoje.

Os antigos cronistas portuenses, cujos nomes recordo com saudosa e magoada estima, não tinham filosofia social, não tinham espírito algum de seita ou de partido. Hoje é-se necessariamente revolucionário ou conservador, ou se é pela república ou pela monarquia; há uma grande arte regeneradora e uma arte progressista, um ideal demagógico feito carne em Magalhães Lima e um ideal constituinte personificado em José Dias Ferreira, divergente do atual regime monárquico e bem assim dos sistemas propostos pela democracia radical.

Noutro tempo os homens de espírito não eram mais monárquicos liberais do que eram republicanos ou do que eram legitimistas. No jornalismo contemporâneo toda a pena é uma arma de combate. No jornalismo de outrora a pena para um verdadeiro escritor era apenas um puro instrumento de poesia. Os combates travavam-se unicamente a cassetete com os homens e a olho com as mulheres.

O único inimigo comum para os últimos dos românticos no jornalismo portuense era a estupidez humana, representada pelo honesto burguês da Rua das Flores e da Rua dos Ingleses, e era o espírito imobilizante de rotina, simbolizado no carroção veículo de família puxado a bois e inventado pelo segeiro Manuel José de Oliveira.

Para resistir a estas duas influências e para as combater opunha-se-lhes, arvorado em sistema, o amor da aventura e da violência dos contrastes, a toilette espetaculosa, o movimento, o barulho, a troça, a pancadaria, o escândalo.

Para o fim de irritar o burguês e de o fazer estourar nos seus redutos, de apoplexia ou de raiva, traziam-se casacas de alamares, laços de gravata de palmo e meio de superfície, coletes vermelhos, cabelos até aos ombros. Andava-se de dia pelas ruas e ia-se nos domingos ao Jardim de S. Lázaro levando enrolado no busto um plaid de quadrados amarelos, encarnados e verdes. Nunca se largavam as esporas, traziam-se as calças à hussard, o

cassetete de cana-da-índia com uma asa de couro numa extremidade, um galho de veado na outra, e uma baioneta dentro. Cultivavam-se de frente seis namoros a um tempo, mantinham-se paixões funestas por meio de cartas em estilo incendiário. Era-se preso ou admoestado pela polícia uma vez por semana. Rebentavam-se cavalos e rebentavam-se batotas. As pateadas memoráveis no Teatro de S. João, à Dabedeille e à Bolonni, à Giordano e à Ponti, deixavam em estilhas as bancadas da sala. De uma vez, António Girão, em pé sobre um banco, com um barrote do soalho em punho, ameaçou a autoridade de que deitaria abaixo o lustre se a guarda municipal penetrasse na plateia. De outra vez, numa empresa de José Lombardi, os coristas e os comparsas, armados de paus apareceram no palco com o pano em cima e desafiaram os espectadores pateantes; o público subiu à cena, e, depois de uma terrível luta de homem a homem, foi varrida a companhia toda para a rua, à bordoada. Metade das senhoras que assistiram a esse espetáculo nunca visto saíram dos camarotes para os seus carroções levadas em braços, desmaiadas ou em convulsões de nervos.

O ar fatal era de rigor nas salas. Os poetas usavam no pulso um misterioso bracelete de mulher, uma pequena caveira de ferro na gravata ou no anel; e todo o mundo literário, à noite, nos bailes, era magro, pálido, impenetrável como um cofre de trágicos arcanos. O sujeito dado à metrificação via deslizar a valsa encostado a uma ombreira de porta, terrível, de monóculo no olho e patchouli no lenço.

De que partido político era o Soromenho, o Lousada, o Soares de Passos, o Arnaldo Gama, o Camilo, o Ricardo? Nunca ninguém o soube, nem lhes perguntou por isso. E todos eles escreveram sucessivamente em jornais de todos os matizes do tempo, patuleias, cabralistas, cartistas, legitimistas, etc. A arte constituía para os que a cultivavam um terreno neutral e autónomo, onde cada um armava a sua tenda, arvorava o seu nome como um pavilhão de guerra e combatia independentemente pela sua própria conta e risco.

De uma vez, há de haver vinte anos, no Jornal do Porto, tendo faltado a carta do correspondente de Lisboa, eu mesmo improvisei à última da hora uma correspondência da capital, em duas grandes colunas de verrina. Esta correspondência infeliz esteve para fazer perder as eleições municipais aos amigos políticos do jornal. Cruz Coutinho, o mais honrado e o mais benévolo dos homens, que tinha feito do Jornal do Porto a sua família, e que tratava os seus redatores como seus filhos, veio correndo espavorido ao escritório da redação, vibrando da mais justa cólera, com o jornal ainda fresco de tinta e de injúrias aberto na mão.

— Como diabo tinha o estúpido do correspondente de Lisboa escrito um artigo daqueles, e como, achando-me eu no escritório à chegada do correio, o deixara passar e aparecer impresso na folha da manhã?

E, tomando conhecimento do ocorrido, num a recrudescência de ira:

— Oh! maldito homem! — me bradou ele — pois você não conhece a atitude política do jornal na grave conjuntura presente? Você não tem visto os artigos de fundo que andamos a publicar há mais de um mês?!

A triste verdade é que eu, efetivamente, nunca vira semelhantes artigos, e a minha única desculpa foi que estava contratado a tanto por mês para escrever no jornal, mas não para o ler. E devo acrescentar agora que, tendo feito parte durante uns poucos de anos da redação efetiva daquele periódico, e enchendo nele regularmente duas ou três colunas por dia, eu nunca então soube, nem ainda hoje sei, que política era a dele no tempo em que eu lá estive!

Presentemente, pelo que tenho lido durante os últimos oito dias, os escritores são incomparavelmente mais políticos do que outrora. O senhor Fontes e o senhor Manuel de Arriaga, o senhor Braamcamp e o senhor José Dias tornaram-se elementos de prosa, as imaginações renderam-se-lhes, a intriga constitucional substituiu nos espíritos a velha intriga poética, e os jornalistas são talvez um pouco mais homens de Estado do que homens de letras.

Para honra destes amáveis escritores cumpre todavia dizer que, se lhes falta como poetas uma ponta de desdém indispensável para não deixar materializar a arte pela familiaridade do vulgo, não lhes falta decerto como estilistas a técnica da profissão.

Não se pode empregar mais zelo na escolha dos vocábulos. Não se pode pôr mais esmero em enobrecer a dicção.

É principalmente nos textos dos correspondentes da província que mais energicamente se manifesta esse escrúpulo na pureza da palavra. nalgumas dessas correspondências a preocupação da retórica atinge quase o estado patológico de uma monomania de sublimidade.

Coisa notável, demonstrada pela observação: o amor grandioso é tanto mais profundo e tanto mais voraz quanto mais pequeno é o lugar de que se escreve! Nada que se compare em majestade aos rasgos de pena com que de Ovar, de Espinho ou de Estarreja se nos conta que ali chegou o polícia 34 para fiscalizar a decência da praia, que choveu na véspera, ou que por deliberação camarária se está pintando o candeeiro da Rua Nova, em frente da caixa do correio!

Decididamente — e é triste ponderá-lo! — a literatura é tanto mais pomposa quanto mais provincial.

De uma praia de banhos escrevem ainda hoje para uma das folhas da manhã:

Esta ténue fímbria de areia osculada pelo Atlântico está sobrepujando e fazendo rosto em competimentos de garridice às praias de maior tomo. Grande é o número de damas e cavalheiros que ora veraneiam nesta estância balnear.

E um outro escreve acerca da morte de uma jovem senhora da sua localidade:

Dramas crudelíssimos da vida real! Reclama a lousa do sepulcro as heras e os goivos que têm de cobrir aquela que a morte arrebata no vicejar dos anos e em quem florescem as singelas virtudes que no lar remansoso dulcificam o travor acerbíssimo da existência!

No jornalismo da capital dizem-se as coisas terra-a-terra, muito mais simplesmente. Assim, no dia em que eu parti de Lisboa, um necrologista resumia todo o elogio do seu morto na seguinte frase verdadeiramente memorável:

Nele concorriam todas as virtudes cívicas e domésticas e vice-versa!

São espantosos os progressos do espírito de associação no Porto. Há ainda mais associações novas do que novas ruas. Perde-se a imaginação no abismo de tantas designações diversas: Sociedade Alexandre Herculano; Sociedade de Beneficência D. Luís I; Sociedade de Beneficência D. Pedro V; Associação Artística Portuense D. Maria Pia; Associação de Beneficência D. Fernando; Associação Humanitária Infante D. Augusto; Associação Liberal D. Pedro IV; Associação Liberal do Príncipe D. Carlos; Real Associação Restauradora de D. Maria Pia; Associação Vila-Novense Fé, Esperança e Caridade; Associação Católica; Associação Firmeza e Aliança; Associação Fraternal de Beneficência Universal; Associação Fraternal do Infante D. Afonso; Socorros Mútuos de Ambos os Sexos do Porto; Luz e Auxílio; Nova Euterpe; Sociedade Camoniana; Tecidos dos Operários do Porto; Amadores Vila-Novenses;

Restauração de Portugal; Protetora do Porto; Beneficente Fúnebre Familiar; Sociedade Talma; Sociedade Parturiente Fúnebre; etc., etc., etc.

Conto muito para cima de cem e afundo-me na voragem tenebrosa das mais devoradoras conjeturas ao querer interpretar o sentido dos títulos da maior parte delas.

A de Socorros dos Sexos, Por exemplo, faz-me ourar a cabeça.

A Tecidos de Operários arrepia-me os cabelos de horror. A divisa demagógica do sangue do último dos padres bebido pelo crânio do último dos reis parece-me aqui invertida para o lado dos conservadores, de um modo não menos canibalesco. Enquanto uns beneficiam toda a real família, desde o finado Pedro IV até à tenra vergôntea D. Afonso, apoiados na católica, nas três virtudes teologais de Vila Nova de Gaia, na luz e auxílio e, porventura, na própria firmeza e aliança, outros põem tabuletas de tecidos de operários e fornecem talvez dobrada de classes trabalhadoras com ervilhas aos restauradores da senhora D . Maria Pia!

Que fazem no entanto os beneficentes fúnebres familiares? Iluminam com lutuosos círios amarelos a agonizante bisca doméstica? Cantam aos pianos da Rua das Flores responsos de sepultura? Ensaiam no Jardim de S. Lázaro enterramentos simulados, de amadores, por companhias de defuntos curiosos? Organizam merendas de pingos de tocha pelo rio acima, em regatas de caixão à cova? Passeiam de corpo à terra, em berlindas de segunda classe,

pela Rua de Trás da Sé? Ou cruzam os braços inertes no peito dos balandraus, hirtos, com dois rádios em X no laço da gravata, vendo circular os enganos e as ilusões da vida pela Calçada dos Clérigos em frente do António das Alminhas?!

Que devo pensar da Parturiente Fúnebre, ó meu Deus? Qual pode ser na terra a missão dos dignos sócios desta conspícua assembleia, adornada da sua respetiva presidência, dos seus dois secretários tesoureiro, cartorário e cobrador?... Desisto de o investigar.

Do número das sociedades recreativas desapareceu a velha Filarmónica, templo da antiga arte musical da cidade do Porto, santuário célebre onde receberam o primeiro batismo de semifusas tantos meninos prodígios e tantas donzelas que o Método Carpentier, manuseado com ardor, levou aos grandes triunfos da arte em convívio familiar na Rua da Fábrica, e onde se coroaram com os seus primeiros louros tantos músicos célebres, como o Francisco Eduardo da Costa, o Francisco de Sá Noronha e as grandes dinastias artísticas dos Ribas, dos Arroios, dos Napoleões.

Persistem ainda o Clube Portuense e a Assembleia Portuense, e há vários clubes novos, como o Real Clube Naval, o Real Clube Fluvial Portuense, o Clube Ginástico, o Clube dos Caçadores e o Clube dos Progressistas, assembleia de recreio fundada por operários e regularmente frequentada por eles e pelas suas mulheres.

De entre todas estas associações, sintomas mais ou menos característicos do estado da civilização portuense, sobressai, como instituição de primeira ordem, em competência no País, a Sociedade de Instrução do Porto. Fundada para vulgarizar ideias e espalhar noções, a Sociedade de Instrução tem cumprido brilhantemente a missão que se propôs, e ela só, em quatro anos de existência, tem feito mais para o progresso dos conhecimentos do que os institutos oficiais de natureza análoga, todos juntos. No fim do primeiro ano da sua instalação, o presidente José Frutuoso Aires de Gouveia Osório resumia o movimento dos trabalhos empreendidos nos seguintes termos:

«O conselho científico, fiel intérprete da nossa lei, tem procurado com a mais louvável assiduidade estudar todos os meios de preparar fáceis soluções para os problemas da pedagogia, que absorvem a atenção de todos os pensadores. Na sua solicitude organizou o regulamento interno; fundou a nossa biblioteca e o seu gabinete de leitura, que hoje conta cento e catorze gazetas e publicações periódicas, e muitas centenas de volumes, alguns valiosos e raros; criou a Revista, de que se publicaram já seis números com duzentas e dez páginas; ordenou a aquisição de uma coleção-modelo para os jornais de infância, segundo o método Froebel; encetou a formação de uma bibliografia portuguesa de livros de ensino; começou o estudo e análise dos compêndios geralmente adotados, recomendando os melhores, o que é certamente um dos maiores serviços que pode prestar-se à pedagogia nacional; apreciou minuciosamente e louvou o compêndio de geografia, original do nosso muito

ilustre sócio Augusto Luso; encarregou à provadíssima competência do nosso zeloso secretário-geral, o senhor Joaquim de Vasconcelos, um projeto de organização do ensino técnico com aplicação às escolas de instrução primária; investigou e discutiu detidamente as condições do ensino primário e dos exames de admissão, nomeando uma comissão para formular o programa de um livro de leitura; considerou a importantíssima questão da ortografia nacional; finalmente, uma das duas secções prepara uma exposição de história natural, que será, como creio, o ponto de partida para a organização de um museu, onde se reunirão objetos e meios de estudo sempre necessários para os que pensam em alargar os limites da educação.»

Depois deste discurso (1881) a Sociedade de Instrução do Porto levou a efeito, com grande êxito, a exposição de história natural, a exposição de cerâmica, a exposição de indústrias caseiras e a exposição de ourivesaria, factos de um interesse incomparável para o estudo da natureza em Portugal, para a história do trabalho industrial, dos costumes domésticos, das tradições artísticas e das aptidões plásticas da família portuguesa.

A magnífica exposição de louças nacionais e a das principais indústrias tradicionais do povo reuniram os mais numerosos, os mais raros, os mais importantes documentos do génio artístico e da filiação estética da raça lusitana. E todos ou quase todos esses documentos foram minuciosamente e zelosamente estudados por alguns membros da corporação e especialmente pelo secretário da sociedade e o seu principal boute-en-tain, o senhor Joaquim

de Vasconcelos, o mais competente e o mais erudito dos nossos críticos de arqueologia e de arte. A Revista da Sociedade de Instrução publicou por ocasião de cada uma das exposições, organizadas sob a sua valiosa iniciativa, as mais interessantes e preciosas monografias sobre as rendas portuguesas, sobre a indústria da olaria, da faiança, da porcelana e da louça de barro grosso, sobre os estofos, sobre os móveis, sobre a joalharia, sobre as alfaias e sobre as vestimentas nacionais.

Além de trabalhos originais contendo a análise de documentos inéditos e estudos de coisas novas, a Revista tornou conhecidas as mais completas bibliografias de todos os trabalhos correlativas esquecidos nas bibliotecas, nos arquivos e nos cartórios do País.

No tomo vastíssimo de informações preciosas prestadas aos estudiosos e ao público pela Sociedade de Instrução do Porto encontram-se ainda trabalhos especiais consideravelmente importantes sobre a reforma do ensino, especialmente do ensino artístico e industrial, sobre a organização das escolas, do professorado, das galerias e dos museus, sobre os costumes e as tradições nacionais, sobre a língua e sobre as formas populares da arte, sobre a aprendizagem por oficias, e enfim sobre todos os mais importantes problemas da pedagogia moderna.

Nem as duas casas do Parlamento na discussão das sucessivas leis de instrução primária e de instrução secundária, feitas, desfeitas, refeitas e contrafeitas

durante os últimos vinte anos, nem a junta' consultiva ou a Direcção-Geral da Instrução Pública, nem os ministros, nem os deputados, nem os chefes de repartição, nem as comissões de estadistas, de professores, de curiosos e de vadios, tantas vezes convocadas, reunidas e louvadas nas dependências oficiais do Ministério do Reino ou das Obras Públicas, produziram jamais coisa que se compare aos relevantes serviços despremiadamente prestados à educação pública pela livre e espontânea iniciativa da esclarecida e benemérita Sociedade de Instrução do Porto.

É certo que na ordem intelectual, e na ordem industrial igualmente, o progresso da cidade está em muitos pontos de vista longe de condizer com o seu desenvolvimento material, no decurso dos últimos anos.

O comércio dos vinhos finos, por exemplo, esse grande veio da riqueza local, decai lamentavelmente de ano para ano, de dia para dia. A probidade impecável, a honradez proverbial que presidia a esta indústria, passou a ser matéria hipotética, ponto de contestação. Observa-se este fenómeno contristante: por um lado a filoxera diminuiu consideravelmente a produção, por outro lado aumentou o consumo; entre estas duas influências combinadas para diminuir a oferta e para aumentar o valor deu-se precisamente o facto contrário: o preço desceu e a produção subiu! Que quer isto dizer? Que há duas espécies de filoxera, uma nos vinhedos do agricultor e outra nos armazéns do negociante; a primeira diminui e encarece a uva, a segunda embaratece e aumenta a droga. O bicho destinado a destruir dentro de poucos

anos o famoso comércio dos vinhos do Porto não é o que ataca a videira, é o que ataca o vinho. A ruína não vem da cepa, vem da pipa. O flagelo mortal não está nas terras do Douro, está na Rua dos Ingleses. Compreende-se o mal enorme desta situação, perfeitamente declarada e manifesta, com relação ao comércio de um produto de condições especialíssimas, como o vinho, tanto mais difícil de acreditar quanto é mais fácil de corromper. O vinho adulterado, como o homem doente de nascença, tem a vida curta. A maior parte da beberagem que hoje se negoceia sob o nome de vinho do Porto não é suscetível de envelhecer. Como os relógios baratos, tem apenas equilíbrio para dois ou três anos. É preciso bebê-lo enquanto ele regula, isto é, imediatamente depois de pronto, como a sopa. Se o fazem esperar, por pouco que seja, ele embaça e transtorna-se. Mais alguns anos de experiência — o tempo preciso para os colecionadores de garrafeiras começarem a provar como velhos os vinhos presentemente novos —, e hão de ver que ninguém mais quererá vinho da véspera, e que os negociantes terão de o mandar pelas portas fresco do próprio dia, precisamente como o pão!

Antigamente os negociantes de vinho, no Porto e em Vila Nova de Gaia, constituíam verdadeiras dinastias burguesas, em que a honra do negócio e o respeito da firma passavam em brasão de pais a filhos e de filhos a netos. Esta aristocracia mercante acabou com o advento da nova aristocracia política. Antigamente contentavam-se em ser nobres pela probidade e criavam os filhos para mercadores como eles. Agora quase todos querem ser viscondes

pela intriga e apelintram os filhos pedagogicamente para deputados. Enquanto ao vinho, dizem-me que as novas camadas sociais ainda sabem, no geral, bebê-lo; mas já não sabem negociá-lo.

Outra indústria em decadência, como a do vinho, é a tão simpática indústria caseira da ourivesaria de Valbom. Os antigos feitores habilidosos que faziam ao alicate, em casa, às noites, depois do trabalho dos campos, as bolsas para dinheiro, os cordões de ouro e de prata, ou passaram a trabalhar na joalharia fina, à francesa, ou abandonaram o ofício, ou emigraram. As bolsas e os cordões ficaram apenas para os aprendizes, e são cada vez mais mal feitos, até que deixem de se fazer de todo, por não haver mais quem os queira.

Haverá talvez ainda, se procurarmos bem, um ou outro sinal de decadência nos costumes burgueses, no comércio marítimo, nas indústrias navais, na solidez da riqueza, no culto da arte.

A Sociedade de Instrução é, porém, um fenómeno significativo e consolador. Não sei até que ponto a simpatia do espírito público acompanha os esforços desta operosa associação, nem quais as forças de que ela hoje dispõe, mas creio que lucraria muito o engrandecimento da cidade e o futuro do seu comércio se uma liga de negociantes honrados e instruídos empreendesse na esfera prática uma renovação de movimento semelhante àquele que tão brilhantemente iniciou na órbita das ideias e nos domínios do ensino a associação a que me refiro.

Cumpre-me enfim consignar que o Porto perdeu esse bom e saudável cheiro provincial que tão especialmente embebe como de um aroma antigo a prosa dos seus grandes escritores

— O Arco de Sant'Ana, de Garrett, e alguns dos romances burgueses de Camilo Castelo Branco e de Júlio Dinis.

Os antigos costumes locais desapareceram com as liteiras do Lopes e do Carneiro, com as cadeirinhas da Rua do Almada, com as tortas do pasteleiro da Rua de Santo António, com os carroções do Manuel José de Oliveira, com os Sanjoões da Lapa, do Bonfim e de Cedofeita, com as merendas pelo rio acima, com a política jacobina de José Passos, na sua casa da Viela da Neta, e com o velho botequim das Hortas, em que à noite se jogava o loto a vintém o cartão, e que, ao abrir-se uma das suas portas envidraçadas guarnecidas da cortininha de cassa branca, enchia de um picante perfume de calda de capilé e de café torrado a rua toda, sobre cujos lajedos dormiam estiraçados ao sol, entre os fardos de estopa e as molhadas de verguinha de ferro, os podengos cor de raposa e os galgos dos lojistas.

Aos domingos de Verão, o picheleiro do Souto, o guarda-soleiro da Bainharia, o ourives ou o mercador de panos da Rua das Flores, ia com o romper do dia à missa das almas a S. Francisco ou aos Congregados; comprava depois o melão, a melancia e as laranjas na Feira do Anjo, e, às seis horas da manhã, na

frescura aquática do Cais da Ribeira, embarcava com a família em barco de toldo para a Oliveira, para Avintes ou para Quebrantões.

O patrão, de quinzena de ganga e chapéu de esteira; as filhas à frente em toilette de musselina; a mulher ao lado, de saia de nobreza, luvas de retrós e a mantilha de lapim no braço, a jovem com as roupinhas novas de camponesa maiata; e o marçano atrás com niza de briche, camisa de linho caseiro, chinelas amarelas de grosso bezerro de Penafiel, e à cabeça o açafate dos víveres, discretamente cobertos com a alva toalha de olho-de-perdiz, e com o chapéu braguês, duro e afunilado, posto em cima, de remate ao festivo monumento campestre de gastronomia dominical: — o alguidar novo com a infalível sapateimda, as postas de pescada frita, as alfaces, as frutas e a inolvidável borracha de canada com o vinho maduro da Companhia, que há de ir refrescar ao fundo do poço, de borda ornada de craveiros e manjericos, debaixo dos álamos, enquanto a família em folga ripar a salada, sentada na erva.

Tamanho era o dia como a romaria. De sorte que só a noite fechada se voltava para casa. E os que tinham ficado na cidade, depois de terem ido ao Senhor Exposto a Santo António das Taipas ou a S. João Novo, viam do paredão das Fontainhas deslizar em baixo, no espelho negro do rio angustiado e túmido, as lentas barcas iluminadas de lanternas. O golpe das remadas, batendo compassadamente nos toletes e arrepiando a corrente, parecia remexer um turbilhão de estrelas no fundo tenebroso da água; e, de vez em

quando, o eco da serra do Pilar repetia como num soluço, da banda de além, uma plangente arcada de violino ou um saudoso harpejo de banzas, com que o morno vento leste varria docemente a superfície do rio, até se ir perder expirante para os lados do Candal, nas alamedas sombrias de Vale de Amores.

As soirées chamavam-se súcias, e as melhores eram as da Feitoria e as da Filarmónica. Nas casas particulares convidava-se para beber uma xícara de água morna. Jogava-se o quino marcado a feijões, obrigado a anexins e a jocosidades apropriadas ao número de cada bola que se tirava do saco. Um conviva idóneo incumbia-se da missão de espevitar as velas. Menores de dez anos, inocentes mas circunspectos, serviam o açúcar e o leite. E ao centro da grande bandeja da doçaria e das fatias de pão com manteiga um cão de água em prata sobressaía ouriçado de palitos. As onze horas um fâmulo dizia: — Chegou o criado das senhoras Viterbas com o saco dos xailes e os guarda-chuvas. E a companhia dispersava pelas ruas cavas e silenciosas, em magotes de pessoas atabafadas de agasalhos, precedidas de um vulto empunhando o clássico e monumental lampião, com duas velas, de acompanhar famílias.

Fidalgos havia seis, unicamente: o da Bandeirinha, o da Rua da Fábrica, o de Trás da Sé, o Cirne do Poço das Patas, o Pamplona de Santo Ovídio e o Terena da Torre da Marca. Quase todos eles tinham velhas seges bamboleantes em altos suspensórios de couro e criados de farda, parecidos com os do bispo, e tendo as cores das respetivas casas nas golas, nos canhões e nos vivos da libré arcaica, cheirando a mofo e a azebre.

A cidade opunha ao prestígio bolorento dos seus velhos nobres a glória constitucional dos seus bravos do Mindelo, dos seus voluntários da Rainha, dos seus soldados do batalhão da Carta, simples negociantes enriquecidos que tinham andado com o imperador de patrona nos rins e escopeta ao ombro, enfarruscando a cara com o fumo das escorvas, de reduto em reduto, do Pasteleiro para as Antas, das Antas para o Bonfim, do Bonfim para a serra do Pilar, em todo o circuito das trincheiras, no tempo do sítio.

Quando o príncipe reinante e a sua augusta família iam às províncias do Norte, o Porto recebia-os de azul e branco, num grande rasgo de júbilo sublinhadamente plebeu, que entocava a nobreza de pura humilhação perante as magnificências da burguesia dinheirosa e bizarra. Os moradores das ruas por onde tinha de passar o cortejo rivalizavam de ardor nas manifestações do público regozijo: colchas e bandeiras nas janelas, girândolas de foguetes, palanques de música, luminárias, loas e arcos de triunfo em lona pintada, do alto dos quais choviam pétalas de rosas sobre os reais hóspedes.

Ao fundo da Rua de S. João, em frente da Ribeira, armava-se um pavilhão ornado de bambolins das cores constitucionais, e nesse estrado, a que subia a família real e os vereadores da municipalidade portuense, de espadim e capa, bacalhau na camisa e tricorne guarnecido de arminhos, se procedia à cerimónia da vassalagem prestada ao rei pelos representantes da Cidade Invicta. O presidente da Câmara apresentava ao soberano sobre uma almofada de veludo duas enormes chaves de cartão dourado, a que pelo mais

arrojado dos tropos Sua Excelência chamava no seu discurso as chaves deste inexpugnável baluarte da liberdade! O monarca retorquia que as chaves do dito baluarte se não podiam achar em mais fiéis e leais mãos que a do orador preopinante. E a Câmara, com as suas chaves de papelão sobre o coxim de veludo, retomava as competentes seges e seguia, atrás da real família e do seu respetivo séquito, até à igreja da Lapa, a orar em frente do sarcófago em que se acha depositado o coração de Pedro.

Alguns dos arcos triunfais, representando castelos roqueiros coroados de figuras alegóricas, tinham inscrições epigráficas em verso. Num desses arcos, na Rua das Flores, lembro-me que se lia, de uma vez, esta conceituosa quadra:

Pela Carla e por li, rainha cara,

O Porto pelejou lula de morte;

Pela Carla e por li, com lança em punho,

O Porto velará potente e forte.

Esse era o tipo consagrado de todas as manifestações do júbilo portuense: um cumprimento à pessoa real, envolto sempre num elogio indireto ao próprio Porto, e destinado a fazer sentir que a comissão dos festejos, a qual pagou pro rata as ripas, a lona, a cola e as luminárias dos arcos, é a mesma que noutra

ocasião aparafusou a coroa na testa augusta do Príncipe. E, se algum parafuso cair à testa referida, o mesmo Porto lá continua a estar, potente e forte, de lança em punho, para o atarraxar outra vez! E não se ensaia para isso ... É zumba, bumba, catabumba! Para rainha e Carta, para liberal constituição e trono, aqui mora o Faz-Tudo! Solda, gruda, parafusa, martela, arrebita, bota abaixo, reconstitui, engonça, retesa, dá corda, regula, acerta e garante — sempre de lança em punho, feito de pedra, velando potente na fachada dos Paços do Concelho à Praça Nova, por cima da arrecadação das luminárias e das chaves do baluarte feitas de pasta pelo Alba dourador da Rua de Santo António.

No fundo das suas convicções políticas e sociais o portuense era verdadeiramente patuleia. Detestava instintivamente a corte, a nobreza, a capital do reino. Gloriava-se de ser tripeiro e articulava esta palavra rijamente, fazendo-se vibrar com explosão, à boca cheia, como se a pronunciasse com três pp. O alfacinha figurava-se-lhe um ser abjeto, esfaimado e pedinchão, ocioso e tísico, e a alfacinha uma delambida, de cuia à banda, cuspinhenta e desolhada, namorando os amanuenses das secretarias e os alferes do exército, e recitando poesias ao piano, com a barriga a dar horas e as meias rotas nos revesilhos dos calcanhares e das biqueiras. Ah! boa roca à cinta e bom côvado pelas costas! O Governo uma corja! E os pelintras dos deputados, tão bons uns como os outros! — Tal era a opinião sintética, geral na Rua das Flores e na Calçada dos Clérigos há vinte e cinco anos.

Hoje, transformação completa! Os burgueses mais opiniáticos, mais indómitos e mais cabeçudos docilizaram-se com uma facilidade memorável depois de ligados a Lisboa pelo caminho-de-ferro e pela intimidade correlativa da intriga política e da chicana partidária. Os patrões, juntamente com partido político, botaram bigode, e os marçanos botaram gravata. Desapareceram os venerandos capotes bandados de veludo, de ir à desobriga e ao Senhor, e desapareceram as belas mantilhas de coca, feitas de lapim ou de sarja de Trás-os-Montes. Vulgarizou-se o jogo da Bolsa e a lotaria. O número dos fidalgos, com mais ou menos exercício no Paço, elevou-se rapidamente de seis a seis mil. Com a deslocação do antigo eixo do negócio tradicional, ramerraneiro, cauto, economizador, estreitamente e lentamente espremido, atrás do balcão à luz da vela de sebo ou do candeeiro de três bicos, ou de feira em feira atrás da récua dos machos, de Viseu para Vila Real, de Vila Real para Penafiel, quadruplicaram ou quintuplicaram as falências. A cidade encheu-se portentosamente de viscondes e de casas de empréstimos sobre penhores.

Quando o rei vem, já se não procede à cerimónia da entrega das chaves do baluarte. O antigo Palácio das Carrancas, à Torre da Marca, pertence agora à Coroa, como o Palácio da Ajuda. O Porto enfim cessou de ser província. É segunda capital (segunda por ordem cronológica, bem entendido!) e a sua alta burguesia constitui para a corte uma espécie de casa filial, com as mesmas fazendas, somente com melhor sortido e mais barato. Em vez de levantarem arcos de triunfo com alegorias e versos patrióticos, os próceres do comércio

vão dançar a palácio. Com o monarca dentro dos seus muros, o bom e antigo burgo, tão cioso outrora dos foros plebeus dos seus mercadores e dos seus mesteirais, converte-se num jardim zoológico de cortesãos, num seminário de áulicos, num Versalhes de improviso.

Os ferrões dos guarda-sóis das suas mercês, raspando pelas lajes acima da Rua dos Carmelitas, adquirem o tilintar aristocrático de finas espadas de corte. Nas lustrosas e espalmadas sapatetas dos mesários da Lapa e dos irmãos terceiros de S. Francisco parece quererem espigar os tacões encarnados dos galantes marqueses contemporâneos da Dubarry ou de Marie Antoinette. E em todas as línguas que se deitam de fora para lamber dedos polegares, ajudando a calçar as luvas brancas pelo Largo dos Lóios, como que se vê palpitar o madrigal subtil dos roués perfumado pela pastilha almiscarada dos mignons. É o Trianon que temos diante dos nossos olhos ou é o edifício da Bolsa?... É o Lago de Neptuno aquilo ou é o chafariz de Vilaparda? . .. Estamos no Parc-aux-Cerfs ou estamos na Ramada Alta? .. Ninguém o saberia distinguir. Pelo que dou os meus parabéns à Invicta Cidade. Unicamente receio que, quanto mais ela intervenha na corte e na política pela amenidade palaciana e pela domesticação partidária na sua qualidade de segunda capital, menos venha a preponderar como província nessa moralizadora influência em que o simples trabalho obscuro, persistente e honrado se contrapõe para a riqueza e para a prosperidade dos Estados Unidos à inquietação loquaz e estéril dos burocratas e dos bacharéis.

SEGUNDA PARTE

AS PRAIAS

CAPÍTULO I

S. JOÃO DA FOZ

As praias de banhos são um divertimento de Verão. A questão hidroterápica é por via de regra um simples pretexto para a peregrinação das famílias alegres em sítios frescos.

o campo e a praia, o ar do monte e o ar do mar são efetivamente a universal panaceia para as moléstias endémicas das grandes cidades, para as nevroses dos excitados de todas as espécies, para as anemias dos fatigados de toda ,a ordem, para os doentes de todos os abusos do trabalho ou do prazer. As influências da civilização na saúde, a excessiva ginástica intelectual, a superabundância das emoções afetivas e das comoções físicas, as irregularidades da alimentação, as vigílias, as noitadas, as insónias, o ar viciado dos pequenos aposentos e dos grandes bairros, a vida artificial das salas, do clube, do teatro, as absorventes preocupações do estudo, do dinheiro, da ambição, da glória, do amor, tudo isso combinado nos grandes centros de população, fazendo nas modernas capitais uma complicada rede moral, como a dos canos públicos, a do gás, a da água, a dos "ónibus", a dos trammeys, a do telégrafo e a do telefone, rede misteriosa, sempre em vibração no espaço, constituindo uma atmosfera ardente de desejos, de ideias e de vícios, uns já em circulação, outros ainda na forja — tudo isso junto, digo, desfibra

lentamente, morde e corrói os alicerces do organismo humano, depaupera-o a pouco e pouco, desequilibra-o, degenera-o.

Nuns fica predominando a excitabilidade, e são os nevróticos; noutros o abatimento, e são os enervados. Os da primeira categoria, os convulsos, os agitados, os febricitantes, os cardíacos, os musculosos, os sanguíneos, vão acalmar-se nas montanhas. Os da segunda categoria, os prostrados, os displicentes, os anémicos, os moles, os melancólicos, os linfáticos, vão refazer-se à beira-mar.

Ora, como a ação terapêutica da atmosfera, do clima e do regime moral se não acha ainda conhecida do vulgo até o ponto de excitar nas imaginações a credulidade na cura, os médicos, usando de um expediente profícuo para fazer realçar a fé na receita, prescrevem ao doente copinhos de água alcalina, de água sulfúrea ou de água carbonatada ao mandá-los para os montes, e as imersões quotidianas no oceano ao mandá-los para a beira-mar.

Numa enorme maioria de casos, para aqueles que vão para as terras de águas e para aqueles que vão para as praias, a bebida e o banho são unicamente acessórios decorativos do tratamento.

Neste ponto de vista a melhor praia será a que mais agradar a quem a escolher como lugar de recreio.

Qual é das praias do Norte, em Portugal, a mais divertida?

Questão de gosto.

No que se chama divertimento distinguem-se três espécies:

A primeira consiste em divertirmos os outros.

A segunda consiste em sermões divertidos pelos outros.

A terceira consiste em nos divertirmos nós mesmos.

O prazer de divertir os outros ou de ser divertido por eles repousa todo sobre o talento da virtuosidade, e dá origem aos solistas da música, da poesia e da pilhéria, ao pianista amador, ao poeta recitista e ao homem jocoso.

Dessas três pragas a mais temerosa é a do homem jocoso. A malignidade do pianista de salão e do poeta de assembleias familiares tem sido assaz descrita e sobrefeita pela crítica indignada. A fisionomia especial do jocoso não foi ainda devidamente assinalada à atenção dos incautos. E, todavia, não há reunião de vilegiatura nas praias ou nas caldas que o jocoso não infeste e devaste!

O pianista e o vate são males intermitentes, de carácter periódico. Vêm em dias determinados e a horas certas, como as maleitas. Anunciam-se de antemão, fazendo preceder a crise de que são os agentes no seio das reuniões por uma sensação geral de mal-estar, e quando uma voz diz: — A menina X... vai dar-nos as primícias do seu talento, fazendo ouvir no piano a Prece da Virgem! ou O inspirado Sr. Z vai dar-nos o gosto de recitar mais uma vez a

sua Trança de Laura — os circunstantes acham-se por esse modo prevenidos e os incomodados retiram-se.

O jocoso, pelo contrário, é de carácter permanente e de marcha constante. Nada o anuncia, nada o faz suspeitar, e dura indefinidamente, como se tivesse corda para tempo indeterminado.

A gente chega, acaba de entrar em casa, passou a noite em claro, foi-se deitar, vai pegar no sono, quando lhe rufam à janela, e uma voz canta de fora imitando a dos galináceos

— có-có-ró-có! qui-qui-ri-qui! cá-cá-rá-cá!... É o jocoso que começa.

— Obrigado, jocoso! infinitamente obrigado pela vossa engenhosa e delicada brincadeira! Agora porém, se mo permitis, irei dormir um momento e logo conversaremos mais de espaço.

Mas, quando a gente volta a recolher-se, vê que lhe levaram a roupa da cama, que lhe abriram a mala, que lhe fizeram um mono de todas as camisas enroladas no pau da vassoura, que lhe fugiram com o chapéu, que lhe penduraram as chinelas no alto de uma figueira no quintal... São as jocosidades que continuam.

No banho matinal, no passeio à tarde, nas burricadas, nos piqueniques, no clube à noite, o jocoso tem sempre uma nova brincadeira que exibir. Vai para a água com um chapéu de china e dá mergulhos aos pulinhos, gritando que se

afoga, finge ataques de nervos por sustos na areia, berra que lhe pegou fogo na barraca, monta um burro voltado para a garupa, põe rabos de papel nos pares que valsam, faz discursos em latim macarrónico ou em inglês de farsa, canta em falsete com um lenço na cabeça, parodiando uma velha, faz cenas cómicas do repertório de Taborda, imita o zumbido de uma mosca, os latidos de cães às bulhas, o miar do gato assanhado e o ornear do burro, e acha consoantes para tudo: — Está acabada a Junção! oh que grande aflição! lá vai a D. Elvira com o conselheiro Negrão! e o juiz Cerveira pela mão! dormir sobre a questão!

E dizem que é capaz de estar assim uma hora e mais, sempre a acabar em ão!

Nunca se viu um mafarrico igual!

As meninas choram de riso ao ouvi-lo, doem-lhes os ventres de tanta graça que tem o vivo demónio, e enquanto ele fala por mímica no meio da casa, nas reuniões de família, as cuias todas, agitadas pela hilaridade convulsa, tremem nas cabeças das damas como se fossem despegar-se-lhes da nuca, à força do regozijo.

E as senhoras idosas, de pernas estendidas pela convulsão das risadas, com a solaria dos sapatos à mostra, brandindo os leques acima das cabeças, imploram em soluços:

— Basta, Sr. Galafura! . .. Basta, que eu já não posso mais!...

Precede o jocoso em toda a parte uma orquestra de comoções, de curiosidades, de impaciências:

— Aquilo é por força o Galafura que chegou! — Que partida fará hoje o Galafura?! . .. — Preparem-se para morrer de riso logo que chegar o Galafura!

E os pais de família, que acabaram de estar o que se chama perdidos, ao ouvi-lo no botequim, aproveitam o intervalo para meter rapé novo nos narizes esquecidos pelo folguedo, e explicam às senhoras:

— O Galafura hoje vem ótimo! vem divino!... ainda agora ele nos dizia. .. Mas estas coisas repetidas por outro não tem graça nenhuma ... Eu cuidei de morrer!...

Há o jocoso bravio e o jocoso manso.

O manso fala menos e não faz partidas. Traz sempre um loto na mala, baralhos de cartas, um jogo do assalto, cançonetas francesas para cantar ao piano e um Almanaque de Lembranças de Xavier Rodrigues Cordeiro, com uma charada feita por ele, jocoso, na praia da Figueira. Tem um anexim para cada número de loto que sai do saco, um anexim para cada duque, para cada terno, para cada quadra e para cada casa nova. Além disso sabe seis anedotas, todas velhas, mas boas, experimentadas. Prefacia-as sempre dizendo:

— Eu não sei se já lhes contei esta...

Já contou efetivamente, mas pode contá-la outra vez, porque agrada sempre.

— Ouçam! ouçam esta que é boa! . .. Tenho-lha ouvido umas poucas de vezes, e é deveras boa!

— Conte-a, Pessanha, conte-a outra vez, que aqui o comendador, como chegou hoje, ainda a não ouviu!

Só há um meio único de escapar à ação terrível do jocoso: é ser tão jocoso como ele. A mais triste experiência tem demonstrado que, sempre que dois jocosos se encontram frente a frente, ambos embatucam, engolfados de parte a parte numa tristeza desconfiada e acerba.

— Isto agora é que vai ser! — pensa o auditório ao vê-los travar conhecimento por meio de uma apresentação recíproca.

Com espanto geral vê-se, porém, que um deles disse apenas:

— Então tem passado sempre bem?

Ao que o outro responde:

— Menos mal, muito obrigado.

Estas coisas, ditas por eles, têm graça, têm mesmo muita graça, mas não tanta como no geral se esperava.

E há então um respiro de alívio e de satisfação em toda a gente, porque à força de tanto que se têm recreado todos juntos não há ninguém que não

suspire por um momento de se divertir à sua moda, aborrecendo-se só, à vontade, pela sua própria conta e risco. E vê-se pela rapidez vertiginosa com que as famílias se raspam, férvidas, cada uma para sua banda, que nenhuma delas pode esconder a alegria doida de irem enfim estar tristes — para descansar!

A alegria pitoresca das multidões, a alegria anónima da massa, que se comunica pelos olhos, que se pega sem esforço a cada um que chega a certos lugares pelo simples efeito dos seus aspetos vivos, é desconhecida nas praias portuguesas. A grande conglobação da gente nestas paragens é quase lúgubre.

Homens e senhoras tomam todos banho vestidos dos pés à cabeça em baeta preta! Elas de vestido de cauda, eles de calça até abaixo e jaquetão abotoado!

Para quem viu a Grenouillère no Sena, Dippe ou Trouville, as costas normandas, as do Mediterrâneo, as da Mancha ou as do mar do Norte, a água sulcada de esbeltas guigas e de botes reluzentes, a prancha dos mergulhos, o casino embandeirado, a toilette geral de natação, o pequeno calção dos homens, às listras azuis e cor-de-rosa, a blusa das senhoras, com um palmo apenas de saia e dois dedos de mangas, o lindo comércio do leite fresco, dos morangos, das uvas, dos ramos de flores, circulando na areia, os rapazes regatando ou bordejando no mar, ao sol, de remos em punho, o busto e os braços nus, todas as crianças, meninos e meninas, de grandes chapéus de palha, pernas descobertas e os pés descalços, patinhando na maré — as praias

de Portugal, principalmente no Norte, à hora do banho, oferecem o aspeto lutuoso e funéreo de um país desolado, habitado por órfãos e por viúvos em nojo, que se vão deitar a afogar.

Não há uma bandeira, não há uma flor, não há um jarro de água quente, não há uma chávena de leite, não há uma colher de conhaque, não há um cacho de uvas à venda na praia! Não há para alugar um só fauteuil de abrigo, nem um canapé, nem uma cadeira de jardim! Dir-se-ia que toda esta população, anojada e dorida, renunciou sistematicamente a todos os cómodos e a todos os confortos da vida no momento de vestir os negros crepes com que determinou precipitar-se nas ondas. Comparado com este lúgubre espetáculo, o do Père-Lachaise em dia de finados antolha-se-nos como um pacato baile do estado de consternação em que se acham os defuntos.

Perante o fúnebre cerimonial destes banhos de mar o homem pio reconhece o nada das alegrias e das grandezas mundanas e, em vista dos frutos molhados do Éden cobertos pelos crepes de que já fi z menção, ele sente invadi-lo o remorso de haver pecado, o propósito firme de não mais incorrer na culpa e a necessidade imperiosa de ajoelhar na areia e de elevar as suas preces ao Todo-Poderoso.

Fora da água, em passeio na terra firme, a alegria da toilette não faz uma diferença sensível da do banho.

Alguns maridos acrimoniosos têm inventado que em Portugal se não pode ir para as praias em consequência do desenfreamento do luxo no vestuário. Esta opinião espalhou-se e consta-me que muitas senhoras a perfilharam, laborando no mesmo erro. Era uma obra de caridade desenganá-las. Toilettes de praia, há quinze dias que ando por estas regiões, não só não tenho visto muitas, mas nem uma única vi! Elas, ó meu Deus, vêm para a beira-mar, vestidas como vão ver-vos, pela confissão, aos Congregados, ao Carmo e a S. João Novo. Para os piqueniques na relva, para a praia à hora do banho, para barquear, para jogar o croquet ou o lawn-tennis, para ir à pesca, para jantar, para dançar, etc., vejo que o vestuário é sempre e invariavelmente o mesmo, isto é, o de ir à missa, o de ir às lojas, o de ir à música no jardim público da cidade.

Os homens são igualmente despreocupados dos cuidados do pitoresco no trajar. Nas praias de França, da Itália e da Inglaterra a variedade dos vestuários do banhista constitui só de per si o mais atraente, o mais alegre espetáculo. É a mais ridente confusão de chapéus de todas as formas e de todas as cores, de feltro, de palha, de cortiça, de sabugo e de junco, em forma de capacete, em forma de apagador, em forma de tortulho, em forma de funil, em forma de cabaça, já armados do véu turco, já do termómetro ou do penacho, já da cabeça de mocho, já da simples pena à moda da Calábria, sem contar os bonés de todas as procedências, o barrete escocês e o barrete frígio, a boina biscainha e os bonés das diversas associações navais, o de Heidelberg, o de

Bonn, o de Oxford, o de Cambridge. Blusas de veludo e calções largos em todos os tons do castanho, do cinzento e do verde, as polainas altas de couro, de veludo ou de brim, as jaquetas de flanela branca comuns a todos os pintores e guarnecidas de debruns azuis e escalates, os costumes de viagem, os de caça, os de pesca, o de regata, o de criket, o do foot-ball, o do lawn-tennis, etc., etc., etc.

O janota do Porto, swell da cidade invicta tão escrupulosamente moldado sobre o tipo britânico, não adota do costume inglês senão o aspeto em voga na Rua dos Ingleses. Ora é de notar que o negociante britânico» tão ortodoxo em Londres que nunca penetra na City senão de sobrecasaca de cerimónia, chapéu alto e rosa ao peito; que no santuário augusto do comércio, na grande zona da Bolsa e do Banco de Inglaterra, por coisa alguma do mundo entraria numa pastelaria ou num restaurante para comer uma sandwich ou para beber um copo de pale-ale, trata a praça comercial do Porto com a sem-cerimónia de uma granja, no campo, e vai para a Bolsa portuense exatamente na mesma toilette com que iria em carreta de caça, para uma partida de lawn-tennis, à quinta de um vizinho de aldeia.

Para ir para as praias o inglês do Porto não faz, pois, mais cerimónia, nem menos, do que para ir para o escritório, e o elegante indígena segue neste ponto as pegadas enormes do seu possante e pérfido exemplar bretão.

Sob o céu radioso, um vasto mar azul ondula, bate os rochedos da costa e inunda-os de espuma. Na atmosfera fresca, picante de sal, palpita o perfume das algas. Ao longe, no mar, negreja uma extensa linha, como a de um formigueiro, de pequenos barcos à pesca do caranguejo. A areia da praia reluz polvilhada de sol. Cantando no ar como a frescura de uma alvorada ouve-se o pregão alegre vibrante, alongado em toda a largura da pronúncia de uma rapariga minhota: — Merca louça branca ou amarela, merca? Abro bem a boca para me deixar embeber e penetrar da luminosa alegria do ar em que parece diluída uma poeira aquática, diáfana, de pérolas líquidas douradas pela luz. O pregão tão característico da louça branca ou amarela, que tantas vezes ouvi em pequeno na estação dos banhos neste mesmo sítio, transporta-me em espírito ao tempo passado, e sinto-me como num banho ideal de juventude.

Em frente da casa que habito, em Carreiras, fica o paredão do quebra-mar, destinado a fazer na costa um pequeno porto para abrigo das lanchas de pesca em dias de mau tempo e para o serviço das catraias que vão levar pilotos a bordo dos navios que demandam a barra.

Uma dessas catraias, que foi servir o piloto a um vapor inglês que o pediu ao telégrafo postado no monte da Senhora da Luz, vai entrar no portozinho de Carreiros. O barco, remado por dezasseis homens, estaca como um cetáceo com as barbatanas hirtas fora de água, em frente do caneiro de desembarque; oscila aí um momento, esperando mar; entra finalmente com um forte arranco, a golpes enérgicos de remos, com os seus dezasseis homens

vigorosamente estirados para trás, o remo aos peitos, sobre o dorso alto da vaga, que arroja a embarcação à areia da praia, num largo arremesso ondulante, cheio de vigor e de elegância.

No paredão do quebra-mar sobressai da superfície plana da cantaria uma ponta de rocha negra, áspera, duramente recortada, como uma grande flor granítica. Essa rocha, em que eu me sentei em criança, com o meu chapéu de palha e o meu bibe cheirando ao algodão novo azul e branco da fábrica do Bolhão, reconheci-a com a mesma ternura saudosa com que se torna a ver um velho móvel de família. Boas pedras! Entre tantas coisas que desapareceram, ou que se transformaram, umas para mal outras para pior, vós somente persististis como éreis! Servistes de canapé à minha avó, que muitas vezes me trouxe aqui pela mão, pensativa e triste, porque já a avó dela a trouxera também em pequena a ver o mar, deste mesmo sítio. Há na imutabilidade do vosso aspeto e da vossa forma, ó pedras fiéis, o que quer que seja de amorável e doce, como na constância de uma antiga afeição Eu vos abençoo e peço às vagas do mar e ao fogo do céu que vos poupem, até que os que descendem de mim, que não tenho beira nem leira nem ramo de figueira que testar aos netos, venham encontrar no vosso conhecido relevo amigo a lembrança que em vós fica daqueles que passam, como fica num travesseiro tépido o vestígio da cabeça de um ente amado.

Ao longo da bela estrada da Foz a Leça rodam, listradas com longas faixas de cores vivas, as carruagens americanas; e no mastro da torre do farol, na

Senhora da Luz, flutuam numa palpitação jubilosa os galhardetes triangulares com que se fala de terra para os navios .

À beira da estrada as novas edificações destacam-se pitorescamente do fundo verde-negro dos pinhais que cobrem as colinas sobranceiras.

Desde a madrugada até às dez ou onze horas da manhã tomam-se banhos de mar em toda a linha da costa, desde a barra até ao molhe de Carreiros. É inumerável a quantidade de banhistas. As praias coalham-se de barracas de lona branca, de forma cúbica, deselegantes, abafadas, sem respiro pelo teto, dando lugar a que se desenvolva dentro, com a reação do banho, uma humildade morna, que me não parece inteiramente benéfica para os nervos da população balnear.

Apesar da enorme concorrência de banhistas, não há o que se chama nas praias estrangeiras o estabelecimento de banhos. A balneação faz-se de um modo inteiramente primitivo. Quando algum banhista manifesta sintomas de asfixia ou de congestão, o que é vulgar, não há recursos terapêuticos com que lhe acudir. Não há serviço de água quente. Os banhistas, para despegarem a areia dos pés, lavam-nos geralmente em água fria quando a reação começa. Ninguém auxilia o efeito do banho com o uso de alguma bebida higiénica. O copo de leite com cognac, tão aconselhado aos escrofulosos, não é conhecido. Não se fazem exercícios ginásticos, e poucas pessoas passeiam suficientemente depois do banho. Escolhe-se em geral a praia mais próxima

da casa que se habita, e depois do banho ninguém tem outra preocupação imediata que não seja a de almoçar pão com manteiga e café com leite.

Durante o dia as senhoras deixam enxugar o cabelo e tocam nos pianos a Marcha Turca de Mozart.

Ao fim da tarde passeia-se em globo, aos encontrões, no Passeio Alegre.

Nas tardes dos sábados sai à rua menos gente que nos outros dias. Aos domingos sai toda a gente. Às segundas-feiras não sai ninguém. Qual é a razão deste fenómeno? Ninguém o sabe. A Foz sobredoura os seus encantos com a posse deste mistério absolutamente insondável.

Ontem, no hipódromo de Matosinhos, realizou-se a corrida de cavalos da estação do Outono, promovida pelo Jockey Club Portuense. Um dia belíssimo. O hipódromo, apesar de não ter a vista grandiosa do hipódromo de Belém, está situado risonhamente à beira do mar por um lado, cercado de pinheirais pelo outro. A pista, de mil e quinhentos metros de extensão, plana e de bom piso. Não obstantes essas favoráveis condições, para disputar o prémio do Governo na importância de 300$000 réis inscreveram-se apenas dois cavalos. O prémio de 100$000 réis, do Jockey Club, foi alcançado por um cavalo que correu só e chegou à meta no meio de grandes aplausos... Efetivamente ele tinha-se vencido a si mesmo, o que é o cúmulo da força e da filosofia.

Na tribuna reservada às famílias dos sócios e na tribuna do público não havia mais de duzentas senhoras. No interior do campo uma dúzia de carruagens, quase todas da praça. A maioria do público tinha tomado modestamente o elétrico de Matosinhos. De sorte que, pelo seu aspeto exterior, esta corrida de cavalos parecia especialmente destinada a aperfeiçoar a raça dos carros americanos.

O Governo, que por proposta do governador civil do distrito retirou ao teatro lírico do Porto o subsídio de quatro contos de réis, mandando aplicar essa quantia ao custeio de uma casa de correção, suprimiu igualmente o prémio de 300$000 réis à sociedade do Jockey Club.

Desviar do teatro para uma penitenciária a proteção pecuniária do Estado parece-me ser da parte do poder executivo um duro e acerbo epigrama ao diletantismo portuense. Enquanto à supressão do prémio ao Jockey Club, o facto não é talvez amável para o Sport do Largo dos Lóios e da Rua de Santo António, mas é justo.

Enquanto o Governo não proteger o aperfeiçoamento da raça humana por um meio conhecido e praticado em toda a parte — a instituição dos jardins de infância —, será inconveniente, e poderia até ser perigoso, estabelecer um excessivo desequilíbrio entre as perfeições progressivas do cavalo e as inferioridades estacionárias do cavaleiro.

Para as necessidades do homem o cavalo parece-me que está já desenvolvido de mais, porque o cavalo de corridas excede o limite da utilidade prática e é uma excrescência monstruosa. Se querem fazer sacrifícios para aperfeiçoar a raça de alguns dos animais que nos servem, não é para o cavalo, é para o jumento que devemos dirigir a nossa atenção.

O homem tem de saldar com o burro uma dívida de indemnização. O burro doméstico é um animal atrofiado pela dureza e pela crueldade humana. Estudos de zoologistas demonstram que o burro selvagem é muito mais belo, mais corpulento e mais forte do que o burro doméstico. Como esse prestante quadrúpede era sóbrio, paciente e bom, nós abusámos dele, sobrecarregámo-lo de trabalho, pusemo-lo em dieta permanente, enchemo-lo de pancadas. Com esse regime o burro degenerou, cresceu-lhe o pêlo, estreitaram-se-lhe os olhos, alongou-se-lhe a orelha, fez-se melancólico e casmurro. Em pequeno é ainda vivo, esbelto, elegante, ligeiro; mas logo que começa a conhecer o mundo e os homens torna-se sorumbático, pensativo e caturra.

É preciso proteger o burro. A espécie asinina é suscetível de grande progressos. Tornar esses progressos efetivos é uma obrigação para com a nossa consciência e para com o burro, tão injustamente desprezado e, todavia, tão útil animal, tão submisso, tão simpaticamente prestável aos pobres, aos velhos, às crianças e aos enfermos!

CAPÍTULO II

ESPINHO, PISCINA DA MAGISTRATURA

Imaginem uma grande feira. Largos arruamentos retangulares. Lojas para a direita, lojas para a esquerda: camisarias, chapelarias, quinquilharias, modas, em instalações provisórias nos prédios todos novos, com grandes tabuletas de lojistas do Porto, sucursal deste, sucursal daquele, sucursal daquele outro.

Circulando no macadame, uma espessa multidão rajada de tipos diversos de forasteiros.

Famílias espanholas, famílias beiroas, famílias lisboetas, famílias do Porto.

J anotas de Lamego, da Régua, de Viseu, com esporins e luvas novas, bigode forte, chapéu à banda, brasa ardente no charuto e no olho.

Eclesiásticos morenos, sólidos, de beiços grossos, sobrancelhas cerradas, chapéus de moles desabados, cabeção e volta ao pescoço, cigarro brejeiro nos dedos.

Pais de famílias salamanquinas, de jaleco cor de pinhão, sombreiro de toureador, cara rapada, e a trouxinha em lenço de seda suspenso da mão pelas quatro pontas.

Meninas de tournure, vivos de veludo magenta na gola do vestido, chapéu de palha forma Carlos IX e botinas por engraxar.

Lavradores minhotos ou transmontanos, de capotes de briche com forro encarnado e gola de peles.

Mulheres do campo, sempre arrepiadas da frialdade do banho., artelhos nus e descarnados, saia pelos ombros, mãos encruzadas no estômago, lenço na cabeça, cabelo em viseira sobre os olhos, pés arrastando chinelas.

Músicos ambulantes; tocadores de realejo; rabequistas cegos arranhando a Marselhesa acompanhada à viola; e mendigos de romaria, à moda antiga, de muletas, barbas grandes e sacola ao pescoço, como nos dramas da Rua dos Condes; ou de pernas às costas, em monograma, andando nas mãos como fantásticos aranhiços.

Tudo isto bole, mexe, rabeia, de cá para lá e de lá para cá, no grande arruamento central a que chamam o Chiado, numa atmosfera vivaz, sacudida, peneirada por uma animação de arraial, confusa de cheiros e de ruídos diferentes, impregnada de vapores de fritura e de exalações de caranguejos fermentados ao sol, envolta em poeira, repicada de pregões, de música feirense, do tilintar de dinheiro nas batotas, e do estourar de foguetes na estação, aos comboios que chegam com banhistas novos.

Nas ruas novas, cortadas em quadrados simétricos como os quarteirões da Baixa em Lisboa, há quatro ou cinco hotéis, o do Porto, o Bragança, o Particular, etc. Estão todos cheios.

No Hotel do Porto, onde me acho, conta-me o proprietário que a família do nobre visconde de Ribeiro da Silva, morador em frente, tendo desejado jantar um dia à sua mesa redonda, ele tivera de pedir a oito dos doutores seus hóspedes, que ocupam de ordinário uma das cabeceiras, o obséquio de consentirem, por uma vez, em jantar em mesa suplementar, e à parte.

Oito dos doutores seus hóspedes é um traço inteiramente característico.

Espinho é com efeito, e por excelência, além da costa célebre da sardinha, a piscina consagrada da magistratura.

De manhã na praia, à hora do banho, de tarde ao longo da estrada da Granja, ou no caminho dos pinhais circunvizinhos, vêem-se grupos compactos de cavalheiros idosos, de passo lento e comedido, de uma compostura grave, entre modestos e majestosos, os quais, ao encontrarem-se uns com os outros — grupo que vai e grupo que vem — se saúdam reciprocamente, ouvindo-se de parte a parte em variadas vozes e em todos os diversos tons da afabilidade, honesta, não pueril, a palavra: — colega! colega! colega! colega!

São suas excelências os juízes.

Familiares e gaiteiros chapéus de palha campesina lhes cobrem as cãs venerandas, tantas vezes desgrenhadas nos vendavais do foro pelo sopro inóspito da oratória tribunícia dizendo o crime nefando. dos seus ombros, afeitos ao peso da responsabilidade social e à ondulação majestática da beca, pende — lícito jogo das brisas — a rabona caseira de uma jovial lustrina, ou de um galante porém não jogralesco cheviote. As suas mãos, em vez da rija e inflexível vara da lei, sopesam com mimo o ligeiro bordão de fino e envernizado bambu encastoado em parte; e entre o polegar e o índex da mão esquerda, por meio dos quais por tantas vezes picaram no ar, como que com invisíveis alfinetes, as delicadas minúcias do corpo de delito, repousa agora, aconchegada, inofensiva e morna, a tónica pitada de um saudável e escolhido esternutatório.

As lides balneárias e os fagueiros atrativos dos jogos de vaza e da palestra amena e conceituosa de descerimonioso convívio não os impedem de consagrar em cada dia alguns minutos de reflexivo zelo, entre o almoço e a sesta, durante as horas importunas da mosca, ao exame dos autos dependentes das suas respetivas varas.

A uma esposa de juiz de Direito, em prática de passeio com uma irmã de doutor delegado e outras damas, ouvi dizer:

— Meu marido tem vinte banhos e doze causas despachadas desde que chegou até hoje. .. Eu bem lho proíbo, porque as canseiras danificam-lhe a

saúde; mas que podemos nós, frágeis mulheres, perante a teimosia destes senhores magistrados!

E, articulando estas palavras, os seus antigos dentes sorriam de uma conspícua e orgulhosa amargura, mostrando cada um a sua cor diferente, como um vivo mapa das diversas comarcas por ela percorridas numa longa e gloriosa carreira jurídico-conjugal.

Ao longo do «Chiado» as batotas são quase tão numerosas como as filiais das lojas dos Lóios e dos Clérigos. Um lojista, a quem pedi o obséquio de me trocar uma libra, informou-me delicadamente de que não tinha prata, mas que eu a encontraria na roleta da porta ao lado.

A falta de tempo, que tantas vezes obsta ao cumprimento dos nossos mais sacrossantos deveres, me impediu de visitar todas as casas de tavolagem que exornam esta tão alegre e afamada praia.

Aquela em que estive, e que denominam o Celeste Império, pareceu-me ser um estabelecimento inteiramente respeitável e digníssimo. Recomendo-o vivamente a todos os viajantes, principalmente aos filhos-família, aos mancebos morigerados que desejem tornar-se benquistos na sociedade, aos caixeiros de comércio que pretendam estabelecer-se por conta própria, aos que tiverem negócios pendentes dos tribunais ou das repartições do Estado, e finalmente em geral a todos quantos prezarem a sólida convivência de pessoas

gradas e doutas, que mais tarde lhes poderão servir de auxílio, de proteção e de arrimo na espinhosa senda da vida.

Em Lisboa, por exemplo, não se imagina o trabalho enorme, a dificuldade muitas vezes insuperável que o pretendente de província encontra em chegar à fala com um senhor diretor-geral! No Celeste Império, pelo contrário, as coisas deslizam de per si suavemente, pondo-nos em contacto imediato com todas aquelas personagens que desejarmos conhecer. Basta uma placa de dois tostões e uma simples palavra para a gente se dirigir a quem quiser: — Piso no valete com o senhor conselheiro.

Não é preciso mais nada. Depois de ter a gente pisado por três vezes no valete com um conselheiro e com dois tostões, pode perder seis tostões; mas, além de ter tido um gosto na vida, fica ainda com um conselheiro no bolso. É galinha!

O edifício do Celeste Império é espaçoso e nobre. Nada da futriquice das repartições públicas, dos estabelecimentos de instrução ou das secretarias de Estado! Soberbos espelhos em magníficas molduras imitando o charão, mas imitando-o sem servilismo nem baixeza, cobrem os muros, de grande pé direito, nos espaços intermediários das janelas amplas e rasgadas até ao teto. A ventilação é excelente e a luz penetra largamente nas salas com uma profusão que ainda não vi em nenhuma das escolas nem das galerias do País.

As mesas são vastas e sólidas, permitindo aos pontos toda a liberdade de movimentos, quer para pôr o seu dinheiro sobre as cartas do monte, nos números da roleta ou no bolo do baccamt, quer para chamar a si os ganhos, ou vice-versa, quer para se desforrar da desilusão dos palpitantes roendo as unhas, arrancando os cabelos ou rilhando a bengala.

A roleta, propriamente dita, é uma rica peça, em tudo digna da alta missão que exerce no seio da sociedade. Serve-lhe de cúpula e dá balanço impulsivo ao giro da roda uma bem trabalhada estatueta de prata representando um mandarim bailando, de braços abertos e dedos apontados para o teto. Pensamento lindo!

Este mandarim, servindo de remate e coroa à roleta de Espinho, representa naturalmente a autoridade, representa o mando, a força, o poder supremo do Estado, e representa conjuntamente a galhofa na sua expressão mais oficial, mais faceta, mais inofensiva e mais parva. Nada mais aprazível do que o aspeto desta engenhosa roleta ministrando aos seus numerosos e ilustres frequentadores o gozo público e confortabilíssimo de um jogo proibido, e bem assim o da imagem augusta de autoridade e da lei, de chapéu de guizos e dedos para o ar, bailando à roda, enquanto gira o marfim, para o recreio da companhia!

Resumindo as impressões que deixou no meu espírito o exemplar instituto do Celeste Império em Espinho, eu faço votos fervorosos para que o País em todo o seu conjunto possa um dia ombrear com a jogatina espinhense.

À câmara dos deputados, ao liceu de Lisboa, à galeria portuense de belas-artes, aos futuros museus escolares, comerciais e industriais, ao futuro teatro de ópera popular, às futuras salas de concertos e de conferências científicas e literárias, desejo deveras uma instalação tão decorosa, tão elegante, tão bem acomodada aos seus fins como a deste convidativo e confortável estabelecimento. Aos debates parlamentares desejo vivamente a mesma compostura, a mesma gravidade, a mesma decência, a mesma propriedade de expressões e a mesma nobreza de gestos que caracterizam esta assembleia; e aos clubes políticos, aos centros artísticos e literários, às companhias anónimas de responsabilidade limitada, às juntas gerais de distrito e às juntas de paróquia, aos bancos, às associações comerciais, aos cabidos, às confrarias, às colegiadas, e em geral a todos os corpos coletivos — de carácter político, de carácter comercial, de carácter científico, de carácter religioso — eu desejo enfim, acima de tudo, o conjunto e a cooperação de cavalheiros tão distintos, tão ilustres, tão idóneos e tão venerandos como os que ora vejo presentes, em torno do pano verde, no âmbito desta espelunca!

As senhoras vão como os homens à acreditada batota de Espinho. Lá tive a alegria de ver algumas apostando à roleta.

Mas o ponto dado às reuniões do belo sexo é de preferência — penso eu — a Assembleia. Neste virente jardim do ideal, todas as nobres artes vicejam portentosamente, bafejadas pela excitante brisa marítima. A poesia lírica, a música, a dança pegam aí de estaca ou de enxertia com um vigor admirável. Enroscando-se em harmonioso concerto, o verso alexandrino, a cavatina de tiple, a fantasia ao piano e a quadrilha francesa bracejam e desabrocham em abundantes e imarcescíveis louros, envolvendo as fontes dos banhistas todos, como num escabeche de glória — imenso molho verde, molho de vilão em que sobrenadam os génios, como os dentes de alho.

CAPÍTULO III

A GRANJA, BANHO PARTICULAR

A povoação da Granja apresenta o aspeto de uma grande quinta particular, habitada por várias famílias para esse efeito constituídas em sociedade de comandita ou em companhia anónima: ruas de jardim cuidadosamente varridas e areadas; moitas de hortênsias floridas ornando as escadas exteriores de cada prédio; maciços de rosas e de gerânios florindo os caminhos; outeiros artificiais tapetados de relva; grades verdes engrinaldadas de hera ou de balsaminas; cottages ou chalets pintados de fresco; telhados guarnecidos de delicadas rendas de ferro; eirados ensombrados de longos stores com listras de doces tons pálidos, azuis e cor-de-rosa; alegres musselinas Pompadour e amplos chapéus Palmella em toilettes que perpassam numa frescura matinal, perfumados a tília ou a spina-rosa; bibes ingleses de crianças, com toucas de jardim, passeadas lentamente em pequenos breacks de parque, puxados por burrinhos com topes vermelhos; alguns janotas, alguns financeiros e alguns estadistas em vilegiatura marítima, vagueando ao acaso como fartos e luxuosos carneiros de concurso, pascendo os olhos satisfeitos na contemplação dos seus belos domínios; tudo isto numa rica moldura de pinhal, ampla e espessa como um caixilho de velho veludo genovês, verde-escuro, realçado pelo límpido espelhamento do mar.

Tão elegante familiaridade, tão aconchegado ócio, tão íntima e delicada convivência impressiona vivamente o estrangeiro e rejeita-o, por um modo tão delicado quanto irresistível, a uma respeitável distância quilométrica, desta encantada mansão.

U ma ideia súbita invade a alma de todo o forasteiro ao sair da pequena gare do caminho-de-ferro e ao penetrar na povoação da Granja:

— Sou talvez indiscreto ousando pousar as solas dos meus sapatos sobre a paisagem destes senhores!.. .

E a maneira como eles nos olham de soslaio, medindo-nos dos pés à cabeça, confirma-nos cada vez mais na convicção de que efetivamente abusamos entrando por esta praia dentro sem prévia licença dos seus donos.

Ao longo das ruas, de um e de outro lado, as senhoras com um grande ar de castelãs burguesas, sentadas em fauteuils de junco ou de bambu nos terraços das suas casas, aplicam as lunetas inquisitivas; e é pelo meio desta cerrada fuzilaria binocular que um pobre homem tem de passar, sozinho, sem conhecer ninguém, quando eles se conhecem todos, sentindo-se examinado, ao mesmo tempo e de todos os lados, por todos aqueles olhos armados e postos sobre as joelheiras das nossas calças, sobre a nódoa do nosso veston, ou sobre a verruga do nosso nariz!

Quando elas não olham, quando a gente está só, uma outra espécie de temor nos acomete: um receio vago de que nos apanhem com a boca na botija como

a um ratoneiro dentro de um quintal, e que de alguma parte surja de repente um criado a perguntar-nos com afabilidade irónica:

— Deseja alguma coisa? Procura alguém?!...

Quem é que vai para a Granja?. .. Toda a gente conhecida. Toda a gente conhecida é a fórmula provinciana que substitui em Lisboa a expressão Le tout Paris.

Le tout Paris consta, como se sabe, de uma pequena roda de pessoas, que vão a toda a parte onde a gente se diverte, mas que não somente não são Paris inteiro mas quase que nem sequer são Paris.

Toda a gente conhecida é em Lisboa um estreito círculo de senhoras, assinantes de S. Carlos, que se vestem na mesma costureira, que mandam vir os chapéus da mesma modista, que usam o mesmo perfume e concorrem de combinação nos mesmos sítios, nas matinées umas das outras, nos respetivos chás das 5 horas da tarde, nos bailes do Paço, no tiro aos pombos, etc.

Todo o janota que não conhece estas senhoras não é um janota garantido e autêntico.

Ora, na sociedade de Lisboa os homens, com exceção de alguns velhos, de alguns eclesiásticos e de um ou outro mendigo, são todos janotas: e, para o demonstrar, referem-se às senhoras a quem aludo como se entre eles e elas tivesse de todo o tempo existido a intimidade mais estreita, mais indissolúvel.

Tratam-nas pelo nome de batismo, mesmo quando elas têm um título. Adotam para seu uso, no Grémio e na Casa Havanesa, as próprias apelidações diminutivas e carinhosas da família. Dizem a Ana, a Anica, a Carminho, a Pepita. E, quando se encontram com elas nalgum espetáculo público, noticiam no dia seguinte: «Esteve bem... Tudo gente conhecida!» Ainda mesmo quando o facto de tantos conhecimentos reunidos houvesse apenas dado para eles o resultado final de não terem tido uma única pessoa a quem tirar o chapéu.

Dizem-me que há indivíduos para quem esta inocente ficção tem sido durante todo o decurso da existência uma fonte perenal de gozos.

É aos cavalheiros com essa benéfica orientação de gozo que eu principalmente recomendo a praia da Granja como um perpétuo e inexaurível manancial de satisfação e de júbilo. Porque, depois de Cascais, a Granja é a mais aristocrática das praias do litoral português. Espinho sabe isto, e não o leva a bem.

Espinho tem a aristocracia da Granja constantemente atravessada na goela. A Granja é a eterna espinha de Espinho. Quem a quer de Espinho a saltar viva é a animosidade dos espinhenses para com as elegâncias dos granjolas. Espinho disfarça o melhor que pode essa hostilidade que o deprime; mas o esforço que emprega para simular a indiferença comprime-lhes os vasos intestinais e os músculos, e dá-lhe à fisionomia visagens ácidas de um sorriso lúgubre. Eles dizem apenas: Esses senhores da Granja ... Mas estas simples palavras

espremem-lhes dolorosamente o fígado. Sente-se, mesmo por cima do fato e até olhando-os de costas, que, ao articular essa alusão, lhes entram para dentro, como chupados por uma animadversão entranhada, os dois botões que têm os fraques em cima dos rins. E de cara, ao falarem da Granja, já no «Chiado», já na Assembleia, já na praia, vê-se-lhes o azedume nos lábios e um toque de bílis extravasada aos cantos dos beiços, como cuspo de tigre.

A Granja este ano tem sido teatro de uma animação desusada em plagas portuguesas. Durante toda uma quinzena do mês de Setembro sucederam-se ininterrompidamente as festas de sobre a relva e as festas de sob os lustres. Almoços de convite, jantares de etiqueta, piqueniques, matchs ao croquet, cavalgadas, concertos, sauteries, redoutes, passeios aux flambeaux, iluminações venezianas, fogos de artificio, comédias de salão, etc.

Sou, todavia, informado de que neste mar de elegâncias uma leve espuma de impureza começa a manifestar-se à babugem das marés.

E ainda uma aparência mal determinada, mas em que se pronuncia já o advento de um quarto estado, um princípio de heresia à religião do dandismo, uma cisão no dogma, um cisma na igreja elegante. Enfim — para que digamos a terrível palavra — consta que se manifestara na sociedade da Granja a meia-tigela!

Ó pejo! ó dor! A esse belo boudin de sangue azul, que constituía o antigo mundo escolhido das granjoláceas, acha-se hoje adstrito em contrapeso, pela

fatalidade das circunstâncias, um suplementar chouriço de vinha-de-alhos! E para toda a' parte aonde vai o longo e aristocrático salame, reluzente, envolto em prata, segue atrás, em trambolho, o novo apenso do pequeno salpicão torto, negro do fumeiro, cheirando como resto de tenda a coentro velho, a barrica de arroz com gorgulho, a figo de seira e a pau-campeche!

Por enquanto ainda é tudo gente conhecida, mas há já uma nuance de pessoas que se conhecem perfeitamente, e de pessoas que se não conhecem tão bem: e alguns dos janotas, pondo a mão em viseira sobre os olhos, preparam-se para não conhecer de todo em todo quem chegar de novo, receando ver aparecer na clareira — suas próprias primas!

o meu amigo Eça de Queirós, que tem andado comigo, com uma muleta e com uma resma de papel, a procurar pelo reino um sítio limpo de maçadores, de moscas e de cozinheiros afrancesados, para aí acabar de escrever A Relíquia, chega-me hoje da Granja, onde por espaço de dois dias aplicou aos fenómenos sociais o monóculo da análise; mas nada pude arrancar do seu peito discreto acerca da intriga de castas que surdamente me dizem agitar a psicologia a banhos nessa praia. Ao sentarmo-nos à mesa para almoçar juntos no Palácio de Cristal, com Antero de Quental, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins, soubemos apenas que no clube da Granja o nosso amigo perdera na véspera a aposta de um leque numa partida de bilhar com uma das banhistas. Uma das condições da aposta era que o leque seria escrito pelos amigos com que Eça de Queirós tinha de vir almoçar ao Porto.

À sobremesa fizemo-nos, pois, servir um tinteiro e uma pena de cozinha, e, entre a pêra e o queijo, o leque, comprado no Bazar do Palácio, de cetim cor de ouro ornado de uma aguarela representando um grupo de cinco cães, ficou escrito do seguinte modo:

Por cima dos cães, este dístico: — Os autores.

Do lado oposto, a rubrica e o texto que passo a transcrever:

OS LATIDOS

I

Quem muito ladra, pouco aprende. Antero de Quental.

II

Escritor que ladra não morde. Oliveira Martins.

III

Dentada de crítico cura-se com pêlo do mesmo crítico. Ramalho Ortigão.

IV

Cão lírico ladra à lua; cão filósofo aboca o melhor osso. Eça de Queirós.

V

Cão de letras — cachorro. Guerra Junqueiro.

ENVOI

São cinco cães, sentinelas

De bronze e papel almaço;

De bronze para as canelas,

De papel para o regaço.

(Assinada)

A matilha.

O leque foi para a Granja com Eça de Queirós.

Oliveira Martins voltou para o seu ninho de artista, no sítio das águas Férreas, uma pequena casa encantadora com um gabinete de trabalho recheado de

livros, de móveis artísticos e de bibelots, ao lado da casa de jantar, rindo através das gelosias verdes para o velho jardim musgoso, florido de rosas-chá, com uma gruta de teixos aparados à tesoura à moda do século XVIII, e uma fonte de granito em que a água, com uma melodia de claustro, corre no tanque saindo pela boca de um golfinho.

Antero de Quental, que a sua delicada suscetibilidade de poeta converte numa espécie de monge, asceta de bondade amortalhado num burel de ironia, regressou à sua tebaida à beira do rio Ave, em Vila do Conde.

Guerra Junqueiro voltou para Viana do Castelo, para o seu lar doméstico, que é ao mesmo tempo uma preciosa coleção de arte, levando pela mão as duas filhas que Deus lhe deu, evidentemente por um acto de omnipotente bom gosto e com o fim manifesto de lhe provar que não viu uma alusão pessoal na Velhice do Padre Eterno.

Queirós prosseguirá da Granja para Lisboa e de lá para a linda casa que habita em Clifton, nas margens do Avox, em frente de Bristol, ao pé de um braço de floresta conhecido pelo poético nome de bosque dos rouxinóis — pequeno genteel cottage, rodeado de maciços de fores, vestido de trepadeiras, nessa húmida profundidade de musselina sobre a qual se esfumam em cor de pérola os esguios perfis de construções de luxo no campo inglês.

E eu desci para a Foz, pelo caminho de baixo, no carro do elétrico que recebe em Massarelos, às quatro da tarde, o retorno dos ricos comerciantes, dos

caixeiros de escritório e dos altos funcionários aduaneiros do Porto, residentes
à beira-mar durante a estação calmosa.

CAPÍTULO IV

FIGUEIRA DA FOZ

Não tem outro remédio senão vir à Figueira quem quiser ver a mais linda praia de banhos de Portugal.

A grande baía compreendida entre o cabo Mondego e a embocadura do rio desenha uma curva encantadora, lembrando os mais risonhos e os mais doces golfos do Mediterrâneo. Em toda a linha de areia que borda a enseada, na extensão de meia légua, não há um rochedo. O terreno é cortado emfalaise sobre a praia. O longo abarracamento dos banhistas, em tendas pontiagudas, de lona branca, arma-se junto do forte de Santa Catarina, construído na foz do rio.

Quem se senta na praia, voltado para o mar, tem à esquerda a fortaleza ameada e denegrida, no estilo de todas as que construiu o conde de Lieppe ao longo do litoral português; para a direita, a curva da costa, com o farol na ponta, e a pequena povoação de Buarcos, à beira de água, alvejando ao sol. Pelo ângulo da fortaleza avista-se a água espelhada do Mondego e a verdura ridente das colinas da margem de além, matizadas pela casaria branca das aldeias longínquas.

À hora do banho, das oito às dez, a praia enche-se de banhistas.

Como não há rochas nem dunas, toda a gente que desce da falaise para a beira da água fica em plena evidência. Esta circunstância dá um ar especial a esse juntamento de cada dia. O banho torna-se um rendez-vous geral de toda a população balnear e traz consigo umas certas exigências de aparato e toilette.

Nenhuma senhora ousaria aqui, como na Foz, em Espinho, em Leça ou na Póvoa, vir ao banho enrolada num xaile, com uma manta pela cabeça. A paisagem é tão larga, tão descoberta e tão luminosa que impõe uma espécie de culto e de cerimonial. Os lindos sítios levam as mulheres a vestir-se bem. Nos lugares alcantilados e ásperos a fisionomia humana arrepia-se e confrange-se. Nas planícies louras e azuis, nos golfos tépidos sobre o espelho límpido das águas, ao abrigo de colinas virentes, a beleza expande-se e floresce.

Nunca vi provincianazinhas que me parecessem tão lindas e tão bem vestidas como nestas vividas, frescas e claras manhãs de sol, na praia da Figueira. Um arzinho arrapazado e sadio parece embandeirar os olhos destas raparigas e fazer-lhes cantar barcarolas pela frescura da pele.

O Bairro de Santa Catarina, ou Bairro Novo, principalmente habitado pelos banhistas, foi construído há poucos anos e consta de casas todas novas, pintadas de branco, de um teatro, um clube e um hotel para oitenta hóspedes.

Infelizmente, em vez de ser edificado com método, sobre a praia, com o hotel de banhos e o Casino ao centro, os restaurantes com terraços ao ar livre, o

novo bairro não fez frente ao oceano e dispersa-se desengraçadamente na colina para o lado da terra.

O bairro antigo tem aumentado consideravelmente nos últimos tempos. As obras do Mondego acrescentaram, por meio de aterros à beira do rio, a superfície do terreno, rapidamente coberto de novos prédios, espaçosos e elegantes.

Uma bela avenida arborizada, à beira do rio, conduz da estação do caminho-de-ferro à primeira grande praça da antiga vila, na qual há poucos anos ainda se penetrava por uma rua em funil, ladeada de velhas casas sombrias e calçada de enormes pedregulhos, por cima dos quais trambolhava pesada e estrepitosamente, ao som dos guizos, dos estalos de chicote e da corneta do condutor, a velha diligência de Coimbra.

Monumentos não há. A Figueira, que ainda no século XVIII era apenas uma pequena aldeia com trezentos habitantes, não tem história antiga.

A vila de Buarcos, que se diz ter sido fundada por uma colónia de pescadores galegos no século XV, invadida pelos holandeses e pelos ingleses no tempo da dominação filipina, também não tem tradição, porque os invasores ingleses saquearam e incendiaram tudo quanto podia explicar o passado.

Resta apenas em Fr. Bernardo de Brito a menção das duas célebres fontes de Buarcos, uma das quais absorve e a outra rejeita tudo quanto se lhes deita

dentro. O venerável cronista afirma ter ele mesmo visto, pelo seus próprios olhos, essas duas maravilhas.

Do forte de Santa Catarina foram desalojados os soldados de Junot por uma força de estudantes de Coimbra em 1808, e foi na praia defendida por esta fortaleza que desembarcaram os treze mil da expedição inglesa comandada por Lorde Wellington.

A melhor casa da cidade é o antigo palácio dos condes de Tavarede, na rua do Paço. Dois dos grandes salões deste prédio são forrados à altura de um terço da parede por lindos azulejos de Delft, tendo cada um o seu quadrozinho independente, a azul e branco, representando paisagens e costumes holandeses. Esta coleção que não sei nem como nem quando veio parar à Figueira, é no seu género a mais interessante que tenho visto em Portugal.

Registe-se ainda que foi na Figueira que nasceu o revolucionário do Porto Manuel Fernandes Tomás, e é tudo quanto há historicamente que referir.

Além do rendimento constituído pela contribuição anual dos banhistas, a Figueira tem as suas pescas, o seu comércio marítimo, a sua mina de carvão fóssil em exploração no cabo Mondego, uma fábrica de cal e uma fábrica de vidro.

Mas a grande feição peculiar e característica da Figueira é a que lhe imprime a sua vida política.

Em nenhuma outra parte do mundo vi fenómeno mais curioso e mais extraordinário. Em todas as outras partes há mais ou menos uma certa política de aplicação prática ao interesse da localidade.

Na Figueira o carácter da política é inteiramente abstrato, transcendental, figurado, alegórico, mítico.

Não se trata nem da igreja, nem da escola, nem da estrada, nem da fonte, nem do mercado, nem de coisa alguma viva, corpórea e real. Trata-se unicamente e exclusivamente da ideia adelgaçada, subtilizada até o ponto de não significar coisa alguma.

Os habitantes da Figueira são todos, em política, ou regeneradores ou progressistas.

Como por baixo de cada uma destas denominações, puramente metafísicas, não há mais nada, toda a controvérsia e toda a contestação se torna impossível sobre semelhante assunto.

Assim, desde que um homem chega (não sei como) a ser progressista e que outro (por vias não menos misteriosas) chega a ser regenerador, cada um deles o é definitivamente e para toda a vida, e esse dois homens estão irreconciliavelmente separados para sempre pelo mais terrível de todos os abismos

— o abismo do vácuo!

Nada mais prodigioso do que o estado de coisas a que dá origem este fenómeno.

Não havendo na Figueira e o seu termo um único indivíduo

— de um ou de outro sexo — que não seja ou regenerador ou progressista, e sendo completamente incompatíveis entre si, como já disse, os dois partidos, há uma assembleia recreativa para os regeneradores e há outra, a respeitosa distância, para os progressistas. Esta separação e esta dualidade correlativa estende-se a todos os estabelecimentos da cidade. Há os padeiros progressistas e os padeiros regeneradores, os barbeiros especiais e os privativos de um e de outro partido, os cafés, os restaurantes, as batotas, as camisarias, as mercearias, os médicos, os pedicuros, os criados de servir, as filarmónicas, as farmácias, os alfaiates, as costureiras — tudo por parelhas, tudo binário, tudo em duplicação, para uso dos partidários do Sr. Anselmo Braamcamp e do Sr. Fontes Pereira de Melo, conquanto, acerca dos princípios governativos que distinguem esses dois chefes de partido, estejam quase todos os figueirenses, que não conhecem pessoalmente nem o Sr. Fontes nem o Sr. Braamcamp, no mesmo estado de tenebrosa ignorância em que eu próprio me encontro.

Apesar destas providenciais disposições, progressistas e regeneradores encontram-se ainda algumas vezes frente a frente no mesmo caminho, e desses encontros resultam graves conflitos, que se decidem à mocada.

As duas filarmónicas não passam jamais uma pela outra sem subsequentemente obrigarem os respetivos partidos a consideráveis despesas para o fim de lhes renovar os instrumentos e os queixos.

Eu mesmo fui vítima, com Elísio Mendes, de uma dessas incompatibilidades funestas. Vínhamos embarcados, às nove horas da noite, descendo o Mondego, contra o vento e contra a maré, depois de um piquenique na Lares. Tínhamos connosco a bordo a companha do batel e uma das filarmónicas da Figueira: esta incumbida de nos acompanhar o luar com algumas peças de música, aquela encarregada de nos levar à vara até ao porto de amigo. A menos de meio caminho, notámos com amarga surpresa que a Lua raiava desacompanhada de instrumental, num silêncio tétrico, e que o batel, em vez de ir para diante à vara, vinha para trás velozmente no dorso da maré, favorecido pela brisa.

Quando ousámos pedir explicações amigáveis a respeito deste inesperado acontecimento, os da companha e os da música travaram-se de razões formidavelmente belicosas, e nós tivemos de intervir com os maiores esforços de eloquência e de diplomacia para evitar uma carnificina medonha entre os músicos e os barqueiros.

Sabidas as coisas, tínhamos caído num dos mais terríveis focos de explosão partidária: a companha era regeneradora e a música era progressista!

A nossa oratória eclética conseguiu enfim produzir os benéficos efeitos que o ecletismo produz sempre no espírito das massas, desde o filósofo grego Potamon até o Sr. Vítor Cousin, a saber: que ao cabo de alguns minutos os dissidentes das duas parcialidades contrárias tinham adormecido. Por uma dessas estranhas contradições, que tantas vezes resultam das vicissitudes humanas, fomos nós ambos, Elísio e eu, que os restituímos incólumes aos seus lares domésticos e aos seus respetivos partidos — um de nós manejando a vara e o outro dedilhando um cornetim.

Esta singular e inexplicável rivalidade parece destinada a dissolver todas as relações sociais. As mulheres afastam-se dos maridos pelos chamados ainda na Figueira motivos políticos. Por iguais motivos se separam filhos e pais, irmãos e irmãs; malquistam-se famílias, dissolvem-se associações; esbandalham-se piqueniques; desmandibulam-se queixadas e escacam-se cabeças. No hospital, que na Figueira, como em quase todas as terras da província em Portugal, é um modelo de economia, de administração e de caridade, contou-me o provedor que as famílias progressistas recusavam fazer fios para os enfermos, porque a direção era regeneradora. E não obstante — acrescentava o benemérito funcionário — a maioria dos pobres aqui recolhidos são de Lavos, que é uma freguesia progressista.

Ora, o mais curioso de tudo é que, em tal estado de coisas, se não dissolve coisa nenhuma! Tudo se equilibra e se compensa de um modo digno da cogitação dos filósofos. Os regeneradores e os progressistas da Figueira, que

são de um partido para o outro os mais terríveis e irreconciliáveis inimigos, são entre si, em cada um dos dois campos, de uma união e de uma solidariedade de que se não encontra exemplo em nenhuma outra parte. Os cônjuges que se afastam aqui por política gozam da vantagem moral de não se afastarem nunca por motivos mais escabrosos de alegar. A emulação partidária mantém nos habitantes um jucundo steeplechase de melhoramento e de progresso local. Trate-se seja do que for, cada partido pretende passar adiante do outro a distância de uma cabeça pelo menos, e ninguém pára nesta corrida vertiginosa de competência; se este faz um prédio, aquele faz uma quarteirão de casas, até que o primeiro pelo seu turno faça uma rua, para que o segundo, quando chegar a sua vez, faça um bairro inteiro. Se o regenerador constrói um teatrinho, o progressista constrói a seguir um teatrão; se o progressista deita um foguete, o regenerador deita uma girândola. E assim sempre, para além do mais e de melhor a melhor.

A Figueira tem tido por este sistema um desenvolvimento único e sem exemplo nos últimos anos. Se amanhã os dois partidos se lembrarem de competir um com o outro em destruir, assim como até aqui têm competido em edificar, escusam de lá ir para o Verão que vem, porque não encontrarão coisa nenhuma. Se, para afirmar a sua adesão à respetiva causa, um dos partidos começar, verbi gratia, por cortar um dedo, o outro cortará os dois; e assim se prosseguirá sucessivamente, até que, não havendo mais nada que cortar de parte a parte, não reste do que foram os regeneradores e do que

foram os progressistas na Figueira senão um dente e um chapéu para um lado, e para o outro lado um calo e uma bengala.

CAPÍTULO V

NA TRAFARIA - CENA DA BORDA-DE-ÁGUA

Não — tinha eu dito comigo logo de manhã cedo, ao abrir a minha porta e ao contemplar o mar —, com um tempo destes é que eu não vou trabalhar. Para onde eu vou é para a pesca.

E, trazendo o cesto com os aparelhos para a beira da água, sentado no chão, em mangas de camisa, arregaçado até os joelhos, com os pés nus na tépida consolação da areia, abri a minha faca e pus-me a cortar sardinha e a iscar os anzóis. A melhor camada é o casulo; mas nem sempre se pode ter casulo e nestes casos é preciso cortar a sardinha em regra, diagonalmente, e saber metê-la no anzol, enfiando-a na metade do lado da cabeça por um dos olhos, dando-lhe uma volta com a espinha na outra metade. É um trabalho engenhoso.

Balançando na água, o meu bote esperava por mim amarrado à fateixa. Uma intensa luz de um azul de turquesa envolvia a grande natureza ridente, salgada das exalações da água, cheirando aos mexilhões frescos que dois barcos saveiros em forma de meia-lua estavam pescando no Calhau, a trinta metros da praia para o lado do Bugio. Os primeiros bandos de rolas, picadas pelo vento leste, cortavam o espaço num voo doce, fazendo tremular na areia reluzente da vazante a sombra pardacenta e fugitiva das asas. Alguns

maçaricos reais debicavam a salsugem da maré em pulos esbeltos, prateados pelo sol.

— Vê aquela rapariga que vai saltar com um pequeno ao colo para o bote branco que está amarrado ao nosso? — disse-me o pescador José Pirralho, que iscava também um aparelho, acocorado no chão ao pé de mim. Aquela é a Rita Carrã que vai a Lisboa ver o marido, o João Galhote, do brigue Ligeiro, que entrou hoje de madrugada. É um brigue que anda no mar há perto de um ano. O João Galhote embarcou logo depois de casar. Esteve apenas três meses com a mulher e vai ver agora o filho nascido, que ele ainda não conhece... — Olá, ó tia Rita! se o seu José vier logo consigo para baixo faça sinal do bote com o lenço, que é para lhe botarmos um foguete e para repicarmos o sino.

E ela, em pé na embarcação, rindo, vestida de festa, com o pequeno rechonchudo e louro sentado no braço, agradecia dizendo adeus com a mão — Até logo! até logo!

Deitado o aparelho, lancei a minha bênção à boia e remei para terra. Boa coisa, remar! De calças arregaçadas e pernas nuas, com o peito ao vento, a elasticidade de um bom remo espadeirando a água comunica-se ao nosso arcaboiço, e parece que nesse exercício triunfal todos os ossos cantam como canta o estorvo de couro cru amarrado ao tolete quando se pica a boia. Dizem os do Algarve, que, para remar, tudo puxa desde as unhas dos pés até às

pontas dos cabelos. Quando se rema estirado, pranchando o corpo todo no mergulho do remo, o esforço empregado distribui-se igualmente por todos os músculos das pernas, dos braços, do tórax e dos rins, dando a máxima plenitude da força, a mais intensa sensação de poder e de vitória. Remar é dizer ao oceano — Chegue-se para trás que vai aqui um homem! — e ver o oceano obedecer.

Tinha vindo para casa almoçar e esperar à sombra a maré para levantar o aparelho, quando ouvi gritar por socorro na praia. Chego à janela e vejo na água límpida e serena, beijada do sol do meio-dia, as duas mãos de um homem que se afundia junto de um bote amarrado a oito ou dez braças da terra.

Alguns pescadores saltam num saveiro varado na praia e remam para o ponto em que se tinham submergido as duas mãos que eu vira agitarem-se no ar.

Sonda-se o lugar; procura-se por toda a parte, com cabos, com remos, com varas; lança-se uma rede. É tudo inútil. O afogado desapareceu.

Era um operário padeiro, de vinte e três anos de idade, o José da Viúva, que sustentava a mãe, paralítica, e duas irmãs. Fora banhar-se ao despegar do trabalho antes de ir jantar, e estava já em terra quando se lembrou que enchia a maré e que deixara longe o bote de que se servira para saltar de mergulho no mar. Entrara na água outra vez para alar o bote, e foi então que lhe faltou o pé, que o arrastou a corrente, que se afundiu.

Falou-se do caso uma hora entre os grupos dos marítimos deitados na praia ao sol.

— Aquilo não foi senão coisa que lhe deu pela cabeça . ..

— Ou dor!

— Que ele diz que falou ao vir acima...

— Pois sim; mas nada explicou. Mãe! mãe! foi a única coisa que ele disse.

— Com o que a água puxa para cima o corpo vai lá dar para o Porto Brandão ou para Cacilhas...

E depois, a pouco e pouco, como vinha chegando a hora de levantar os aparelhos e de recolher as redes, os botes começaram a largar para o mar, uns depois dos outros, e a praia ficou deserta sob a grande alegria do céu, no suave rumor da vaga, entrecortado de espaço a espaço pelo gemer dos moinhos e pelo cantar dos galos.

Sentia consideravelmente atenuado o meu apetite aos chamirros e aos robalos a que deitara o aparelho, e uma atração magoada prendia irresistivelmente os meus olhos ao ponto do mar em que eu acabara de ver aquelas duas mãos brancas agitando-se convulsas ao lume de água, como as asas de uma gaivota ferida. Foi a olhar para esse ponto que descobri de repente, ao pé da praia, o bote branco que levara para Lisboa a Rita Carrã. Lembrou-me o sinal do lenço, mas o bote não deu sinal.

Além do remador, que vinha deitado à popa, segurando a escota da vela, o bote não trazia mais ninguém senão a Rita com o filho nos braços. O José Galhote morrera tísico na torna-viagem do brigue Ligeiro. O bote branco, que saíra da Trafaria com a festa da esperança e que voltava com a desolação da viuvez, deixou cair a vela como uma continência funerária sobre o mesmo lugar em que se submergira o José da Viúva, e esta bela e comovente cerimónia do acaso fez-me ter inveja ao destino do morto.

Pobre José da Viúva! o teu modesto nome, triste e simpático, não será repetido em artigos banais pela Imprensa, nem figurará em epitáfios idiotas nos mausoléus do cemitério dos Prazeres. O prior da tua freguesia, ultimamente acusado de ter morto com uma paulada na cabeça uma das ovelhas do seu rebanho, não veio grunhir o latim da agonia sobre a tua última hora. Invocando o nome da tua mãe, expiraste na mais doce e na mais incontestada das religiões, a religião do amor. Sepultando-te no mar, libertaste-te dos gatos-pingados, dos chantres, dos veludinhos pretos franjados de galões amarelos, dos pingos das tochas, do badalar dos sinos nas torres, do pregar dos alfinetes na mortalha, de tudo enfim quanto desnatura a morte, tornando lúgubre e repulsiva a doce passagem da luta inclemente da vida para o repouso do nada.

Nessa noite o chinchorro do tio António Janeiro trouxe para terra um cadáver de envolta com os linguados que foi pescar à meia-noite, e o tio João Loira, velho fadista, foi mais uma vez requisitado em nome da caridade para depor

por alguns minutos a sua guitarra no chinquilho do Marcelino e ir, piscando os seus olhinhos vermelhos e cantarolando o Quizumba, abrir a cova e enterrar o José da Viúva debaixo dos três ciprestes que ensombram o cemitério da aldeia.

TERCEIRA PARTE

INSTRUÇÃO PÚBLICA

CAPÍTULO I

OS NOSSOS FILHOS, EM CASA, NA RUA, NO PASSEIO, NO LICEU, NO COLÉGIO

Outubro, 1871

Leitor! Leitora! — falemos dos vossos filhos. Levantemos a mão das fraquezas, dos ridículos, das misérias do nosso tempo, e consagremos esta página aos mais puros e aos mais vitais dos nossos interesses.

Conhecemo-los — os vossos filhos. Temo-los visto, ao voltar do colégio, com os babeiros brancos, os chapéus mais velhos, o cabelo despenteado e o dedo sujo de tinta, esfarpando de encontro às pedras os bicos dos sapatos, enquanto o vosso criado, com os compêndios do Sr. João Félix presos por uma correia debaixo do braço, os segue pausadamente conversando em coisas líricas com a criada da vossa vizinha.

Vimo-los no liceu, no dia do primeiro exame, pálidos de concentração e de susto, imóveis, extáticos, com os olhos pasmados na espessura dos seus juízes, lembrando-se um pouco mais das orações que vós rezastes por eles, ó mães, do que das lições que vós lhes destes, ó mestres!

Tínhamo-los também visto no Passeio Público, em noites de concerto, dançando ao pé do quiosque, eles fingindo-se grosseiros para se darem o

chique de velhos colegiais, elas sérias e graves, voltando o rosto por cima do ombro para contemplarem como pequenas senhoras a cauda hipotética dos seus vestidos.

Elas e eles são pálidos, têm as gengivas esbranquiçadas, os dentes baços, as pestanas longas, as pálpebras oftálmicas, os cantos da boca levemente feridos, o sorriso triste, os movimentos indecisos e fracos, o olhar quebrado.

Precisam de tomar banhos frios, de comer carne ao almoço, de beber uma colher de óleo de fígado de bacalhau todos os dias, de fazer ginástica, e de que se lhes corte o cabelo.

Além do cabelo extremamente longo — o que equivale perante a química e perante a fisiologia a um dispêndio de ferro com que não podem as constituições anémicas dos vossos pequenos notamos ainda excessos de toilette cuja voga dá o seguinte resultado: em parte alguma do mundo se encontram crianças tão mal vestidas como em Lisboa.

A gente rica veste os seus filhos de veludo, com meias de seda e plumas no chapéu. Há tipos calabreses, escoceses, marinheiros, boleeiros... A gente pobre, que não pode adotar integralmente os modelos consagrados na mascarada das crianças burguesas, veste os seus pequenos de cães sábios. O que é de uma iniquidade verdadeiramente horrível, porque, enfim, ninguém pode evitar que os nossos filhos sejam os herdeiros forçados das nossas enfermidades e das irregularidades das nossas feições, mas é de mais abusar

dos direitos da paternidade até o ponto de converter uma criaturinha graciosa e simpática no cabide irrisório das depravações artísticas do nosso gosto!

Ide ver as crianças, como nós as temos visto, aos domingos de tarde no passeio da Estrela ou em S. Pedro de Alcântara. Lá encontrareis os meninos vestidos de colegiais franceses, de guardas-marinhas ou de empregados do caminho de ferro, de postilhões, de huguenotes, de puritanos, e, sobre isto, as compósitas das toilettes de capricho, em que o hediondo toma profundidades de expressão prodigiosamente alucinantes: as botas cor de pulga com atacadores encamados e biqueiras de verniz, chapéu de palha atado por baixo da barba com um laço de fita, vestido verde e paletó encarnado, coisas medonhamente semelhantes ao trajo de um macaco que dança ao som de um realejo.

Desafiamos-te, leitor, a que entre todos esses pequenos nos mostres duas crianças vestidas simplesmente — de crianças: com sapatos rasos, largos e grossos, e um fato cómodo, lógico, sensato, de linho no Verão e de lã no Inverno, que permita ao rapaz que o tem usar livremente de todos os seus movimentos e de toda a sua força, sem vontade de olhar para a sombra que vão fazendo nos muros, nem de se considerar perpetuamente tutelado pelo verniz das suas botas ou pelo delicado estofo da sua túnica.

Conversai por um momento com esses pobres forçados à grilheta do aparato, e vereis com que ideias a primeira educação das amas e das criadas enche a

imensa capacidade que tem a memória desde os dois anos até os seis! Eles estão convencidos de que o judeu que lhes vendeu tâmaras à porta do jardim tem uma cauda no fim das costas, que o mundo foi feito pelo Jesus; que as doenças, os desastres e os aleijões são castigos dados pelo Jesus; que as trovoadas são o Jesus que ralha com a gente. De sorte que para eles o doce mártir da dedicação e do amor da humanidade que as suas mães adoram de joelhos fica reduzido ao chaveiro de todos os males, ao despenseiro de todas as desgraças, ao pasteleiro de todos os desgostos! Não conhecem tão antipático, tão monstruoso, tão terrível como Jesus, senão um ente que existe em casa de cada um deles, escondido nos quartos escuros, à espera que os meninos passem para os devorar. É o papão. O pai é uma espécie de flagelo intermediário dos dois referidos, um ministro da política extraordinário e representante efetivo dos verdugos invisíveis e místicos. Quando o Jesus não ralha porque não há eletricidade atmosférica, e o papão se não manifesta porque estão luzes em todos os quartos, diz-se-lhes: Esperem que ali vem o papá!, quer dizer, o emissário de Jesus, que substitui os trovões pelos puxões de orelhas, e o substituto do papão, que espanca os meninos feios enquanto o papão se não resolve definitivamente a mastigá-los.

A única instrução séria que se lhes deu na primeira infância foi o catecismo. O Padre-Nosso caiu-lhes na memória como a toada sonolenta e monótona de uma melopeia maquinal, de cuja intenção e de cujo sentido — mesmo literal — eles não têm a mínima ideia. Outro tanto lhes sucede com os

mandamentos da lei de Deus e com os pecados mortais. Nada mais edificante, sobre a falsa educação religiosa que nós cuidamos dar aos nossos filhos do que ouvirmos as suas respostas quando lhes perguntamos o que entendem por esta palavra que os obrigamos a repetir duas ou três vezes por dia — luxúria —, ou a sua interpretação para esta frase que igualmente nos esforçamos por lhes fazer decorar: Não invejar a mulher do teu próximo!

Uma pequenina nossa amiga entende que a luxúria é o pecado do demasiado luxo, e que guardar castidade consiste em não murmurar contra os castigos.

Tais são as coisas que os nossos filhos aprendem nas nossas casas até a idade dos seis anos!

Chega finalmente a época de entrarem no colégio.

O colégio é uma casa triste, sombria, impregnada daquele cheiro abafante que deixa no ar a aglomeração das crianças. O colégio tem um guarda-portão de aspeto duro, homem habituado a pagar-se nas lágrimas dos colegiais pequenos das diabruras que os grandes lhe fazem. As paredes têm riscos e letras a lápis; no chão escuro há pedaços de papéis rasgados; a disposição das camas, o aspeto seco dos prefeitos, as maneiras dos criados dão aos dormitórios um ar de hospital. As aulas sujas pela lama que trazem as botas dos externos, os bancos lustrados pelo uso, as carteiras de pinho pintadas de preto, os transparentes das janelas manchados pela chuva, a lousa negra polvilhada de giz a um canto da casa, o rodapé da banca do professor de baeta lacrimejada

de tinta, infundem uma tristeza lúgubre. Tudo quanto pode converter o trabalho num objeto de repulsão e de horror acha-se felizmente reunido na maior parte dos colégios portugueses. As mulheres, que a experiência tem provado possuírem muito mais aptidão para o ensino do que os homens, são geralmente excluídas do professorado nos colégios de alunos do sexo masculino. O ensino é ordinariamente feito por sábios de pouco preço, para os quais os âmbitos da ciência, bem como os da sociedade, são igualmente cheios das trevas mais augustas e mais impenetráveis. Por via de regra, literato falido, escritor malogrado, crítico inédito, o magíster tem a pedantearia das pequenas letras e as severidades da alta magistratura, envoltas num exterior intonso, com maneiras de uma gravidade suspeita e de um exemplo contestável. No entanto, como no tocante às maneiras do aluno tudo quanto se exige é que ele seja aprovado no seu exame de civilidade, lá estão para suprir tudo os compêndios do Sr. João Félix, vigoroso freio para que o estudante nunca escarre na cara das pessoas de respeito nem arrote com repreensível estampido quando jantar na alta sociedade. Poupa o trabalho de dar exemplos a comodidade de possuir um livro assim, que permite ao preceptor dizer simplesmente o seguinte a um homem que vai entrar no mundo: "Releia o seu João Félix e conserve-se sempre de sobreaviso sobre as expetorações e sobre os gases."

O mesmo que sucede com a civilidade é exatamente o que se dá com todos os demais capítulos em que se divide a educação da infância.

A preocupação única e exclusiva dos preceptores é que os seus alunos estejam quietos no colégio e sejam no fim do ano letivo aprovados no Liceu Nacional. Para conseguir a aprovação dos estudantes nos exames que eles façam, o preceptor emprega todos os esforços e todos os meios, exceto talvez um único — que é o de lhes ensinar o objeto sobre que tem de versar o exame.

Para se ajuizar dos outros meios que dão em resultado a aprovação dos alunos, cumpre saber-se que o júri dos exames é composto de professores do liceu. Estes senhores têm organizado o programa das suas perguntas e feitos os pontos que no fim do ano serão tirados à sorte para indicar a passagem sobre que tem de passar-se exame. Ora neste caso o modo mais simples e mais lógico de conseguir a aprovação seria haver o programa das perguntas e a coleção dos pontos. Assim, quinze dias bastariam para que o aluno decorasse os textos sobre que tinha de tirar o ponto, e o êxito do exame não poderia ser, depois disso, duvidoso. Sucede, porém, que os lentes do liceu insistem em não vender os pontos pela razão um tanto frívola de que isto seria a mais sórdida das veniagas e o mais abjeto dos subornos. Aqui começam os trabalhos memoráveis a que se dá o preceptor para assegurar o futuro científico e literário do seu aluno.

— Homem! Deixe-me levar os pontos aos rapazes!

— Não! Isso não! Leve-lhes tudo quanto quiser, menos os pontos! Quer uma coisa?... Leve-me a mim — por vinte mil réis por mês — mas os pontos não! Nunca!

— Bem! Basta! Não falemos mais nos pontos e venha daí você!

Assim é que os professores públicos do Liceu Nacional, vogais do júri de exames no mesmo liceu, não vendem os pontos aos colégios particulares, mas exercem neles o magistério. Há professor no liceu de Lisboa que ensina particularmente a disciplina de que é examinador em oito diferentes colégios de educação de rapazes! Não há nisto sombra de corrupção nem desaire de espécie alguma. Somente acontece — e isto é um facto extremamente secundário! — que de cada cem alunos que concorrem a exame no liceu podemos afoitamente computar em noventa o número dos que ignoram as disciplinas em que são julgados aptos. Se os ilustres professores nos quiserem honrar com o seu desmentido, requeremos uma sindicância às escolas e provaremos com factos que de cem alunos aprovados em latinidade, no ano de 1870, não haverá seis que em 1871 traduzam correntemente meia página de qualquer autor latino à nossa escolha.

São enormes, são pavorosos os males que resultam dos simples factos que acabamos de indicar.

Em primeiro lugar, os alunos habituam-se desde a infância, nos primeiros actos da sua vida civil, a descrerem do mérito, do trabalho e do estudo, e a

contarem para todo o êxito com a falseação das provas, com a mercancia da justiça e com a omnipotência do compadrio — perfeita iniciação para uma existência de intriga, de indolência e de desonra.

Os pais, quites para com as suas consciências dos encargos da educação que devem aos seus filhos pelo facto de haverem delegado noutros esses encargos, contentam-se em participar aos parentes que o menino continua a ser aprovado nos seus exames, até que, aos dezasseis ou dezassete anos, o colégio devolve à família plenamente aprovado em todos os seus estudos o menino que a família lhe confiara, e o pai encontra-se então, frente a frente, no seu campo, na sua loja, na sua oficina ou no seu lar doméstico, com um mancebo aproximadamente inútil para toda a espécie de emprego. Todas as faculdades desse pequeno homem, em que a barba começa a repontar com as paixões ardentes da puberdade, estão inertes, enervadas ou corrompidas.

Enquanto à educação do espírito sabe pouco e mal o que lhe ensinaram, não sabe quase nada o que devia saber.

Pelo que respeita ao corpo, se vem de um bom colégio, sabe de ginástica o suficiente para fazer dele um mau arlequim, mas nunca empregou a sua força nos exercícios verdadeiramente úteis a um homem. Não está habituado à fadiga das marchas, não sabe defender-se se o esbofetearem, não sabe nadar, desconhece os princípios mais rudimentares da higiene.

No que toca às suas faculdades de coração, nunca amou ninguém.

Partido o afeto instintivo que o rendia à família, viveu no baixo egoísmo dos reclusos. Desconhece o doce prazer de se sacrificar. Nunca teve a sua parte nos interesses delicados da família, nunca subiu de corrida uma ladeira para chamar um médico para seu pai; nunca se bateu aos murros por alguma grosseria da rua dirigida aos bibes das suas pequenas irmãs, que ele estivesse encarregado de acompanhar à escola; nunca defendeu, nem consolou, nem acariciou sua mãe. A única mulher que deixou na breve existência dele uma lembrança secreta, ardente, devoradora, foi talvez uma, de longas saias engomadas e ruidosas, que, passando na rua, lhe sorriu para a janela do colégio, de um modo estranho, em certo dia em que ele fizera exame de retórica...

Na Escola Politécnica, na Universidade, num escritório comercial ou na casa paterna esse rapaz deixará correr descuidadamente a sua existência pelo declive fácil em que o puseram, sem estímulos afetuosos, sem vontade, sem energia, sem força, sem consciência e sem carácter.

E esta será a bitola dos futuros cidadãos portugueses!

Nós mesmos fomos já educados assim. Vede o que estamos sendo!

Vede os homens que deitamos! Vede o país que fizemos e a sociedade que constituímos!

Principiamos por desconhecer a nossa missão na humanidade. A família enfraquece por toda a parte. O hospício dos expostos em Lisboa contava no

primeiro dia do corrente mês de Outubro crianças repudiadas pelo seus pais. A roda dos expostos joga com outra roda na administração do País — a roda da lotaria. A lotaria sustenta a Misericórdia. O jogo protege a prostituição. A tavolagem adota o bordel. É a mancebia abjeta da batota e do prostíbulo abençoada pelo Estado e acarinhada pelo País.

E nós vivemos nisto, nesta repulsiva podridão, complacentes, descuidados, felizes, dando a todo o mundo moral o espetáculo da maior degradação e da maior baixeza em que pode cair uma sociedade.

Na ciência, na literatura e na arte estamos estacados, imitando servilmente as obras dos nossos pais, atestando a ignorância mais flagrante, esterilizados nas nossas faculdades inventivas, narcotizados pelo tabaco de que abusamos como nenhum outro país da Europa, sem uma ideia elevada, sem um pensamento generoso, sem uma voz, sem um grito, sem um gesto que penetre, esclareça e vibre este velho mundo devasso e tonto.

Na política a nossa história atual é a abdicação por inépcia de todos os foros e de todas as franquias de liberdade conquistadas pela geração que nos precedeu. Vede a representação nacional. O nosso parlamento tem muitos defeitos, mas todos eles procedem de um vício capital, irremediável, sem cura — a incapacidade intelectual para compreender o maquinismo do mundo moderno, perceber a lei das novas evoluções sociais, e debater com perfeito conhecimento do sistema da universalidade moral que nos governa os altos

interesses do tempo a que pertencemos. Com menos eloquência, com menos ardor, com menos fé que em 1836, os atuais deputados da nação vivem ainda a equilibrar as velhas dúvidas pulverulentas e desengonçadas do estabelecimento do sistema parlamentar. No entanto, no resto do mundo os acontecimentos científicos, sociais e políticos precipitam-se vertiginosamente, criando transformações que os antigos tempos não viam senão de uma gestação de séculos. Dentro de poucos anos a Itália unifica-se; a coroa de Roma cai da cara do Papa; os Bourbons são expulsos da Espanha; os Bonapartes fogem da França; constitui-se o império alemão; a América emancipa os seus escravos; a Europa perfura o monte Cenis e abre o canal de Suez; em Paris estala a revolução social que no primeiro dos seus relâmpagos abre um abismo de sangue; a classe operária agita-se por toda a parte, e o murmúrio, profundo como o do oceano, que ela está fazendo na sombra, abala a confiança que tinha em si a propriedade e o capital, e obriga as classes médias, em cujo poder jaziam desde a Revolução Francesa os destinos da civilização, a lembrarem-se de que a realeza, o clero e a aristocracia tiveram sobre o mundo antigo, assim como a burguesia sobre o mundo moderno, o seu tempo de domínio; que uma lei histórica lhes arrancou o poder num momento, e que a hora do presente regime pode soar amanhã, assim como sucessivamente soou, irrevogável e fatal, a de cada um dos domínios que têm senhoreado a humanidade. Isto pondera-se, medita-se, discute-se em todos os parlamentos. Em Portugal sana-se a questão apagando as luzes e fechando à

chave a sala das conferências democráticas. Têm os políticos portugueses alguma leve notícia do que se está passando no mundo? Ignoramo-lo. Os partidos avançados o que querem? Novas liberdades num a Carta reformada e a máxima descentralização nos diferentes ramos da administração pública. Ora enquanto à liberdade está-se provando em cada dia que nem da que possuímos temos aprendido a usar. Enquanto à descentralização a civilização portuguesa pararia no dia em que a votassem. Quereis uma prova? Há distritos em que o número das escolas tem duplicado nos últimos anos; pois bem: o número dos alunos é igual ao do tempo em que as escolas eram de metade!

A verdade é que a civilização, bem como a liberdade, se não decreta. Só há um único meio de a alcançar: é merecê-la.

Há muito tempo que os governos portugueses, todos bem intencionados e honestos, longe de resistências, não encontram senão dedicações no espírito público; e, não obstante, vão caindo todos sucessiva e rapidamente. Sabeis porque caem?

Caem simplesmente pela ignorância. E câmaras e câmaras sucessivas, tiradas de todas as condições e de todas as jerarquias sociais, não dão de si um grupo de homens com a capacidade intelectual precisa para firmar o Poder.

Possam os nossos filhos reclamar a felicidade a que os seus pais não têm direito, apresentando-se ao futuro com merecimentos que nós não podemos

invocar! Suspensão de veemências e de ironias! Trata-se da infância. Não nos dirigimos aos políticos. Conversamos honrada e sinceramente contigo, leitor amigo, e contigo, leitora honesta; descansamos por uns momentos no chão as nossas armas para vos estendermos a mão.

Pesa sobre vós uma responsabilidade tremenda. No estado em que se acha a sociedade portuguesa a família é um duplo refúgio — do coração e do espírito.

A família é dos pouquíssimos meios pelos quais ainda é lícito em Portugal a um homem honrado influir para o bem no destino do seu século.

Querido leitor! O modo mais eficaz de seres útil à tua pátria é educares teu filho. Consagra-te a ele. A educação pública é uma burla atrozmente vergonhosa. Não lhe entregues a criança que o destino te confiou. Educa-o tu. Se não souberes mais, procura pelo menos torná-lo forte, ensina-lhe a ler e a escrever, dá-lhe um ofício e fá-lo um homem de bem; ele de si mesmo se fará um sábio, se tiver de o ser. A ignorância tem isso de bom: que se desfaz aprendendo. A falsa instrução tem esta perfídia: não dá o ensino e inibe de o tomar.

CAPÍTULO II

COMO SE FAZ UM GENTLEMAN

Junho 1871

A arte de regular as maneiras por meio de uma combinação feita entre a nossa organização e a nossa vontade é uma das mais importantes coisas que se devem conhecer. Há homens que, sem plausivelmente sabermos porquê, alcançam tudo quanto querem nas pretensões do Estado, nas transações comerciais, nas atenções das salas. Emerson, o célebre escritor americano, observando que os indivíduos que mais frequentemente obtêm esses triunfos não são os mais inteligentes, nem os mais belos, nem os mais honrados, averigua com muita lógica que o sucesso das nossas aspirações na sociedade depende principalmente do nosso porte. Por tal razão, Emerson define as maneiras — talento de dominar.

No modo como nós nos vestimos, como falamos, como olhamos, como nos movemos, há efetivamente uma espécie de indefinido magnetismo a cuja influência não pode furtar-se quem se lhe sujeita.

Napoleão I aprendia em lições particulares com Talma o melhor modo de traçar o manto e de se sentar no trono.

Madame de Girardin, escrevendo na Presse as cartas do Viconte de Launay, deu aos seus compatriotas as mais delicadas regras do maintien.

Balzac deixou entre os seus trabalhos inéditos um importantíssimo capítulo intitulado A teoria do modo de andar.

Carlos Dickens, por ocasião de uma viagem aos Estados Unidos, achou útil explicar aos Americanos, entre outros preceitos de civilidade, que não era de bom gosto, quando se estão vendo estátuas, bater nos mármores com as bengalas.

Em Portugal todas essas coisas se aprendem nas escolas de instrução primária, e da disciplina formada do conjunto desses preceitos são os alunos devidamente examinados nos liceus nacionais.

O mestre das maneiras portuguesas não é Talma, nem Madame de Girardin, nem Balzac, nem Emerson, nem Carlos Dickens. É simplesmente o Sr. João Félix Pereira, médico, engenheiro civil e agrónomo.

Vejamos algumas dessas leis que as crianças decoram para os seus exames e pelas quais os adultos se governam nas suas correlações sociais.

Para que o sujeito possa a todos os respeitos considerar-se um gentleman, acha conveniente o Sr. João Félix:

Que ele faça a barba.

Que se não ponha à janela em mangas de camisa nem com o pescoço descoberto.

Que quando escarrar o não faça sobre a cara de pessoa com quem fale (maxime se é uma pessoa de respeito!)

Que não tenha os olhos em contínuo movimento.

Que nos jantares de etiqueta não limpe os ouvidos com o palito com que houver de palitar os dentes.

Que não arrote à mesa.

O Sr. João Félix especifica ainda, com um escrúpulo pelo qual nunca lhe poderemos votar o suficiente reconhecimento, que diante de gente de respeito se não cortem as unhas.

E assim é! Achando-nos na presença de pessoas que respeitemos, como, verbi gratia, Sua Majestade El-Rei, um príncipe estrangeiro, um embaixador ou uma rainha, o pormo-nos repentinamente a cortar as unhas — principalmente sendo estas as dos pés — poderia ser tido por acto menos palaciano.

Se o Sr. João Félix nos permitisse um leve apêndice aos seus conspícuos preceitos, diríamos que cortar os calos nos parece também operação que só em caso de muita necessidade nos deveremos permitir no meio de grandes assembleias.

Quando se transpire depois da valsa, mudar de camisa no meio de um salão, sem previamente haver obtido para esse fim a permissão da dona da casa, igualmente nos ocorre que poderia por alguns ser talvez arguido como acto de menos etiqueta...

Tratando do modo de proceder à mesa do jantar faz o Sr. João Félix Pereira duas observações muitíssimo sábias.

A primeira é que não tomemos pitada de rapé pelo meio das coisas que estivermos comendo.

Compreende-se todo o alcance desta advertência, reparando-se, por um só momento que seja, nos equívocos a que podia dar origem a concorrência do rapé com os acepipes, resultando por exemplo lançar-se a pitada sobre a salada e meter-se no nariz beterrabas!

A segunda advertência é que nunca metamos bocado nenhum na boca enquanto não tivermos engolido o bocado antecedente.

Ninguém imagina sem o ter experimentado quanto importa ser cauteloso na matéria deste capítulo! Metendo na boca os bocados sem tomarmos a deliberação de os irmos sucessivamente engolindo, chegamos por espaço de tempos a uma indefinida aglomeração de bocados dentro da nossa boca. As pessoas que insistem, por tenaz grosseria, em não engolirem os bocados que vão metendo consecutivamente na boca caem, ao cabo de alguns dias dessa terrível incúria, na dura necessidade de depositarem os bocados antigos que

tenham entre a maxila superior e a maxila inferior, a fim de receberem bocados novos. Quando isto haja de se fazer convém que se tenha em vista o que o Sr. João Félix discretamente consigna com respeito aos escarros, isto é: que tais esvaziamentos se façam o menos que ser possa sobre os penteados das pessoas que nos cerquem, e muito mais particularmente quando estas tenham tido a precaução de nos advertir de que tais depósitos feitos sobre as suas cabeças lhes inspirem ideias asquerosas. Neste caso, toda a insistência da nossa parte correria o perigo de ser taxada de menos cortês.

Depois do que fica exposto nada mais nos resta para aprender do modo como nos devemos apresentar na sociedade, a não ser o que o mesmo Sr. João Félix nos determina com relação ao nosso corpo, e isto importa muito que se saiba de cor. Vem a ser:

"Conservemos direito o nosso corpo, qualquer que seja a sua postura, em pé, sentado, de joelhos: não inclinemos a cabeça, já para um, já para outro lado: se nos for preciso fazê-lo, façamo-lo com toda a gravidade."

Seria muito para desejar que no grémio das sociedades cultas se conhecesse que tal doutrina começava a frutificar, ouvindo-se de vez em quando as seguintes vozes:

"Meus senhores e as minhas senhoras, permitam-me vossas senhorias ou vossas excelências (segundo o tratamento que lhes convier pelas disposições a tal respeito do capítulo VII do grande livro do Sr. João Félix Pereira sobre a

civilidade) que eu lhes exponha um caso. Achando-me desde que entrei nesta sala com a cabeça voltada a N.N1. — ponto A — e acabando de ser chamado a N — ponto B — pela ilustríssima e excelentíssima senhora D. Joaquina, espero que a sociedade não tome por desfeita o excesso aparentemente inexplicável em que vou romper inclinando levemente a cabeça do ponto A para o ponto B."

E só depois de havida a competente vénia dos circunstantes, o suplicante se permita inclinar-se levemente a D. Joaquina.

É o que pedem a morigeração e a decência.

CAPÍTULO III

OS FERIADOS — REDUÇÃO DO ANO ESCOLAR A ONZE DIAS

Junho, 1871

Começaram este mês as férias grandes nos liceus, nas escolas superiores e na Universidade de Coimbra.

As férias grandes em Portugal começam em Junho e terminam no princípio de Outubro. Quatro meses.

Acrescentemos a esse tempo um mês, prazo das férias do Natal e da Páscoa.

Restam sete meses de trabalho escolar, ou duzentos e dez dias.

Dos referidos duzentos e dez dias importa deduzir os dias seguintes:

Trinta e quatro domingos.

Trinta e quatro quintas-feiras.

Quatro feriados pelo Entrudo.

Quatro feriados por outros motivos.

Soma total, passando por alto todos os dias santos: setenta e seis dias de sueto.

Abatidos os quais dias, setenta e seis, dos duzentos e dez dias de que consta o ano letivo, resultam cento e trinta e quatro dias úteis.

Sendo o tempo das aulas em cada dia uma hora, achamos no ano cento e trinta e quatro horas de aula.

Computando-se agora o trabalho de um homem de estudo em doze horas por dia (Arago só trabalhava apenas doze horas nos seus dias de descanso), vemos que os trabalhos letivos nos liceus, nas escolas superiores e na Universidade se reduzem a onze dias por ano!

É claro, pois, que um homem de boa vontade que durante cinco meses se encerre a aprender no interior do seu gabinete, deve necessariamente saber muito mais ao cabo desse tempo do que qualquer aluno das nossas escolas superiores, ao fim dos cinco anos de um curso. E isto por uma razão muito simples em favor do estudante livre: é que ele teria tido três vezes mais tempo de ensino em cinco meses do que nas escolas públicas em cinco anos.

Dentro de um ano de estudo livre devidamente aproveitado, prova-se aritmeticamente que poderia qualquer indivíduo seguir todos os cursos de todas as faculdades como eles se ensinam na Universidade e merecer ao fim desse ano o grau de bacharel em todas elas — direito, medicina, teologia, filosofia e matemática.

Nas escolas públicas o aluno que segue um curso tem, desde os quinze até aos vinte anos de idade, cinquenta e cinco dias de lição a doze horas de lição por dia.

Cinquenta e cinco dias... em cinco anos!

As férias grandes são o único remédio dado pelo Estado a esta calamidade verdadeiramente pavorosa.

Graças às férias grandes, há quatro meses inteiramente livres em que os alunos se recolhem a suas casas, sendo por alguns aproveitado então esse benefício do tempo... em aprender.

Bem haja o Estado, e abençoadas sejam as férias!

CAPÍTULO IV

UM DOS COMPÊNDIOS!

Julho, 1871

O compêndio do Sr. João Félix não é o único modelo do seu género que a instrução pública portuguesa oferece ao pasmo do estrangeiro e à educação do indígena.

Dizendo-se todos os dias que Portugal é um país essencialmente agrícola, lancemos os olhos ao livro elementar destinado ao ensino agrícola nas escolas nacionais.

O autor do compêndio que temos aberto aos nossos olhos chama-se o Sr. António Francisco Moreira de Sá.

Vamos ler.

"Pergunta — A que se chama ferramenta de lavoura?"

"Resposta — A um instrumento simples, portátil, o qual, posto que conste de diferentes partes, parece todavia feito de uma só peça."

"P. — A que se chama máquina de lavoura?"

"R. — A máquina é um instrumento complicado e composto de várias peças, que se podem desarmar."

"P. — O que é o arado?"

"R. — É o que não tem jogo dianteiro."

"P. — Que se pode dizer do centeio?"

"R. — Depois do trigo é um dos mais úteis cereais."

"P. — Que se pode dizer do arroz?"

"R. — O arroz é originário da Índia onde eles fazem do arroz o mesmo uso que nós do pão."

"P. — Que há a respeito do feijão?"

"R. — O feijão divide-se em várias qualidades."

"P. — Que é necessário para haver bom esterco?"

"R. — Sabê-lo produzir, conservar e empregar."

O Sr. Moreira de Sá, cujo livro tremendo e profundo como o olhar de um idiota nós sentimos não poder reproduzir integralmente nestas páginas, prova nessa sua obra imortal que o autor conhece assustadoramente o grande mistério de produzir, conservar e empregar o esterco! A crítica extraoficial respeita e admira nesse livro todo uma leiva ubérrima de ótimos farináceos e a única coisa que nos parece haver a respeito do feijão — além das qualidades

em que ele se divide — é que este legume certamente se regalaria muito plantado nesse livro.

As Farpas, em nome da agricultura portuguesa, folgam de ter esta ocasião de animar o Sr. António Francisco Moreira de Sá e a crítica superior e oficial da instrução pública a que continuem a enriquecer-nos — produzindo.

CAPÍTULO V

OUTRO COMPÊNDIO!

Julho, 1871

Constelemos estas páginas com os esplendores de duas definições científicas desengastadas dos primores de um compêndio de geografia e de cronologia do Sr. Vitória Pereira, professor.

Primeira: "Universo é o espaço que medeia entre a Terra e as estrelas."

Segunda: "A ciência que trata dos fluidos chama-se mineralogia."

Umas coisas se nos figuram inteiramente parecidas, pela substância de que são formadas e pelos seus efeitos prováveis nas vísceras a que se aplicarem, com aquelas definições propinadas pela Instrução Pública ao espírito da infância: são as pílulas promulgadas pela Câmara para os seus cães vadios.

Para que nem os cães nem os alunos se enfastiassem com a repetição destes acepipes, convinha talvez que de vez em quando a Câmara Municipal, de combinação com a junta consultiva de Instrução Pública, fizessem juntas uma experiência: lançar a sua estricnina à infância estudiosa e os seus compêndios aos cães famintos... A ver!

CAPÍTULO VI

POR ONDE SE APRENDE A HISTÓRIA E POR ONDE SE APRENDE A ARITMÉTICA

Outubro, 1871

Até há bem pouco tempo (ó incúria!) todos os compêndios da história portuguesa adotados nas escolas de instrução primária começavam invariavelmente do seguinte modo:

Pergunta — Quem foi o primeiro rei de Portugal?

Resposta — D. Afonso Henriques.

Pergunta — Quais foram os factos mais notáveis do reinado desse rei, e quem lhe sucedeu?

Resposta. — Sucedeu-lhe D. Sancho, etc.

E assim por diante até S. M. o Sr. D. Luís I.

A propósito destes compêndios observou-se que eles eram imperfeitos pela razão de que se consagravam prolixamente às anedotas milagrentas da fundação da monarquia e aos casos biográficos e romanescos dos nossos antigos reis, deixando no escuro dos últimos planos, apenas indicados com extrema leveza à atenção dos estudiosos, os factos da história contemporânea,

os quais, pelo contrário, seria conveniente expor com perfeita exatidão e lucidez crítica, a fim de dar aos alunos a lição que mais diretamente os interessa: do estado social e político no seu tempo e na sua época.

Assim, ficou opinado que o melhor compêndio de história pátria seria aquele cuja parte principal fosse dada à história contemporânea, deixando para último lugar o tocante à crónica das antigas dinastias e ao heroísmo dos nossos remotos feitos.

Um professor ilustre a quem isto se disse, atentando bem no que havia de profundamente proveitoso e prático em semelhante alvitre, propôs-se satisfazer neste ponto as exigências da crítica, e para esse fim compôs um compêndio, o qual continha exatamente o mesmo que todos os compêndios feitos, com a diferença de que, dando a primazia à história contemporânea sobre os factos antigos, começava assim:

Pergunta — Quem foi (verdadeiramente) o primeiro rei de Portugal?

Resposta — S. M. o Sr. D. Luís I.

Pergunta — Quais foram os factos notáveis do reinado desse ilustre rei, e quem lhe sucedeu?

Resposta — Sucedeu-lhe El-Rei D. Pedro V, etc.

E assim por diante até D. Afonso Henriques, ao qual, como mais remoto, fora consequentemente dado o derradeiro lugar neste portentoso livro!

O conselheiro superior de Instrução Pública apressou-se imediatamente a aprovar para a adoção nas escolas a nova obra do arrojado reformador da nossa história elementar.

Além deste homem verdadeiramente grande, conheces tu já, leitor amigo, na história dos compêndios portugueses, Moreira de Sá — o dos estercos; João Félix — o dos gases; Vitória Pereira — o dos fluidos.

Todos eles são preclaros e imortais.

Vitória, descobrindo que a ciência dos fluidos se chama a mineralogia, rasgou perspetivas inesperadas na ciência.

Moreira, emergindo denodado das profundezas dos estrumes para revelar às gerações absortas tudo o que há a respeito do feijão, é belo!

De João Félix, que com mão firme pautou a direção que cada um deve dar aos seus gases achando-se em sociedade, podemos dizer que é o Franklin do arroto, o criador excelso de uma nova rosa-dos-ventos!

Depois que tão altos varões foram, pelas suas investigações e descobrimentos, coroados pelo conselho de Instrução Pública perante a pátria reconhecida, sentir no génio a pontada lancinante, prenuncia de que o sujeito tem no interior um compêndio de instrução primária, e não abafar esse compêndio, não o estrangular nas entranhas, deixá-lo que saia à luz e que rabeie audaz

entre os fluidos, os estercos e os gases que o precederam, grande arrojo se figura.

Todavia, no presente mês de Outubro, inesperada e repentinamente, um novo compêndio aparece. É seu autor o Sr. João José Lopes, e tem por título Tabuada Metódica dos Rudimentos de Aritmética.

Para mais rápida e pronta propagação dos princípios contidos no citado livro, vamos fazer, textualmente e verbo a verbo alguns excertos:

PRIMEIRO

(Página 7, linha 10 e seguintes)

P. — O menino está aí?

R. — Estou, sim, senhor.

P. — O menino só o que é?

R — Sou um menino.

SEGUNDO

(Página 10, linhas 320 e 330)

P. — O que é um?

R — É um.

TERCEIRO

(Página 11, linhas 320 e 330)

P. — Havendo dez meninos, como se chama o menino que estiver "antes" de todos?

R — É o primeiro menino.

QUARTO

(Página 13, linha 200 e seguintes)

P. — Sabe a quantidade de meninos que existem?

R — Não sei.

P. — O que é preciso para saber a quantidade de meninos que existem?

R — É preciso saber o número deles.

P. — O que é saber o número de meninos que existem?

R. — É saber as palavras com que hei de dizer a quantidade de meninos que existem.

QUINTO

(Página 14, linha 300 e seguintes)

P. — Seria possível contar uma a uma o número das coisas que existem?

R — Se fôssemos a contar o número das coisas que existem, elas são tantas que nunca mais acabaríamos.

P. — Então o que se faz para dizer com brevidade o número das coisas?

R — Conta-se uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez coisas. Quando as coisas que se contam chegam ao número dos dedos das mãos, que são dez, em lugar de dez coisas, diz-se que temos uma dezena de coisas.

O livro que aludimos foi aprovado pela junta consultiva de Instrução Pública para uso das escolas primárias, e está adotado na escola anexa à escola normal primária do sexo feminino.

A junta consultiva de Instrução Pública diremos... Mas não!

Para quê? Nós duvidamos que a junta consultiva saiba ler.

Enquanto a ti, João José Lopes, prossegue! As Farpas simpatizam com o teu género. Quem descobre como tu um meio tão simples de dizer com brevidade

o número das coisas que existem, qual é o de as contar, um homem que acha isto não pode deixar de ser um cavalheiro.

Vemos, amigo, que tens outras obras publicadas e que novos livros preparas para dar à estampa. Parabéns, e avente! Se Félix, Vitória ou Sá te morderem de inveja, cá estamos nós!

Escreve, escreve, João José! Escreve muito! — verás o bem que isso há de fazer-te ao fígado!

CAPÍTULO VII

O PROGRAMA DOS FESTEJOS NO CENTENÁRIO DA UNIVERSIDADE

A Universidade de Coimbra continua indefinidamente celebrando a festa do seu glorioso centenário.

Porque o programa da festa do centenário da Universidade de Coimbra tinha diferentes partes. Tinha a parte musical, a parte pirotécnica, a parte numismática, a parte culinária e a parte científica. Tocaram-se todas as músicas, lançaram-se todos os foguetes, cunharam-se todas as medalhas comemorativas do caso, e não só se comeu todo o arroz-doce tributado à consagração do grande dia pelas famílias dos senhores doutores, mas até se comeria mais — a tal ponto foi profunda a comoção e vivido o entusiasmo de toda a Universidade!

Unicamente na parte científica e literária está-se desempenhando ainda o programa, porque não poderiam ser concluídas, por enquanto, as memórias cuja publicação se anunciara.

Portanto, a festa continua e, enquanto as memórias não aparecem, o júbilo da Universidade pela fausta celebração do seu glorioso centenário conservar-se-á — indescritível!

CAPÍTULO VIII

APENSO AO PROGRAMA

Na aula do primeiro ano de química da Universidade de Coimbra um aluno despejou sobre a cabeça do Sr. Doutor Leão, lente, uma chocolateira de água a ferver.

Ora como a Universidade, entre outras operações científicas com que projeta festejar o centenário, tem em mente um projeto de reforma de estatutos, tomamos a liberdade de sugerir a conveniência de se consignar no programa novo dos estudos um convite ao estudante para que este se coíba, tanto quanto possível seja, de derramar água a ferver em cima dos professores.

Não que o argumento da água a ferver pela cabeça não nos pareça inteiramente decisivo, mas porque receamos que, generalizada um pouco esta dialética, o corpo docente venha dentro de algum tempo, à força de argumentar com os alunos, a não ter para meter dentro dos capelos senão cabeças — cozidas.

CAPÍTULO IX

O RACIONALISMO NA UNIVERSIDADE

Em um dos dias deste mês parece que nas aulas da Universidade um estudante dissera que era cristão — o que, todavia, segundo ele, não queria inteiramente dizer que admitisse a divindade teológica de Jesus. O que o Sr. Doutor Jardim, professor, apoiou.

Um jornal católico de Coimbra agride o Doutor Jardim pelo seu apoio oficial aos que duvidam da divindade de Cristo. Alguns periódicos liberais defendem o acto do professor.

Nós pediremos licença para fazer uma distinção.

Se o Sr. Doutor Jardim foi levado pelos seus estudos da metafísica e das religiões a diferençar, como racionalista, a convicção cristã e a interpretação teológica de Deus, o Sr. Jardim, fazendo pública essa afirmação científica, tem direito a ser visto e respeitado como um pensador sincero e um filósofo plausível.

Se, porém, o Sr. Doutor Jardim é, entre os livres-pensadores, menos pensador do que livre, se a sua excelência é apenas ateu ao modo dos guerreiros de 1834 — hoje reformados — que se bateram pela extinção dos conventos, e que começaram a embirrar com Deus em virtude desta compreensão — aliás

vulgar entre os antigos coronéis — de que Deus era frade, então, o Sr. Doutor Jardim é ridículo.

No primeiro caso diremos ao senhor lente — pensador positivo com o devido acatamento e respeito: que a Universidade de Coimbra, como o Marquês de Pombal a organizou, é católica apostólica romana, e que a sua excelência, racionalista, deveria antepor a defesa da liberdade religiosa à prática de liberdade de ensino, e antes de discutir a religião imposta pelo instituto a que pertence, tombar o instituto que lhe fixa uma religião indiscutível.

No segundo caso diremos a sua excelência — ímpio de caserna que modere a sua impavidez, porque se lhe é permitido considerar longínquo o abismo em que o réprobo encontra o ranger dos dentes, aí bem perto da cadeira da sua excelência há a aula de química; onde a livre discussão ergue sobre a cara dos preceitos — a tremenda chocolateira das águas que fervem!

CAPÍTULO X

A FILOSOFIA LEVANTA A BITOLA

O Sr. Visconde de Monte-São fez ultimamente à juventude académica uma revelação formidável. A sua excelência, professor na Universidade, disse da sua cadeira.

Que a faculdade de filosofia — ia levantar a bitola.

E aí têm, em bem poucas palavras, um grande sucesso verdadeiramente memorável! Reconhecimento e gratidão ao Sr. Visconde de Monte-São, que depois de cem anos de rotina, acha bem que na Universidade de Coimbra a filosofia — levante a bitola!

O que não irá na Alemanha, entre os sábios, quando eles de lá virem a filosofia portuguesa apresentar-se ao mundo — de bitola levantada!

CAPÍTULO XI

O NOVO AIO DA SUA ALTEZA O PRÍNCIPE REAL

Novembro, 1873

Com a mais estranha comoção lemos ultimamente que fora nomeado aio da sua Alteza o Príncipe Real sua excelência o Sr. Martens Ferrão, abalizado jurisconsulto e procurador-geral da Coroa.

É talvez uma bem perigosa temeridade da parte de prosaicos e obscuros burgueses como nós somos o atrevermo-nos a meditar um momento no que possam ser perante a educação e perante a ciência as atribuições especiais de um aio junto de um príncipe. Todavia — debalde procuraríamos escondê-lo —, em presença de semelhante assunto, profunda e ilimitada é a confusão do nosso espírito. Por isso que, por mais assinaladas que se nos representem as diferenças que devem distinguir o alto e poderoso filho de um monarca do mero filho de um fabricante de velas de sebo, nunca, por maiores que sejam na direção do infinito os arrojos da nossa fantasia curiosa, nunca podemos chegar a alcançar, nem pelas presunções mais vagas, nem pelas mais remotas suspeitas, nem pelas mais afastadas conjeturas, qual o emprego prático e efetivo que possa dar um príncipe aos préstimos de um aio. Para satisfação de que necessidades, de que conveniências ou de que simples formalidades, em que condições, em que circunstâncias, em que especial momento da preciosa e

augusta vida do real infante, vai sua excelência o aio à presença da sua Alteza o Príncipe?!... Nós o ignoramos.

Porque, quando as ordens da sua Alteza procedam das necessidades do seu espírito, das curiosidades da sua inteligência, dos interesses da sua instrução, Sua Alteza pedirá naturalmente algum dos seus mestres ou algum dos seus livros, e a Sua Alteza será então aplicado um professor de língua, um compêndio do Sr. João Félix ou um número do Diário de Notícias. Quando os desejos manifestados pela sua Alteza dimanem das urgências físicas da sua natureza, das fatalidades animais do seu organismo ou do seu temperamento, Sua Alteza pedirá o seu banho, e o seu jantar, as suas pastilhas ou o seu escarrador; e então os camaristas da sua Alteza, as suas aias e os seus escudeiros cumprirão os desejos da sua Alteza.

E não vemos, nem na ordem física, nem na ordem moral, nem na ordem intelectual das relações da sua Alteza com o mundo externo, a necessidade, a conveniência ou a plausibilidade da intervenção do aio.

A não ser que a concorrência desta legendária metafísica se deva considerar nos reais paços como um acepipe hors-d'oeuvre ou como um objeto suplementar de recreio, porque então compreendemos de certo modo que ao serviço particular da sua Alteza um camareiro exclame:

"Está o lunch na mesa: há galantine, rabanetes e o Sr. Martens Ferrão com salsa picada e manteiga fresca." Ou então:

"Eis os brinquedos da sua Alteza: aqui está a bola de guta-percha e a caixa com o Sr. Martens Ferrão de engonços."

Se, porém — e perdoe-se-nos esta hipótese — se, sob a senhorial e mediévica palavra "aio", devemos entender a ideia perfeitamente lógica, sensata, popular, de um preceptor prático, de um mestre experimental, de um amigo, um companheiro, nesse caso notaremos com o mais profundo respeito a Sua Majestade a Rainha, dedicada mãe e primeira educadora do jovem príncipe, que foi singularmente iludida a sua perspicácia elegendo o Sr. Martens Ferrão como conselheiro oficial e privado do seu filho, como guia experimentado da cândida existência inexperiente do inocente aluno. E isto por uma razão que de nenhuma maneira desabona os altos merecimentos da sua excelência o atual senhor procurador-geral da Coroa, antes pelo contrário, os confirma e corrobora. Esta razão é que: o Sr. Martens Ferrão, pela sua natureza, pela sua organização, pelo seu temperamento, pelo seu carácter, pela sua biologia, é tão inexperiente, tão cândido, tão ingénuo, tão inocente e tão puro como o próprio aluno que ele é chamado a aconselhar e a dirigir na difícil e complicada navegação da vida.

Passando, em tenros anos, do regaço daquela que lhe deu o ser para os braços da austera jurisprudência, que tinha de amamentá-lo para a ciência e para a glória, o Sr. Martens Ferrão tem até hoje passado a sua vida en nourrice em casa do Direito Público.

Os seus dias têm decorrido transcendentemente fora das condições históricas do tempo e do espaço. A sua existência tem sido exclusivamente mística e simbólica. Quando tem os seus ímpetos mais ferozes de extravagância, de anarquia, de deboche, ele sai a passear pelas viçosas campinas da filosofia do direito e faz patuscadas orgíacas e escandalosas com as origens célticas do direito e com as liberdades municipais do Império Romano. Depois, o remorso apodera-se dele. No dia seguinte acorda pálido, abatido, com a língua grossa: o espectro pavoroso e formidável do Sr. Batbie apareceu-lhe em sonhos, e ele ouviu vozes vingadoras que lhe bradavam das profundidades da noite e do arrependimento: "João Baptista, para onde deixaste o direito de punir? Que fizeste do direito administrativo, João? Que é do direito internacional, Baptista?!" Tais são os seus dias de mais desdém, de mais anormalidade, de mais sexo, de mais jogo e de mais champanhe!

Tal é o seu despertar contrito para a legalidade, para a descentralização distrital e para as reformas de administração! Tal, resumidamente, é ele! E quando dizemos ele, cometemos uma incerteza de concordância, porque tão pura, tão transcendental, tão científica é a personalidade do Sr. Martens Ferrão, que nada obsta a que a história, referindo-se a sua excelência, em vez de dizer ele, diga — ela. Pela nossa parte, aguardando acerca da resolução desse ponto as ulteriores disposições definitivas da posteridade, diremos por enquanto simplesmente el, sem a desinência de género, sob a respeitosa fórmula neutra.

Como dizíamos, pois, tal é — el.

Analisando, timidamente como o temos feito, a nomeação do Sr. Martens Ferrão para aio do príncipe real — note-se bem isto não é a sorte da sua Alteza o que nos inspira receios sob a guarda de um tal guia... Ah! Não! É, pelo contrário, o destino da sua excelência o que nos inquieta sob a influência de um tal companheiro. Mas el? O que será d'el, el tão puro ou pura, tão cândido ou cândida, sob os impulsos da nova existência que repentinamente vai no seu temeroso vértice arrebatá-lo ou arrebatá-la?!

Na vida da corte, fina, cintilante, irritável, cheia de factos, de comoções, de rasgos de espírito e de valor, de emboscadas, de surpresas, de malícias, de tentações, quantos perigos, quantos laços, quantas ratoeiras para a inocência virginal, para a cândida pureza inexperiente e inerme d'el!...

Os príncipes, por efeito da sua vida reclusa, claustral, vigiada, monótona, amam naturalmente a escapada, o mistério, a aventura, a inocente anormalidade. Apraz-lhes a surtida arriscada, a partida carnavalesca, o ruído dos festins secretos, a máscara, inescrutável, a longa capa dramática e a espada ligeira e subtil dos paladinos; — o que se lhes deve relevar, porque é esse o único despique dos príncipes para a seca oficial dos intrigantes, dos bajuladores, dos ambiciosos, dos sensaborões e dos hipócritas que ordinariamente os rodeiam. Estes, porém, não são ainda para el os únicos perigos. Não é lícito esconder que há outros mais e muito mais temerosos.

Pensemos nas influências tempestuosas desse elemento, terrível para a juventude, que se chama — a mulher. Sentimos magoar com este pormenor a pudicícia do senhor procurador-geral da Coroa, mas esta é a verdade que não devemos ocultar dos olhos da sua excelência. Diz Michelet que em todo o tempo a mulher atraiu o homem, assim como a vinha da Itália chamou os gauleses, e a laranja da Sicília chamou os normandos. Elas chamam-nos, ó senhores procuradores-gerais da Coroa, elas chamam-nos! Lembremo-nos da bela Helena, Sr. Martens Ferrão, lembremo-nos de Semíramis, de Cleópatra, da casta Penélope, das Sabinas!

Os príncipes não estão mais isentos que os outros homens desta lei geral da humanidade, e os que vivem com eles ponderemo-lo bem — ficam sujeitos às mesmas influências que envolvem os reis.

Guilherme VII, cuja fé religiosa era tão ardente, que ele foi à Terra Santa com cem mil homens, o próprio Guilherme VII levou também na viagem ao Santo Sepulcro a galante legião das suas amantes, e diz dele uma velha crónica que, bom trovador e bom cavaleiro de armas por muito tempo correra o mundo para enganar as damas. Tal é a raça de que eles saem, às vezes quando não saem piores que o místico e piedoso Guilherme! Que a atual procuradoria-geral da Coroa enquanto é tempo o medite!

De Francisco I, um dos mais sábios e dos mais úteis reis que tem tido o mundo, diz-se que às belas milanesas se deve a mais importante parte na perseverança com que ele combateu pela conquista da Itália.

Sem falarmos na coorte das pecadoras, tão gentis como funestas, dos boudoirs de Luís XIV e da Regência, recordemos ainda as dissolutas e ferozes mulheres da corte de Carlos IX, Catarina de Médicis, Maria Touchet, e as grosseiras amantes torpes de Luís XI, a Gigogne e a Passefilou... Ó pudor! Ó decoro! Ó reforma administrativa!

Supondes que a educação, os exemplos salutares e os conselhos sábios possam preservar os príncipes dos perigos das suas ligações clandestinas? Mas quando assim pudesse ser, quantos outros riscos na própria convivência legal das mulheres legítimas?

Um dia, Maria Laczinska, legítima mulher de Luís XV, recusou um beijo ao rei com o fundamento de que este cheirava a vinho.

Luís, segundo a expressão pitoresca de um cronista das galanterias escandalosas do século passado, começava então a tomar o gosto ao champanhe. O rei resolveu nesse dia nefasto separar-se para sempre da rainha, e são sabidos os desgostos e as desgraças que o rompimento dessas relações custou à felicidade da França e à moral da Europa. Que remorso para o aio de Luís XV! Foi dele a culpa desse desastre. Se o aio do jovem rei, em vez de começar a tomar o gosto ao champanhe juntamente com o seu aluno, fosse,

como pelo contrário devia ser, um experimentado e antigo soupeur, conhecedor esperto de todas as ciladas armadas ao homem pela bebida e pelo amor, ele teria evitado o divórcio do rei.

Tê-lo-ia evitado, porque teria ensinado ao seu aluno, com a autoridade da experiência, que a intemperança nas ceias e o abuso no champanhe produzem as hepatites, as predisposições para a apoplexia e para a gota e a manifestação das areias no rim. Se o príncipe não obedecesse a estes conselhos e persistisse em cear, nesse caso o seu aio lhe faria compreender que depois de ter bebido champanhe nenhum homem vai conversar com senhoras sem ter concluído a sua digestão e sem haver previamente lavado a boca com um elixir dentífrico. Um pequeno passeio ao ar livre, uma gota de láudano ou uma pastilha, qualquer destas três coisas ministrada oportunamente por um aio inteligente e dedicado teria obstado ao rompimento das relações de Luís XV com a sua mulher e a todas as consequências que daí seguiram.

Algumas vezes sucede ainda que, além de todos estes desgostos, destas deceções e destes remorsos, os aios, os validos, os íntimos dos príncipes levam ainda por cima pancada das princesas. Neste ponto as crónicas são pródigas de eloquentes e salutares avisos. Constança de Arles, por exemplo, mulher de Roberto Pio, tinha tais acessos furiosos de mau génio que um dia vazou um olho do seu próprio confessor, batendo-lhe com uma bengala que tinha no castão um bico de pássaro. Esta mesma bengala nem sempre se conteve perante a pessoa inviolável e sagrada da real majestade, e por muitas

vezes se ergueu sobre as cabeças dos amigos mais particulares do rei para nem sempre deixar inteiros esses crânios dedicados e fiéis. Foi a mesma sobredita princesa a que de uma vez mandou matar por ocasião de um passeio, aos próprios olhos do soberano, o ministro De Beauvais, que lhe desagradava, e que de outra vez impôs para o outro mundo um cortesão antipático, estafando-o com uma corrida que o obrigou a dar numa caçada.

Ora se a Coroa tem, por um lado, a obrigação de escudar a infância e a inocência dos príncipes, não deve, por outro lado, sacrificar a inexperiência inerme das instituições, pondo os senhores procuradores-gerais como barreira entre as tentações e as culpas, lançando enfim a alta magistratura ao pego tenebroso, ao mexilhoeiro insondável em que há o espumar dos vinhos capitosos, o sussurrar das sedas, o arfar dos leques, os sorrisos tentadores e as bengalas de castão de bico.

CAPÍTULO XII

MÃE

1874.

Há dias, uma pobre senhora — uma burguesa, cuido eu —, casada, mãe de filhos, ainda nova e bela, teve de ser operada de um cancro, fazendo-se-lhe a amputação do seio direito. A operação deu em resultado observar-se que o tumor estava ramificado para o lado esquerdo do peito. A doente, que tinha sido cloroformizada para suportar a operação, recuperou os sentidos no momento em que se discutia e se preparava esta coisa terrível: amputar-lhe o seio que ainda lhe restava. Ela compreendeu, no meio do embaraço suscitado pelo seu despertar inesperado, qual era o segredo que procuravam ocultar-lhe e, com uma grande firmeza resignada, disse:

— Cortem-mo também: o meu filho está criado.

Oh! Obrigado, minha desconhecida, minha obscura, minha santa amiga, que tens hoje no lugar da curva graciosa e sensual do peito feminino os ossos raspados pelo bisturi sob os quais se esconde o teu coração magnânimo! Bendita sejas tu que me permites, ao cabo de três anos dolorosos de crítica, de ironia, de piedade ou de desdém que constituem a coleção destes pequenos

livros, extrair enfim do coração deste mundo decadente e ridículo uma palavra luminosa — uma palavra ao menos — verdadeiramente genial e sublime!

Não instruis, não libertas, não emancipas ninguém, ó doce, efémera, sublime ignorada, mas consegues com o simples sentimento o que não sabem fazer com ele os maiores artistas sentimentais e lacrimosos: fixar numa frase o ideal humano da elevação e da dignidade no amor.

A tua palavra divina, registada nestas páginas obscuras, mas sentidamente verdadeiras e honradas, passará alada e cândida por cima do charco revolto das nossas intrigas, das nossas mediocridades e das nossas misérias, no rasgo de um voo inefável e profundo através do céu, como a pomba do dilúvio, anunciando àqueles que olham pensativos para a devastação da torrente que há neste baixo mundo um lugar eternamente puro e sagrado, guardado pelo olhar de Deus: o lugar em que o vosso coração encerra, ó mães, o amor dos vossos filhos.

CAPÍTULO XIII

MAIS UM COMPÊNDIO!

Em França há uns livros para fazer rir que se intitulam Mille et une bêtises, Cent mille bêtises, Um million de bêtises, etc. Em Portugal há uma coleção deste género, em que a toleima faz chorar pelas profundidades cómicas em que penetra no trágico. Estes livros portugueses constituem um comércio patrocinado pelo Estado e intitulam-se "Os compêndios de instrução primária aprovados pela junta consultiva de Instrução Pública".

Por muitas vezes nos temos referido às facécias venenosas que os autores encartados de compêndios publicam e vendem para as escolas sob a aprovação da junta consultiva. O único resultado que até hoje pudemos conseguir à civilização por efeito da análise de tais livros foi que os autores deles, nomeados informadores do grémio dos escritores públicos, elevassem a importância do imposto industrial do autor destas linhas à soma de trinta e seis mil réis anuais. Também a única coisa verdadeiramente espirituosa que temos visto fazer a estes senhores é esta de não darem licença que os achemos fenomenais por menos de trinta e seis mil réis! Esperamos que as suas mercês nos abatam oito tostões na décima do ano que vem em remuneração desta concessão que espontaneamente fazemos aos dotes atilados do seu espírito.

E se nos forem assim corrompendo progressivamente até nos fazerem pagar tão pouco como eles mesmos pagam, verão que ainda havemos de chegar a considerá-los com direito, pelos progressivos desenvolvimentos da sua razão, a deixarem de comer cru o seu esparregado.

Ai, pérfidos! A que baixas lisonjas não sereis vós capazes de nos obrigar, tendo-nos na mão a décima!

No entanto, achamo-nos frente a frente com um compêndio que ainda não apresentámos ao leitor. Intitula-se Método de Leitura Elementar e é aprovado pela junta consultiva de Instrução Pública.

Este livro... (chamamos a atenção dos senhores repartidores das quotas do grémio dos escritores públicos), este livro achamo-lo bom, muito bom! E se a junta consultiva, desde que leu e aprovou esta obra, se está rebolando no chão de confusa e de maravilhada, pedimos-lhe licença para ir gozar por uma ou duas horas da sua amável companhia, porque sentimos igualmente, em vista deste notável livro, a necessidade moral de nos rebolarmos também.

Havendo no compêndio a que nos referimos alguns pontos em que a imperfeição do nosso entendimento nos não permite chegar à certeza no conhecimento da verdade, pedimos sobre esses pontos, sem prejuízo da nossa admiração, o subsídio explicativo da junta de Instrução Pública. O que simplesmente desejamos é esclarecer o nosso espírito.

A seguir, exporemos alguns textos da Leitura Elementar, acompanhando cada texto do respetivo quesito ou reflexão que ele nos sugere.

Texto — A pedra é um corpo sólido porque em qualquer parte que se ponha terá sempre o mesmo feitio.

Objeção — Tendo a pedra este feitio U, notamos que se a pusermos numa parte em que ela fique emborcada para baixo toma o feitio de um arco; ficando revirada para cima toma o feitio de um u; ficando voltada para a direita toma o feitio de um c; ficando para a esquerda toma apenas o feitio de um gancho. Pergunta-se se, para que uma pedra se considere um corpo sólido, é absolutamente preciso colocá-la em qualquer parte de maneira que ela não fique nem para a direita nem para a esquerda nem para cima nem para baixo? E neste caso como é que a junta consultiva determina colocar a pedra e mais corpos sólidos para que em qualquer parte que se ponham não mudem nunca de feitio?

Texto — Os animais muito pequeninos chamam-se bichos.

Reflexão — Desde que grau de pequenez é que se começa a ser bicho? Pede-se à junta consultiva que mande o tamanho por centímetros do maior dos bichos para se fazer ideia e ficar para estalão. Mais se pergunta se, sendo os bichos animais muito pequeninos, os tão falados grandes bichos deverão começar a ser considerados como grosseiras calúnias e torpes aleivosias? E igualmente se estimaria saber se a bicha, acerca da qual o autor guarda um

silêncio reservado, regula em tamanho pelo bicho? E neste caso, se quando até aqui chamávamos bicha solitária a ténias com dez ou doze metros de comprimento, não teríamos involuntariamente arrojado um feroz insulto às faces daquele tão interessante verme?

Texto — Os bichinhos que têm riscas no corpo que parecem anéis chamam-se insetos.

Quesito — Pretende-se saber se a um sujeito que tem no corpo um anel que parece risca se poderá, sem ofensa, chamar igualmente inseto. Há um indivíduo que, para seu governo, quer despir-se diante da junta consultiva para que esta verifique se uma risca que ele tem no corpo parece anel. Outro indivíduo que tem a firme certeza de possuir no seu corpo três riscas parecidas com anéis precisa de saber se não corre perigo de vida pegando numa pitada de pó inseticida e se lhe é dado continuar a viver confiadamente no seio da sua família sem o risco iminente de que esta o confunda — com as moscas?

Texto — Quem olha uma coisa sente prazer ou INCÓMODO em vê-la.

Quesito — Se é lícito, com a aprovação da junta consultiva de Instrução Pública, escrever incómodo com e, pergunta-se se poderá igualmente escrever prazer com i.

Texto — Um copo é um corpo porque se sente: vê-se, pode-se ouvir...

Dúvida — Enquanto a podermos ver os copos não temos dificuldade invencível no poder fazer. Enquanto a ouvi-los parece-nos o facto mais difícil, mas como a junta consultiva opina que ele se pode dar, ocorre-nos perguntar-lhe se será a esta operação de ouvir os copos que se referia o poeta latino quando exclamava: "Ó copos! (ortografia da junta consultiva) Ó copos! hic labor est!?"

Texto — Ave é qualquer animalzinho que voa... Animal é qualquer objeto que se pode mexer por si mesmo, e ir de um sítio para o outro, sem que ninguém o leve nem coisa alguma...

Os peixes que nascem dentro de conchinhas chamam-se mariscos... Uma grama pesa tanto como vinte grãozinhos de trigo... Quem a uma pêra adiciona mais uma, tem uma e mais uma...

Meditação — Temos repentinamente de começar a considerar ave um animalzinho que voa chamado mosquito; temos por outro lado de fazer entrar imediatamente na classe dos vegetais os animais que pela velhice, pelo cansaço ou pela doença, se não possam mexer nem ir de um sítio para o outro sem que os levem; ouvimos a revelação terrível dos peixes nas conchinhas, e do peso da grama; — tudo isto lançado de chofre a cérebros descuidados e fracos, não receia a junta consultiva que irrite e escandeça demasiado as cabeças da infância, apesar do refrigério daquele teorema tão profundo e ao

mesmo tempo tão simples de que "uma pêra e mais uma é uma e mais uma pêra...?"

Esperamos que a junta consultiva de Instrução Pública não levará a mal as considerações que acabamos de lhe dirigir.

Elas não são inspiradas pela malevolência nem pelo rancor. O nosso espírito está, pelo contrário, satisfeito, jubiloso, alegre. A respeito da alegria diz a junta consultiva, pela boca deste compêndio, as palavras seguintes: "Quando eu estou alegre, quem pode ver a minha alegria? Quem a pode ouvir, quem a pode cheirar, quem a pode apalpar? Ninguém. Mas quando eu estou alegre, estou "assim de um certo modo" que faz que as outras pessoas tenham sentimento da minha alegria." Como é tristemente verdadeira e desoladora esta observação psicológica. Assim é infelizmente. A junta consultiva não poderá nunca, por mais que faça, ouvir, apalpar, cheirar o verdadeiro estado em que ficamos depois da leitura deste seu compêndio! Ela não nos apalpa, ela não nos cheira, mas permita Deus que compreenda, ao menos pelo sentimento íntimo, que, como ela muito bem diz, nós efetivamente nos achamos — assim de um certo modo!

CAPÍTULO XIV

ESCRÚPULOS DE BEM-FALANTE

Abril, 1874.

Recebemos pela posta o seguinte bilhete:

"Desejo que o crítico das Farpas que ultimamente traduziu para o teatro de D. Maria o Marquês de Villemer, queria ter o incómodo de informar-me se acha que seja permitido na boa sociedade de Lisboa, a uma menina tão bem-educada como Mademoiselle de Saint-Railles na comédia aludida, proferir a palavra estrumes. Espero resposta. — Sua leitora."

Respondemos.

Minha leitora. — Não sei se na boa sociedade as meninas querem ou não permitir-se empregar na conversa as mais nobres palavras que tem uma língua — as que se referem à cultura da terra e aos fenómenos da criação.

Em Caneças sei que os saloios têm nesse ponto umas reservas cheias de pudicícia e que pedem licença prévia para falarem num cavalo ou num porco. Não posso dizer até que ponto os usos da sociedade de Caneças penetram na sociedade de Lisboa.

A minha opinião particular é: que uma menina bem-educada está autorizada a proferir em toda a parte os nomes claros, técnicos, insubstituíveis das coisas, que ela tem obrigação de saber. Ora, dessas coisas, as primeiras que deve aprender uma senhora são a arte da jardinagem e a arte da cozinha — os dois princípios rudimentares da grande ciência de criar e de alimentar o homem.

Michelet, de todos os grandes pensadores modernos aquele que mais amou as mulheres e que deu na terra o paraíso àquelas que tiveram a ventura de serem a sua mulher, a sua filha e a sua neta, concebeu a regeneração da humanidade pela educação da mulher e começou a instruí-la fazendo-a penetrar os altos segredos da natureza e da vida por meio do estudo tão moralizador e tão elevado da jardinagem e da cozinha.

O estrume é o ponto de união entre a cozinha e o jardim, os dois sagrados domínios da inteligência da mulher superior, da esposa, da mãe, da nobre criadora, da alimentadora, da protetora do homem.

O estrume é um dos factos mais interessantes e mais curiosos da grande história profunda da terra e da natureza. É o objeto mais digno da atenção do nosso espírito.

O estrume é a história toda da química, da geologia, da biologia, da botânica. O estrume, de per si só, explica-nos a grande e sublime evolução que constitui a vida nos vegetais, nos animais e no homem.

O estrume é a base, a origem, a condição primitiva e essencial de todas as coisas e de todos os seres sobre a superfície da Terra. É o grande legado imenso, portentoso, sucessivamente deixado de geração em geração ao género humano. Tudo o mais desaparece diante do roer do tempo, o eterno verme.

Desaparecem as obras da arte, as do talento, as das civilizações mais fortes e mais firmes. Somente se não aniquila, antes de dia para dia se acrescenta e se renova, o estrume, no qual lentamente se convertem todos os destroços, todas as ruínas e todos os monumentos que vai deixando em volta de si a passagem do homem.

Tudo passa.

O estrume fica eternamente.

Fica para que reverdeça a relva, para que se desdobrem os vinhedos pelas colinas, para que ondeiem as searas pelas planícies, para que cantem as cotovias por entre as laranjeiras e os lilases, para que os rebanhos se alastrem por baixo dos olivedos, para que as crianças continuem a rir, para que as mulheres continuem a amar, para que os homens continuem a aprender, e para que a minha leitora me dirija no bilhete mais doce a pergunta mais estranha.

Suprimindo o estrume, soçobraria o mundo.

Na vida moral o estrume é uma lição ainda mais importante do que na vida física. O estrume explica-nos a lei moral da solidariedade universal. Nele aprendemos que é nosso destino pertencermos fatalmente aos nossos semelhantes e à grande mãe Natureza. Que a vida individual é um empréstimo divino feito pela vida universal a que eternamente pertencemos. Que a morte, finalmente, não é outra coisa senão a doce restituição à suprema vitalidade da terra dos elementos que absorvemos dela.

Se, todavia, apesar destas singelas e passageiras reflexões, que submeto à consideração da minha leitora, S. Exª entender que se deve abster de proferir a palavra estrume, fica S. Exª autorizada para a substituir, em todo o decurso destas linhas que lhe consagro, por qualquer outra que lhe pareça mais curial e mais idónea. Onde se ler estrume, S. Exª poderá dizer, por exemplo: o arrebol, a brisa, a toilette à Rabagas ou a valsa a dois tempos. E Caneças aplaudirá.

CAPÍTULO XV

A EXPEDIÇÃO ASTRONÓMICA PARA A OBSERVAÇÃO DA PASSAGEM DE VÉNUS PELO DISCO DO SOL

Outubro, 1874.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor António Maria de Fontes Pereira de Melo, presidente do Conselho de Ministros. — Para o dia 8 de Dezembro do corrente ano de 1874 anuncia-se, como Vossa Excelência sabe, um fenómeno astronómico da mais alta importância para a ciência — a passagem do planeta Vénus pelo disco do Sol. Da rigorosa observação desse fenómeno depende o poder a astronomia moderna determinar com a máxima aproximação a distância da Terra ao Sol, isto é: uma das mais importantes noções do sistema planetário.

Este problema da paralaxe solar, Excelentíssimo Senhor, tem sido o objeto dos estudos incessantes e da atenção ininterrompida de todos os astrónomos deste século e do século passado.

As observações da passagem de Vénus pelo disco do Sol feitas em 1739, 1761 e 1769 ministraram importantes fundamentos para o estudo dessa questão celeste, mas não chegaram a resolvê-la senão de um modo imperfeito e discordante.

A física e a análise espectral não resolveram ainda esta questão. Entre as paralaxes deduzidas da rapidez da luz e das perturbações dos planetas por Encke e por Le Verrier há uma diferença de um milhão duzentas e sessenta e uma léguas.

As experiências recentemente feitas por Cornu com a roda dentada de Fizeau parece darem grandes probabilidades de precisão à paralaxe 8' 86 achada por Foucault com o espelho girante, e por Le Verrier. A observação da passagem de Vénus é destinada a confirmar ou a refutar estes resultados.

O estado da ciência no presente século, os grandes progressos que tem feito a meteorologia nos últimos anos, o desenvolvimento que tem tido a ótica, as prodigiosas conquistas que tem alcançado a fotografia, a heliografia e todos os processos científicos que têm por base a aplicação da luz, a invenção e o perfeito fabrico de muitos instrumentos desconhecidos dos sábios que precederam a geração atual, todos estes novos elementos de experiência e de exame predizem que das paralaxes deduzidas das observações que se vão fazer do fenómeno da passagem do planeta Vénus pelo disco solar resultará a posse de um dos mais importantes conhecimentos a que pode aspirar o saber humano.

Vossa Excelência sabe melhor do que eu como os governos de todo o mundo civilizado têm auxiliado os esforços da ciência para a solução do problema de que se trata.

A Inglaterra vota vinte mil libras esterlinas para as despesas de seis expedições que hão de observar o fenómeno em seis estações diversas, e encarrega ainda a uma das suas corvetas uma observação no alto mar.

A França, apesar dos seus recentes e profundos desastres, essa bela e adorada pátria do espírito universal, a extremosa mãe do direito e da liberdade, vota um milhão de francos para as despesas das expedições dos seus astrónomos à Índia.

Os Estados Unidos aplicam a esse capítulo orçamental cento e cinquenta mil dólares.

A Rússia põe à disposição dos seus sábios toda a soma precisa para que o trânsito de Vénus se observe nas mais perfeitas condições da ciência sem dar limite nenhum a essa despesa nacional.

Em Portugal, a Academia Real das Ciências de Lisboa — em cujo grémio, por um capricho do acaso que me abstenho de explicar, se acham matemáticos e astrónomos que teriam uma qualificação distinta entre os sábios de qualquer parte — solícita do governo em que a vossa Excelência é presidente do Conselho de Ministros um pequeno subsídio para ocorrer às despesas de uma expedição astronómica a Macau. Para este fim, elegem-se os observadores, procede-se ao estudo dos instrumentos, examinam-se os telescópios paraláticos que existem nos observatórios do País, acha-se o meio mais económico de construir um foteliógrafo, iniciam-se os trabalhos prévios das

observações diretas e fotográficas, interrogam-se os primeiros construtores de instrumentos óticos, consultam-se os primeiros astrónomos, faz-se um orçamento, o Sr. Latino Coelho, secretário da classe de ciências físicas e matemáticas, redige a exposição mais clara e mais eloquente destes trabalhos e destes projetos, e envia-se a consulta e o orçamento da Academia ao Governo da sua Majestade.

A quantia orçada pela Academia para estas despesas era, como Vossa Excelência sabe, de nove contos de réis! Nove contos de réis, Excelentíssimo Senhor, para todos os gastos de uma expedição astronómica! Era quase humilhante pedir tão pouco.

Cinquenta contos dá o Governo dos Estados Unidos por uma simples e única lente que se está fabricando agora em Cambridge e que servirá para um telescópio que tem de ser instalado na Sierra Nevada!

O Governo da sua Majestade acede aos votos da Academia e felicita-se de que a ciência portuguesa tenha cultores tão assíduos e desvelados.

Depois ocorrem incidentes, trocam-se explicações, as penas dos amanuenses rangem sobre o papel dos ofícios. Por fim, o Governo da sua Majestade expede uma portaria em que se participa à Academia que o Governo não subsidia a expedição astronómica a Macau pelo motivo de se não julgar habilitado para fazer despesas que não foram sancionadas pela aprovação prévia das cortes.

Em vista de tal solução que malograva a expedição astronómica portuguesa, os nossos astrónomos acenderam os seus charutos, meteram as mãos nas algibeiras e vieram fumar para o Chiado.

O caso não produziu a menor impressão no País. Os mesmos periódicos de oposição não tiveram na qualificação deste facto uma palavra de censura para o ministério da vossa Excelência.

A cidade ficou impassível.

Os trabalhos eleitorais nos diversos círculos do reino prosseguiam em paz, os senhores correios de secretaria, cavalgando atrás dos coupés dos senhores ministros, atestavam que as instituições liberais continuavam a trotar; o Sr. Barão do Zêzere passeava as ruas, trazendo debaixo do braço a ordem... de baleia; Suas Majestade e Altezas passavam sem novidade na sua importante saúde; e na Rua da Prata havia dobrada com ervilhas.

Todos nos sentimos felizes com este próspero estado das coisas. Que nos importava a nós, os lusos, que o Sol estivesse alguns milhões de quilómetros mais perto ou mais longe do planeta que temos a honra de habitar? Um povo livre não tem nada com os actos da vida privada de um astro, ao qual a Carta mantém o direito de estabelecer o seu domicílio político onde lhe parecer.

Tal é, ilustríssimo e excelentíssimo senhor, com relação à paralaxe solar a opinião convicta e profunda da grande maioria deste país sublime e magnânimo.

Essa, porém, não pode ser, por nenhum modo, a opinião da vossa Excelência acerca de semelhante assunto. Vossa Excelência é um espírito esclarecido e honesto, é sobretudo um carácter coerente, lógico, honradamente definido.

Se as Farpas tivessem uma política, e se esta política, para honra e proveito daquele que as escreve, tivesse a inestimável fortuna de ser a política conservadora, nós escolheríamos entre todos os partidos portugueses o partido de que a vossa Excelência é chefe.

Vossa Excelência sabe como em todas as sociedades modernas o espírito da política se alia estreitamente com o espírito da ciência a ponto de não poder já hoje persistir sem ele. Todo o homem que tem atualmente uma qualificação na política há de ter por força uma qualificação paralela na ciência. Vossa Excelência, por exemplo, é um hegeliano.

Pela sua política, Vossa Excelência está evidentemente com a escola histórica da Alemanha. Não aceitando a revolução, Vossa Excelência consagra no movimento da civilização e do progresso o princípio da evolução, no qual, segundo o grande filósofo Hegel, cada momento é a manifestação completa da ideia e cada homem um elemento passivo da nação.

A política da vossa Excelência opõe à vontade precipitada dos homens a força lenta das coisas. É a base da teoria conservadora.

Ora esse sistema na política é o determinismo na metafísica.

Sim, excelentíssimo senhor: conservador na política, Vossa Excelência não pode eximir-se a aceitar na ciência esta categoria: Vossa Excelência é um metafísico.

Segundo a classificação jerárquica dos desenvolvimentos do espírito, fixada por Augusto Comte, cujo nome, certamente tão antipático a Vossa Excelência como ao seu correligionário o Sr. Visconde de Algés, eu peço licença para citar, Vossa Excelência como estadista metafísico não está na fase culminante da filosofia, mas saiu já da primordial fase teológica em que se achavam os estadistas do tempo do Sr. D.

Miguel de Bragança e em que se acham ainda algumas outras inteligências atuais.

Monárquico, autoritário, militarista, Vossa Excelência reconhece o direito da força. Reconhecer o direito da força é afirmar o direito da inteligência. Do poder do rei na ordem política é corolário o poder do génio na ordem moral. Daqui a necessidade lógica de honrarem o talento os que defendem as monarquias. Como, porém, a força dada ao talento pode aberrar e lançar os espíritos na rebelião, conveio-se geralmente em instituir nos países monárquicos o talento oficial, isto é, a supremacia intelectual representada pelas academias. Sempre que o espírito monárquico se coloca em divergência com o espírito académico temos o conflito ou, quando menos, o contrassenso no Estado.

Tal é, resumidamente exposta, a razão porque Vossa Excelência não podia ter como homem político, a respeito da representação dirigida ao Governo pela Academia das Ciências, a mesma indiferença manifestada pela maioria do público.

Enquanto ao objeto especial da representação académica, Vossa Excelência não está igualmente no caso em que se acha a ignorância geral. Vossa Excelência conhece o importante papel que a astronomia representa na história do espírito humano desde Galileu até aos nossos dias.

É à astronomia que o homem deve os seus maiores e mais brilhantes triunfos sobre as fatalidades na natureza, a compreensão do universo e a emancipação da inteligência perante a arbitrariedade teológica.

Quando a meteorologia, que já hoje prevê muitos dos fenómenos atmosféricos, chegar, como é permitido esperar, a poder profetizá-los todos, quando ela, que já agora decreta as fases da lua, as marés, os eclipses, chegar pelo estudo das leis dos ventos e das pressões atmosféricas, pelas estatísticas meteorológicas de todo o mundo, pelo magnetismo terrestre, pelo aspeto das manchas do sol e pela aplicação da telegrafia à temperatura, a decretar igualmente com larga antecipação os estados atmosféricos, as trovoadas, as chuvas e os ciclones, então o terror como elemento religioso extinguir-se-á nas profundidades do céu, assim como a tirania, a velha aliada do medo, acabará de desaparecer da face da terra.

Como é, pois, excelentíssimo senhor, que a vossa Excelência pode negar à astronomia portuguesa, representada pela classe das ciências matemáticas da Academia Real das Ciências — o que a nação tem de mais grave, de mais autorizado e de mais sério —, o subsídio tão módico de nove contos de réis para que se mande a Macau uma expedição científica observar o fenómeno mais interessante para a ciência?

Ainda quando da expedição astronómica não resultasse o mínimo lucro para os conhecimentos humanos, não era esta uma ocasião, que se não repetirá tão cedo, da vossa Excelência afirmar o seu desejo de fazer manifestar ao País diante do mundo civilizado a posse do elemento em que hoje se baseia a importância histórica e a importância política das nações — o seu espírito científico?

Este acto, um dos que mais honrosamente distinguiria a sua administração, porque é que a vossa Excelência o não pratica?

Porque as cortes não votaram a ridícula quantia de que se trata, e a Carta manda que sejam consultadas as cortes!

Oh! Permita-me Vossa Excelência que eu lhe suplique que se não importe com a Carta. Fica-lhe bem, a Vossa Excelência, trair a Carta, ser-lhe infiel. As infidelidades dos homens de espírito aos seres amados estão nos costumes, e a sociedade absolve-as.

Atraiçoar a Carta pela razão é de um bom gosto perfeito. Além de que, Vossa Excelência — faço esta justiça ao seu espírito, à sua educação, aos seus hábitos —, Vossa Excelência não pode amar a Carta. A sua união com ela é de conveniência, é de razão, não pode ser de amor. Pobre Carta! Ela é, como Miss Cora Pearl, uma deidade velha e uma cansada virtude equívoca.

Teve amantes que se arruinaram por ela quando ela era jovem e bela, hoje é ela que se anvína pelos seus amantes. Os homens da elevação da vossa Excelência, frequentam-na, mas desprezam-na. Ela é a suprema lei do Estado? Sim, para o Estado. Para o indivíduo há uma coisa superior à Carta: é a sua consciência. Ora é ao indivíduo que nós nos dirigimos. É um acto do poder pessoal o que pedimos a Vossa Excelência. Há uma arbitrariedade chamada a razão de Estado. É pouco isto. É preciso que haja uma outra chamada a razão de ciência. É em nome desta razão que nós imploramos da vossa Excelência a subvenção requerida pela Academia das Ciências, e que a expedição astronómica a Macau se realize independente da sanção das cortes à despesa em que ela importar.

É a ciência, excelentíssimo senhor, é a ciência da qual hoje depende a afirmação definitiva dos direitos e dos destinos dos povos, é a ciência, que a vossa Excelência de nenhum modo pode contar e que todavia podia em certo modo ter a honra e a glória de influir, é a ciência universal e omnipresente que espera da vossa Excelência o acto de adesão que certamente lhe está sugerindo a sua capacidade e a sua consciência.

Que, colocado por esta conjuntura entre o espírito constitucional e o espírito científico, a história constitucional e o espírito científico, a história não veja que a vossa Excelência prefere ao saber o Acto Adicional, e que um certo dia que ficará memorável na sua biografia Vossa Excelência passou, calcando-os, por cima de Aristarco de Samos, de Galileu, de Newton, de Kepler e de Laplace, unicamente para ir receber do Sr. Melício — supremo juiz deste certame perante a opinião constitucional — um beijo doce, mas pérfido!

Deus guarde a Vossa Excelência, ilustríssimo e excelentíssimo senhor António Maria de Fontes Pereira de Melo.

CAPÍTULO XVI

QUE QUER A JUVENTUDE?

Dezembro, 1875.

Em Paris, em Berlim, em Gand, em Oxford, quando a juventude das escolas emite coletivamente um voto, esse voto pesa no espírito dos governos e na opinião do público, porque a juventude instruída representa nas sociedades a aspiração mais generosa dos espíritos, a tendência mais desinteressada dos caracteres, a fina flor do sentimento, a ideal frescura da alma, todos os mimos finalmente da delicadeza humana, não endurecida ainda pelos rudes contactos da experiência, da desconfiança e do egoísmo.

Por ocasião da recente visita do Sr. Fontes Pereira de Melo à cidade de Coimbra, os estudantes da Universidade nomearam uma enorme comissão para os representar, e dirigiram diretamente e solenemente as suas palavras ao presidente do Conselho de Ministros.

Que estava destinado a ouvir dos representantes da juventude académica, o Sr. Fontes Pereira de Melo, representante dos partidos conservadores em Portugal?

Que ideias iriam trocar-se entre esses dois poderosos elementos da nossa evolução social: por um lado, o respeito do passado, os princípios da tradição;

por outro lado, o fermento revolucionário, a ideia nova, o embrião do espírito futuro?

O Sr. Fontes ia achar-se pela primeira vez na sua vida diante de uma estranha assembleia, do carácter mais positivo, cujo poder espiritual não provinha do direito divino nem do sufrágio popular, mas sim da competência e da autoridade intelectual; assembleia absolutamente livre e absolutamente incorruptível.

O assunto que lhe dizia respeito é extremamente vasto e profundamente importante.

A Universidade de Coimbra carece das reformas mais radicais. A legislação relativa aos poderes dos tribunais académicos havia sido ainda há bem pouco tempo objeto de uma longa controvérsia tendente a achar a interpretação autêntica do direito escolar.

O programa dos estudos é absolutamente anacrónico perante as novas classificações científicas dos fenómenos da natureza e dos fenómenos da sociedade e perante a correlativa disposição genealógica das disciplinas que têm em vista o conhecimento das leis porque esses fenómenos se regulam.

A nova geração académica iria talvez submeter à consideração do representante do Governo a necessidade urgente de uma reforma por via da qual o Sr. Fontes Pereira de Melo teria de adaptar ao nível das aquisições intelectuais e das concessões científicas do seu século a importante obra do

seu predecessor o Marquês de Pombal deprimida e degenerada do valor primitivo pelos efeitos de uma imobilidade de cem anos.

A nova geração estudiosa tocaria talvez os pontos culminantes dessa reforma, mostrando assim irrefutavelmente que ela significa a justa satisfação de uma necessidade emergente das altas e nobres curiosidades do espírito moderno.

Demonstraria a impotência dos poderes temporais, que constituem o governo, na resolução de todos os problemas económicos e sociais.

Provaria que a civilização portuguesa se acha num a crise de confusão, crise demasiadamente prolongada, de carácter permanente, resultante do progressivo desequilíbrio entre a inferioridade das ideias teóricas e a urgência das necessidades práticas.

Deduziria que a Universidade de Coimbra, o primeiro instrumento da educação pública, deveria conter o remédio para esta calamidade cada vez mais grave: a falta da convergência intelectual do País nos negócios públicos do seu maior interesse, a epidemia das incompetências, a ausência absoluta do espírito científico no poder legislativo, o mais importante e todavia o mais inepto e o único desprovido inteiramente de educação especial entre todos os poderes públicos a cuja autoridade se acham entregues os destinos da sociedade.

A juventude desejosa de completar a esfera das noções indispensáveis para manter a um povo a posse do seu próprio domínio, lembraria, por exemplo,

que na organização universitária falta uma faculdade de Sociologia, da qual o Direito seria apenas um dos cursos integrantes paralelo com o estudo da castração da raça, da nacionalidade, da língua, da religião, da indústria, da arte.

Todas estas considerações ou outras — outras certamente mais elevadas, concebidas sob este mesmo critério, mas expostas pela juventude académica com os desenvolvimentos eruditos e com a nitidez filosófica que estas páginas noticiosas não podem abranger e que a inteligência individual de quem as escreve não pode atingir — seriam propostas ao representante do Governo pelos representantes da Universidade.

O Sr. Fontes devia ter-se certamente preparado para esta escaramuça de opiniões e cremos bem que o seu coração bateria a maior uma pulsação comovida quando a enorme comissão académica se anunciou. A entrevista foi muito breve, muito mais categórica, muito mais decisiva nos seus efeitos do que se poderia imaginar.

O que a juventude estudiosa desejava do Governo português para satisfação do seu ideal era simplesmente esta coisa — um feriado.

O Sr. Fontes concedeu-o.

E a ordem e o progresso, reunidos para este fim, separaram-se em seguida, continuando cada uma destas forças o rumo da sua missão no grande equilíbrio da sociedade.

É, pois, certo que nos costumes e nas aspirações da Universidade de Coimbra, se perpetua a velha tradição da cábula, verdadeira chave dos destinos de toda a inteligência portuguesa! Os que em novos consideram o feriado como a realização do seu mais caro ideal são os mesmos que na idade madura põem o alvo da sua mais alta ambição nos serviços do Estado em que se ganha mais e em que se trabalha menos, em que se tem a reforma, a aposentação, a jubilação com o terço.

Os alunos que pedem o feriado dão os professores que pedem as comissões na capital, que abandonam a sua cadeira, a sua especialidade, o seu estudo, o seu trabalho profícuo, para virem para Lisboa como deputados perverter-se na ociosidade, na intriga política, na desmoralização da vida nómada, nas soirées e nas noitadas, na murmuração do Chiado, na nudez da vida do hotel, na infeção do jantar das mesas redondas, finalmente na lenta demolição do talento, do espírito de aplicação, da dignidade e do estômago.

CAPÍTULO XVII

A EDUCAÇÃO DOS PRÍNCIPES

Março, 1876.

Acaba de ser nomeado professor de Lógica e de Retórica das suas Altezas os Príncipes o Sr. Joaquim Alves de Sousa, antigo professor de Hebraico no liceu de Coimbra.

O Sr. Alves de Sousa é um homem baixo, extremamente cabeludo e metafísico.

Autor de um compêndio de filosofia racional e moral, patenteou nesse livro de viagens em volta do senso comum que possui todos os segredos do ziguezague, toda a ciência dos rodeios, das curvas, das espirais, das viravoltas, das fintas, das fugas, dos passes de agilidade e de destreza, do truque, da arremetida, da alça-perna, da cambalhota para diante e para trás, do câmbio, do passa-pé, de todas as habilidades da savate, da esgrima e da capoeira, do salto, da cabriola, do pulo, de todas as evasivas finalmente e de todas as deslocações que o juízo humano é suscetível de conceber e de realizar em redor de uma questão para o fim de nunca absolutamente a atingir, nem a penetrar, nem a resolver.

Sempre que antigamente era preciso fazer na Universidade um daqueles discursos latinos que tinham obrigação de não exprimir nenhum pensamento, nenhuma ideia, nenhuma opinião, e de rondarem todavia por um determinado espaço de tempo entre um repique tangido nos sinos e o hino académico flauteado nas charamelas, o Sr. Alves de Sousa era chamado como especialista destes casos.

O ilustre humanista comparecia então com a sua filosofia e o seu léxicon, e começava a operação. Punha diante de si os palavrões ciceronianos, do alto estilo, colocados pela sua ordem: primeiro os verbos ao pé dos respetivos advérbios com os seus competentes graus, positivo, comparativo e superlativo; depois os nominativos com todos os seus casos; em seguida os adjetivos com as suas três partes, masculina, feminina e neutra; etc.

Assim despostos os elementos constitutivos da oração, o ilustre alquimista dos filtros retóricos das solenidades académicas puxava o verbo ao campo do papel almaço aplicando-o com os grossos bicos da sua pena de peru rangente e sorna.

Depois acavalava-lhe o sujeito concordante em número e pessoa e revestido de um adjetivo apropriado arrabichava o acusativo, enxalmava os necessários advérbios, afivelava as proposições, acolcheava as vírgulas nos seus respetivos furos, e exonerava o ponto final.

Passava então ao período seguinte, e assim prosseguia, remunerado pelos interessados com bocetas de ameixas de Santa Clara e com pencas de manjar branco, até haver preenchido com o seu bastardinho venerável o espaço de papel votado pelos usos universitários à lúgubre convulsão galvânica das línguas mortas.

Tal era junto da Universidade a missão científica do Sr. Alves de Sousa: ingerir pencas de Santa Clara e doce de Celas, produzir o latim campanudo, orquestrante, de carrilhão, destinado a petrificar o cérebro dos recipiendários, no momento de se lhes colocar a borla doutoral, com a mesma solenidade expressiva com que se baixa o apagador litúrgico sobre o círio pascal.

Um só traço biográfico deste ilustre humanista porá em relevo aos olhos do leitor toda a fisionomia do homem e toda a filosofia do sábio.

S. Exª usa o relógio de algibeira metido dentro de uma saquinha de camurça. Querendo ver a hora, saca do bolso o relógio envolto na respetiva dura mater, desdá o nó dos atilhos, saca, ensaca, atabafa, puxa os cordões, franze, aperta, enlaça, recolhe.

Tal relógio, tal homem!

Imaginem um sábio ensacado, mergulhado dentro de uma grossa bolsa impermeável, à prova de fogo e à prova de água, impenetrável a todo o contacto externo, deitando para fora da boca do fole que o encerra uma argola pela qual se suspende ao muro. Assim é ele.

Dizem que regula, mas regula unicamente para si. Não se lhe vê mostrador nem ponteiro. Ninguém o pode examinar, conferir, comparar. É inteiramente estranho a quanto se passa fora da membrana que o envolve. Completamente isolado de todas as ciências de observação e de experiência, o sábio existe confinado na sua pele e na sua filosofia racional e moral.

Os metafísicos e as aranhas são os únicos entes que podem tirar de si mesmo os recursos da sua existência. A aranha segrega baba e faz a sua teia. O Sr. Alves de Sousa, dentro de si mesmo, abstrai e segrega entidades e definições.

Este curioso estado de perfeição no abstrato levou-o a fazer uma gramática latina em que as regras são tiradas dos exemplos e os exemplos são tirados das regras.

As regras gramaticais de uma língua morta só podem ser tomadas dos documentos escritos que nos deixaram os povos que falaram essa língua. Virgílio, Cícero e Horácio concordavam o adjetivo com o substantivo em género, número e caso; logo em latim o adjetivo concorda com o substantivo em género, número e caso. Esta é a regra, de que será exemplo um ou mais trechos de Virgílio, de Cícero, de Horácio. O Sr. Alves de Sousa não o entendeu assim, e no seu compêndio nota-se que, sendo a regra feita por ele, por quem imaginam que será feito o exemplo? O exemplo é também feito por ele! Assim, a doutrina deste sábio é ao mesmo tempo o efeito e a causa de si mesma.

Se não estivesse inventada a serpente com a cauda na boca, símbolo egípcio da imobilidade, a teoria deste filósofo ocuparia o lugar desse símbolo!

É o Sr. Joaquim Alves de Sousa que vem ensinar Suas Altezas os Príncipes — a raciocinar! Os leitores conhecem o mestre, imaginem o que será a lição e o que virá a ser o discípulo.

A Lógica e a Retórica são já de si duas disciplinas funestas ao entendimento e que se deveriam proibir.

A Retórica, tal como ela se professa, é a ciência da falsa linguagem.

As leis que dirigem as faculdades intelectuais no descobrimento da verdade e que constituem o corpo da doutrina chamada a lógica são a coisa mais pedantesca, a mais esterilizadora que se pode ensinar a um menino.

O que se deve ter em vista produzir num cérebro que se educa é o fenómeno intelectual, e não a lei puramente hipotética que regula esse fenómeno.

Descobrir a verdade é uma operação que tem por fim achar uma coisa desconhecida, pela relação coexistente entre ela e as coisas que se conhecem. Ora a ciência que conduz o espírito neste processo, único que existe para descobrir e para demonstrar a verdade, não é a lógica; é a matemática. Pensar é simplesmente relacionar e medir. A matemática torna efetiva esta faculdade relacionando os movimentos e as linhas, medindo o tempo pelo espaço e o espaço pelo tempo. A lógica nada nos ensina para alcançarmos este resultado.

A simples regra de três é um instrumento mil vezes mais poderoso do que todas as regras juntas de entimema, epiquerema, prossilogismo, sorites e exemplo.

A retórica pelo seu lado é a arte da figura na linguagem.

Ora nada mais incorreto e mais obscuro do que a linguagem figurada. Logo que a arte de escrever se achar devidamente disciplinada, a metáfora será considerada um erro no discurso.

A ciência do estilo não é a retórica, é a ideologia. Dar pela palavra a nota precisa da ideia é o fim da escrita e da oratória. Toda a iluminura, toda a imagem, toda a expressão metafórica denota preguiça cerebral ou inabilidade artística.

Quanto mais estreito é o campo dos nossos conhecimentos, mais metafórica é a linguagem com que exprimimos os sentimentos e as ideias que desejamos representar. Quem nos recursos da palavra não possuir mais do que a tecnologia de uma única ciência tem de empregar o estilo figurado sempre que se tratar de assuntos relativos às ciências que não sabe. Quando eu digo, por exemplo, a florescência das ideias, emprego uma imagem botânica para exprimir um fenómeno de fisiologia cerebral cujo nome ignoro. O leitor compreende talvez o que é que eu desejaria dizer-lhe. Compreende aproximadamente, porque eu lhe disse uma coisa parecida com a minha ideia; rigorosamente, porém, essa ideia ficou por exprimir.

A retórica, com todos os seus tropos, com todas as suas figuras, com todos os seus preceitos de estilo, é a arte de abastardar assim a linguagem, de descentralizar as faculdades, de separar a palavra da ideia, de dissolver o cérebro instituindo nas cabeças, entre o lóbulo do pensamento e o lóbulo da fala, um escritório de contrafações a exportar para o mundo externo.

A lógica e a retórica seriam indispensáveis a Suas Altezas os Príncipes se o sistema "que felizmente nos rege" fosse um sistema definitivo e houvesse de ser considerado como o destino humano dos reais discípulos do Sr. Alves de Sousa.

Neste caso eles precisariam dessas duas ciências. A lógica dar-lhes-ia o sofisma governativo. A retórica ensinar-lhes-ia o tropo parlamentar. O tropo e o sofisma, agentes correlativos, são dois poderes compensadores do equilíbrio nas monarquias constitucionais.

O sistema, porém, que felizmente nos rege é contingente e transitório.

Por toda a parte da Europa os reis fecham pela manhã as suas malas, recolhem no estojo as suas escovas e as suas navalhas de barba e têm na algibeira das púrpuras um passaporte e uma carta de ordem, como todo o viajante prudente, preparado para partir no momento imprevisto de um telegrama que pode chegar a cada hora.

A educação dos homens destinados a esta existência tem de ser inteiramente prática, lúcida, expeditiva.

Mais do que nenhum outro contemporâneo um príncipe precisa de conhecer perfeitamente todos os agentes físicos, químicos, biológicos e sociológicos que determinam, que modificam ou que perturbam as ações humanas, para ver com clareza, para prever com antecipação, para julgar com certeza os factos isolados e a coordenação evolutiva dos sucessos.

Precisa de estar inteiramente provido, equipado e armado para conceber com prontidão, para discriminar com presteza, para resolver logo.

O plano dos vastos estudos enciclopédicos que convêm a um príncipe deve ser formulado e posto em prática segundo a mesma norma que tem de governar a sua existência futura: a fórmula de Littré — projetos de quem tem cem anos para os cumprir, obras de quem só tem doze horas para viver.

Não pode dissipar um minuto, não pode malbaratar um momento na aplicação, na atividade.

No estudo das ciências e no estudo dos homens deve seguir a corrente de ideias mais rápida e mais breve — a corrente revolucionária. Tanto se aprende percorrendo com inteligência o campo dos domínios conservadores e estudando nele a passagem da torrente revolucionária, como lançando-se com igual inteligência nessa torrente e cingindo com ela todas as configurações do continente oficial.

Por qualquer destes dois métodos se chega ao mesmo ponto. Pelo segundo vai-se todavia mais depressa, descobrem-se mais largos horizontes, criam-se mais ideias gerais de totalidade, de relação e de conjunto.

Os preceptores idóneos dos príncipes, os seus mestres, deveriam pois ser os homens de espírito mais radicalmente científico, de critério mais positivo, da máxima lucidez intelectual, homens de ação, essencialmente modernos, que pela sua conversa, pelas suas ideias, pelos seus hábitos de estudo, de observação e de crítica suscitassem no aluno todas as curiosidades do espírito novo, pondo-o em contacto com todos os problemas, dando-lhe constantemente a nota predominante de todas as soluções.

A evolução das ideias modernas não pode ser compreendida por homens de estudos antigos. O período intelectual em que hoje estamos, a era dos conhecimentos modernos, data de um curtíssimo espaço de tempo. começa no dia em que foi claramente definido o dogma do homem pré-histórico.

Desde esse sucesso, o mais monumental da civilização, desde esse facto culminante na humanidade, caiu o velho mundo, caíram todas as teorias vigentes até essa data na história da nossa espécie, na história das nossas raças, na história das nossas religiões.

Milhares de anos antes da época em que nós supúnhamos os nossos primeiros pais no paraíso terreal, descobria-se com toda a evidência de um axioma que tinha aparecido o homem sobre o Globo.

O Génesis era uma fábula. Adão era um embusteiro. Aí estava para o confundir, arrancado da campa, pela geologia, o esqueleto de um dos seus avós.

Ao pé do crânio desse homem apareciam desenterrados todos os documentos comprovativos das diferentes fases da sua existência heroica, da sua vida trabalhadora, de todas as peripécias, tão profundamente comoventes e tão dramáticas, das suas grandes lutas, com as criações colossais, medonhos esboços primitivos do mundo animal, com os monstros antediluvianos, as enormidades do grande hipopótamo, do elefante do Sul, do rinoceronte tricórnio.

Primeiramente, o desgraçado cingido de todos os lados pelas monstruosidades da natureza, esmagado pelas visões disformes de um pesadelo horroroso, pensa apenas em defender-se e inventa o machado de pedra bruta. Depois fabrica a faca de pedra polida. Em seguida a essa atitude defensiva, começa a atacar e inventa a frecha, domestica o cão, descobre o fogo, constrói a cidade lacustre.

E entre cada um destes curtos passos dados na posse do seu domínio sobre o Globo medeiam milhares de anos, centenares de séculos sem história, de uma mudez trágica, irreconciliáveis com a felicidade paradisíaca do Éden e com a teoria da queda pelo pecado.

Aniquiladas as antigas bases da compreensão do universo e do mundo moral, começa um enorme trabalho de reconstituição das ideias e dos sentimentos humanos. Preencher esse trabalho tem sido a missão da literatura nos últimos anos.

Para possuir a exegese deste movimento novo é essencialmente preciso ser um homem moderno, ter um sistema nervoso criado e temperado na ebulição desse movimento; possuir a faculdade de se repartir sem se dispersar, ter a filosofia, ter a disciplina, ter os métodos modernos; absorver as ideias por todos os modos, no gabinete, nos livros de toda a espécie, na conversa, nas viagens, nos museus, nos laboratórios químicos, nos teatros anatómicos, nos observatórios, nos jornais, nas soirées, na Ópera, na amizade e no próprio amor.

Os mestres e os pedagogos das suas Altezas carecem desses predicados. O Sr. Martens Ferrão é um jurisconsulto; o Sr. Viale é um helenista; dois sedentários; um, comentador de leis antigas; outro, interpretador de línguas mortas; ambos papistas, sectários dos dogmas, aceitando a revelação como critério da verdade e o milagre como demonstração histórica.

O Sr. Alves de Sousa, que vem agora, é um retórico, é um gramático, é um sofista, é um mágico.

Aguardamos com viva curiosidade zoológica o fausto momento em que houver de se patentear sobre o trono dos lusos o caro objeto saído desta retorta de Wagner.

CAPÍTULO XVIII

URGÊNCIA DAS REFORMAS NA EDUCAÇÃO NACIONAL — REFUNDAÇÃO DO VALOR DO ESTADO PELO MÉRITO DOS INDIVÍDUOS

Abril, 1876.

A Revista Europeia, magnífico periódico italiano, órgão do movimento científico em Itália, publicava há poucos dias a respeito das Universidades naquele país um artigo profundamente patriótico, que terminava pelos seguintes períodos:

"É às Universidades que cabe a influência de um governo livre.

As Universidades são principalmente frequentadas pela burguesia, que nas monarquias constitucionais ocupa a maior parte dos grandes empregos no parlamento e na governação. Das Universidades deviam sair os homens instruídos, os italianos.

Elas produzem no entanto os mesmos frutos de outrora estragados pela indisciplina moderna. Os professores vivem quase todos no desalento e na penúria.

"Os fundos sagrados das Universidades, que pertencem à ciência, são em grande parte absorvidos pela burocracia e servem para sustentar uma multidão de empregados secundários, superfetações inúteis quando não são perigosas.

"Os produtos científicos de vinte e duas Universidades num povo de vinte e sete milhões de habitantes são irrisórios.

"O servilismo, a escravidão intelectual diante do estrangeiro vai aumentando sempre.

"E a nação, satisfeita, paga!"

Diríamos estar vendo a pintura do que se passa em Portugal, se não se desse uma diferença importante, que é: ser feita a acusação num jornal exclusivamente consagrado aos interesses da ciência e redigido com profunda erudição do mais alto movimento das ideias modernas. No mesmo número em que se estampa o artigo a que nos referimos reproduz-se um discurso acerca da Física na filosofia, proferido pelo professor Maurício Schiff na abertura dos cursos do Instituto dos Estudos Práticos e de Aperfeiçoamento, de Florença.

Neste discurso mostra o autor como todos os filósofos modernos tendem a encontrar-se num domínio comum com os naturalistas e com os fisiologistas. Prova que nenhuma dedução a priori pode conduzir à verdade objetiva, e que as teorias até há pouco havidas por absolutamente independentes precisam hoje de ir basear-se na observação, havendo já duas Universidades, uma na

Suíça e a outra na Alemanha, que entregaram a professores de fisiologia as suas cadeiras de filosofia teórica. Expõe como na própria Alemanha se vai tornando estéril a metafísica, e como o dogmatismo não é hoje mais que uma petrificação a que só resta o valor histórico. Conclui, finalmente, propondo que, vista a intervenção inevitável das ciências naturais em toda a discussão filosófica, o Instituto de Florença, começando por dar aos alunos as noções fundamentais de todos os raciocínios, faça das ciências naturais a base dos estudos, o tronco da grande árvore dos conhecimentos humanos, cujos ramos se inclinarão subsequentemente às diversas direções do espírito.

A índole eminentemente revolucionária, positivista, deste discurso, a inserção dele num grande jornal, órgão dessa doutrina renovadora do critério e reconstituidora da inteligência, provam bem exuberantemente que não são portugueses que operam, e que não é uma das nossas necessidades nacionais que se discute.

E, todavia, tão baixo ainda se considera o nível da instrução na Itália, que o autor do artigo acerca das reformas universitárias exclama:

"Se algum dia, de que Deus nos preserve, a Itália houver de recair na sua confusão antiga, a responsabilidade e a culpa caberá ao Ministério da Instrução Pública!"

Em Portugal nem o Ministério de Instrução Pública existe, nem essa aparência de responsabilidade temos! E, de cima a baixo, na ordem intelectual e na

ordem moral, na política, na religião, na arte, na crítica, as ideias soçobram numa confusão inextricável, resultante da ausência de um ensino fundamental.

Da análise dos trabalhos parlamentares durante a última legislatura sobressai um argumento irrespondível. Uma câmara cuja maioria é tirada da parte mais aplaudida da juventude na Universidade de Coimbra não tem uma só ideia justa, clara, precisa, em que se baseie uma reforma de qualquer natureza que seja. Uma sentimentalidade palavrosa e lamuriante, um otimismo imbecil, uma profunda subserviência e alguns narizes-de-cera, eis tudo quanto se tem podido arrancar dos cérebros que o público tinha obrigação de supor mais substanciosamente providos e mais repletos.

A fim de combater esta exiguidade oficial, celebrou-se ultimamente em Lisboa um grande meeting composto de pessoas das classes mais ilustradas da burguesia, e presidido pelos principais chefes dos partidos da oposição ao atual ministério. As resoluções tomadas neste meeting, com o fim de obviar a incompetência parlamentar e de intervir na governação do País, foram as seguintes: reformar a Carta, fazer um manifesto, suscitar outros meetings, ou, finalmente — para que o digamos numa só palavra — comover a opinião no sentido de pôr em crise a viabilidade da situação atual. E eis aí tudo quanto uma assembleia constituída pelas pessoas mais conspícuas sabe decidir em face do problema da nossa reorganização: — cominar as tinturas transmutativas do bigode do presidente do Conselho, atacar a questão política

como uma questão de cosméticos, e pedir para a alta direção do Estado uma troca de pomada.

Quando os governos, pela necessidade de conservarem o poder, sacrificaram o progresso, e quando as oposições pela ambição de substituírem o governo sacrificam as ideias, a sociedade corre um iminente risco de ficar à mercê do acaso num funesto jogo de incompetências, se um terceiro poder não intervém, sustentando os direitos que tocam à capacidade. Este novo poder intermédio e consultivo, destinado a regular em proveito da civilização os conflitos dos partidos que governam com os partidos que resistem, deveria ser a Imprensa. Mas a Imprensa portuguesa parece ignorar que é essa a sua alta missão e, em vez de se considerar superior à política e de a governar em nome da opinião, submete-se aos partidos e deixa-se dominar por eles, acompanhando-os nas suas ambições e servindo-os nos seus erros. De modo que o jornalismo não é o árbitro que decide, não é o juiz que sentenceia; é apenas o rábula que enreda, o beleguim que cita, o fiel de feitos que conduz os autos.

Na sociedade assim constituída ou assim desorganizada todos os poderes são militantes, todos são executivos, todos são temporais. Não há esfera teórica, não há domínios mentais, não há poderes do espírito. Como substância política organizada, falta-nos apenas o cérebro e a espinhal medula. Pertencemos aos invertebrados. Somos um tubo.

Se nós tivéssemos a palavra no meeting aludido, diríamos aos cidadãos:

Meus senhores, lembrem-se das palavras de Samuel Smilles: o governo de uma nação não é mais que a imagem e o reflexo dos indivíduos que a compõem. Todo o governo que passa adiante de um povo é inevitavelmente trazido para trás; todo o governo que fica atrás de um povo é fatalmente impelido para diante. Assim como a água encontra o seu nível, assim uma nação encontra nas suas leis e no seu governo as disposições que convêm ao seu carácter. Um nobre povo será sempre nobremente governado; aos povos ignorantes e corrompidos cabem os governos ignóbeis. A liberdade não é somente o efeito de um desenvolvimento político; é principalmente o efeito de um desenvolvimento moral, o resultado da energia, da independência, da ação individual.

É por estas razões que Stuart Mill dizia: O mérito de um Estado não é no fim de contas senão o mérito dos indivíduos de que ele se compõe.

Ora, a falar verdade, meus senhores, os nossos méritos são de uma natureza bastante subalterna.

Medíocres literatos, medíocres artistas, medíocres sábios, medíocres funcionários públicos, eis os indivíduos de que se compõe esta assembleia ilustre na qual se tem falado quatro horas sem achar nada mais novo do que injuriar os adversários e pedir a reforma da Carta, como se fosse uma Carta

mais ou menos reformada que houvesse de fazer os cidadãos instruídos e os governos sábios!

A constituição política, no fim de contas, não é mais que um resultado da constituição social, e esta não se reforma senão pelo concurso inconsciente de todas as vontades, pela aplicação particular de cada um para o seu próprio aperfeiçoamento.

Consultando bem as nossas verdadeiras necessidades, veremos que o que falta ao nosso bem-estar não é uma organização política, mas sim uma renovação intelectual, um forte estímulo para o trabalho, para o dever, para a dedicação pelos outros, para a satisfação da consciência, para o contentamento e para a alegria do carácter.

O grande mal que todos padecemos é o ceticismo abatido e estéril dos espíritos que perderam as antigas crenças e não entraram ainda nos novos princípios e nas grandes convicções.

É deste estado geral que procedem os únicos partidos que temos: os partidos médios, de conciliações que chegam à imoralidade, de tolerâncias que tocam na corrupção.

É com tais partidos que as sociedades se dissolvem pela indiferença e pela relaxação.

Ora esses partidos somos nós mesmos que os constituímos. Os governos que deles emanam são maus por uma necessidade iniludível de harmonia e de nivelamento geral. Eles são maus governos exatamente pela força da mesma lei em virtude da qual nós somos maus jornalistas, maus literatos, maus académicos, maus artistas, maus comerciantes, maus industriais e maus operários.

Quereis um conselho? Acabai de uma vez para sempre com os meetings esterilizadores, banais e ridículos, e instituí conferências.

Não queirais ser corpos deliberantes. Conservai-vos na esfera especulativa que convém aos vossos interesses e às vossas necessidades. Com o vosso beneplácito ou mau grado vosso, a revolução há de se realizar pela força das coisas. A vossa interferência não fará mais do que comprometer os sucessos. O que tendes que fazer, vós burgueses, que estais fora do governo, é simplesmente preparar-vos para o exercer ou para o criticar com mais conhecimento de causa do que aqueles que vos precederam. A corrupção de que vos queixais nos outros é a prolongação da que existe em vós mesmos. Os maus governos são a escrófula que aparece no pescoço; vós sois o vício linfático escondido na célula. Purificai-vos aprendendo. O destino da vossa geração depende do vosso curativo. Hoje em dia estamos apenas viciados. Daqui a algum tempo estaremos inteiramente apodrecidos.

CAPÍTULO XIX

OS CASTIGOS CORPORAIS E A DISCIPLINA DOGMÁTICA

Maio, 1876.

Segundo noticiam os jornais do Porto, foi ali querelado o Sr. Padre João António Pinto de Resende, diretor de um colégio, por haver corrigido um aluno de catorze anos de idade, aplicando-lhe algumas bofetadas e — trinta e seis palmatoadas!

O estudante, examinado pelos peritos, foi considerado impossibilitado de se servir dos braços durante quinze dias; rebentou-lhe o sangue por entre a pele e as unhas; deprimiram-se-lhe por tal modo os músculos que ficou com os braços convulsos e incapazes de qualquer esforço.

Só um verdadeiro rancor de clérigo, odium theologicum, pode levar um homem a espancar por tal modo uma criança, friamente, sistematicamente, por espaço de dez ou quinze minutos, como se se tratasse de cumprir o dever da tortura no tribunal do Santo Ofício.

Levantar entre os dedos, no altar da misericórdia e do perdão, a hóstia consagrada, parece ser a missão e o ofício mais leve, não é verdade? Pois bem: não há nada que torne a mão mais pesada. Um rachador, passando a sua vida a cortar a machado a espessa e dura fibra dos carvalhos seculares, daria no seu

pequeno aprendiz uma pancada brutal, mas não repetiria esse golpe trinta e seis vezes, tranquilamente, pacientemente, piedosamente, como quem desfia num rosário as Ave-Marias da coroa à Virgem Puríssima.

Notamos o acto cometido por este sacerdote, porque ele tem para nós a importância social de um grande símbolo.

O Sr. Padre João, talvez sem o pensar, representa, em ponto pequeno, dentro da esfera dinâmica do seu braço eclesiástico, o que é, em ponto grande, a instrução oficial portuguesa, que ele se encarrega de propagar por meio da sua férula.

Pais e mães de família! Meus senhores e as minhas senhoras!

Queiram olhar para este pequeno aluno espancado pelo seu mestre em nome das necessidades do ensino secundário do curso dos liceus! Tenham a bondade de reparar bem...

Soltou-se-lhe o sangue pisado por entre as unhas e a pele, tem o cérebro atrofiado, os cabelos hirtos, os olhos pasmados, o passo vacilante, o corpo trémulo, os braços pendentes. Está inapto para tudo por espaço de alguns dias. É preciso, por um tratamento especial, reconstituir-lhe o seu sistema nervoso e o seu sistema muscular, acarinhá-lo, levá-lo docemente à coordenação dos seus movimentos e à conexão das suas ideias, reconciliá-lo com a vida, com o estudo, com o respeito dos mestres, e fazê-lo recomeçar em seguida os trabalhos da sua educação suspensa e comprometida.

Viram bem, atentaram devidamente no espetáculo que apresenta essa pobre criança ao sair das mãos rigorosas e inábeis do Sr. Padre João?..

Pois aí têm, meus senhores e as minhas senhoras, expresso por uma imagem corpórea, o vivo retrato do que há de ser, aos vinte anos, o estado intelectual e o estado moral dos seus filhos ao saírem, não do poder de um simples preceptor da infância, mas do seio do primeiro dos nossos estabelecimentos de instrução, da Universidade de Coimbra!

Os vossos filhos, bacharéis formados, terão esse mesmo abatimento, essa prostração, esse desânimo. Ter-lhes-á espirrado dentre as unhas e a carne, espalmada pela pressão de um implacável regime dogmático, a forte seiva do talento, da juventude, da energia moral. Estarão atrofiados nos músculos braquiais e nas circunvoluções do cérebro. Com as suas cartas do bacharelato dobradas na algibeira de uma sobrecasaca de mendigo envergonhado, achar-se-ão perdidos e abandonados na vida, sem direção, sem norte, sem princípios, sem convicções, sem ideias nítidas e práticas, tendo aprendido tudo, menos a pensar, a discernir, a resolver os negócios, a atacar finalmente o grande problema da vida.

Então uns lançar-se-ão na crápula, outros na intriga constitucional a que se convencionou chamar a nossa política, outros no jacobinismo, na conspiração, na revolta, na misantropia, e acabarão na alienação mental, no suicídio.

Algum, raro, terá a enorme coragem de recomeçar — de recomeçar exatamente no ponto em que julgara ter chegado ao fim!

Isolar-se-á no seu gabinete, no meio de novos livros desconhecidos. Reconstruirá por si mesmo, linha a linha, página a página, as suas noções da natureza, da sociedade, da história, do sentimento, da religião, do trabalho. Obscuro, esquecido, despremiado, pobre, desvelará as noites no estudo, na concentração de todas as faculdades sobre o fio sistemático das suas aquisições mentais.

E assim conseguirá, talvez, ao cabo de alguns anos de trabalho mais ímprobo e mais persistente, aprender à própria custa aquilo que se não tinham lembrado de ensinar-lhe: a ser um homem e um cidadão. Quero dizer: por esses meios terapêuticos e higiénicos ele terá recuperado o sangue perdido sob a férula oficial, terá reconstituído uma pouca de substância cinzenta na massa cefálica, alguma consistência na espinha desformada e um bíceps em cada braço.

Será inteiramente o caso do menino espancado no Porto. Somente o Sr. Padre João já não será responsável; e não podereis desagravar-vos chamando-o aos tribunais, porque, apesar da habilidade que denota possuir para fazer imbecis, ele ainda não faz doutores. E admira que os não faça! Quem dá tantas palmatoadas juntas, podia bem começar a dar igualmente, de vez em quando — um grau.

CAPÍTULO XX

TENTATIVA DE UMA REFORMA DO ENSINO PÚBLICO

Novembro, 1876.

Decorridos cerca de dois meses depois que os professores, por um lado, o Governo por outro, tinham resolvido definitivamente elaborar uma reforma do ensino público, sem todavia publicarem trabalho algum que elucidasse este importante assunto, as Farpas, entregando a alguns milhares de leitores — como fizeram no precedente volume — um ensaio de reorganização das escolas portuguesas, intervinham na direção das ideias e na formação do critério sobre este ponto com uma opinião que conviria ter por temerária e que não se deveria permitir que circulasse antes de ser devidamente contrastada e aferida pela crítica.

A Imprensa tinha concordado unanimemente em que a reforma da instrução era uma questão vital.

Não é verdade que a Imprensa tinha concordado nisso? Pois bem: em toda a questão vital o erro é um caso de morte.

Ora queria-nos parecer que a nossa obra — por maior que fosse o orgulho que nos dominasse, por maior que fosse a modéstia a que os submetêssemos — não poderia facilmente deixar de merecer uma das seguintes classificações:

ou seria inteiramente prestante, ou prestaria apenas para alguma coisa, ou não prestaria de todo para nada.

No primeiro dos referidos casos entendíamos que a crítica deveria apressar-se a sancioná-la com a sua aprovação, dizendo por exemplo: Mais um diamante de subido quilate acaba de engastar-se no diadema imperecível que cinge acara do nosso ilustre colega o senhor fulano de tal. Queremos dizer que apareceu o 61 volume das Farpas. Chamamos a atenção dos leitores para o anúncio que vai na secção respetiva.

No segundo caso julgávamos que competia à mesma crítica discriminar no nosso voto o que era sensato e o que era erróneo, elucidando nesse sentido a apreciação do público.

No terceiro caso, finalmente, estávamos persuadidos de que à referida crítica cumpriria condenar inexoravelmente o nosso trabalho como a droga mais funesta à saúde dos espíritos, dizendo: Mais um palmo de orelha asinina acaba de crescer acima do crânio do detestável escritor fulano de tal. Queremos dizer que apareceu o nº 16 das Farpas. Esperamos que a abominação pública se apresse a tomar assento sobre este folheto.

Reconhecemos agora, profundamente humilhados, que escapou a todas as nossas previsões a verdadeira atitude que devíamos esperar da Imprensa. Com relação ao nosso pequeno livro a Imprensa, na sua grande maioria, não teve opinião nenhuma!

Mas como foi então que ela afirmou com ardor que considerava a questão vital?... Houve decerto da parte da Imprensa um equívoco. Evidentemente, quando ela chamou vital ao assunto, não era à instrução que aludia, era talvez aos chocolates do Sr. Matias Lopes.

Dois periódicos apenas — como singular exceção — entenderam que as Farpas, consagrando à reconstituição dos estudos em Portugal noventa e seis páginas refutadoras de todo o sistema de ensino atual, mereciam uma palavra de atenção. Esses periódicos foram o País, folha política de Lisboa, e a Evolução, revista de literatura, de crítica e de vulgarização científica, de Coimbra, aos quais pedimos licença para analisar rapidamente algumas das objeções de que eles nos tornaram assunto.

O País, concordando inteiramente com as nossas opiniões sobre a ignorância geral e sobre os falsos meios que até hoje têm sido empregados para organizar o ensino, exproba às Farpas o desprezo em que elas têm sempre tido os problemas governativos, contribuindo assim para manter no público a indiferença política que a referida folha considera a principal causa da corrupção portuguesa.

Ora o desprezo, ou antes o descaso, em que nós temos a questão política não nos parece que seja, como o País inculca, uma contradição de princípios, mas sim, pelo contrário, a consequência mais lógica da doutrina que temos exposto.

Se é certo que um exagerado humanismo, uma excessiva cultura da forma literária e retórica tem pervertido a nossa educação intelectual com embargo de todas as ciências fundamentais, indispensáveis para o conhecimento do homem e para a compreensão das leis que regem os seus destinos; se é certo, como nos parece ter demonstrado, que toda a instrução facultada pelos nossos estabelecimentos públicos e particulares é a negação de todos os elementos de que dependem o nosso progresso intelectual e o nosso progresso moral; se é certo que uma tão funesta e tão inveterada organização tem lançado a sociedade portuguesa na mais profunda anarquia, na mais completa dissolução de crenças, de convicções e de princípios, destruindo absolutamente a afinidade dos espíritos e a solidariedade dos cidadãos; se é certo que a nossa inatividade cerebral chegou ao miserável extremo de faltarem as ideias gerais e harmónicas que reúnam um pequeno agrupamento de indivíduos sob um mesmo princípio comum na religião, na economia, na política, na moral e na arte; se é certo que desde quarenta anos não somos mais que um conjunto de três milhões de egoísmos pacificados pela indolência; se tudo isto é certo — como julgamos ter provado —, que importância quer o País que liguemos ao sistema governativo sob o nosso regime parlamentar? O País bem o deve compreender. Para a crítica desinteressada e sincera, francamente, o facto político em Portugal serve apenas para demonstrar a incompetência das maiorias por intermédio de um parlamento sumamente estimável como instrumento de observação, porque é

ele que constitui a escala por onde mais facilmente se pode medir a marcha progressiva da nossa decadência.

Em um país onde a ignorância é geral, o governo, qualquer que ele seja, é fatalmente mau, porque nenhum governo é possível nem acima nem abaixo do nível geral das ideias no meio em que ele existe. Sob o sistema representativo esta relação constante da capacidade do governo com a capacidade social é ainda mais estreitamente necessária que sob outra qualquer fortuna política. Se o governo der um passo adiante ou ficar um passo atrás da aspiração determinada pelo nivelamento médio dos espíritos, uma força invisível e insuperável, o voto, há de impeli-lo ou há de refreá-lo até restabelecer o equilíbrio de que depende a viabilidade constitucional do poder.

Querem um governo sábio? Preparem um povo instruído.

Enquanto o meio social não for modificado no sentido de uma maior elevação de sentimentos e de ideias verá o País que a ação do governo sobre a civilização e sobre o progresso será absolutamente a mesma quer o poder se mumifique nas formas do Sr. Anselmo Braamcamp, quer se disfarce sob os históricos fluidos transmutativos do Sr. Fontes Pereira de Melo.

Na Evolução, o Sr. Zeferino Cândido, doutor em Matemática, lisonjeia-nos com um artigo de dez colunas com o fim principal de indicar o desacordo de algumas das nossas opiniões com as doutrinas de Augusto Comte.

Não podemos deixar de observar, antes de tudo, ao Sr. Dr. Zeferino que, conquanto estejamos profundamente convencidos, com Miss Martineau, de que o único campo do progresso é hoje o da filosofia positiva, não foi de modo algum uma exposição de doutrina comtiana sobre a instrução pública o que nos propusemos fazer no precedente volume desta crónica.

Posto isto, tocaremos alguns dos reparos e satisfaremos algumas perguntas do Sr. Dr. Zeferino Cândido.

Dissemos que na instrução primária entra o que é puramente elementar na área de todos os conhecimentos humanos. O Sr. Dr. Zeferino desdobra este princípio dizendo que, segundo o nosso método de divisão de ensino, o aluno da instrução primária "seria obrigado a aprender elementarmente todos os conhecimentos que compõem a matemática, a física, a química, a biologia, a ciência social e, além disso, a parte elementar de todas as ciências concretas como por exemplo, a mineralogia, a geologia, a agricultura, a medicina, a arte do engenheiro, etc."

Neste ponto cremos que o nosso contendor desejou apenas fazer um jogo de palavras impróprio da elevação do seu espírito. Se nós dividimos a ciência em três categorias, elementar, abstrata e concreta, é claro que quando nos referimos unicamente aos conhecimentos que fazem parte da primeira categoria, excluímos os que entram na segunda e os que entram na terceira. Se tendo uma dada quantidade de valores e havendo-os dividido em três séries,

lhes chamássemos primeiros, segundos e terceiros, mostraria uma ligeira má vontade em desejar perceber-nos aquele que, quando nós disséssemos os primeiros, imaginasse que nos referíamos aos primeiros dos segundos e aos primeiros dos terceiros. Assim, quando dizemos na ciência a parte elementar, não temos em vista uma porção determinada de princípios com que cada uma das ciências conhecidas tenha forçosamente que contribuir por meio de um extrato essencial para as matérias da instrução primária, mas sim nos referimos ao que é em absoluto elementar, isto é, àquelas noções científicas possuídas com tal grau de evidência que não precisem nem de demonstração subsequente para que se provem, nem de conhecimentos anteriores para que se compreendam.

Quem delimitaria as fronteiras precisas às três distintas categorias da instrução? Quem faria o difícil programa do ensino de cada uma delas? Quem redigiria os respetivos compêndios? — Estas perguntas que o Sr. Zeferino nos dirige são exatamente aquelas que nós aconselhámos o Governo a que ponha a concurso retribuindo as respostas com um grande prémio.

Exigir que nós preenchamos esta condição, aqui, de repente, e demais a mais de graça, a fim de satisfazermos uma curiosidade, aliás muito legítima mas inteiramente pessoal, do Sr. Zeferino, parece-nos algum tanto violento.

Procuraremos todavia indicar a S. Exª algumas das noções que consideramos elementares e próprias para os compêndios da instrução primária:

As cúpulas de vidro que se suspendem do teto por uma corrente sobre as chaminés dos bicos de gás estão em constante oscilação enquanto o candeeiro se conserva aceso. Esta função do calor exercida pelo bico de gás sobre a cúpula que se lhe coloca por cima é a mesma que o Sol exerce sobre o globo da Terra. Somente como o globo não está suspenso de uma corrente, mas sim cingido por uma cinta de fluído invisível que se chama o éter, o calor do Sol, atuando sobre metade do globo na parte em que é dia, obriga-o a rolar sobre si mesmo para a outra metade em que é noite, e assim sucessivamente, como rolaria uma bola de bilhar em que se batesse com o taco por um lado e estivesse unida pelo outro a uma cinta elástica posta em círculo sobre a mesa. A bola percorreria em redor todo o circuito da fita. O movimento que a ação do calor do Sol produz na Terra sobre si mesma chama-se a sua rotação; o movimento consequente que ela descreve em volta do sol chama-se a eclíptica. (Teoria de Frémaux confirmada pelas experiências do radioscópio). — Eis uma noção elementar de astronomia.

Quando uma pedra cai na superfície da água no centro de um lago produz uma série de ondas circulares que se estendem sucessivamente do ponto em que caiu a pedra até a borda da água. Assim se espalha a luz, quer ela saia de um astro quer saia de uma vela de sebo. Somente a velocidade com que a luz se dilata do centro para a circunferência é três milhões de vezes maior do que aquela com que caminha a onda circular produzida pela pedra. — Eis uma noção elementar de física.

O açúcar posto em fermentação cessa de ser açúcar e começa a ser álcool. Deixa-se uma gota de vinho no fundo de um copo em contacto com o ar. No ar há um agente chamado oxigénio, o qual combinando-se com o álcool que existe no vinho desfaz o vinho, e faz o vinagre. Assim, em todas as transformações porque façamos passar os corpos é absolutamente impossível desfazer uma coisa sem fazer outra, e tudo quanto se passa na natureza são combinações que se fazem ou combinações que se desfazem. — Eis uma noção elementar de química.

Um animal qualquer colocado num a balança mostra mudar constantemente de peso, num movimento consecutivo como o do ponteiro de um relógio. Ao ser alimentado o animal, o seu peso sobe de repente para imediatamente depois descer, mais rapidamente se o animal trabalha, mais rapidamente ainda se ele sua. Este facto prova que a nossa organização vital não é mais que um laboratório em trabalho permanente de destruição e de renovação. Este duplo movimento, que por outros termos se chama a assimilação e a desassimilação constitui o fenómeno fundamental da vida. — Eis uma noção elementar de biologia.

É confecionando um corpo metódico e sistemático de breves noções do género das que indicamos que, no nosso entender, se redige um compêndio de instrução primária.

O nosso ilustre crítico receia que seja impossível habilitar professores de instrução primária bastante instruídos para ensinarem a parte puramente elementar das seis ciências fundamentais — a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia. Não nos parece que isto seja tão excessivamente difícil como a S. Exª se figura.

Explicar, tanto quanto seja possível praticamente, pelo sistema de Froebel, as noções elementares da astronomia, da física, da química e da biologia é incomparavelmente mais simples e mais fácil do que a Prosódia, do que ensinar a Sintaxe, do que ensinar a Etimologia. E não obstante nas escolas primárias ensina-se a gramática com todas as suas partes; ensina-se, além disso, a geografia; ensina-se a doutrina cristã com a metafísica de todos os sacramentos, com os nomes de todas as virtudes, com enumeração de todos os pecados; ensina-se ainda a história e a civilidade; finalmente, chega-se a ensinar o Manual Enciclopédico do Sr. Emílio Monteverde!

Não há noção alguma nas ciências físicas e nas ciências naturais tão difícil de explicar a uma criança como esta simples coisa que debalde se lhe procura ensinar há tantos anos nas nossas escolas — o que é o substantivo. De todos os fenómenos do calor, do movimento, da luz, do som, da eletricidade, do tempo, de todos os modificadores físicos, químicos, biológicos e até sociais, de tudo quanto mais ou menos diretamente pode afetar os sentidos ou influir positivamente nos factos — do princípio da gravitação na astronomia, da junção ou disjunção das moléculas na física, da coesão ou dispersão dos

átomos na química, da nutrição, do crescimento e da reprodução na biologia — é possível dar às crianças uma ideia lúcida. Das partes da oração desafio quem quer que seja a achar uma teoria que elucide perfeitamente a compreensão rudimentar de um menino.

Aquilo portanto que, segundo o sistema que propusemos, pareceu ao Sr. Zeferino uma complicação absurda é apenas uma simplificação lógica.

Passando em seguida a examinar as bases sobre as quais nós desejaríamos que se organizasse a instrução secundária ou o ensino médio integral ou enciclopédico, o Sr. Dr. Zeferino dedica-nos os seguintes períodos, que pedimos vénia para reproduzir integralmente:

"Na instrução secundária cabe a parte chamada abstrata de todas as grandes ciências que constituem a exegese moderna segundo a admirável genealogia de A. Comte: a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia e a sociologia.

"Na instrução superior tem lugar a parte concreta das referidas ciências ou a sua aplicação a qualquer dos ramos da atividade intelectual.

"Aqui o Sr. Ramalho assumiu as proporções de um semideus.

Fugiu da terra com a sua universalidade científica, colocou-se à mão direita de Deus Padre Todo-Poderoso, e legislou para os bem-aventurados espíritos daquela celeste mansão!

"Desgraçada educação científica é esta, colhida nos livros de A. Comte e os seus discípulos, se ela leva o homem a tais resultados!

"No entender do Sr. Ramalho a instrução secundária ou o ensino médio, que se deve prolongar até aos 18 ou 19 anos, deve ser universal.

"É por meio de um forte ensino médio, comum a todos os cidadãos, qualquer que seja o estado, a profissão ou a jerarquia de cada um, que uma verdadeira democracia se afirma na civilização e no progresso", diz S. Exª a página 29.

"A. Comte escreveu um curso de filosofia positiva, que é um estudo de todas as ciências fundamentais por ele classificadas na segunda lição. O curso de filosofia positiva deve ser, portanto, o livro que se deve colocar na mão de todo o cidadão, qualquer que seja o seu estado, profissão ou jerarquia, quando vai estudar a instrução secundária. Num país sabiamente governado, como o Sr. Ramalho deseja que seja o nosso, deve o livro de A. Comte ser o livro de estudo de todos os portugueses, desde o filho das serras que tem de cultivar o casal para o sustento dos seus, até ao Sr. Ramalho que estuda os problemas mais audaciosos da ciência para nos dizer tudo isto, para nos dirigir e ensinar deste modo, para ensinar a comissão que o Governo encarregou destes estudos, para ensinar um país onde a ignorância é universal, crassa e supina.

"O Sr. Ramalho teve a ideia majestosa de formar do país dos ignorantes um país de sábios, como A. Comte se não cansa de chamar aos que seguirem e compreenderem o seu plano de estudo.

"Grande e louvável patriotismo é este que só podia ser produzido "por um banhista da Cruz Quebrada, escrevendo sobre o joelho, à sombra de um parreiral, sem livros, sem sugestões literárias, inspirado por um moinho de vento, ou pelas rolas que emigram, cortando o sereno azul com a palpitação do seu voo". A confissão justifica o confessado.

"Estes problemas, Sr. Ramalho Ortigão, não se estudam à sombra dos parreirais, com a inspiração dos moinhos de vento e das aves. Estes problemas estudam-se seriamente nos gabinetes.

"Colhidos os dados pela observação, pensam-se e discutem-se as leis a que esses dados se sujeitam, contraprovam-se em seguida essas leis pelo juízo doutros analisadores, e só depois de maduro pensar, de rigorosa verificação, se entregam ao mundo da publicidade, se expõem à estranha apreciação.

"O Sr. Ramalho incorre na falta de quem reproduz mais do que produz.

"Se pelo seu trabalho próprio, pelo seu bem dirigido pensamento, assimilasse a justa ideia do ensino integral, como hoje é recomendado e exposto por todos os apóstolos da filosofia positiva, não viria fazer de tão útil medida uma exposição falsa, e tão falsa que seria a sua completa condenação.

"Veja o Sr. Ramalho com cuidado os artigos escritos por Paulo Robin na esplêndida exposição deste ensino, publicados nos números 5, 7 e 9, da Revista de Filosofia Positiva.

"Na exposição que faz Littré no tomo 71 desta mesma publicação, de um projeto de reforma apresentado pelo Dr. Picot em 1871, tendo por fim a reorganização da instrução pública na França, verá o Sr. Ramalho que o ensino superior que Picot quer seja professado em dez universidades é distribuído em sete faculdades, contendo as cinco primeiras o estudo das seis ciências fundamentais, a sexta compreendendo uma faculdade de medicina e a sétima uma faculdade de direito.

"Nesta exposição, diz Littré: "Nos países mais adiantados, apenas é obrigatório o conhecimento da leitura e escrita. O Sr. Picot quer aproveitar a oportunidade da reorganização para colocar a França não só ao nível, mas acima das regiões que têm levado mais longe a difusão popular da instrução."

"Veja o Sr. Ramalho que para tão alto fim o Doutor Picot coloca o estudo das seis ciências fundamentais na instrução superior, que é perfeitamente facultativo, ao passo que o Sr. Ramalho quer o estudo destas ciências obrigatório para todos, e o seu estudo único, completo, na instrução secundária! "

Permita-se-nos que comecemos por levantar do texto desta exposição uma frase que consideramos importantíssima com quanto pareça estranha à doutrina e relativa unicamente à nossa individualidade. O Sr. R. incorre na falta de quem reproduz mais do que produz.

Precisamos de declarar desde já, de pronto e categoricamente, ao Sr. Dr. Zeferino, a todos os nossos leitores, ao público e sobretudo ao nosso médico, que nunca na nossa vida fizemos cientemente mais do que reproduzir ou quando muito transformar. Produzir, isto é: ter ideias pessoais, de gestão própria pela fecundação do nosso próprio ovo operada por nós mesmos — como Augusto Comte num a das intercadências da sua razão, na crise mística do seu cérebro, imaginou na "virgem mãe" — ter finalmente uma ideia nova, uma só que seja, é estar por esse simples facto fora da humanidade, mais ainda: é estar fora da natureza, e é atacá-la na lei das uniformidades de sucessão que constituem o modo de ser universal.

Em todo o trabalho imenso de codificação e metodização das ciências que forma a obra colossal de Augusto Comte, um dos maiores monumentos do espírito humano, tudo é sabido, tudo é velho, com exceção de uma única parte: a política positiva, mas esta parte — nova — não é um fenómeno científico, é um sintoma patológico: autor da política positiva tinha enlouquecido.

Emprazamos pois o Sr. Dr. Zeferino para que nos diga quando foi que as Farpas produziram o que quer que fosse!

Porque, se efetivamente produzimos, passamos nesse caso a solicitar da beneficência pública um colete de força.

Há novas ideias, há ideias originais, há produção espontânea no nosso cérebro? Se há, digam-no, porque nesse caso trocamos imediatamente o caminho da Tipografia Universal pelo caminho de Rilhafoles.

Se temos ideias nossas — vejam lá bem! — se as temos, deixamos imediatamente de pertencer ao público; pertencemos ao Dr. Craveiro.

Quer ver agora o leitor paciente em que termos a falsidade da nossa exposição, a nossa leviandade, a nossa falta de contraprovas pelos juízos de outros analisadores, etc., se acha confirmada pela escola positivista, em nome da qual única e exclusivamente o Sr. Dr. Zeferino nos verbera como se isto fosse uma questão de escola e não uma questão de ideias?

A escola positivista não tem por único definidor geral o Sr. Dr. Zeferino, possui um órgão oficial, a Revue de Philosophie Positive, dirigida pelos senhores Littré e Wirouboff e citada pelo mesmo Sr. Zeferino como o código fundamental da sua doutrina.

Nesse código, que é ao mesmo tempo a carta constitucional e a carta adorada de S. Exª, tomo 10, páginas 233, lê-se:

ENSINO SECUNDÁRIO

É aqui o coroamento do ensino enciclopédico. A soma dos materiais e das noções concretas amontoadas até aqui (NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA) é

suficiente para permitir ao espirito abranger o conjunto das ciências abstratas cuja classificação dei já. ESTA CLASSIFICAÇÃO ACHA-SE A PÁGINAS 226 E 227, EXPOSTA NOS TERMOS SEGUINTES:

Instrumentos de aquisição leitura escrita Ciências propriamente ditas matemática astronomia física química biologia sociologia Tal é a única classificação verdadeira das ciências, tal é também o único plano racional de uma educação cientifica integral ou enciclopédica.

Cremos que o leitor tem compreendido bem os termos em que pomos a questão.

As palavras que acabamos de transcrever em itálico são traduzidas à letra de um extenso artigo em que o Sr. Lafargue, colaborador da Filosofia Positiva, coloca na instrução secundária — a parte abstrata das seis ciências fundamentais de Augusto Comte.

O que quer dizer: que a opinião emitida por nós e que o Sr. Dr. Zeferino classificou de absurda unicamente por não ter sido contraprovada pelos analisadores competentes, mestres da filosofia positiva, está precisamente não só contraprovada mas prescrita pelos referidos analisadores e mestres no último trabalho consagrado por eles à revisão dos programas do ensino público.

Veem portanto que o que nós trouxemos da praia da Cruz Quebrada, da convivência das rolas, dos moinhos de vento e da babugem das marés — justamente com alguns safios que tivemos a fortuna de pescar à linha na rocha do Bico — foi uma teoria autenticamente confirmada, contraprovada e garantida.

O que o Sr. Dr. Zeferino nos envia do recesso das bibliotecas donde vem, do mistério dos laboratórios em que tem vivido, do conciliábulo dos decanos universitários com quem comunica, é um puro erro de exposição tão erudito quanto flagrante procedente talvez de S. Exª não ter querido ler para a averiguação deste ponto senão até o tomo 7 da Filosofia Positiva.

O tomo 10 tinha chegado em Setembro passado à Cruz Quebrada, e era precisamente à mão desse tomo que nós nos achávamos — bem como, de vez em quando, à do nosso banheiro — e não à de Deus Padre Todo-Poderoso, como o nosso amável doutor teve a bondade de acreditar que nos supúnhamos.

Se ousássemos imitar o estilo sacerdotal e jeremíaco do Sr. Zeferino, nós poderíamos exclamar: Desgraçada educação universitária é esta colhida clandestinamente nos livros de Augusto Comte e os seus discípulos, se ela leva os doutores a tais resultados!

Em vez de declamações estéreis, nós preferimos todavia dizer a V. Exª verdades simples e sinceras.

Quer S. Exª que lhe digamos francamente, em boa amizade, onde é que nos supomos!? Supomo-nos na anarquia, na confusão, na indisciplina de ideias, de princípios, de leis morais, em que afundiu a sociedade de que fazemos parte. Achamo-nos, por um lado, sem as crenças em que se baseava o princípio da fé no mundo velho, e, por outro, sem as convicções científicas que deviam fortalecer e nobilitar a alma nova. Nós mesmos somos um produto do meio viciado em que estamos, somos uma criatura humilde, e obscura, mas legítima da sociedade a que pertencemos. Somente, dentro da limitada esfera das nossas forças pessoais, nós resistimos e protestamos. Resistimos pelo impulso de uma vontade honesta, isolada. Protestamos contra a educação que recebemos; protestamos contra as nossas instituições de ensino que julgamos absolutamente incapazes de criarem homens fortes, instruídos e honestos; protestamos contra a imoralidade progressiva e contra a corrupção crescente que essas instituições alimentam e mantêm; protestamos, finalmente, contra a geral indiferença dos espíritos por este estado de coisas, indiferença que ameaça rebaixar-nos até o ponto de poder converter-nos em — um país de gaiatos.

Quando alguma vez tocamos com mão inexperiente alguns problemas difíceis e graves não é porque tenhamos audácia de presumir resolvê-los como um ente superior e imaculado. O que temos — não por excecional elevação de espírito mas por alguma retidão de carácter — é o princípio da simples honestidade que obriga todo o homem a quem o acaso distribuiu uma pena a

ir pondo sucessivamente a sua palavra diante de cada uma das interrogações que lhe sugere a sua alma.

Se nos temos arrojado a emitir algumas teorias, como, por exemplo, a da arte, a da religião, a da pátria, a da família, a do casamento, a do divórcio, a do trabalho, se temos discutido algumas instituições como a Imprensa, o Teatro, o Exército a Igreja, a Coroa, o Parlamento, o Ensino, etc., se sobre alguns ou muitos, ou todos esses pontos temos divulgado opiniões diferentes ou opostas às opiniões consagradas — é com uma profunda convicção de solidariedade e de responsabilidade que o temos feito, não com o intento de que a nossa palavra prevaleça no destino das soluções, mas para que ela ateste em público a presença de um espírito em dissidência e em revolta, o qual, em nome de outros espíritos em condições análogas, nada mais pede do que ser esclarecido e guiado.

Quando porém vemos que as mais altas e importantes questões suscitadas pelas Farpas ninguém mais as discute nem as elucida na esfera competente, na esfera científica, na esfera filosófica, que querem que julguemos senão que essa esfera na sociedade portuguesa está arrefecida, desabitada, e não é mais que um pobre planeta exausto, morto, inútil, perdido nas solidões do espaço?

O Sr. Dr. Zeferino repreende a severidade com que apreciamos a ignorância do País a ponto de nem no menos encontrarmos quem possa estudar os vícios da nossa instrução. Não sabemos se há quem possa estudar os vícios da nossa

instrução; o que sabemos é que não tem havido quem os estude. E isto não é uma hipótese, é um facto. Quarenta anos de dissolução inveterada e de decadência progressiva só se explicam por quarenta anos de inépcia demasiadamente provada e perfeitamente manifesta.

Outro ponto que S. Exª controverte é o do princípio do concurso, que nós queremos abolido e que S. Exª deseja que continue em vigor.

Nesta parte ainda é o Sr. Dr. Zeferino quem se encontra em desacordo com os livros que cita para nossa lição.

Na Filosofia Positiva, tomo 8, páginas 24 a 58, vem um artigo do Sr. Georges Pouchet intitulado O ensino superior das ciências, no qual a necessidade de abolir o concurso no interesse do ensino, segundo a organização alemã, necessidade exposta pelas Farpas, é mantida pelo autor como a base de uma reforma urgente no professorado francês.

As curiosas afirmações do Sr. Zeferino: Um sábio que dá inferior prova num concurso oral prova "ipso facto" a necessidade de ser excluído do ensino; — Os sábios não são os melhores mestres; — O concurso não exclui senão os inábeis; O concurso afasta do ensino a perigosa intervenção das incompetências; — têm no artigo referido uma refutação plena em argumentos sólidos e em factos precisos.

Frederico Savigny, o insigne mestre de direito romano, o criador da jurisprudência histórica e um dos primeiros professores do mundo, dizia do

alto da sua cadeira na Universidade de Berlim, segundo se lê na autobiografia do seu discípulo Jacob Grimm, que o concurso oral era a porta aberta às mediocridades.

O mesmo Jacob Grimm, o ilustre filósofo, descobridor da grande lei do deslocamento das consoantes nas línguas indo-germânicas, criador do método histórico das línguas, professor de literatura alemã na Universidade de Goettingue, tinha uma invencível dificuldade de exposição, e era pelo grande e sincero esforço que empregava para se exprimir claramente e pela paixão profunda que consagrava às verdades do seu método que ele conseguia atrair a atenção dos seus discípulos e fixá-la nos elevados assuntos que o preocupavam.

Na Universidade de Coimbra vemos — por o que diz o Sr. Dr.

Zeferino — que Jacob Grimm seria "ipso facto" excluído do ensino.

A lista dos erros cometidos pelo Sr. Dr. Zeferino na sua alegação em favor do provimento das cadeiras pelo concurso oral termina com estas palavras: Homens de reconhecido mérito, de subida consideração científica escrevem de forma que ninguém os compreende, ao passo que outros menos instruídos, escrevem com clareza e método muito superior.

Este postulado desautora um positivista e prova simplesmente que o Sr. Zeferino ou não sabe o que é um homem de reconhecido mérito e consideração científica (qualificações que só cabem à superioridade intelectual

que resulta exatamente da posse de um método), ou não sabe o que é escrever com clareza e com método, confunde o estilo e o palanfrório, e não diferença as qualidades literárias que distinguem os grandes livros dos livros medíocres e banais.

Pelo que diz respeito ao método que indicamos para a adoção dos compêndios, não podemos tão-pouco conformar-nos com o Sr.

Dr. Zeferino em que esse método esteja em desacordo, por qualquer modo que seja, com a instituição dos privat docenden.

Os compêndios não são mais que um desenvolvimento complementar dos programas, e nada têm de comum com o modo como devem ser escolhidos os professores.

Como parte integrante do nosso sistema, a referência aos compêndios tem ainda a vantagem de mostrar ao Sr. Dr. Zeferino que não é pelo Curso de Filosofia Positiva, de Comte, mas sim por livros especiais expressamente feitos para esse fim que nós desejaríamos que se ensinasse aos alunos de instrução secundária a parte abstrata de cada uma das seis ciências fundamentais.

Há várias outras proposições do Sr. Dr. Zeferino que provam lamentavelmente quanto o espírito esclarecido de S. Exª está longe da positividade filosófica.

"O Estado — afirma por exemplo S. Exª — tem todo o direito e obrigação de intervir nos concursos."

Parece-nos perigoso positivista o que assim demonstra ignorar as leis mais gerais da doutrina que imagina professar, e tendo lido Comte, Littré, Robin, Wirouboff, Lafargue, todos os eminentes sistematizadores, desconhece ainda o princípio fundamental em sociologia: — que o Estado se acha constituído metafisicamente e que a sua intervenção direta e constante no ensino esmaga a autoridade espiritual da ciência, corrompe-a nas suas fontes, e perverte-a nos seus fins.

Segundo S. Exª, a posição social dos que aprendem é uma circunstância que importa atender na fixação dos programas, não convindo sobrecarregar de noções científicas o filho das serras que tem de cultivar o casal para sustento dos seus.

Aqui a intenção patética do estilo, menos próprio talvez de um matemático e de um filósofo moderno que de um velho autor de novelas pastoris, encobre um outro gravíssimo erro de doutrina. Com exceção dos cursos de aplicação, a instrução facultada a um povo — no ensino primário e no ensino médio não distingue a condição social dos indivíduos e tem unicamente em vista preparar homens com a soma de ideias indispensáveis para serem simplesmente — homens, isto é, para não quebrarem por meio do desequilíbrio do seu peso bruto os elos mais altos ou os mais baixos da extensa cadeia da dignidade e da

solidariedade social. O filho das serras que tem de cultivar o casal para sustento dos seus é alguma coisa um pouco mais definida do que uma paráfrase bucólica; chama-se na indústria um agricultor, chama-se na política um cidadão, chama-se na família um pai, e não se chama um filho das serras senão na crítica filosófica do Sr. Dr. Zeferino.

Como cidadão, como chefe de família, como agricultor, esse indivíduo a quem a prudência do Sr. Zeferino não distribui mais alimento espiritual que a cartilha e as quatro espécies, precisa no entanto para cultivar o seu campo e para educar os seus filhos, sem perigo para a civilização, de uma variedade de conhecimentos muito mais vastos do que aqueles de que necessita um catedrático da Faculdade de Matemática na Universidade de Coimbra para explicar aos seus alunos o cálculo das funções diretas.

O Sr. Dr. Zeferino diz ainda: "O estado da civilização em geral e em particular do país para que se legisla são outras "causas" que modificam a distribuição da instrução."

Se o que S. Exª pretende enunciar neste período confuso é como deduzimos por concordância com os períodos anteriores que no modo de distribuir a instrução se deve atender ao estado da civilização variável segundo os países para que se legisla — temos de lembrar-lhe que essa delimitação geográfica é inadmissível na ciência e por conseguinte na instrução.

A Europa, como S. Exª bem sabe pela leitura dos filósofos seus confrades, é uma grande confederação espiritualmente indivisível, com interesses mentais comuns a todos os povos.

A paz e o progresso dependem essencialmente dessa unificação intelectual, que todos os pensadores modernos se esforçam por levar a efeito, e que o Sr. Dr. Zeferino — um filósofo e um positivista — pede, simplesmente, em nome da filosofia e em nome da positividade, que se desgregue e se delimite com relação a cada Estado!

Em nome da ciência, que o Sr. Dr. Zeferino cultiva, pedimos-lhe que se resigne a aceitar o princípio que as Farpas expressaram na única fórmula verdadeira: o que um país deve aprender não se restringe por considerações de espécie alguma além desta — o que esse país pode ensinar.

As aberrações a que nos temos referido levar-nos-iam a duvidar que o Sr. Dr. Zeferino fosse um positivista, a recusar-lhe talvez inteiramente essa qualificação, se a sua palavra nos não merecesse todo o crédito e não fosse S. Exª mesmo quem afirma ser o apóstolo dessa religião sublime, pregada pelo autor da filosofia positiva.

Resta-nos pois desejar-lhe que o continue a ser por muitos anos e bons, e que a deusa Sabedoria o preserve dos grandes perigos que se nos figuram apensos aos seus trabalhos de evangelização na senda resvaladiça das simbólicas ladeiras coimbrãs!

Augusto Comte, como S. Exª muito bem sabe, foi um homem duplamente dotado com um grande génio e com uma dispepsia. Do génio resultou a criação da filosofia moderna, que o imortalizou. Da dispepsia resultou uma afeção do cérebro e da espinhal medula que lhe invadiu as faculdades e o arrancou da ciência para a sepultura. Deixou duas heranças distintas: a obra do seu génio e a obra da sua dispepsia. Os discípulos tomaram conta de tudo, repartiram, e ficaram divididos em dois grupos diversos. O primeiro grupo, presidido pelo Sr. Littré, recebeu a herança do génio. O segundo grupo, presidido pelos senhores Robinet e Laffite, recebeu o legado da dispepsia.

E assim ficaram existindo, um por trás do outro, dois positivismos diferentes.

Ora o que nós vivamente receamos é que o intenso esforço impulsivo que o espírito tem de fazer sobre si mesmo para saltar do metafisismo universitário para a filosofia positiva leva alguns dos catecúmenos conimbricenses a exagerarem o pulo, passando por alto o positivismo científico e caindo de chofre no positivismo Laffite. Por tal modo, em vez de procurarem reformar as suas ideias, os seus sentimentos e os seus actos segundo o critério científico, darão consigo na preocupação da ortodoxia e no cultismo das formas, e não se afirmarão na reconstituição dos princípios senão redigindo bulas e breves contra os heréticos, e acolitando o Sr. Zeferino Cândido apóstolo, e o Sr. Emídio Garcia pontífice, junto ao altar de Madame de Vaux para a celebração das festividades do — grande Ser.

CAPÍTULO XXI

A EDUCAÇÃO DAS MULHERES

Setembro, 1877.

Os jornais do mês passado transbordaram de anúncios e de notícias pouco mais ou menos do teor seguinte:

"Mais um florão acaba de ser acrescentado à coroa da Sra. D. Jerónima, diretora do bem conhecido e acreditado colégio da nossa Senhora da Santíssima Purificação, rua de tal, número tal, quarto andar, lado esquerdo. Foi ontem examinada em instrução primária e aprovada com dez valores, no Liceu Nacional, a menina Elvira Fernandes, aluna do referido colégio. O nosso amigo Policarpo Fernandes, extremoso pai da jovem examinanda, profundamente grato ao zelo da Sra. D.

Jerónima e aos carinhos dos examinadores da sua débil e tímida menina, a todos consagra, por este meio, seus indeléveis agradecimentos."

A inundação dos artigos deste género prova que o exame público no Liceu começa a tornar-se um fim na educação ministrada às meninas nos colégios de Lisboa.

A pedagoga Sra. D. Jerónima envida toda a honra da sua tabuleta, todas as ideias da sua cuia e toda a atividade dos seus chinelos de trazer nas classes,

para dotar com o maior número de exames as alunas confiadas às reclames das suas distribuições de prémios.

Este ano a menina Fernandes foi aprovada em instrução primária. Para o ano próximo será aprovada em francês. Daqui a três anos obterá igual êxito com relação à língua inglesa.

O Sr. Fernandes, cada vez mais reconhecido, terá publicado a esse tempo dez ou doze agradecimentos ao esclarecido zelo da Sra. D. Jerónima, e recobrará completamente educada a sua filha. A infatigável e benemérita professora dá-a por pronta para entrar na sociedade mais escolhida. Ela sabe as línguas, toca o piano e tem, segundo o programa da Sra. D. Jerónima, as prendas de mãos próprias do seu sexo. Estas prendas consistem em fabricar palmitos de papel e em bordar entes fabulosos, de uma monstruosidade mitológica, feitos a lãs, a matiz, ou a missanga, com olhos de vidro, beiços de vidro, e lágrimas também de vidro, sobre um retalho de pano que se encaixilha e que tem por baixo, a ouro, a data da confeção do monstro feita em cruz; e em formosas letras de bastardinho, igualmente a canotilho de ouro:

Elvira Fernandes me fecit.

Ao fim de um ano de vida doméstica, D. Elvira esqueceu as línguas, das quais aprendeu precisamente o indispensável para escapar, caindo-lhe um tema fácil e um examinador carinhoso, como muito bem dizia Policarpo nos seus anúncios de agradecimento. Esqueceu as línguas, porque as não pratica na

conversa ou no estudo, e não sabe uma palavra das leis da linguística, que fixam e sistematizam os conhecimentos teóricos da formação das palavras.

Resta-lhe a faculdade de patinhar no piano a Prière d'une vierge ou Les cloches du village, e de continuar a bordar em seda ou em casimira os abortos que derramam compungidamente o seu choro de vidrinhos nas almofadas do salão, aos cantos do sofá, e sobre os assentos das poltronas.

Policarpo reconhecerá então — demasiado tarde, ai de mim!, ou antes "ai dele!", ou melhor ainda "ai de nós todos!" — que D.

Elvira possui, no estado mais exemplarmente enciclopédico, a ignorância cabal de tudo quanto precisa de saber a mulher para ser na casa uma das rodas em que versa a família sensata e dignamente constituída, na qual Elvira tem a sua difícil função que exercer como filha, como irmã, mais tarde como esposa, e finalmente como mãe.

De tal modo os exames das meninas no Liceu Nacional comprometem absolutamente os fins da educação, desviam-na do verdadeiro ponto de vista pedagógico, são uma ostentação ridícula, ofendem o bom gosto, desprimoram a delicadeza e a dignidade senhoril, assopram o pedantismo, incham a frivolidade e incapacitam a mulher para a missão a que ela é chamada na família.

Entendemos portanto que — desde o momento em que Fernandes é bastante obtuso para não prever os perigos da falsa educação ministrada a sua filha e

não só não protesta contra o programa absurdo de D. Jerónima, mas antes endereça aplausos de um entusiasmo inexcedível — ao Estado cumpre intervir; não se tornar solidário das ilusões de Fernandes; e proteger Elvira.

Como? Retirando a Fernandes e a D. Jerónima o direito de a levarem a exame.

Levar a exame! Só a palavra é um ultraje da dignidade feminil.

Submeter pelo despotismo do direito paterno tudo quanto há mais delicado, mais melindroso, mais suscetível de corromper-se — o espírito virginal de uma menina —, ao interrogatório oficial de um mestre, que durante vinte minutos vai exercer sobre aquela alma a tirania espiritual de um confessor! Um tal inquérito, um tal julgamento, pode ser desculpável na educação de um rapaz, para quem o exame é uma habilitação legal para a sua carreira civil; na educação de uma menina portuguesa semelhante prova é inadmissível e equivale a uma amputação do decoro.

Ora se nenhuma mestra e se nenhum pai tem o direito de cortar as orelhas a uma criança para a tornar mais bonita, assim nenhum pai e nenhuma mestra podem ter a autoridade de fazer examinar uma menina para a tornar mais educada.

Pelo que, a obrigação do Estado seria proibir os exames de instrução primária e de instrução secundária para todas as pessoas do sexo feminino que não juntem ao requerimento de matrícula atestado de maioridade e de emancipação legal.

Em um exame de instrução primária num dos nossos liceus deu-se este diálogo:

O examinador — Que faz a menina quando se vai deitar?

A examinanda — Quando me vou deitar...

O examinador — Sim. Quando se vai deitar o que faz? Diga.

A examinanda — (corando até à raiz do cabelo e baixando os olhos) — Quando me vou deitar, dispo-me.

O examinador — E depois de se despir?... Responda! Depois de se despir o que faz?... A menina não ouve?... Ou finge que não ouve?!... O que faz depois de se despir?

A examinanda — Tenho vergonha...

O examinador — Não tenha vergonha. Responda para diante!

A examinanda — Depois de me despir o que eu faço é...

E neste ponto a examinanda, com a face afogueada pelo rubor do pejo, com os olhos cheios das lágrimas do terror, na língua adorável dos cinco anos, nessa língua que os homens só falam às suas mães na pureza da inocência primitiva, nesse dialeto infantil ainda mais casto do que as línguas mortas, traduziu a locução de Plínio: urinam ex se emittere.

O professor a que nos referimos foi intimado a não prosseguir pelo presidente da mesa, o Sr. Augusto Soromenho, cujo testemunho invocamos.

É assim que nos exames de instrução primária se averigua se as alunas sabem ou não "civilidade".

Se a Sra. D. Jerónima carece das noções precisas para dirigir a educação de uma menina, é preciso dar-lhe essas noções, ou proibi-la de educar, restringindo o direito de corromper a inteligência da infância.

A reforma da instrução das mulheres é em Portugal ainda mais urgente que a da instrução dos homens.

As línguas não constituem instrução, porque não ministram conhecimentos, são apenas meios de os adquirir.

Esses conhecimentos indispensáveis à mulher deveriam constar, na educação elementar, dos seguintes ramos de ensino:

— Curso de asseio e de arranjo;

— Curso de cozinha (química culinária);

— Contabilidade, escrituração e economia doméstica.

No curso do primeiro ano dos colégios toda a menina aprenderia, juntamente com as necessárias habilitações literárias para adquirir ideias, as seguintes noções práticas:

Os processos científicos mais perfeitos de lavar e de enxugar a roupa branca, o fato, as rendas finas, os tules, as sedas, os tapetes, as esponjas, as escovas; de conservar e consertar todos os objetos do uso doméstico; de regular o uso do banho, de lavar o cabelo, de fazer os melhores pós de dentes, a melhor pomada, a melhor água de toilette; de arejar e de desinfetar os aposentos; de polir os metais e as madeiras; de encerar os soalhos; de limpar os vidros e as lâminas dos espelhos; de envernizar os quadros; de consertar os livros e as estampas: aprenderia ainda os métodos mais higiénicos ou mais racionais: de escolher os aposentos de uma casa, segundo o fim a que cada um deles se destina; de dispor os móveis, de pendurar os quadros; de colocar a bateria das caçarolas; de montar a despensa e a garrafeira; de fazer os inventários e os róis; de dobrar e guardar a roupa branca e a roupa de mesa em lotes numerados; de pôr a mesa para os grandes e para os pequenos jantares.

Este curso completar-se-ia com algumas noções acessórias: dos diferentes géneros de mobília e do seu estilo característico nas épocas mais notáveis da história da arte ornamental; das principais louças, vidros, cristais, tecidos empregados nos estofos da mobília e no vestuário, e história da fabricação desses estofos.

No curso de química culinária, do segundo ano do colégio, a menina aprenderia, primeiro que tudo, a fazer um caldo.

O caldo é a base de toda a alimentação sabiamente dirigida, não porque o caldo de per si só constitua um alimento importante, mas porque é o caldo bem feito que estimula o sistema intestinal e o habilita para uma boa digestão.

Toda a mulher que não sabe fazer um caldo deveria ser proibida de dirigir uma casa. Sobre a ignorância culinária da maior parte das senhoras portuguesas pesa a responsabilidade tremenda da dispepsia nacional.

Não temos estômagos sãos porque não temos mulheres instruídas.

Esta afirmação pode parecer uma fantasia de estilo; é uma pura verdade fisiológica, e é um facto social. Em Lisboa ignora-se completamente o que é um caldo, porque esse delicado produto químico só o sabem preparar os cozinheiros de 5000 francos de ordenado. As famílias que não podem agregar-se funcionários desse preço e que não são dirigidas por senhoras que saibam o seu ofício tomam, em vez de caldo, um líquido gorduroso e opaco, mais ou menos condimentado e indigesto. A condição essencial do caldo bem feito é que ele contenha quantidade de matérias odoríferas extraídas da carne (vide Liebig), que não tenha o menor vestígio de gordura, que seja aromático e perfeitamente transparente.

Se tivéssemos alguma esperança de que a Sra. D. Jerónima o ensinasse às suas educandas, dir-lhe-íamos como um caldo se faz. Mas a Sra. D. Jerónima acha mais útil ensinar o que é o substantivo. Como se alguém no mundo precisasse, para o que quer que fosse, de saber o que o substantivo é! Como se imensas

pessoas (em cujo número nos contamos), não estivessem mesmo convencidas de que jamais existiu na natureza o substantivo, e que ele é uma pura quimera, menos interessante que o papão!

Há todavia no mundo quem não seja inteiramente da opinião da Sra. D. Jerónima. Um dos sábios mais eminentes do mundo atual, o Sr. Wirchow, demonstrava há pouco tempo em Berlim que a íntima correlação que existe no seio de uma sociedade entre a condição das mulheres e o progresso da civilização depende de uma outra correlação não menos íntima que existe entre a mulher e a cozinha. O principal agente do temperamento de um povo, do seu carácter, da formação das suas ideias, é a sua alimentação. É principalmente pela sua influência na cozinha que a mulher civilizada governa o mundo e determina o destino das sociedades.

Em Londres, os mais importantes jornais, como a Quarterly Revieu, têm chamado para este assunto a atenção dos poderes públicos e da iniciativa particular por meio de muitos artigos sucessivos acerca da regeneração da cozinha, da arte de jantar, do estudo comparativo das cozinhas dos diferentes povos, etc.

A Inglaterra compreendeu finalmente que a circunstância de não saberem as suas mulheres fazer bom caldo constituía uma inferioridade nacional e comprometia o destino do povo inglês. Para remediar este mal, que obstava ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento físico e moral dos seus habitantes,

a Inglaterra fundou, em 1876, um notável estabelecimento público de educação feminina, intitulado Escola Nacional de Cozinha. O número das alunas matriculadas na nova escola subiu rapidamente a cerca de duas mil. Para satisfazer as necessidades do ensino foi preciso estabelecer não menos de vinte e nove sucursais da escola de cozinheiras.

Entre as alunas que frequentam essas escolas figuram meninas das mais aristocráticas famílias da Inglaterra. Algumas estão inscritas como simples ouvintes, e assistem aos trabalhos tomando as competentes notas nos seus cadernos; muitas outras atam o avental e descem aos processos, indo trabalhar alegremente à banca das operações, ou junto do fogão, vigiando a caçarola e o espeto.

Um só facto basta para evidenciar a vantagem desta espécie de ensino na economia doméstica: As classes de cozinha da instituição britânica estão divididas em várias secções dependentes do orçamento a que as famílias têm de cingir as suas despesas; há uma secção destinada a ensinar os meios de alimentar do modo mais higiénico e mais agradável uma família que não possa aplicar à cozinha mais que uma verba de 1$600 réis por semana! Em Portugal tão descurado está este importante assunto que, não obstante a fertilidade do nosso solo e a benignidade do nosso clima, é inteiramente impossível estabelecer com 1$600 réis por semana um conveniente regime alimentício para uma família de quatro pessoas.

O curso de cozinha nos colégios portugueses deveria ser organizado praticamente, como na Inglaterra, ensinando-se às alunas o valor químico das principais substâncias empregadas na alimentação, o seu preço ordinário no mercado, a sua ação fisiológica sobre o nosso organismo, o modo de variar os jantares segundo as ocupações de cada dia, segundo o temperamento de quem tem de os assimilar, e segundo as estações do ano em que eles houverem de ser feitos.

No curso de contabilidade do terceiro ano dos colégios, as alunas deveriam aprender a escriturar metodicamente a receita e as despesas da família, supostos dados rendimentos, desde os mais estreitos até os mais avultados, calculando desde o princípio do ano o modo de manter o balanço entre as posses e os gastos, lançando em conta de receita todos os proventos e fixando-se nas verbas de despesa proporcional nos diferentes capítulos orçamentais: a renda da casa, a aquisição e os reparos da mobília, o vestuário, o serviço, a iluminação, a lavagem, as despesas imprevistas, e o fundo de reserva — verba essencial, indispensável em todo o orçamento grande ou pequeno, de toda a casa sabiamente dirigida.

Fortalecida com a educação feita nestas bases, esboçadamente expostas, a mulher terá dado o primeiro passo definitivo para a sua verdadeira emancipação. Porque emanciparmo-nos não é em último resultado mais do que isto: habilitarmo-nos a prestar na sociedade serviços equivalentes ou superiores àqueles que recebemos. Com a mulher invencivelmente armada

com as aptidões que requisitamos para que ela seja a alma do governo doméstico, o casamento deixa de ser a ruína com que nos ameaça o prolóquio vulgar: uma casa é uma loba. Não; a casa, dirigida como a mulher deveria aprender a dirigi-la, é a ordem, o método, é a economia, é a estabilidade, é a fixação do destino, é o baluarte do homem. A função da mulher bem-educada é essencialmente protetora. Na luta da vida por meio da aliança conjugal e da ligação doméstica, o homem é a espada, a mulher é o escudo. O fim da educação feminina é compenetrar a mulher da responsabilidade da sua missão e fortificar-lhe o braço que tem de ser o nosso amparo querido, o nosso doce refúgio.

Se a mulher imagina que o casamento, seu natural destino, é um facto dependente dos encantos da sua beleza e do seu agrado, a mulher engana-se deploravelmente. Os modernos trabalhos estatísticos provam com factos, num período de cem anos, que o número dos casamentos está sempre em relação constante com o preço dos trigos. Se o pão encarece, os casamentos diminuem. Á baixa do preço do pão corresponde, pelo contrário, uma elevação proporcional do número de casamentos. O casamento, portanto, é um facto moral estreitamente ligado não a um fenómeno estético mas a um fenómeno económico. A base do casamento é a economia. A economia doméstica é a primeira das aptidões com que deve dotar-se a mulher.

Em todos os países civilizados, por toda a parte do mundo, a educação da mulher está passando por uma revolução profunda suscitada pelos esforços de

todos os pensadores. A educação vulgar da mulher moderna reconheceu-se que constituía um elemento dissolvente da dignidade e da aspiração das sociedades contemporâneas. Na antiga Roma, a doçura, a graça, a ternura, todos os atrativos sentimentais que ainda hoje vemos cultivados na educação das mulheres honestas, eram atributos exclusivos das cortesãs. Notou um crítico como nas comédias de Plauto as matronas não conhecem as efusões e os arrebatamentos da paixão; não são tímidas nem cismadoras; têm o ar decidido, falam em tom firme e viril. As meninas ricas eram educadas em casa com os seus irmãos por escravos instruídos e letrados; recebiam as mesmas lições e estudavam nos mesmos livros. As pobres iam às escolas públicas, no Fórum, juntamente com os rapazes, como atualmente acontece nos Estados Unidos.

Na Idade Média, quando os homens, dedicando-se inteiramente ao ofício das armas, não tinham tempo de cultivar o espírito pelo estudo, as senhoras da alta sociedade, como vemos nas condessas de Champanhe, na mãe de Godofredo de Bulhões, na amante de Abélard, recebiam a mais esmerada educação literária. Sabiam o latim, conheciam os antigos poetas e moralistas e estudavam os elementos da fisiologia e da meteorologia nas obras dos árabes.

Em todas as civilizações a mulher bem-educada se habilita para desempenhar o papel que lhe cabe na harmonia social.

Na nossa época de fria análise, de implacável utilitarismo, a primeira das obrigações da mulher consiste em tornar-se útil.

Ser útil é para ela o grande segredo de ser querida, de ser forte, de ser dominadora. Toda a educação feminina tem de partir deste princípio.

A alta cultura do espírito, tão necessária à mulher para que ela assuma na sociedade a parte do poder a que tem direito, não se ministra nas escolas, adquire-se pelo esforço e pela aplicação individual dirigida por um critério, por um método, por uma disciplina, que a mulher só pode adquirir na grande escola prática da vida doméstica. Todas as noções que nos possa ministrar o estudo das ciências mais superiores estão subordinadas para a sua assimilação no nosso espírito a esta noção prévia: a noção da responsabilidade e do dever. Ora essa noção primordial só a adquire a mulher nas práticas domésticas.

O aperfeiçoamento intelectual das mulheres não só não é incompatível, como algumas julgam, com a perfeita direção do ménage, mas antes depende essencialmente do grave estado de espírito que essa direção impõe.

Em Portugal, onde a ciência do governo da casa é tão lastimosamente ignorada, vejamos quais são as produções do espírito feminino, quais são os frutos da educação literária desaliada da educação doméstica.

Os almanaques da Sra. D. Guiomar Torresão têm o grande valor histórico de serem o repositório desses frutos. É por esses almanaques que a posteridade tem de julgar do valor intelectual das nossas contemporâneas.

Acabamos de folhear do princípio ao fim um número do Almanaque das Senhoras, que temos presente. Temos também presente a Gazeta das Salas, igualmente redigida por senhoras. Deus nos defenda de que qualquer estrangeiro procure julgar, sobre estas produções literárias, do estado do espírito feminino na sociedade portuguesa! Em todas estas coleções dos trabalhos intelectuais das nossas mulheres — sentimos dizê-lo — não há um só artigo grave, sério, meditado, revelando conhecimentos práticos, aspirações elevadas, pensamentos nobres. De tantos problemas sociais que afetam a condição da mulher na sociedade contemporânea e que solicitam a atenção dela, para serem resolvidos pela parte mais interessada e mais competente da humanidade, nem um só foi julgado digno do estudo de alguma das senhoras que fazem imprimir e publicar os seus escritos em Portugal! Estas senhoras produzem versos — não como os de Madame Hackerman, cujos poemas recentemente publicados constituem uma revolução na poesia moderna e são o grito mais profundo e mais lancinante que ainda expediu no mundo a alma mais sedenta de verdade e de justiça — mas sim trovas de uma sentimentalidade de segunda mão, sem ideal, sem paixão, de uma pieguice grotesca. Escrevem também contozinhos ou novelas de amores infelizes, cujas personagens se tratam por excelência e se requebram em artifícios de um dandismo cuja legitimidade está longe de poder ser absolutamente garantida, não dizemos já num congresso de gentlemen, mas num simples tribunal de cabeleireiros. E é para nos dar estes lamentáveis frutos da sua educação

exclusivamente literária, que tanta menina honesta sacrifica o tempo que devia consagrar aos nobres trabalhos do ménage, tornando-se, em vez de uma digna mulher útil, apta para acompanhar, para compreender e para ajudar o homem, uma pobre e mísera criatura neutra, desorientada da vida real, incapaz de qualquer emprego na vida prática, cheia de falsas aspirações, de desenganos e de tédios permanentes!

Compare-se o Almanaque das Senhoras com as coleções estrangeiras colaboradas por mulheres. É esse o melhor modo de reconhecer como a educação prática da ménagère eleva o espírito, e como a educação literária do colégio português o deprime e avilta.

O Jornal das Donas de Casa da Alemanha tem aperfeiçoado profundamente os costumes e os hábitos da vida doméstica.

Na Inglaterra, o texto da grande Revista das Mulheres Inglesas consta de artigos de crítica literária ou de costumes, de filosofia, de fisiologia, de economia política e de economia doméstica, de narrativas de viagens, relatórios, estatísticas, receitas culinárias, noções práticas. Não há um romance sentimental, nem uma poesia lírica, nem um reclamo de modas.

Taine cita no seu livro acerca da Inglaterra vários artigos de mulheres publicados nas Transactions of international association for the promotion of social scienses. Os artigos intitulam-se:

Escolas distritais para os pobres na Inglaterra, por Bárbara Collet;

Aplicação dos princípios de educação às escolas das classes inferiores, por Mary Carpenter;

Estado atual da colónia de Mettray; por Florence Hill;

A condição das mulheres operárias em Inglaterra e em França, por Bessie Parkes;

A escravatura na América e a sua influência na Grã-Bretanha, por Sarah Remand;

Melhoramento das "nurses" nos distritos agrícolas, por Mistress Wigins;

Relatório da Sociedade fundada para fornecer trabalho às mulheres, por Jane Crowe, etc.

Todas estas autoras, de quem Taine obteve informações pelos muitos amigos que tinha na sociedade inglesa, eram mulheres de casa, passando uma vida extremamente simples e retirada.

Assim, temos que na Inglaterra e na Alemanha a escola das ménagères produz as mais graves e mais importantes escritoras.

Em Portugal a educação literária, segundo os programas dos liceus, nem dá ménagères nem dá literatas.

Se o ensino das mulheres se reformasse de modo que desse alguma coisa?...

CAPÍTULO XXII

O ESTADO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Maio, 1877

A narração feita pelo capitão Cameron da sua viagem no continente africano veio levantar em Portugal, entre alguns outros incidentes, a seguinte questão:

O que devemos fazer para manter por meio de medidas civilizadoras o domínio das nossas colónias?

Para isto há uma única resposta:

Para dominar, o que se deve fazer é criar faculdades dominantes.

Quem tem força para dirigir manda; quem a não tem serve.

A escola dos grandes exploradores e dos colonizadores é a escola da força nos indivíduos. Quando Stanley deu pela primeira vez conta, num a conferência em Londres, da viagem que fizera em procura de Livingstone, o argumento que mais convenceu o público de que o conferente não era um simples fantasista foi a expressão energética da sua figura agigantada, a sua saúde de Hércules, e os fortes pulsos com que na gesticulação ele parecia estar outra vez abatendo e suplantando de novo os olhos do auditório os obstáculos com que dizia ter lutado.

Diante de um retrato do capitão Cameron sentimos a mesma impressão, que explica o sucesso de uma empresa difícil e perigosa pela decisão e pela firmeza do que a empreende. A fisionomia um pouco espessa e dura de Cameron, o seu grosso pescoço, solidamente plantado entre uns ombros atléticos, são para a consideração de todos os ingleses os mais belos atributos de raça, o mais apreciável característico de uma distinção privilegiada. Porque na educação inglesa a saúde, o vigor muscular, a força física são o objeto de um desvelado culto.

Nos colégios Éton, Rugby, Harrow, os jogos atléticos, a pela, o exercício do remo, a carreira, o futebol, o cricket, ocupam todos os dias algumas horas de aplicação. Duas vezes por semana, quando menos, as aulas terminam ao meio-dia para darem tempo aos exercícios físicos. As contendas entre os alunos decidem-se ao pugilato, diante de testemunhas, com padrinhos que estabelecem as condições do combate, que amparam o vencido, que lhe refrescam com água as contusões, porque estes encontros não terminam sem um ou outro ou ambos os contendores ficarem com um olho pisado, um dedo partido, ou um beiço esmurrado por um dos socos do adversário. Toda a criança que se exime a liquidar num combate leal as suas pendências de honra é desprezada pelos seus camaradas e considerada como incapaz de vir a ser jamais um verdadeiro gentleman.

Do colégio passam os alunos criados neste regime durante a adolescência para as universidades, onde a juventude se desenvolve sob um regime igual:

conhecem-se as célebres regatas no Tamisa entre as equipagens das duas universidades de Oxford e de Cambridge. Os estudantes ricos exercitam-se e fortificam-se ainda montando a cavalo, caçando a raposa, governando a quatro. Para se tornarem vigorosos e destros, crianças, jovens, adultos, homens de quarenta e cinquenta anos, outros muito mais velhos, como por exemplo Lorde Palmerston, cumprem as mais severas prescrições higiénicas, submetem-se a uma alimentação especial, abstêm-se de todo o excesso que prejudique o desenvolvimento sistemático da musculatura. Os principais divertimentos nacionais são os exercícios de agilidade e de força. Há cricketers que têm ido jogar partidas solenes de Londres à Austrália.

Em Lisboa vivem dois ingleses que vão frequentemente a Sintra a pé, levam as suas espingardas, passam o dia a caçar nos Capuchos, e regressam à noite, sempre a pé. Tripulam uma pequena embarcação com a qual têm batido em muitas apostas todos os catraeiros do Cais do Sodré. Há poucos dias foram ao Porto expressamente para regatar com o clube daquela cidade.

Foram vencidos pelos do Porto. Depois da regata havia uma partida de cricket. Um dos ingleses a que nos referimos sustentou-se no campo cinco horas consecutivas sem nunca sair do jogo. Dois oficiais a bordo de um dos navios da última esquadra que esteve no Tejo partem a pé de Lisboa, pela manhã, vão a Mafra, passeiam na mata, percorrem todo o enorme edifício do convento, almoçam um bife, e voltam a pé a Lisboa, chegando a tempo de

estarem num jantar de convite, à hora fixada, lavados, perfumados, frescos, com os seus uniformes de soirée e uma rosa de Mafra na casa da farda.

Destes factos e de muitos outros equivalentes, que seria prolixo enumerar, deduz-se que o assunto de uma conferência, que não vemos por enquanto citada entre as que nos anuncia a Academia acerca da civilização africana, poderia intitular-se:

Da influência do "sport" no carácter dos povos exploradores.

A Academia pode muito bem civilizar a África pelo modo mais superiormente sábio na rua do Arco, a Jesus, mas não seria talvez inteiramente ocioso o perguntar quem é que há de ir levar aos interiores inóspitos da África as bases elementares dessa civilização. Não há dúvida que é possível, mas não é completamente inacessível a algumas objeções, a hipótese de que os negros se queiram desde já civilizar a si mesmos e venham expressamente para esse fim à

Academia, escutar. Ao passo que, por outro lado, as preleções dos ilustres académicos não se distinguem das conferências feitas em Paris e em Londres pelos viajantes estrangeiros unicamente no facto de encararem os assuntos por um ponto de vista contrário, distinguem-se ainda pela particularidade de que os Srs. Cameron e Young fizeram as suas exposições depois de chegarem, e os senhores académicos, com exceção do Sr. José Horta, fazem as suas um poucochinho antes de partirem.

Isto em nada prejudica o valor real da doutrina académica, que de modo algum menosprezamos. O que pretendemos simplesmente notificar é que talvez não seja fácil encontrar-se de pronto quem vá traduzir em bunda ao gentio de África a prosa eloquente e vernácula dos civilizadores inamovíveis da metrópole. Não é fácil encontrar esses homens, porque a raça dos nossos antigos expedicionários abastardou-se e extinguiu-se na moleza dissoluta dos costumes modernos.

Folheiem-se os velhos cronistas, examinem-se os retratos dos homens dos nossos descobrimentos e das nossas conquistas:

Afonso de Albuquerque, aos sessenta e três anos de idade, cercado dos desgostos mais profundos, arrosta durante cinco meses com os estragos devastadores da terrível disenteria asiática, porque — diz João de Barros — como era fragueiro e pouco mimoso da sua pessoa só se lançava em cama quando mais não podia. Albuquerque, que em saúde reunia à força física a grande força moral da alegria — era homem de muitas graças e motes, e nalgumas melancolias leves, no tempo de mandar, soltava muitas, que davam prazer a quem estava de fora —, assim tocado de morte por uma enfermidade que não perdoa nunca, reúne conselho de capitães, nomeia o seu sucessor, põe boa ordem em todos os negócios da administração da Índia, escreve a el-rei a famosa carta, modelo de hombridade e de independência, cujo autógrafo se conserva na Torre do Tombo, despede-se do rei de Ormuz, e faz-se ao mar num dos seus navios, onde expira, tendo fulminado a incompatibilidade das

monarquias com o direito por via da conhecida frase: mal com o rei por amor dos homens, mal com os homens por amor do rei:

O infante D. Henrique — segundo o mesmo João de Barros — tinha largos e fortes membros acompanhados de carne: a cor da qual era branca e corada, em que bem mostrava a boa compleição dos humores. Tinha os cabelos algum tanto alevantados, e o acatamento (por a gravidade da sua pessoa) um pouco temoroso a quem dele não tinha o conhecimento.

Do conde D. Duarte de Meneses, a quem D. Afonso V deu a capitania de Alcácer Ceguer, e que foi um dos heróis de África, diz Gomes Eanes de Azurara: "Foi este conde de baixa estatura de corpo, enformado em carnes, e de cabelos corredios, e graciosa presença, embargado na fala, e homem de grande e bom entendimento, pouco risonho nem festejador, tal que quase do berço começou de ter autoridade e representação de senhorio. Foi muito amador de verdade e de justiça, muito temperado em comer, e beber, e dormir, e sofredor de grandes trabalhos, tanto que parecia que ele mesmo se deleitava nos haver, porque quando lhos a necessidade não apresentava ele por si mesmo os buscava. E segundo entender dos homens nem se desenfadava tanto em outra coisa, como nos feitos da cavalaria, como aquele que quase do berço usara o ofício das armas."

Diríamos estar vendo colorida no estilo das nossas velhas crónicas a fotografia moderna de um sportsman da Grã-Bretanha.

Do mesmo Duarte de Meneses diz Schoeffer: "O poder que tinha sobre si mesmo, a sua gravidade natural, que raras vezes interrompia por um sorriso, e sobretudo o seu juízo são e a sua alta inteligência, tornavam-no próprio para o comando."

O infante D. Pedro, o que, segundo o prolóquio popular, viajou as sete partidas do mundo, era alto e magro; diz Schoeffer que a suavidade do seu olhar abrandava a impressão de receio produzida pela sua estatura e pelo seu rosto fortemente carregado; "irado tinha um aspeto que infundia terror".

Os corações eram de uma têmpera inquebrantável, hostil à sentimentalidade e à ternura. num combate no assédio de Alcácer, Martim de Távora arranca do poder dos mouros a golpes de espada o seu figadal inimigo Gonçalo Vaz Coutinho, verte para o conseguir o seu próprio sangue, arrisca iminentemente a sua vida, e quando Gonçalo Vaz lhe pergunta como viverão daí em diante Távora responde-lhe duramente: "Como dantes." E a inimizade dos dois continuou inabalável.

Os que eram dados ao galanteio das damas comoviam-nas mais pela aspereza varonil do aspeto do que pela suavidade efeminada das formas.

Na lenda dos doze que foram bater-se na corte de Londres pelas damas do Palácio, o Magriço diz à loura miss que depois do combate ia deitar água às mãos: "Sabei, senhora, que as minhas mãos, segundo as tenho assim tão grosseiras e cabeludas, poderão ser-vos molestas, e temo que vos causem

desgosto." Ao que a mimosa inglesa replica fazendo sentir ao calejado e cabeludo cavaleiro que a bela mão de um homem é a que denota, pelo seu aspeto, não dedicar-se às carícias moles, mas sim aos fortes trabalhos que têm como fim a honra e como prémio o amor.

Vasco da Gama era de um porte tão esforçado e valoroso que El-Rei D. Manuel, hesitante na escolha do homem a quem devia entregar o comando da expedição projetada, vendo-o atravessar por acaso a sala em que ia sentar-se à mesa para jantar, determina que seja aquele o que vá descobrir-lhe a Índia.

O modo como o Gama esmaga ao seu bordo a conspiração dos pilotos basta para provar que El-Rei D. Manuel tinha o olho perscrutante que adivinha os homens pela cara. Sacudido pela tempestade temerosa, no meio da empresa de tanto risco e da tamanha aventura, quando a guarnição, desalentada e espavorida, pede em todos os navios da frota que se arribe, que se regresse à pátria, o Gama prende a um por um todos os pilotos cabeças do motim, carrega-os de ferros, encarcera-os no porão, intima-os a que lhe entreguem "quantas coisas tinham da arte de navegar" sob pena de os enforcar a todos, e havendo na mão as cartas que os deviam orientar na volta, lança tudo ao mar, exclamando: "Olhai que não tendes mais mestres, nem pilotos, nem quem vos ensine o caminho de hoje em diante. A

Deus vos encomendai e pedi misericórdia, e a mim de hoje avante ninguém me diga que arribe; porque de mim sabei certo que, se não achar recado do que venho buscar, não voltarei nunca mais."

Ao que a guarnição se submeteu com a docilidade de quem não tinha senão dois caminhos que escolher naquela viagem: — o da Índia ou o da morte.

O próprio Camões, o imortalizador das façanhas dessa velha raça, ele mesmo um forte, um destemido, um Lorde Byron da Renascença. O seus costumes de audaz espadachim e de famigerado tranca-ruas criaram-lhe na Índia conflitos arriscados, de cujas ameaças ele sorria dizendo: "Que só era vulnerável pelas solas dos pés e que estas ninguém lhas vira nem havia de ver."

Em todas as altas figuras do nosso grande século se patenteia o tipo expressivamente caracterizado de uma forte raça privilegiada, hoje extinta.

A Europa saía apenas do regime feudal. Conservavam-se vivas no coração de todos os fidalgos as tradições da cavalaria. Os besteiros de conto eram apenas uma débil tentativa do que deviam vir a ser mais tarde os nossos exércitos permanentes.

Os grandes vassalos defendiam os seus foros com lanças numerosas, e nos prazos em que não serviam o rei e a pátria, batendo-se com inimigos estrangeiros, adestravam a mão em sortidas e escaramuças intestinas. Quando não combatiam, monteavam.

Tinham a educação da guerra, a experiência das aventuras arrojadas e das duras privações.

Os divertimentos públicos eram ainda os jogos guerreiros: o talhado, um exercício de força, e as canas, um exercício de destreza.

A moderna educação portuguesa esterilizou a sociedade para o fim de gerar homens próprios para as lutas do trabalho nas regiões inclementes em que é preciso arrostar com fadiga, com o sol tropical, com as febres dos rios pobres.

Os cidadãos que em Portugal recebem alguma cultura de espírito sacrificam-lhe de tal modo o seu desenvolvimento físico que não só não podem levar a sua influência e a sua dominação intelectual ao interior de África, mas nem sequer a levam de Lisboa a Cascais se lhes suprimirem as facilidades do rebocador ou do carrão.

Sabemos que há exceções, mas essas constituem uma vantagem pessoal de poucos indivíduos, e não uma feição do País.

Na Inglaterra, pelo contrário, o sport está na mesma alma da nação, completa o carácter do país.

O príncipe de Gales readquiriu, depois da sua última viagem, a popularidade que antes dela tendia a fugir-lhe.

O simples facto de ter penetrado na Índia e de ter caçado as feras a tiro com risco de vida é um dos seus mais poderosos títulos à estima pública. O sport é

na Inglaterra uma espécie de religião. O inglês bem-educado atravessa a África por fanatismo. Simplesmente para a ter atravessado, e para ter a glória incomparável de o poder referir às sociedades sábias de geografia, de zoologia, de botânica, de meteorologia, de antropologia, aos diferentes clubes dos caminheiros da Inglaterra, da França e da Suíça, deixando a enorme distância atrás de si os seus compatriotas de curto fôlego que apenas subiram ao Monte Branco ou percorreram a pé os Pirenéus.

Ora sem esse fanatismo e sem esse eco enorme na opinião e na popularidade não há país que se possa medir com a empresa gigantesca de explorar e de civilizar as regiões selvagens.

São insuficientes para esse fim todos os esforços do Governo, das sociedades geográficas, das academias e de todas as agregações artificiais de alguns indivíduos; é preciso que o grande impulso parta do génio coletivo do povo.

O povo português não está criado para esses movimentos enérgicos. Era uma raça audaz, entusiasta e forte.

Perverteram-na com duzentos anos de uma educação dogmática e de uma disciplina fradesca.

Estamos como o filho de um homem que herda um estaleiro em que o pai fazia navios e em que ele para sustentar a fábrica tem de brandir um machado e de talhar madeira durante dez horas por dia. Ora esse filho é um anémico,

que não pode com a sua badine. O que há de fazer? Restaurar a sua constituição, ou vender o machado e ir tossir para o Martinho.

Contra os agentes da dissolução em que caímos uma ou duas vozes em todo o País protestam — o que até o dia de hoje, 15 de Junho, às 11 horas e meia da noite, tem sido completamente inútil. Deitam-se abaixo livrarias, enegrecem-se com prosa oficial resmas de papel da Abelheira, abrem-se conferências públicas, organizam-se expedições — tudo para dar a entender ao mundo que somos um povo forte. E no entanto o povo continua nas condições de abatimento em que estava, as quais não podem tomá-lo próprio para o domínio, mas sim para a servidão.

Vimos já, ligeiramente esboçado, o quadro da educação inglesa.

Vejamos o espetáculo correspondente na nossa organização social.

Olhem ao domingo e à quinta-feira para um dos nossos colégios de educação em passeio na Baixa. Uma fieira de pequenos macilentos e enfezados, encarreirados a dois de fundo, vestidos de preto ou com falsos uniformes de guardas-marinhas, vigiados por dois padres. Que diferença dos colegiais ingleses, com os seus chapéus de palha, a blusa de flanela, o calção curto, a meia de lã, correndo livremente nos campos, com os grossos sapatos cheios de lama, em plena liberdade, entregues a si mesmos, responsáveis pelos seus actos, conscientes do seu direito e do seu dever como pequenos repúblicos! Em Portugal, um cão fraldiqueiro pode andar sem perigo pelas ruas, sabe-se

governar, sabe-se dirigir, sabe morder, sabe voltar para casa; um jovem racional de dez ou doze anos, dos quais cinco de escola sob a pressão dos compêndios do Sr. João Félix, não aprendeu nada disso, e precisa de um padre ou de um aguadeiro que o leve pela mão para atravessar a rua!

Essa miserável criatura tem uma mãe que o não deixa saltar para que não quebre as pernas, que o não deixa trepar para que não quebre a cabeça, que o não deixa meter-se na água fria para que não se constipe.

Era melhor que ele tivesse rachado a cabeça quatro vezes, que se tivesse constipado dezasseis, e houvesse aprendido assim a ser um princípio de homem, do que não ter passado por nenhum desses desaires, e ser unicamente um lamentável boneco, medroso e cobarde, que um gaiato, criado na lama da rua e tendo metade da idade que ele tem, pode impunemente encher de bofetadas nas duas faces e estofar de pontapés em todo o resto do corpo, servindo-se para isso dos membros que não quebrou, nem a trepar, nem a correr, nem a deitar-se de mergulho ao ribeiro, apesar dos perigos previstos pela mãe do molestado.

O primeiro acto da vida civil desse sujeitinho consiste em meter empenhos para ser aprovado em instrução primária.

A primeira glória da sua existência consiste em se considerar tão importante personagem que saiu aprovado com dez valores, apesar de ter passado a meter

os dedos pelo nariz e a explorar exclusivamente esse órgão todo o tempo destinado a profundar concomitantemente as doutrinas do Sr. Félix.

No ano seguinte começa a estudar as línguas e a fumar cigarros às escondidas.

Penetra finalmente na retórica e na leitura dos romances, em que passam visões de mulheres que o tornam cada vez mais amarelo.

Chega da cor de uma cidra ao fim do curso dos liceus, tendo, além de todos os preparatórios, mau hálito, as pernas cambadas, a espinha torcida, algum tédio da vida e muita caspa.

Matricula-se então na Faculdade de Direito na Universidade de Coimbra, e o primeiro efeito dos estudos superiores sobre a sua cabeça é aumentar-lhe a caspa.

Depois a vida académica absorve-o, e ele percorre toda a escala das nobres loucuras de uma juventude espirituosa e vivaz: empenha as peúgas, toca o fado, dá canelões nos caloiros, apupa os burgueses, faz algumas canções "grivoises", entorna o molho das ceias pelo peito da batina, e regressa a Lisboa bacharel formado.

Tem vinte anos, e fez vinte exames. Para cada exame pediu proteção a três indivíduos; — pediu proteção e pediu feriados; pediu humildemente, inclinado, arrastando a capa, retirando-se às arrecuas como uma pega

assustada, sorrindo com um agrado pusilânime: — Sr. Doutor, imploro, submissamente a valiosa proteção de V. Exª!... Exmo. Sr. Doutor...

O espinhaço do bacharel traz feita de Coimbra a curva servil do pretendente do Terreiro do Paço. O que na Universidade pedia, em Lisboa requer. É apenas a mudança de nome: "— Sr. Ministro, imploro submissamente a proteção de V. Exº..

Criado de V. Exª, Sr. Ministro... Exmo. Sr. Ministro, humilde servo de V. Exº...". E sai às arrecuas dos gabinetes dos ministérios, dando-se o ar lastimoso de um cão peludo ao emergir da água, com o seu sorriso deplorável, anediando a copa do chapéu com o canhão da sobrecasaca.

Depois de ter cambado os tacões de cinco ou seis pares de botas nos passeios por baixo da arcada das secretarias, o bacharel alcança o que deseja. Um ministro despacha-o — para se ver livre dele. Consegue ser empregado público ou candidato governamental por um círculo do continente ou do ultramar.

Desde então as engrenagens do maquinismo oficial apoderam-se dele para nunca mais o largarem. É um escravo. Perdeu a personalidade. Pertence à grande legião. Vai para onde ela for, diz o que ela disser, pensa o que ela pensar, dentro de limites intransitáveis, na distância prefixa do cepo a que o amarraram.

É assim que uma quantidade inumerável de indivíduos formando a classe dirigente vivem deste cuidado único: o cuidado de se não comprometerem. Nunca mais dizem o que sentem. Nas suas ideias, nas suas opiniões, na sua linguagem, tudo é riscado pela pauta oficial. Se alguma vez, do fundo do nojo que suscita esta dispepsia moral, lhes vem à boca uma verdade, engolem-na para baixo como o caroço de uma fruta proibida.

Como pelo desdém do trabalho vivem numa estreiteza pecuniária vizinha da miséria, muitos se lançam à caça do casamento rico, e, vexando-se de ser tecelões ou ferreiros, não se vexam de casar por interesse, e aceitam para toda a vida a intimidade indissolúvel de uma mulher feia, estúpida, malcriada, sem espírito de ordem, sem método, sem a dignidade do conforto e do asseio doméstico — a viva negação de todas as condições que tornam a casa feliz e a família amável.

É desses consórcios sem idealidade e sem amor, contraídos fora da mútua dedicação que completa o homem pelo seu par e cria o verdadeiro indivíduo social, duplicadamente corajoso, digno e forte, que saem os filhos dissolutos, os jovens cínicos, desdenhosos das afeições honestas, hostis a todos os sentimentos de família, cujos nobres encantos nunca aprenderam a conhecer e a estimar.

Desses consórcios procedem também as meninas fúteis e pretensiosas, frágeis entes inúteis, a que falta a condição essencial da nobreza e da dignidade da

mulher — a compreensão do ménage, o culto do santuário doméstico. Elas refugiam-se da convivência antipática da sua família, constituída sem bases orgânicas, na religião, ou, para que o digamos no termo mais preciso, na igrejice. A igrejice e o romance são os dois pólos da sua vida moral.

Como qualquer dessas meninas desconhece completamente a arte de cultivar e desenvolver os seus encantos de espírito e de carácter, um instinto de aperfeiçoamento, desencaminhado pela educação, leva-a ao cultivo do trapo como um fim de superioridade, e arroja-a no lastimável fetichismo dissipador da moda.

Ignora completamente todas as artes que constituem os elementos da felicidade conjugal e que só por uma grande prática e por uma longa tradição se aprendem: a arte de se fazer bela pelo simples modo de atar uma fita, de pôr em si uma flor, pela maneira de caminhar, de se sentar num fauteuil, de pegar num talher, de estar à mesa; a arte de dirigir a cozinha, de organizar a alimentação, de extrair da sua química a alegria e a saúde dos seus comensais; a arte de arranjar a casa, de lhe dar fisionomia, de a obrigar a mostrar talento, a exprimir ideias, a ter quase conversa, fazendo respirar como coisas vivas nos armários as pilhas perfumadas da roupa branca, sorrir nas prateleiras da casa de jantar o esmalte das louças e o estanho reluzente das tampas das canecas, estenderem-nos os braços as cadeiras do salão, e solicitarem-nos a permanecer a cor dos cortinados, o tom dos estofos, o assunto dos quadros, a colocação

dos móveis, a graduação da luz, a frescura do ar, a nitidez geral do asseio e a sábia disposição dos livros e dos jornais sobre o pano da mesa.

A menina em semelhantes condições de inutilidade raramente se casa, ou se desquita do marido se algum dia o vem a ter. As suas inclinações romanescas e doentias chamam-na para beata. De resto, é essa talvez a sua melhor maneira de ter um fim, porque, enquanto a ser mãe, proíbe-lho física e moralmente a acumulada estreiteza do coração e dos ossos.

Tais são, no carácter dos indivíduos de um e outro sexo, os frutos da educação portuguesa na classe mais preponderante da sociedade, aquela que forma a opinião e determina as tendências do espírito público. Com semelhante estado é irreconciliável o génio explorador, a tendência para as viagens entre os povos bárbaros e, finalmente, o poder de dirigir e de dominar.

Como colonizadores temos apenas uma vantagem sobre os outros povos europeus: a sobriedade, que permite aos nossos operários alimentarem-se com a simplicidade desses chins cuja concorrência, pelo simples facto de se satisfazerem não comendo senão arroz e não tendo outra baixela senão dois paus, faz tremer todos os trabalhadores do mundo.

Mas esta grande virtude de raças inferiores, característica principalmente dos nossos operários do Minho e de Trás-os-Montes, é insuficiente para nos conservar o domínio de extensos territórios, que se não arroteiam para a

civilização senão pelo esforço combinado de altas faculdades administrativas que não temos, de uma grande robustez física que também não temos, e de um entusiasmo impulsivo e desinteressado, tirado de uma grande corrente nacional das mesmas ideias e das mesmas convicções, o que igualmente nos falta.

Nenhum fenómeno mais expressivo da nossa anarquia administrativa e da nossa abdicação governamental do que o estado da nossa marinha.

Em todo o país colonial e marítimo a indústria da pesca é a escola em que se iniciam os marinheiros. A pesca é a infância da marinha. A Holanda compreendeu admiravelmente essa verdade, e a indústria piscatória é desde muitos anos objeto dos cuidados e das atenções mais desveladas por parte do Governo holandês, cuja marinha é hoje florentíssima. Essa marinha constituiu-a a Holanda atraindo, com grande aumento de salários, os pescadores biscainhos que iam à pesca da baleia ao cabo de Finisterra.

As pescarias no mar largo, como a da baleia e principalmente a do bacalhau, são particularmente favorecidas por todas as nações marítimas com grandes prémios conferidos pelo Estado. É na classe numerosíssima dos tripulantes de milhares de navios empregados nas chamadas grandes pescas que se recrutam os marinheiros das armadas europeias.

O Governo francês protege, com grandes subsídios na armação dos navios e com avultados prémios sobre o pescado importado, as suas pescas do

bacalhau, cujo produto aumenta extraordinariamente os recursos alimentícios do país, elevados em dinheiro à soma de 17 milhões por ano. A pesca do bacalhau emprega em França de 400 navios e 12 mil marinheiros.

Um facto bem notável e digno de ser ponderado pelos legisladores portugueses é que a prosperidade e o progresso da França têm sido marcados, como a temperatura num termómetro, pelo desenvolvimento ou pela estagnação das suas grandes pescas! No tempo da emancipação comunal a pesca do bacalhau desenvolve-se enormemente; cai com a corrupção monárquica do regime despótico; revive diante das medidas legislativas da Revolução.

Talvez o Governo ignore as condições em que atualmente se tributa o sal que os pescadores franceses nos compram com destino ao seu bacalhau. Os navios franceses que vêm ao nosso porto fornecer-se desse género fazem fiscalizar o seu carregamento pelo respetivo consulado; o cônsul francês remete ao seu Governo a nota dos moios de sal carregados em Lisboa e cujos direitos de importação em França são pagos no porto donde o navio partiu pelo proprietário responsável por este imposto. Deste modo, evita-se todo o contrabando na importação do sal: os direitos estão pagos na razão de 50 cêntimos por cem quilogramas. Quando porém o navio que carregou em Lisboa volta a França com o sal empregado nos bacalhaus que pescou, o Governo restitui-lhe os direitos anteriormente percebidos, não já na razão de 50 cêntimos por cada cem quilogramas de sal, mas sim na de 13 francos por

cada cem quilos de bacalhau. É assim que na questão de um simples imposto se revela o plano de um país para o qual a administração tem um fim de progresso.

Portugal possui nos mares dos Açores, segundo a asseveração de vários navegantes, um banco de bacalhau que muitos julgam superior ao da Terra Nova, o qual se diz descoberto por um português Gaspar Corte-Real. E deixa morrer ao desamparo essa grande indústria riquíssima, a pesca de um peixe precioso em que tudo se transforma em riqueza: as línguas constituem um artigo especial prezadíssimo dos gourmets; dos intestinos faz-se o melhor adubo da terra; do fígado extrai-se o óleo importantíssimo para a indústria e para a medicina; os ovos empregam-se com grande vantagem na pesca da sardinha.

Apesar de Portugal ser um país privilegiado para a pesca do bacalhau, pelo valor e pela perícia dos seus pescadores, pela posse do melhor sal que se conhece para tratar o peixe, e do melhor sol que há para o secar, o nosso Governo despreza este importantíssimo ramo de atividade comercial, perdendo por esse mesmo facto a melhor escola prática dos nossos marinheiros e dos nossos navegantes. A grande pesca também é para nós um sintoma da vitalidade nacional. Quando éramos fortes mandávamos cinquenta ou sessenta navios de pesca para a Terra Nova. Hoje pescamos na costa o carapau para o gato, servindo-nos de redes que deveriam ser proibidas, despovoando as águas de pequenos peixes insignificantes, que, pelo contrário,

pesariam dois quilos e seriam um importante artigo alimentício, se tivéssemos estudado os nossos aparelhos de pesca e soubéssemos legislar sobre a dimensão permitida às malhas das redes. O Governo português nunca deu a este assunto, base de toda a exploração colonial, um só instante de atenção.

O Parlamento nomeia em cada ano uma comissão de pescas, que ainda não serviu para mais nada senão para tributar o pescador. As espécies de peixes que frequentam as nossas costas estão por estudar. A piscicultura não tem sido objeto de maiores desvelos que a ictiologia: nem uma só medida tomada pelo Estado para repovoar as águas das nossas costas e dos nossos rios principais; nenhum estudo feito sobre os botes e sobre os aparelhos empregados na pesca. Assim, o pescador considera o Estado, que ele nunca viu representado senão pelo fisco, como um puro explorador.

Na Póvoa de Varzim há um antigo quebra-mar destinado a formar um porto de abrigo, que nunca se concluiu. Todas as reclamações, todas as instâncias feitas para este fim, têm sido inúteis.

Há cerca de seis anos, El-Rei, em pessoa, visitou a Póvoa acompanhado por um dos seus ministros, o Sr. Avelino, o qual em nome do soberano prometeu aos pescadores que ia ser concluído o paredão. Até hoje ainda se não acrescentou uma pedra àquele monumento único do desleixo nacional.

E, todavia, o espírito aventuroso dos nossos antigos navegantes, que o Sr. Marquês de Sousa Holstein acaba de procurar ressuscitar com a sua eloquente

e erudita conferência acerca da escola de Sagres, está ali ao pé desse paredão em ruínas. Há aí três mil homens que em cada dia jogam as suas vidas com a mesma coragem com que nós aqui em Lisboa jogamos as cartas. Os poveiros são os homens mais alentados e mais robustos que tem Portugal. É raro o que se enterra no cemitério da freguesia. Morrem no mar, sob um céu de chumbo, estrangulados pela inclemência das vagas, à vista da terra, ao alcance das vozes das suas mulheres e dos seus filhos, por lhes faltar o abrigo a que se destina o quebra-mar de conclusão em projeto! Não há um que saiba ler. Habitam em terra um bairro infecto e miserável. Os cações escalados, destinados à alimentação no Inverno, secam pregados às portas interiores das casas. Cheiros de vermine, homens, mulheres e crianças dormem no mesmo quarto, numa promiscuidade horrorosa. A terra da pátria dá-lhes apenas um farol, que eles iluminam à sua custa, e um barco de salva-vidas, que eles mesmos tripulam. E

é para isso que eles, desgraçados, quase mendigos, pedindo esmola em bandos durante o Inverno, pagam um imposto anual de cerca de seis contos de réis, integralmente devorados pelo fisco!

Imagine-se como eles lhe hão de querer e como a hão de amar, à querida terra da pátria!

A única vingança que esses generosos lobos do mar tiram do Estado, que tão vilmente os explora e os rouba, consiste em não darem nem um só homem

para o recrutamento marítimo. Não há meio algum de os obrigar a fornecer um recruta à armada. Preferem morrer mil vezes a servir tais amos.

E eis aí está o último capítulo, na província do Minho, da história, feita pelo Sr. Marquês de Sousa, da escola dos navegadores portugueses fundada em Sagres pelo infante D.

Henrique!

Como a administração das nossas colónias depende diretamente da organização da nossa marinha, como a importância da nossa marinha depende da organização das nossas pescas, a Academia prestou à civilização da África um serviço verdadeiro, não organizando conferências, mas tomando uma deliberação mais obscura e todavia mil vezes mais importante: a de nomear o Sr. Brito Capelo, naturalista adjunto do Museu Zoológico, para ir estudar ao longo do nosso litoral a indústria da pesca e de expor os meios de a reorganizar (*).

[(*) Nota do autor: Brito Capelo faleceu pouco depois de nomeado para a comissão de que se trata. do nariz, que razões podiam ter levado o Governo a alistar na armada de caçadores um dos seus recrutas! Suponhamos que estas razões deviam ser tiradas das condições em que foi educado o recruta; que o fizeram caçador porque habitava as montanhas, porque era um caminheiro, porque tinha a agilidade que dá a luta com os terrenos escabrosos na vizinhança das senas. Ora, sendo assim, como querem sujeitar à vida sedentária do mar e à familiaridade das ondas esse montanhês, que nunca pegou num remo, que chegou das Alturas de Barroso, do Marão ou da serra da Estrela, e que sente as pernas enferrujadas e o pulmão

oprimido desde que não anda mais de uma légua por dia trepando saudosamente às colinas que cercam o lugar do seu quartel?]

Contudo, a opinião, que tem de julgar os factos, tão esclarecida é que aplaudiu como um notável benefício patriótico a iniciativa das conferências — um espetáculo de erudição, e não teve uma palavra de aplauso para a missão do Sr. Capelo — o primeiro passo para atacar o mal na sua verdadeira origem!

Do estado verdadeiramente deplorável em que se acha a nossa força marítima pode-se ter uma ideia pela recente medida tomada pelo Governo de convidar a servir na armada, mediante uma gratificação apregoada na folha oficial, todas as praças de infantaria ou de caçadores que para esse fim se apresentem!

O Governo tem de um marinheiro esta compreensão: — que ele se fabrica por meio do abono de quatrocentos réis por dia dados a um soldado de caçadores!

Mas, a não ser que o façam ao acaso ou que se determinem por uma escolha baseada na cor dos olhos ou na forma.

Outro facto não menos expressivo é o que há pouco tempo se deu com alguns guardas-marinhas do nosso conhecimento em estação em Luanda.

Sabe-se que não há plantas dos nossos portos da África, cuja navegação se faz por meio de cartas inglesas.

Os jovens marinheiros a que nos referimos, impelidos por esta vergonha da nossa marinha, quiseram levantar a planta do porto de Luanda. Empregaram todos os esforços para obter os necessários instrumentos, não puderam conseguir senão unicamente a oferta de um bote, único elemento de trabalho que o governador se achava habilitado a pôr à disposição desses extravagantes. Eles compreenderam então que não tinham senão uma coisa que consagrar aos destinos da pátria; não era o talento, não era a dedicação, não era o trabalho; era unicamente a saúde. E foram imolar o fígado à administração nacional para bordo do seu navio, como patos de engorda pregados pelos pés à respetiva capoeira.

Quando os nossos oficiais têm conseguido arruinar completamente as suas vísceras na inanição oficial das nossas estações de África, voltam doentes à metrópole e concluem a missão civilizadora que o país lhes incumbiu tomando as águas alcalinas de Vidago.

As águas de Vidago são o fim supremo do seu destino militar.

Enquanto estas coisas se passam, os Ingleses, com um poder criador que faz muitas vezes o elogio das suas faculdades inventivas, acham em cada dia pretextos novos para intervirem com o seu protetorado humanitário nos negócios do interior africano, e dilatam a pouco e pouco a sua ocupação e o seu domínio manso sobre o nosso território.

Um dos incidentes que acompanham a questão suscitada pela viagem do capitão Cameron é a revelação feita por este viajante de que as autoridades portuguesas no interior da África não obstam ao tráfico dos escravos, que ainda ali vigora.

Como é que nós respondemos à denúncia deste facto? Respondemos negando a asseveração do Sr. Cameron e fazendo protestos.

Para decidirmos se um tal modo de retorquir nos podia ser ou não permitido, vejamos quem é o homem que nos acusa.

Cameron é o segundo europeu, depois de Livingstone, que modernamente atravessou a África desde a costa oriental até à costa ocidental, levado por um intuito exclusivamente científico. Desta viagem, que durou quatro anos, trouxe o Sr. Cameron o projeto de ligar a costa do Oriente com a do Ocidente por meio da navegação fluvial, aproveitando as relações hidrográficas do rio Congo e do Zambeze, o primeiro dos quais desemboca de um lado no Zaire e o outro do lado oposto, ao Sul de Moçambique.

Durante esses quatro anos passados entre selvagens, o capitão Cameron parte de Bogamoyo, em frente de Zanzibar, passa em Rehenneco, atravessa o país de Ounianiembe, o país de Ugara, o Ujiji, o lago Tanganica, o mercado de Niaugue, o estado de Urua, a Ponta da Lenha, desce as margens do Congo, toca em Benguela, chega finalmente a Luanda. Os companheiros de viagem que tinham saído de Inglaterra para o acompanharem — o Dr. Dillon Moffat,

sobrinho de Livingstone, o artilheiro Murphy, não podem segui-lo a mais do começo dessa longa e perigosa expedição. Adoecem sucessivamente todos. Moffat morre em Bogamoyo. Em Ounianiembe aparecem-lhe os homens de Livingstone trazendo o cadáver do explorador que o precedera.

Então, Murphy e Dillon, ambos gravemente enfermos, desistem de continuar essa imensa viagem, e regressam com o corpo de Livingstone a Zanzibar. Dillon morre no caminho.

Cameron, só, sem nenhum outro companheiro europeu, armado de uma clavina, seguido por uma escolta de negros, prossegue, caminhando através de regiões inexploradas e desconhecidas, sob um clima mortífero, deixando atrás de si, marcado com a morte dos seus camaradas, cada um dos primeiros estádios da sua portentosa peregrinação.

Não sabemos quem era Cameron ao partir. Admitimos que saísse de Inglaterra com a educação comum de um simples tenente da armada britânica. Mas dizemos que uma viagem como a que ele fez, e nas condições em que a fez, basta para retemperar uma alma e para formar um carácter. Um tal homem não mente. Nele a mentira seria a refutação de todos os princípios do nosso aperfeiçoamento, seria a violação de todas as leis da natureza humana.

Nada mais lastimosamente ridículo do que a indignação patriótica de qualquer dos nossos políticos, chupando autoritariamente um cigarro nas salas do Grémio ou à porta da Casa Havanesa, bombardeando a atmosfera com balas

de fumo, e desmentindo o homem mais competente que hoje existe no mundo para nos informar do que se passa em África!

O que Cameron disse acerca da escravatura africana na conferência feita em Londres foi o seguinte:

"Cerca da linha de separação das bacias do Zambeze e do Congo fomos retardados no primeiro acampamento por causa da caça aos escravos fugidos. Quando pela manhã me preparava para partir, chega um mensageiro dizendo-nos: Não partais; Kouaroumba vai chegar com os seus escravos. Depois do meio-dia chegou efetivamente Kouaroumba com uma fila de cinquenta ou sessenta infelizes mulheres, carregadas com a presa, trazendo algumas os seus filhos nos braços. Estas mulheres representavam pelo menos a ruína e a destruição de quarenta ou cinquenta aldeias e a matança daqueles dos seus habitantes masculinos que não conseguiram refugiar-se nos juncais para ali viverem como pudessem ou morrerem de fome. É para mim fora de dúvida que estas cinquenta ou sessenta escravas representam mais de 500 indivíduos mortos na defesa do seu lar ou acabando mais tarde de inanição. As mulheres a que me refiro vinham presas umas às outras pela cinta por meio de cordas cuidadosamente atadas. Quando elas afrouxavam na marcha, batiam-lhes desapiedadamente. Os traficantes portugueses, negros ou mestiços, são muito brutais; os árabes, pelo contrário, tratam geralmente bem os escravos. Os negros caçados como estas mulheres no interior da África não são em geral levados para a costa. Vão para Sakaleton, onde por vários motivos a

população é rara e são muito procurados os escravos. São vendidos por marfim, que os traficantes trazem para a costa."

Estas palavras são perfeitamente explícitas e terminantes.

Persiste com todos os seus horrores no interior das nossas possessões da África o tráfico de escravos. Enquanto se não provar manifestamente o contrário esta é que é a verdade, verdade referida pelo Sr. Cameron, já anteriormente enunciada pelo viajante francês, o Sr. Jocolliot, confirmada pelo Sr. Young, explorador inglês, e ultimamente, mesmo em Lisboa, num a carta publicada no Progresso pelo Sr. Pinheiro Baião, que esteve por algum tempo em África empregado do Estado.

Para factos desta ordem os protestos de toda a Imprensa e de todo o Parlamento, por mais unânimes que eles sejam, não têm a natureza de uma refutação nem o carácter de uma resposta, são uma pura evasiva compacta.

A primeira notícia dada em Portugal da viagem de Cameron foi objeto de uma sábia exposição feita à primeira classe da Academia das Ciências pelo falecido naturalista o Dr. Bernardino António Gomes. O resultado dessa exposição dos serviços prestados pelo viajante inglês à civilização universal foi dirigir-se a Academia ao ainda então tenente Cameron, agradecendo-lhe em nome da Ciência e em nome de Portugal a contribuição valiosíssima com que ele tinha cooperado para o progresso da sociedade humana.

O Governo, deliberando tomar oficialmente conhecimento dos factos referidos pelo capitão Cameron, não tinha senão uma resposta a dar-lhe: — nomear uma comissão de inquérito que sindicasse rigorosamente da cumplicidade dos funcionários portugueses no menosprezo ou na contravenção das leis que aboliram a servidão.

Enquanto à câmara dos senhores deputados, parece-nos que ela teria procedido, pelo lado científico com mais lógica, e pelo lado patriótico com mais tato, se em vez das protestações que iniciou houvesse seguido o exemplo que lhe fora dado pela Academia e agradecesse simplesmente ao Sr. Cameron as informações que este lhe prestara.

Desse modo, teria a câmara dos senhores deputados evitado receber do Times a mais dura e humilhante lição que por via da pena de um jornalista se pode infligir a uma sociedade.

O preconceito do patriotismo é o mais funesto de todos os preconceitos sociais sempre que ele nos leva a trair a verdade. Manter na opinião pública a mentira é violar o progresso da humanidade pelo modo mais sacrílego e mais nefando. A decomposição em que se acha a governação e a política em Portugal deve-se principalmente à fraqueza dissolvente dos caracteres públicos em testemunhar a verdade.

Todo aquele que por meio da sua palavra ou por meio da sua pena não tem o preciso valor para enunciar a sua inteira opinião é um traidor da civilização e

um perigoso inimigo do género humano. Não queremos para a nossa consciência de escritor o remorso dessa voluntária culpa, e é por isso que dizemos aos senhores deputados:

A verdade, meus senhores, é o que vos disse o Times: "A questão, como afirma o referido periódico, não é se Portugal prestou serviços à causa do progresso africano, nem se os estadistas foram estudiosamente polidos na sua linguagem tratando com uma nação aliada e amiga; a questão é se os factos são ou não são como recentes viajantes afirmaram. Que o comércio da escravatura na África Central seja feito muito largamente por negociantes portugueses e sob a proteção da bandeira portuguesa é acusação que pode ser refutada, não pela linguagem de uma indignação fictícia ou real, não por patrióticas reminiscências, nem por uma referência a cumprimentos diplomáticos, mas sim deixando-se de permitir que haja matéria para que a acusação continue. Sabemos quanto Portugal tem feito no papel para acabar a escravatura, e conhecemos também o pouco resultado que as suas enérgicas declarações produziram. "

Os quatro milhões de vozes de que o País inteiro pode dispor, a protestarem todas perante o Universo, não poderão convencer um só homem de que a verdade seja diferente do que é. A declamação neste ponto é completamente inútil com outro qualquer fim que não seja um puro exercício de eloquência nacional.

Por tal modo, meus senhores, não julgueis contribuir para a civilização. Vós contribuís apenas para o Pecúlio de Oradores, do Sr. João Félix.

CAPÍTULO XXIII

ENTRE A ESCOLA POLITÉCNICA E O OBSERVATÓRIO ASTRONÓMICO POR TELEFONE

Janeiro, 1878.

Por ocasião da visita de El-Rei à Escola Politécnica funcionou o telefone entre uma das salas da Escola e o observatório da Tapada.

Aproximando-se do novo aparelho transmissor dos sons, dizem os jornais que a sua Majestade ouvira — um solo de cornetim!

Houve primeiro dúvida sobre se o fio ligava a Escola Politécnica com o Observatório Astronómico ou se a ligava com a filarmónica União e Capricho. O solo era efetivamente executado pelo Observatório. Enquanto a astronomia tocava cornetim é natural que, em compensação, a arte musical se ocupasse em determinar alguma paralaxe.

A única coisa que estranhamos é que o Observatório não observasse entre as suas peças de música alguma coisa mais interessante para transmitir a El-Rei do que o próprio hino do mesmo augusto senhor.

Que o Observatório cultive a especialidade do cornetim, perfeitamente de acordo! Mas que ele cultive igualmente a especialidade do hino parece-nos um abuso que o príncipe não levará a bem.

Refletiu por acaso o Observatório no que é o hino para um cérebro coroado? Cremos que o Observatório não desceu ainda com as suas conjeturas ao fundo desse abismo. É honroso.

Para os cérebros coroados o hino equivale a uma enfermidade monstruosa. O Observatório faz certamente ideia do que é ter zumbidos, não é verdade? Pois ter hino é pior. É ter constantemente durante toda a vida, em casa, na rua, em viagem, nas cidades, nas vilas, nas aldeias, sobre as próprias águas do mar, sempre, por toda a parte, como doença crónica, como afeção incurável do nervo acústico, a audição do mesmo trecho de música! — O que deve levar paulatinamente à loucura.

Que o Observatório se compadeça do infeliz príncipe condenado a tão incomportável flagelo! O Observatório há de ter conhecimento das contrariedades que amarguram a existência humana: o Observatório há de ter faltas de dinheiro, há de ter constipações, há de ter dores de dentes, há de ter calos. O príncipe tem tudo isto, e demais a mais também tem hino.

Poupemo-lo ao desgosto de o fazer acompanhar pelo seu triste mal às regiões da ciência! Inflijamos-lhe o solo, visto que não há outro remédio, mas perdoemos-lhe por esta vez o hino!

Sejamos terríveis, mas sejamos justos! A providência colocou-nos na mão o cornetim. O monarca presta-nos submissamente o seu real ouvido. Não abusemos desse instrumento poderoso e dessa orelha inocente!

Compenetremo-nos da tremenda responsabilidade que pesa sobre nossas cabeças!

Somos cornetistas, mas somos também astrónomos... Toquemos o Pirolito!

E a posteridade nos abençoará!

CAPÍTULO XXIV

OS REGULAMENTOS DISCIPLINARES DA UNIVERSIDADE

Abril, 1878.

Os regulamentos disciplinares da Universidade de Coimbra têm dado ultimamente em resultado riscar um avultado número de estudantes pelos seguintes delitos, cada um dos quais foi objeto de um processo especial:

Rir atrás da procissão dos Passos¨

Ser testemunha de um duelo abortado, proposto a um professor por um viajante;

Não ter dado pateada a um lente;

Parecer constrangido a dar lição;

Jogar o pugilato com um ou mais futricas nas ruas de Coimbra.

Os alunos condenados pela perpetração dos delitos 1, 2, 3 e 4 apelaram para o Poder Moderador, o qual lhes comutou a pena de expulsão temporária em alguns dias de cadeia.

Procedendo dessa forma, o Poder Moderador não tomou em consideração a necessidade de fazer proceder à revisão da legislação académica. O Poder teve apenas em vista o desgosto infligido pela sanção dos regulamentos

universitários às famílias dos alunos condenados: — No que o Poder mostrou ter um coração de excelente rapaz, aliado a um cérebro de legislador medíocre.

Está pendente da confirmação régia, segundo nos consta, a pena imposta aos réus do crime nº 5, julgados já segundo o direito comum e absolvidos pelos tribunais civis.

Nesta conjuntura, perguntamos:

É admissível que sobre o mesmo facto recaia por esse modo o julgamento de dois tribunais paralelos? Pode a sociedade tolerar que cidadãos de uma certa classe estejam sujeitos por uma legislação especial a serem julgados em dois foros distintos, recebendo duas punições em vez de uma, se as duas sentenças forem conformes; ou sendo simultaneamente tidos por inocentes e tidos por culpados, se as duas sentenças forem contrárias?

Responder-nos-ão que o tribunal académico julga de circunstâncias especiais que não são submetidas à apreciação dos tribunais ordinários?

Mas nesse caso o tribunal académico com relação ao crime de que se trata toma o carácter de um tribunal escolar, e à

Universidade cabe apenas decidir se o facto de sovar um futrica obsta a que se aprenda uma lição.

Como tribunal de honra a Universidade precisa de não perder de vista que, quando se trata de algumas bofetadas ou de alguns pontapés, o desonrado não é propriamente quem o dá, é por via de regra quem os recebe.

Se a Universidade insiste em julgar noutro ponto de vista as questões desta ordem, a Universidade converte-se num a escola de poltrões e de cobardes, destinada a dissolver completamente os restos de virilidade que ainda possa haver na juventude portuguesa.

Todo o homem que se não acha devidamente temperado na sua natureza física e na sua natureza moral para o fim de resistir energicamente, com risco da sua própria vida, a uma ofensa pessoal, é um homem corrompido, é um degenerado, não tem o sentimento do respeito devido à dignidade da sua espécie, e, atreito às paixões mesquinhas, contrairá manhas de réptil.

Se a Universidade tem o intento de educar os seus bacharéis para sevandijas ou para freiras, a Universidade faz bem, prosseguindo o velho sistema, tendo por fim levar o estudante que queira concluir honrosamente os seus estudos a proceder diante das ameaças da força alheia por um destes dois modos: fugindo ou apanhando.

Se, porém, a Universidade quer fazer verdadeiros homens e verdadeiros cidadãos, a Universidade andaria melhor abstendo-se de uma vez para sempre da instrução de processos ridiculamente pueris, requerendo das cortes a reforma dos seus regulamentos disciplinares, prescindindo de atrofiar no

coração da juventude com um regime fradesco os sentimentos naturais de valor e de brio, e pondo cobro ao passatempo indigno da velha troça académica por meio da instituição de exercícios viris, próprios de uma juventude honesta e forte: a ginástica obrigatória, a escola de tiro, a esgrima, a luta, o insubstituível cricket.

CAPÍTULO XXV

EDUCAÇÃO DAS MENINAS — PRENDAS DE MÃOS

Novembro, 1882.

Entre os mimosos e ricos brindes oferecidos a Leopoldo de Carvalho na noite da sua festa artística no teatro do Ginásio, lemos no Diário de Noticias que sobressaíam em primeira linha dois formosíssimos quadros, devidos à perícia de uma jovem menina da nossa melhor sociedade, e feitos de escamas de corvina.

Folgamos muito com isso.

Em todas as exposições de quadros celebradas nos principais centros artísticos do mundo durante este derradeiro quarteirão do século, se notava com lástima geral que o simples óleo, a tinta de aguarela, o lápis e o esfuminho eram elementos insuficientíssimos para com eles se constituir o quadro a toda a altura das enormes exigências da estética contemporânea. A jovem admiradora de Leopoldo, lançando mão genial das escamas da corvina e arrojando-as valorosamente à tela, vem preencher uma lacuna imensa nos recursos até hoje tão estreitos das artes do desenho.

Glória eterna a tão benéfica e Prestante menina, honra da pátria e do peixe fresco, alegria dos seus carinhosos pais, e satisfação completa das suas boas mestras!

Nada mais lisonjeiro para um luso, em face dos tremendos esforços de processo empregados pelos artistas em luta com a invencível perfeição, do que ver essa jovem compatriota, inspirada do alto, afastar-se repentinamente da grande legião dos atormentados, empunhar a faca de amanhar o peixe, cair sobre a corvina, empolgá-la pelo rabo, e escamar em seguida duas obras-primas sobre os lauréis do festejado ator Leopoldo!

CAPÍTULO XXVI

A DECADÊNCIA DA RAÇA PELOS VÍCIOS DA EDUCAÇÃO

Maio, 1879.

Um distinto professor, o Sr. Albino Giraldes, publicou recentemente em Coimbra, numa brochura de poucas páginas, a mais lúcida exposição da teoria zoológica de Darwin.

Referindo-se aos agentes da seleção artificial tendo por efeito na sociedade o enfraquecimento e a degeneração da nossa espécie, o Sr. Albino Giraldes, à semelhança dos escritores que o precederam no estudo deste assunto (Haeckel), cita de entre os agentes aludidos as contínuas guerras e o estado a que a diplomacia chama a paz armada.

"Os homens alistados nos exércitos permanentes", diz o Sr. Giraldes, "são precisamente os mais válidos e robustos da população, ao passo que os mais débeis e achacados são todos por necessidade e por lei isentos do recrutamento. Assim, o mancebo sadio e vigoroso é destinado ao açougue das batalhas, é carne para os canhões, e morre por isso sem descendência; ao mesmo tempo que o refugo da população, os indivíduos doentes, os surdos-mudos, os epiléticos, os enfezados, são exatamente os que constituem família,

e, reproduzindo-se, transmitem aos descendentes os seus achaques e debilidades. Tais são, além de outros, os resultados do militarismo."

A influência do militarismo como agente seletivo, tendo por efeito o enfraquecimento e a degeneração da espécie, é seguramente de uma grande importância, mas parece-nos insuficiente para explicar em Portugal a deplorável decadência da raça.

Na Alemanha, na Inglaterra, em França, o militarismo existe como na sociedade portuguesa, tendo sido naqueles países modernamente mais frequente, mais desastrosa e mais profunda a devastação das guerras. E, todavia, a debilidade, o enfraquecimento dos cérebros, a decadência intelectual, é muito sensível entre nós outros, e não o é em França, na Alemanha ou na Inglaterra.

Se a teoria da evolução biológica, segundo Darwin, não é uma quimera com aplicação ao princípio científico do desenvolvimento das nações, e o Sr. Bagehot, entre outros, demonstrou com evidência que não é, nós temos de achar dentro dos princípios da seleção e da hereditariedade, além do militarismo, algum outro agente perturbador do nosso progresso.

A influência do meio geográfico não pode ser considerada como fator no problema da nossa inferioridade mental com relação a outros povos europeus, porque desde o século XVI até hoje não houve alterações mesológicas nas condições da nossa existência, e, todavia, Portugal, que há mais de duzentos

anos é completamente infecundo no meio do movimento científico do mundo moderno, era ainda no século XV e no século XVI um dos primeiros e dos mais poderosos contribuintes da civilização.

Nos primeiros séculos da monarquia a nossa agricultura era florescentíssima. Éramos, no tempo de D. Fernando, um dos primeiros países exportadores de azeite, de frutas secas, de peixe salgado. Tínhamos nas grandes pescas do bacalhau uma grande fonte de riqueza e uma grande escola incomparável de marinheiros. A história do grande pinhal de Leiria é dos mais notáveis exemplos da sábia atenção prestada à silvicultura em tempos ainda anteriores ao reinado de D. Dinis. A população crescia, apesar das guerras, e o número dos habitantes, que no tempo de Filipe II era de pouco mais de um milhão, tinha chegado a cerca de três milhões no tempo de D. João II. Durante a Idade Média, a instituição popular dos municípios e das comunas contrabalançava os privilégios da nobreza e do clero, e opunha uma barreira inexpugnável ao tripúdio dos reis sobre os foros do povo e à imposição do jugo feudal. A índole popular resplandecia pela tolerância religiosa, pelo amor da liberdade, pela grandeza de ânimo, pela delicadeza poética. Na literatura e nas ciências dávamos a lei aos espíritos. A Universidade de Coimbra, justamente célebre então, era frequentada por estrangeiros, que vinham dos países mais cultos educar-se em Portugal. Criávamos a geografia moderna nessa portentosa escola de Sagres, a grande academia do infante D. Henrique, a qual produziu Colombo, Magalhães, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama.

Tínhamos letrados como André de Resende, Diogo de Teive, Diogo de Gouveia, mestre de Montaigne, Sanches, precursor do positivismo, e Damião de Góis, o amigo de Lutero e de Erasmo. Tínhamos poetas que criavam uma literatura nova, como Luís de Camões, Gil Vicente, Ferreira e Sá de Miranda. Tínhamos uma arte que evocou do mármore o Convento de Cristo, o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, três expressões monumentais e supremas da beleza imortal.

As causas da formação das raças são o meio, a hereditariedade e a seleção.

Se o meio físico — o clima, a configuração do solo, as produções da terra, o aspeto da paisagem — foi bastante benéfico para determinar e proteger a criação e o desenvolvimento de uma raça tão forte, tão inteligente, e tão viva como a raça portuguesa no século XV, não tendo sido esse meio perturbado desde então até hoje por nenhuma revolução cósmica, é à hereditariedade e à seleção que devemos perguntar pelas causas do abastardamento que nos precipitou de decadência em decadência durante os três últimos séculos, e nos reduziu à imobilidade em que nos encontramos hoje.

Uma das causas da variação nos organismos, o que é o mesmo que dizer um dos agentes da seleção, é o hábito e o exercício. A hereditariedade fixa as modificações adquiridas de indivíduo para indivíduo, de ascendente para descendente. A ação contínua do exercício e do hábito modifica, porém, os efeitos da hereditariedade, tornando os órgãos cada vez mais divergentes entre

si, desenvolvendo uns e atrofiando outros, pela razão fisiológica de que a seiva reparadora da força se fixa de preferência na sede da maior atividade.

Darwin observou que na ilha da Madeira há uns coleópteros quase desprovidos de asas, ao passo que outros têm asas extremamente vigorosas. Estes dois fenómenos procedem da mesma causa — o vento do mar. Diante dessa força da natureza os insetos divergem de resolução. Uns acobardam-se, desistem de combater e escondem-se ao abrigo das plantas até que o vento cesse. Outros arriscam-se a serem arrebatados pelo vento, debatem-se, resistem, lutam. Estes últimos produziram uma raça de voadores atléticos e vitoriosos; os outros produziram gerações de coleópteros sedentários, moles, desasados.

O que se dá com os insetos da ilha da Madeira, perante o vento do mar, dá-se com os povos na luta pela vida no meio do conflito das contrariedades sociais. Os que cedem desasam-se.

Foi o que nos sucedeu.

A história da nossa decadência oferece a mais perfeita confirmação das leis de Darwin. As nobres faculdades que fizeram de nós um povo exemplar até o século XV atrofiam-se até darem a degeneração pelo exercício e pelo hábito, pela hereditariedade e pela seleção artificial. O militarismo seria insuficiente para explicar uma transformação tão profunda como aquela porque passamos. Citaremos algumas outras causas.

A Inquisição, fazendo da delação uma virtude cristã e da hipocrisia uma necessidade social, obriga os indivíduos pelo instinto da conservação a dissimular, a atraiçoar, a mentir.

Os caracteres desenvolvem-se a pouco e pouco no sentido dos defeitos em que se exercem. O terror transmitido de geração em geração cria a deformidade moral a que podemos chamar uma pusilanimidade orgânica.

A expulsão dos judeus e dos mouros e a perseguição dos cristãos-novos não só paralisa o comércio e a indústria, mas elimina da comunidade social os indivíduos mais operosos e mais úteis.

A confissão tornada obrigatória pelo Concílio de Trento e decretada como indispensável à salvação das almas, cria o diretor espiritual, introduz o padre na família, ferindo-a por esse modo no pacto do amor, que é a base da sociedade conjugal. O inquisidor sistematiza a traição na ordem social; o confessor promove-a na ordem doméstica.

Esmagada a arte nacional, emudecido o génio do povo, monopolizados o ensino, a ciência e a filosofia pelas ordens religiosas, o celibato eclesiástico esteriliza o princípio da hereditariedade intelectual, destrói a orientação dos cérebros. E enquanto o desumano e monstruoso egoísmo monástico acumula nas livrarias dos conventos uma literatura artificial, sem tradições nacionais, sem raízes históricas, de um maneirismo beato e grotesco, cheio de

sofisticações de sacristia, sem virilidade, sem sexo, num estilo delambido até a imbecilidade — fora dos conventos propagam-se os néscios.

O jesuitismo, impelindo para a derrota de África D. Sebastião, destrói em Alcácer Quibir, na flor dos anos, sem descendência, os representantes mais vigorosos da hombridade nacional.

A monarquia aristocrática, apoiando-se na nobreza com os seus morgados, vinculando a terra, monopolizando a propriedade, impede a formação da família burguesa, e faz do povo uma plebe servil, uma criadagem vilã.

Estas causas, que determinaram biologicamente, fatalmente, a extrema decadência da nossa raça, desapareceram, mas os seus efeitos permanecerão enquanto novas influências não vierem excitar a nossa atividade, produzindo o progresso pela sobrepujança dos indivíduos mais fortes, mais enérgicos e mais inúteis. A sociedade portuguesa, tal como ela está presentemente organizada, não atua, porém, sobre os seus membros no sentido da seleção, tendo por efeito o progresso da raça. O nosso meio atua sobre nós em sentido contrário no sentido da regressão ao estado selvagem.

O Sr. Horácio Ferrari, redator de uma interessante revista publicada no Porto e intitulada O Positivismo, demonstrou cientificamente essa verdade.

"A espécie humana associada", diz o Sr. Ferrari, "está sujeita a três ordens de causas destruidoras, umas que afetam diretamente o indivíduo, outras o estado social. É certo em sociologia como é em biologia, que uma raça civilizada

decai e retrograda para o estado selvagem sempre que as condições sociais tendem a destruir os seus membros mais disciplinados, mais acomodados pelo seus hábitos regulares de conduta à vida civilizada." E depois de ter provado, até à saciedade, que esses princípios assentam em bases perfeitamente científicas, o Sr. Ferrari conclui por esta lei: — Uma nação decai rapidamente e tende a extinguir-se sempre que para os diferentes cargos, públicos ou particulares, sejam preferidos os indivíduos menos capazes de os exercer.

A sociedade portuguesa está, desde a revolução liberal, na decadência progressiva determinada pela lei que o Sr. Ferrari enunciou.

Os cargos públicos em Portugal foram distribuídos em 1836, como presa de guerra, entre os companheiros mais valorosos de D. Pedro IV.

Nos primeiros lugares das repartições do Estado tomaram assento os primeiros soldados do cerco do Porto. Nas alfândegas, nos tribunais, nas escolas, na Universidade, os cidadãos investidos nos empregos mais rendosos exibiam como títulos do seu direito e da sua capacidade as cicatrizes dos ferimentos recebidos no fogo, os galões do uniforme de guerra, a patrona rebentada pelo peso do cartuchame da ordem, e a baioneta suspensa ainda no boldrié de campanha.

E os serviços públicos ficaram dirigidos pelos batalhões dos Voluntários da Rainha. Era o regime dos bravos.

Depois, à medida que esses funcionários se extinguiam, os cargos devolutos foram sucessivamente confiados aos vencedores em outras companhas — as campanhas eleitorais. É o regime dos guardas de eleições.

O valor intelectual está de parte.

Ora como é da natureza biológica de todos os organismos, quer num indivíduo quer numa sociedade, que a seiva da força se fixa na sede da maior atividade, o resultado das práticas a que nos referimos é que o valor intelectual diminui e definha, ao passo que o poder da intriga aumenta e prospera.

Com o abastardamento da inteligência deperecem todas as nobres faculdades do homem: a tenacidade no trabalho, a firmeza no dever, o respeito da verdade, a inteireza do carácter, a honra, o desinteresse, a coragem.

Com o hábito da intriga desenvolvem-se todas as fraquezas que são com ela solidárias; o espírito da aventura traz o espírito da vadiagem; vem a preguiça; vem o amor da vida repousada e farta, a avidez do lucro, o egoísmo, a pusilanimidade, a adulação, a mentira, a doblez, a cobardia e, com a ausência completa do senso moral, o desequilíbrio do cérebro, a inépcia e a imbecilidade.

Tal é o modo como o princípio da seleção artificial atua na sociedade portuguesa sobre o desenvolvimento da espécie.

Em Portugal, a luta pela vida destrói a altivez moral e dá a sobrevivência à ignorância bajuladora e servil.

Há, porém, um facto extremamente consolador. Entre os agentes fisiológicos que determinam num povo a direção do seu destino figura o instinto da imitação, peculiar das espécies superiores na série zoológica, e principalmente da espécie humana. Este instinto é um elemento precioso do progresso, porque é a imitação que torna fecundo o exemplo.

O poder do exemplo é de tal modo enérgico e decisivo que só o exemplo basta, atuando na virtude prolífica da imitação, para modificar e transformar em poucos anos o carácter de um país.

O penetrante escritor inglês, a quem já nos referimos nestas páginas, Bagehot, recentemente falecido, dizia que a influência pessoal de Lorde Palmerstorf fizera por alguns anos da Inglaterra uma sociedade patusca.

Há em todos os países um certo número de indivíduos que pela sua natureza veemente, expansiva, aparatosa, constituem os caracteres típicos, predominantes no seu meio. São os imitados. A massa geral do público é essencialmente imitadora.

Em Portugal, os indivíduos chamados aos altos cargos do País dissemos já que são os menos próprios para produzirem pelo exemplo uma influência salutar. São tipos defeituosos, de uma ação funesta no desenvolvimento do carácter público.

Os efeitos dessa influência manifestam-se em longas séries de fenómenos mórbidos de carácter contagioso. Temos, por exemplo, nos últimos anos: a crise bancária de 1867 em Lisboa e no Porto; o alcance na Padaria Militar; o roubo no Correio Geral; o roubo do Banco Hipotecário; o roubo na Caixa de Crédito; o roubo na Caixa Filial do Banco União; o roubo no Banco Ultramarino; a sindicância à Penitenciária; a sindicância à Alfândega do Porto; os roubos e as irregularidades de serviço, ultimamente revelados pelo próprio diretor, na Alfândega de Lisboa; os suicídios dos empregados alcançados (passim); as evasões e homizios de empregados com dinheiros públicos; as ordens surdas sobre os cofres dos ministérios, facto referido em todas as discussões dos orçamentos do Estado; as burlas sucessivas nos fornecimentos do Exército, nas compras de armamento, nas compras de navios, etc.

No entanto, fora das regiões oficiais, manifestam-se em cada dia personalidades poderosas, caracteres exemplares, destinados a tomarem-se outros tantos centros de imitação.

Entre esses caracteres típicos, de um relevo preponderante, notam-se afinidades de ideias, analogias de convicções, linhas de uma semelhança comum que aproximarão de um só tipo único os grupos influenciados pelo núcleo parcial de cada exemplo. É assim que está destinada a operar-se a revolução portuguesa. O tipo oficial cairá diante do tipo dissidente, e as nomeações do Estado cederão progressivamente o passo na direção do País às preferências da estima pública. Este resultado anuncia-se já de um modo

indubitável. No romance, na poesia, na crítica, na história, na sistematização filosófica, na vulgarização científica, nos clubes, na Imprensa, no professorado, o movimento dirigente dos espíritos é manifestamente adverso e hostil ao espírito das instituições vigentes. Os homens que pela sua atividade mental estão determinando esse movimento revolucionário na arte e na ciência não são unicamente os homens mais instruídos, são também os cidadãos mais probos, os mais dignos. São esses homens que, fora dos parlamentos, dispondo apenas desses dois meios de ação — a Imprensa e o Ensino — estão lentamente, surdamente, impercetivelmente, realizando esta obra imensa: a reconstituição infalível do caracter de um povo pela influência dominante dos seus caracteres superiores.

A luta está já travada, e a vitória está prometida àqueles que dentro da esfera da sua atividade, qualquer que ela seja, souberem cumprir estes dois deveres de todo o homem trabalhador e de todo o homem honesto: — espalhar lição e fundar exemplo.

CAPÍTULO XXVII

A CRÍTICA DE UMA SENHORA ÀS TEORIAS DAS FARPAS SOBRE A EDUCAÇÃO DAS MULHERES

Janeiro, 1878.

Com este título — Ao Sr. Ramalho Ortigão — publicou o Diário da Manhã o folhetim seguinte:

Os exames no Liceu Nacional — Os fins da educação — Um programa de ensino para o sexo feminino — Como se prepara a emancipação das mulheres — Duas catástrofes: o estado da literatura feminina e o estado da cozinha nacional — Grito aflitivo do País: menos odes e mais caldo!

Termina assim o sumário do último número das Farpas. Qual de nós deixaria de ler com a máxima atenção um artigo escrito pelo Sr. Ramalho, sobre assuntos de tanto interesse para o nosso sexo! Nenhuma, decerto. E para que se não diga com verdade que o grito aflitivo do País, do qual o Sr. Ramalho se fez órgão, pedindo-nos caldo, não foi ouvido por uma só mulher portuguesa, que, condoída, o socorresse, venho por mim e em nome das senhoras portuenses, dar-lhe não só caldo, mas também luz, que o ilumine nas suas investigações acerca de um assunto, que é realmente grave — a dispepsia

nacional, que S. Exª atribui à nossa ignorância culinária, fazendo assim pesar sobre nós tão tremenda responsabilidade.

Se o assunto de que se trata não fosse realmente grave, contentar-nos-íamos com o prazer que nos dá sempre a leitura dos escritos do Sr. Ramalho, pela elegância do seu estilo, e finura do seu espírito, e apenas diríamos, na nossa linguagem de cozinheira: É pena que os escritos do Sr. Ramalho não sejam mais suculentos! São como os caldos feitos pelos cozinheiros franceses, de aparência magnífica, depurados até à transparência, muito aromatizados... mas sem substância.

Quer-nos, porém, parecer, apesar da ironia com que o Sr. Ramalho fala sempre de nós, que não tem razão para nos querer mal; e que como filho, esposo e irmão de senhoras portuguesas, e por isso quase nosso irmão, deseja com certeza a nossa felicidade e se prontificaria da melhor vontade a fazer-nos um favor se lho pedíssemos. Ouça-me pois.

Não ensine à Sra. Jerónima, nem a mulher nenhuma portuguesa, como se faz esse alambicado caldo francês, tão purificado, que por fim, como o próprio Sr. Ramalho confessa, deixa de ser um alimento. Se tem amor à sua pátria, anime-nos e aconselhe-nos a que continuemos a fazer os clássicos caldos portugueses, suculentos e compactos com os faziam as nossas avós e como nós todas ainda hoje os sabemos fazer. Se o principal agente do temperamento de um povo, do seu carácter e da formação das suas ideias é,

como S. Exª diz a sua alimentação, não esqueçamos que foi comendo esses caldos e quase só com eles que os enérgicos e valentes portugueses contiveram sempre em respeito o poder de Castela, e que na África, e na Ásia praticaram ações de tão prodigioso valor. E, descendo à história dos nossos dias, lembre-se que os vultos grandiosos dos lidadores da epopeia da liberdade, apesar de alimentados pelo caldo nacional e então infelizmente bem magro, mostraram em cem combates a sua heroica energia, e a sua valorosa audácia, sem que o estômago se incomodasse com a dispepsia nacional. É só com caldo e com broa que todos os dias se alimentam aqui centenares de homens do povo, que suportam, sem cansaço, nem fadiga, durante dez ou doze horas por dia, os mais rudes trabalhos; e, contudo, não sofrem de dispepsia. Será por terem mulheres muito instruídas, ou porque o caldo que comem é preparado por cozinheiros de 5000 francos? Deve ser por uma destas razões, visto que é o Sr. Ramalho quem no-lo afirma.

A dispepsia não é em Portugal uma doença nacional, é quase privativa dos homens das classes elevadas — e quer que lhe digamos porquê? Porque eles têm com raras exceções, uma juventude dissipada; porque na idade dos quinze anos, quando os rapazes ingleses e alemães fazem consistir o seu maior prazer em se exercitarem nos jogos atléticos, e todo o seu orgulho em serem vencedores numa corrida ou numa regata, os portugueses vão descansar as lides do estudo nos bancos dos botequins e das tabernas, onde é considerado herói aquele que come e bebe mais brutalmente, e como deus o que engole

sucessivamente vinte e um cálices de licor ou conhaque, o que na pitoresca fraseologia desses senhores se chama dar uma salva real! Desculpa-os, porém, o axioma do nosso código de educação: que é preciso dar muita cabeçada para vir a ser homem sério.

Conhece o Sr. Ramalho, bem melhor do que nós, todos os perigos porque passam os rapazes desde que se emancipam da tutela materna, até que chegam a ser homens. Estude o meio de os livrar desses perigos, e de lhes regenerar os costumes, e verá que, quando chegarem a ser chefes de família, seu natural destino, não precisarão de encontrar na esposa o braço forte que lhes seja amparo, e terão o estômago são como em crianças, podendo digerir perfeitamente um caldo, mesmo quando ele não seja perfeitamente transparente, e até quando tenha seus vestígios de gordura. Faça isso que lhe pedimos, e todos nós bendiremos o seu nome, pois deste modo terá prestado um importantíssimo serviço ao seu país.

O seu programa para a educação das mulheres parece-nos excelente para França, Inglaterra e outros países onde as meninas são educadas nos colégios, longe da família; mas aqui, onde em geral as crianças que os frequentam comem e dormem em casa, essa educação que nos habilita a ser boas ménagères, já que o Sr. Ramalho gosta de francesismos, recebemo-la nós todas com o exemplo e lição das nossas mães.

Em Portugal, onde todo o serviço doméstico é geralmente feito em casa, todas nós sabemos como se lava, como se engoma, como se cozinha, como se faz doce, como se talha um vestido, etc.

Mesmo as senhoras que não fazem esses serviços sabem como eles são feitos, pois desde criança os viram fazer. O que não sabemos, lá isso não, é diferençar os diferentes géneros de mobília e o seu estilo característico nas épocas mais notáveis da arte ornamental, etc., etc.; mas enquanto considerarmos, como até agora, a vontade e o gosto do dono da casa, a suprema lei que nos rege na escolha de todos esses artigos em que nos fala, deixaremos esses conhecimentos aos cuidados dos nossos maridos.

Enquanto à nossa educação moral, estamos convencidas que em país nenhum as mulheres são mais honestas, mais laboriosas, mais dedicadas, mais sóbrias e económicas, mais submissas à vontade do marido que nós, e toda a eloquência do Sr. Ramalho não é capaz de abalar sequer a nossa convicção.

Em França e em Inglaterra há muitas mulheres — por profissão enfermeiras, aqui não as há senão nos hospitais, e nem se lhes sente a falta, porque em toda a casa onde há mulheres, quer ela seja mãe, esposa, filha, irmã, ou mesmo criada, há uma enfermeira solícita, carinhosa e dedicada, cuja coragem nem sequer vacila perante os horrores do contágio, que tantas vezes aniquila o ânimo de homens enérgicos e audaciosos.

Para sabermos fazer prodígios de economia não precisamos de nos alistar numa escola inglesa, e, se o não soubéssemos, a primeira mulher do povo que interrogássemos no-lo ensinaria.

Também em Portugal se pode sustentar uma família com 1$600 réis por semana, mas nessa família — o chefe, que trabalha do nascer ao pôr do Sol, sustenta-se comendo três tigelas de caldo que lhe custam 10 réis cada uma, 20 réis de sardinhas, e réis de broa por dia: total, 90 réis.

Convença os homens, com a sua deslumbrante eloquência, de que este alimento é muito suficiente para conservar robustas as forças vitais, e verá como nós todas fazemos economias prodigiosas, e como uma casa deixará de ser uma loba para se transformar numa burra.

Mas se considera como ideal da perfeição na mulher ser ela o braço forte e escudo da família, também lhe podemos aqui apontar numerosos exemplos dessas. As mulheres de Avintes passam os dias remando e guiando barcos no nosso Douro para ganhar o pão dos filhos, enquanto os maridos ficam em casa cozinhando: já vê que para qualquer de nós realizar o seu ideal basta casar em Avintes.

A educação intelectual das mulheres, quando elas se não dediquem a ser mestras, pode, e até deve, assim como a moral, receber, como complemento necessário, as lições dos homens de quem focem esposas. Assim, reconhecendo no marido superioridade em tudo, até mesmo nos

conhecimentos literários, ser-lhes-á mais fácil ter por ele esse respeito que a religião e a sociedade nos impõem como o primeiro dever da esposa.

Enquanto à emancipação das mulheres, esse sonho dourado das senhoras inglesas — nós, menos profundas pensadoras, não o queremos.

Entendemos que a natureza, que nos obriga a sofrer cruciantes dores físicas para atingirmos o apogeu da nossa glória — o ser mãe —, nos ensina a todas que a nossa missão na Terra é saber sofrer e amar, por isso beijamos com os olhos rasos de lágrimas de alegria o filho que acaba de nos fazer sofrer as dores da maternidade, e abençoamos reconhecidas a mão que prende as nossas algemas de escravas, quando essa mão é a de um homem, em quem, passados os entusiasmos da paixão, encontramos as sólidas virtudes que apreciamos e respeitamos.

Regenerados os costumes dos homens, a família portuguesa, constituída como até agora, poderia ser apresentada como modelo às nações mais civilizadas da Europa.

Filhos ambos da mesma terra, e quase da mesma idade, considero-me sua irmã, e como tal deixe-me dar-lhe um conselho. Se eu tivesse a sua inteligência, inquestionavelmente uma das mais brilhantes do País, essa sua robustez física, e a sua grande cabeça na qual o chapéu de Thiers ou de Bismarck assentaria perfeitamente, dedicar-me-ia a escrever livros que fossem

mais úteis do que agradáveis, e deixaria aos palhaços dos circos o trabalho de fazer rir o público.

Em paga de todos os favores que lhe peço, prometo fazer-lhe só um, mas esse importantíssimo.

Não dizer a nenhuma senhora portuguesa com que caldo cresceu e medrou o Sr. Ramalho, senão julgá-lo-iam tão criminoso como quem maldiz dos seus.

Sua Irmã de Caridade Reproduzimos esse importante folhetim porque nos asseguram que efetivamente é escrito por uma senhora. Neste ponto de vista ele é para nós de um valor inestimável. Esse folhetim é a mulher. Não somos já agora nós que tenhamos de dar-nos ao trabalho delicado e subtil de a retratar. É ela mesma que vem reproduzir-se nestas páginas como num espelho. Esta imagem direta do vivo constitui a mais preciosa aquisição da nossa galeria. Não somos nós que a descrevemos, que a fantasiamos, deturpando-a talvez na pureza da sua linha por meio de um lápis suspeito de inabilidade ou de má fé. Veem que é ela mesma que aparece, que faz o favor de mostrar-se viva, a corpo inteiro, na sua prosa como através de um vidro. Queiram aproximar-se, meus senhores!

Queiram aproximar-se! Espreitem por este buraco e vejam-na!

Aí a têm! É assim que ela é. Não há artifício, não há preparo, não há processo nenhum de estilo para a fazer melhor ou pior do que a realidade mesma.

Reparem bem, meus senhores, que não é Proudhon que a descreve, não é Courbert que a pinta, não é

Offenbach que a põe em música. É ela mesma, ela em pessoa, que corre uma cortina e aparece.

O que estais contemplando é a obra da direção mental que nós mesmos imprimimos ao nosso tempo, é o fruto legítimo e autêntico da filosofia, da literatura, da arte, da corrente geral de ideias que temos produzido e impulsionado: é a nossa mulher tal como no-la fizeram os contactos da nossa convivência — a escola, o jornal, o livro. Revede-vos na vossa obra!

Esse curioso ente representa a soma de vinte anos de poesia lírica e de pó de arroz, de retórica e de chic, de doce de ovos e de cuia, de recitação ao piano e de tacões Luís XV, de colégio nacional e de cold-crenni, de figurino e de água morna. Glorioso conjunto.

Vede que lucidez de razão! Que firmeza de critério! Que contensão de raciocínio! Como se adivinha bem no poder dessas faculdades intelectuais a circulação fácil e viva, através da rede dos nervos encefálicos, de um sangue opulento e forte! A mente sã que tão vigorosamente se afirma no curioso trecho literário que acabais de ler presume o organismo mais perfeito, o corpo mais denso, o músculo mais racionalmente exercitado por uma sábia higiene. Pela sua forte maneira de pensar podeis ajuizar com segurança da sua forte maneira de viver. Vede e aplaudi!

Aplaudi-a a ela pelo que aprendeu; aplaudi-vos a vós mesmos pelo que lhe ensinastes.

Esta senhora, em nome de todas as outras senhoras, das quais ela se diz intérprete, dirige-se às Farpas na pessoa do seu autor.

O que são as Farpas com relação às mulheres?

As Farpas são a publicação periódica — única em Portugal — que em artigos consecutivos desde a sua aparição até hoje se tem constantemente consagrado por meio dos seus processos de crítica à reconstituição dos costumes e à reorganização da família segundo o critério porque se dirigem as sociedades modernas; elas têm combatido violentamente o divórcio; têm despojado o adultério da clâmide dramática em que tantas vezes o envolve a poesia doentia, para o flagelarem pelo ridículo na sua torpeza nua; têm honrado o casamento indissolúvel como sendo a mais sagrada das instituições perante a dignidade humana; têm fulminado o celibato como um aleijão fisiológico e social; têm dado como base à emancipação da mulher a instrução prática, tão deficiente, e a alta cultura do espírito, tão negligentemente descurada na antiga educação; têm-lhe ensinado que é aprendendo desveladamente a ser útil que ela descobrirá o segredo de ser verdadeiramente e eternamente amada; têm solicitado a sua colaboração no estudo dos modernos problemas sociais como fator indispensável à fixação do nosso destino; têm pedido instantemente para ela a fundação de novas escolas de ensino superior; têm-lhe falado, como

velhas amigas dedicadas, dos seus interesses mais caros: das bonecas das suas filhas, dos jantares do seu marido, dos arranjos da sua casa, da cozinha, do jardim, da adega, do armário das roupas brancas, do valor dos alimentos, da ordem, da economia doméstica, etc.; têm-lhe feito presente de uma infinidade de teorias, de noções, de projetos, de sistemas, de programas completos, imperfeitamente concebidos — é claro — mas demonstrando uma dedicação excecional, por isso que nenhuma das publicações periódicas que precederam esta se dirigiu jamais às mulheres, a não ser para lhes consagrar romances de uma moralidade suspeita, ou versos de uma honestidade duvidosa.

Depois de publicados cerca de quarenta volumes da coleção das Farpas uma senhora tem finalmente alguma coisa que dizer ao autor, e manda-lhe o seguinte conselho como resumo da opinião coletiva de todas as damas portuguesas:

"Que ele trate de outro ofício e deixe aos palhaços dos circos o trabalho a que até aqui se tem dado de fazer rir os outros!"

Este simples conselho é como um relâmpago nas trevas do nosso espírito. Ele de per si só basta para nos convencer de que a educação das senhoras portuguesas não só é igual — como a autora modestamente formula — à das primeiras mulheres estrangeiras, mas que pode mesmo considerar-lhe superior.

Efetivamente, Madame Sand, Madame de Girardin, Lady Morgan não tiveram nunca para dirigir a um escritor qualquer — amigo ou adversário — uma palavra tão lúcida, tão conceituosa, tão profunda e ao mesmo tempo tão finamente aristocrática, tão nobremente distinta, como aquela com que somos honrados pelo critério da nossa ilustre compatriota. A sua Excelência entende que não somos mais que um palhaço de circo, opinião profundamente filosófica. É talvez isso mesmo o que todas as mulheres estrangeiras pensariam se nos lessem. É natural porém que elas tivessem achado entre as suas pérolas, entre as suas rendas, por debaixo das suas luvas, no fundo de algum velho cofre perfumado, de alguma doce gaveta esquecida, entre as mimosas recordações perdidas da sua carteira ou do seu coração, um pequeno meio qualquer de não chamarem completamente palhaço com todas as letras e a sua respetiva cedilha, p-a-l-h-a-ç-o, a um homem a quem os seus maridos lhes houvessem permitido dirigir uma carta pela Imprensa.

Sua Excelência a ilustre escritora portuense tem da dignidade alheia e da sua própria dignidade uma compreensão diversa, que não podemos deixar de atribuir, com orgulho patriótico, à influência local da Rua de Cedofeita, sobre os requintes da delicadeza feminina.

Não é menos original nem menos profundo o modo como a nossa distinta compatriota contesta a conveniência de ensinar fisiologia humana e química culinária às meninas portuguesas.

Se Sua Excelência tivesse efetivamente a instrução que nós pretendemos que se lhe deve dar; se a sua Excelência houvesse compreendido que a mais nobre missão da mulher é, como diz Michelet, a de alimentar o homem; se, para nos provar que estava apta para cumprir no seio da sua família essa missão, Sua Excelência nos convencesse de que conhecia a síntese química da nutrição, a evolução celular, a relação existente entre os fenómenos da nutrição e do desenvolvimento, do movimento e da combustão; se nos mostrasse que estava habilitada a distinguir os princípios alimentares pelas suas classificações mais genéricas, os que fornecem o calor e a força e os que ministram os elementos reparadores; se nos revelasse que sabia dirigir tecnicamente um jantar, ou fazer pelo menos um simples caldo, por lhe terem passado pelos olhos, uma vez pelo menos, alguns dos eminentes trabalhos consagrados a este assunto essencialmente vital pelo Sr. Gautier, que fez um tratado de química aplicada à higiene, pelos Sr. Moleschott e Geoffroy Saint-Hilaire nas suas cartas sobre as substâncias alimentícias, pelo Sr. Champouillon na sua Higiene Alimentar, pelo Sr. Claude Bernard nas suas lições e conferências, pelo Sr. Bouchardat na sua memória sobre a alimentação insuficiente, pelos Srs. Liebig, Payen, Fonssagrives, Gustave le Bon, Letheby, Marvaud, Michel Levy, Coulier, Lacassagne, Fleury, Wurn, etc.; se a sua Excelência possuísse finalmente — ainda que no estado da mais ligeira tintura — alguma das noções em que se baseia a teoria da cozinha, que é um dos mais importantes

factos da higiene ou da fisiologia aplicada, o seu voto nesse caso poderia ter discussão.

A brilhante ausência de ideias que a sua Excelência manifesta sobre este assunto dá ao seu voto um carácter irrevogável, que não pode infundir nos adversários senão admiração e respeito.

É inútil que Smith, por um lado, e o Doutor Byasson, por outro, se tenham dado ao trabalho de reconhecer por meio de experiências feitas sobre o seu próprio organismo qual o dispêndio de carbono e de azoto em cada hora, já dormindo, já caminhando, já executando um trabalho mental ou muscular, para regular sobre este dispêndio a ração alimentar de cada indivíduo. É inútil que o Doutor Franckland e Paven tenham feito as análises mais escrupulosas para nos darem um quadro do valor nutritivo dos diversos alimentos e da quantidade de força e de calor desenvolvida pela oxidação deles. É inútil que o Doutor Chenu e o Doutor Chimpton nos tenham mostrado, pela comparação das estatísticas da salubridade nas campanhas da Crimeia e da Itália, o extraordinário poder da qualidade da alimentação sobre a saúde e sobre a energia dos soldados. É inútil que pelo estudo de iguais estatísticas com relação à alimentação de operários empregados nas grandes indústrias se tenha provado que da qualidade da alimentação resulta o aumento ou a diminuição de 20 a 30 por cento no trabalho de cada homem. É inútil que Geoffroy Saint-Hilaire nos tenha dito: "Quantos factos na vida das nações atribuídos pelos historiadores a diversas causas complexas e cujo segredo reside simplesmente

na cozinha das famílias!" É inútil que toda a ciência tenha provado que a maioria dos crimes e dos vícios se deve atribuir em cada sociedade ao seu regime alimentício; que o uso dos alimentos nervinos é uma necessidade inviolável na rude concorrência vital do nosso tempo; que é indispensável, perante a moral e perante a justiça, melhorar a alimentação dos trabalhadores, facilitando-lhes a aquisição dos alimentos plásticos e reparadores geralmente insuficientes na sua economia. É inútil que em todos os países civilizados os sábios, os filósofos, os estadistas procurem por todos os meios de vulgarização e de associação chamar a atenção das mulheres para o estudo e para a resolução desse grave problema, cuja sede é a cozinha. É inútil tudo quanto se tenha alegado e quanto possa alegar-se para convencer esta ilustre senhora portuense da vantagem que resultaria para os seus semelhantes do facto de ela aprender a fazer caldo um pouco menos empiricamente do que por tê-lo visto fazer à cozinheira da sua avó.

Sua Excelência tem para manter a inalterável tradição sobre os métodos de deitar a carne à panela nas cozinhas da sua rua este argumento supremo: Foi com essa panela à frente que os Portugueses contiveram em respeito o poder de Castela e praticaram prodígios de valor na Ásia, na África e na Epopeia da Liberdade. Segundo Sua Excelência, foi abraçados à travessa do cozido que os nossos avós descobriram a Índia, e que os pais de uns de nós resistiram aos pais dos outros durante o cerco do Porto. Os vencidos jantavam no Bignon ou no Café Anglais.

Em presença dessa lógica de ferro submetemo-nos humilhados e reverentes. Uma vez que as coisas se passaram como Sua Excelência afirma, nada se nos oferece retorquir. Mantenha-se o statu quo na perfeita educação da mulher portuguesa.

Continue Sua Excelência a imaginar que sabe cozinhar, que sabe lavar a roupa, que sabe talhar um vestido e que sabe também ó legítimo orgulho! — fazer doce. — Demais a mais — notem Sua Excelência faz doce!

Não! Positivamente nada se nos oferece retorquir-lhe. Faz doce? Bem. Não precisa de saber mais nada. Aí tem Sua Excelência uma opinião que lhe garantirá "as sólidas virtudes que o seu marido desenvolver no lar doméstico passados os entusiasmos da paixão": — Sua Excelência gosta de açúcar!

Quem sabe se não será por um efeito do atavismo sobre a gula que os meninos de quinze anos de quem Sua Excelência nos fala vão beber licores para os botequins?

As mães dos que amam os jogos atléticos e as proezas musculares têm elas mesmas não a opinião do açúcar mas sim a do roast-beffe da água fria; não fazem doce, fazem ginástica, e não ensinam os filhos unicamente a comer marmelada, a ir à novena e a não meter os pés nas poças; ensinam-lhes o cricket, a natação e o box, dão-lhes desde a idade mais tenra os hábitos mais viris; e, como sabem impedir que eles vão para os botequins, não costumam encarregar os críticos de lhos ir lá buscar.

Sua Excelência não se recusa unicamente a aprender a fazer bom caldo segundo os preceitos de Liebig, que nós lhe aconselhamos supondo que Liebig, um dos primeiros químicos do mundo, sempre saberia um pouco mais disso do que o António das Raparigas, célebre inculcador de cozinheiras, encarregado de ministrar às donas de casa portuenses as suas mestras da arte culinária.

Sua Excelência não só não quer fazer caldo em termos para seu marido, mas nem mesmo quer escolher a mobília, comprar os pratos e os copos, determinar a diferença de cor nos estofos do salão e da sala de jantar, tornar a casa alegre, ridente, aprazível e digna, pagando assim em elegância, em delicadeza e em bom gosto, à sociedade conjugal um serviço igual àquele que recebe dela em proteção, em trabalho e em força. A sua Excelência prefere deixar todos esses conhecimentos aos cuidados do dono da casa cuja vontade considera a lei suprema na escolha de todos os artigos!

Ficaríamos na mais inquietadora dúvida acerca das funções que a sua Excelência deseja exercer no lar doméstico, se ela mesma não tivesse a bondade de nos explicar que a ocupação para que se reserva é a de abençoar agradecida a mão que prende as suas algemas de escrava!

O que nos parece é que esse mister exclusivo da sua Excelência não promete uma existência bem divertida em família ao chaveiro das suas algemas!

Se fôssemos seu marido declaramos que nos desquitaríamos se a sua Excelência recusasse aprender pelo menos, além de abençoar os ferros, a jogar a bisca. O nosso temperamento não nos permitiria estar a dar-lhe constantemente o grilhão a abençoar; quereríamos ter a faculdade de poder dar-lhe também, de vez em quando, para variar, uma boa pilota às cartas.

O folhetim da sua Excelência termina com uma alusão pessoal à nossa robustez física e ao caldo que no-la criou. Sobre este ponto pedimos licença para ministrar alguns breves esclarecimentos biográficos:

Eu — pois que é bom precisar a clareza dos números —, eu, autor destas linhas, não me criei no regime dietético do Chiado ou da Calçada dos Clérigos. Não, minha senhora: eu criei-me no caldo de unto e na broa dos homens do campo. Estou prevendo que a sua Excelência tirará deste facto a conclusão maliciosa de que não tomei chá em pequeno. que a sua Excelência não hesite um momento em tirar tal conclusão! É até favor que me faz — para simplificar os dados do problema — o partir do princípio de que não tomei esse chá.

Agora o que tomei foi o bom ar puro, saudável e honesto da querida courela onde nasci e em que me criei. Entre os preciosos alimentos minerais de que me nutria havia um princípio de primeira importância para o perfeito desenvolvimento do meu arcaboiço: — o fosfato de cal, que eu ingeria em grandes doses.

A nossa casa, cercada de árvores, no meio de campos, não tinha saguão, não tinha vizinhas de cuia de retrós e de sapatos achichelados, não tinha pia.

A vida que cercou a minha infância era simples, rude, poderosa, como o grande ar vivificante que me envolvia. Dos homens da minha família o primeiro plumitivo sou eu. As mulheres eram ingénuas criaturas que, sem terem lido nunca Proudhon ou Taine, sem conhecerem nenhuma das teorias dos modernos moralistas, tinham todavia compreendido e assimilado por um instinto cheio de lucidez, os dois principais deveres de uma mulher: primeiro, ser saudável; segundo, não ser conhecida. No interior da sua casa eram admiráveis exemplos de dignidade, de trabalho, de ordem, de economia, de bom humor.

Madrugavam como as cotovias, e nunca o velho piano de cauda, que eu conheci ao canto da sala grande, deixou de se fechar de memória de homens às 10 horas da noite, o mais tardar. Não se desprezavam de cultivar, elas mesmas, os seus canteiros de túlipas e de cravos, e eu seria o primeiro dos artistas portugueses se conseguisse um dia condensar num livro toda a soma de método, de ordem, de execução estética, de picante espírito pitoresco, de risonha graça, de que era modelo a incomparável cozinha da minha avó — aberta ao nível do pátio em frente do poço, cheia das alegrias cintilantes do sol e do balsâmico perfume dos limoeiros; enfumada, com os dois escabelos de carvalho de cada lado da borralheira sobre o vasto lar de granito; a enorme capoeira onde se espanejavam os capões; os troféus ornamentais dos

instrumentos agrícolas; as prateleiras da louça reluzente; o cortiço da barrela e a masseira do pão a um canto; os bambolins de paios e de presuntos do fumeiro suspensos do teto; a comprida mesa dos moços da lavoura, tendo em cima a grande selha com a braçada verde dos frescos legumes picada com as pintas douradas das cenouras entre as aveludadas e gordas eflorescências dos brócolos; e no meio disso a intervenção periódica do mendigo da estrada, de alforge ao pescoço, que vinha encher a sua escudela de batatas ou de caldo, enquanto os pardais mais atrevidos iam sem pedir esmola debicar a broa do balaio na testada do forno.

Esse conjunto exalava uma penetrante sensação de tépido aconchego, de suave alegria, de inalterável paz; inspirava sentimentos práticos e honestos; era o complemento e o comentário vivo das velhas histórias contadas à lareira; infundia o respeito da tradição; dava o amor da família; explicava o amor à terra da pátria pela dedicação às quatro braças de solo cobertas por esse velho teto.

A cozinha da minha avó era finalmente uma profunda obra de arte, da qual os mais belos quadros da escola flamenga, tão penetrados como são da poesia doméstica, não puderam dar-me jamais senão uma ideia desbotada e fria. Escuso de acrescentar que toda a obra de quantas literatas tem havido em Portugal não pode senão fazer-me sorrir comparada à obra modesta da minha avó, que ela tirou num preciso exemplar único para a educação das suas filhas, para a fixação do respeito, da veneração e da saudade dos seus netos.

A minha robustez física é o mais contraproducente dos argumentos que a minha contraditora podia aduzir em favor da sua doutrina. Diz Hahnmann que a fraqueza do homem começa sempre na fraqueza da mãe. A minha robustez devo-a eu a descender de uma vigorosa raça de mulheres, que os nobres cuidados da sua casa e da sua família tiveram sempre ao abrigo das sentimentalidades enervantes e das publicidades burlescas.

Poucas vezes empalideceram nos bailes, e não tiveram nunca de que corar nos folhetins dos periódicos.

Terminando, agradeço de novo os conselhos da sua Excelência a ilustre escritora minha patrícia, mas peço licença para os não seguir. Continuarei a fazer rir os outros, o que me não impedirá de fazer também chorar alguns, uma ou outra vez, quando for preciso.

CAPÍTULO XXVIII

A INTERVENÇÃO ECLESIÁSTICA — A MÁ-CRIAÇÃO DA INFÂNCIA

Março, 1882.

Se porventura quiséssemos fazer de conta que não lemos os anúncios do Diário de Noticias e passássemos as palhetas ao senhor arcebispo de Mitilene sem nos inclinarmos reverentes perante a provisão da sua Excelência acerca do desacato da igreja de S. Cristóvão, isto desagradaria talvez ao patriarcado, e A Nação não no-lo levaria a bem.

Eis-nos aqui pois aos pés da sua Excelência.

Meditemos.

Segundo o senhor arcebispo, não foi unicamente um estudante que desacatou o sacramente eucarístico — como outros repórteres disseram. Os profanadores foram três. Dois deles cuspiram no chão as espécies sagradas, o outro cuspiu no lenço de assoar. Depois do que os sujeitinhos, que têm de doze a catorze anos de idade, trocaram entre si "sinais de escárnio".

O Sr. D. António José de Freitas Honorato, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica arcebispo de Mitilene e governador do patriarcado no impedimento da sua Eminência Reverendíssima o Cardeal-Patriarca, compara a má-criação dos três jovens bilhostres de que se trata com o atentado perpetrado pelos judeus deicidas contra a vida de Jesus, e tira em conclusão que o drama do Calvário é muito menos sacrílego e muito menos abominável que o da igreja de S. Cristóvão.

Cheio de toda a amargura e de toda a consternação que um tão negro paralelo naturalmente provoca, o senhor arcebispo exclama:

Se os judeus tivessem conhecido o Senhor da Glória, diz S. Paulo, jamais o teriam crucificado; os seus ultrajes dirigiam-se ao Filho de Maria e de José, a um homem que eles olhavam como um sedutor e como um inimigo de Moisés e da sua lei. Além disso, o crime dos judeus aproveitou ao género humano, que foi remido pelo sangue precioso de Jesus Cristo; mas o sacrilégio há pouco perpetrado que desculpa terá? E que beneficio produz?

A dor que transparece destes queixumes do venerando pastor do rebanho de Cristo no patriarcado de Lisboa comove-nos profundamente na nossa humilde qualidade de simples rês, e leva-nos a aplicar alguns bálsamos, que pudermos arranjar, sobre a chaga aberta por este desgosto no coração amante da sua Excelência e sobre a mossa por ele feita no seu venerando báculo.

Como o senhor arcebispo muito bem diz na sua epístola em anúncio aos da Rua dos Calafates, e como já anteriormente outrossim o dissera S. Paulo aos Coríntios, o tão falado crime dos judeus, crucificando Jesus Cristo por sentença dos tribunais competentes, não foi no fim de contas senão um acto de pura justiça aplicada às contravenções policiais, exatamente como outros actos análogos que o conselheiro Arrobas aí está praticando todos os dias, sem que por isso se diga que esta autoridade administrativa tem rabo como vingativamente se espalhou acerca dos característicos anatómicos dos governadores civis que o império romano encarregou da polícia da Judeia.

Por isso, também vemos que os efeitos da maldição em que incorreu essa raça proscrita começam a achar-se sensivelmente atenuados.

Os antigos Judas deram em banqueiros. Asshaverus pôs casa, descalçou as sandálias e chama-se hoje em dia Rothschild. Se lhe apetecesse possuir o Santo Sepulcro, não lhe mandava as cruzadas como nós fizemos, comprava-o apenas, e punha lá um casino, com bilhares e roletas para recreio dos filósofos.

Haja em vista bem assim o nosso Bazorra, ainda ultimamente chamado pelo príncipe ao fastígio do poder, enquanto que no tempo do rei D. Manuel, ai dele, que, em vez de ser numa cadeira de ministro seria num tição em que haveria de sentar-se, se jamais ousasse transpor o bairro da Mouraria para

atravessar a cidade em coche da companhia seguido do respetivo correio a trote com a pasta das tâmaras!

Evidentemente, ao crucificarem Jesus, os judeus tiveram simplesmente em vista punir segundo as leis um simples rebelde, chefe de um clube com doze oradores magníficos, declarando-se em oposição às instituições vigentes, à forma do governo existente e aos dogmas da religião do Estado. Se os judeus suspeitassem, por mais remotamente, que Jesus era o filho de Deus feito homem eles nunca o condenariam. Mas os judeus não o acreditavam, e é isso o que os desculpa e até certo ponto os absolve.

Ora, sem de modo algum pretendermos contraditar o senhor arcebispo de Mitilene, nós pedimos muito submissamente vénia a Sua Excelência para lhe fazer notar uma coisa, e vem a ser: que os escolares da igreja de S. Cristóvão se acham completa e absolutamente dentro da esfera das mesmas circunstâncias atenuantes em que se encontram os judeus. Estes crucificaram Jesus por não acreditarem que Deus se tivesse feito homem; aqueles cuspiram-no por não acreditarem que Deus se achasse na partícula eucarística tão real e tão perfeitamente como se acha nos altos céus.

Isto é óbvio. Tanto o senhor arcebispo como toda a gente sabe perfeitamente que não há ser algum de uma obtusidade tão impenetrável e tão córnea que, acreditando na existência da divindade, e, sabendo que tem um Deus na boca,

o cuspa fora, ou seja no chão ou seja no lenço, trocando em seguida olhares de escárnio.

Posto o caso nestas bases — e não é possível pô-lo em estudo sensatamente por outro modo — nós pedimos ainda licença para dizer ao senhor arcebispo que se o crime dos judeus é, pelas circunstâncias que o revestem, completamente desculpável, o crime dos estudantes, pelas mesmas circunstâncias que nele concorrem, é absolutamente nulo. Porque, posta de parte a intenção criminosa e sacrílega dos réus, resta-nos apenas considerar, para os efeitos da culpa, quais as consequências do acto. Ora com relação aos judeus, abstraindo da intenção sacrílega, temos ainda um inocente assassinado; com relação aos estudantes, feita igual abstração, temos apenas uma hóstia perdida. E eis aqui está em suma porque o senhor arcebispo se está a afligir, depondo o seu báculo para desatar a chorar dolorosa e desoladamente sobre o seu armento!

Eis — suspira Sua Excelência — a situação tristemente lamentável em que Nos achamos, o mal Nos acomete de toda a parte, e falecem todos os recursos humanos para se lhe opor um dique poderoso e represar esta torrente desoladora... Tal é o quadro medonho da época presente, sobretudo nesta capital!...

A sociedade corre perigo de se dissolver... Estamos possuídos da mais acerba amargura e aflição..., etc.

E tudo isto porquê, ó meu Deus?... Tudo isto unicamente porque três madraços da instrução primária foram à desobriga sem terem sabido as lições da Cartilha e sem lhes terem ensinado o que é que está na hóstia depois de consagrada!

E o pior de tudo não é somente a tristeza do senhor arcebispo — o que já é péssimo —, o pior de tudo são os horrores que a sua Excelência nos profetiza e os tremendos castigos que, segundo Sua Excelência, a divina providência tem suspensos sobre nós, aproveitando pressurosa este pequeno pretexto de haver numa escola três cabeças de burro rebeldes ao catecismo, para nos pespegar a todos, per omnia secula seculorum, nas penas eternas.

De modo que, para aplacar a tremenda cólera celeste que se nos anuncia, termina o senhor arcebispo a sua provisão, ordenando o seguinte:

Esta Nossa provisão deverá ser dirigida a todas as Paróquias e Casas Religiosas do Patriarcado e Prelazias anexas, para ser lida no próximo domingo ou dia festivo que ocorrer depois da sua receção, indicando-se ao mesmo tempo o dia e hora em que as irmandades e fiéis devem concorrer às preces públicas nas respetivas igrejas.

Estas preces terão lugar em três dias consecutivos imediatos à leitura desta Provisão, expondo-se o Santíssimo Sacramento à boca do Sacrário ou no trono, se tanto for possível.

Todos os sacerdotes do Patriarcado e Prelazias anexas, nas missas que celebrarem nos três dias das preces solenes da respetiva paróquia dirão a oração Pro Quacumque Necessitate pedindo a Deus perdão e desagravo, depois da que devem dizer Pro Papa.

Como este desacato pode também ter por causa a ignorância dos mistérios da nossa santa fé, ordenamos aos reverendos párocos a exata observância da Pastoral da sua Eminência de 25 de Janeiro de 1881.

Para que estas preces sejam mais eficazes e aceites a Deus, recomendamos a todos os fiéis que assistam a elas purificados dos seus pecados pelos Sacramentos da confissão e comunhão.

Se nós outros, ovelhas, não tivéssemos mais nada que fazer neste mundo senão acompanharmos o nosso pastor espiritual balando com ele os cânticos ao divino, como sucede por exemplo a Suas Excelências os cónegos, nada se nos ofereceria retorquir, e pôr-nos-íamos imediatamente à disposição do senhor arcebispo para os fins indicados nas conclusões da sua epístola.

Mas as ovelhas, excelentíssimo senhor, estão sobrecarregadíssimas de trabalho. Elas têm de ganhar o penso de cada dia com o suor da sua lã, e são obrigadas ainda por cima a acarretar para o tugúrio a erva precisa para engordar os bodes que aí estão à argola do País, esmoendo víveres, enquanto a gente anda a monte de focinho no chão à procura de matéria passível.

Ocorre-me, pois, em nome do rebanho a que temos a honra de pertencer, perguntar ao venerável pastor e senhor arcebispo uma coisa:

Sendo dos estudantes que se sabe, e não de mais ninguém, a culpa do desacato, não seria porventura exequível fazer recair sobre eles o castigo e o desagravo?

Não haverá algum meio brando e ao mesmo tempo sagaz de atrair suavemente à Sé esses três malandros? Oferecendo-lhes, verbi gratia, mais hóstias (fingidas, bem-entendido) não seria possível captá-los? E depois de os apanhar dentro da Sé, não haverá já na igreja lusitana um bom cónego de pulso, que agarre numa palmatória de buxo e que lhes rache as mãos com uma dúzia de bolos em cada uma?...

Depois desta primeira amostra do pano conviria — cremos fechar os três delinquentes à chave dentro de um quarto, pô-los a broa e água por espaço de oito dias para lhes abrir as ideias, e passar-lhes lições grandes na Cartilha do padre mestre Inácio e na Civilidade de João Félix. Às tardes, sabatina no coro. Não satisfazendo, férula para cima, enquanto eles tivessem unhas para lhes caírem das mãos aos pés do cabido!

Pela nossa parte nós não teríamos que dizer a esses jovens senão uma coisa: — Chuchem, que é para não serem cábulas e para não andarem na instrução primária anos e anos sem fruto nenhum a roubarem o dinheiro aos seus pais e a darem desgostos aos seus mestres!

Ao fim de oito dias deste regime purificante, temos para nós que os três hereges se achariam aptos para poderem entrar nas igrejas sem cuspirem, sem trocarem olhares de escárnio entre si, e sem darem coices. Pelo que nos quer parecer que a cólera divina teria obrigação restrita de se dar por aplacada e satisfeita.

Que pelo contrário sejam esses três meninos os que fazem os pecados e que sejamos nós os que façamos as penitências, parece-nos duro de mais.

Porque eles são malcriados, a gente é que há de ficar proibida de comer sobremesa?

Porque eles não estudaram os Sacramentos da Igreja, eu e a minha família é que me hei de pôr de joelhos em cima do banco, com a Cartilha ao pescoço?

Eles é que dão os pinotes, e nós é que havemos de ir para o meio da aula com as orelhas de burro?

Eles têm a cuspinheira, e nós é que tomamos a coacia?

Eles é que trocam os olhares, e nós é que apanhamos o tapa-olho?

Acham que é bonito?! Acham que é próprio?!

Não! Podem dizer o que quiserem, isto não é justiça de cristãos, isto é justiça de mouros!

Então está para aqui assim um pecador, com o vaso das iniquidades cheio — porque ainda não houve tempo para o ir remir, está um homem na sua casa atrapalhado com os seus próprios pecados e arriscado a ser aí lambido por uma febre de um dia para o outro, e a ir malhar com o costado aos enxofres eternos, onde há a coceira desesperada e o ranger dos dentes para todo o sempre; e agora, lá porque três fedelhos foram fazer indecências para a desobriga, fuja cada um para as igrejas a confessar-se, a comungar, a rezar a coroa e a fazer preces durante uns poucos de dias, para arranjar o perdão do nosso Senhor e a bela bem-aventurança a uns malandrões, que — notem — ainda por cima são capazes de se porem a fazer troça da gente!

Concluindo, devemos pela parte que nos toca neste assunto fazer uma declaração firme e terminante:

Há de ter santíssima paciência o meu rico senhor arcebispo de Mitilene, mas quem não está resolvido a ir às preces para acudir a tratantes é o filho do meu pai.

Os meninos cábulas e malcriados que embirraram em não estudar a Civilidade e em não estudar a Cartilha, que se arranjem lá como puderem!

Se os meninos em geral cuidam que podem passar a sua juventude de narizes arrebitados e de cartola à banda a ciganar por essas ruas, em vez de estudarem o Credo, e que no momento das cólicas havemos de ser nós que havemos de andar em palpos de aranha e em jejum natural, de opa às costas e de contas na

mão, a correr para as Chagas e para a Encarnação, para que Deus se compadeça deles e os aprove para querubins, os meninos estão completamente enganados connosco.

Se querem estudar, estudem, que é para seu bem!

Se não querem estudar, e preferem continuar a ser indecentes e pulhas, sujeitem-se então às legítimas consequências, que é irem todos para o diabo.

Três garotos arrependidos, de menos no céu, não fazem falta nenhuma.

CAPÍTULO XXIX

A EDUCAÇÃO FÍSICA — OS GINASTAS

Abril, 1881

No circo de Price, espetáculo em benefício dos pobres, pelo Clube Ginástico.

Nós temos pelo instituto que nesta ocasião se exibiu pela primeira vez a simpatia mais profunda. Trabalhar pelo aperfeiçoamento físico de uma raça é trabalhar pelo seu futuro. É pela força física que se reconstitui a força moral.

Temos apenas uma sociedade de ginástica em Lisboa e uma outra, segundo nos consta, no Porto. Na Alemanha o número das sociedades deste género eleva-se hoje a mil oitocentas e trinta e uma. Daí resulta um aumento enorme de vigor muscular na massa da população, o qual faz com que o exército alemão seja hoje o primeiro do mundo pelo valor corporal dos seus soldados.

Em Portugal — país de magrizelas, de derreados, de espinhelas caídas — nada mais importante do que a educação física que o Clube Ginástico tem por fim popularizar.

O que lamentamos unicamente é que os membros de uma corporação tão séria como aquela a que nos referimos faltem ao respeito ao seu próprio instituto apresentando-se em público vestidos de acrobatas ou de alcides. Não, meus senhores, a ginástica de cujo ensino Vossas Excelências se devem gloriar

de ser os fundadores não é uma questão de circo nem de barraca de feira, é uma alta e grave questão de educação nacional.

É assim que ela é compreendida em toda a parte, não só na Alemanha, mas na Suíça, onde há 113 sociedades ginásticas; na Suécia, onde há 24; na Holanda, onde há 45; em França, onde há

; na Itália, onde há 87.

E em todos esses países, quando os clubes ginásticos, ou confederadamente ou cada um de per si, organizam os grandes e belos espetáculos em que o público aprende a estimar a força e a destreza dos músculos como uma das perfeições do homem, os ginastas não se vestem nunca de cetim e ouro como se fossem pobres míseros saltimbancos.

A ginástica tem em toda a parte o seu uniforme, simples, correto e grave, como convém a atletas, que não aparecem em público para receber um benefício, mas sim para dar uma lição.

Esse uniforme consiste singelamente na camisola justa, sem braços, descobrindo os bíceps, nas calças de flanela cingidas por um cinto e no pequeno gorro afivelado por baixo da barba com uma correia, e que se não tira nunca da cabeça, nem ao povo nem aos príncipes, nem ao hino da Carta, nem à

Marselhesa. É o distintivo dos fortes esse gorro. Pedimos ao Clube Ginásio que o adote e que não torne mais a aparecer-nos de gibões de seda bordados e lantejoulas.

É preciso que quem se educa para ser de bronze não tenha nunca o aspeto de parecer feito unicamente de alcorce.

CAPÍTULO XXX

FESTA DA UNIVERSIDADE

Maio, 1881

A juventude académica celebrou em Coimbra a festa de Camões.

Registamos com júbilo este facto, que denota uma orientação nova no espírito dos estudantes.

Durante muitos anos a Universidade, representada pelos seus alunos, só soube fazer troça.

Os estudantes mais espirituosos e mais divertidos afirmavam os ardores da sua fantasia dando faltas nas aulas, dando canelões nos caloiros, e não dando mais nada.

Apenas, a horas mortas, algumas vezes, ao vir de cear, a juventude batia também um pouco pelas paredes e nos futricas.

Ser sujo era um alto característico de elegância. Quando se ia à sociedade punham-se nódoas frescas na batina; e, assim como o virente louro era de rigor na cara das vestais, assim a coroa de caspa era obrigatória na cabeça dos académicos.

Aqueles a quem acerbos desgostos faziam cair a caspa encobriram esse defeito usando caspa postiça. Um professor, fazendo o elogio do asseio, com o fim de sacudir a apatia profunda em que caíra o comércio do sabão, dizia aos estudantes:

"Meus senhores — acreditai-o —, é incomparável o refrigério e o gozo que experimenta o homem, principalmente na estação calmosa, nas primeiras duas ou três semanas que imediatamente se sucedem à lavagem dos pés!"

Montesquieu distingue três espécies de tristeza: — a que vem do século, a que vem dos homens e a que vem de Deus. Em Portugal, além das três tristezas de que fala o sábio, tínhamos mais uma — a que vinha de Coimbra em cada ano, intonsa, carposa e fastienta, vestida de gabão forrado de encarnado, com o cabelo crescido até o cóccix e os dedos queimados de cigarro até às clavículas.

Essa tristeza, invadindo a cidade, penetrando lentamente nos jornais, nas secretarias, no parlamento, nos chás abailaricados da Baixa e nos festins hebdomadários, a especiones, a retórica e a pão com manteiga, do Sr. Fontes Pereira de Melo, acaba, enfim, de tomar raízes nas instituições, onde foi plantada na pessoa tétrica, plangente e lacrimosa do Sr. Hintze Ribeiro.

Sob o domínio patológico de tais influências hereditárias, compreende-se bem que a alegria juvenil e espirituosa de que a Universidade acaba de dar um espetáculo tão brilhante nas festas com que solenizou a inauguração do

monumento a Camões, não viesse ao mundo inteiramente escorreita de alguns fúnebres laivos de família.

Assim, no programa suplementar da festa noturna sobre as águas do Mondego vemos indicados com quinze dias de antecipação os vivas espontâneos e entusiásticos que a multidão terá de soltar no momento de se despedir para recolher a suas casas.

O programa prescreve que a multidão brade ao chegar esse momento. Viva Sua Majestade a Rainha! Vivam as senhoras de Coimbra! Vivam as damas portuguesas! Vivam os Municípios!

A comissão dos festejos receou, evidentemente, que a multidão, abandonada a si mesma ao terminar da festa, desatasse em choro desfeito — para começar a descansar os folguedos. E seria realmente lamentável esse espetáculo de uma cidade inteira em ais de estalar as pedras no meio das luminárias do público regozijo.

Mas os vivas escolhidos não nos parece os mais próprios para estancar o choro de um povo desolado.

Cuidais vós que um triste dando vivas à rainha, dando vivas às damas em geral, dando vivas aos próprios municípios, ficará menos triste depois disso? Oh! Como vos iludis!

A tristeza, quando ela é arreigada, tradicional e profunda, quando ela está no sangue de uma raça, não há nada que a espanque e a enxote. Em tais casos o melhor que têm que fazer os programas é deixar obrar a natureza.

O único grito lógico, sensato para ser sugerido a uma multidão que dispersa para ir para casa depois de uma boa festa, seria unicamente o seguinte: Muito boas noites, meus senhores, até amanhã, se Deus quiser!

Tudo mais nos parece imprudente, porque, além de não produzir alegria, pode ferir suscetibilidades.

Enquanto às damas, por exemplo, não nos parece que seja extremamente lisonjeiro o dizer-se-lhes que a gente gosta tanto delas como dos municípios. Oh! Não! Entre a doce Ofélia e o honrado Sr. Gregório Araújo, para nós, pelo menos, há diferença.

Enquanto ao viva a Sua Majestade a Rainha, esse, confessamos que nos irrita na nossa qualidade de multidão.

Como convidados à festa dos estudantes é claro que nós não teríamos espécie nenhuma de política senão a dos nossos amáveis anfitriões. Tão-somente para nosso governo folgaríamos de saber com mais alguma precisão se as suas Excelências são pela realeza ou se não são.

Se não são monárquicos, nós não os quereríamos magoar dando vivas a uma testa de senhora que é mais coroada, o que só de per si não quer dizer que seja

por esse facto mais bela nem mais espirituosa nem mais pura do que qualquer outra.

Se são monárquicos, nós então pediríamos licença para não saudar unicamente a realeza num a das suas metades, e ampliar o viva do programa; dizendo com ardor:

— Viva Sua Majestade a Rainha... e o seu homem!

Em tudo o mais a festa foi exemplar e brilhante.

CAPÍTULO XXXI

UM EXAMINADOR SENSATO NO LICEU DE LISBOA — ESCÂNDALO PRODUZIDO POR ESTE FENÓMENO

Agosto, 1881

Nos exames do Liceu Nacional um professor da Escola Politécnica, o Dr. Matoso, que temos pena de não conhecer, dirigiu aos examinandos as seguintes perguntas, que os jornais da semana transcreveram, por escárnio, denunciando ao desprezo e à gargalhada pública aquele examinador imbecil, que os poderes do Estado vão decerto demitir, e que os pais de família começaram já a espancar com fervor.

Primeira pergunta: — O que é a barrela?

Segunda pergunta: — O que é o resíduo que a água fervida deixa no fundo das vasilhas, e a que as cozinheiras chamam o salitre das chocolateiras?

Terceira pergunta: — Em virtude de que força se esvaziam os frascos da limonada chamada de cavalinho, que os consumidores bebem nas feiras chupando-a por um tubo?

Quarta pergunta: — Banhando-se em água destilada ficaria o senhor tão bem lavado como tendo-se banhado em água comum?

Esta última pergunta foi dirigida a um estudante de cor preta, o que exacerbou sobremaneira o rancor das massas contra a inépcia provocadora do lente, porque, segundo parece, é faltar ao respeito devido à raça etiópica o falar-lhe em lavar a cara. Os pretos, pelos modos, preferem ouvir o espirro — o que os escandaliza muito — a ouvir falar em banho. De tal sorte, sempre que num compêndio de química se trate do fenómeno da saponificação operada pela combinação das secreções da pele com alguns dos corpos dissolvidos na água não destilada, no capítulo consagrado a essa matéria se deve pôr esta nota:

Questão que, para se não tornar ofensiva, convém ser unicamente estudada entre indivíduos da raça branca; para pretos envolve troça.

Ora muito bem! Querem os leitores acerca do caso Matoso a nossa humilde opinião? Dar-lha-emos, sem mastigar, a opinião que temos:

Se fôssemos o ministro da Instrução Pública nós mandaríamos chamar o Dr. Matoso e encarregá-lo-íamos imediatamente de redigir o programa dos compêndios e do ensino da física e da química nos liceus portugueses. Porque a verdade é — e sentimos com isto desgostar as famílias dos alunos reprovados —, a pura verdade é que o Dr. Matoso, pela sua maneira de interrogar, tal como os periódicos a referem, nos demonstra que ele é dos poucos professores que em Portugal compreendem a índole prática e positiva que deve ter o ensino secundário na educação moderna.

É exatamente por esse modo, e não doutro, que se ensinam crianças: é fazendo-as observar os fenómenos mais vulgares e mais comuns da vida prática, os fenómenos que o aluno tem todos os dias debaixo dos olhos, e levando-o a tirar da natureza desses fenómenos o conhecimento científico da lei que os rege.

Pelas reações que se dão dentro de um cortiço de barrela, pelo depósito calcário que fica no fundo das chaleiras, pela comparação da ação da água destilada e da água como a natureza produz sobre secreções cutâneas, e finalmente pela ascensão do líquido pelo tubo das limonadas de cavalinho, demonstram-se grande parte das propriedades dos corpos, dos princípios que os compõem e das forças a que eles obedecem.

É unicamente por esse processo de ensinar que o mestre conduz o aluno a aprender. Porque aprender é tomar conhecimento das coisas. A decorar estupidamente regras e formas abstratas, como se faz geralmente nas nossas aulas, enche-se o cérebro de pedantaria, mas não se adquire conhecimento de coisa alguma.

É nessa ignorância crassa, enciclopédica e absoluta, de todos os mais simples fenómenos da natureza e do trabalho do homem, que os alunos saem dos nossos estabelecimentos de instrução secundária.

A notícia dos jornais sobre o questionário do Dr. Matoso deu esta revelação tremenda: No último ano do curso dos liceus, ao completarem a instrução

média — a instrução que deve dar o nível comum da capacidade de todo o cidadão bem-educado — o estudante não somente não sabe o que é um sifão, mas nem sequer sabe o que é a cinza, não sabe o que é o sabão, não sabe o que é a água, pois que os jornais acrescentam que nenhum dos examinandos soube responder às perguntas elementares que o Dr. Matoso lhes fez!

Manter na instrução pública de um país um tal estado de coisas não é somente roubar ao país o dinheiro, é roubar-lhe também o cérebro.

CAPÍTULO XXXII

OS COLÉGIOS MILITARES

Por ocasião da grande parada em honra dos reis de Espanha, abria a marcha, no desfilar das tropas, em frente do pavilhão real armado na praça do Rossio, o pequeno batalhão dos alunos do Colégio Militar.

Era a primeira vez que os jovens colegiais se mostravam em forma numa revista do Exército. Quando — depois de haverem passado os dois reis com o seu estado-maior, fazendo reluzir ao sol numa grande palpitação triunfal as testeiras e os peitorais dos cavalos, as pedrarias das condecorações, as faixas ondeadas das grã-cruzes e os penachos dos capacetes e dos bicornes — se abriu uma clareira na enorme multidão compacta que coalhava toda a superfície do Rossio e que no quadrilátero descoberto sobre o macadame o batalhão colegial apareceu, uma sensação nova percorreu os nervos do grande público lisbonense.

Dir-se-ia que cada um via então pela primeira vez o Exército nacional na sua expressão mais genuína. Esse regimento em miniatura representava efetivamente na sua encarnação virginal o mais puro espírito militar da nação. Esses soldadozinhos, de todos os mais pequenos, eram de todos os únicos instruídos e ilustrados. Os dos outros regimentos estavam ali nas fileiras porque em tempo os tinham ido capturar para isso ao trabalho dos seus

campos ou das suas oficinas, e eles não tinham sido bastante ricos para pagarem um substituto, nem bastante corajosos para se isentarem, como outros, da escravidão da farda, arrancando dois dentes da boca ou decepando um dedo da mão. Os alunos militares eram os soldados voluntários e livres. Para eles a honra de vestir o uniforme é a mais brilhante do mundo. Os seus pais e os seus mestres têm-lhes mostrado por muitas vezes as belas edições ilustradas das campanhas de Aníbal, de Frederico, de Napoleão e de Condé.

Eles viram Leónidas nas Termópilas, César no Rubicon e Bonaparte em Arcole. Não sabem ainda bem o que é o peso das armas, mas aprenderam já o que é o peso do dever e o que é a força do heroísmo. Têm a estética da sua profissão, conhecem o que é o belo dentro da esfera das suas aspirações e dos seus actos.

E eis aí a razão porque nenhum outro regimento desfilou como o deles, marchando com tão grande correção geométrica, com tanta unidade, com tanta certeza, com uma tão intensa expressão de força, de brio marcial e de bravura guerreira.

Bravo! Bravo! — gritava-lhes em coro de todos os lados a multidão comovida. E eles, graves, sérios como granadeiros da velha guarda, de cabeças altas, olhar em frente, clavinas ao ombro, marchando triunfantes como se fossem conquistando passo a passo o terreno em que pousavam os pés, passavam entre palmas, como ao regressarem vitoriosos de uma campanha. E afinal era

efetivamente de uma vitória que eles vinham; porque equivale a uma vitória conquistada toda a noção do dever adquirida.

Que esses belos e altivos rapazes guardem bem nos seus corações juvenis os aplausos que receberam dos seus concidadãos neste dia! É bem provável que nunca mais na sua vida tornem a ser objeto de outros tão unânimes e tão convictos. Porque aquilo que eles hoje julgam ser a nobre carreira de armas, não será mais tarde para eles senão o ofício de fazer guardas ao quartel, de ganhar postos a ler o Diário de Noticias numa cadeira à porta da casa da guarda, e de levar de vez em quando, pelas costas, um tiro de algum galucho enfastiado e epilético.

CAPÍTULO XXXIII

PROFESSORES JESUÍTAS

As relações da igreja com o Estado na sociedade portuguesa têm sido ultimamente discutidas na polémica jornalística por dois antigos e ilustres parlamentares, os Srs. Barbosa Leão e Conde de Samodáes, e nada mais tocante do que o entusiasmo com que vibram no exame da questão sujeita esses dois austeros e venerandos caturras!

Escrevem ambos em ortografia sónica, o que dá à linguagem do debate o ar sibilino de um colóquio entre dois áugures.

Cada um deles quer, à viva força de teima filosoficamente asinina, convencer o outro de que é muito melhor cristão e muito melhor católico do que ele.

E, arrebatados ambos por um santo e fecundo fervor religioso e sónico, eles tratam-se reciprocamente pela sua excelência.

É verdadeiramente o que — supomos — se deverá chamar em sónico uma "púguena di irois".

O que principalmente distingue neste debate os princípios políticos e filosóficos do "Çinhor" Leão dos do "Çinhor Çamodains" é que o "Çinhor" Leão escreve:

Si cum Jesu ites Non cum Jesuitis!

Ao passo que o Çinhor Çamodains diz pelo contrário:

Si cum Jesu ites Vos cum Jesuitis!

Enquanto esses dois preclaros estadistas, representando genuinamente e brilhantemente, um deles a nossa Câmara popular, e o outro a nossa Câmara dos Pares, colocam a questão religiosa em bases tão lúcidas e tão inabaláveis, em Lisboa, no Porto, e até, agora ultimamente, em Setúbal, a opinião pública metinga contra os jesuítas, que, expulsos violentamente da República Francesa, penetram a pouco e pouco em Portugal, comprando palácios, fundando escolas, instituindo colégios.

A educação da infância foi sempre o cano por via do qual esses bons servos de Deus se introduziram e se localizaram no domínio da família e na direção da sociedade, porque a verdade é que ninguém mais — uma vez dado o ensino dogmático na instrução pública de um país — possui como a Companhia de Jesus o segredo pedagógico de mais rapidamente estirar as orelhas de um jovem pecador até fazer de um bravo rapaz um bestificado bacharel.

Por essa razão, todos aqueles que até hoje têm desalojado o jesuíta da sua influência sobre um povo começaram sempre por abolir o dogmatismo no ensino, reformando a instrução em bases experimentais e científicas. Foi o que fez o Governo do Marquês de Pombal no século passado. Foi o que fez o

Governo da República Francesa neste século. É o que não saberá fazer em tempo algum o Governo do Sr. José Luciano de Castro, que felizmente nos rege no momento presente.

Examinem-me esses senhores padres que aí acabam de chegar, repatriados de um exílio de cento e vinte e dois anos. Queiram examiná-los bem em qualquer desses meetings que se estão fazendo, e lá lhes encontrarão naquela parte do corpo sacerdotal que eles vêm assentar nas instituições portuguesas, tão comodamente preparadas para os receber, o vestígio deixado pelos bicos dos sólidos e rijos sapatos de couro de Salvaterra de Magos que calçava em 1759 o reformador dos estudos portugueses na Universidade de Coimbra.

Sobre essa velha cicatriz, o Sr. Luciano de Castro — por mais meetings que lhe façam — aplicará por meio das suas portarias algumas cataplasmas anódinas, mas não renovará o nobre e arrojado pontapé pombalino. Porque em vez dos sólidos jarretes de aço do antigo reformador do ensino nacional, o signatário da última reforma dos nossos liceus não tem senão os pés arrastados e moles de um bem-intencionado palmípede.

CAPÍTULO XXXIV

ASILO DOS MENINOS DOENTES

Por detrás do Jardim Zoológico, no princípio da estrada, tomando à esquerda do chafariz, toquei à campainha de um desses alegres portõezinhos comuns a toda a antiga quinta suburbana à roda de Lisboa: madeira pintada de verde, ombreiras de pedra lioz, e no alto, na curva dos saiméis, o competente painel de azulejo representando, segundo a respetiva legenda, Nossa Senhora da Conceição do Rego.

Aqui deve ser, segundo as informações que me deram, o hospício desses babys...

E pareceu-me bem apropriado o sítio, a estação do ano, aquela hora do dia, para uma convalescença de criança. Na volta da estrada viam-se trepar, encosta acima, até os cabeços das colinas, os renques das oliveiras em fruto. Os verdes e aveludados trigais ondulavam docemente, matizados de pintas amarelas e vermelhas pela flor das papoulas e dos malmequeres do campo. E, na estrada à sombra, no perfume resinoso dos eucaliptos, envolto no primeiro bafo morno do Verão, ouvia-se esvaidamente o ladrido dos cães, o gemer das noras, e o cricri dos grilos.

Abriram-me a porta para uma frescura de pátio escrupulosamente varrido e ajardinado de novo.

Junto dos muros, ao longo dos quais começam a bracejar as heras, estão regados de fresco os canteiros floridos de amores-perfeitos, de rosas e de hortênsias.

A um lado, uma escada de pedra, com o alpendrezinho no alto, conduz a uma galeria em arco e às casas do primeiro andar.

Na arcada, sobre uma barra transversal, empoleira-se em linha toda uma revoada de azuladas andorinhas, que se picuinham amigavelmente em toda a fila, da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, acotovelando-se umas às outras, em família, com as pontas das asas.

A sala de espera a que me introduzem, ao rés-do-chão, abre para o pátio por uma porta envidraçada, e é a botica do hospício, com a sua armação de casquinha, envernizada na cor da madeira, recolhida e pacata, quase risonha na coordenação reluzente e iriada dos seus frascos, dos seus boiões e dos seus almofarizes.

Ao lado da farmácia, no pavimento térreo, fica a despensa, a copa, a cozinha.

Em cima, a escada de que já falei dá entrada a um largo e longo corredor, desembocando, pelo extremo oposto, num terraço sobre os campos, e, abrindo à direita e à esquerda, para as casas do refeitório, do dormitório das

raparigas, do dormitório dos rapazes, das enfermarias, dos quartos das enfermarias. Todas estas casas, pintadas de branco, de soalhos polidos como salas de baile, têm largas janelas abertas para a estrada ou para a quinta, inundando tudo de luz e de ar.

Na horta, as árvores de fruto, os parreirais e os caniçados a que se esteia o feijão-verde, dividem e enquadram as leiras, onde os verdilhões pipilam, e borboletas cor-de-palha adejam ao sol sobre as plantações de repolho, de alface, de cebolete e de beringelas.

Ao fundo da quinta, numa arribana, duas vacas malhadas, mansas e nédias, abastecem de leite o hospício.

Com exceção das borboletas, das andorinhas e dos verdilhões, quanto nesta casa é adulto, ou pertence a adulto, me parece enorme: os cabazes, os gigos pomareiros, os regadores, os sachos, as vacas, o velho jardineiro, as enfermeiras, e eu mesmo. A tal ponto tudo mais é engraçadamente diminuto, minúsculo, liliputiano!

Como as maiores das crianças recolhidas não têm mais de oito ou dez anos, a mobília, proporcionada à corpulência dos habitantes, parece a mise-en-scène de um Guignol.

As caminhas dos dois dormitórios, de uma frescura cultual, brancas como açucenas, com guardas altas, de berço, têm metro e meio de comprimento e três palmos de largo. A um lado, sobre um quadrado de tapete, acham-se

enfileiradas as cadeiras em que os meninos se sentam para calçarem e descalçarem as meias; e essas cadeiras têm um palmo de altura.

No refeitório, a mesa posta parece destinada a um jantar de bonecas. Apesar de frequentemente se encontrarem entre os convivas sujeitinhos que a voracidade impele a mergulhar os punhos na sopa e a comer com duas colheres há ainda assim espaço para tudo, de tal modo são pequeninas as mãos e as bocas destes Pantagruéis em formato diamante.

Uma só criança estava de cama no dormitório das raparigas: lindo tipo de lisboeta, de grandes olhos pretos e fina pele morena, a que ficava bem a nítida alvura dos lençóis, do travesseiro fofo, da coberta acolchoada, e da touquinha de noite, que ela tinha atada por baixo da barba, deixando-lhe escapar para a testa uma grossa madeixa de cabelo espesso e luzidio, cor de ébano. Já lhe não doía nada, já não tinha febre, e mostrou-me uma linguinha fresca como uma cereja retirada de um copo de água. Mas o médico ainda nesse dia lhe não dera alta, e ela, resignada, deitada de lado, com a mão aberta debaixo da face, esperava a merenda, olhando para a porta com dois grandes olhos reluzentes, como dois grilos ávidos sentindo aproximar-se uma alface.

Foi na botica, ao retirar-me, que pude ver reunidos os pequenos convalescentes.

Vinte e um.

Tinham-nos formado contra a parede; por ordem de altura, como os canudos de uma flauta de Pan. O maior pouco excedia o tamanho de uma bengala.

Como o hospício, pelas proporções relativamente exíguas da casa, não pode acolher moléstias infeciosas, os casos mais frequentes são os de anemia e os de escrófulas, consequências da acumulação temerosa destas duas causas — a imundície e a fome.

A absoluta ausência de asseio nos respetivos lares produz em muitos que aparecem, esqueléticos e pustulosos, além de uma quantidade medonha de parasitas da pele, variadas formas de doenças cutâneas — o impetigo, a salsugem, o usagre, a tinha.

Com vinte ou trinta dias de banho, de roupa lavada, de boa sopa, de leite, de alguma carne, de óleo de fígado de bacalhau e de fosfato de cal, estes lazarozinhos ressurgem maravilhosamente, enrijam os ossos, criam músculos, mudam de pele e de cabelo, e aprendem, pela primeira vez na sua vida, a sorrir, a estender os braços, a vir ao colo.

Também os há mais renitentes na cura, como é natural.

Aqui está um, por exemplo, cujo aspeto não pode ser mais compungente. Colocaram-no sobre uma cadeira, porque ele não poderia, como os seus companheiros, ter-se nas pernas para receber de pé a minha visita. Não terá ainda três anos, e não obstante a toucazinha branca e o bibe de riscado azul, parece um velhinho, tocado de idiotismo senil, paralisado na sua cadeira de

rodas. Tem o olhar vítreo e imóvel, uma úlcera ao canto da boca, outra úlcera ao canto de um olho. Uma mosca pousa-lhe numa pálpebra, e ele nem sequer pestaneja. Tem as duas mãos abandonadas, inertes, esquecidas no regaço, e o seu dedinho polegar, a que caiu a unha, horrivelmente intumescido, parece um tomate mal maduro, com o vermelho rajado de amarelo e de verde. Estremece-se de piedade e de horror ao pensar que dentro desse pequenino corpo, que na sua trágica imobilidade se assemelha a uma figura de cera num museu de patologia, há uma íntima vibração de sensibilidade, uma recôndita alma, impolutamente casta, divinamente pura, que pelo pavoroso mistério da hereditariedade expia no anjo o pecado do homem.

Em compensação ali temos aquela, que veio numa espécie de trouxa quase informe, feita de um coágulo de sangue roxo e de um feixe de ossos quebrados. Tinha-lhe passado por cima, fraturando-lhe a coxa e o crânio, a roda de uma carreta. E ei-la aí com os dois punhos nas ilhargas, fresca e redonda no seu bibe como um pote vidrado, corada e firme como uma rica maçã camoesa.

Esta aqui assim presumo que também desejaria contar-me o seu caso, mas eu é que não tenho a fortuna de a perceber facilmente. É loura como um canário, corada como um pêssego do lado voltado para a luz, e olha para mim com os seus saltantes olhos azuis, derreando a cabeça para trás, como uma pessoa grande ao querer ver da rua os escritos de uma água-furtada.

Tentando os últimos recursos para pôr a sua loquacidade ao alcance da minha estupidez, ela pega-me por um dedo e leva-me consigo dizendo repetidamente: Ita! ita! E eu deixo-me ir, tonto, Belisário, conduzido por esta Malvina, e pondo de parte toda a hipótese de uma cilada, porque sentia de vez em quando o contacto da sua boca tépida semeando de beijos as costas da mão.

Não cheguei a traduzir ita! ita! Mas creio que entendi o resto.

Esse discurso, resumindo o melhor elogio ao hospital dos meninos, quereria dizer:

"Vê com que terna meiguice me trataram, a mim, abandonada e endurecida rapariga da rua! Imagina quanto é preciso que eu esteja rica de carinhos para os dissipar repartindo-os contigo, brutamontes que veio pela primeira vez! E calcula quantos beijos me teriam dado, trazendo-me ao colo, algumas compadecidas senhoras, para que eles trasbordem assim da minha pequena boca para a tua grande mão!"

O hospital dos meninos funciona há cerca de um ano.

Como nasceu essa instituição? Da maneira mais singela. Um pequeno grupo de senhoras deliberou fundá-la. Uma delas deu a mobília, outra as roupas, outra a botica; obteve-se casa, apalavrou-se médico; e abriu-se o hospital.

Daí por diante, mês a mês, cada uma das aludidas senhoras vai dando simplesmente tanto dinheiro quanto é preciso para hospedar, alimentar, vestir e tratar tantas crianças doentes e pobres quantas cabem na casa.

Não referirei nomes, porque me repugna macular com a mais leve aparência de grosseiro reclame o que há de mais delicado no generoso e comovido impulso do coração feminino.

É cómodo pensar que todas essas senhoras são ricas, mas é mais justo não esquecer esse aforismo de gratidão, tão eloquentemente expresso pela sabedoria do povo:

Não dá quem tem, mas quem quer bem!

QUARTE PARTE

POLÍTICA

CAPÍTULO I

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Vítor Hugo, regressando a Paris do seu exílio de Guernesey, depois da queda do Império e da proclamação da Terceira República, reuniu a jantar alguns amigos e camaradas de letras. Depois do jantar, que Edmond de Goncourt diz ter sido uma farta e suculenta refeição de abade, o pai Hugo, encostado à chaminé do salão, tendo instalado em auditório os seus convivas, e dispondo-se a ler os últimos versos que escrevera, como de costume, em grandes folhas de incorruptível papel de linho — impávido, quase insolente de saúde, de resistência e de mocidade, começou por este breve exórdio: «Messieurs, j'ai soixante quatorze ans et je commence ma carriere».

Ao pegar na pena para de novo me dirigir, depois de tão larga e saudosa ausência, aos meus antigos leitores da Gazeta de Notícias, alegra-me que uma leve analogia — puramente cronológica apenas — me permita encetar auspiciosamente esta página por palavras idênticas às do mais glorioso mestre:

«Meus senhores, tenho setenta e quatro anos e recomeço a minha carreira.»

A história do meu regresso de velho filho pródigo à modesta e calma laboriosidade do meu antigo ofício conjuga-se estreitamente com a dos últimos acontecimentos políticos.

De volta de dois meses de férias nas doces margens do lago Léman, cheguei a Lisboa na véspera da revolução.

Poucas horas depois de um breve tiroteio de barricada no alto da Avenida e de um lacónico bombardeamento proveniente de uma insubordinação de marinheiros a bordo de um navio de guerra, proclamava-se, perante Lisboa atónita e, imediatamente depois, perante a passividade do país inteiro, o triunfo dos revolucionários.

Este desenlace quase incruento é na sua aparente superficialidade o trágico desmoronamento instantâneo de todo um velho mundo. É o reviramento, com o de dentro para fora e com o debaixo para cima, de uma sociedade inteiramente desarticulada. É uma nação ferida de morte na continuidade da sua tradição e da sua história. Assim o afirmam os triunfadores, principiando expressivamente por arrancar do pavilhão que cobria a nacionalidade portuguesa a coroa real, mais da nação que de qualquer rei, pois que foram os nossos antepassados, ricos-homens e filhos de algo, fundadores das cinco grandes gerações da nossa linhagem — os Sousões, os Braganções, os da Maia, os de Baião e os de Riba Douro — os que puseram essa coroa na cabeça de Afonso Henriques para assim assegurarem inviolavelmente, perante o respeito do mundo, a autonomia e a independência da pátria que eles, com o seu braço, edificaram.

Pobres homens, mais dignos de piedade que de rancor, os que imaginam que é com um carapuço frígio, talhado à pressa em pano verde e vermelho, manchado no lodo de uma revolta num bairro de Lisboa, que mais dignamente se pode coroar a veneranda cabeça de uma pátria em que se geraram tantos grandes homens, a cuja memória imperecível, e não aos nossos mesquinhos feitos de hoje em dia, devemos ainda os últimos gestos de consideração a que podemos aspirar no mundo! Pobre gente! Pobre pátria!

Ao antigo reino, assim desfeito com o mesmo leviano descuido com que as meninas de Lisboa desmanchavam puzzles num jogo à moda no Inverno passado, sucedeu-se o regime de um Governo Provisório, ao qual, creio que unicamente por serem republicanos os indivíduos que o constituem, se chamou «da República».

A indiscutível evidência é que em tal Governo não concorre por enquanto nenhuma das cláusulas que assinalam e caracterizam um regime democrático. Falta-lhe como base essencial a anuência prévia da maioria das vontades; falta-lhe pacto fundamental; falta-lhe estatuto regulador da sua ação dirigente e falta-lhe sobretudo, nas suas formas de proselitismo, de apostolado e de conciliação patriótica, o íntimo sentimento de simpatia, de indulgência, de bondade, de liberdade, de fraternidade e de igualdade, que é a chave de todo o poder popular.

A segurança de um Governo do povo pelo povo consiste em criar e educar nos mais altos exemplos de civismo um número preponderante de bons patriotas. Assim o proclama Numa Droz, o glorioso democrata suíço, autor do catecismo intitulado Instrução Cívica, ao qual alguém chamou o Evangelho da educação democrática.

Há patriotas bons e patriotas maus. «*Bom patriota* — diz Numa Droz — *é aquele que, ao mesmo tempo que serve fielmente o seu país, exerce com assiduidade a sua profissão, procede sempre honradamente, se dedica à sua família e a mantém e educa segundo os preceitos da mais pura moral. Mau patriota é o que, sob pretexto de se ocupar dos negócios públicos, se esquece da sua casa, abandonando o trabalho, menosprezando a família, desleixando a educação dos filhos, para consumir a vida na estéril agitação do clube e da ma. Péssimos patriotas são os tribunos de botequim, que entre libações declamam como possessos contra as coisas mais dignas de respeito: a ordem, a família, a propriedade, e não sabem apelar senão para os sentimentos mais vis do coração humano, para as paixões mais degradantes, para o espírito de rancor, de violência e de sedição*.»

Que diremos da propaganda republicana de jornais oficiais ou oficiosos do nosso atual Governo Provisório senão que eles parecem ser outras tantas aulas de um seminário de decomposição, de animosidade e de rancor, destinado a criar os maus patriotas a que com tão simples e familiar bonomia se refere Numa Droz!

Onde e quando se viu jamais, como em Lisboa, sob o novo Governo, um tão grande número de cidadãos despegados das suas profissões e ocupados dos negócios públicos? Quanto abandono de trabalho! quanto menosprezo da família! quanto desleixo de educação! quanta estéril agitação de clubes!

Em vez do jejum federal que o Governo da República Helvética decreta em cada ano para que, em determinado dia, todos os cidadãos se reúnam num pensamento religioso e patriótico de humilhação perante Deus, dir-se-ia que o Governo da República Portuguesa, depois de abolir os dias santos, promulgara o dogma do regabofe nacional, para que, não perante Deus, mas perante a nova instituição, temulentos de entusiasmo e de retórica, se prostrem de indigestão todos os patriotas portugueses.

Por toda a parte e todos os dias pululam os tribunos de botequim, espumam as libações e estoiram as declamações dos possessos.

Depois de se rodear de patriotas bons conviria talvez que a República procurasse estabelecer entre eles um mútuo acordo sobre o modo de conceber a noção de liberdade. Da incompreensão deste princípio e da inaptidão mental de um povo para adquirir essa noção resulta fatalmente a anarquia demagógica.

O modo como o Governo está principiando a iniciar na compreensão da liberdade democrática a vazia inteligência de uma população, composta de quatro milhões de analfabetos sobre cinco milhões de habitantes, figura-se-me

antinómico com os fins que o mesmo Governo — quero crer que nos mais ingénuos intuitos — se propõe atingir. As duas leis com que ele abriu a era da desopressão nacional, a lei de imprensa e a lei das congregações religiosas, são das mais impróprias para fundamentar a educação de gente livre. Ambas elas são por atropelamento a denegação das mais sagradas das liberdades públicas, a liberdade de palavra c a liberdade de reunião, da qual é natural dedução a liberdade religiosa. No catecismo suíço lemos: «*A liberdade religiosa representa uma das maiores conquistas dos tempos modernos. A religião dirige-se aos mais íntimos sentimentos do ser humano: corresponde à irresistível necessidade que muitas criaturas ainda sentem de elevar a alma à origem de todo o bem, e nessa fonte haurir energia e consolação para a vida presente, assim como animadora esperança de uma vida futura. De que serviria a um grupo de indivíduos acharem-se de acordo sobre um certo número de princípios políticos, ou terem a mesma maneira de compreender a divindade e de render-lhe culto, se o Governo pudesse proibir que tais indivíduos se reunissem e trocassem uns com os outros ideias e sentimentos*?»

Assim se pensa na República Suíça, que os republicanos invocam como modelo de todas as repúblicas, e onde, só em Friburgo, entre numerosas escolas oficiais, há uma Universidade católica, um grande pensionato de Ursulinas, uma Escola Normal protestante e mais de vinte conventos de frades e de monjas, sob a égide do preceito constitucional que estabelece a liberdade de pensamento e a liberdade de reunião. Enquanto à religião na

escola é de notar ainda que o ensino primário suíço é geralmente regido pela lei Siebler, a qual, nos seguintes termos, define os fins dessa instituição:

«*A escola primária destina-se a formar crianças de todas as classes sociais, criando homens socialmente utilizáveis e providos de uma sólida moralidade, baseada no sentimento religioso.*» Na América do Norte, outro modelo do género, a Igreja é oficialmente considerada como inviolável e oficialmente protegida. Os legados com fins religiosos são isentos de imposto; os mais altos funcionários da República, os seus mesmos presidentes, não se dedignam de sancionar com a sua presença as pacíficas solenidades escolares dos institutos confessionais; e Roosevelt opina que é para o Estado um crime recusar a cooperação daqueles que a oferecem em nome de Deus e a bem do próximo, qualquer que seja a religião que professem.

Fora do campo da aplicação política, na transcendente esfera da especulação mental, é o Sr. Anatole France — aquele mesmo que, recentemente ainda, trocou com alguns dos chefes republicanos portugueses o ósculo da confraternidade filosófica — quem formula este conceito aos livres-pensadores: «*E faltar ao sentimento da harmonia tratar sem Piedade aquilo que é piedoso. Eu dedico às coisas santas um respeito sincero. Sei que não há certeza fora da ciência. Mas considero pensamento pouco científico o de supor que a ciência possa jamais substituir a religião. Enquanto o homem se amamentar do leite da mulher ele terá de ser consagrado num templo e iniciado num divino mistério.*»

Desdizendo radicalmente os princípios fundamentais da política e da administração suíça e americana, a recém-nascida República Portuguesa empenha-se a dar ao mundo a mais eloquente lição sobre o modo como se não deve educar um povo.

Infelizmente a imprensa estrangeira está-nos em cada dia demonstrando que o mundo, a não ser na limitada zona geográfica da rua que em Lisboa lhe tomou o nome, se mostra assaz desinteressado das lições que Portugal lhe propina.

Não me parece, portanto — repito —, que o Governo Provisório de Lisboa seja mais autenticamente o prefácio de uma liberal República que o da mais despótica tirania.

Não é por isso — está claro — que ele desmerece a minha estima porque, molecularmente rebelde a todo o sectarismo, eu não posso ser senão muito moderadamente e muito condicionalmente monárquico, e não sou nem nunca fui republicano, apesar de frequentemente me acusarem de prófugo e de renegado os jornais desse partido, ligando a tal inventiva um tão grande desdouro do meu carácter como se fosse para mim um opróbrio ter acamarado com eles.

A razão desse equívoco dos meus biógrafos está certamente na indiferença que as formas de governo me inspiram, consideradas como fatores do progresso, da civilização ou da felicidade dos povos. Entre monarquia constitucional parlamentar e república parlamentar constitucional não distingo

diferença, nem considero que ela sequer exista, a não ser historicamente, entre o princípio da eleição e o da hereditariedade, tendo eu por tão precários os acasos do voto como os do nascimento.

O que me repugna num e noutro dos dois regímenes é a embusteira tirania do sufrágio em que ambos eles se baseiam, e a consequente interferência da néscia razão da urna na solução de problemas tão melindrosamente científicos como o da governação dos homens.

O votismo e o parlamentarismo são, em Portugal pelo menos, os agentes mais perniciosamente destrutivos de toda a competência administrativa. Desde 1836 até hoje, toda a história do liberalismo português subsequente à ditadura filosófica de Mouzinho da Silveira, o último dos nossos estadistas que teve ideias próprias e soube governar manejando-as, é a flagrante demonstração da nossa incapacidade governativa dentro de um regime absorventemente parlamentar. Dessa' estagnação do pensamento nacional na esfera governativa nasceu a progressiva corrupção dos caracteres poluídos e dos costumes progressivamente rebaixados, dando em resultado final, à míngua de intercorrentes ditaduras da inteligência ou do asco, que de vez em quando sacudissem e purificassem a massa, a podridão profunda em que nos afundimos. Daí as estupendas flores de fermentação que em cada dia estamos vendo desabrochar num fulgor de gangrena à superfície do pântano.

Assim foi que, ao ler inesperadamente num jornal da manhã a notícia da formação tumultuária do atual Governo — porque o não confessarei? — houve no meu espírito doloridamente desencantado um bruxuleante vislumbre de esperança. A vitória da revolução havia-lhe sido em grande parte ministrada pela tenebrosa cumplicidade do último dos quatro ou cinco ministérios monárquicos, que se sucederam ao assassinato impune do pobre rei D. Carlos, eliminado da existência ao primeiro passo que dava para sair do atoleiro do mais viciado rotativismo e estabelecer extraparlamento, nem de outro modo poderia ser, um árduo regime de honestidade na política do seu reinado. Os supervenientes ministérios do reinado novo idearam do modo mais inepto uma política de acalmação, exercida pela sugestão do exemplo, e produzindo assim o absurdo fenómeno de uma sociedade em profunda e efervescente desordem, no meio da qual só firme e inabalavelmente persistiam calmos o rei e os seus ministros! O erro boçal de quererem ser da opinião de toda a gente deu naturalmente a esses homens o resultado lógico de não haver ninguém da opinião deles. Assim, no seio da monarquia se criou, em oposição aos governos, um partido enorme, apático, perigosíssimo de inércia — o partido dos descrentes.

O estrangeiro via claramente o perigo da situação portuguesa. Três semanas antes da revolta da Avenida, pessoais relações de amizade me fizeram tomar parte num jantar de diplomatas, realizado no Royal Hotel de Lausanne. Depois do café, fumando num recanto do hall, um estadista, bem conhecido e

devidamente amado no Brasil, dizia-me, resumindo familiarmente a moralidade das opiniões trocadas ao jantar: — «Ou em Portugal se constitui prontamente uma forte ditadura inteligente, patriótica, íntegra e ousada, ou Portugal é um país irremissivelmente perdido no concerto da civilização».

Ainda que fundamente compenetrado da razão história que torna incompatível com o presente estado da mentalidade portuguesa o regime de uma equilibrada república democrática, uma vez dado o advento do atual Governo Provisório, eu perguntei a mim mesmo se ele não poderia ser, como salutar e indispensável ditadura, um transitório encaminhamento para novos e prósperos destinos.

Aí tínhamos, com efeito, uma espécie nova de ministério, que não provinha aleijado à nascença da sórdida indicação parlamentar bestialmente expressa a murros desconjuntadores da mobília, da gramática, da decência e do senso comum. Não resultava constitucionalmente de nenhuma prévia argumentação de injúrias, de aleives e de cartas roubadas. Nem junto do trono se engendrara de torpes e empestastes mexericos vertidos estrategicamente e em marcha de um de fundo pelos marechais dos partidos no ouvido virginal de um crédulo e inocente rei.

O novo Governo constituíra-se muito mais decentemente, ainda que de assalto, pela intervenção esporádica de uma elite de intelectuais, que entre si distribuíram o exercício das funções pela especialização das capacidades. Nada

mais satisfatoriamente irregular e mais picantemente aprazível para expectativa de filósofos.

Ao interessante areópago presidiu, para maior satisfação, o meu antigo amigo e camarada de estudo Teófilo Braga, o qual às altas regiões do poder levaria o prestígio do seu talento, da sua grande obra literária e da sua inconcussa honradez, bem como — temerariamente antecipada talvez — a resolução de todos os problemas da governação indicados em dois ou três verbetes das suas enciclopédicas notas. Com esse esquema das reformas essenciais não deixaria também S. Ex: de se fazer acompanhar da preciosa coleção zoológica daquelas baratinhas que, com tão sinuosa e subtil arte, ele sabe oportunamente lançar, a uma por uma, na sopa dos seus antagonistas.

Os resultados práticos dessa curiosa experiência governativa surpreendem por muitos títulos. A mim especialmente me comovem e me desorientam, dada a esclarecida intelectualidade do Governo, pelo carácter anticientífico que os assinala.

Toda a obra legislativa do regime vigente é desastradamente contraditória da doutrina positivista que o ilustre Chefe do Governo teria forçosamente incutido nos governantes, a não ser que nos seus Conselhos de Ministros ele prefira cautelosamente guardar para si as ideias e não repartir pelos parceiros, de todo o seu pecúlio opulento e admirável de erudição, senão exclusiva e desacompanhadamente, as carochas que acima especifiquei.

O fim da política científica, segundo os sociólogos, é favorecer, coordenando-os, os esforços da progressão social. Tudo que não houver sido sancionado pela Ciência se deve pôr de parte. Não é possível acordo entre o Governo e a opinião sobre pontos insuficientemente definidos pela maioria dos espíritos. A política é uma obra exclusivamente prática, que não pode exercer-se sobre teorias ou sobre hipóteses. Somente quando os pontos em litígio chegam a soluções universalmente adotadas é que o domínio político se alarga na proporção desses resultados. É incompreensível que doutos revolucionários, como os que estão no Poder, ignorem, por exemplo, que o alto carácter científico da política de Danton se manifesta na necessidade, que ele superiormente compreendeu, de renunciar a uma reconstrução total da sociedade, mantendo-se deliberadamente numa obra relativa, tendo por intuito permitir a espontânea elaboração e a vulgarização dos elementos que por si mesmos gradualmente produzem a reconstituição que se tem em vista.

À luz da mais simplificada e mais sucinta exposição que se possa fazer dos mais rudimentares elementos da moderna filosofia política, quem é que imediatamente não vê o erro, fundamentalmente grosseiro e funestíssimo, de promulgar arbitrariamente, sem espécie alguma de respeito pelo consenso público, leis que tão gravemente e tão profundamente implicam com o que há de mais litigioso, de mais problemático e de mais incertamente definido na inteligência, na consciência, no coração e na alma de um povo, como são as

leis da família, da religião, da justiça, do trabalho e do pensamento — lei do divórcio, lei do ensino, lei das greves, lei do inquilinato e lei da imprensa?

Vai longe de mais esta minha primeira epístola aos ledores da Gazeta de Notícias, meus amigos nesse generoso Brasil, sagrado e bendito paládio, a que felizmente pode recorrer ainda das perturbações do seu ninho o foragido e alado pensamento de um escritor da minha língua.

Não terminarei, porém, sem uma breve nota de carácter puramente anedótico e doméstico.

Dois dias depois de aclamado o Governo Provisório, achando-me ausente de Lisboa, na quinta de uma das minhas filhas, em Linda-a-Pastora, fui distinguido com uma busca policial na casa do meu domicílio, na capital. Sob o anúncio formal de que a minha casa seria arrombada, a pessoa depositária da chave abriu obedientemente a casa, acompanhando na sua visita os oito cidadãos encarregados desta diligência por expressa determinação de S. Ex.' o Sr. Eusébio Leão, digníssimo Governador Civil. Eram oito cavalheiros vestidos à paisana e armados de revólver, sob o comando de um bravo e honesto sapateiro, meu conhecido da antiga Rua de S. Roque, hoje do Mundo. Não sei se todos os outros eram igualmente artistas de sapataria. Sobre este particular Suas Ex.“ não me quiseram dar a confiança de se pronunciar.

O que eu posso e devo consignar é que todos me deixaram penhoradíssimo pela afabilidade das suas maneiras e pela benigna lhaneza do seu trato. Vindo

por ordem do Sr. Governador com a missão especial de averiguar se nos meus aposentos havia jesuítas armados e escondidos, Suas Ex.“ teceram tocantes elogios ao estilo da minha mobília, à escolha das minhas obras de arte e à perfeita ordem em que encontraram as minhas camisas, as minhas gravatas, as minhas luvas, os meus papéis e os meus livros. Mexendo conscienciosamente em tudo, não destruíram nem desarrumaram nada.

De parte do Sr. Governador, uma única coisa me penaliza. É que S. Ex! não conheça suficientemente o que em fisiologia chamaríamos a idiossincrasia dos homens de bem. Se a conhecesse, S. Ex.' facilmente descobriria, sem necessidade de incomodar os seus meirinhos, que se alguém me tivesse feito a honra de procurar refúgio sob a proteção das minhas telhas e da minha honra, eu não teria ido vilegiaturar no campo; ficaria na minha casa, para nela defender contra qualquer espécie de violência, compreendendo a da força bruta, a inviolabilidade do meu lar e o meu direito de asilo.

Dizem-me que o Sr. Governador é também médico. Se assim é, que S. Ex! não mais incorra no giro da sua clínica em erro de diagnóstico igual àquele em que caiu na malograda operação a que me submeteu! Tais são os meus sinceros votos de bom ano, a bem de S. Ex.“ e, ainda mais, a bem dos enfermos que tenham o infortúnio de o consultar. «Saúde e fraternidade». E para que o digno Governador não vá entrever uma subentendida praga ao exercício da sua atividade médica na fórmula regulamentar do cumprimento

que afetuosamente lhe dirijo, especificarei ainda: «Saúde» a S. Ex.",
«fraternidade» aos seus doentes.

E ao leitor benigno, até breve.

Janeiro de 1911.

CAPÍTULO II

PORTUGAL ANTIGO

Na precedente carta tentei, ainda que muito abreviativamente, esboçar a fisionomia do Governo. Procurarei hoje, pela compilação de alguns dos seus mais característicos gestos, delinear o aspeto dos governados.

O génio heroicamente aventuroso, confiado e audaz do povo português encheu de glória o mundo durante perto de quatro séculos, desde a fundação da nacionalidade pela aclamação da dinastia afonsina até à perda da independência pela derrota de Alcácer Quibir e pela subsequente dominação castelhana.

Durante esse glorioso período combatemos, vencemos, navegámos, conquistámos, colonizámos, civilizámos, aprendemos, ensinámos. Pela força do nosso braço e da nossa fé, pela progressiva cultura do nosso espírito e pela poderosa coesão da nossa disciplina hierática fundámos no continente europeu e através dos mares uma das mais vastas, das mais fortes, das mais ricas e das mais civilizadas nações do mundo.

Estabelecemos no reino sobre sólidas bases tradicionais e étnicas as nossas primeiras instituições administrativas: direito público e direito consuetudinário, poder central, nobreza e milícia, forais, inquirições, cortes,

corporações de artes e ofícios, regime do trabalho, regime da propriedade, admissão do povo nas assembleias gerais do reino, fundação-do ensino.

Ao interior da África, à América, à Ásia enviámos os nossos grandes portadores de ciência e de civilização mundial: Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Bartolomeu Dias, Magalhães, Pêro da Covilhã, Diogo Cão, S. Francisco Xavier, Mendes Pinto, o padre Anchieta e o padre Manuel da Nóbrega.

De volta das navegações oferecemos à Europa assombrada, sem falar pomposamente da conquista de um novo mundo e do pleno conhecimento do globo, os mais lindos presentinhos que jamais a Europa recebeu da mão de um só povo. Demos-lhe os leques, os guarda-sóis, as laranjas doces, a porcelana, as especiarias, a seda da China e as tapeçarias da Pérsia, o almíscar de Ormuz, as pérolas de Manaar e de Kalckar, os rubis do Peru, o ébano e o marfim.

No exíguo torrão paterno se tinham no entanto gerado e desenvolvido homens de uma grandeza lendária como Egas Moniz, D. Fuas Roupinho, Gonçalo Mendes da Maia, Mendo de Sousa, Gualdim Pais, Martim de Freitas. E todos estes nomes soam hoje no nosso apoucado ouvido como outras tantas badaladas de um dobre de finados, ao som do qual se levantam, do Campo Santo da nossa história, doces, ternos, elegíacos e formidáveis fantasmas, vaporizados na infinita e misteriosa escuridão da morte.

A língua, esse poderoso alicerce da nacionalidade, começa a constituir-se pelas arcaicas tentativas dos clérigos e jograis do século XII e desenvolve-se com o desponta da poesia lírica portuguesa nas trovas dos cancioneiros do ciclo de D. Dinis. No cancioneiro da Ajuda figuram cinquenta e quatro poetas. D. Sancho I era já um trovador, assim como o foi o rei D. Dinis.

Mais tarde surge a deslumbrante plêiade dos maiores escritores da nossa língua, cronistas, naturalistas, contemplativos e poetas: Fernão Lopes, João de Barros, Damião de Góis, Garcia e André de Resende, Garcia de Orta, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Gil Vicente, Luís de Camões.

As artes chegam então a uma perfeição de técnica, de sentimento e de expressão moral que os tempos modernos não têm feito mas que procurar impotentemente atingir.

Foi na primitiva época do nosso estilo românico, quando não havia ainda nem palácios solarengos nem paços reais, que, em honra de Deus e para amorável junção dos homens, cavaleiros e peões, mesteirais e letrados, ricos-homens e mendigos, a nossa terra se cobriu das mais grandiosas catedrais e das mais interessantes e delicadas das nossas igrejas e ermidas.

Aviventada pelas penetrações da arte flamenga, borgonhesa, florentina e catalã, a nossa pintura nacional assume nos séculos XV e XVI um lugar que nunca mais depois disso tornou a ocupar no mundo.

As Copias do Infante D. Pedro imprimem-se em Portugal, segundo a afirmativa incontestada do conde da Ericeira, seis anos apenas depois das primeiras impressões tipográficas de Basileia. As nossas tipografias de Lisboa e de Leiria, fundadas por judeus portugueses, são das primeiras na Europa. começamos a imprimir antes da França, da Inglaterra e da Alemanha.

Como expressivo padrão de tolerância religiosa funda-se a famosa Junta de Cosmógrafos, em tempo de D. João II, com um bispo e dois judeus.

Os pilotos e cartógrafos portugueses Jorge e Pedro Reinel assentam nos seus portulanos as bases técnicas de toda a navegação do novo mundo…

Com o alvorecer da Renascença o espírito dos nossos humanistas entra na mais íntima convivência com o dos primeiros sábios da Europa.

O infante D. Pedro, o das Sete Partidas, enfileira-se em Florença com os representantes da mais alta cultura italiana, como Cosme e Lourenço de Médicis, Ambrogio Traversari, Nicolo e Paolo Toscanelli. D. Pedro é, pelas suas relações com os sábios estrangeiros, o principal colaborador do seu irmão, o infante D. Henrique. O doge Francesco Foscari ofereceu-lhe em Veneza uma cópia em vulgar das Viagens de Marco Pólo. Na primeira biblioteca real, estabelecida na casa chamado do Forte nos paços da Ribeira, figuram as obras de D. Duarte e do infante D. Pedro. Este, consumado latinista, oferece ao irmão a sua versão portuguesa do livro de Cícero De amicícia. Traduz igualmente De officiis Vegesio. D. Pedro é ainda, como se

sabe, autor de várias obras originais e de poesias soltas. Ambrogio Traversari dedica-lhe a sua tradução de Giovanni Crisostomo De providentia Dei.

Durante o século XV vários outros portugueses ilustres habitam Florença. Paolo Toscanelli cita, por exemplo, os seguintes:

Velasco di Portugalo, jurista, canonista, grande orador, de cuja biografia, escrita por Vespasiano, consta que tinha milhões de florins empregados em livros magníficos, vestia-se de veludo e zibelina e montava os mais belos cavalos de Florença;

Gomezio de Lisbona, abade de Santa Maria de Florença, com a sua biografia escrita por Plácido Pucinelli e Tommaso Salvetti. Foi geral dos Camaldollesi, colabora na reforma dos mosteiros, e é por Eugénio IV encarregado de várias legações apostólicas. A obra de Salvetti é dedicada ao príncipe D. Pedro, então regente. Era riquíssima e famosa em toda a Itália a coleção de objetos de arte sacra reunidos por esse nosso compatriota Gomes de Lisboa.

A esse tempo trabalha em Portugal por espaço de nove anos o arquiteto e escultor André Contucci (Sansovino), enviado a D. João II por Lourenço de Médicis.

Damião de Góis é o amigo e camarada intelectual de Erasmo, de Lutero e de Melancton.

Jerónimo Osório viaja na Itália, estuda em Salamanca, em Bolonha e em Paris, onde convive com Fabre e com Santo Inácio.

Pedro Margalho, formado em filosofia pela Universidade de Paris, é professor de direito canónico em Salamanca.

André de Gouveia é reitor do Colégio da Guienne em Bordéus, onde tem por discípulo Montaigne.

Aires Barbosa, um dos primeiros filólogos e dos primeiros helenistas do seu tempo, depois de haver estudado em Salamanca, viaja largamente na Itália, e tendo por condiscípulo aquele dos Médicis que ouvindo em Florença as lições de Ângelo Policiano mais tarde se chamou Leão X.

Diogo de Gouveia, principal do famoso Colégio de Sainte Barbe, tem aí a alcunha de Sinapivorus, que lhe foi posta pelo seu discípulo Rabelais, parece que em consagração da incondicional tolerância do seu alto espírito: engolia mostarda.

Setenta estudantes portugueses, segundo o autor da Monarquia Portuguesa, frequentam a Universidade de Paris subsidiados por D. João III, que igualmente mantém pensionistas na Itália.

Francisco de Santa Maria, no Ano Histórico, cita os nomes de portugueses lentes nas mais famosas universidades da Europa. Essa lista compreende cento e quinze nomes.

Quase todos, senão todos, os soberanos da dinastia de Avis são retratados pelos mais afamados pintores da época, desde D. João I até D. Sebastião.

A coleção das obras de arte trazidas a Portugal por Damião de Góis, que Alberto Durer retratou, formaria ela só um preciosíssimo museu.

As relações de parentesco e de amizade da rainha D. Leonor com o imperador Maximiliano enriquecem copiosamente o nosso tesouro artístico.

Francisco de Holanda, português de Lisboa, subsidiado por D. João III, vive em Roma na intimidade de Miguel Ângelo e de Vitória Colona.

O mesmo D. João III que para reformar a universidade reúne em Coimbra os primeiros humanistas do tempo, os Teives, os Gouveias, Brás de Barros, Jorge Buchanan, Nicolau Clenardo e outros, manda cinzelar por Benvenuto Cellini uma das suas espadas, que ao presente se conserva no Museu de Munique.

D. Manuel encomenda esculturas ao famoso Veit Stosse e manda fabricar as sumptuosas tapeçarias da História da média, todo um compêndio iconográfico, perante o qual talvez se inspirou Camões ao delinear o canto x dos Lusíadas.

Por encomenda do mesmo rei desenha Leonardo da Vinci o cartão de um tapete que em Flandres se devia tecer a seda e ouro.

A infanta D. Maria é retratada em Lisboa pelos pintores estrangeiros que no seu tempo frequentavam a corte e trabalharam para várias famílias nobres de

Portugal, António Moro, Sanchez Coelho e Cristóvão de Utrecht, nomeado cavaleiro de Cristo.

Sem embargo das frequentes epidemias originais no completo desconhecimento da higiene, apesar da falta de estradas, do desconforto das habitações, da imundície das ruas e da diuturna rusticidade da alimentação pública, o requinte da nossa educação artística e do nosso culto da arte transparece brilhantemente do testemunho de inúmeros factos.

Assim Portugal é talvez de todos os países da Europa, excetuada a Bélgica, aquele em que mais obras dos primitivos pintores flamengos hoje se encontram nos preciosos depósitos de Lisboa, Coimbra, Viseu, Setúbal, Tarouca. Um dos mais autorizados críticos, o professor alemão Carlos Just, afirma que só a coleção de Évora é o mais considerável depósito que ele conhece da antiga pintura de Flandres.

É inexcedível o primor de muitos dos nossos Livros de Horas, da nossa arquitetura religiosa, militar e civil do século XVI, da nossa escultura decorativa, do nosso mobiliário, da nossa ourivesaria sacra e profana e da nossa indumentária da mesma época.

Em 1515 o pintor Jorge Afonso dirige em Lisboa uma grande oficina de pintura, onde trabalham Grão Vasco, talvez Frei Carlos, e vários outros depois espalhados pelo País e procedentes de uma escola comum.

A vida de sociedade na corte de D. Manuel e ainda na de D. João III, cujo embocamento beato tem sido muito desmedidamente caricaturado por alguns historiógrafos, revela um brilho de espírito e uma elevação de cultura com que está muito longe de ombrear a democrática educação mundana do nosso tempo. Perante o claustro pleno da Universidade, em Coimbra, fazendo o elogio do reformador dos estudos, André de Resende diz poder apontar senhoras portuguesas que rivalizam em saber com os varões mais eruditos sem por isso se despirem da sua gentileza. A Sr.' D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, no seu erudito livro A infanta D. Maria de Portugal e as suas damas, dá uma relação daquelas a quem Resende se referia. Além das mais conhecidas, Joana Vaz, Luísa e Angela Sigeia, Paula Vicente e Hortênsia de Castro, figuram na intimidade literária da infanta, falam corretamente três ou quatro línguas, o latim, o castelhano, o francês, cultivam a música, a poesia ou a pintura, e convivem com os poetas palacianos do Cancioneiro e com os mais afamados humanistas do tempo senhoras das primeiras linhagens do Nobiliário, Guzmanes, Coutinhos, Meneses, Noronhas, Portugais, Silvas, Silveiras e as sobrinhas da infanta, a princesa Maria de Portugal, a duquesa de Parma e a duquesa de Bragança.

Luísa Sigeia corresponde-se em latim com o papa Paulo III, e na mesma língua se trocam cartas íntimas da infanta com a rainha Maria Tudor.

No estrangeiro os vestígios da nossa antiga cultura e da fama que tínhamos assinalam-se ainda hoje em numerosos documentos.

A árvore genealógica dos nossos reis, iluminada por Simão Bening sobre debuxos de António de Holanda, é uma das mais finas joias do British Museum em Londres.

A catequese e a civilização dos índios por efeito dos descobrimentos dos Portugueses é celebrada por Miguel Ângelo num dos episódios do Juízo Final, no fresco da Capela Sistina, como o demonstra a interpretação recentemente dada pelo eminente escritor e arqueólogo Costa Lobo a uma conhecida frase do nosso agente diplomático em Roma, Baltasar de Faria, a propósito de uma questão pendente entre Miguel Ângelo e os agentes de D. João III.

A legenda portuguesa da vida milagrosa do nosso conterrâneo Santo António é artisticamente consagrada em torno do túmulo do Santo em Pádua pelos baixos-relevos de Donatello.

Uma das mais belas e mais comoventes estátuas do pórtico setentrional da Catedral de Chartres é a da nossa princesa D. Teresa, filha de Afonso Henriques, a qual com o título de condessa de Flandres tomou o nome de Matilde. Tal era o envolvente encanto desta nossa compatriota que os cavaleiros belgas, companheiros no Oriente de Balduíno de Constantinopla, tinham por amor dela adotado esta expressiva fórmula diplomática: Ob reverentiam Dei ac Mathildis regiliae — em reverência a Deus e à rainha Matilde.

Uma das nossas conterrâneas cuja memória se consagrou na simpatia da arte é a duquesa Isabel ele Borgonha, a qual, pelo seu casamento com Filipe o Bom, tão intimamente estreitou as nossas relações afetuosas com a Flandres, merecendo do seu volúvel marido, querido para celebrar o seu consórcio se fundou a Ordem do Tosão de Ouro, o amoroso protesto contido na divisa conjugal que ele por essa ocasião adotou: Autre n'auray. A esta doce princesa coube a invejável honra insigne de ser retratada por João van Eyck e por Memling em quadros de cavalete, por Rogério van der Weiden num políptico do hospital de Beaunne, e por Rogério Stoip numa vidraça da colegiada de Sainte Pharailde. Em Amesterdão, na coleção do Hotel de Ville, existe ainda uma estátua em bronze da princesa Isabel toucada com um chapéu de tira como o que usavam os cavaleiros do Tosão de Ouro e tendo no braço um carneiro.

Em Sienna é Pinturicchio que, fixando a sua obra-prima nos muros da livraria da Catedral, comemorando a vida do pontífice Pio II, consagra um dos seus maravilhosos frescos a um episódio da história dinástica de Portugal: os esponsais da princesa Leonor, filha ele D. Duarte, com Frederico III, imperador da Alemanha. A admirável composição representa a princesa em sumptuoso trajo de corte, acompanhada da sua comitiva portuguesa, no acto de ser apresentada ao seu esposo por Enéas Sylvio Piccolomini, mais tarde papa.

Em Antuérpia e em Bruges honrosos documentos lembram ainda numerosos e ilustres portugueses que aí residiram, uns como nossos feitores em Antuérpia, outros como representantes da sua família e da sua pátria junto da duquesa Isabel, em Bruges.

Sinto fugir-me o espaço para fixar alguns característicos detalhes.

O luxo português em Antuérpia assumiu por vezes o mais nobre e alto carácter. A entusiástica hospitalidade conferida a Alberto Durer pela colónia portuguesa de Antuérpia ficou célebre pelas ruidosas e elegantes festas a que deu origem. Durer retribuiu esses favores com presentes de quadros e de gravuras aos feitores e aos negociantes portugueses. Muitos dos nossos compatriotas cultivavam as ciências e as letras, contando-se entre eles professores, médicos e escritores célebres como Amato Lusitano, Rodrigo de Castro, Garcia Lopes, Diogo Mendes.

Os negociantes portugueses em Antuérpia eram proprietários de cento e doze casas de comércio.

Em 1954, por ocasião da entrada triunfal de Filipe II, como herdeiro de Carlos V, a cavalgada dos portugueses ficou memorável. Compunha-se de vinte senhores, acompanhados de dois criados cada um e todos montados em cavalos peninsulares, ricamente ajaezados. Os senhores vestiam de brocado e seda cor de púrpura, bordada de ouro e de rubis com colares, passamanes e botões de ouro. Todos os gorros eram guarnecidos de brilhantes. Os criados,

igualmente a cavalo, equipados de couraça e espada, vestiam librés de seda verde e branca com as bainhas das espadas de seda branca, o que era, segundo o cronista Cornélio Grapheus, «chose moult riche et triomphant à voir». Diogo Duarte, filho de Gaspar Duarte, possuía uma das primeiras galerias de pintura da Flandres. Foi há poucos anos ainda publicado na Holanda um catálogo dessa galeria. Entre as obras de Brueghel, de Durer, de Quintino Matsys, de Maubeuge e doutros, figura nesse catálogo um Rafael que constava ter sido adquirido pelo infante D. Manuel de Portugal a troco de diamantes no valor de 2200 florins.

Tendo em vista dar-lhe um quadro da mentalidade e da civilização de Portugal durante os primeiros séculos da sua história, acabo de fazê-lo de um modo excessivamente jornalístico talvez, isto é: a simples traços de noticiário. Desse rol de acontecimentos creio eu que o leitor deduzirá mais intuitivamente que por meio de qualquer outro processo a noção do que fomos durante o período a que me refiro. Pelo cotejo desse tempo com o tempo que se seguiu ao fim da dinastia de Avis — época a que me referirei na próxima carta — o leitor compreenderá o que é a fatal decadência de uma grande raça delida naquela apagada e vil tristeza em que Camões previu o fim da sua pátria.

Janeiro de 1911.

CAPÍTULO III

O SEBASTIANISMO NACIONAL

A restauração de 1640 restituiu à nação portuguesa a sua autonomia política, mas não reconstituiu com igual facilidade as energias do seu organismo profundamente depauperado e deprimido pela saudosa sangria de Alcácer Quibir e pela subsequente intoxicação moral de sessenta anos de servidão sob um domínio estrangeiro. O cérebro português fora gravemente abalado pelas mais dolorosas comoções: a angústia da incerteza sobre os sucessos da grande expedição de Marrocos, a fulminante notícia do desastre em que irreparavelmente se submergiram tantas vidas e tantas riquezas, a perda das processões ultramarinas, a completa ruína da fazenda pública, o aniquilamento de milhares de famílias, o luto geral do reino, todas as cruciantes torturas da derrota, da vergonha e da miséria.

A esse temeroso abalo — dos maiores que podem fulminar um povo — correspondeu um acesso de delírio bem característico pela aberração do sebastianismo.

Paralisadas na sua psicologia todas as faculdades e todas as virtudes que dão a um agregado humano a posse coletiva de si mesmo e a consciência de um fim que justifique — como em todos os organismos — a sua existência, perdida a fé, perdida a coragem, perdida a alegria, o povo português apela para o

milagre, absorve-se no messianismo, subordina todos os seus actos e todos os seus pensamentos ao regresso do «Rei desejado» ou do «Rei encoberto».

Apareceram durante a primeira metade do século XVII quatro aventureiros como sendo cada um deles o prometido D. Sebastião e o povo acreditou na identidade de todos quatro.

No século XIX, mais de trezentos anos depois da trágica jornada de África, havia ainda milhares de sebastianistas em Portugal e Brasil.

Segundo os antigos alienistas seria este um estranho caso de delírio parcial coletivo. Os psiquiatras modernos rejeitam esse diagnóstico, considerando as vesânias e as monomias não como formas autónomas e distintas espécies mórbidas, mas sim como fases clínicas de um delírio crónico iniciado por um acesso de hipocondria geral.

Hoje mesmo — talvez pela razão de que Portugal restaurado não acabou por enquanto de se restaurar completamente — persistem resíduos depressivos e taras ancestrais que, ao mínimo abalo na elaboração cerebral dos motivos que determinem os seus actos, tornarão o povo português tão genuinamente sabastianista como no tempo dos seus antigos agitadores e profetas, o Bandarra e o sapateiro Simão Gomes.

É evidente que ele cessou para sempre de esperar que D. Sebastião regresse, como o cavaleiro do Cisne, portador do Santo Gral, despregando-se de uma matutina e aérea nebulosa para baixar à terra e descer o Chiado, espectral e

benigno, rutilante como um astro, na sua esmaltada armadura de guerra, sob o elmo de ouro polido, empenachado de branco.

Não é, porém, menos certo que, descrido, fastiento e desdenhoso, como de uma velha cautela branca, da alforria com que o brindavam os restauradores do I." de Dezembro, tendo-se por insuficientemente remido, na servil passividade da sua impotência para melhorar por si mesmo as condições do seu destino, ele ainda hoje aspira a uma redenção nova, e aceita, segue a vitória, com uma credulidade inverosimilmente fanática e servil, de todo o redentor que lhe apareça palavroso e profético, bandarrista e sapateiral.

Tal é no presente, segundo se me afigura, o seu caso mórbido.

Tendo por influição do seu sangue amouriscado a noção lazarónica de que todo o trabalho é uma condenação, uma iniquidade, ou — em mais consagrada e corrente metáfora — uma tremenda espiga, ele não vê nem jamais viu com bons olhos que outros lhe passem pela porta passeando-se de carruagem enquanto ele, como eu, trabalha ao seu tear, ao seu torno ou na sua tripeça; e a sua augusta e longínqua visão de uma justiça social resume-se filosoficamente nisto:

— que ele passeie de carruagem e que trabalhem os outros.

Para se apropinquar quanto possível da realização desse ideal, a que por decência o ensinaram a chamar o «ideal socialista», acreditou por algum tempo na coadjuvação da Providência, e invocou-a piedosamente em ladainhas e

novenas, em promessas e romagens. Não se deu bem com isso, e ficou contentíssimo quando num recente comício político, em que lhe deram excelência e lhe apertaram efusivamente a mão, um sujeito, que ele nunca vira mais gordo, sorridente e melífluo, com o meneio de dedos, mimoso e percuciente, de quem estivesse picando com um bico de agulha invisíveis problemas adejantes no ambiente, lhe explicou, de cima de um palanque, que a Divina Providência não existia pela razão muito simples e categórica de que a República tinha abolido Deus.

E, como o numeroso e conspícuo auditório, em que havia, principalmente no palanque, muitas pessoas de alto lá com elas, como antigos ministros, guarda-livros, conselheiros e doutores, cobrisse com frenéticos aplausos aquele orador desconhecido, espinífico e suado, o povo, não querendo ser mais burro do que todos aqueles senhores, convenceu-se de que Deus cessara com efeito de existir, e, tendo, ainda que vagamente, a ideia de que Deus era padre, passou daí por diante a correr à pedrada ou a cascudos, como vil impostor, todo o indivíduo suspeito de ter coroa e: de dizer missa: — Não existe, casca-se-lhe.

Assim como, libertado de reis, ele não quer mais ser escravo senão de charlatães, assim também, uma vez descarregado do sofisma divino e precisando de algum outro símbolo a que se apegar, encomenda-se devotadamente ao acaso, ao desconhecido, ao inescrutável, e filia-se na política, bajula o cacique e compra cautelas de três vinténs.

Insanavelmente beato pelas fatalidades atávicas da sua raça, sente a necessidade espiritual de iniciar-se nalgum mistério que substitua o dogma e pede então à maçonaria um novo pão eucarístico e um cerimonial litúrgico parecido com o batismo, com a primeira comunhão e com a crisma. E a sua alma de cândido neófito exulta com a posse dos variados sacramentos dessa religião nova, a que ele será tão fiel como foi à antiga, seguindo-lhe os preceitos e os ritos com a mesma compenetrada unção com que outrora ia à missa, ao sermão e à desobriga.

Quando ninguém precisa da cooperação da sua força chamam-lhe Zé-Povinho, figurando-o com uma albarda às costas, e é o lobo manso de quem todos mofam. Quanto aos filósofos em desinteligência convém açulá-lo, chamam-lhe o Povo Soberano, omnipotente e absoluto.

Por sua parte ele acha-se no seio da civilização que o explora, como o touro em tarde de corrida no meio do redondel. E puro, bravo, boiante e claro. Está aí para o que quiser dele o capinha, o bandarilheiro e o espada. Acenem-lhe com o trapo encarnado e ele arrancará sempre com lealdade e braveza, entrando pelo seu terreno, acudindo ao engano e indo ao castigo de todas as vezes que o citem para atacar, para escamar, para estripar e afinal para morrer, o que tudo para ele é unicamente marrar.

Como o boi puro, o povo não se desilude nunca, nunca se desengana da lide. Um dos seus lidadores, num desses comícios suburbanos a que o povo

fielmente concorreu em quase todos os domingos da propaganda revolucionária durante os últimos dois anos do regime monárquico, pôs-lhe muito hábil e graficamente diante dos olhos este argumento aritmético demonstrativo da fome da nação originada do escândalo da lista civil no Orçamento Geral do Estado. O orador somou, a parcela por parcela, o que recebiam o rei e as demais pessoas da família real; dividiu o total, em réis, por 80 e demonstrou pelo quociente que cerca de quatrocentas mil famílias receberiam de graça dois pães de pataco desde o dia imediato ao do advento da República, em que se distribuísse pelo povo o que devorava a realeza.

Outro retórico, em outro comício, explicou, por meio de processo igualmente matemático, que o custeio de cada cavalo de luxo nas reais cavalariças importava em tanto como o sustento de quatro famílias.

Ora sucede que, abolida a monarquia, e achando-nos nós no mês 5 do ano I da República, nenhum pão de pataco dos oitocentos mil que ingeria o rei foi por enquanto distribuído ao povo, e que o mesmo povo, outra vez transferido de «Povo Soberano» a «Zé-Povinho», com indício de estar mudado o Governo da Nação, não largou ainda o regozijo gratuito de ver passar em dia de gala, dos paços do Governo para o Paço da Ajuda, em vez do rei antigo, o presidente novo em coche real puxado a quatro por dezasseis relinchantes famílias aristocraticamente engatadas à Grand-Daumont.

É certo que nunca as classes dirigentes se divertiram tanto em excursões de recreio, nem se banquetearam tão rapidamente como hoje em dia. Na casa, porém, de cada cidadão, nem o imposto diminuiu nem o passadio embarateceu. Unicamente da nota oficial que tenho presente consta que durante os dois primeiros meses da era republicana — Outubro e Novembro — a dívida flutuante aumentou, regular e consoladoramente para o nosso crédito, em 1163 contos.

Enquanto à prometida barateza a que seriam reduzidos os víveres, ao proporcional aumento a que seriam elevados os salários, ao desenvolvimento que teria o ensino e à perfeição que atingiria a disciplina da sociedade uma vez sacudido da cerviz do povo o inconfortável jugo ominoso do regime extinto, observa-se que nunca se comeu mais caro, nunca foi mais numerosa a legião dos operários sem trabalho, nunca se fizeram tantas greves e tantas propriedades foram impunemente assaltadas e destruídas, como agora as redações e as tipografias de cinco jornais e de não sei já ao certo quantas associações de inofensivo carácter extrapartidário e extrapolítico; nunca foram tão frequentes os conflitos de hierarquia entre subordinados e superiores e as rebeliões do trabalho com o capital, dos operários e dos caixeiros com os patrões e dos alunos com os mestres. A Universidade está abandonada e acham-se expatriados vários cidadãos, alguns escritores ilustres, de indiscutida probidade e de relevante mérito, condenados ao ostracismo sem culpa formada e sem nenhuma forma de processo.

Ao contrário do que a respeito da improbidade congénita das democracias se tem escrito desde as mais remotas experiências até os mais recentes estudos, desde Platão, Xenofonte e Aristófanes até Montesquieu, Renan e Faguet, disseram ao povo os seus tribunos que todas as prevaricações, subornos, nepotismos e desleixos inerentes a todos os serviços públicos do regime monárquico desapareceriam da terra desde que a República se estabelecesse em Portugal, como desapareceram, ainda que incompletamente, sob as sucessivas camadas geológicas de milhões de séculos, as espécies zoológicas e vegetais das primeiras idades do globo.

E o povo, a princípio talvez vacilante e duvidoso sobre o prognóstico de um tão estupendo fenómeno cósmico, rendeu-se à evidência da prometida transformação social desde que presenciou as decisivas medidas tomadas para sanear e moralizar tudo subitamente, refreando a natureza e sustando o curso dos fenómenos.

A República começou energicamente por condenar igrejas, conventos, hospitais, asilos, colégios, bibliotecas, escolas e associações de beneficência, como, por exemplo, a das Cozinhas Económicas que em dezassete anos despendeu na sua obra mais de mil e cem contos de réis; como a das Damas de Caridade, as quais no último ano da sua gerência, de que tenho presente o relatório (1906-1907), visitaram nos seus domicílios em Lisboa 4327 doentes, pelos quais foram distribuídos 16.406$865 réis; como a da Irmandade das Senhoras Viúvas, presidida pela Rainha a Senhora D. Maria Pia, distribuindo

em esmolas nas suas visitas às casas' e às enfermarias cerca de dois contos de réis por ano; como finalmente, para não me alongar mais, a das Irmãzinhas dos Pobres, as quais, com o exclusivo produto de esmolas, edificaram um vasto palácio em que mantinham confortavelmente e carinhosamente, sem subsídio algum do Tesouro, trezentos velhos inválidos.

Para compensar tão enormes desfalques no ensino e na assistência pública, criou-se uma instituição nova, o Museu Republicano, estabelecido no extinto colégio do Quelhas. Nesta casa, primeira e por enquanto creio que única fundação pedagógica do novo regime, existe, segundo detalhados documentos fotográficos publicados pela Ilustração Portuguesa, a famosa sala apologética do regicídio. Nela figura, com os retratos dos regicidas e versetos dos Lusíadas dedicados ao culto dos heróis e inscritos nas paredes, um trofeu central composto de um pedestral de veludo, sobre o qual, ao lado de um busto da República, de uma coroa de flores e uma longa palma, a palma dos mártires, se vê o gabão e o chapéu do Buíça e a clavina com que foi assassinado no dia 1 de Fevereiro de 1908, aos 19 anos de idade, num landau descoberto, em frente do seus pais, o inocente e imaculado príncipe D. Luís Filipe de Bragança. Junto da clavina do Buíça vê-se também o revólver de que se serviu Costa para matar, à queima-roupa, com um tiro na nuca, o rei D. Carlos.

O museu inaugurou-se solenemente com um almoço a que assistiram todos os membros do Governo, com exceção do seu Presidente e do ministro do Interior. Houve pela mesma ocasião um banquete de crianças. Fizeram-se,

segundo os jornais, entusiasticamente brindes e o Sr. ministro dos Negócios Estrangeiros falou com o mais terno e paternal carinho aos meninos que assistiram à festa.

O mesmo número da Ilustração Portuguesa, consagrado à inauguração do Museu da República, dá-nos ainda em sucessivas fotografias o aspeto de diversos trâmites da fabricação de bombas explosivas. Informa o interessante magazine que em Lisboa se fabricam por centenas bombas de dinamite, mas que este trabalho não reveste carácter mercenário. Parece ser apenas um passatempo de delicados amadores.

Abstenho-me de toda a espécie de comentário. O meu único fim, reproduzindo a série de alguns fenómenos narrados por toda a imprensa republicana de Lisboa, é simplesmente consignar qual a impressão por tais fenómenos produzida no espírito do povo.

Cabe-me dizer, concluindo, que essa impressão é excelente. O povo gosta, o povo exulta, o povo rejubila. Há trezentos anos à espera de um D. Sebastião qualquer, verdadeiro ou falso, legítimo ou espúrio, antigo ou moderno, mais uma de tantas vezes ele se acha convencido de que enfim as profecias se cumpriram e que o Desejado chegou.

Fevereiro de 1911

CAPÍTULO IV

A COMÉDIA POLÍTICA

Debalde a pavorosa hidra da reação, por todo Portugal, e por boa parte do Brasil, segundo rezam os papéis, arrebita quotidianamente os tentáculos e espirra conspirações, rabeando nas ervas, sinistra, molanqueirona e estupenda. A Polícia, olheira e vigilante, segue em bicos de pés o sinuoso frago da bicha, e, já familiarizada com ela, toma-lhe o pulso, despiolha-a, assoa-a, amamenta-a e trá-la pela mão.

Está portanto salva a situação — o que com júbilo me cabe participar, para sua quietação e remanso, aos meus leitores do Brasil em geral, e muito especialmente ao digno representante de Portugal no Rio de Janeiro, o qual, apoderando-se magistralmente de todos os trincafios da tramoia, tão gloriosamente contribuiu para a feliz descoberta desse par de botas, o mais importante talvez de quantos lhe tenham passado pelas mãos durante todo o giro da sua missão diplomática.

O Governo Provisório da Nação continua pois provisoriamente governando mais firme, mais intemerato e mais prazenteiro que nunca.

Os sete sábios do Terreiro do Paço, atuais detentores dos sete chapéus altos, das sete peliças e dos sete automóveis, símbolos e atributos adstritos à

investidura e à legitimação dos altos poderes públicos, aureolados agora pelo clarão propício da mais perenal bonança, sorriem e legislaturam com portentoso e nunca visto ardor.

Seus sorrisos de satisfação desenham-se cândidos, borboleteantes, suaves, heroicos, líricos ou bucólicos, segundo as conveniências do assunto, em todos os actos da política. Para o efeito de registar e coordenar tais sorrisos, constituiu-se uma espécie de secretaria ambulante e chouteira, a que poderíamos chamar do Contencioso Exibicionístico. Esta suplementar repartição pública compõe-se de repórteres, de fotógrafos, de uma filarmónica que toque desembaraçadamente a Portuguesa e da menina Deolinda Alves.

A cada automóvel governativo cabem um chauffeur e um fotógrafo.

Desde que se apeie do automóvel até que torne a entrar nele, o Governo toma uma expressão agradável e natural e o fotógrafo opera.

A este sábio melhoramento de exibição devemos a felicidade invejável de poder contemplar o Governo através de todos os episódios da sua vida pública e particular, porque nada do que lhe diga respeito pode ser indiferente à opinião do País.

Assim, uma vez definitivamente rasgado o antigo véu de hipocrisia que, sob o nefando regime extinto, encobria os peculatos, os subornos, as depredações e as tranquibérnias do Governo, a todos os contribuintes é hoje dado a contemplar a ilibada e inconcussa pureza de cada um dos ministros, seja na

praça pública, seja no interior do seu tugúrio — já em casa almoçando, fumando o seu cigarro, lendo o seu periódico ou metendo debaixo do braço o seu chapéu-de-chuva, já na sua repartição ou no gabinete de trabalho empunhando a pena ou cogitativamente debruçado sobre montes de papéis, com a cara apoiada a um dedo, meditando a lei; já na rua, de pé em carruagem descoberta, saudando as turbas com o chapéu alto numa das mãos e a outra mão aberta, energicamente espalmada, estendida para diante, no espaço, como que apontando o futuro com uma naturalidade espantosa.

Na rua, entre as multidões entusiásticas, a expressão fisionómica do Governo é toda de fora e ao léu, desfraldada, expansiva, iluminada e triunfadora. Só, no recesso do gabinete, vê-se que o envolve a amarga melancolia que no ermo acomete o sábio avezado ao aplauso das gentes, a considerar que não tem aí assim mais ninguém fogosa e unanimemente da opinião dele, pela razão cruel de se encontrar só.

Reduzindo-se tão prolificamente por meio da fotografia, e associando assim a humanidade inteira às intimidades da sua existência, é indubitável que está o Governo, dia a dia, conquistando um considerável relevo de simpatias aos olhos do mundo e sobretudo aos seus próprios olhos. É este, sem questão alguma, um dos mais relevantes serviços prestados à causa democrática, ao ressurgimento da nacionalidade pelo gabinete verde e encarnado do novo contencioso anexo às instituições vigentes.

Além das felizes inovações introduzidas nas artes decorativas e sumptuárias, devo acrescentar que ao gabinete a que me refiro cabe ainda a glória de estar, por meio de lavor intenso da reportagem, enriquecendo copiosamente a cacologia nacional com preciosos neologismos, entre os quais não quero perder o ensejo de registar o vocábulo homenagear, verbo ativo, tanto quanto possível regular, do qual é sempre sujeito o povo (ou quem suas vezes faça) e complemento objetivo o Governo.

Nas cerimónias públicas a menina Deolinda Alves (doze a catorze anos de idade) vai na frente, imediatamente depois da música e ao compasso dela, ricamente fantasiada de República, em veludo, cetim e ouro, gorro frígio de veludo em zimbório sobre os longos cabelos esparsos nos ombros, meias de seda em borzeguins de cetim verde, a bandeira da República na mão esquerda, e uma espada nua, com a ponta virada para baixo, na mão direita.

Foi nesse mimoso e bem ideado trajo de Joana d'Arc da Rotunda que Deolinda compareceu em casa do ministro do Brasil em Lisboa, por ocasião da manifestação de público apreço de que recentemente foi objeto esse ilustre diplomata. Dizem-me ter sido sumamente tocante perante tal homenagem o embaraço do homenageado, entre respeitoso e familiar, não sabendo, apesar de todo o seu tato profissional, se deveria pôr Deolinda sobre uma mesa ou deixá-la no chão, fazer-lhe um discurso ou dar-lhe uma boneca, conversando-a como República ou como menina Deolinda, perguntando-lhe pelos negócios públicos ou pelos seu jogos de prendas.

Em outra não menos solene manifestação ultimamente prestada à memória de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, não no cemitério, como fora de recear, mas, muito mais apropriadamente por certo, no Coliseu dos Recreios, depois de haver orado com o mais entusiástico e juvenil arreganho o ilustre ancião Manuel de Arriaga, Deolinda, segundo as gazetas, deu três passos à frente e recitou alguns versos, dos quais aqui recolho, como mais dramaticamente expressivos e com o maior acatamento e admiração, os seguintes:

Simbolizando aqui a Igualdade,

Em trajo despido de ouropéis,

Derramo uma lágrima de saudade

Por Bombarda e Almirante Reis.

Nunca, na minha vida, à memória de dois mortos vi prestar homenagem mais catita.

Em trajo despido de ouropéis parece-me algum tanto confuso e desapropriado em menina tão rica e tão caprichosamente vestida. Seria talvez mais conforme à verdade dos factos que Deolinda Alves, por exemplo, dissesse:

Simbolizando aqui a Igualdade,

Ricamente vestida de República a troco de um dinheirão que gastou o meu papá no Grandela,

Derramo uma lágrima, etc.,

Por Bombarda e Almirante Reis.

Poderá Deolinda objetar-me que o verso que proponho é um tanto comprido de mais talvez. Não o nego. Desde, porém, que Deolinda, antes de consagrar a lágrima, experimenta a necessidade de nos dizer como está vestida, acho que, tratando-se de facto concreto e histórico como esse, o dever de Deolinda seria calcar aos pés todas as sofisticações métricas e contar as coisas como elas são. Só depois de prestado esse devido tributo à veracidade histórica é que Deolinda teria jus a tirar o lenço do bolso ou a pedir uma urna e a derramar a lágrima.

Outro público sorriso angelicamente consolador e inefável é o que desliza nos lábios de um membro do Governo discursando há dias no teatro do Conservatório por ocasião de um concerto oferecido pelo pianista Viana da Mota à comissão organizadora do IV Congresso Internacional do Turismo,

que brevemente se efetuará em Lisboa. Do Diário de Notícias recorto com mão respeitosa as textuais palavras do S. Ex::

«Não se trata das vantagens de dar hospitalidade em Portugal aos membros do Congresso do Turismo ou de formular o elogio do Turismo. Os Portugueses foram nos tempos modernos, como todos sabemos, os maiores turistas. Portugueses eram os que fizeram, pela primeira vez, le tour du monde.

«Deve porém chamar-se a atenção para o facto de que podemos agora, e só agora, receber com desafogo e dignamente, receber com verdadeira hospitalidade nacional os estrangeiros que nos procuram e atrair os viajantes a uma terra enfim livre. Até há pouco era uma família que recebia os hóspedes: agora é a nação inteira.

«O país mesmo, nas suas condições físicas, nas próprias encantadoras paisagens que os turistas tanto vêm admirar, aparece transformado com o saber-se que um povo, que deixou de ser explorado por uma classe e uma casta, o habita agora cônscio de direitos novos; com o saber-se que capitais, antes desviados para destinos inconfessáveis, irão, daqui para diante, fecundar as terras, alentar os miseráveis, tornar mais viçosas as plantações, mais abundantes as colheitas, mais abastados, felizes e pitorescos os camponeses que os turistas vieram de longe admirar, sob um céu que parecerá, ele também, de uma cor mais opulenta, à luz de um sol que por muitas formas parecerá recamá-lo agora do mais esplêndido ouro.»

Tal é o poder sugestionador e evocativo que se desprende do verbo prestigioso e patético do Governo que, na minha pobre e arrefecida imaginação, eu mesmo completo em todos os seus episódios o quadro prodigioso de que tão mágicas perspetivas se abrem aos meus olhos.

Eu as estou vendo, as viçosas plantações encantadas, os doces e vaporosos grupos de louçãos camponeses, tão pitorescos e galãs entoando ditirambos e madrigais ao Governo da Nação e tangendo seus instrumentos rústicos, adufes e avenas, para fazerem bailar suas pastoras, enquanto Anarda e o Melibeu, sob a faia umbrosa, veem mansamente pascer no prado os seus alvos cordeirinhos, frisados e perfumados como chichis, ao passo que eles ambos reciprocam castas finezas esponsalícias, ele toucando-a de boninas, ela atando-lhe meigamente ao cajado nodoso de zagal simbólicos e falantes lacinhos verdes e vermelhos.

— Mas, meu Deus', onde estou eu? — como nos antigos dramas exclamavam as ingénuas ao acordarem dos seus delíquios.

Estou na minha velha pátria? Acho-me em Terras de Bouro, nas alturas de Barroso, em Celorico de Basto? Ou é nas Fábulas do Cavalheiro de Florian que me encontro?

As paisagens de que o Governo me fala são da serra da Estrela, de Monchique, do Marão, ou são dos romances pastoris de Honorato de Urfé?

É no meu torrão paterno que estas cenas decorrem ou é num leque de Watteau?

É um carrascal alentejano, é uma enchida minhota, ou é uma bergerie de Boucher, tecida numa tapeçaria de Gobelins, o que os meus olhos enxergam?

É à minha querida serra da Falperra ou ao meu bom pinhal da Azambuja que a eloquência governativa me transporta, ou é aos bosques de Arícia onde Numa Pompílio ia ouvir a ninfa Egéria?

Estou vivendo na idade de ouro de Astreia ou na era estanhada de Deolinda Alves?

É pela Carte du Tendre que me governam ou é pela legislação de Afonso Costa?

São as éclogas de Bernardes que mandam ou são os editais de Eusébio?

Que o Governo me esclareça e me guie, porque o meu critério de governado vacila.

Perante a fala do trono proferida no Conservatório junto do madeiro sonoro de Mota e contendo o menu das delícias prometidas aos turistas que nos visitem, eu descubro através de um rutilante nevoeiro de ouro e de maná a transformação miraculosa de toda a natureza rural da minha terra instantaneamente operada, como na Pêra de Satanás, no Rabo da Caçarola e

nas Três Cidras do Amor, pelo guarda-chuva mágico do meu amigo e presidente Teófilo.

Nas bacias dos pântanos, em que outrora medravam mefiticamente terçãs e arrozais, fumegam hoje, como em outras tantas terrinas faraónicas, as saborosas canjas rodeadas de pencas de manjar branco e de travessas de arroz-doce carimbado a canela pelos almotacés da República.

À superfície dos trigais aforam e ondulam ao sabor da brisa os pãezinhos frescos e abiscoitados, ensanduichados de presunto ou de marmelada.

Da copa dos soutos caem nos pratos das merendas as castanhas assadas com manteiga.

Nos montados alentejanos unicamente esperam que vão por eles os bacorinhos tostados ao espeto com o seu competente limão na boca.

Das sebes dos marmeleiros e dos silvados minhotos pendem sobre o viandante as tigelinhas de marmelada e as tortas de amoras.

É, se assim ouso exprimir-me, o reinado venturoso e indestrutível da paz, da abundância, da riqueza, da cordialidade e da alegria. Somos (ainda que mal pareça o elogio em boca própria) a realização, única no orbe, da perfectibilidade paradisíaca antes do desfalecimento de Eva. Somos a objetivação prática dos mais altos sonhos da humanidade. Somos, em edição popular e barata impressa no Diário do Governo, e em folhetos soltos de

cordel, a República de Platão, a Utopia de Morus, a Cidade do Sol de Campanela, a Oceana de Harrington, a Nova Atlântica de Bacon, a Salento de Fénelon, a Descoberta Austral de Rétif de La Bretonne.

Que os estrangeiros venham! Que tomem os seus bilhetes porque está a começar a função!

Não esqueça trazerem canhenhos para tirar cópia das instituições e das paisagens, e bilhetes de visita para agradecer. Se for possível tragam também talheres. Aqueles de que dispúnhamos para tomar parte no bródio augusto e pantagruélico da civilização nova foram distribuídos todos pelos amigos, parentes e aderentes da casa. Acabaram ontem.

Março de 1911.

CAPITULO V

EM TRÂNSITO

Fazendo parte de um júri de arte nomeado pelo Governo Federal suíço e devendo em desempenho dessa missão achar-me em Berna no presente Verão, delibero partir de Lisboa para Boulogne-sur-Mer no vapor holandês Frísia, o qual, em regresso da América do Sul, faria escala por Lisboa no dia 5 deste mês.

Achando-me com outros passageiros no cais à hora para esse fim designada, 7 horas da tarde, só às 10 horas da noite pudemos embarcar. Eis aqui, como viemos a saber, a razão dessa demora:

A Polícia precedera os viajantes a bordo do Frísia, e lá se achava funcionando zelosamente na investigação de um crime, enquanto nós esperávamos submissa e agradecidamente que ela acabasse de escarafunchar e de desenxovalhar condignamente o bojo infestado do navio em que tínhamos de penetrar, e cujas luzes, ao longe, assumindo então aos nossos olhos um clarão imprevisto, se espalhavam trepidantes nas águas glaucas da baía.

Tendo recebido o Governo da República Portuguesa a providencial denúncia telegráfica de que entre os passageiros do Frísia navegava com a sua família um perigoso malfeitor, acusado de não menos odioso crime do que o de ser

no Brasil presidente de uma associação afrontosamente intitulada Liga Monárquica, deliberou desde logo o mesmo Governo engastar mais um forão no diadema da jovem democracia a cujos destinos ele se conferiu a honra de presidir, e assim determinou apoderar-se da fera e da sua esposa, aliás sob a proteção do pavilhão holandês, engaiolando numa das jaulas da sua ménagerie esse interessante casal de monstros para honesto recreio do público e escarmento de malvados.

A Polícia, em desempenho de tão honroso encargo a bordo do Frísia, começou metodicamente por consultar a lista dos passageiros e, encontrando nesse rol o nome alarmante do viajante Adolfo Freire, imediatamente lhe deu voz de preso.

E certo que tal nome não era inteiramente o que a denúncia do Rio de Janeiro atribuía ao perverso presidente da Liga Monárquica. Sucedia igualmente que Adolfo Freire nunca presidira a nenhuma espécie de liga e que, assaz desligadamente de interesses ou de curiosidades políticas, ele nem sequer desembarcava em Lisboa, e seguia por Boulogne o seu caminho de Itália, onde ia ver as exposições de Turim, de Florença e de Roma. Neste sentido teve Adolfo Freire a santa paciência de fazer à Polícia todas as declarações que ela pediu.

Que valor pode porém ter em causa própria o depoimento carinhoso de um réu que uma denúncia telegráfica do Brasil tão seguramente punha como

refém de uma temerosa conflagração nas mãos reivindicadores da alta Justiça portuguesa? Um facínora de tal magnitude seria naturalmente capaz de todas as trapaças e embustes. Com fígados para presidente de uma liga monárquica no Brasil ele teria artes rocambólicas para tudo mais, para mudar de nome, de profissão, de idade, de rumo e até de sexo. Quem sabe — pensaria atiladamente a Polícia — se com efeito é ele, ou a sua consorte, ou um e outro rotativamente, quem preside à nefanda e abominável liga? Quem sabe se verdadeiramente é ele ou ela quem vem deitar abaixo a nossa república, regendo a banda de trombetas destinada a passear em torno dos muros da nova Jericó, ou, qual outro Lúcio Júnio Bruto (ultramarino), abatendo os Tarquínios e investindo direta e sacrilegamente com a pessoa augusta de César Teófilo para lhe arrancar das unhas, ungidas pelas vestais da Rotunda, o guarda-chuva litúrgico, símbolo supremo da majestade do mando na mise-en-scène das instituições vigentes?

Como quer que seja, com relação ao caso ambíguo de Adolfo Freire e da sua esposa, ei-los ambos, à cautela, catrafilados e presos. São ardes!

Em seguida a tão discreta determinação passa a Polícia a revistar miudamente todas as bagagens da família Freire, os volumes miúdos da cabina assim como as malas grandes do porão.

Averiguado, ao cabo de dilatadas e minuciosas pesquisas, que nem nas malas, nem nos sacos de noite, nem nas chapelarias, estojos e bolsas dos

delinquentes, se encontravam papéis subversivos, armas brancas ou de tiro, matérias explosivas, mocas, venenos, receitas, cordas, gazuas, brocas, desaparafusadores, ou qualquer outro instrumento ou utensílio que se possa considerar de guerra, de rebelião ou de assalto, a Polícia dá por finda a sua investigação a bordo e remove para a presença da competente autoridade em Lisboa, sob prisão, os dois criminosos, acompanhados de todas as peças do seu corpo de delito — malas, maletas, chapeleiras, trouxas e embrulhos.

Grande comoção entretanto no convés do Frísia. Os passageiros assistem confrangidos e atónitos à cena de pública desautoração infligida ao cidadão Freire como a um soldado desonrado, a quem se arrancam os vivos e os botões da farda em frente do seu regimento em forma. Um leve sopro de drama parece perpassar rapidamente através do cordame da embarcação, das conversas do tombadilho, dos líquidos do bar e dos cinzeiros do fumoir.

O matrimónio Freire despede-se enfim dos seus companheiros de viagem, e, envolvido pelos alguazis da República, desce as escadas do portaló para abicar a Lisboa.

Foi depois deste episódio de ordem pública que eu e os meus companheiros do Cais do Sodré conseguimos finalmente licença superior de penetrar no Frísia. Não se falava a bordo senão da ocorrência que acabava de se dar. Estremecia-se de horror perante a monstruosidade dos Freires, que todos nós a tal hora entrevíamos em Lisboa, pálidos e algemados, na carreta dos

condenados, a caminho do suplício; e mostrava-se já com lúgubre curiosidade histórica o camarote esvaziado e tétrico em que por dias tinham habitado os facínoras.

Era porém cerca de meia-noite. Um resto de greve dos catraeiros do Tejo tinha demorado consideravelmente o carregamento do carvão de que o Fisia ordinariamente se provia em Lisboa. O comandante, vendo comprometido o seu horário regulamentar, resolvia ir concluir em Vigo a sua provisão de combustível e dispunha-se a levantar ferro quando, inesperadamente, o rebocador da Polícia outra vez se aproxima, veloz e arquejante, atraca por bombordo e despeja precipitadamente no nosso convés os cônjuges Freires, sãos e salvos, com tudo que lhes respeita — vidas, bagagens e miudezas.

A República perdoara-lhes.

Apesar de Freires... ainda que não de Cristo, ditosamente para eles, apesar de presos, de inquiridos, de revistos, de conduzidos sob custódia de Herodes para Pilatos e de Pilatos para Herodes, apesar de réus convictos e confessos de um pavoroso crime, que pouco lhes faltou para cometer, o Governo Provisório da República, generoso e magnânimo, perdoara-lhes tudo, absolutamente tudo, tudo o que eles não fizeram e tudo o que a Polícia lhes fez e ei-los aí ambos no nossos braços, jubilosamente restituídos à liberdade, à família, ao convívio social, à pátria, à humanidade e ao Frísia — ele, Adolfo Freire, terno, agradecido, prazenteiro, ótimo com o chapéu um tanto

atarantado na cabeça, uma bengala e um guarda-chuva debaixo do braço, uma maleta e uma manta em rolo na mão; sua esposa igualmente muito bem, de trotem e chapéu cloche, longo véu azul flutuante à brisa da noite, e apenas com um encas e um estojo de marroquim como carreto. Ambos amnistiados, ambos libertos da palha húmida do cárcere e da garra adunca do algoz.

Que mais pedis, bicos de ouro? Que mais exigis da Providência, almas insaciáveis de gozo?

Aí estais ambos sãos, escorreitos e feros, generosamente reinvestidos na posse do vosso risonho destino, no caminho marítimo da existência. Tendes saúde, tendes dinheiro, tendes a picante e amena curiosidade dos pitorescos aspetos da vida errante. Passou-vos, a metódicos sorvos de champanhe e de sumo de laranjas, o primeiro enjoo da travessia marítima, e achais-vos na plena posse do estreito mas suave conforto da vossa cabina de luxo, de cuja ampla vigia aberta se descobre da cama fofa a doce imensidade azul do largo mar, que maternalmente vos embala, como a meninos no berço, os bons sonos de bordo.

Tendes as variadas distrações do tombadilho num paquete moderno: o ténis, o bridge, a valsa, a música, o flirt, ou o repouso da leitura ou da contemplação numa flácida rocking-chaire com uma zibelina aos pés e uma taça de tília ou de camomila ao lado.

Entreabrem-se aos vossos olhos as perspetivas cariciantes de uma vilegiatura na Itália, através de museus e de paisagens, com um ramo de mimosas ao peito e um livro de Ruskin debaixo do braço, sob a macia frescura das excursões matinais no esparso perfume das rosas e dos lírios de Florença, em Sorrento ou em Isquia, em Fiesole ou em Verona, sobre os cochins de uma gôndola por baixo da Ponte dos Suspiros nos canais de Veneza, ou em Roma entre os loureirais do Palatino, nas sagradas ruínas do Forum, ou no alto do Pincio, vendo morrer o sol poente por trás da esbraseada cúpula do Vaticano.

E por toda a parte, em Paris, nas praias, na montanha, nos virentes prados do plateau suíço ou dos píncaros nevados da alta Engadine, nos concertos, nas conferências, nas exposições de arte, nos teatros, nos tea-rooms, no hall ou no jardim dos grandes Palaces, nas tribunas de Longchamps, nos campos de goljou do pólo, às mesas floridas do Pré Catelain, nos jantares do Ritz ou nas ceias espumantes do Café de Paris, sob as arcadas frenéticas dos violinistas zíngaros, fardados de vermelho e agaloados de ouro, ireis ver a elegância parisiense de todo o triunfante A B C da América Latina (Argentina, Brasil e Chile) perpassando permanente aos vossos olhos, em formas esguias de tânagras, as saias entravés das antigas filhas de Sião e das musas do Diretório e do Império descobrindo os mais finos artelhos do mundo cingidos de polainas de lona branca lisa e hermeticamente afiveladas a sapatos de verniz preto com esbeltos tacões altos.

E, nesse devoto desfilar de ladainhas mundanais a Notre Dame du Sleepingcar, quanta imaginação de génio, quanta fantasia de arte e quanto talento estético nos tea-gowns, nas toques, nos chapéus, nas robes charmeuses, nos vestidos e nas capas de baile, nos colarinhos de Veneza transparentados de musselinas, nos ornatos de aljôfares e de contas de prata e de alumínio, nas harmonias de rubi e topázio, de verde-pavão e azul-marinho, nas sinfonias de peles e renda, e nos maravilhosos tecidos e bordados de uma policromia preciosa e nova, de estilo bizantino, de estilo grego, de estilo egípcio, em que, fabulosamente, entre vegetações e penachos persas, bicos recursos de íbis se conjugam com pétalas de lótus!

De tudo quanto há de novo e de lindo a ver por essa Europa dentro, uma só coisa talvez, amigos Freires, vos não estivesse prometida e assegurada. Faltava-vos no vosso programa de viagem a comoção dramática da aventura, da perseguição, da flagelação e do assalto, regalo de espírito e acepipe dos nervos, extintos desde que desapareceram os salteadores da Calábria, da Sierra Morena e do nosso saudoso Pinhal da Azambuja.

A mórbida idiossincrasia do nosso tempo reclama o pungimento dessa comoção antiga entre os prazeres hodiernos. Na arte contemporânea, na pintura, na escultura, na literatura e na música, começa a manifestar-se a aspiração que tem o artista a realizar esse anómalo desejo do público. O público, com efeito, o público elegante particularmente, o público supercivilizado, requintado e fastiento, requer que, de vez em quando, a arte

lhe aplique um enérgico e tonificante pontapé àquela parte do físico em que o dorso muda de nome para pior, constituindo o hemisfério oposto ao ventre.

É para saborear o gozo vertebral desse golpe que a gente pára em frente de várias telas e vários mármores do Salon d'Automne. É para o mesmo efeito que se vai às exposições dos artistas independentes, desvairados discípulos in absentia de Courbet, de Manet, de Degas, de Carrière, do próprio Puvis de Chavannes e de Rodin, os quais entendem que uma nova e independente visão ou simplificação da natureza se há de admirar neles através da mais cerrada e obtusa incompreensão da sua arte e da sua técnica. É em cata desse estranho e novo prazer de espírito que ainda ontem, sexta-feira, noite de gala, eu fui a Luna Park, por cinco francos de entrada, refocilar-me nas diversas atrações suplementares com que aquele famoso estabelecimento se propõe perante tickets de sobretaxa arrasar os nervos, desconjuntar os ossos e contundir os músculos de quem tiver esse apetite.

Propondo-me entremear o divertimento físico com o imoral, parei em frente de um reposteiro por cima do qual se lia Le déshabiller d'ine parisienne. Ao lado o preço de entrada, relativamente módico — dez sois. Hesitei. Um dos meus companheiros perguntou indeciso ao funcionário agaloado encarregado de nos dar acesso:

— Est-ce vraiment mide, est-ce indécent, est-ce cocion?

O funcionário pareceu ter um afirmativo aceno de cabeça. Entrámos. Não prestou. Era quase pudico. No final uma das senhoras sós, que faziam parte do público, perguntou enérgica e repreensivamente ao mesmo respeitoso funcionário que havíamos encontrado à porta:

— Est-ce toi, Monsieur!?]

E, como aquele varão prudente nem sequer ousasse repetir o mesmo gesto elucidativo com que nos obsequiara à entrada, a dama escandalizada teve apenas como comentário à insulsa pudicícia da exibição uma única mas expressiva palavra, que tão justificadamente se poderia aplicar ao espetáculo como aos apresentadores. Por vergonha minha a não reproduzo.

Ao sair do déshabiller da parisiense examinei se no programa das atrações contundentes, que são muitas, não haveria propriamente a sova. Não se imagina o apetite que nesse momento me sobreveio de que, por mais um suplemento de dois ou três francos, a imaginosa empresa do Luna Park me quebrasse uma bengala nas costas.

No índex dos deleites dessa noite não estava ainda consignada a flagelação pela tunda. É natural que no elenco aperfeiçoado da Alagic City se ache a estas horas preenchida essa lamentável lacuna.

Refiro-me a este caso pessoal porque ele define e caracteriza bem a crise porque está passando a arte.

A seguir ao romantismo vieram primeiro os realistas, vieram depois os naturalistas, apareceram há meia dúzia de anos os deformistas, e surgem vitoriosamente agora os contorcionistas.

Ora o Governo Provisório da República Portuguesa, nos seus assíduos e engenhosos processos de acelerar a civilização, de estabelecer a paz e de captar a simpatia e afeto dos nacionais e dos estrangeiros, dos contemporâneos e dos pósteros, é esteticamente do género contorcionista. E acho que lhe está muito bem isso. Ou bem que se é moderno e à francesa, ou bem que não.

Os amigos Freires, aproximando-se inadvertidamente de nós e penetrando descuidados na zona planetária da governação portuguesa, foram simples e naturalmente atingidos pelo nosso contorcionismo de Estado.

Uns acharão que é muito. Outros porém acharão talvez que é pouco. E não faltará porventura na história uma voz que, quebrando os calmos silêncios da tebaida governativa do presidente Teófilo, como a dama de Luna Park, tremendamente, lhe pergunte:

— Est-ce tout, Monsieur?!

Maio de 1911.

CAPÍTULO VI

BREVE RECAPITULAÇÃO

Um dos publicistas da República Portuguesa formulava, muito judiciosamente, poucos dias depois da vitória da Avenida, esta proposição inicial: — «A República vai constituir-se em Portugal segundo o tipo francês ou segundo o tipo suíço? Da resposta que houver de ter esta pergunta depende o futuro da pátria e o destino das instituições novas.»

Efetivamente, a questão primordial a discutir e a resolver não pode, em verdade, ser senão essa, uma vez dado o advento de uma república de fins puramente negativos, a qual não sabe bem o que quer, ou antes verdadeiramente não quer nada senão aniquilar a coisa existente para a substituir por outra coisa imprecisa e vaga — a coisa que não existe.

O problema mudaria inteiramente de aspeto se os republicanos portugueses tivessem tratado de organizar uma democracia antes de proclamarem uma república, para sobre essa república edificarem depois uma democracia. A democracia é a coluna de que, nem sempre, mas algumas vezes, a república é o capitel. Os republicanos, por um lamentável erro de construção, fizeram uma república com os capitéis para baixo, e tratam agora de lhe pôr as bases em cima.

Para que se não diga que uma república assim construída é obra de curiosos e basta, para que os menos polidos não cheguem mesmo, porventura, a alvitrar que é obra de curiosos e bestas, eu sei, de antemão, o que vão retorquir-me os republicanos. É o seu conhecido truque perante todos os erros em que se comprometem. Não foram eles que fizeram a revolução. Foi o povo. A revolução não foi a obra de uma determinação política nem de uma premeditação filosófica. Foi a tremenda e inevitável exploração do rancor popular perante a esmagadora opressão e a sufocante tirania monárquica.

Essas bombásticas palavras, em que a retórica jacobina se exercita matando mosquitos a tiros de peça, é possível que ainda inflamem as imaginações e penetrem os espíritos ouvidas em berros nas ruas de Lisboa, ao som da Portuguesa e ao clamor dos vivas, entre marchas e contramarchas de batalhões voluntários e de operários em greve ou sem trabalho, na vozearia estonteadora de lojistas falidos, de caixeiros desempregados, de amanuenses demitidos, de especuladores vorazes e de pretendentes famélicos. Como, porém, tocam a rancho e a oco todos esses palavrões quando ouvidos à distância devidamente perspetivada dos acontecimentos a que correspondem! Como o quadro desincha e se reduz às suas verdadeiras proporções, olhado, por exemplo, daqui assim do ponto em que presentemente me acho, fugindo ao calor do meu quarto e sentado num Jauteuil de ferro, debaixo de uma árvore, entre familiares pardais, com um block-notes no joelho e uma caneta nos dedos, ao pé da estátua de Camille Desmoulins, na matutina e pacata

frescura burguesa dos velhos jardins do Palais Royal, em Paris, neste culto e espirituoso Paris, onde, tendo-se já sucedido uma à outra três repúblicas, ainda nenhuma delas teve, como a de Lisboa, o reles mau gosto de eliminar, como um perigo para as instituições democráticas, o nome real dos palácios, dos jardins, dos teatros e das ruas de tradição régia! Em Lisboa desapareceram como subversivos em denominação de edifícios, de praças e de ruas os ominosos vocábulos Rei, Rainha, Príncipe Real, D. Amélia, etc. Em Paris, além dos nomes do jardim e do teatro do Palais Royal, conservam-se os nomes reacionários de Cours-la-Reine, Reine de Hongrie, Roi François, Roi de Alger, Roi de Sicile, Rue Royale, Rue Princesse, Passage des Princes, etc.

Debalde, em Viseu, depois da proclamação da República, um ilustre estalajadeiro, nosso benemérito compatriota, trocou o seu nome de Reis pelo mais apropriado apelido de Liberato, decorando, ao mesmo tempo, a sua hospedaria com o título de Hotel Democrático. A Europa, que tão depressa adotou para seu uso os caminhos abertos através do oceano por Vasco da Gama, por Bartolomeu Dias e por Magalhães, não fez caso nenhum do caminho novo rasgado por Liberato na história revolucionária das tabuletas no continente europeu.

São, ao contrário, por dezenas os novos hotéis chamados hotéis reais nas repúblicas da França e da Suíça. Hotel Democrático é que não me consta haver mais nenhum fora dos domínios de Liberato em Viseu.

A democracia, que falou na Grécia e em Roma e que de novo se está experimentando agora com duvidoso êxito, não dá, por enquanto, suficientes garantias como fórmula de agasalho doméstico e de gosto culinário. A sua cozinha, afinada pelas mais avançadas receitas dos seus jacobinos, sindicalistas e saboteurs, é suspeita de conservas dinamíticas, de molhos incendiários e de zurrapas explosivas. É certo que a democracia é de muito comer. Por isso Gambetta prevenia a França de que a república lhe não sairia barata. Come já muito, mas por enquanto ainda come mal. Enche de mais a boca, põe os braços em cima da toalha, dá cotoveladas no vazio das pessoas que lhe ficam à ilharga, quebra palitos, faz bolas com o miolo do pão, limpa os dentes com a língua, e, quando se faz representar pelos seus leaders mais retintamente radicais, não desdobra o guardanapo, come com faca as ervilhas e com o garfo da carne assada penteia o bigode ao pedir a sobremesa. Veste-se geralmente mal e pior ainda se vestirá em Lisboa agora que se lhe foi embora para o Brasil o Amieiro.

Para a governação está muito bem — não serei eu que o conteste. Para a sociabilidade, a democracia — creiam-no os hoteleiros da Propaganda de Portugal — é, por enquanto, de uma companhia indesejável.

Ponto, porém, nas considerações digressivas (que vagabundo que estou hoje!) e revertamos, como nas antigas novelas se dizia, à nossa Rotunda da Avenida e ao pretendido carácter popular da sua famosa revolução.

A simples e pura verdade é que a parte que teve nesse movimento a sincera e espontânea indignação do povo é inteiramente nula. Na superfetação do seu furor belicoso, o povo não tinha realmente nada que punir, nada de que se enraivecer, nada de que se vingar. Pretender equiparar o espírito revolucionário da Rotunda com o espírito revolucionário da Revolução Francesa é incorrer perante a sociologia e perante a história em tão imbecil equívoco como seria em zoologia o de confundir uma lombriga com uma cobra cascavel.

No dia 5 de Outubro, em Portugal, não havia despotismo, não havia opressão e não havia fome. Os princípios proclamados à custa de tanto sangue pela Revolução Francesa, há mais de um século, ninguém precisava de os tornar a proclamar na Avenida agora, precisamente no período histórico em que quase todos esses princípios se acham refutados pela crítica experimental e científica do nosso tempo. Os famosos princípios da Revolução Francesa, leit-motiv de toda a cantata revolucionária de Outubro último, são, precisamente, os que vigoram em toda a política portuguesa desde o advento da revolução liberal de 34 até aos nossos dias. A que vem agora, estafado e fora de moda, esse ronco de Liberdade, Fraternidade e Igualdade, expetorado a todo propósito pelos nossos modernos revolucionários de tão retardatária mentalidade, tão infantilmente senis? Pois que tem sido todo o regime liberal do caduco constitucionalismo português, de que tem ele vivido e de que é que ele morre senão de uma assombrosa borracheira de liberdade, de uma indecente

timpanite de igualdade e de uma tossiquenta e cuspinhosa deliquescência de lírica fraternidade?!

Não temos agora nem os protestos dos filósofos nem as reivindicações dos economistas do fim do século XVIII.

Os filósofos atuais têm ditosamente como seu representante no Parlamento o meu erudito amigo Teófilo. Este sábio acha-se de tal modo em desacordo com o regime da política revolucionária portuguesa que, em sessão da Assembleia Constituinte, de 24 deste mês de Julho, sessão de que tenho presente o extrato oficioso do Diário de Notícias, ele afirmou perentoriamente que o projeto da nova Constituição republicana atabalhoadamente redigido em imbecil e estúpido. Mais disse que a República, tal como a atual Constituição a define, é uma república de fábrica coberta. Lamentou ainda que uma questão tão grave como a discussão do código fundamental da República se vote sem que muitos deputados saibam o que votam, observando que nesta assembleia se ouviriam coisas curiosas se cada um fosse obrigado a explicar o seu voto. Terminou, enfim mandando para a mesa uma série de emendas ao projeto da Constituição. A Assembleia rejeitou-as todas.

Este leve incidente parlamentar parece-me demonstrar com o mais indiscutível rigor de hermenêutica que não há relação alguma de causa e efeito entre a propaganda filosófica da escola de que Teófilo é o representante e a

índole do Governo de que o mesmo Teófilo é o chefe. Isto pelo que diz respeito à intervenção dos filósofos na obra da revolução.

Enquanto às reivindicações dos economistas li com porfiada atenção e grande aproveitamento do meu espírito os três excelentes livros que recentemente publicaram, como teses de concurso à cadeira de economia política da Escola Politécnica de Lisboa, os Srs. Afonso Costa, Lino Neto e António Osório. Em nenhuma destas três obras, de relativa desigualdade de valor mas de absoluta e considerável autoridade científica, pude perceber a mais leve indicação de que a metafísica diferença entre a forma monárquica e a forma republicana de um Governo representativo possa de algum modo influir para que, mais ou menos lentamente e evolutivamente, se reduzam às exigências da realização os mais altos ideais ou os mais quiméricos sonhos do progresso moral e do progresso económico de um povo.

Fora de Portugal, nem um só pensador opinou que a revolução pudesse, nalguma maneira, contribuir para melhorar a precária situação da política portuguesa.

Um dos mais ilustres membros da benemérita Société International de Science Sociale, o Sr. Poinsard, no seu erudito livro Le Portugal incomrn, aparecido pouco depois da revolta de 5 de Outubro, exprime-se nos seguintes termos:

«Se se quer pôr a charrua diante dos bois e reconstituir a situação política antes de reconstituída a vida particular e as instituições locais, se se quer lutar

contra os abusos e as baixezas da política por meio da mesma política, a falência é inevitável. Nunca, em tal terreno, os homens probos e justos, naturalmente ciosos da sua reputação, prevalecerão contra os intrigantes e os ambiciosos que fazem da política uma profissão. Os primeiros serão constantemente derrotados pelos segundos, e todas as tentativas futuras encalharão como encalharam as experiências do passado.»

Prosseguindo no desenvolvimento da sua profunda e rigorosa argumentação, o Sr. Poinsard conclui assim:

«Em todo o país centralizado basta, por meio de um audacioso movimento, deitar a mão às administrações centrais para subjugar o país inteiro, qualquer que seja nele a maioria da opinião. Não é só em Portugal que se tem visto isso. Não basta, porém, mudar um rótulo político, nem remodelar uma Constituição, para renovar um povo. Socialmente, Portugal continua hoje a ser o que era antes de 5 de Outubro, e não tardarão as mesmas causas a produzir os mesmos efeitos. Os quadros políticos mudarão de tabuleta mas não de pessoal, o qual passará em massa e instantaneamente para o lado do mais forte. Conservar-se-ão os mesmos apetites e os mesmos processos, e o resultado será o mesmo. Com a única diferença de que os violentos e os exaltados tomarão mais campo do que tinham, aumentando assim a desordem e o perigo. Cruelmente se desenganarão em pouco tempo os que a este respeito possam manter uma ilusão.»

Assim desprovido de toda a indicação científica, o problema para os republicanos no dia 5 de Outubro não era, por conseguinte, nem social, nem económico, nem político. Era pura e exclusivamente pessoal. No conflito das ambições políticas em que, por antiga tradição do rotativismo constitucional, incessantemente se digladiam os jovens intelectuais e os velhos ralés do bacharelismo português sucede, periodicamente, que aqueles que podem menos se enfastiam. Daí as revoltas como a de 5 de Outubro.

A intervenção cenográfica do povo nestes acontecimentos, determinados pela iniciativa retórica dos bacharéis, facilmente se explica. Sem jugo que sacudir, sem algemas que despedaçar e, em perfeita realidade, sem fome que satisfazer, o povo, unicamente estafado de puxar a nora em que giram os alcatruzes da pública governação, tende sempre pelas peculiaridades da sua psicologia a obedecer servilmente a todos os que o incitem a desobedecer.

Qualquer motivo de rebelião é para ele, destituído de toda a educação cívica e de toda a noção de solidariedade — urna aprazível pausa, um compasso de espera, um sorriso de desforra por desigualdade de fadiga e como que um alegre princípio de greve. Chamado a capítulo pelos retóricos revoltados, que o não podem dispensar porque não há revolta sem povo mandante, ele julga então mandar e tem por um momento a ilusão de levar consigo os destinos públicos, e efetivamente os leva como o boi cabresto, de chocalho ao pescoço, leva a manada dirigida pelo aguilhão do boieiro.

Assim, na revolução, o procedimento do povo, supostamente exasperado, foi perfeitamente correto e ordeiro, dando azo a que os boieiros seus chefes subsequentemente o citassem como exemplo, único na história, da cordura e da pacatez com que os revoltosos podem tratar o queijo tendo a faca na mão.

Uma vez senhor da situação, o generoso povo de Lisboa apenas sombriamente usou da vitória matando dois ou três padres, atirando abaixo o escudo real do pórtico do Terreiro do Trigo, espancando alguns talassas peripatéticos e destruindo as redações de todos os jornais desafetos às instituições novas. Mas tudo isso fez o povo cordata e disciplinadamente, em regra, debaixo de ordem e à ordem e à voz dos seus superiores hierárquicos da Carbonária ou da choça maçónica. Honra lhe seja! Miraculosamente o vimos multiplicar-se por si mesmo, como os peixes da Bíblia, depois da gloriosa noitada da Avenida. Um no perigo, cem no triunfo; onze na Rotunda em fogo, dezenas de mil no Terreiro do Paço aos vivas. Foi nessas repetidas e calorosas manifestações de entusiástico aplauso aos ministros requisitantes de apoio que o povo de Lisboa mais destemida e heroicamente se patenteou como partidário da República.

A noite, ao recolher a casa nos dias em que não havia na ordem de serviço manifestação noturna, o operário de Lisboa, transferido do seu antigo ofício de fogueiro, de oleiro, de tecelão ou de serralheiro para o ofício mais leve e airado de liomenageador da República, satisfazia, com voz enrouquecida pelas

berratas, ajusta curiosidade política da mulher ansiosa e dos filhos boquiabertos:

— E então? Governa já a República? Menos décima? Menos renda de casa? Mais férias? Bacalhau mais barato? Pão e carne a meio preço?

— Não, por ora; mas acabaram já os malandros, e temos quem governe como deve ser... ali, à preta! Vai-se dando cabo da padralhada e da talassaria, que é o que importa. Homenageamos hoje o Afonso, o França Borges do Mundo e o Graça do Século. O Bernardino e o Teófilo contaram aos estrangeiros todas as patifarias da monarquia. Os estrangeiros deitaram todos a correr para casa a fim de irem proclamar também a república nas suas terras, como lhes aconselhou o Teófilo. Mas, para a causa, a melhor de todas é esta: Lá mandamos o Chagas para Paris, o Augusto Vasconcelos para Madrid e o Junqueiro para Berna... o nosso Junqueiro, grande homem, de barbas até à cinta, que teve uma questão com o Padre Eterno e deu cabo dele!

— Ih Jesus! E foi com o nosso, dos Passos da Graça, que ele teve a questão?

— Não. Foi com o da terra dele. Foi-lhe para cima e esborrachou-o.

Tal é o operário tipo português. Singularmente inteligente e habilidoso, discursador, imprevidente e bom rapaz, pavorosamente desorientado pelas mais confusas e contraditórias teorias de jacobinismo socialista e ateu com que os profetas da República lhe enchouriçaram o crânio por meio da mais reiterada propaganda durante os últimos dois anos do regime monárquico.

É este operário, junto com todos os seus congéneres, o que presentemente exerce em Portugal as funções de povo, chamado a comparecer em todas as formalidades em que a entidade povo tem de intervir no metafisismo do Governo.

Em tais condições compreende-se bem que, a exemplo do jornalista republicano a quem comecei por me referir, todos os moralistas perguntem sobre que modelo estranho se constituirá a República Portuguesa. Seria manifestamente impossível que, com os elementos que tem, ela criasse um tipo de Governo próprio original e autóctone. Resta-lhe, pois, escolher um figurino. À francesa ou à suíça? Eis o caso.

Julho de 1911.

CAPÍTULO VII

BOM ANO!

Acabamos de entrar, nós, portugueses, no ano 2.º da República. Felizes entradas e muito boas festas, como outrora se dizia.

Felizes entradas aos que neste momento, por incompatibilidade política, por incompatibilidade moral, por incompatibilidade estética, ou por simples repulsão epidérmica, vagueiam expatriados em forçado ou voluntário exílio. Que a sociedade portuguesa não deprecie essa diminuta legião de nómadas. Pelo seu amuado excesso de suscetibilidade partidária eles serão talvez considerados os caturras do nosso tempo. Como tais, algum serviço prestam ao decoro nacional. Numa sociedade que neste momento se desmorona corroída nos alicerces pela dissolução dos caracteres é útil, para honra da raça ao menos, que o caricatural exagero da feição de uns nalgum modo compense a ausência de feição nos outros. Os caturras são na ordem moral a negação e o contrapeso dos safados.

Vagamente consta que alguns emigrados portugueses esperam, ainda, armados, na fronteira, o momento de se repatriarem à força. Esperam — diz-se — há muito tempo, não porém há tanto quanto esperaram os sete mil e quinhentos que, afinal, recobraram a pátria, desembarcando no Mindelo.

Aos que estão em Paris é grato recordar que da geração dos seus avós, muitos, que então não aderiram aos poderes novamente constituídos, aqui lutaram, esperançada e alegremente, com a indigência e com a fome. Aqui, para ganhar duramente o pão de um exílio de quatro anos, o marquês de Nisa, o perdulário e o estroina da Sociedade do Delírio em Lisboa, tocou rabeca, por oficio, na orquestra de um teatro, e Garrett foi caixeiro nos escritórios de Laftte, o que o não impediu de, pelo mesmo tempo, tão gloriosamente entrar no culto das letras pela mão de Filinto Elísio, seu velho mentor e amigo na agasalhadora casa literária dos pais de um dos maiores escritores da nossa história, o meu antigo e saudoso amigo Ferdinand Denis, o octogenário bibliotecário de Sainte Geneviéve.

Não é pela força bruta das armas, é pela força dos princípios, pela coerência das ideias e pela rijeza dos caracteres temperados na fé de aspirações imperecivelmente espirituais que as grandes causas da humanidade se liquidam, segundo os desígnios de uma justiça providencial e suprema. Eugéne Melchior de Vogue, um dos maiores mestres do moderno renascimento idealista e psicológico da literatura francesa, numa dessas belas páginas que depois da sua morte eu não releio sem que a vista se me turve da mais comovida admiração, conta-nos que, prisioneiro em Sedan na noite da trágica derrota, vendo através das suas lágrimas de vencido as fogueiras inumeráveis do enorme acampamento do exército vencedor, ele ouviu de repente elevar-se do interior das barracas, num coro formidável e uníssono, o

cântico sagrado de Lutero. O eco imenso da prece preencheu o céu e alastrou-se no horizonte até onde tremeluziam fogueiras e respiravam homens. Imediatamente depois da porfiada e sangrenta batalha, cem mil soldados alemães, extenuados de força, rendidos de cansaço, rezavam. «Então — concluiu De Vogue — um prisioneiro, a esse tempo muito moço e mal amadurecido de reflexão, viu, repentinamente, qual era a força que nos havia esmagado. Não era o círculo das bocas de aço nem o peso dos regimentos. Era a alma superior feita de todas essas almas temperadas na fé nacional e divina».

Pudesse ainda Portugal, por um dia, por um só dia que fosse, reaver em si essa alma feita de tantas almas, alma que outrora foi a sua nos acampamentos de Ourique e de Aljubarrota! Embora estivessem já contados os seus dias e ele tivesse de morrer enfim, não de contágio vergonhoso e de deliquescência pútrida, mas de uma morte limpa, cavalheirosa e bela como a daqueles dos nossos antepassados que no tempo antigo, no tempo das legendas de ouro, caídos no campo, de olhos abertos para o céu, derramavam a última gota de sangue pela sua Pátria, pelo seu lar, pelo seu Deus e pelo seu rei.

Com as boas entradas aos ausentes, boas festas nestas linhas aos que na Pátria, escorraçados da igreja, onde uma ignara plebe à solta foi este ano, em nome da liberdade de cultos, vomitar o seu vinho e a sua obscenidade imbecil sobre a sagrada poesia da tradição e da fé, puderam ter ainda o refúgio doméstico de ternura nalgum cantinho de lar obscuro, esquecido e inviolado.

Possa o lar ao menos sobreviver recluso e sereno à grosseira e implacável devastação corrente!

Possa a família, por meio do culto recôndito dos penates, manter no sacrário das virtudes domésticas o tesouro das virtudes cívicas, único penhor da prosperidade e da grandeza de um povo!

É na lição maternal da família que reside o núcleo moral de todo o saneamento dos costumes e de toda a reeducação de uma sociedade.

Não desejo nesta página, consagrada a votos de amizade, entrar na análise da política portuguesa e proceder ao estudo da regressiva influência civilizadora que a atual forma de governo está exercendo na índole e nos costumes do nosso povo. Há poucos dias, num patamar de escada do Museu Vítor Hugo, na linda e antiga Place des Vosges, tive ocasião de tornar a ver, feita pela pena de um mestre, a descrição de uma República. Vou simplesmente transcrevê-la em versão portuguesa. Os que me lerem julgarão em que proporção é cópia desta a que em Portugal nos rege.

«Duas repúblicas são possíveis — diz Vítor Hugo num manifesto aos eleitores que o fizeram deputado ao primeiro congresso celebrado depois da queda do Império. — Uma arriará a bandeira tricolor para a substituir pela bandeira vermelha; fará dinheiro vendendo a coluna Vendôme; atirará abaixo a estátua de Napoleão para levantar a de Marat; destruirá o Instituto, a Escola Politécnica e a Legião de Honra; acrescentará à augusta divisa: liberdade,

fraternidade, igualdade, a opção sinistra: 011 a morte; fará bancarrota; arruinará os ricos sem enriquecer os pobres; aniquilará o crédito, que é a fortuna de todos, e o trabalho, que é o pão de cada um; abolirá a propriedade e a família; encherá as prisões pela suspeita e pela delação; porá a civilização em cinzas; fará da França a pátria das trevas; degolará a liberdade; estrangulará as artes, decapitará o pensamento, e renegará Deus; fará a frio o que fizeram ardentemente os homens de 93; e, depois de termos visto o horrível no grande, ela virá mostrar-nos o monstruoso no pequeno.»

A educação pública de que Vítor Hugo nos dá esse eloquente sumário é a educação com que os governos perversos brindam os povos amolecidos. Por meio dela se criam os escravos e os facínoras.

Negar Deus nos comícios populares, no Parlamento, na lei e na escola, arrancar assim um povo à religião em que ele nasceu e em que se criou, é a maneira mais capciosamente segura de o reduzir à servidão. Dará tudo a César o que desaprendeu de dar alguma coisa a Deus.

À superstição religiosa imediatamente se sucederá a superstição política. Ao omnipotente divino corresponderá o omnipotente humano. O que se pedia a Deus irá pedir-se ao Estado. Daí a lei psicológica de que, em todas as zonas da mentalidade popular em que o sentimento religioso se extingue, imediatamente a teoria socialista se apodera das consciências esvaziadas. Ora, na sua moderna evolução latina, o que é o socialismo, deificação fetichista do

Estado, senão, como diz um dos mais lúcidos psicólogos do nosso tempo, a mais dura forma do Cesarismo, porque, sendo uma forma impessoal, nela não atuam os motivos de receio que refreariam os impulsos do maior déspota.

À súplica, à humildade, à resignação e à esperança no céu substituir-se-á a imposição aos homens pela força, pela astúcia, pela revolta, pelo crime, em nome do supremo direito que cada um terá, não à bem-aventurança no céu, mas à felicidade de que na terra gozam os outros. E, corno a felicidade no mundo é um bem que todos buscam e ninguém encontra plenamente realizado em si mesmo, os cobiçosos do bem dos outros serão todos nesse mundo novo que a irreligião nos fabrica.

Será o absoluto e despótico reinado da inveja, do rancor, do ódio insaciável e inextinguível, servido pela espionagem, pela delação, pelo roubo e pelo homicídio entre os famintos e os fartos, entre os pobres e os ricos, entre os desesperados e os satisfeitos.

Leio nas folhas mais oficialmente bem informadas de Lisboa que um dos nossos mais populares e prestigiosos governantes predissera numa assembleia pública que, sob a égide das suas benéficas leis, ao cabo de mais duas gerações não haveria em Portugal um único crente. E é perfeitamente raciocinada e muito logicamente deduzida essa profecia. O que não sei se o profeta chegaria a ver é que da mesma substância psíquica de que se fazem os crentes igualmente se fazem por analogia de origem os poetas e os artistas. E quando

com a materialização geral do sentimento a arte se abastarda e a poesia fenece fica extinto o culto do desinteresse, da abnegação, do sacrifício, do entusiasmo, da alegria e da bondade humana. Assim defraudadas e empobrecidas, as nações recaem na selvajaria e morrem na abjeção, porque nelas secaram as fontes ideais da vida.

Há onze anos quando em Lisboa, sob um ministério presidido por Hintze Ribeiro, a chamada questão religiosa se debatia numa das mais agudas crises que ela atravessou durante a monarquia, o grande estadia e grande diplomata que foi Leão XIII dizia-me numa audiência do Vaticano estas textuais palavras: «Puisque vous êtes son bibliothecaire, invoque;: mon nom et priez le roi d'être bon envers ses congrégations religieuses. Ce sont elles qui lui assurerent devant la chrétienté et devant la civilisation la legitime possession de ses monics». Abstraindo, porém, de todas as considerações que possam envolver as nossas relações diplomáticas com a Santa Fé e a alta questão do Padroado Português no Oriente e na África, quando em Portugal a religião católica não seja mais que a ilusão dos simples e dos humildes, essa ilusão é sagrada.

Que, impelidos pela transcendente e dolorosa nevrose da certificação científica, os que perscrutam o insondável mistério da criação e do destino humano sejam assaltados pela dúvida e sintam baquear a fé entre os elementos constitutivos da sua mentalidade, compreende-se. É um caso sem mais importância que a de um acidente de estudo na formação de uma inteligência.

É um imponderável fenómeno pessoal a mais perdido na fenomenalidade geral do Universo. Perder a fé herdada quem tem muito mais que perder em compensadoras noções adquiridas é um incidente banal na biografia de filósofos. Roubar a fé a quem não tem mais nada que se lhe roube é o mais monstruoso dos atentados. Que se puna o faminto que rouba um pão ao saciado e se glorifique o reformador dos homens e das sociedades que por desfastio filosófico arranca a milhares de deserdados e de infelizes a divina esperança que para eles era a única flor da vida, eis a mais horrorosa das incoerências em que creio que possa incorrer a justiça humana.

Tal é em Portugal o fecho dos acontecimentos ao terminar o ano findo.

Possa o novo ano não ser ainda o do ocaso de uma civilização que tão cientificamente se prepara para acabar entre deuses mortos, sob céus vazios!

Janeiro de 1912.

CAPÍTULO VIII

O NATALÍCIO DA REPÚBLICA

Nas regiões oficiais portuguesas, das quais se baniu como reacionária a tradição cristã, foi o Natal da República o que este ano se celebrou. Chamo-lhe de preferência natalício para não desgostar, pelo emprego de um vocábulo clerical, a ilustre Associação dos Lojistas, a qual ainda ultimamente mais uma vez nos fez o favor de intervir, por meio de uma desenvolvida mensagem dos seus corpos gerentes ao ministro da Justiça, a fim de que imediatamente se suprima, com hombridade e firmeza, a nossa embaixada junto do Vaticano, a qual os ditos corpos gerentes consideram contraproducente, dispendiosa, vexatória e deprimente para a democracia portuguesa.

Alguém dirá, talvez, que os senhores lojistas estão metendo um pouco de mais o nariz em questões para que ninguém invocou a competência da sua pituitária. Não perfilho de nenhum modo essa opinião, antes a tenho também por vexatória e deprimente da moderna mentalidade democrática. Entendo pela minha parte que os dignos lojistas estão perfeitamente no seu direito e cumprem talvez mesmo uma alta missão liberal, dentro do regime de científica igualdade em que vivemos, dignando-se de resolver as questões religiosas, diplomáticas e políticas que se ventilem nas regiões do poder. Contanto que — como é rigorosamente lógico — pelo seu turno se encarreguem os

prelados, os diplomatas e os estadistas de nos ministrarem os géneros de primeira necessidade: as carnes ensacadas, os vinhos, a bebida branca, o doce de calda e de sequeiro, os retroses, as linhas, os panos, as camisolas, os palitos e o mais de que a Nação precise para sua decente sustentação, indispensável agasalho e honesto recreio. Não se procedendo com o devido escrúpulo à regulamentação dessa nova distribuição de trabalho e permuta de funções, ocorre-me que poderia, porventura, o negócio de retalho vir em breve a ressentir-se do absentismo político dos patrões. Tenho medo de que, quando, numa aflição e numa pressa, a gente tenha de ir às lojas a fim de saber, por exemplo, se conviria desde logo mandar prender o Papa e meter em processo a Cúria, se encontrem inesperada e repentinamente fechados os estabelecimentos, à ordem do respetivo juiz, não certamente por incompetência política da parte, mas por simples incidência do desarranjo comercial denominado falência.

Piamente creio que são mais as luzes e as letras da culta sociedade lojista que as do inexperto Parlamento, fazenda de refugo, avariada e cara. O meu único receio — francamente o digo — é que, por efeito dos inevitáveis e contrapostos vaivéns da pública governação e do tráfego mercantil, as luzes do comércio se lhe apaguem e as letras se lhe protestem.

Mas, como vínhamos dizendo, foi o aniversário natalício da República que neste Natal se solenizou em Lisboa.

Foi essa menina-deusa a que este ano se expôs à adoração dos fiéis, sobre os altares da Pátria. Não compareceram no presépio, por os terem posto fora aos empurrões, nem os Reis Magos com a mirra e o incenso, nem os pastores com as suas oferendas. Mas formaram em círculo, pela sua ordem, estaticamente embasbacados em torno do prodígio, todos os astrólogos do areópago, juntamente com os seus competentes animais domésticos, tal qual como' na Bíblia. O presidente, de Padre Eterno, com a sua formosa cabeleira branca, esteve muito próprio. Parecia vivo. E todos os jornais são concordes em afirmar que foi uma função suave e deveras comovedora.

A criança está muito interessantezinha e assaz desenvolvida para a idade. Ainda se não tem bem nas pernas e fala uma língua de tatibitate, que dá muita graça aos seus infantis jogos parlamentares em estilo de farsa de cordel antiga, Mendes Enxúndia ou Vilão em Casa do seu Sogro, tendo por interlocutores divertidos lapuzes, inteiramente broncos, mas foliões e jocosos. Já botou as presas, já tem caspa e mostra muito jeitinho para se coçar e para morder. Há de medrar e crescer depressa, porque mama muito.

A Carbonária, sua ama de leite e moça de voltas, vela-lhe o sono, canta-lhe a Portuguesa, embala-a, atiça-lhe a lamparina, cuida-lhe do bebedouro e, de pêlo na venta e mangas arregaçadas, vai aos queixos em três tempos a todo aquele que meta medo à menina ou ministre lambarices que lhe façam doer o ventre.

A feição mais predominante e característica na fisionomia da infantil República é a da sua cada vez mais flagrante semelhança com a República Francesa. Parecem-se como duas gotas de petróleo ou como duas pitadinhas de dinamite.

Como lema político poderia desde já na fachada do novo regime suspender-se uma tabuleta assim formulada:

«A França na Betesga. — Parceria política de irresponsabilidade ilimitada. Especialidade de cabidela de rei e de tripa de padre à la mode de Paris — Empadinhas de escândalos todos os dias. — Há tea-room oficial e estão-se a armar as roletas. — Serviço especial aos domicílios —Viva a República!»

Este expressivo chamariz faria talvez inveja aos Armazéns Grandela, mas seria altamente proveitoso à causa. Contribuiria poderosamente para fomentar a nova indústria do turismo, atraindo velozmente ao Rossio os estrangeiros neste momento errando fastientos pelo Egipto à cata de dispendiosas comoções romanescas e elegantes, de que gratuitamente lhe encheriam o papo insaciável as comissões paroquiais, as lojas maçónicas, os centros republicanos e os clubes democráticos recreativos da nossa emancipada, florescente e rediviva capital.

Assim também se daria justa satisfação aos democratas janotas que, de guedelha anediada, calças arregaçadas, chapéu para trás, casaca nova, flor ao peito, lenço na manga, luvas desembainhadas, há catorze meses berram

agudamente por mundanismo e por chique como esteios de uma república em que eles até hoje debalde esperam que o indigno capital e a corrupta aristocracia lhes proporcionem ocasião de estrear-se nos salões do novo regime, valsando com duquesas, fazendo olho de conta a princesas, mordendo reivindicativos e gulosos a mousse de jambon à la créme chantilly do abolido regime, e finalmente empiteirando-se a fundo com o Royal Selery, extra-seco, das instituições mortas.

Sossegai, rapazes, e dai tempo ao tempo, que o vosso dia há de chegar. Do que se precisa por enquanto é de propaganda, muita propaganda para a frente! As artes hão de ter pouco que fazer agora, os carpinteiros andarão a monte e a pintura há de estar barata: mandai fazer a tabuleta de que vos dou o modelo e encarai com serenidade o futuro.

A vossa menina há de acabar de crescer e ser mulher, ordinária, bigodenta e de faca e calhau, é evidente — mas vestida pela Paquin, com as antigas joias da Coroa ao peito e com a custódia de Belém no chapéu, ela poderá vir a passar por pessoa de estimação em rendez-vous de sociedade elegante, nos cinematógrafos da Baixa. Daqui a quarenta ou cinquenta anos, se tiver propósito, se se portar bem, se não atirar por cima dos moinhos com o chapéu e a custódia, poderá ser que venha a ter como visitas uma dúzia ou dúzia e meia de pessoas competentes para organizar uma contradança decente em palácio.

Nós, lisboetas, desinteressemo-nos de saber se o que em 1912 se dançará na Europa será o tango argentino, o Songo Boston, o Double Trot, o Thiken Trot ou o novíssimo Grizzly Béar. Como danças em Lisboa teremos, no novo ano, de contentar-nos com as da Bica no Entrudo e com as dos bailes campestres pelo Verão.

O ciclo histórico em que entramos não é de mundanismo coreográfico. É de mocada. As pernas para o que nos hão de servir não é para bailar. E para dar terra para feijões sempre que o regime funcione, isto é, sempre que o povo, assumindo democraticamente o governo de si mesmo, se explique na rua ao tabefe, ao cachação e à cartolada, pedindo desculpa de se não servir de expressões mais amenas pela razão de não saber ler, nem escrever, nem contar senão pelos dedos e de assinar de cruz em dois simples movimentos, zás-trás, e é como passastes.

Se há porventura na assembleia quem desaprove, que tenha a bondade de se manifestar, levantando o seu braço direito. Corta-se-lhe o braço, e pronto!' Está tudo aprovado por unanimidade. Passa-se à ordem do dia e tem a palavra o carinhoso Sr. Bernardino Machado, que, com lágrimas na voz e uma infinita ternura no olhar, se assoa de comoção e começa assim: — «Amigos, irmãos, filhos, meninos! Reina enfim a mais perfeita e absoluta concórdia entre a amorável família portuguesa. Abracemo-nos todos.» (Frenéticos aplausos, muitos vivas. Ministros, deputados e lojistas abraçam-se efusivamente uns aos

outros. No dia seguinte os periódicos dizem: Foi a cena mais patriótica e mais enternecedora que em toda a nossa vida temos visto.)

Aos janotas da democracia, a quem o prurido do gozo escandece a imaginação e têm por insípidos todos os grandes espetáculos políticos do seu interessantíssimo tempo, paternalmente aconselharei que, por estes anos mais próximos, como enlevo da sociedade, se restrinjam ao bridge. E a moderna forma chique da bisca de família, que, com tanto ardor, cultivaram na velhice os nossos avós. Não puxa muito pela cabeça, não obriga a conversar, nem a ler, nem a escrever, nem a andar. E a mais inofensiva, a mais vegetativa, a mais preciosa forma de estar para aí sem mortificar a alma e sem amarrotar o físico.

A bisca antiga era para os gagás, para os barrigas de água, para os reumatizantes e para os podragas senis, aos quais a pacata mesa de jogo lícito, de vaza, era, com o seu respetivo tapete, um abrigo propício aos joelhos anquilosados e aos pés entrapados e volumosos como trambolhos. Não vos vexeis do confronto. O que sois vós, pobres janotas lisbonenses do ano II da República, senão autênticos decrépitos, mansos, submissos, domesticados, de vir comer à mão como no Campo Pequeno o touro Capimte; sem azougue no sangue e sem nenhum daquele ferro derretido que já no século XIX diziam a Guizot os pedagogos ingleses ser preciso injetar nas veias da mocidade amolecida.

Ferro! força! energia! pulso! Para quê? Para nada. Para coisíssima nenhuma. A todas essas teorias de arranque, de impulso, de resistência opõe-se uma única que sobreleva a todas: — ai! rico corpinho da minha alma!

Ide para o jogo, meninos, ide para o bridge, onde as meninas, vossas contemporâneas, vos esperam com reconhecimento e agrado. Ide, como os antigos diziam, puxar pelo rabo à sota, proeza de esforço muscular ainda mais leve do que a de levantar pelo rabo o gato morto. E pedi a Deus, de quem vos achais separados, que do outro lado da barricada nunca exemplos em contrário vos perturbem o prazer da tertúlia.

Pelo aspeto exterior das coisas parece que o País se não acha por enquanto completamente desagradado do modo como o governam. Unicamente, por alguns vagos mas repetidos e frequentes rumores na imprensa, nos clubes, no Parlamento, me parece discernir que os mais satisfeitos dos governados ainda mais um derradeiro e muito especial obséquio desejam dever ao Governo: — o de se ir embora.

Janeiro de 1912.

CAPÍTULO IX

O FIGURINO FRANCÊS

Quer rindo, quer chorando, de qualquer ponto de vista e em qualquer disposição de espírito em que a consideremos, a República Portuguesa apresenta-nos sempre como fundamental característica a servil imitação política de todos os desvarios e de todos os erros em que a República Francesa tem incorrido. A vantagem dos pequenos povos modestos que vão atrás dos outros na marcha da civilização é a de evitar no caminho os tropeções e as quedas dos que vão adiante. A República Portuguesa é a retardatária obtusa para quem essa lição é inútil.

Pelos compromissos da sua proveniência maçónica, pela impulsividade do seu sectarismo, pela cegueira da sua submissão ao apótema gambettiano: Le cléricalisme voilá l'ennemi; pela sua fúria de inovação e de modernismo tendente a desassociar todos os elementos ancestrais que constituem a substância moral de uma raça inutilizando-a pela destruição do seu equilíbrio para uma pacífica adaptação ao progresso evolutivo; pela sua já consumada obra, enfim, de restringir à guerra intestina de classes, de seitas e de partidos todas as energias da Nação, os novos governantes portugueses demonstram exuberantemente que, negação categórica de todo o ensinamento que lhes ministram os Estados Unidos e a Suíça, eles não são no exercício do poder

mais que os inferiores e agatanhantes discípulos dos Rancs, dos Combes, dos Jaurés, perfeitamente competentes para conduzir a Nação Portuguesa pela mesma senda resvaladiça que há trinta anos precipita a França no medonho descalabro a que neste preciso momento procura acudir in extremis, como em junta dos mais abalizados clínicos, o gabinete Poincaré. Esta circunstância reveste presentemente a política da França do mais especial interesse aos olhos de um observador português. Paris é neste particular o original em grande do que Lisboa é em pequeno ponto a cópia reduzida e caricatural. Temos visto o que está sendo a moda em Portugal. Veremos agora o que é em França o figurino porque Lisboa se regula.

Um culminante fenómeno começa por dar na vista: há em França dois partidos. Um composto dos governantes e dos políticos que intermitentemente os rodeiam: é o partido dos satisfeitos. O outro, composto de todos os demais cidadãos franceses, é o partido dos descontentes. A descomunal popularidade de Boulanger, inteiramente inverosímil e inexplicável dada a sua absoluta incapacidade mental, proveio de que, em certo momento, ele conseguiu ser o chefe dos descontentes. Aliou-se-lhe a França.

O regime estabelecido por terceira tentativa, há quarenta anos e tendo até hoje devorado quarenta e dois ministérios, um pouco mais de um ministério por ano, é ainda ao prese te um regime provisório. Faltam-lhe a coesão e a estabilidade de uma fundação definitiva. A República Francesa está por

consolidar. A improbidade, a incapacidade e a incompetência resultantes da progressiva decomposição democrática tiraram à expressão República o seu literal e primitivo sentido de coisa pública para a converter na propriedade exclusiva de uma oligarquia de profissionais ambiciosos, inquietos e insaciáveis. A legitimidade de uma tal apropriação não deixou ainda, nem por um só dia, de ser vivamente discutida e contestada nos livros, nos jornais, nas revistas dos teatros e das boites de Montmartre, nas cantigas, nas caricaturas. O Sr. Fallières, na sua qualidade de empresário por sete anos e de representante responsável de todos os ministérios que se vão sucedendo no tablado sob os apupos da galeria, é o homem mais troçado que hoje existe no mundo. Ele é a cabeça-de-turco de toda a ginástica aplicada à controvérsia política. As artes plásticas nunca se lhe referem senão representando-o cambaleante, de nariz em labareda, chapéu acochichado, suspensórios, presilha da camisa e puxadores das botas sempre ao léu, colete todo esbagachado, grã-cruz à vela e um garrafão empalhado debaixo de cada braço. Por ocasião da queda do gabinete Caillaux, receando-se que a crise envolvesse a presidência, Rochefort serenou os espíritos:

«Ir-se embora o parcimonioso Fallières antes de receber dois milhões que ainda tem que cobrar até o fim do seu setenato, isso sim! Ainda há pouco, vendo que a grã-cruz lhe estava curta, porque ele engorda cada vez mais, o nosso hipopótamo nacional lhe mandou deitar uma emenda para não gastar quinze francos numa fita nova.»

E é sempre assim, de rabo-leva, entre vozes de animais de capoeira, a penantadas na cartola e a palmadas no ventre, que geralmente é tratado um bravo e honesto funcionário correto e sóbrio, que todos respeitam, mas que tem para cada um o defeito imperdoavelmente grotesco de ser o Presidente... dos outros.

Não, a República Francesa não é por enquanto a expressão de um regime nacional. Segundo uma fórmula consagrada, ela continua a ser apenas a revolução em marcha.

Num dos seus discursos provinciais, em excursão nas províncias, o Sr. Fallières pareceu anunciar o ano passado que a fase revolucionária terminara e que a República assumia, enfim, figure de gouvemement. A esta afirmação presidencial responde o Sr. Arthur Mayer, no seu recente livro Ce que mês yeux ont vu. Não há governo em França — demonstra esse livro. Um governo não governa senão em favor de alguém ou de alguma coisa. A República somente governa contra alguma coisa ou contra alguém. Todo o governo tem indispensavelmente um ideal perante o qual não hesitará nunca em sacrificar o seu interesse próprio ao engrandecimento e à salvação da pátria. Ora, a República Francesa não governa no interesse da pátria; governa num interesse de partido, no interesse exclusivo de si mesma.

A moderna história da terceira República Francesa, depois do seu primeiro período conservador, depois da queda de Thiers e de Mac-Mahon, desde

Grévy até Fallières, não é efetivamente mais que uma ininterrompida sequência de intermitentes recaídas, de sucessivas crises de incapacidade, de indisciplina e de dissolução: assaltos, subornos, espionagens, delações, inconfidências de secretaria, falências, desfalques, calúnias, traições, falsificações, escroquerias, furtos, roubos, escandalosos e sacrílegos atentados de toda a espécie — de ordem política, de ordem económica, de ordem social e de ordem moral. Assaltam-se comboios, roubam-se vagões de correio, rapinam-se museus, violam-se sepulturas, não sendo mais privilegiadas as coroas dos reis que os anéis das atrizes; assassina-se e rouba-se gente no centro de Paris, na rua, à luz do dia; conspurcam-se crianças em bordéis de menores e na escola laica; esquartejam-se mulheres por amor; em pleno Parlamento um presidente de Ministros declara que, em menos de um ano, três mil crimes de sabotagem — todos impunes — se têm praticado nas linhas férreas de França. Eis aí, em breve e incompletíssimo resumo, o que me contam os periódicos parisienses dos dois últimos meses.

Para a história geral da evolução governativa assinalarei alguns factos mais salientemente expressivos, sem me arriscar a desfigurá-los pela incompetente intervenção pessoal da minha crítica. Apenas para os que não são de carácter rigorosamente estatístico, invocarei uma ou outra vez o testemunho de algum dos mais conceituados publicistas franceses.

O primeiro descalabro do sistema foi cronologicamente o Panamismo. Eis os termos em que o grande escritor (republicano) Emile Faguet se refere a este

fenómeno: «Como em toda a república democrática os parlamentares, atarefados, sobrecarregados de gastos eleitorais, mal pagos, precipitam-se sobre os milhões da Companhia do Panamá e fazem largamente retribuir o concurso por eles dado ou prometido a essa empresa.»

Segue-se o Boulangismo, o que o mesmo Faguet definiu assim: «O Boulangismo é a conjugação espontânea de todos os descontentamentos, é sobretudo a reação contra o regabofe do Panamá. E o sobressalto de cólera contra os processos panamistas a que a nação a esse tempo se não tinha ainda habituado. O que uma parte considerável da nação apaixonadamente desejava era uma república consular, uma república governada por um só homem enérgico. Precisava-se de um homem — era esta a fórmula de uma monarquia indeterminada, de uma monarquia com qualquer monarca que fosse, de uma monarquia republicana, se quisessem, mas de uma monarquia, isto é: de um regime em que se não fosse governado por uma quadrilha e por uma quadrilha faminta, intrigante e suspeita.»

O Boulangismo, como era inevitável, abortou. Porquê? Porque Boulanger não tinha o estofo de um cônsul, nem o pulso de um ditador. Desiludiu e desarmou todos os seus partidários. Pedia-se um Napoleão. Ele era apenas um romanesco quinquagenário esfalfado, precocemente atingido pelo abalo psíquico das menopausas viris.

Entre os monumentais escândalos que tinham precedido a explosão do Boulangismo, é conveniente assinalar como chave de uma era o tráfico das condecorações, iniciado por Wilson, e dando lugar à demissão do seu sogro, o presidente Grévy. Ambos eles desapareceram há bastante tempo pelos esgotos da história. Mas o tráfico das condecorações continua florescendo nos alegretes oficiais. muito recentemente ainda um cliente, não querendo dar mais de 3000 francos por umas tristes palmas académicas, foi denunciar à Polícia o seu benfeitor, que se não prestava a condecorá-lo por menos de 6000 francos. Este chamava-se Valensi, e foi preso. O queixoso regressou suavemente ao seio da sua família, é verdade que sem condecoração, mas soberbo e glorioso por haver praticado nobre acto de civismo, entregando à justiça um previcador. Por 3000 francos ele teria sido um cúmplice do réu. Perante a exigência de 6000 ele sentiu-se avassalar pelos mais honrados escrúpulos e preferiu prestar ao saneamento dos costumes esse importante serviço, em remuneração do qual se lhe descobre no horizonte direito de requerer, de graça, as mesmas palmas que num momento de precipitação ele estivera em risco de pagar.

Mas donde provinha a Valensi, simples advogado sem causas, a faculdade de assim dispor de condecorações à razão de 6000 francos por freguês? De quem era genro tal homem? perguntaria Wilson legitimamente suscetilizado.

Eis o mistério que o processo desvendou:

Mademoiselle Juliette, amiga de um ex-ministro da Instrução Pública, obtinha do seu poderoso protetor, entre outros mimos, diplomas em branco de rosetas várias. Assim, como contribuição dos seus adoradores (aliás numerosos) ela recolhia no seu cofre, segundo consta dos autos, maços de notas do Banco de França e maços de diplomas em branco do Ministério da Instrução Pública.

Eram corretores dos valores burocráticos de Juliette, além do citado Valensi, os Srs. Guerder, secretário do deputado socialista independente Contant (d'Ivry), Meulemans e Clementi. Meulemans é diretor e redator-chefe da Revue Diplomatique. Clementi é presidente de uma Liga Humanitária, constituída por ele, presidente, e por todos os cavalheiros prestantes, suficientemente palermas e gagás que se lhe quisessem associar para o fim humanitário de se fazerem condecorar, tornando-se previamente ilustres e beneméritos por meio de retrato e de biografia na Revue Diplomatique, segundo a tarifa da casa.

Conta o Lokal Anzeiger, periódico de Berlim, que numerosas pessoas da melhor sociedade da Alemanha receberam de Valensi condecorações pagas a 6000 e a 7000 francos por diploma.

Este caso, que há trinta anos faria um escândalo de abalar o Ministério da Instrução Pública e de fazer estremecer a solidariedade das instituições, caiu agora como um banal fait divers na indiferença da publicidade. Porquê?

Porque o tráfico das condecorações passou a constituir hoje uma razão de ser da República. O Estado vende as condecorações precisamente como Valensi. Com a única diferença de que o Estado se não faz pagar em francos: paga-se em serviços eleitorais e em votos.

Mas não antecipemos, como se dizia nos romances enredados de Ponson du Terrail e de Paul Féval.

A seguir ao Boulagismo veio o Dreyfusismo, o Anti-Semitismo, o Anticlericalismo, o Antimilitarismo, o Anticapitalismo, enorme e devastadora corrente de continuadas negativas, corroendo e desfazendo dia a dia a afirmação nacional do grande todo que é a pátria.

Politicamente considerado, o Dreyfusismo é um dos mais expressivos argumentos em abono da preferência, que, segundo alguns filósofos (evidentemente mais atrasados que o amigo Teófilo), se deve dar à forma monárquica, contraposta como tipo de Governo à forma republicana. Só um rei — pensam alguns — pode governar independentemente dos partidos, porque só um rei existe e governa na absoluta independência do sufrágio, o qual sufrágio, exprimindo o despotismo do número, é a mais imbecil e a mais feroz de todas as tiranias. A diferença que há entre um rei constitucional e um presidente de República é que o rei é o presidente de uma nação, e o presidente é o rei de um partido. Ora, foi o Dreyfusismo que deu a Loubet e a Fallières, com mandato imperativo, a Presidência da República. E eis aí o que

em fraseologia democrática se chama a expressão augusta da vontade de um povo!

Eis os termos em que Arthur Mayer nos descreve o Dreyfusismo: «Foi ele que levou ao poder Loubet e Fallières; foi ele que fechou as fronteiras da França a cidadãos como Déroulède, Buffet e Lur Saluces, e abriu aos socialistas as portas do poder; foi o Dreyfusismo que nos desarmou em frente do inimigo confiando a André e a Pelletan um dos ministérios da defesa nacional; foi ele quem envileceu a nossa magistratura; ele que açulou uns contra os outros os cidadãos; ele que violou os santuários e fraturou os conventos; ele que nos trouxe a aliança monstruosa de certos defensores do capital e da propriedade com os seus piores inimigos, para em seguida opor o operariado ao patrão enfraquecido. Foi ele que em Tânger nos humilhou diante dos fortes e em Roma nos exaltou diante dos humildes. Foi o Dreyfusismo que, gerando o pacifismo, criou o antipatriotismo e o antimilitarismo, ensinando a indisciplina e o desprezo dos superiores. Foi, enfim, o Dreyfusismo que, destruindo a religião e o exército, suprimiu as duas barreiras opostas à revolução. Eis o que foi a obra do Dreyfusismo.»

Santo Deus! como a República Portuguesa a estudou bem! e com que engenhoso tato tão fielmente a soube reproduzir!

Desejaria ocupar-me ainda de alguns dos mais característicos traços fisionómicos da típica e modelar República Francesa, mas fica para amanhã,

porque o tempo foge-me. Há um instante que nos sinos da minha terra, segundo a nova contagem das horas recentemente decretada pelo Governo de Lisboa, teriam soado vinte e quatro badaladas em cada sino. Ao todo, no meu bairro, onde há cinco campanários, cento e vinte horas. É tardíssimo. O meu relógio marca neste momento, segundo a nova tabela, horas zero, cinco vírgula trinta e quatro, creio que da manhã. Calculem a pressa com que me acho ontem! Creio que me estou exprimindo bastante confusamente tentando dar-lhes uma ideia aproximada do dia e da hora em que escrevo. Mas são ordens. Senhor manda, preto obedece.

Paris —Janeiro de 1912.

CAPÍTULO X

COMO NÓS ERAMOS E COMO ELES SÃO

Como os governos imorais desmoralizam a gente! Como rapidamente eles quebram as energias e corrompem as vontades!

Logo a seguir à famosa batalha de 5 de Outubro na Rotunda, as forças vencedoras marcharam sobre o Terreiro do Paço, e aí se procedeu à chamada geral a fim de determinar qual o exato número de beligerantes ceifados pela morte sobre o terreno da luta.

Dessa contagem resultou averiguar-se que, das quatro dúzias de heróis que denodadamente tinham derramado o seu sangue e dado a sua vida pela conquista das liberdades pátrias, sobreviviam apenas uns dez ou doze mil!

Sob proposta jucunda de Bernardino Machado começaram os sobrevivos combatentes por se cumprimentarem efusivamente uns aos outros. Depois do que subiram todos em triunfo às secretarias circunjacentes, depuseram no bengaleiro os grilhões da tirania que acabavam de arrancar aos pulsos da pátria libertada, pediram com que molhar a goela do pó mordido pelos agonizantes no campo da batalha, sentaram-se, abriram as gavetas, chamaram a si os bocais dos tubos acústicos, os recetores do telefones e os cordões das

campainhas elétricas, berraram por tinta, papel e penas, e começaram com encarniçado zelo a governar a nação.

Teófilo, marcialmente derreado de batalhar, com as cãs revoltas, a face ainda enegrecida pelo fumo dos canhões e da fuzilaria, os agudos ferros das varetas do seu chapéu-de-chuva torcidos e amolgados das cutiladas aplicadas ao inimigo, a cartucheira vazia das baratas e das balas de estricnina com que vinha de alvejar a sopa dos contrários, ouviu então dizer aos seus companheiros de armas: — Isto agora é tudo nosso! E Teófilo, magnânimo, sorriu esfregando as mãos de contentamento filosófico, o que faria despregarem-se-lhe da epiderme mavórcia e espargirem-se-lhe no éter, em esquírolas de matéria cósmica, miríades de constelações novas destinadas a substituir as velhas estrelas apagadas do firmamento pelo sopro da revolução.

Assim, pois — como o dizemos nos mais abreviados termos —, se estabeleceu em Portugal o novo Governo.

Governo, foi ele que, derredor em toda a zona a que se estendeu a sua ação, tudo o que sorria, rutilava e dava flor na psicologia, no sentimento e no carácter nacional, tudo subitamente mirrou ou apodreceu como por efeito instantâneo de uma predestinação apocalíptica.

A Pátria tornou-se comparável a um prédio de que secretamente se houvessem extraído os alicerces. Os muros fendem-se, os pavimentos desnivelam-se, as padieiras desaprumam-se, as soleiras racham, os estuques

abarrigam, os travejamentos rangem e os inquilinos fogem com medo da derrocada total.

Nos caracteres deu-se também com o advento do novo regime uma transformação sensível.

Eu, que o digo, eu mesmo que nunca na minha vida pedi nada a Governo nenhum, desarticulei-me até ao ponto de pedir ao da República, metendo empenho, um favor especialíssimo: o de se ir embora.

Era a primeira coisa que lhes pedia. Não ma fizeram. Ingratos! Não lhes ocorrer que eu era quase da casa porque fui para eles como um predecessor!

Quando em Portugal não havia senão conservadores de diversas marcas, que vinham todos da revolução liberal e acabavam como os de agora principiam, isto é: por andarem engalfinhados uns nos outros e somente se conservarem a si mesmos e aos seus parentes, aderentes e afins, deixando tudo mais correr à matroca, eu e alguns do meu tempo entendemos que a sociedade portuguesa encharcava e apodrecia na subserviência de um parlamentarismo quase tão oco como o de agora, e como o de agora exercido por ávidos politiqueiros de ofício, sem nenhum conhecimento dos interesses e das aspirações nacionais, e deliberámos acordar do seu letargo a consciência pública, a duches, a ventosas, a pontas de fogo, a busca-pés, a empurrões e a cartoladas.

Com uma irreverência a que sem vanglória poderia talvez chamar profissional, trouxemos à barra da discussão filosófica, a um por um, todos os homens

públicos do tempo. Quebrámos-lhes os narizes de cera com que eles discursavam nas assembleias. Metemos-lhes pelos olhos a inópia dos seus direitos à existência. Demonstrámos por a mais b que eles nem eram homens de ciência nem eram sequer homens do mundo. Nem tinham princípios nem tinham ideias gerais. Pela sua cultura de espírito estavam abaixo do mais corriqueiro leitor da Revista dos Dois Mundos e do Dicionário de Larouse. Como cultura física, indigência igual à da cultura mental. Se falando metiam os pés pelas mãos, calados metiam os dedos pelo nariz. Não tinham toilette, não tinham maneiras, e tinham caspa.

Com esfregas destas, que tão exatamente se poderiam aplicar aos políticos da República como outrora as aplicámos aos políticos do constitucionalismo liberal, vejam lá os revolucionários da Avenida se não fui com efeito eu, se não foram os do meu tempo quem desbravou o matagal e varreu o caminho em que eles agora marcham, ninguém sabe para onde, sarapintados de vermelhão e de azebre, aos berros e aos pinchos, como uma das antigas danças pírricas da Bica do Sapato, com trombones à frente escarrando a Portuguesa para cima das multidões desinteressadas e aborrecidas como as de um Domingo Gordo de Lisboa, chuvoso e lamacento.

Não obstante a parte considerável que eu tomei, juntamente com o meu sempre chorado amigo Eça de Queirós, na obra preparatória da revolução em Portugal, eu compreendo no fim de contas que a República ma não agradeça.

Acho natural que ela me não envie o seu bilhete de visita desejando-me Saúde e Fraternidade, fórmula protocolar de saudação da qual unicamente depreendo que, verde e vermelha no pavilhão, a República tem o capricho ótico de ser preta, do Bié, na fala.

Considero lógico. que em vez de mandar-me os seus cumprimentos fraternais ela preferisse mandar os seus esbirros devassar-me a casa suspeita dos miasmas deletérios que lá teriam perigosamente deixado cinquenta anos de modesto trabalho independente, resignado e alegre.

Igualmente explicável me parece ainda que, em testemunho da sua confraternidade, os jornalistas republicanos de Lisboa sistematicamente me insultem, levem a sem-cerimónia do seu trato até o ponto de me mandarem calar, e peçam ordem de prisão contra o Sr. Vasco Ortigão, negociante brasileiro, de passagem em Lisboa, pelos meus colegas da Imprensa acusado, perante as justiças da terra em que ele nasceu, do crime tenebroso de ser meu filho.

Que admira, quando são esses mesmos escritores os que no Parlamento propõem e conseguem fazer votar que se esbulhe a viúva de Eça de Queirós da pensão de honra que lhe fora votada como testemunho da gratidão nacional ao escritor eminente que dotara a sua pátria com a mais alta obra da arte de escrever produzida durante o seu tempo? E que satisfação de impunidade a de poder ter esse rasgo de uma atrocidade sem nome depois de

morto o artista que, mais que nenhum outro no mundo, possuía a especialidade gráfica de fazer aos lapuzes de letras que o molestavam com o ruído dos tamancos, por meio de um simples bico de pena sobre uma página branca, a mesma operação anatómica que fazem aos chibos os magarefes pela Páscoa, tombando-os com um piparote na nuca, escalando-os de cima a baixa, tirando-lhes de dentro os miúdos, e pendurando-os num gancho, bamboleando ao ar, com um caniço no ventre, à porta dos talhos na Praça da Figueira. Os revolucionários das Farpas pareciam-se com os da Rotunda na circunstância de tentarem uns e outros a aventura de uma remodelação da sociedade portuguesa. Mas há aventura e aventura, e é bom não confundir o menestrel que vai com uma flor no chapéu cantar a serenata ao luar debaixo de um balcão com o pilho que escala um muro de jardim para furtar galinhas.

Nós nunca pensámos em provocar uma mudança de regime político porque não tínhamos o estímulo da revolta geralmente baseado no apetite de ir cada um cevar-se nas prebendas e nas sinecuras de que pretende enxotar os outros, solução que sempre nos pareceu envolver a mais porca das traficâncias e a mais desaforada daas tranquibérnias. Figurava-se-nos por outro lado não ser por meio de revoluções mas sim por meio de simples revulsivos, que se tratam as atonias sociais. Não é pela mudança de governantes, sejam verdes e vermelhos, sejam azuis e brancos, extraídos todos da mesma massa comum de cidadãos de refugo, combatidos e avariados, que se transformam as civilizações. É unicamente pela ação, lenta mas definitiva, da influência das

elites sobre a obtusidade das massas que tais transformações se realizam. É pelo saneamento dos indivíduos que se consegue a saúde das coletividades. É pelo tratamento paciente, pacífico e melindroso da célula Família que se chega à reconstituição normal do organismo Estado.

Tudo mais que se maquine na esfera política, nas secretarias, nos parlamentos, nos meetings sertanejos e nos conciliábulos maçónicos, entre alguns ingénuos e incuráveis basbaques e numerosos aventureiros palavrosos e esfaimaidos, é advocacia, é chicana, é galopinagem, é caciquismo, é berreiro, é foguetório, é a requentada e sórdida orgia do antigo carneiro com batatas, mais democraticamente cozinhado agora com almôndegas de dinamite e com iscas de cavalo-marinho.

Mas vai-se maquinando sempre, e, de ilusão em ilusão, de desengano em desengano, de carrapata em carrapata, dia seguido a dia, melancolicamente, esterilmente, nos foge o tempo...

O dia de Natal vai de novo chegar. Com quanta saudade do doce e risonho tempo da minha infância eu o digo! Vai dar a hora de se retirar do presépio iluminado e florido, do centro do grupo orante dos pastores e dos Reis Magos, a sorridente imagem do mimoso e tenro Menino destinado a padecer e a morrer crucificado para remir os homens.

Com os demais pequenos da minha geração, ao lado da minha mãe, estreitamente aconchegado a ela, eu esperava que o sacerdote trouxesse nos

seus braços e aproximasse dos meus beijos os refeguinhos do recém-nascido, enquanto o gemido da gaita-de-foles e o frémito dos pandeiros acompanhavam a melodia dos vilancicos populares e das loas ao Menino Jesus.

A seguir, no lar paterno, ao agasalho da borralheira, na mesa posta com as serpentinas de prata e os talheres de festa, a ceia minhota da consoada da família.

Entre os meus, onde imperturbavelmente se manteve sempre este rito da tradição pátria, duas velhas cadeiras de braços mais uma vez se encontrarão desocupadas — as cadeiras dos avós. Que os meu netos me perdoem não comparecer.

É com efeito bem amargo o pão do exílio, mas mais incomportavelmente amargas seriam as doçuras da consoada saboreadas sob o inclemente céu da Pátria, que neste momento cobre tanta iniquidade e tanta desolação, tantos campos abandonados por tantos milhares de foragidos, tantas prisões atulhadas de vencidos e de mártires de uma opinião, e tantos lares de luto em que mães, esposas, irmãs e filhas regarão a ceia do Natal com as lágrimas choradas por filhos, por pais, por maridos e por irmãos ausentes, no degredo, no exílio ou na prisão.

Poderão velhos, de olhos enxutos, coração leve, sorriso de indiferença nos lábios, conciliar-se com tal destino? Nem todos.

Março de 1912.

CAPÍTULO XI

EXPERIÊNCIA FEITA

A República Portuguesa continua dando ao mundo o mais espantoso e inacreditável espetáculo: — existe!

Perante a lógica ela cessou de ser uma possibilidade histórica. E um fenómeno de Barnum, como a antiga vitela de quatro cabeças (todas de papelão) ou o moderno homem-prodígio, que engole vivos, de uma só vez, vinte peixes encarnados e vinte rãs, acompanhando esta refeição de trinta copos de água, e passando perfeitamente de saúde com um aquário no ventre. Tal República deixa de pertencer à sociologia, e é para uma barraca da Foire au pain d'épices ou da Foire aux jambons que é preciso trazê-la numa gaiola. Glória a Deus! honra às belas-artes! como bradaria Barnum no seu conceituoso e conciso boniment.

Entre nós o bom Antero de Quental, com o qual eu troquei, em duelo, duas estocadas e a seguir travei as mais carinhosas relações de amizade, previu profeticamente este prodígio antes de ele haver passado da especulação dos filósofos para o domínio dos charlatães.

U ma noite de Verão, há trinta anos, na minha mansarda dos Caetanos, com as suas venezianas abertas para cima do Tejo, em frente da Via Láctea e do

Farol de Cacilhas, entre quatro literatos do tempo, que bebiam chá e queimavam cigarros, conversando divertidamente sobre o que então chamávamos os jocosos progressos da nossa decadência, Antero, do fundo da poltrona em que se instalara, de olhos semicerrados, torcendo nos dedos emagrecidos e exangues os fios de ouro da sua barba apolínea, expôs este fantástico plano de aplicação pedagógica: obtermos do Governo a concessão de uma das suas ilhas de degradados, e irmos para lá proceder a estudos comparativos e experimentais sobre as diversas formas de governo.

— Comecemos metodicamente — explicou ele — por estabelecer o despotismo com todos os seus pertences e acessórios: escravatura, inquisição, mesa censória, tribunal da inconfidência, ergástulo, pelourinho, algemas, pão e biscoitos amassados nas lágrimas da. viúva e no suor do órfão, garrote, forca e saturnais da impudica lubricidade para o déspota, seus favoritos e correlativas concubinas.

Queirós, compenetrado cultor de paradoxos, como sendo estes a mais f.na flor da ironia e a forma filosófica do argumento mais refratário ao pedantismo e menos propenso à grosseria do erro categórico, esfregava as mãos de satisfação e, a largas passadas pela casa, num iluminante clarão de perspicácia:

— O que urge, menino — observava ele a Antero —, o que urge, como dizia e muito bem o nosso Diário de Notícias, é passarmos imediatamente a nomear o pessoal dirigente e o corpo governativo, distribuindo os altos cargos

do Estado, com os seus concernentes benesses, pelos nossos amigos íntimos e por nós mesmos, como pede a justiça.

E a palavra justiça era por ele vocalizada com especial unção, como por todos nós, discípulos de Proudhon, que a tínhamos na alma impressa em parangona e sempre com J maiúsculo.

Antero, tendo já a esse tempo cerrados os seus olhos cor de turquesa, quase adormecido, obtemperava com maviosidade:

— O tirano já se deixa ver que não posso deixar de ser eu, que tive a ideia. Vocês, em rigor, não podem ser mais nada senão meros vassalos, escrivães da puridade ou oficiais da Coroa. Tereis voto em cortes, cobrareis as rendas do Estado, sereis almotacés, portageiros ou meirinhos, redigireis os forais, escriturareis os livros de linhagens, entender-vos-eis no meu nome com os prestameiros, com os vilões, com os mesteirais e com os servos da gleba. Enquanto eu empunho as rédeas do Governo, confio-vos todas as províncias da pública administração, dando-vos plena liberdade de mando com a cláusula única de nunca procederdes senão debaixo das minhas ordens, acatando-as submissamente, quer eu haja por bem dar-vo-las de viva voz, por escrito, por gestos ou por simples jogo de fisionomia.

Queirós atirou então com os braços para o céu, tão alto quanto o permitiu o pé direito dos meus aposentos, e bramou:

— Infecto aventureiro, que, apenas te encontras no fastígio do poder, imediatamente refilas e mordes a mão do partido a quem deves o trono! Refocila-te na embriaguez do mando como um vil javardo. Conspurca de nódoas de ingratidão essa púrpura que te pomos aos ombros, mas adverte que, logo que cheguemos à experiência da Convenção e do Terror, logo que ensaiemos a nobre cena do povo, batendo com punhos de ferro à porta dos reais paços, reivindicativo, andrajoso e verminado, a primeira das cabeças a rolar no patíbulo será a tua. pela minha parte não me dementam ambições. Desejo apenas ter, no Estado, uma situação oficial honesta, amena e aprazível. O lugar que desejo e requisito, no vosso governo despótico da ilha, é o de carrasco.

Eu, pela minha parte, referindo-me à parte que me caberia no governo de Antero, ponderei que não considerava reunir todas as condições que Queirós expunha como essenciais em candidato a estadista português: ter voz sonora para discursar nos comícios e no Parlamento, ter lido, para coligir chavões, um manual de economia política, e estar encalacrado por impecuniedade pessoal. À falta, porém, dessas condições, eu cultivava despeitos pessoais, tinha rancores, e nada há que mais esporeie o zelo do cidadão no exercício de funções públicas do que dispor de alguma parcela de autoridade que lhe permita ir com vento fresco para cima dos que o desgostam. O bom empregado de confiança de um governo novo quer-se azedado e vingativo. Ora, eu era, a esse tempo, um desgostoso. A arte, a arte principalmente, a arte

dessa época, acabara por cavar no meu peito uma cloaca de fel. A oratória política, a literatura dramática, a poesia lírica, os bordados a missanga, as paisagens de cortiça, de miolo de figueira e de escamas de corvina, a recitações ao piano: Ouves, além no retumbar da serra, a voz do branze que nos causa horror... Lembra-te ainda aquela noite, Elisa?... Não, eu não podia mais! Sentia que se me esfarelava o fígado, que me cairia a espinhela, que iria ter furúnculos. Não é assim, por despeitos destes, ou doutros que tais, com mais ou menos ferocidade, que principiam sempre os revolucionários e os políticos que a si mesmo se encarregam de reformar os homens e as sociedades? Tais foram as disposições de ânimo com que requeri e Antero me despachou corregedor das artes durante a vigência do seu ideado governo entre degradados na nossa ilha da promissão.

Como pessoal da minha repartição, pedi apenas doze quadrilheiros, que me acompanhariam nas minhas investigações fiscais, nas reuniões dos três estados, nas livrarias, nos botequins, nos clubes recreativos ou que metessem retórica, às esquinas das ruas, nas escadas dos prédios e nos salões públicos ou particulares, em que se reunissem meninas, poetas, oradores e pianos.

Andaríamos todos, os da minha ronda e eu, uniformizados como os tunantes do Goya, com chapéus de dois bicos atravessados na cabeça, rebuçados em longas capas negras, que nos cobririam a cara, deixando apenas descoberto e arregalado um olho — o da crítica. E, por baixo da capa, à cinta, uma chibata, e, suspensa do pulso por um fiador de couro cru de Salvaterra, uma moca.

Relembrando hoje saudosamente essa picaresca anedota dos desenfastiados dias da minha mocidade, revejo-me na estranha e profunda analogia existente entre a psicologia do nosso funambulesco projeto de há trinta anos e a da revolução republicana de 5 de Outubro de há dois anos...

Mas, grande Deus, é precisamente a mesma coisa! Com a diferença única de que os ideólogos da geração que se sucedeu à minha se me figuram de uma mentalidade espantosamente mais atrasada que a dos seus coevos. Nós outros riamo-nos já então — quão desdenhosamente — do arcaico problema das formas de governo, considerado como chave do progresso, da civilização e da felicidade dos povos. Os modernos filósofos de Lisboa têm, a tal respeito, uma dessas firmes certezas que só no profundo alicerce da mais vasta ignorância se equilibram e sustentam. A mais perfeita, a mais garantida, a mais afiançada das formas de governo decidem eles que é uma democracia radical, e nesse pressuposto lançam ao mundo, não diremos já a experiência, mas a demonstração de 5 de Outubro, não operada in anima vili, numa ilha de condenados, como a do nosso prospeto, mas num país decente e honesto, que não cometeu crime nenhum pelo qual o sentenceiam a prestar-se, como um coelho de laboratório, ao capricho de sábios estonteados ou à vesânia de operadores malucos.

O que bem agradavelmente me comove é a perfeita homogeneidade de processos na república que eles construíram e na farsa que nós imaginámos.

Para o modo de recrutar o seu funcionalismo glorio-me de que fui eu próprio que dei o modelo pedindo a Antero para ser corregedor das artes na nossa Barataria a fim de pôr as mesmas artes em pantana, a arrocho.

Para exercício das funções subalternas, como os amigos da República constituída eram mais numerosos que os nossos, compreendo que inovassem um pouco, procedendo como procederam por sorteio, em dois sacos, tirando de um o nome do emprego e do outro o nome do empregado.

Para o provimento dos grandes cargos proeminentes cingiram-se exatamente ao nosso plano, escolhendo cada um dos da companhia fundadora o emprego em que maior dano pudesse fazer aos outros.

Como atributos do poder consagraram também, para tira-teimas, a capa e a moca.

Nada lhes falta. A farsa, evidentemente, fomos nós que a fizemos, mas eles — honra lhes seja — puseram-na briosamente em cena e representam-na bem. Plaudite cives.

Vejamos o entrecho da composição.

Lisboa inteira acha-se convertida num enorme teatro sem teto em que o espetáculo novo de uma democracia improvisada à pressa vai decorrendo feérico, inverosímil, deslumbrante.

O presidente, tomando inteiramente a peito o seu presidencialismo, preside convicta e afincadamente a tudo e a todos, a recém-nascidos e a menores de um e doutro sexo, a adultos de todas as condições, a velhos cacoquimos e gagás; preside às fábricas, às oficinas, aos observatórios astronómicos e meteorológicos, aos laboratórios químicos, aos teatros anatómicos e de zarzuela, aos museus, às bibliotecas, às sociedades de tiro, aos clubes recreativos, e até à própria Academia das Ciências, sentado na mesma cadeira em que a fundadora desse instituto, a Rainha D. Maria I, encarregou os académicos de falarem por ela ao mundo. Ditelo voi perme — coisa que fez roer as unhas de inveja a Fallières, o qual nunca teve a hombridade de ir para o Instituto de França ocupar, como inerente à sinecura presidencial, o fauteuil de Richelieu. E assim, invariavelmente, em cada dia que Deus bota ao mundo, nas fotogravuras de todos os periódicos, tem a República Portuguesa a satisfação e o orgulho de ver quotidianamente o seu presidente, entre grandes, entre humildes, entre sábios e entre pacóvios, dentro da sua sobrecasaca de comparecer, com o seu chapéu alto na mão, recostado na sua bengala, presidindo sempre!

O povo, no desempenho do papel que representa na peça, de tal modo entrou na pele do personagem que inteiramente se esqueceu do que ainda há pouco era. Operário, preocupado outrora em ganhar honradamente a sua féria, acabando com escrúpulo a sua obra, é agora político, mação, carbonário; aprendeu a manejar melhor as armas do que a ferramenta, e, em vez de formar

pacificamente sob a honrada bandeira do seu mester, enfileira em pé de guerra nos batalhões voluntários. Para defender a sua pátria? Não. Para ajudar a espingardear os seus compatriotas. Fadista, julgando-se com inauferíveis direitos a ser amado, e algumas vezes também mantido, pelos seus lindos olhos, dando, de vez em quando, facadas por ciúme ou em despique de pontos de honra, namorado de viela, cantador de fados ao perfume das murtas e laranjeiras do Ribatejo, ou às fogueiras do S. João, em aluaradas vigílias de touros, ocioso, apaixonado e poeta, interessante espécime da sua raça amouriscada, armou agora à francesa em apache, ensinaram-lhe a fazer bombas de dinamite e acabará, seguramente, em bandido como Bonnot, como Garnier, como Vallet.

E a função prossegue.

Tribunos da plebe celebram matinas retóricas, de protesto, contra todas as velhas crenças religiosas nas antigas catedrais, a que a República chama agora suas, alugando-as à troça dos ateus e dos livres-passadores, na razão de 4$000 réis, por afronta à piedade dos que as edificaram.

Coreias de crianças, conduzidas pelas suas preceptoras laicas, sócias prendadas da Associação do Registo Civil, visitam, pelas festas do ano, as campas dos assassinos ilustres, cantando motetes cívicos e regando, com virginais lágrimas de ternura, os goivos destinados a enflorar imarcescivelmente epitáfios de facínoras.

Damas elegantes, catitamente vestidas a meios preços, pela liberdade republicana em comemoração do primeiro aniversário das leis da separação e do divórcio, pavoneiam-se jubilosamente pelas ruas, pelos cinematógrafos e pelos teatros, exprimindo, com veemência, o prestígio e a pompa do madamismo adstrito às instituições novas. E consta que as mesmas damas ensaiam tendenciosas sarabandas e expressivos batuques, que, por ocasião das próximas primeiras festas da República, bailarão nos Armazéns Grandela, mediante um bónus especial com que a aludida loja então reforçará o abatimento cívico de quinze tostões feito no preço de cada farpela.

Pelo meio simpático desta garrida comparsaria perpassam jucundos, rodeados pelo acatamento público, insignes padres recém-casados, segundo o rito republicano, de bigode e pêra e chapéu à banda, com as suas desvanecidas esposas pelo braço, seguindo-os as suas respetivas amas de leite, vestidas de sobrepeliz e estola, com as crias sacerdotais ao colo.

Indubitavelmente muito curioso e muito bonito tudo!

Tão-somente o que me quer parecer é que nos estamos divertindo um pouco de mais, talvez.

Um país não pode ficar assim toda a vida, num pátio de comédia.

A representação arrasta-se prolongadamente, porque os cómicos não querem abandonar a cena. Espectadores das cadeiras bocejam escancaradamente um aborrecimento de jacarés. Das torrinhas ouvem-se vozes de animais

domésticos. Canta-se de galo e grita-se: — Isto não é da peça! Não é o que vinha no cartaz! — Basta! Basta! — Pano abaixo, e restituam as entradas ao público! — Fora, burros!

No tablado há tumulto. Ouvem-se os bofetões, uns aos outros, dos interlocutores que não sabem os papéis e erram as deixas e as entradas. Ao longe estalam bombas e ferve a lambada. Desarrolham-se garrafões de arnica e recortam-se peças de pano adesivado entre os atores. O contra-regra deu parte de doente e nunca mais apareceu. O ponto fugiu. Um dos empresários vem ao proscénio e tenta explicar os acontecimentos. Mas vozes esganiçadas de entre os bastidores guincham: — Mentira! — Do galinheiro berram: — Fora, trapaceiro! — Projéteis cruzam-se na cena. Um sujeito de chapéu alto na cabeça tange uma campainha freneticamente, como quem toca a fogo. No meio da vozearia enorme o empresário retira velozmente pelo fundo, dizem que com olho atingido por uma batata.

Tais resultados, que eu acho melhor encarar pelo lado cómico que pelo lado trágico, demonstram, com a evidência científica de uma operação química, que a experiência política da Rotunda prolongada até hoje não está deixando, no fundo das retortas, senão indisciplina, desordem, deseducação, desnacionalização, imoralidade, irreligião, empobrecimento, charlatanismo, cabotinismo e miséria.

Evaporada a infantil e burlesca ilusão de que um país pode continuar a viver, como vive uma minhoca em postas, uma vez esquartejado nas suas tradições, nas suas crenças, nos seus usos e costumes, na continuidade da sua experiência histórica, governado por um pessoal improvisado pelo favoritismo político, com uma instrução pública de pedantes, uma religião de ateus, uma polícia de sicários, uma maioria parlamentar de ineptos, um ministério de energúmenos, uma burocracia de vagabundos e uma diplomacia de curiosos, da qual só é dado esperar através das chancelarias e dos salões da Europa a mais estercorária pingadeira de gaffes.

Ora a gente tem mais que fazer do que ficar a assistir indefinidamente ao repisamento de uma demonstração feita. O público está inteirado, e são horas, para que se não extinga de todo a decência nacional, de ir cada um para sua casa tratar honestamente da sua vida.

Façam os governantes outro tanto, e acabem daí com isso por uma vez!

CAPÍTULO XII

UMA SESSÃO PARLAMENTAR

Incidente hilariantemente molieresco e castiçamente pourceaugnáquico na assembleia do Senado. Nele tem o primeiro papel o ilustre senador Mata (Nunes), nome que ordinariamente e abusivamente vejo escrito com dois tt apesar de as letras dobradas se acharem banidas da grafia portuguesa pelo novo regime ortográfico decretado pela República. pela minha parte eu escreveria o nome de Mata com um t só, aliviado do outro, porque me prezo de respeitar as leis. A esse nome, aguerrido e simbólico, me abstenho de engatar supérfluos adjetivos encomiásticos, porque quem é que não conhece hoje na América, assim como nas demais partes do Mundo, o nosso único e grande Mata?... Mata... e esfola, como verberantemente ele se revelou na sua última catilinária consagrada à classe médica. Mata, pois, segundo regista o Diário de Notícias no seu fidedigno boletim parlamentar, ao qual textualmente me reporto salpicando-o apenas de alguns leves e fugidios desenvolvimentos pessoais, Mata — digo, fala na sua anterior orientação e acentua que não pode aplicar-se aos médicos a teoria das pensões de sangue atribuídas às famílias dos militares, pois estes não podem furtar-se às balas e aqueles têm obrigação de evitar o contágio.

O Mata, em que te meteste! O Mata, que tal disseste!... Saltam-lhe em cima os médicos, que são quase que os senadores todos, e ó lancetas, ó cáusticos, ó ventosas, ó. sanguessugas, ó tremendas purgas de jalapa, para que vos quero!

Feroz e canibalesca, como bem se pode conjeturar, foi essa trepa oratória entre matasanos e Mata.

Sigamos o boletim da sessão:

Sr. José de Pádua (exclamativo e contundente) — Sim! Os militares têm uma batalha na vida e os médicos têm uma vida que é uma batalha.

Esta primeira. bisca de trocadilho gongórico estala como uma bomba sobre o crânio de Mata, o qual delicadamente anestesia o accípio por meio de uma subtil fricção digital, e, à falta de água de vegeto, reclama dos contínuos o copo de água comum, conferido pelas praxes da eloquência ao orador engasgado.

Sr. Santos Moita (desembainhando estrategicamente o seu apelido e atirando desassombradamente com ele ao peito da assembleia) — Sr. Presidente! protesto energicamente contra as palavras do Sr. Mata.

Sr. Mata (mais aliviado do seu incómodo e olhando de revés e esgazeadamente para os clínicos) — Têm os desinfetantes, têm as luvas, têm as máscaras...

Ouvem-se numerosas vozes de médicos, todos justamente ressentidos e espantados de que numa assembleia culta como a do Parlamento republicano haja um palerma tão nojosamente destituído de senso comum que ouse ainda acreditar na eficácia dos desinfetantes e das medidas profiláticas que os médicos — evidentemente por mera chalaça — costumam receitar para os outros.

Vozes — Ora! ora! ora!

Sr. Sousa Júnior (pretendendo demonstrar a Mata que, apesar da tenra verdura dos seus anos, ele tem já, tanto como Sousa Sénior, o espevitamento preciso para pulverizar Mata com a mais irrespondível piada) — Também os militares têm as couraças e as trincheiras.

Mata (Nunes), inteiramente recobrado do seu passageiro delíquio, mostra-se apirético e declara insistir pederneiralmente nos seus primeiros argumentos, voltando assim à carga com uma energia que constrange a crítica imparcial a considerá-lo, para todos os efeitos, de uma cana.

Sr. Sousa Júnior (seguindo sempre o já aludido e autêntico boletim parlamentar) — define as suas ideias. Suponho que no honroso intuito de habilitar a posteridade a jamais poder confundir equivocamente as ideias dele, Sousa Júnior, com as do seu menos conhecido predecessor, Sousa Sénior.

Enfim o culto Sr. Bernardino Roque, queimando o último e definitivo cartucho em defesa da classe médica, afirma cientificamente que ainda é pior o

combate contra um inimigo que se não vê do que com aquele que se vê, e o médico tem de defender-se dos infinitamente pequenos. Ao que o Sr. Ladislau Piçarra replica chãmente, com o pachorrento e barrigudo bom senso de um Sancho Pança, que os infinitamente pequenos se veem com o microscópio. Mas o ilustre e severo entomólogo Roque devolve repulsivamente, de arremesso ao ventre de Piçarra, esse inoportuno instrumento ótico, tão descabidamente trazido à baila neste debate legislativo, afirmando, à Câmara e à República, que, perante uma tal observação do senador Sr. Piçarra, ele, senador Sr. Roque, acha preferível não acrescentar uma única palavra mats.

Depois do que foi o projeto da pensão aos médicos votado por grande maioria, e em seguida encerrada a sessão não sem que previamente se houvesse retirado da sala, saindo abrupta e claudicantemente pelo fundo, descadeirado pelos seus contendores, o senador Mata, ao qual parecera mais judicioso do que prolongar a discussão ir para casa pôr papa de linhaça nos rins... sem consultar os médicos.

O debate a que aludo, e que fielmente transcrevo dos registos oficiais, é realmente jocoso e denota da parte dos poderes constituídos os mais patrióticos e louváveis desejos de bem divertir a Nação. Enquanto a bem governar, que têm com isso os poderes públicos? Nada, coisíssima nenhuma. E o povo não levaria a bem que os ditos poderes se metessem com aquilo a que não são chamados. Cada um que se governe! é a sólida e expressa doutrina em que educaram o povo, ensinando-lhe — e com que trabalho! —

o que é verdadeiramente a democracia, do grego demos, o povo, e kratos, autoridade. Não nos faltaria mais nada senão que nos caísse agora em cima da cabeça um Governo que nos governasse! Para que se fez então a República? Quem governa agora somos nós. Eles que nos recreiem, que é para isso que se lhes paga.

Pela parte que me toca confesso-me comovidamente agradecido. Vi aqui este Inverno La présidente no Palais Royal, vi L'habit vert, nas Variétés, vi as desopilantes revues de Montmartre, da Scala, da Sala des Capucines e das Folies Bergère, e ri bastante, ao calor quase intolerável dos irradiadores, entre preciosas rendas e lindos decotes perfumados pelas novas essências capitosas de Coty, perante a desenfreada troça rabelaisiana com que vi corridos, com aplauso geral de todas as luvas brancas, o chefe do Estado com todos os seus políticos e todos os seus detestandos deputados; mas, com patriótico orgulho o digo, muito mais me rio em cada manhã, de chinelas e pijama, em frente da chaminé do meu quarto, lendo as sessões do Parlamento da minha terra que o boletim do benquisto Diário de Notícias quotidianamente me ministra. Imparcialmente me sinto forçado a afirmar que se o Parlamento português, numa das suas férias, se resolve patrioticamente a vir a Paris, em toumée de província, dar alguma das peças do seu repertório, ele salva, economicamente, as finanças do Estado e, artisticamente, enterra tudo quanto em Paris em cada Inverno se inventa de pilhéria..

O que algum cuidado me dá não é o êxito das peças, é o resultado ulterior do seu desfecho.

Da sessão, por exemplo, a que hoje me refiro, o resultado final da votação é ser hoje lei do País o direito dos militares a uma pensão de sangue pelo facto estabelecido e assente de que médicos e militares arriscam uns e outros igualmente a sua vida em defesa da sociedade e da Pátria. Isto é que não percebo bem e me parece um precedente perigoso. Teremos então de admitir que os militares portugueses arriscam mais a sua vida do que o resto dos seus concidadãos? Reflitamos. Os nossos regimentos de linha, juntamente com os batalhões voluntários e com a carbonária militante integrada no exército, constituem hoje o que em Portugal se chama conglobadamente — a tropa. Ora é essa tropa que dispõe de toda a ferramenta ofensiva de que podem ser vítimas os outros. A tropa tem os canhões, tem os torpedos, tem as metralhadoras, tem as espingardas, tem os revólveres, tem as baionetas, tem os sabres, tem o cartuchame e tem os cavalos-marinhos. A gente nem tem nem se lhe permite ter mais do que uma frágil vergasta ou um triste chapéu-de-chuva. Nestas condições, se a gente manifesta pelo Jacto uma opinião contrária à dos cavalheiros que se apropriaram do encargo de mandar a tropa, a tropa marcha, e espatifa a gente, a tiro, à cutilada e à coronhada.

Se a gente se exprime por simples palavras em escrita ou em letra de forma, os cavalos-marinhos avançavam acompanhados dos empasteladores de tipografia, o escriba é espancado e a imprensa é desfeita.

É a tropa que nos acusa, que nos prende, que nos julga, que nos sentencia e que ao seu livre capricho, sem mais apelação nem agravo, nos condena à prisão, à fome, à loucura ou ao degredo. Em resultado final quem morre é a gente — de graça. Quem arrisca a vida — verdade seja que por dinheiro — é a tropa. Assim, segundo ajustiça distributiva da pensão de sangue decretada pela lei, quem cobra é a tropa, quem dá o sangue é a gente.

Pelo que diz respeito aos riscos da classe médica coloco-me inteiramente ao lado de Mata (Nunes). Se os seus colegas do Senado insistem em que são os médicos que arriscam a vida, pergunte-lhes o amigo Mata para onde é que ficam então os doentes! ... Porque é de saber que morrem incomparavelmente muito mais enfermos das receitas dos médicos do que morrem médicos do contágio dos enfermos.

Infelizmente Mata (Nunes), como bom republicano que é, e como tal separado da Igreja e não reconhecendo no universo, como já fez favor de explicar, outra divindade que não seja a do presidente da sua câmara na terra, e nas alturas a da sua Excelência o Senhor Presidente da República, Mata não pode ver do problema de que se trata mais que a sua parte material e subalterna.

No Parlamento francês, apesar de republicano como o de Lisboa, questões desta ordem tratam-se de modo algum tanto diferente.

Quando na Câmara dos Deputados em Paris se discutiu a lei de 1901 contra as congregações religiosas, o deputado Sr. Le Myre de Vilers ocupou-se, como o Sr. Mata, da questão dos médicos e dos enfermos. O Sr. de Vilers narrou os estragos da lepra em Madagáscar. Tornara-se indispensável para confirmar a epidemia transformar os hospitais em prisões. Os médicos naturalmente se retraíram. Onde encontrar entes humanos capazes de se sacrificarem a substituir os médicos e os enfermeiros? O Sr. Decrais, então ministro dos Negócios Estrangeiros, perguntou-o, a quem? Às Irmãs Fransicanas de Maria. Essas mulheres, congreganistas, aceitaram sem hesitar a missão de que se tratava, e, interrogadas pelo ministro acerca das condições que punham a tão precioso socorro prestado à França e à humanidade, elas exigiram apenas — diz o Sr. de Vilers e repetia-o há poucos dias o senador Lamarzelle — a alimentação quotidiana, alguns são por uma só vez e um bilhete de ida para Madagáscar, porque o de volta seria inútil. Quase todas essas religiosas foram atingidas pela lepra e preferiram morrer no meio dos seus enfermos a voltar à França, onde seriam um objeto de horror e se arriscariam a comprometer pelo seu contacto a saúde pública. O Sr. Le Myre de Villers acrescenta: Arriscar a vida durante alguns dias ou algumas horas no campo de batalha ou numa epidemia é um sacrifício a que de boa vontade se presta todo homem de coração, mas entrar vivo num sepulcro onde a morte constantemente vos fita e fatalmente vos atingirá é de uma coragem superior à coragem humana.

Não foram somente as Irmãs Franciscanas de Maria que deram em Madagáscar um tal exemplo de heroísmo. O senador Sr. de Lamarzelle a este propósito contava há dias a história de dois padres jesuítas. Um deles é francês, o padre Isidoro Dupuy. Parte para Madagáscar em 1892. É missionário na Imerina quando rebentou a guerra com a França. Em 1894 sai de Tananarive com a escolta de Le Myre de Vilers. No primeiro dia de marcha cede o seu cavalo a um soldado mais fatigado do que ele e faz a pé o resto do caminho. Capelão intérprete da divisão do general Voyron, é em seguida adido à coluna volante que parte de Andriba em 14 de Setembro de 1894. Entra em Tananarive com as tropas francesas em 30 de Setembro e canta na catedral o Te Deum da vitória. No fim da campanha este jesuíta é condecorado pelo Governo francês com a Legião de Honra, e parte em seguida a retomar a sua vida de missionário ao sul de Imerina entre os Betsileos. O distrito d'Ambohimahazo, que lhe confiam, está cheio de leprosos. O padre Dupuy sepulta-se numa gafaria a tratar e a consolar lázaros, e nos braços dos seus amados companheiros de infortúnio morre do mesmo incurável mal que os consome a 9 de Outubro do ano findo.

Poucos dias antes, no dia I do mês, morria em Marana um irmão em religião do padre Isidoro Dupuy, outro jesuíta, o padre Beysin, oriundo de uma das mais nobres e mais ricas famílias da Polónia. Obtém dos superiores da Companhia de Jesus a promessa de ser empregado no serviço dos leprosos com a expressa cláusula de se separar para sempre da gente sã. Entra na mais

sórdida e miserável leprosaria de Marana. Faz-se enfermeiro e cozinheiro; mendiga de porta em porta, e aspira a transformar a pobre gafaria num grande hospital-modelo. Os seus parentes e amigos polacos cobrem-no de dinheiro. Edifica a grandiosa casa com que sonhava. Reduz a mortalidade dos leprosos, que era regularmente de cinco a sete óbitos por semana, a uma média de cinco enterros por ano. E morre de lepra, jazendo sepultado no cemitério dos leprosos, a quem tão altamente ensinou, em troco da sua vida, a consolar-se com o seu exemplo, a crer, a esperar e a saber morrer.

Não sei se nas precedentes linhas consegui lançar alguma luz sobre a diferença que há entre o senador De Lamarzelle, que nos faz a narrativa a que me refiro, e o senador Mata, que humilde e contritamente se roja aos pés do Senado e lhe pede perdão de ter por lastimável gaffe falado em Deus no seu discurso. Essa diferença é a do ponto de vista religioso. De Lamarzelle professa a religião cristã. Mata professa a religião presidencial. Como não discuto nem impugno as crenças de ninguém, não direi que a religião de Mata seja pior nem seja melhor do que a dos simples cristãos. Figura-se-me que ela é unicamente algum tanto mais curta do que todas as demais religiões que conheço, podendo talvez vir a ser classificada, não digo pelos teólogos, mas pelos psicólogos e pelos psiquiatras, como doutrina de dois dedos adiante do nariz apenas.

Dessa curteza de crenças não provirá porventura, no espírito de Mata e no dos seus correligionários, a indigente limitação de ideias, de sentimentos, de princípios e de opiniões em que se debate o Senado?

Janeiro de 1913.

CAPÍTULO XIII

UMA LEI

A mim, a mim, ó manes da extinta chacota lusitana! A mim, Mendes Enxúndia e Bertoldinho! A mim, Vicente Marujo e Anões de Calais! A mim, Zés-Pereiras e zabumbas das romarias minhotas! A mim, fagotes, serpentões, relas, matracas e assobios! A mim, bombas reais! A mim, morteiros estrondeantes e foguetes de sete estalos! A mim, antigos fogos-presos que se queimavam de dia, como o homem matando o boi, a mulher a fiar na roca e o barbeiro ao rebolo, em que tudo bufava e andava à roda, no alto de uma vara, e acabava rebentando tudo aos estouros! A mim, ó Judas da aleluia, bobos, palhaços, gigantões de feira e espantalhos dos pomares e das hortas! A mim, valentes entrudadas com ovos de gema, bisnagas e limões de cheiro! A mim, ó Terça-Feira Gorda, com todos os teus adminículos e atributos, vasos de noite, abanos, chavelhos, rabos-leva, esguichos, pós de sapatos, filhós e coscorões recheados de estopa, trambolhos para atar aos artelhos e tachadas de breu para pegar fundilhos às cadeiras! A mim, palavrões, gibadas, pés-de-nariz e cambalhotas! A mim, toda a pilhéria e toda a laracha do tempo em que Lisboa ria! A mim, as noites à viola do Baldansa, do Colete Encarnado e do Perna-de-Pau! A mim, as olímpicas piadas do sol, em tardes de touros no Campo Grande e nas apartações e nas ferras do Castelo Melhor ou dos campos de

Alfeizerão! A mim, os seringões de Molière, os cancãs de Lecocq, as charivaris de OfTenbach e as bonfades todas do Chat Noir, do Rat Mort e da Boite à Foursi! A mim, ó gloriosos e imortais humoristas de todos os tempos: Aristófanes e Plauto, Rabelais, Quevedo, Cervantes, Gil Vicente e Tolentino!

Em alas tudo e a postos, que através de Lisboa, pelo meu rico Poço do Borratém abaixo, pelo meu dileto Pote das Almas acima, em estado, escoltada por saltitantes xexés, por escoucinhantes bois de canastra e por empinados cavalinhos de pasta, vai passar a Lei.

— Que lei? me perguntarão talvez do fundo de remotos continentes, a que chegam sempre com atraso os clamores da fama. Que lei! A lei única, nova em folha, a única lei original e privativa do nosso novo regime, pois todas as demais são leis velhas, leis caídas, leis safadas, de baiuca de ferro-velho, agora modernamente retingidas, atamancadas, refundilhadas de novo e viradas do avesso. Esta é que genuinamente reflete, saída quente do cunho, a efígie do sistema que felizmente (sobretudo para ele) nos rege e nos corrige. Esta é a que há de ficar, para exemplo e para recreio dos pósteros, nas tábuas do Capitólio, em frente da estátua de Palas, entre as varas dos lictores e as águias dos Césares.

Refiro-me à tão recente e já tão famosa lei dos ratos. Não confundir com o rato de sacristia, com o rato de biblioteca ou com o rato de hotel. Trata-se unicamente do bem conhecido mamífero roedor, o rato vulgar, de Lineu.

Acha-se exuberantemente demonstrado que Portugal tem a vida rija. Ele dá-se lindamente no convívio familiar dos agentes mais destrutivos da vida, da saúde, do bem-estar. Compraz-se com o analfabetismo, com a tuberculose, com o impaludismo, com a Penitenciária, com o Aljube, com o Limoeiro, com o presídio, com a indigência, com a maçonaria e com a carbonária.

Acha-se satisfeito com a companhia de todos os animais daninhos, com as víboras, com os gafanhotos, com as vespas, com as traças, com as pulgas, com as moscas, com os percevejos e com os políticos.

Com o rato, não!

O rato vai-lhe ao pão e ao queijo. O rato empobrece-o. O rato bestifica-o. O rato avilta-o. O rato desonra-o.

Retirem o rato da sua presença e o país inteiro ressurgirá acordado do letargo em que por tantos séculos o prostraram a monarquia e o rato.

Já cataram o País da tinha da monarquia, libertem-no agora do parasitismo do rato, e Portugal volverá a ser grande como foi outrora. Tornará a atirar-se aos mouros, a derrotar castelhanos em Aljubarrota, a mandar Afonso de Albuquerque para Goa e D. João de Castro para Diu; volverá a conquistar o senhorio da Guiné, da Etiópia, da Arábia e da Pérsia, e, se à falsa fé lhe não meterem medo, mostrando-lhe algum murganho (que capazes disso são os talassas) Portugal tornará ainda a apontar às caravelas de Pedro Alvares Cabral o caminho de além dos mares, e, se daqui até lá continuar a velar por ele a

República, e sem ratos, Portugal ressurgido será muito capaz de ainda obrigar a exclamar, o Brasil, maçado: — Ora cá estamos outra vez descobertos! Maldição!

No fim de contas, quem é que de há muitos reinados para cá tão exploradamente tem arratazanado a Nação? O rato.

Para dar cabo do rato havia-se já inventado, no obscurantismo do passado, um maquinismo, aliás engenhoso, denominado ratoeira. Por intrigas, porém, dos políticos da monarquia, as ratoeiras caíram e os ratos roeram-nas.

H avia também os gatos, mas os gatos incompatibilizaram-se com a República, pelo seu mau costume de andarem pelos telhados a desencaminhar gatas, assim como os jesuítas, nos famosos subterrâneos do Quelhas e de Campolide, desencaminhavam donzelas, para as levar para freiras.

Restavam apenas as cheirosas iscas de toucinho frito embrulhado em rosalgar e bem assim os bolos de estricnina, mas estes processos combativos comparados com os que geralmente empregam as autoridades constituídas, pareceram anódinos e suaves de mais para eficazmente se solucionar a crise.

Em conjuntura tão dramática, o Governo, em luta de gigantes, frente a frente com o rato, chamou a capítulo todas as suas supremas lucilações de cerebração universal, por ter tido, como disse Junqueiro aos da Suíça, a precaução de facultar a subida ao poder de todos os intelectuais do País.

Assim foi que todas as capacidades mentais de que dispomos se constituíram em comissão de defesa nacional para estudar o rato.

Por longo tempo, assim como os próprios ratos, se conservavam calados os ilustres representantes da intelectualidade portuguesa. Muita gente começava já a considerá-los ou pura invenção hiperbólica de Junqueiro ou cocos laureados, sim, mas inteiramente chochos e falidos para a grande tarefa do ressurgimento nacional a que o dito Junqueiro os atrelara em Berna. Ilusão e quimera. O que eles estavam era encafuados, nos seus laboratórios e gabinetes de estudo, versando com mão diurna e noturna os expositores da matéria, coligindo notas e esgaravinhando verbetes para atingirem o mais profundo conhecimento do rato.

Eis senão quando eles se reúnem no espaçoso edifício do Senado de Lisboa e, com pasmo do universo, apresentam sobre o culminante problema do rato a maravilhosa solução seguinte:

O flagelo rato não se combate vitoriosamente nem pela obsoleta ratoeira, nem pelo petisco envenenado, nem pelo gato. Cientificamente observado, o rato unicamente se subjuga e aniquila por meio da desratização.

Ouvindo ecoar na sala este portentoso vocábulo, imediatamente a veneranda assembleia puxou a si os seus tinteiros e, de acordo com a comissão do pelouro intelectual, imediatamente lavrou a lei e o regulamento do novo processo destinado a substituir doravante, no seio da sociedade e da família,

todos os mata-ratos até hoje conhecidos na terra. É do mais simples que há a lei que o Diário do Governo, no dia imediato, publicou sob a devida chancela ministerial.

Todo o contribuinte é obrigado, por ocasião do pagamento regular da sua respetiva décima, a apresentar ao recebedor da Fazenda um número de ratos mortos correspondente, segundo a taxa de tantos ratos por cento, à importância total dos seus demais impostos. No caso de não ter suficiente número de ratos, pagará uma proporcional quantia em dinheiro. Para todos os efeitos do pagamento do novo imposto, a apresentação de rabos de rato corresponde perante o fisco à apresentação do rato todo.

Não se percebe bem como, para o intuito de salvar a pátria pela desratização, o pagamento em numerário possa inteiramente equiparar-se ao pagamento em rabos. Em todo o caso fica estabelecido que a moeda corrente pode substituir legalmente o rabo de rato, o que envolve a correspondente e lógica afirmativa recíproca de que o rabo de rato igualmente substitui a moeda corrente, nas relações entre o contribuinte e o Estado. O rabo de rato atinge assim a categoria de um valor fiduciário como o da nota.

Indubitavelmente os bancos e cambista se habilitarão a trocar escudos da República em rabos de ratos e rabos de rato em escudos da República. Valem o mesmo. Transformação enorme da riqueza pública. Aqueles que até hoje não conseguiram juntar dinheiro conseguirão, talvez com mais facilidade,

juntar rabos de ratos, e, para arrecadar fortunas de milhões, não faltarão encomendas de cofres fortes à prova de fogo em rabos de rato.

Farsa administrativa mais divertida não há. Chalaças legislativas mais jocosas nunca se viram. Somente o que lhes dá um certo ar sinistro é que tais chalaças lembram, um tanto de mais talvez, dando as sete voltas da Bíblia em torno da cidade condenada, as trombetas de Jericó — tocando o Vira.

Janeiro de 1913.

CAPÍTULO XIV

EMBAIXADORES DA LITERATURA BRASILEIRA NA EUROPA — MEDEIROS E ALBUQUERQUE — CONFERENCIA BRASILEIRA NA SORBONA

A crónica das ideias, o mais precioso título da glória de um povo, tem, em contraposição a datas funestas, datas jucundas, as quais, pelo que respeita ao Brasil, à Imprensa brasileira cabe assinalar nas suas efemérides por meio de uma pedra branca. São, no fim de contas, as puras ideias, apesar da deterioração porque geralmente elas passam desde que se produzem até que chegam a penetrar, tantas vezes desnaturadas e pervertidas, no cérebro renitente e crasso das multidões, são as ideias — digo — que definitivamente governam o mundo através de todos os efémeros e variados acidentes da força militarmente, financeiramente ou revolucionariamente organizada.

Virgílio o disse: mens agitat molem. É com efeito o pensamento que move o mundo. O sentido político deste aforismo explicou-o Proudhon no derradeiro dos seus livros, hoje pouco lido, constituindo para lição das gerações novas como que o testamento filosófico do grande polemista que tão radicalmente alvoroçou a imaginação dos rapazes do meu tempo. Dirigindo-se ao povo soberano, legítimo filho da Revolução, cuja marcha ele tanto contribuiu pata acelerar, Proudhon, o esforçado tratadista da Capacidade Política das Classes

Operárias, diz-lhes estas solenes palavras, dignas de serem inscritas em letras indeléveis no pórtico de todas as democracias: Povo soberano, triunfas. Tens neste momento por ti a força e tens o número. Enquanto porém não tiveres igualmente a Ideia tu não governarás jamais. Continuarás simplesmente a ser, como até aqui tens sido, a poderosa besta de carga.

Prestando à história das ideias em movimento o preito que lhe devo, é uma das pedras brancas a que acima me refiro que eu hoje me permito colocar nos registos da Gazeta de Notícias em comemoração, na travessia mental entre o Brasil e a Europa, da passagem de mais um dos seus embaixadores de letras.

É já considerável o grupo dos homens desta espécie que desde o último quartel do século XIX até hoje o Brasil periodicamente expede para aquém do Equador em permuta, pelo que toca a Portugal, daqueles outros homens que há cerca de cem anos, com o séquito de D. João VI, tanto depauperaram a metrópole para irem liberalmente enxertar na simbólica árvore brasílica, a que os colonos até então chamavam a árvore das patacas, a mais fina e a mais aristocrática flor da mentalidade lusitana. Foi dessa delicada transplantação que resultou no Rio de Janeiro o estranho fenómeno de desabrocharem aí, quase repentinamente, como frutos exóticos originários das mais estranhas e remotas regiões, as escolas superiores, os museus, os laboratórios, as coleções de arte, tapeçarias, joias, brocados, guadamecins, porcelanas, pratas cinzeladas dos séculos XV e XVI, a melhor parte, enfim, do sumptuoso recheio dos paços reais da Bemposta, de Mafra, de Sintra, da Ajuda, subitamente

transferida ao Brasil como por um golpe de vara mágica. A relação dessa culminante época da história luso-brasileira nunca a souberam fazer os modernos historiógrafos portugueses, de critério lastimosamente combalido pelas alucinadoras quimeras da nossa revolução liberal. A história da influência que teve a política de D. João VI sobre os brilhantes destinos da civilização brasileira são os novos escritores brasileiros que presentemente a estão fazendo, prestando assim à literatura portuguesa um tributo de talento, de erudição e de crítica histórica equivalente àquele com que tão copiosamente têm enriquecido a literatura inglesa os seus colaboradores anglo-americanos.

Como se tivesse por insuficientes esses testemunhos de confraternização intelectual, além dos seus livros e dos seus jornais, o Brasil envia-nos vivos espécimenes dos seus mais ponderados pensadores, missionários de uma civilização nova operada pela preponderância das elites sobre o amorfismo das massas, e representando na evolução da raça latina, através do oceano, uma espécie de refluxo pendular da sua radiosa tradição. Quem não recordará dessa plêiade de nomes tão memoráveis alguns para mim tão enternecidamente saudosos, como são, destacados de vários outros, os de Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Oliveira Lima, Graça Aranha, Rui Barbosa, Rio Branco, Domício da Gama, José Carlos Rodrigues, Arrojado Lisboa? . .. O mais recente da série é o Sr. Medeiros e Albuquerque, que pessoalmente não conheço mas de cuja apresentação ao público de Paris, numa das salas da Sorbona, eu hoje me proponho dar conta ao leitor. Viria a ter remorsos se no

meu canhenho de estudante deixasse sepultadas as notas que no mês de Junho passado tomei da conferência que lhe ouvi.

Chego à Sorbona no momento preciso em que o discurso começa. Um bedel meu conhecido do anfiteatro Richelieu, onde durante o Inverno precedente eu seguira as admiráveis lições do Sr. Croiset sobre a história da moral grega, introduz-me por uma porta lateral na primeira bancada da aula repleta de ouvintes. Encontro-me em frente e na maior proximidade do conferente.

Há apenas quarenta anos que o tipo consagrado do brasileiro em França, o qual de resto pouca gente via senão interpretado por algum cómico francês nas fusas e nas operetas do Palais Royal ou dos Bouffes Parisiens, era um homem suspeitosamente escuro de pele, cabelo crespo, negro bigode retorcido, vestido quanto possível de todas as cores do íris, resplandecente de brilhantes desde os dedos até o peito da camisa, desfrechando as mais comedidas gorjetas para cima de toda a gente, rebolando etiopicamente os olhos à passagem de mulheres bonitas, e falando espanhol, digo o espanhol familiar aos parisienses e sobriamente composto de dois vocábulos únicos mas bons: bolero, caramba. O brasileiro que temos agora presente perdeu inteiramente o brilho do seu exotismo, dos seus diamantes e das suas gorjetas. Tem a simples configuração comum a todos os homens civilizados, cada vez mais parecidos uns com os outros em todo o mundo. Ninguém distinguirá se ele vem de Botafogo, de Regent Street ou da Avenue des Champs Elysées. Tem a pele branca, o cabelo liso e a cara nitidamente rapada, o que lhe põe em

completo relevo o contraste do olhar e do sorriso, um olhar que afirma quase irreconciliavelmente e um sorriso que parece entreabrir-se num acolhimento benévolo a toda a atenuante ou a toda a adversativa da afirmação emitida, como na fisionomia literária de Renan ou de Anatole France.

Há assim um brasileiro do século XX, e já ninguém se admira, nem na Sorbona, nem no Colégio de França, nem na pesage de Longchamp, nem nas premieres da Opera, nem nos jantares do Ritz, nem nas conferências do Foyer, nem nos chás de Rumpelmayer, de que sejam assim os brasileiros todos. Como os tempos mudam! Como a civilização se universaliza! Como se rasoura e se banaliza tudo, costumes, toilette, maneiras, estilos e expressões fisionómicas!

O conferente começou acusando-se de falar patrioticamente mal, como preceituava Queirós, a língua francesa em que se exprime. A continuação do discurso revela que são da mais elegante correção a linguagem e o estilo da composição. Dada porém a teoria de Eça perfilhada pelo conferente acerca do modo de falar as línguas estrangeiras, eu vacilo em classificar a aplicação que ele faz dessa teoria porque receio de todo modo melindrá-lo, ou seja na sua capacidade de poliglota ou seja no seu patriotismo de brasileiro. Constrangedor dilema!

O Sr. Medeiros tomara para tema da sua conferência: A literatura brasileira e as suas relações com a França. Subordinando os fenómenos a que tem de se

referir à lei dos três fatores de Taine — o meio, o momento, a raça — o conferente dá à sua exposição, dividida em três correlativos capítulos, uma nitidez de processo coordenador e memorizante que permite ao ouvinte seguir, reter e recompor com aprazível facilidade a doutrina que se lhe oferece.

Neste processo expositivo começa o Sr. Medeiros por nos revelar o tato de um professor excelente.

Enquanto ao meio, refutação cabal da teoria de Buckle, segundo a qual as hostilidades da natureza tornaram o Brasil para todo sempre refratário à civilização. Contraposta pelo conferente ao diagnóstico de Buckle, já em tempo refutado por Eduardo Prado, a doutrina contrária ainda muito recentemente foi prelecionada num curso professado na Sorbona pelo Sr. Arrojado Lisboa acerca do meio físico no território brasílico.

Enquanto ao momento, delimitação analítica das sucessivas etapas em que se desdobra a civilização brasileira.

No século XV, vasto domínio mudo do índio inteiramente inculto, contemplativo e manso, de mentalidade pouco adiantada à da idade da pedra. Incomensurado território, ocupado por selvagens de raças diversas, sem vestígio algum de grandes e misteriosas civilizações primitivas, como as do México ou do Peru. Raças mescladas divididas numa infinidade de tribos falando centenares de dialetos diferentes.

No século XVI, intervenção do português. Brave petit peuple heroique, exclama o Sr. Medeiros; povozinho minúsculo, que abriu ao mundo um horizonte imenso. Mas ficou sempre cismador, poético, idealista, apático, quase indiferente à realidade prática e à positividade material da vida. Foram essas qualidades e esses defeitos que determinaram sem excessiva violência a sobreposição do carácter português ao carácter imprevidente, resignado e dócil da grande maioria dos indígenas sul-americanos. Fundação do regime colonial nesta época. Fácil subordinação dos aborígenes.

No século XVII, alvorecer da literatura brasileira. O conferente não quer considerar brasileira a obra do insigne Padre Anchieta, poeta e epistológrafo do século anterior, e data do aparecimento de Gregório de Matos, poeta baiano, o advento de uma grande literatura genuinamente regional. Matos, dotado de grande veia satírica, é de uma mordacidade implacável para com os colonizadores. É condenado pelas autoridades eclesiásticas da Baía, o que consagra o seu talento, levando o Sr. Medeiros a compará-lo, não sem algum fundamento, a Clement Marot.

No século XVIII, formação do primeiro agrupamento literário do Brasil pela criação da chamada Escola de Minas, da qual sobressai o poeta Gonzaga, autor da Marília de Dirceu, cuja influência considerável se repercutiu na ingénua, açucarada e dengosa poesia do tempo, beliscada à viola e à espineta nos outeiros, nos serões e nas merendas da metrópole.

No século XIX, enfim, súbita criação de todos os elementos da mais alta cultura intelectual e desabrochamento pleno e glorioso da já hoje brilhante literatura brasileira, especialmente determinado pela influência que exerceu no Brasil, sobre a coesão e a integridade do território, sobre a polidez dos costumes e das maneiras, sobre a expansão do comércio e da riqueza pública, o estabelecimento no Rio de Janeiro da corte de D. João VI.

Enquanto à raça, o conferente deslinda com o mais esclarecido critério cada um dos três elementos que a constituem: o elemento índio, o elemento negro e o elemento português, absorvendo este todos os resíduos infinitesimais das raças inferiores e dando à população do Brasil o seu atual e definitivo carácter psicológico de povo latino.

Sobre a trajetória da raça negra na América do Sul projeta a conferência do Sr. Medeiros um grande clarão de simpatia. Dentro de muito breve tempo terá inteiramente desaparecido o negro do Brasil. A emancipação excluindo-o da intimidade da raça branca, desenraizou-o da disciplina da família, entregando-o a si mesmo. A liberdade, bebida forte de mais para as suas forças digestivas, matou-o, demonstrando este acidente que para os indivíduos, assim como para as nações, não é sem perigo de vida que repentinamente se transforma um regime, substituindo pelas provisões ainda as mais generosas do intelectualismo a obra da tradição cimentada na experiência de muitas gerações que o tempo longamente jungiu e solidarizou em vista de um destino comum. Sempre que não emigra para os sertões de África, o preto liberto

soçobra esmagado pela civilização que o rodeia e extingue-se pelo alcoolismo ou pela tuberculose. A liberdade é, como o dinheiro, um valor puramente convencional e abstrato, sem nenhum outro préstimo senão o de nos permitir obter o que por meio dele se nos faculta. Se se fizesse conta dos fins para que cada um apetece a liberdade ter-se-ia o rol completo de todas as virtudes e de todos os vícios, de todas as clemências e de todos os rancores de que é capaz a humanidade. Dos negros do Brasil somente se soube o que eles queriam da liberdade depois que lha deram. Queriam-na para dormir e para beber cachaça. Por esse facto eles conquistam toda a minha simpatia. São ao menos inquietos, os menos berradores e os menos embriagados de todos os libertários que conheço. O Sr. Medeiros diz-lhes um comovido adeus, contando-nos em apoteose da raça negra o fim dessa efémera república dos Palmares, heroico episódio da sua resistência à invasão dos conquistadores. Exauridos os derradeiros esforços de uma luta implacável, os negros dos Palmares, preferindo o suicídio ao cativeiro, seguem o seu chefe de guerra precipitando-se, desde o primeiro até ao último, do alto de um morro cortado a pique sobre o profundo abismo. O Sr. Medeiros desencarrega ainda o infeliz negro da acusação de simiesca lubricidade que muitos brancos lhe atribuem, afirmando sob a autoridade de Havelock Ellis que no ponto de vista sexual o europeu civilizado é muito mais gorilha em Paris, em Londres ou em Viena do que o preto selvagem na espessura do mato virgem.

Expondo esquematicamente a evolução da moderna literatura brasileira, o Sr. Medeiros assinala a invasiva influência do espírito francês sobre a mentalidade do Brasil, mostrando como na literatura do seu país se sucedem as mesmas fases porque passou a literatura da França, tendo as letras brasileiras o seu romantismo, o seu naturalismo e o seu simbolismo.

É especialmente engenhoso o modo como o douto conferente explica a criação dos grandes institutos de ensino coincidindo no Rio de Janeiro com a residência ali de D. João VI. «Le roi n'était pas d'une grande intelligence. Au contraire.» Todavia — acrescenta o Sr. Medeiros por meio destes ou equivalentes termos —, como rei ele trazia consigo toda uma corte que inesperadamente nos caiu em cima: nobreza de sangue e nobreza de inteligência, o que havia de melhor no reino. Como toda esta gente nada tinha que fazer no Brasil, tornava-se indispensável dar-lhe ocupação. Foi assim que os primeiros cursos jurídicos, as primeiras altas escolas de ciência e de arte se fundaram no Rio...

Esta explicação do Sr. Medeiros patenteia — para mim pelo menos — ponto de vista inteiramente novo na história das origens da civilização brasileira. Tal interpretação dos factos faz desaparecer, sob a imposição do mais impenetrável mosquiteiro, a iniciativa pessoal do príncipe, que, segundo o Sr. Medeiros, tinha um único ideal: o de comer. D. João VI, no entanto, recrutava o pessoal das sua comitiva assim como o da sua mais íntima convivência entre os homens mais sábios do seu tempo, e desembarcava no Brasil fazendo-se

acompanhar dos melhores dos seus livros e dos seus mais preciosos manuscritos, que ele aí arrecadava, segundo de lá nos contou o seu bibliotecário, Marrocos, nas casas contíguas à do seu quarto de dormir como sendo esse o depósito das mais valiosas joias da sua coroa.

Não há muitos anos ainda que o erudito Sr. Ramis Galvão, antigo diretor da Biblioteca Nacional do Rio, criada com os livros que D. João lhe levou da sua livraria da Ajuda, encontrou entre as obras que o príncipe lhe doara uma esquecida e primorosa coleção de gravuras de Alberto Durer — o que denota da parte do doador tão nobres gostos de arte como de erudição.

Para comilão pareceu-me justo advertir que eis aqui um que sabia bem sacrificar a voracidade dos seus apetites gastronómicos aos mais altos interesses do espírito a que se pode devotar um grande rei. Se a gula fosse com efeito a faculdade dirigente desse organismo pantagruélico a lógica exigiria que o seu incontestável amor aos brasileiros se manifestasse pedagogicamente no Brasil por meio de um supremo esforço de ideal substituindo todas as suas demais fundações pela de um laboratório de augusta feijoada ou de real baba-de-moça. É de lastimar que um testemunho histórico deste género não confirme mais concretamente uma reputação de simples glutão com que a posteridade agradecida brindou o grande civilizador do Brasil. O exagero da gratidão tem consigo um perigo: o de apoucar o benefício pela desproporção do agradecimento. Se o intento crítico do Sr. Medeiros foi o de evitar esse escolho de uma abusiva lisonja póstuma ao

delinear-nos o perfil histórico de D. João VI, confessemos que a sua Excelência o conseguiu com a mais delicada perícia.

Herculano, sintetizando numa só frase a política de D. João VI no Brasil, disse um dia que, durante os doze anos da residência do príncipe no Rio de Janeiro, o Brasil fora a metrópole e Portugal a colónia. É de advertir que o enorme desenvolvimento dado ao progresso nacional do Brasil durante os primeiros anos do século XIX não subalternizou a tal ponto a importância de Portugal no concerto europeu que logo em 1814, no Congresso de Viena, demolido o império napoleónico, Portugal não fosse incluído no rol das oito principais potências da Europa, classificação que me permite duvidar pudessem hoje alcançar de um acordo internacional os mais argutos diplomatas da jovem democracia portuguesa.

O Sr. Medeiros, reproduzindo a frase de Herculano, considera: que a língua portuguesa é falada em Portugal e no Brasil; que o Brasil conta hoje vinte e cinco milhões de habitantes, ao passo que Portugal não conta mais de seis milhões, dos quais, segundo as estatísticas oficiais, por não caberem lá todos, cerca de noventa mil emigraram durante o corrente ano; que o movimento literário do Brasil é já consideravelmente superior ao de Portugal. Destas considerações, sugerindo várias outras que seria indesejável enumerar, conclui o Sr. Medeiros que a afirmação de Herculano assume um valor profético.

O eixo da literatura portuguesa evidentemente se desloca, e em breve tempo, inevitavelmente, será o Brasil a metrópole da nossa língua.

Para um país cuja profunda desordem política, económica e moral é talvez neste momento um princípio de agonia, a hipótese do Sr. Medeiros é menos o prenúncio de um desastre do que o lenitivo de uma compensação. Terá para nós a melancólica doçura de a transmissão de um legado de família ver assim passar da mão dos avós combalidos para a dos netos emancipados o estandarte hegemónico da sua missão de beleza, de aventura, de poesia, de fé, de entusiasmo e de glória, através da história comum da sua raça.

CAPÍTULO XV

A RAÇA

Logo a seguir à proclamação da República e à publicação das suas primeiras leis em Lisboa, o Times, num artigo proficientemente raciocinado, aplicava aos destinos de Portugal uma teoria que, ao que me recordo, se poderia resumir:

Quando, em resultado de profundas discórdias de princípios e ideias, de sentimentos e crenças irreconciliáveis, um país perde o sentimento coletivo da sua unidade, a nacionalidade naturalmente se desfaz pela desagregação dos elementos que a constituíam, sobrevivendo unicamente a raça na continuidade da família. Se, porém, a família carece dessa forte e excecional homogeneidade espiritual que, por exemplo, caracteriza a família judaica, a raça pelo seu turno é rapidamente absorvida por outras raças mais poderosas, e do que foi uma nação florescente e gloriosa no mundo nada mais restará que um vago nome na história.

É com efeito possível que Portugal se ache destinado às mais destrutivas provações. É possível talvez que, como diz o Times, a nacionalidade se dissolva e se extinga. É possível que, por caducidade dos mesmos motivos que invocámos para, há oito séculos, nos desagregarmos do reino de Leão, tenhamos ainda de restituir à Hispania Aíater o território que lhe cerceámos, e

no qual à ponta de espada implantámos a independência e a autonomia a que nos davam direito a maravilhosa coesão, a inquebrantável disciplina, o saber administrativo, o poder der comando e a fé profunda numa divina missão de proselitismo, de resgate e de justiça, através do mundo.

Assim transformámos num poderoso reino o primitivo condado portucalense, conquistando sucessivamente o terreno que pisávamos na divagação da nossa índole aventurosa, e vendo dia a dia alargar-se, no continente peninsular e para além do mar, adiante do galope das nossas hostes e da proa das nossas caravelas, o exíguo domínio da velha suserania leonesa.

Que estranhar se houvermos ainda de retroceder por um trágico recuo de civilização ao ponto de que partimos! Não é um axioma rigorosamente matemático que, para transformar uma quantidade negativa em quantidade positiva, é indispensável começar por a reduzir transitoriamente a zero?

Uma vez postergadas e dissolvidas as altas virtudes cívicas que foram a base e a razão moral e jurídica da nossa posse, não será porventura inteiramente quimérica a hipótese de que um dia nos obriguem, como ao expirar dos contratos enfitêuticos, a restituir ao primitivo senhor a terra que possuímos e ocupámos, juntamente com as delicadas e sentidas obras com que durante oitocentos anos a enriqueceram e sublimaram o esforço, o engenho, o trabalho de tantas gerações de homens.

Até aí alguma plausibilidade pode ter a tremenda teoria formulada pelo Times.

Enquanto à absorção da nossa raça, não. A raça portuguesa, por mais decaída que a consideremos pelo abastardamento dos elementos que a formaram, é ainda hoje consideravelmente menos absorvível do que absorvente. Que essa raça realmente existe é para mim uma verdade que debalde têm por vezes contestado alguns dos nossos próprios e pessimistas etnógrafos. Não é pela dedução secamente científica dos atavismos e das hereditariedades dos grandes agrupamentos humanos, nem tão-pouco pelos seus caracteres anatómicos, senão pelos elementos psicológicos da sua mentalidade, que hoje historicamente se diferençam, se dividem e subdividem as raças. Neste ponto de vista, que é aquele em que eu me coloco, o português constitui um tipo inteiramente especial no grupo indo-europeu.

Ele é sentimentalista, idealista, galã, dado a aventuras e a viagens como o Preste João, como Fernão Mendes, como o infante D. Pedro, como Camões. É sóbrio e é rijo. Tem o dom sociável e fecundo de amar e se fazer amado, e é singular a sua facilidade de adaptação a todos os meios biológicos e sociais, bem como a sua enorme força de resistência à fadiga,

à fome, a todas as privações da vida e a todas as hostilidades da natureza. De resto, propenso à rebeldia, leviano, gastador, volúvel e inconstante. Durante o século XVII, depois de célebre pelos seus grandes feitos de guerra, de navegação e de conquista, era proverbial em Espanha a sua melosidad y derretimiento em amores. Quevedo dizia que de portugueses não ficariam torresmos no fogo do inferno, porque, havendo lá mulheres, os portugueses

derreteriam completamente, não deixando como vestígio mais que uma simples nódoa no chão.

Na nossa História Trágico-Marítima, livro composto, sob um título de convenção retórica, pelas autênticas narrativas marítimas dos nossos soldados e marinheiros da Índia — livro sem rival em nenhuma outra literatura do mundo —, conta-se que os náufragos de um dos nossos galeões se encontraram na costa de Moçambique com uma hoste guerreira de negros selvagens, da qual se reconheceu que fazia parte um soldado português, que alguns anos antes, por ocasião de outro naufrágio, ali dera à costa e ficara cativo. Em pouco tempo ele aprendeu a língua da tribo, impusera-se à obediência dos nómadas que o tinham capturado e fizera-se inteiramente tão negro como eles. Eis um característico espécime da raça.

O mesmo poder de adaptabilidade que no sertão de África o fizera um preto teria igualmente feito dele em Londres um gentleman e em Paris um dandy.

Um dos seis ou oito primitivos fundadores do Jockey Club em Paris era português. Um dos mais excêntricos dos parisienses registados na conhecida galeria de Champfleury era português. O elegante cavalheiro e o dono dos mais belos cavalos que ainda no fim do século passado escarvavam o solo de Longchamps, no Bois de Boulogne, era português. O mais elegante palacete dos Campos Elísios, notável pelo seu tipo arquitetónico, no estilo de Segundo Império, famoso pela sua escadaria de ónix, no qual ao presente se acha

instalado um dos mais seletos cerdes de Paris, o Vauders Glub, foi construído pela viúva de um janota portuense, hoje condessa de Donesmark, por afinidade prima milionária de Bismarck.

Raras são as interrupções em que Portugal tem deixado de ter um representante seu no Jockey Club e bem assim no Instituto de França. Um desses dubmen português pagou de uma vez, segundo consta das Memórias de Henri Villemessant, fundador do Figaro, cem mil francos pela nota de uma ceia que ofereceu aos seus consócios e que ele terminou atirando à rua com toda a baixela da mesa.

A par destes atestados de puro chique, os portugueses devem à congénita rusticidade da sua robusta constituição e do seu aguerrido temperamento o privilégio de terem sido os melhores soldados de Napoleão na campanha da Rússia e de serem ainda hoje os mais invencíveis soldados de África.

Há poucos anos ainda, o imperador da Alemanha, Guilherme II, explicando amavelmente a alguns generais estrangeiros reunidos num banquete em Potsdam as razões porque havia sido dado o primeiro lugar à mesa a um simples major, Mouzinho de Albuquerque, lhes dizia que ele era ali o único chefe de exército que, tendo combatido em África, contava as vitórias pelas batalhas.

Os exércitos modernos dispõem hoje de uma nova e formidável força: o aeroplano. Não será talvez descabido lembrar que essa maravilhosa máquina

de guerra provém do invento de um português, que criou o aeróstato, e o consecutivo encaminhamento dessa descoberta, devido a um garfo ilustre da nossa raça, a um brasileiro, que tornou dirigível o balão.

Em Inglaterra é bem sabido que era, ainda há dois anos, português o diplomata de mais prestígio junto do Ministério dos Estrangeiros e da corte de Eduardo VII.

Por esse mesmo tempo era secretário de Estado em Londres outro português.

Era também português o engenheiro encarregado pelo Governo britânico de fazer a primeira organização dos serviços telegráficos na China.

Na Itália é ainda um português o chefe de todos os serviços de arte.

Mais longe, no Uruguai, por exemplo, é português o venerando decano da Universidade de Montevidéu.

Nos concursos de esgrima de 1909, em Nice, em Monte Carlo e em Paris, esgrimistas portugueses obtêm os primeiros prémios do torneio.

Em todos os concursos hípicos internacionais os oficiais portugueses se distinguem entre os mais perfeitos cavaleiros.

Entre os primeiros médicos de Paris citam-se nomes de portugueses.

Nas escolas estrangeiras são em geral distintamente notados os estudantes portugueses. Há dois anos dizia-me em Lausana o diretor da Escola Normal

que eram conhecidos pela sua aplicação e pelo seu talento todos os operários portugueses pensionistas do Estado que ali se achavam em curso de aperfeiçoamento. Tinham rapidamente aprendido a falar alemão e francês. Um ou dois iam casar-se com mulheres suíças.

Não há muito que da escola de engenheiros de Berlim saía um português condecorado pelo imperador com a medalha destinada ao primeiro aluno do seu curso.

Tem-se a impressão de que os portugueses precisam de emigrar para desenvolverem todos os recursos da sua nativa e latente capacidade. Porquê? Porque na sua terra a casta dos políticos, a mais vil de todas as castas, como diz Paul Adam, predomina; absorve as energias nacionais, na mísera ambição e na reles intriga de partidos; revoluciona; revolve até os seus mais profundos alicerces o equilíbrio social; perturba e enxovalha a serenidade da aplicação e do trabalho; em nome de uma quimérica igualdade com que incendeia a brutalidade das multidões, decapita e destrói a influência ponderadora das elites e deturpa, avilta, emporcalha tudo, afogando num cataclismo de lama a dignidade de um país inteiro. Mas não é da pútrida infeção da política, é da sã resistência da raça que eu hoje me ocupo. Prossigamos.

CAPÍTULO XVI

A NOVA LISBOA

Evian, 30 de Julho de 1913.

Em Lisboa, que saudosamente eu voltara a ver depois de dois anos de ausência, e onde acabo de passar quatro estirados meses, apáticos, aturdidos e mudos, transformou-se tudo durante os últimos dois a três anos.

A primeira vaga impressão que o contacto da rua produz no espírito de um recém-chegado é a de que há talvez na cidade mais gente do que dantes.

Encontro-me com um multidão espessa, mesclada, heterogénea e confusa, lembrando o excecional movimento hebdomadário de uma populosa vila de província em dias de mercado.

Figura-se-me que na massa de transeuntes predominam operários não em trajo de trabalho, de blusa e calças de bombazina, como nas cidades industriais e laboriosas, mas quase burguesmente vestidos, de gravata La Valière e bengala de passeio. A sua expressão fisionómica nada tem de provocadora, nem de hostil, nem sequer de particularmente grosseira. Se foram algum dia arruaceiros, e espancadores de ofício, mudaram de modo de vida.

Os antigos carbonários, de cujas proezas tanto ouvi falar com geral pânico, conjeturo que desapareceram. É possível também que, perante a vitória da causa popular, tendo ao presente no Governo a força que eles exerciam por traumatismo na rua, os carbonários houvessem porventura desmobilizado, ensarilhando os seus cavalos-marinhos ou depondo-os até nova chamada no bengaleiro do poder.

É o que muito aprazivelmente comunico aos viajantes transatlânticos que nos seus roteiros de viagem à Europa por algum tempo assinalaram Lisboa como um escolho temeroso a todos aqueles que não quisessem muito intimamente familiarizar-se com essa especial forma terapêutica da massagem denominada a sova.

É certo que, no decorrer do meu primeiro passeio pelas ruas mais concorridas e centrais, muitas vozes bradaram: Olha o talassa! Cá está o talassa! Admirado de que tanta gente me conhecesse e aclamasse, vim a saber mais tarde que tal apóstrofe era apenas o pregão de um novo jornal à venda.

Aos numerosos magotes dos operários em folga segue-se como elemento componente do pessoal lisbonense a legião considerável dos empregados públicos, dos deputados e dos senadores do novo regime. Todos estes cavalheiros patenteiam o ar regozijado e feliz de quem tem assegurado o seu talher de conviva à mesa redonda ou às pequenas mesas floridas do Orçamento Geral do Estado.

Dos seus olhos, do seu sorriso, de todos os poros da sua pele, reluzente e nédia, aflora a convicta afirmação daquele princípio que tão bem define a essência do regime democrático representativo e que um parlamentar ilustre tão profunda e tão concisamente formulou nesta síntese imortal: — Mudar de opinião mudarei eu, de voto nunca!

O sorriso dos lojistas, no Chiado e na Rua do Ouro, é um pouco mais hesitante e amarelecido. Tal sorriso, se bem o interpreto, quer pouco mais ou menos dizer: — O meu belo sortido aí está! As minhas letras de câmbio estão lá dentro em caixa. Que me comprem o sortido e me não protestem as letras, eis o meu entusiástico voto como patriota e como republicano. Festas, muitas festas, é — a meu ver — do que o País precisa para fazer andar o comércio. Acendam as luminárias e toque a música!

Oficiais do exército velhos ou de meia-idade não sei se há. Não vi nenhum: apenas vi uns jovens oficiais, numerosos e lindos, lindos de indumentária guerreira e de garbo marcial.

Não sei se têm ou não um bom ministro da Guerra. É indubitável que têm um ótimo alfaiate. Põem, muito bem todos, ou quase todos, o seu elegante uniforme, o seu correto calção Saumur e as suas perfeitas botas Chantilly. Suspendem o fino e longo sabre, largamente empunhado, de alta esgrima, e entalam na órbita o monóculo regulamentar com uma graça militar e uma firmeza mavórtica que jamais vi excedida, nem na Alemanha, nem na

Espanha, nem em Inglaterra, por nenhum dos mais primorosos e requintados figurinos de guerra.

São estes jovens e galantes filhos de Marte os únicos personagens que alguma honra fazem ao quase exausto mundanismo lisboeta.

Enquanto não houver guerras em África ou combates na fronteira contra invasores estrangeiros, desejo que a disciplina não obrigue nunca belos militares a batizarem de sangue as suas espadas furando sordidamente ventres de compatriotas. Enquanto não se lhes ofereça oportunidade de conduzirem os seus esquadrões à glória pela defesa da sua pátria, melhor seria para eles, do que conduzir bisonhos recrutas à chacina fratricida inglória e iníqua, conduzir apenas à valsa, em elegantes cotillons, finas, esbeltas mulheres espirituosas, de patente superior, podendo ser, às da invejável Liga das Republicanas Portuguesas.

Há também alguns civis, e numerosos meninas chiques.

Os jovens janotas, de calças arregaçadas, chapéu de coco atirado para a nuca, bengala agarrada pelo meio, e pés curtos de bicos para dentro, sempre que não estão parados às esquinas, caminham rija e desenganadamente para a frente, parecendo quererem a cada passada carambolar com as duas bolas de bilhar que todos trazem metidas por dentro nas biqueiras dos seus sapatos americanos. Todos eles se penteiam (nenhum à Capoul como os do meu tempo) à moda nova, a quem em Montmartre chamam a coiffure casquette:

risca ao meio, e todos os cabelos, escorridos e lustrosos, achatados a toda a redondeza do crânio. E isso lhes dá o ar interessantíssimo de outros tantos náufragos acabando de emergir das vagas e aguardando os acontecimentos filosoficamente do alto de uma rocha.

Estão vendo, meus senhores, o minudente escrúpulo absolutamente imparcial com que, à devida distância do modelo para conveniente campo de visão, eu estou escrevendo, ainda nos detalhes aparentemente mais ínfimos, realmente os mais característicos, a fisionomia atual da terra a que mais quero, e por isso mesmo, talvez, aquela de que mais me queixo.

A moderna menina chique de Lisboa usa, como todas as parisienses de Paris, de Carpentras e de todo o resto do mundo, a saia entravée moldando-lhe às formas o mais cingidamente possível, o cabelo encrespado ao canto de cada olho, e o réticule, em forma de carteira oblonga, debaixo do braço esquerdo. Allure correspondente à moda. Vê-se que a lisboeta chique está sofrivelmente informada da maneira de andar, do dandinamento, do meneio, um tanto de pas-de-l'ours e um tanto de valsa de apaches, que os manequins de Paquin exibem com os vestidos de cada estação e comunicam como um segredo maçónico da elegância feminina à sua mais seleta clientela.

Ter o vestido do dia e não ter a adstrita maneira correlativa — gaffe medonha.

A lisboeta elegante tem o vestido e tem a maneira algum tanto retardatariamente talvez, o que não é de estranhar, por mais exigente que se

queira ser, dada a inevitável diferença de latitude entre a Rue de la Paix e o Pote das Almas.

Assim não poderemos garantidamente afirmar que a elegância feminina de Lisboa, tal como a moderna Lisboa presentemente a compreende, seria precisamente a do último rendez-vous de Bagatelle ou de Longchamps. O que me parece que sem favoritismo se pode dizer é que a moda lisboeta em que essa elegância exclusivamente se estriba não está longe de ser a penúltima ou antepenúltima do boulevard Poissonière. O que já é um bem bonito chique para cá dos Pirenéus!

Mas, para chegar a este honroso resultado, que luta homérica nos lares recentemente enobrecidos e acatifados!

Esposas de ministros, esposas de diplomatas, esposas de deputados e de senadores e damas do paço... presidencial, em que roda-viva têm repentinamente de se mexer para arrostar vitoriosamente com todos os encargos sociais e todas as responsabilidades mundanas da alta posição que desde ontem ocupam perante a República, perante a Europa, perante o mundo todo, que nelas tem postos inquisitorialmente os olhos arregalados e atónitos! Ai de mim, muito custa a ser grande, sobretudo de repente!

Da República Francesa dissera desalentadamente Gambetta: «Elle manque de jemmes». É forçoso que se não diga o mesmo da República Portuguesa, a qual, segundo Teófilo muito bem explicou aos críticos estrangeiros, é

inquestionavelmente a primeira do orbe. Convém, pois, não recair mais naquele funesto equívoco das damas oficiais que, no fim do primeiro jantar diplomático a que assistiram, beberam, como cálice da amargura oficial, a taça de água morna com uma talhada de limão que criados insidiosos lhes puseram na frente para lavar os dedos.

Pobres simpáticas senhoras! Para elas toda a minha sincera simpatia e todo o meu afeto compadecido. Quantas delas, recolhidas ao leito conjugal, clandestinamente, no mistério imperscrutável da alcova, não farão à velha Providência dos regímenes retrógrados, hoje demissionária, a seguinte dolorosa pergunta: Deus do céu, porque destes vós ao meu marido um laureado talento tão incomportavelmente enorme como o que tem, para o meu desassossego e amargura nesta vida?

Em todos os demais pontos de vista, enquanto eu me mudara para Paris, a minha tão doce Lisboa mudou também, e muito mais e para muito mais longe do que eu.

Dentro de dois a três anos, tanto fisicamente como imoralmente, mudou tudo. Mudaram os nomes das ruas, das praças, dos jardins, dos teatros, dos periódicos. Mudou a moeda. Mudou a hora. Mudou o tipo, o programa e a denominação das escolas. Mudou a ortografia da língua. Mudaram os dicionários. Mudaram os compêndios escolares da história pátria. Mudaram os tribunais. Mudaram as repartições do Estado. Mudou a já remota noção do

direito e da liberdade. Mudou a tropa. Mudou a bandeira. Mudaram as atribuições dos três poderes do Estado, o legislativo, o executivo e o moderador — passando o veto para a alçada do executivo, reduzindo-se o legislativo à missão oca e honorífica de um moinho em giro e sem grão, moendo-se a si mesmo, e houve por bem desaparecer da cena por inútil o caduco poder moderador. Mudou o nome, insuficientemente respeitoso, de bombas de dinamite para o nome oficial de artilharia civil, consignado nas etiquetas do novo Museu da Revolução. Por meio da profanação das igrejas, da secularização dos cemitérios, da instituição das associações culturais e dos padres casados, de bigode e pêra, e com mulher e filhos, mudou para a prática dos nossos filhos a religião dos nossos pais. Mudou, enfim, no público a expressão das fisionomias, mudou a gente, mudou o próprio solo, porque o pavimento das ruas se revirou com o debaixo para cima. E até por último mudou o céu, o nosso apregoado belo céu, porque as autoridades competentes aboliram o infinito azul e mandaram apagar as estrelas.

Assim demudada até os seus mais profundos fundamentos, dá-me Lisboa a impressão da cidade mais estranha e, portanto, a mais esquiva e a mais hostil de quantas tenho visto no mundo. Como Ovídio, o poeta das Metamorfoses e dos Tristes, bem pudera eu, no seio da minha própria pátria, exclamar como ele no seu desterro da Mesia: — Sou aqui um bárbaro, porque me não entende ninguém!

Nessa Lisboa tão revoltantemente metamorfoseada eu tinha, porém, como inviolável tabernáculo, o recluso e modesto refúgio da mansarda que habito há cinquenta anos, tão longe da rua e tão perto da Via Láctea, alto ninho pela sua obscuridade apropriado a encaixilhar a pacificante divisa de Descartes: «Bene vivit qui bene latuit».

Fui, portanto, para casa, onde tornei a ver o meu gato e o meu companheiro com a mesma alegria épica como Ulisses, de regresso a Úaca, viu de novo o seu cão, segundo Homero.

As odisseias não são precisamente a mesma espécie. A minha difere da de Ulisses enquanto à espécie dos animais domésticos no lar do peregrino.

Entendo dever esta menção da fidelidade caseira dos gatos à memória do gato de Rochefort, que há poucos dias se deixou morrer de pena pelo falecimento do seu dono.

Pobre velho Rochefort, meu tão acolhedor e simpático amigo! Eloquente, sarcástico, romanesco espadachim, cavalheiroso e pródigo, ele foi o primeiro dos paladinos na Imprensa, ele foi o prestigioso Cyrano de Bergerac do jornalismo do seu tempo. Paris amara-o ilimitadamente e fizera-o um potentado. «A uma palavra minha — dizia ele — faço sair à rua cem mil homens.» O seu jornal, o Intransigeant, rendeu-lhe por muito tempo 200 mil francos por ano. E este ídolo da França acabou os seus últimos dias trabalhando como um aprendiz, assediado pelo terror de vir a morrer de

fome! Só a afeição do seu gato se lhe conservou fiel até além da campa. Melancólico documento da instabilidade da glória na carreira das letras! Cruel testemunho da versatilidade dos homens e da fidelidade dos gatos!

Revertendo ainda ao meu caso, é certo que todos têm, além da grande pátria, a sua pátria pequena.

Para uns ela é a sua província natal, para outros a sua vila ou a sua aldeia; para alguns — e são esses talvez os que mais a amam — a terrinha querida e o solo em que se plantou o simples casal desagremiado e só no monte com o seu exíguo pinhal, a sua hortazinha toscamente ajardinada, mas onde medram repolhos e alfaces, cantam melros, zumbem abelhas e voejam borboletas por cima das sebes dos malmequeres e da alfazema. E, dominando a humilde herdade, envolto em musgo e coroado de abóboras, o casinhoto paterno, com o assento de pedra à porta debaixo do parreiral, e dentro, cheirando ao fumo do pinheiro bravo, do alecrim e da urze, a borralheira enegrecida com os seus dois bancos em que se sentavam os velhos!

Se todos têm pois a sua patriazinha especial dentro de um maior ou menor espaço sobre a terra, porque não há de ter um por pátria pequena, e amá-la, a simples casa de renda que serena e longamente habitou e onde, se não plantou a árvore como queria Goethe, cumpriu pelo menos submissamente o resto do destino humano, criando o filho e escrevendo o livro em serviço da pátria grande?

Assim deliberei eu refugiar-me da Lisboa grande na minha Lisboa pequena — o que Faguet chamaria emigrar para o interior —, enclausurando-me e cortando todo o meu convívio com um agressivo mundo estranho que desconheço e que me não conhece.

«Para andar comigo — dizia Lope de Vega — me bastan mis pensamientos.» De mim mesmo julguei eu poder dizer outro tanto. Grande ilusão minha, ilusão de Lope de Vega, ilusão de nós ambos, ilusão de muita gente! Não. Os meus últimos meses de solidão em Lisboa acabam de demonstrar-me que é Spinosa afinal que tem razão. Há um determinismo mental de que ninguém se liberta. Ninguém tem pensamentos exclusivamente próprios. Ninguém pensa o que quer. Muita vez nem sequer se consegue querer aquilo que mais se deseja querer. A mesma volição, tão frequentemente em conflito com a vontade, é no nosso espírito um facto condicionado com o raciocínio. São as condições exteriores do ambiente que por intermédio dos sentidos nos governam a inteligência e daí o aforismo «Nihil in inlelleclu quod noii erat in sensul). A sociabilidade e a convivência são elementos de conduta mental essenciais ao homem.

Demais toda a perturbação da rua tem a sua repercussão no interior do lar. Na minha casa de Lisboa, por exemplo, a revolução imprimiu, como em tudo mais, a sua pegada esterilizadora e destrutiva.

A minha cozinheira, depositária na família dos segredos tradicionais da nossa culinária doméstica, despediu-se para casar com um carbonário.

. em frente das minhas janelas, no Conservatório dramático, a República está construindo um novo teatro cuja criação irresistivelmente se impunha aos desvelados reformadores da nossa capital, desde que o antigo teatro do mesmo Conservatório não era senão tão grande como o do Conservatório de Paris, e que os demais teatros de Lisboa se acham mais do que nunca às moscas, e se encontra fechado o de S. Carlos por falta de companhia na cena e, ainda mais sensivelmente, por falta de companhia na sala.

Uma larga empena da obra desfalca-me de uma considerável parte da vista que eu tinha sobre o Tejo.

O rebuliço dos materiais cobre incessantemente de poeira os meus livros e os meus papéis, e, conquanto, felizmente, os operários por falta de numerário para o pagamento integral da féria semanal, não trabalhem senão alternadamente três ou quatro dias por semana, o barulho estonteador da carpintaria amotina tudo. Duas cantoras toutinegras, que todos os anos vinham regularmente veranear nas laranjeiras do jardim silencioso do antigo convento, fugiram espavoridas para regiões mais propícias à construção dos ninhos, bem como ao labor das letras.

Em tal conjuntura não recorri como Lope de Vega à companhia dos meus pensamentos, porque cessei de pensar; e, tendo por mais indicado consultar

um médico, fui ter com o Doutor Moreira, meu amigo e o meu assistente na única enfermidade que durante a minha vida lhe dei o incómodo de ter há quinze anos. O doutor, depois de medir a minha tensão arterial e de se inteirar dos diversos sintomas da minha psicastenia, mandou-me sair desde logo de Lisboa e ir fazer uma cura de espírito na oxigenada serenidade da floresta do Tirol ou junto da comunicativa mansidão dos lagos na Itália ou na Suíça.

Eis aí toda a história, prolixa e fastidiosa, da minha vinda para Evian, à beira do lago Léman e na vizinhança do Monte Branco, de Chamonix e do Grande S. Bernardo, procurando aprender humildemente, na passageira mudança de ares e na suprema e inquebrantável beleza das. coisas, a suportar mais docemente os homens ou a viver sem eles. Até amanhã.

CAPÍTULO XVII

EL-REI D. CARLOS

A data de I de Fevereiro de 1908, que este jornal piedosamente comemora, é a mais negra de toda a nossa história. Sabe-se que o duplo regicídio de D. Carlos e do príncipe real seu filho não foi a obra individual de um facínora, de um niilista ou de um doido. Foi a tremenda execução de uma sentença friamente lavrada por um conluio revolucionário.

Alguns indivíduos aparentemente normais, serenos, senhores de si, tendo talvez um lar, tendo uma família, gozando amplamente a saúde, a liberdade, a alegria de viver, reúnem-se em, tertúlia política e por uma dissidência de partido resolvem por unanimidade matar um homem e uma criança.

O rei D. Carlos poderia ter fraquezas como toda a criatura humana, mas não tinha crimes, e tinha os mais altos dons do coração e de espírito que enobrecem a humanidade. Tinha a honradez, tinha a indulgência, tinha o bom humor, tinha a benignidade, tinha o talento, tinha a coragem, e, como emanação dessas qualidades juntas, tinha e exercia sobre todos aqueles que o conheceram e trataram em Portugal e nas cortes estrangeiras essa espécie de sortilégio a que se chama prestígio.

Amava a sua terra como rei, e amava-a talvez mais ternamente ainda como paisagista, como proprietário rural, como lavrador, como caçador, como excursionista.

Curioso bibliófilo, falando com correção e virtuosismo cinco línguas, formara nos seus aposentos, nas Necessidades, perto do seu atelier de pintura, uma copiosa biblioteca abrangendo toda a erudição moderna, além dos milhares de volumes da coleção do seu pai e do seu tio D. Pedro V, que adquiriu do seu bolso no inventário do rei D. Luís e depositou para uso dos estudiosos na real biblioteca do Paço da Ajuda.

Na aludida livraria particular das Necessidades coligira ainda grande número de incunábulos, de manuscritos preciosos e de livros raros portugueses.

Pela sua índole, pelo seu temperamento, pelos atavismos da sua cerebração, esse alentado homem louro, de aspeto físico tão acentuadamente saxónico, era psicologicamente o português mais genuinamente português que jamais conheci. A sua linguagem familiar na convivência dos seus íntimos era pitorescamente esmaltada de todos os modismos regionais, de todos os anexins e de todos os prolóquios e estribilhos populares do seu tempo.

Sem embargo da polidez do seu trato e da elegância das suas maneiras, ele foi sempre, pela molecular predileção dos seus gostos, mais um simples e chão lavrador alentejano do que um homem de corte. Uma vez jubilosamente liberto da etiqueta palaciana, e só nas suas herdades, nunca mais se vestia

senão como os seus abegiões e os seus maiorais, de jaleca curta e camisa grossa sem goma e sem gravata. Não montava mais senão cavalos campinas afeitos a saltar valados e arreados de almatrixa e estribos de madeira com manta alentejana afivelada ao' arção. Da sua culinária rural eram então rigorosamente banidos os menus franceses do paço, substituídos pelos da rústica e tradicional cozinha popular da região.

Conhecia-o de muito novo, não como áulico ou cortesão, que nunca fui, mas como amigo particular do seu avô paterno.

Com a maior parte do Vencidos. da Vida, dos quais ele folgava de se dizer confrade suplente, frequentei a sua casa de príncipe no paço de Belém e na Quinta do Relógio em Sintra, onde a princesa mesma decorava as suas salas com festões de hortênsias azuis e brancas, e fazia servir aos seus convivas um cup da sua invenção composto de vinho tinto do Dão com água e açúcar e rodelas de pêssegos célebres de Alcobaça. Não se poderia ver lar mais simples, mais risonho e de mais íntimo encanto. Era o seu ano de noivado. A princesa, quase uma jovem educanda, estudava com ardor a língua da sua nova pátria e dançava as suas primeiras valsas.

Para festejar os noivos a duquesa de Palmela deu então na sua bela vivenda de Sintra o mais lindo baile. Da porta da casa até à grade do parque iluminado à veneziana, sob um toldo de seda às listas azuis e brancas, estendia-se um tapete em que faziam alas, empunhando candelabros, os criados da casa

Palmela, em grande libré, agaloados de ouro, calção curto de veludo verde, luvas brancas e cabelo empoado. Deu sinal da entrada dos príncipes no parque uma orquestra aérea de violinos empoleirados na copa do arvoredo.

Nesse baile uma contradança de lanceiros foi caprichosamente improvisada num quadro de dancistas de que eu fazia parte, cabendo-me a honra de ter por par a distinta e elegante esposa do meu amigo e ilustre arqueólogo Anselmo Braamcamp Freire, então par do reino, hoje, segundo me dizem, presidente do Senado.

No fim dessa incoerente contradança ouvimos todos dizer a princesa à dona da casa: — Oh! Ma foi, je m'amuse comme une petite folte!

Das três ilustres senhoras a que me refi.ro uma morreu, fenecendo com ela a mais fina, a mais delicada, a mais preciosa flor da antiga elegância e da antiga nobreza de Portugal. A segunda é hoje uma rainha viúva no exílio. A terceira, transplantada para uma sociedade nova bem diferente daquela em que nasceu e em que viveu os mais floridos anos da sua juventude, nunca mais — estou certo disso —, nem pela caricatural violência dos contrastes, tornará, como a princesa, a divertir-se tanto como nesse esvaído sonho de Verão, sob o luar de Sintra.

Sunt lacrymae rerum.

A esses dias tão desanuviados e tão serenamente felizes seguiram-se os anos pouco risonhos de um reinado malfadado.

Não quero nesta efémera página exclusivamente consagrada a saudosas recordações tocar por mais levemente que seja no conflito político. Fujo de aprofundar antigas feridas destinadas talvez a não se fecharem nunca. Cumpro modestamente apenas um dever de honra e de fidelidade depondo como testemunha de defesa no processo histórico do mais caluniado e todavia do mais afetivo, do mais indulgente, do mais bondoso dos homens. Alguma vez, porventura,. desdenhoso ou altivo com os poderosos e os soberbos, ele foi sempre e invariavelmente da mais terna, da mais carinhosa, da mais cristã afabilidade para com todos os humildes.

Do rei que ele foi me permito consignar apenas que monstruosamente o assassinaram no preciso momento culminante em que, perante o abjeto rebaixamento dos costumes políticos do seu tempo, ele empreendia como chefe do Estado a mais profunda, a mais decisiva obra de remodelação administrativa, de renovamento moral e de saneamento público de que jamais fora objeto, desde a sua origem até então, o corrompido e viciado regime constitucional.

Lucidamente cônscio de que nesse aventuroso lance arriscava talvez a coroa e a vida, ele não vacilou um instante e, encarando a morte, caminhou firme e resolutamente para ela, amortalhado, como os heróis e os mártires, na resplandecente convicção do dever cumprido.,

Em torno do pavoroso atentado do I.“ de Fevereiro houve na Imprensa e nas assembleias parlamentares um silêncio sinistro. Dor, espanto ou desdém? Di-lo-á mais tarde a justiça da posteridade, a qual, longínquo mas incorruptível eco na terra da justiça de Deus, um dia designará a cada um o lugar que lhe cabe na perpetração e na cumplicidade deste come.

A mim, que na Câmara dos Pares do reino ouvi uma única voz clamar justiça para o regicídio, a altiva, a intemerata, a quase espectral figura do nobre conde de Arnoso, descarnado, pálido, rapidamente envelhecido, atingido já do mal de viver a que pouco depois tinha de sucumbir, pareceu-me ser então a única figura viva e em pé no meio de uma sociedade morta.

Escrevo de Paris estas melancólicas linhas a 21 de Janeiro de 1913, dia aniversário da morte de Luís XVI sobre o cadafalso da Place de la Révolution. Numerosas e profundas analogias ligam um ao outro os ensanguentados destinos dos dois soberanos. De Luís XVI nos deixou um poeta francês esta breve síntese, que na nossa história, por enquanto imperfeita, poderá ser um dia o epitáfio de D. Carlos: Teria sabido inteiramente reinar se houvesse sabido punir.

CAPÍTULO XVIII

CARTA DE UM VELHO A UM NOVO

Meu jovem camarada e amigo: — Pede-me V. um artigo para o seu jornal A Restauração. Esse pedido eu o agradeço e me apresso a satisfazê-lo porque o considero um testemunho de solidariedade e de simpatia prestado pela sua valorosa e combativa geração, que é a geração dos meus netos, à encarecida e aposentada geração a que eu pertenço.

A orientação mental da mocidade contemporânea comparada à orientação dos rapazes do meu tempo estabelece entre as nossas respetivas cerebrações uma diferença de nível que desloca o eixo do respeito na sociedade em que vivemos obrigando a elite dos velhos a inclinar-se rendidamente perante a elite dos novos.

Em face da batalha de sentimentos e de ideias no conflito português dos nosso dias entendo que à ala dos veteranos cabe o dever marcial de apresentar as suas antigas armas a essa nova ala de namorados, que se não batem já pelo perecível prestígio da sua dama mas pela beleza imortal da sua convicção, e batem-se não em combate fortuito, de torneio de gala, mas em pugnas regulares e sucessivas em que quotidianamente arriscam os seus interesses, a sua liberdade e a sua vida os redatores dos modernos jornais monárquicos e os de publicações periódicas de tão considerável importância filosófica e

educativa como a Lusitânia, a Nação Portuguesa, Aqui d'El-Rei, os Cadernos de Mariotte, a Alma Portuguesa, a Crónica Política, a Entrevista, etc.

A incontestável superioridade dessa plêiade estudiosa consiste em ter admiravelmente pressentido a necessidade culminante da reeducação integral do povo português.

Combater apenas o analfabetismo do povo por meio de escolas primárias e de escolas infantis sem religião e sem Deus, não é salvar uma civilização, é derruí-la pela base por meio do pedantismo da incompetência, da materialização dos sentimentos e do envenenamento das ideias. Quem ignora hoje que foi a perseguição religiosa e o domínio mental da escola laica o que retalhou e fraccionou em França a alma da nação? Quem é que nesse tão amado, tão generoso e tão atribulado país não está vendo hoje objetivar-se praticamente o profético aforismo de Le Bon: «E sobretudo depois de destruídos os deuses que se reconhece a utilidade deles»!

Quanto é comovente e elucidativo comparar as nossas modernas instituições com o quadro da evolução da terceira República Francesa ainda há pouco delineado por Paulo Bourget, o eminente pensador de quem disse Anatole France: «Ele é o mais filósofo de todos nós».

«Como não cotejar — escrevia muito recentemente Bourget — o programa da terceira República, idealizado por tantos patriotas sinceros, com o quadro da nossa presente decadência! Um parlamento tão impotente como desonrado;

costumes públicos dia a dia mais degradados; a perseguição religiosa alternativamente a mais brutal e a mais hipócrita; um corpo de mestres envenenando as gerações novas, essa reserva viva do futuro, por meio de um ensino de demissão coletiva e de nefasta utopia; o exército sistematicamente corrompido pela política, humilhado em trabalhos de baixa política, enfraquecido pelo sobrelanço eleitoral, a ponto de que os chefes mais respeitados desaparecem para não serem cúmplices de um atentado contínuo contra a defesa nacional; a guerra social incessantemente prestes a rebentar em episódios sangrentos; a anarquia moral precedendo e anunciando a anarquia civil e administrativa, cujos pródromos são sensíveis por toda a parte... Enfim, para que prolongar este paralelo entre a República tal como ela funciona, como não poderia deixar de funcionar, e a República tal como a sonharam os melhores dos nossos antepassados?»

Em Portugal somos hoje um povo medonhamente deseducado pela inepta pedagogia que nos intoxica desde o princípio do século XIX até os nossos dias.

O Marquês de Pombal teve a previsão desta crise quando por ocasião da expulsão dos jesuítas ele procurou explicar que o aniquilamento da Companhia de Jesus não decapitaria a educação nacional porque os eruditos padres da Congregação do Oratório vantajosamente substituiriam, como educadores os jesuítas expulsos.

Com a influência intelectual dos oratorianos, introdutores do espírito criticante de Port Royal na renovação da mentalidade portuguesa, condisse realmente o advento de um dos mais brilhantes períodos da nossa erudição.

Vieram, porém, mais tarde os revolucionários liberais de 34, os quais condenaram, espoliaram e baniram os padres da Congregação do Oratório como Pombal espoliara e banira os padres da Companhia de Jesus.

A obra liberal de 1834 — convém nunca o perder de vista — foi inteiramente semelhante à obra republicana de 1910. Nos homens dessas duas invasões é idêntico o espírito de violência, de anarquismo e de extorsão. Dá-se todavia entre uns e outros uma considerável diferença de capacidade.

Os de 34, de que faziam parte Herculano, Garrett e Castilho, eram espíritos oriundos da Academia da História, da livraria das Necessidades e do colégio de S. Roque.

Tinham tido por mestres ou por companheiros de estudo homens tais como António Caetano de Sousa, o autor da História Genealógica; Barbosa Machado, o autor da Biblioteca Lusitana; Bluteau e os colaboradores do seu Vocabulário; Santa Rosa de Viterbo, o autor do Elucidário; João Pedro Ribeiro, o admirável erudito iniciador dos altos estudos da nossa história e percursor de Herculano; António Caetano do Amaral, o infatigável investigador da História da Lusitânia; D. Frei Caetano Brandão, seguramente o mais elevado espírito e a mais formosa alma que deitou o século XVIII em

Portugal; o padre Cenáculo, o mais prodigioso semeador de bibliotecas; o padre António Pereira de Figueiredo, o autor do famoso Método de Estudar; Félix de Avelar Brotero, o insigne naturalista; o polígrafo abade Correia da Serra, e outros que não menciono porque teria de reproduzir um copioso catálogo se quisesse dar mais completa ideia do que foi a cultura portuguesa nessa fase da nossa evolução literária.

Os novos revolucionários de 1910, com exceção honrosa dos que não sabem ler, não tiveram por decuriões senão os seus predecessores revolucionários liberais de 34. E daí para trás — o que quer dizer daí para cima — nunca abriram um livro com medo da infeção clerical, porque todos eles acreditam com fetichístico ardor que o clericalismo e o inimigo, segundo a fórmula célebre com que o príncipe de Bismarck conseguiu sugestionar Gambetta para a irremediável desmembração moral da França.

Tal a razão porque os raros homens de letras que a nossa República conseguiu mobilizar dia a dia se desagregam da hoste refugiando-se no anacoretismo filosófico, enojados da crassa ignorância dos sarrafaçais a que o regime os emparelhou. Como Nietzsche, perante a grosseira petulância da Alemanha depois da hegemonia que lhe conferiu a vitória de 1870, os desiludidos da República Portuguesa apetecem, como requeria Nietzsche, que se criem novos ermitérios onde os homens que pensam se enclausurem e se separem para todo sempre dos homens que governam.

Atolados há mais de um século no mais funesto dos ilogismos políticos, esquecemo-nos de que a unidade nacional, a harmonia, a paz, a felicidade e a força de um povo não têm por base senão o rigoroso e exato cumprimento coletivo dos deveres do cidadão perante a inviolabilidade sagrada da família, que é a célula da sociedade; perante o culto da religião, que é a alma ancestral da comunidade, e perante o culto da bandeira, que é o símbolo da honra e da integridade da Pátria. Em pleno século XX, muito depois de inteiramente refutada pela moderna crítica histórica a supersticiosa lenda da Revolução Francesa, revolucionámo-nos nós para o fim de abolir todos esses velhos deveres e de adotar como um evangelho novo a estafada, ensanguentada e enlameada Declaração dos Direitos do Homem, como se à frágil e efémera criatura humana fosse lícito invocar qualquer espécie de direitos perante as leias inexoráveis e eternas que implacavelmente regem toda a ordem universal! E para o fim de pormos em plena evidência essa ilusão retórica aclamamos uma sexta República nova dezenas de anos depois de sucessivamente abolidas as outras cinco a cuja existência deu origem o extinto prestígio da Revolução, e das quais nem sequer já sobrevivem os nomes. Quem se lembra hoje do que foram a Batávica, a Cisalpina, a Ligúrica ou a Partenopeia?

Quebramos estouvadamente o fio da nossa missão histórica. Desmoralizamo-nos, enxovalhamo-nos, desaporteguesamo-nos.

Pelos processos improvisados e caóticos em que vivemos sucessivamente nos desenraizamos do torrão paterno, desandando e retrocedendo da ordem

ascendente e lógica de toda a evolução social, principiando por substituir o interesse da Pátria pelo interesse do partido, depois o interesse do partido pelo interesse do grupo e por fim o interesse do grupo pelo interesse individual de cada um. É a marcha da dissolução, marcha rapidíssima para o aniquilamento, porque é inteiramente aplicável à vida social a lei biológica de que toda a decomposição orgânica dá origem a seres parasitários cuja função é acelerar e completar a decomposição.

Escrevo estas linhas em face da mais pavorosa onda de sangue e de lágrimas que parece encapelar-se das profundezas do desconhecido para subverter o mundo. Perante um tão descomunal conflito de violência e de força parece-me indubitável que o desfecho da atual conflagração europeia não poderá ser senão a refutação absoluta do dogma democrático da liberdade, da igualdade e da fraternidade humana. A lição final da guerra será na humanidade assim como o é na natureza o simples triunfo implacável do que pode mais sobre o que pode menos.

Não nos precipitemos a amaldiçoar a brutalidade de um tal destino enquanto não refletirmos no que é realmente a força e de que natureza são os tão complexos elementos integrados nesse fenómeno global.

De quantos vícios e de quantas farroncas se compõe uma fraqueza? De quantas virtudes ignoradas e recônditas se constitui uma força humana?

Bem exíguo, bem frágil, bem desacompanhado do mundo era o pequeno Portugal que no espaço de cem anos, entre o século XV e o século XVI, se assenhoreou no globo de um império territorial e marítimo consideravelmente superior àquele a que aspira a hegemonia germânica dos nossos dias.

À ponta da espada Portugal submeteu nada menos de trinta e três reinos, a que ditou a lei e que tornou tributários do seu soberano; dilatou o domínio português às mais vastas regiões da Ásia e da América, deixando ainda aos seus missionários e aos seus portadores de civilização através do mundo o tempo e a serenidade precisa para concomitantemente escreverem doze gramáticas e dezassete dicionários de línguas orientais até então desconhecidas, além de muitas dezenas de obras diversas, por meio das quais, antes de mais ninguém ele ensinou à Europa a geografia física e a geografia política do Oriente e da África.

Porquê? Porque pelas virtudes guerreiras dos seus navegadores e dos seus soldados, pelo saber dos seus letrados e dos seus monges, pela disciplina do seu povo, pelo exemplo dos seus reis no campo de batalha, a Portugal coube então o privilégio desse direito que tanto nos confrange quando exercido pelos outros — o direito da força.

Defenda-nos Deus pela sua misericórdia da hora de perigo nacional em que tenhamos de perguntar onde estão os descendentes e os representantes dos antigos homens de Ourique, de Aljubarrota, de Ceuta e de Diu.

Bem sei que nesse transe o atual chefe do Estado será bastante competente para desembainhar a sua espada de guerra e de justiça, abotoar a Sua sobrecasaca de comparecer e proclamar às tropas que, através da batalha, no caminho do dever e da honra elas sigam os oito reflexos do seu mavórcio e reluzente chapéu alto.

Presumo que S. Ex.' é tão idoso como eu. Creio porém que esta circunstância em nada alterará o belo gesto patriótico que confiadamente espero do seu valor. Quando a Pátria chame às armas os seus filhos, que importa a idade! Não são os mais ou menos breves dias que cada um tem para existir o que Pátria nos requer, é simplesmente a vida, a vida do indivíduo, que é da raça e da nação que o criou, assim como a seiva da árvore é da terra em que vive.

De cabelos brancos — ruços, como diz Azurara — eram todos os chefes militares da expedição de Ceuta. No Conselho que D. João I reuniu em Torres Vedras para expor o seu plano de conquista, João Gomes da Silva notando que todas as cabeças eram brancas, exclamou: Quando eu, Senhor, não sei al que diga senão — ruqos além! O que equivalia a dizer: Avante os velhos!

E foi com esse entusiástico grito de guerra que se levantou o Conselho.

Mais tarde, quando no Porto o infante D. Henrique recebia os contingentes da expedição, os batalhões dos besteiros com os seus anadéis, as levas dos concelhos e as mesnadas dos fidalgos, apresentou-se-lhe, à frente dos seus homens, o meu conterrâneo Aires Gonçalves de Figueiredo, que então

contava noventa anos de idade, e vestia as armas de ponto em branco, lança em punho, cota resplandecente ao sol, pluma do elmo ondulando ao vento.

Notando o Infante a desproporção entre o cansaço dos seus dias e o esforço do seu ânimo, Aires Gonçalves respondeu:

— Sei bem que estou mais para morrer que para batalhar, mas fui companheiro de armas de El-Rei vosso pai e as exéquias que para mim mais desejo são as de ter acabado com. batendo ao seu lado.

Assim se passavam as coisas no tempo em que havia reis e vassalos, ricos-homens, cavaleiros, peões e besteiros, prelados e monges, mosteiros e solares, estradas com cruzeiros e igrejas com santos.

Não calculo bem como em análoga contingência as coisas passariam hoje ou como passarão amanhã sob a égide de um governo aperfeiçoado, em companhia dos seus senadores, dos seus deputados, dos seus ministros, dos seus livres-pensadores, dos seus pedreiros-livres e da sua formiga branca.

E com esta incerteza me recolho ao meu buraco — in angello cum libello. Adeus, meu amigo. Lembre-me afetuosamente a todos os seus esforçados companheiros de luta e a todos comunique o estreito e comovido abraço que lhe envia o seu dedicado confrade.

Cascais, 7 de Setembro de 1914.

CAPÍTULO XIX

REI D. CARLOS, «O MARTIRIZADO»

Les morts que lon fai saigner dons lenr tombe Se vengenl toujours.

PAUL VERLAINE.

«Tenho grandes imperfeições como homem e como rei. Os meus defeitos procedem de duas causas: a primeira, a hereditariedade na gestação do meu ser; a segunda, a influência do meio em que nasci e me criei. Considero como primeiro dos meus deveres de pai eliminar ou, quando menos, restringir, por meio da educação mais atenta e escrupulosa, no temperamento, no carácter e na inteligência dos meus filhos, a intervenção dos elementos que atuaram na minha tão imperfeita compleição.»

Estas austeras palavras, que poderiam ser lema de todos os que têm a missão de criar homens e de educar nações, são do rei D. Carlos, por ele dirigidas a Mouzinho de Albuquerque no dia em que na cidadela de Cascais, o nomeou aio do príncipe que hoje repousa com ele na imobilidade eterna.

Mouzinho preparava a esse tempo a história que projetava escrever do seu glorioso avô. Eu fornecera-lhe da Biblioteca Real da Ajuda e da minha exígua coleção particular várias obras, que depois da morte dele pela sua viúva me

foram restituídas. Repetidas comunicações de estudo sobre a história do nosso tempo tinham estabelecido entre nós íntimas relações de espírito que me autorizam a afiançar que são absolutamente verídicas, se porventura não são textualmente autênticas, as palavras que reproduzo como esquema da biografia do finado rei, por ele mesmo delineada em dois traços: influências herdadas, influências adquiridas. Tais serão os dois capítulos que a História terá de preencher antes de evocar a revelada figura daquele que, vítima do inflexível dever, morto no seu posto de honra, hoje entra na posteridade pelo pórtico do martírio.

É muito avançada a minha idade, e são muito recentes os factos sobre que terá de elaborar-se a história do reinado findo, para que jamais possa eu fazê-la documentalmente.

Ai dos velhos que, violando as leis providenciais que regulam o equilíbrio e a evolução do sentimento humano, se arrojam a tomar parte no conflito das opiniões militantes! A missão dos da minha idade é guardar a torre ebúrnea, onde das pelejas e dos naufrágios da vida se recolhem os dispersos elementos de serenidade, de poesia e de beleza que são o património ideal do homem e a dignificação da vida.

Oiço, porém, e leio nas gazetas, que, a seguir ao acto canibalesco de serem espingardeados como feras à esquina de uma rua de Lisboa o rei D. Carlos I e o rei (por alguns momentos) seu filho D. Luís II, se acha regulado, por

acordo comum das opiniões, um salutar regime de «acalmação geral.» Creio — se ainda bem compreendo a língua dos periódicos — que sinceramente se trata de rejeitar todos os ódios e de acolher todas as simpatias. Esta consideração me anima, sem receio de melindrar os que me são indiferentes, a consagrar estas linhas unicamente àqueles que estimo. — «On ne doit écrire que de ce qu'on aime» — diz um dos mestres do meu espírito.

Era, até há cerca de dois anos, voz corrente, expressão, ao que parece, de um convencimento geral, que a política portuguesa desgarrara do seu rumo.

O acordo de dois partidos, revezando-se sucessivamente no poder, dizendo-se um liberal e outro conservador, segundo o regime inglês, falhara inteiramente na sua reiterada aplicação prática.

O jogo permanente dessa rotatividade representativa, com vinte anos de funcionamento automático, desgastara todas as engrenagens, boleara todos os ângulos, puíra todas as arestas, safara todos os cunhas que caracterizavam o sistema. Quem eram os liberais que pela contribuição de novas ideias se propunham acelerar a energia propulsora do parlamentarismo no sentido do mais rápido progresso? Quem eram os conservadores incumbidos de coordenar a marcha e de manobrar os travões do maquinismo?. .. Ninguém o saberia dizer, porque nenhum dos dois partidos a si mesmo se distinguia do outro, a não ser pelo nome do respetivo chefe, politicamente diferenciado,

quando muito, pela ênfase pessoal de mandar para a mesa o orçamento ou de pedir o copo de água aos contínuos.

Um facto sumamente grave preocupava, no entanto, a atenção dos que isoladamente contemplavam a integral concatenação dos acontecimentos. Esse facto era a decomposição da sociedade, lentamente, surdamente, progressivamente contaminada pela mansa e sinuosa corrupção política. Quantos sintomas inquietantes! a indisciplina geral, o progressivo rebaixamento dos caracteres, a desqualificação do mérito, o descomediamento das ambições, o espírito de insubordinação, a decadência mental da Imprensa, a pusilanimidade da opinião, o rareamento dos homens modulares, o abastardamento das letras, a anarquia da arte, o desgosto do trabalho, a irreligião, e, finalmente, a pavorosa inconsciência do povo.

Contra esta ordem de coisas, a que se chamou o «progresso da decadência», era unânime a opinião do público, incluindo a dos mais íntimos amigos do rei, que o acusavam de indolentemente se abandonar ao «não-me-importismo» constitucional, dando-lhe como exemplo e estímulo a voluntariosa intervenção nos negócios públicos do seu prestigioso tio, D. Pedro V. A teoria do «engrandecimento do poder real», enunciada por alguns intelectuais do grupo a que pertencia Oliveira Martins, o que era, no íntimo da sua palpável inconstitucionalidade, senão um desenvolvimento da convicção de todos os espíritos independentes acerca da estéril e perigosa passividade do poder moderador? O erro da neutralidade monárquica perante o escândalo da

administração pública corrigia-se coerentemente com a retificação atrevida de uma fórmula consagrada: «O rei reina e tem obrigação de governar».

Cumpre consignar ainda, em complemento da história dos últimos vinte anos, a que tão resumidamente me refiro, que nunca o supremo e dominante facho da ciência se ergueu tão alto e iluminou tão longe.

A síntese sociológica acompanhara na sua luminosa órbita a ascensão maravilhosa da síntese orgânica.

A crítica histórica exercera-se particularmente na correção de numerosas teorizações deduzidas de uma errada observação de fenómenos. Assim, por exemplo, a da Revolução Francesa, de que nitidamente se separou a parte declamativa, a parte lendária e a parte filosófica.

A Revolução foi a ablação formidável da gangrena que devorava o velho mundo, mas não passou de uma tentativa malograda como reconstituição social do mundo moderno.

A Declaração dos Direitos do Homem — uma utopia. A liberdade como alicerce fundamental de qualquer espécie de governo — um equívoco grosseiro e funesto. Só o princípio da autoridade técnica, culta, esclarecida e honesta prevalece e dirige. Os povos modernos não se governam por anacrónicas constituições e por importunos códigos. Não se contentam com palavras. Governam-se por interesses. Integrar os interesses económicos com os interesses morais e com os interesses estéticos, e pôr quanto possível de

acordo o interesse de cada um com o interesse de todos, eis a missão da política.

Estudou-se clinicamente a psicologia dos parlamentos e Nordau demonstrou com exatidão algébrica que o resultado de votos nunca pode representar senão uma opinião de medíocres. O sufrágio é a indireta exclusão da superioridade. Por isso, a tendência da sociologia moderna é para combater a tirania dos parlamentos, estabelecendo tribunais supremos encarregados de manter a lei fundamental, alargando os regímenes provinciais e conferindo aos municípios a faculdade do referendo.

Fez-se ainda o processo histórico das ditaduras, resultando que as há de várias espécies. Há ditaduras «funestas» como a de Robespierre. Há ditaduras «reparadoras» como a de Turgot. Há ditaduras «fatais» como a que Rousseau no Contrato Social prevê como desenlace impreterível de toda a democracia absoluta. A ditadura tanto pode, pois, ser um mal como ser um bem, segundo as circunstâncias que a determinam e as condições em que ela se exerce.

Devo dizer ainda que, durante o período histórico a que me estou referindo, se fundou nas mais poderosas nações da Europa, na Inglaterra e na Alemanha a nova doutrina política do «Imperialismo», cujos traços mais característicos é subordinar à interferência direta da opinião pública a fiscalização das assembleias representativas.

Tal é — creio — sobre a base dos factos, a perspetiva de ideias em que se produz o último ministério do rei D. Carlos e se destaca a figura do ditador João Franco.

«É um selvagem, desajeitado para as cortesias palacianas, sem brilho pessoal que desperte emulações ou invejas. Não quer nada para si. É um trabalhador terrível. O rei aperta-lhe a mão. Adota incondicionalmente o seu plano de governo. Promete-lhe ter coragem. Ambos se enternecem. Quanto à sua política, propriamente dita, quem a saberá? Quem ousará dizer o que ele faria se durasse? O seu ministério foi evidentemente um prefácio. O seu defeito é um ardor descomunal e selvático. Foi um tirano, um déspota, quase um rei. O seu trabalho, a sua rigidez impôs-se de tal modo ao rei e aos ministros que teve carta branca para fazer o que quis. Quis fazer em três anos toda a sua revolução e tentou realizá-la demasiadamente à pressa: reformas económicas, reformas políticas, reformas municipais, refundição da Instrução Pública, severo regime de contabilidade, supressão de adiantamentos e de antecipações orçamentais, todas as portas do favoritismo do Estado implacavelmente cerradas não só à influência dos políticos mas até ao prestígio das senhoras. Para curar as chagas sociais ele começa por as pôr à vista; descaroamento contra o qual os feridos oportunamente invocam a sensibilidade das almas delicadas e compadecidas. Ousa levantar a vista para a organização e para o regime tributário da Casa Real. Foram tais os gritos que não se prosseguiu. O Parlamento, intratável, resistindo às reformas mais úteis, deu-lhe o primeiro

golpe. Então se constituiu a liga geral dos seus inimigos e se fechou em torno dele o círculo do ódio. Fizeram-se todas as pressões sobre o ânimo do rei . Era forçoso enforcar o déspota. Tudo o hostiliza. São todos toureadores, ele só o touro. Um amigo diz-lhe: Serenidade, prudência! Não é o amor do bem público que tu tens, é a raiva. (Impulsividade, vesânia, epilepsia.) Ele respondia:

— «Durarei pouco». — É manifesto que ninguém está contente, nem sequer o próprio rei, que se mostra apreensivo e sombrio. Ele quereria sobretudo ser amado. Ao amor do seu povo, sinceramente, honradamente, se consagrara, e o povo não lhe tributa senão desgosto. Contraste curioso: o estrangeiro admira e mostra-se convencido de que o país encontrou pela primeira vez um homem que o dirija.»

Os que acabam de ler as precedentes linhas me farão talvez a imerecida honra de supor que nelas se contém, a feição por feição, delineado por mim, o retrato de João Franco. Não. As linhas que intercalo em aspas na minha narrativa são meramente, palavra a palavra, o retrato de Turgot, traçado por Michelet (<<Histoire de France — Tome XVII. — Louis XV et Louis XVI. — Chapitre XIII. — Ministère Turgot»). Para retificação de qualquer equívoco dou em nota as palavras de Michelet na mesma língua em que ele as escreveu.

Quem foi Turgot, o original desse retrato devido àquele dos historiadores franceses que mais fervorosamente amou o povo e com mais apaixonada e épica eloquência defendeu as liberdades da sua pátria?

Turgot, um dos santos do calendário dos positivistas, cuja comemoração eles celebram, juntamente com a de Campomanes, no dia 20 do mês de Dezembro de cada ano, foi como ministro de Luís XVI um dos maiores benfeitores da humanidade e dos melhores amigos da França. A história política do mundo inclina-se reverentemente perante a sua imaculada memória, e o mesmo Michelet, num belo gesto de piedosa genuflexão, inicia o capítulo que na sua obra lhe consagra por estas comovidas palavras: «Une voix intéieur m'avertit et me dit: qui est digne aujourd'hui de parler de Turgot?»

Se a obra do seu ministério, extraparlamentar e despótico, se houvesse consumado, se não houvesse trepidado e sucumbido a coragem que Luís XVI lhe prometera ter, o eixo da história moderna se haveria necessariamente deslocado, e à humanidade se pouparia talvez o sangue derramado nos patíbulos da Revolução.

Turgot não passou pelo martírio infligido a João Franco. Caiu menos tragicamente que ele. O rei D. Carlos não era o tíbio e pusilânime Luís XVI. E toda a sua definitiva glória reside nessa diferença entre o rei de França e o rei português. No meio da hostilidade geral Luís XVI, apavorado e lacrimoso, abraçado ao seu primeiro-ministro, perguntava:

«Não haverá com efeito de que nos acusem, razão porque nos condenem?» D. Carlos não precisa de que o amparem e lhe acalentem o brio. Este homem raro, verdadeiro temperamento de herói, que em qualquer disposição de espírito ou de corpo, sem a mais leve trepidação de nervos, enfiava à pistola sucessivas balas por buracos de fechaduras, era, assim como refratário à fadiga, inacessível ao susto. Perfeito cavaleiro à Bayard, sem medo e sem mancha, firme na consciência do dever cumprido, e fiel à palavra dada, profundamente convicto de que mais uma vez servia o bem da sua Pátria mantendo inexoravelmente no poder o último ministério do seu reinado, ele transpõe o Rubicão, intemerato e sorridente.

E, decerto, nunca boca mais pura e mais firme repetiu a heroica palavra de César: «Aleá jacta est».

Luís XVI fizera a Turgot no princípio do seu governo a solene promessa de nunca mais requerer do erário adiantamentos de dinheiro. Apesar desse compromisso, num dia do mês de Maio de 1776, uma pessoa da corte apresenta-se no Tesouro com um vale do rei na importância de meio milhão. Turgot, não querendo pagar, vai ter com o soberano, que lhe diz, vexado: — «Arrancaram a minha assinatura. Não pude negar-me». — «E agora?» pergunta Turgot. — «Não pague», resolve o rei. Turgot não pagou. Três dias depois achava-se destituído.

Por que morreu na guilhotina Luís XVI? Temerária pergunta, porque não é lícito a ninguém afirmar seguramente o que sucederia no futuro, uma vez alterados os fatores que o determinaram no passado. A História, porém, mostrando-nos que o Governo de Turgot poderia ter evitado a Revolução Francesa, permite-nos com alguma plausibilidade dizer: Luís XVI morreu por demitir Turgot, entregando assim a coroa à camarilha, que pelo seu turno a entregou ao Terror.

Contradição flagrante na lógica das coisas: em circunstâncias análogas, Luís XVI morre por ter tido a fraqueza de demitir Turgot; D. Carlos morre por ter cumprido o arriscado mas patriótico dever de não demitir João Franco.

Disse que por «mais uma vez», arriscando a vida, o rei D. Carlos julgou servir a sua Pátria, porque de outros precedentes serviços a Pátria lhe deve reconhecimento e gratidão.

Foi ele que, em sucessivas viagens a nações estrangeiras, pela variedade dos seus conhecimentos e das suas ideias gerais, pela facilidade em falar as línguas, pelo envolvente encanto do seu trato, pela sua bondade ilimitada e pela despresumida e primorosa elegância das suas maneiras, em contacto não só com os chefes de Estado, com soberanos e com príncipes, mas com sábios e artistas, estabeleceu entre o espírito português e o espírito europeu um conhecimento recíproco, uma afetuosidade carinhosa, uma «entente cordial» enfim, que nunca outrora se deu. Neste ponto de vista, a sua projetada viagem

ao Brasil seria o mais belo coroamento da sua obra de internacionalidade, de simpatia e de paz. Nenhuma dúvida de que o seu exemplo seria seguido por outros chefes de Estado, e esta seria a mais doce maneira de modificar a fórmula um tanto restrita e antiquada de Monroe — «a América aos americanos», antepondo-lhe o aforismo mais lato, mais sociável e mais fraternal — «o mundo aos homens».

É inteiramente incontestável que a nossa política externa, na qual a sua influência pessoal atuou mais direta e desafogadamente do que na política interna, foi durante o seu reinado habilissimamente conduzida, fazendo subida honra à diplomacia portuguesa em todas as chancelarias da Europa e da América. Confirmação póstuma: Morre em Lisboa o chefe de um dos Estados mais pobres e mais humildes, ainda há pouco manifestamente desdenhado da amizade de todas as potências, e em torno desse ataúde reúne-se o mais numeroso concurso de príncipes e de embaixadores que tem visto o mundo. A que se deve o incomparável tributo de uma tal homenagem senão ao incomparável prestígio do que morreu?

Foi ele de todos os poderes do Estado o que mais se interessou pela cultura e pelos progressos da ciência moderna, não só favorecendo pela sua simpatia e dedicação os altos estudos experimentais mas colaborando pessoalmente neles com aturada diligência e exemplar ardor. A especialização científica é um dos seus títulos à consideração do futuro. A sua obra de naturalista, compreendendo as preciosas coleções zoológicas e de aparelhos de pesca

exposta ao público em Portugal e no estrangeiro, bem como os seus livros Investigações Cientificas a Bordo do late Amélia, faz subida honra ao seu método científico e à gravidade dos seus estudos. Os inventários das suas explorações oceanográficas, das suas pescas e das suas sondagens nos mares de Portugal, cujas profundidades determinou e descreveu, compreendem numerosas espécies, umas raríssimas e outras inteiramente novas, na nossa fauna abissal, de capital interesse para a história da vida na profundidade das águas. É certamente de considerável brilho para a mentalidade de um rei a honra de concorrer com tão valiosa contribuição para a obra coletiva de companheiros que se chamam Humbolt, Darwin, Jussieu, Agassiz, Geoffroy Saint-Hilaire. Das «Investigações Científicas por Carlos de Bragança», a Academia Real das Ciências ainda há poucos dias recebia notificação de haver ficado completo e inteiramente escrito do punho de El-Rei o terceiro e último volume da série.

Ocioso acrescentar que foi ele ainda quem deu às ciências e às instituições militares os principais impulsos que fizeram do exército português o brilhante exemplar de disciplina, de perícia e de intrepidez que em mais de um lance da nossa história contemporânea tem admirado o mundo.

Da sua influência pessoal provém ainda o revivido culto da bandeira, a estima da marcialidade, o amor e a honra da farda, virtudes militares que antes do seu reinado se tinham consideravelmente abastardado.

Ninguém mais escrupulosamente do que ele soube evitar um dos escolhos da realeza: o abuso da sumptuosidade dispendiosa. Nunca foi dissipador, nem perdulário, nem libertino. Afortunadamente casado por amor com uma Senhora exemplar, em quem a virtude é um nunca desmentido atributo de família e de raça, a sua casa foi sempre um inexcedível modelo de ordem, mantida pelos mais rigorosos regulamentos, definindo todas as atribuições e todas as responsabilidades perante os mais minuciosos inventários. Era a revivescência contemporânea da administração famosa da antiga Casa de Bragança, da qual D. António Caetano de Sousa tão curiosas regras de economia doméstica coligiu e publicou nas «Provas» da sua História Genealógica.

Com o produto do último corte de cortiça nas suas herdades do Alentejo, D. Carlos pagara, bem recentemente ainda, os últimos encargos da casa ducal, que herdara empenhadíssima e lega inteiramente desafrontada aos seus sucessores.

A educação do seus filhos, da qual tão grande e brilhante parte cabe à rainha, é claro testemunho da mais alta perfeição que pode atingir a puericultura e a pedagogia na criação de dois homens. A escolha das suas aias, do seu insigne preceptor Kerausch e dos seus mestres recaiu na flor da competência. Nos exames periódicos das disciplinas que estudavam e a que os dois príncipes anualmente satisfaziam em patriarcais solenidades de família, o que escreve estas linhas teve, como honra inerente ao cargo literário que exercia, ocasião

de admirar a poderosa seiva de conhecimentos que progressivamente desenvolviam a capacidade mental desses dois espíritos. Na que tinha de ser a última dessas provas ouvi largamente discorrer aquele que o destino tão sacrilegamente roubou à glória do seu reino e à mocidade do seu tempo, aquele que a sua mãe com tão justificado orgulho podia, como obra-prima da sua esclarecida ternura, dar por exemplo a todas as mães portuguesas.

O ponto proposto eram «os grandes efeitos de pequenas causas na história da civilização». Esse moço, a quem mal pungia a barba, alentadamente constituído, posto que ainda rosado e louro como um menino, falando correntemente quatro ou cinco línguas, acabando de passar por brilhantes exames de física e de matemática, gravemente incluso, refletido, concentrado, velando o olhar, como um mármore em que as pupilas parece verem unicamente para dentro, e de vez em quando comprimindo na mão a testa vincada, num gesto de contenção profunda, esclareceu pausadamente, prolongadamente, a sua tese, com a mais variada profusão de ideias, de factos e de raciocínios. Erudição assombrosa na sua idade. Lembro-me de que ele começou por estabelecer, com desenvolvimento de muitos dados técnicos, a influência do primitivo uso da roupa branca, origem do trapo, na fabricação do papel, na indústria do livro, na irradiação do pensamento impresso. Terminou, ao findar o prazo da sua prova, referindo-se à ação das enfermidades físicas sobre a mentalidade humana, analisando pormenorizadamente, para esse efeito, a história do pensamento monárquico

de Luís XIV — antes e depois da fístula. Refiro-me a este pormenor porque ele claramente revela que da educação dos novos príncipes portugueses absolutamente se banira a cláusula «Ad usum Delphini». No século de Luís, o Grande, Bossuet recuava oratoriamente perante a trivialidade da expressão «caldo de galinha». Numa corte do século XX, louvores a Deus, o próprio Delfim, com a mesma simples indiferença com que discutiria um assunto de cortesia ou de protocolo, não hesita em enumerar e discutir como fator histórico a mais secreta afeção mórbida do Rei Sol. E é sob este rigoroso critério de completo exame e de inteira crítica que se ensinam estudantes e se educam homens.

Havia na personalidade do rei D. Carlos um fundo singular de acanhamento orgânico, que ele publicamente encobria sob a máscara de uma altivez postiça. Na convivência íntima ele era mais do que afável, era terno, e a sua bondade chegava a ser humilde. Todos os seus criados o atestam: ele era o amo «que nunca ralhou».

Idealmente refugiado no culto da pintura, em que foi exímio, atingiu uma das mais altas eminências a que pode ascender o espírito: foi consagrado «artista». O que distingue o artista dos outros homens não é, em rigor, o modo como executa um dado trabalho técnico, mas sim o modo como demonstra pensar e sentir. Artista é aquele que, ou por um maravilhoso instinto nativo que se chama génio, ou por uma intensa, humilde e profunda contemplação da natureza eterna, consegue reduzir o vago e poético sentimento da beleza a

uma noção sintética, dominativa e irrevogável. Artista é aquele que, pela exteriorização concreta do seu sentimento individual, verdadeiramente «reina» sobre o sentimento informe, abstrato e disperso da multidão, guiando-a e conduzindo-a pela concórdia estética à simpatia universal.

Nunca as pompas da realeza e os cerimoniais da corte captaram a predileção dos seus gostos simples. A sua casa do Vidigal, que ele mesmo edificou e em cujo retiro rural tanto se comprazia, em nada se diferença da de qualquer mediano lavrador alentejano. Aí frugalmente se alimentava da rude cozinha local e habitualmente vestia, como os seus abegões, a jaqueta de burel e os ceifeis de pele de borrego, podendo dizer na língua chã, predileta do fundador da sua dinastia:

— «A mim, todo o alimento me sustenta, todo o pano me cobre, toda a roupa me serve».

Muitas outra afinidades de temperamento e de espírito o assemelhavam em bonomia àquele dos Braganças que a João Pinto Ribeiro, anunciando-lhe em Vila Viçosa que em poucos dias seria rei e procurando como vassalo beijar-lhe a mão, respondia: — «Não, João Pinto, por enquanto não ...

Não compremos a couve enquanto não tivermos a carne para a panela».

Não quis, de resto, D. Carlos I, como D. João IV, ser, no último período do seu reinado, o «procurador dos desperdícios do reino», «o mais zeloso homem do bem público»?

É certo que num momento trágico, pasmo e horror do mundo, todo o seu programa soçobrou inundado no seu próprio sangue. Mas para o valor de sentimentos e para o valor de ideias que importância tem O êxito, o contingente, o falaz, o estúpido êxito?. .. Quantas e quantas vezes, através das imanentes justiças da História, não tem sido a derrota dos vencidos a condenação dos vencedores! Cumpre saber esperar. O Evangelho o ensina: «A árvore não dá flor enquanto a semente não tenha apodrecido no seio da terra».

Não terminarei sem comovidamente agradecer à Gazeta de Notícias ter-se de tão longe lembrado de mim, seu antigo colaborador, para no dia seguinte ao do assassinato do rei e do príncipe me pedir pelo telégrafo o presente artigo. Trata-se de um bem modesto tributo de saudade a dois mortos e de homenagem a um vivo, depois de vencido insultado ferozmente na derrota, escarnecido na dor, ultrajado na desgraça. Da pena de um escritor que jamais, em vida deles, exaltou potentados ou cortejou triunfadores, não poderia em verdade confiar-se encargo mais do que este honroso e belo.

QUINTA PARTE

CRÓNICAS PESSOAIS

CAPÍTULO I

A MR. JOHN BULL

Abril, 1876.

Bom e velho amigo!

Há meses que uma flotilha, cujos gastos são pagos por ti, anda passeando Sua Alteza o príncipe de Gales por cima da superfície líquida deste pequeno esferoide rotatório em que os príncipes e os mais homens gravitam, com maior ou menor facilidade, uns à custa do seu próprio suor, outros poi' conta do suor alheio.

Estreitar as relações dos povos e avivar os sentimentos benévolos com relação à Inglaterra dizem ser o intuito do teu futuro soberano ao resolver aparecer-nos mais real e mais perfeitamente do que sob o cunho das libras esterlinas, único meio porque até hoje nos tinha sido permitido venerar a efígie dos ilustres predecessores da sua Alteza.

Visto que assim o deseja o excelso príncipe, sentemo-nos pois, por um momento, em frente um do outro, amigo John, e conversemos um pouco acerca das relações que nos unem.

Acende o teu cachimbo, como eu vou acender o meu; recosta-te bem à tua vontade nessa poltrona; encruza sobre a mesa, à altura do olho, segundo a boa

e sincera moda americana, os teus fortes pés solidamente calçados; e dá-me o prazer de te servir da coisa em que o país mais abunda depois do seu vinho: — a sua prosa. Ofereço-te a prosa e não te ofereço o vinho, porque enquanto à bebida tu — coitado! tens-te já sacrificado muito. Não mais fel! O que vou dar-te agora é unicamente — esponja.

Desde o princípio deste século que Portugal padece pelo teu país uma espécie de cegueira afetuosa, que, até sábado passado, tem tido sempre nos espíritos um desenvolvimento progressivo.

Nós governamo-nos à inglesa, vestimo-nos à inglesa, alimentamo-nos à inglesa. Mandamos vir de casa de Poole as nossas toiletes. Atestamo-nos de chá e de pale ale. Lançamo-nos no sport, no turf.

Sacrificamos à anglomania interesses valiosos.

Para montar a para fazer correr cavalos ingleses, objetos de puro luxo no solo e no clima português, deixamos abastardar e perverter a fina raça dos nossos cavalos de Alter.

Em vez de nos refrigerarmos com as saudáveis bebidas clássicas dos nossos pais, a limonada e a sangria, amodorramos os nossos temperamentos com má cerveja inglesa, que nos desenvolve excessivamente a bílis, que nos dá dispepsias e hepatites, e, enquanto nos não ataca algum órgão essencial à vida, nos embrutece lentamente, tornando-nos a língua grossa e o cérebro espesso.

Principiamos, agora há dois anos, a importar de Inglaterra duas outras espécies de monstros: — as dançarinas e os jóqueis.

No ponto de vista comercial, no ponto de vista industrial, no ponto de vista moral, o inglês representa o nosso modelo, o nosso guia, a nossa aspiração, o tipo ideal da atividade mercantil, da boa-fé dos contratos, da lisura e da honra comercial.

Nota porém que tudo isto, como já tive a honra de dizer, é o resultado de uma cegueira irrefletida e não de uma convicção fundada nos factos ou no raciocínio.

Porque é de saber, my dear, que os portugueses só conhecem a Grã-Bretanha de um modo platónico, excessivamente imperfeito e longínquo.

Enquanto às nossas ideias, às nossas opiniões, aos nossos princípios, somos educados no espírito francês.

A língua que melhor conhecemos, depois da nossa, é a língua francesa. É pelos livros franceses, pelos jornais franceses, pelas revistas francesas que nós nos educamos, que nos achamos em contacto com o progresso e com a civilização.

Procederá a nossa anglomania, o nosso feiticismo inglês, da contradição flagrante que a prática dos negócios nos fizesse encontrar entre as obras da França e as qualidades pessoais dos franceses?

De modo algum.

Se o pouco ou muito que valemos pelo nosso aperfeiçoamento intelectual o devemos à França, industrialmente falando é ainda à França que principalmente devemos a colaboração mais valiosa do que temos feito no presente século.

A maior parte das indústrias que atualmente existem em Portugal foram iniciadas no tempo do marquês de Pombal por famílias francesas, em cujos indivíduos encontramos os amigos mais sinceros e mais dedicados. Vou citar-te alguns.

Lecussan Verdier, fundador no século passado de uma fábrica de panos na vila de Tomar, empregava as suas horas de ócio estudando a nossa língua e os nossos monumentos literários, e deixou-nos importantes trabalhos de crítica sobre o cancioneiro chamado do Colégio dos Nobres e sobre um poema nacional, O Hissope, de Denis. Expulso de Portugal depois da invasão de Bonaparte, foi ainda em França o protetor e o amigo desvelado de um português ilustre, o poeta Filinto Elísio, refugiado em Paris das perseguições portuguesas da Inquisição e da Intendência da Polícia.

Jacome Ratton, fundador das nossas primeiras fábricas de papel, iniciador de várias fabricações de tecidos, introdutor de aparelhos hidráulicos, habitava em Lisboa ao tempo do terramoto um grande palácio, dava festas magníficas, recebia na sua casa a melhor sociedade portuguesa, contribuindo por tal modo

eficazmente para a democratização da nossa nobreza. Era o protetor e o conselheiro afetuoso e ilustrado dos nossos artistas. Deixou-nos um curioso livro de memórias, que são um subsídio precioso para a história da sociedade portuguesa durante a administração do marquês de Pombal.

Mathevon de Curnieu, igualmente fabricante, era um poeta distinto; grande amigo das letras e dos que a cultivam; profundamente instruído, escrevendo com grande facilidade o português, o latim e o grego.

Orcel foi o fundador da livraria francesa, que ainda hoje existe em Coimbra.

Roland, Simion, Borel, os irmãos Bertrands, constituem outras tantas dinastias burguesas, as quais, pelo seu trabalho, pela sua economia, pela sua perseverança, pela sua honra imaculada, pela sua probidade austera, lembram as fortes famílias dos mercadores da Renascença que pela sua poderosa afirmação nos costumes criaram a moderna compreensão do dever, o decoro e a honra do trabalho, e finalmente o advento do novo poder contemporâneo, que se chama a democracia.

Não obstante a eloquência destes factos, a opinião pública em Portugal — a mais estúpida das coisas públicas que em Portugal existem — continua a considerar os franceses como um povo de cabeleireiros e de perfumistas, fabricantes de falsas drogas expressamente destinadas a fazerem cair o cabelos aos incautos!

Por outro lado, nada que se compare à nossa credulidade, à nossa boa-fé, à nossa estima, ao nosso respeito, à nossa admiração, perante a individualidade inglesa, à qual nenhuns serviços devemos.

O negociante britânico que na praça do Porto comparece a comprar o vinho e a vender bacalhau, manteiga ou peúgas de algodão, é ali objeto de uma espécie de culto. As solas das suas botas, o anel da sua gravata, a frescura do seu colarinho, o trote do seu cavalo, a isolação da sua casa, em que ninguém mais penetra senão ele e a sua família, são outros tantos títulos ao crédito e veneração geral.

Nos salões de Lisboa o simples aspeto de um Sr. segundo-tenente da armada inglesa torna-nos extáticos. A sua loura juventude, a risca cor-de-rosa que lhe separa o crânio em dois hemisférios, o seu olhar parado, sem expressão, de uma banalidade grave, de alto género, a sua casaca, as suas joias, os seus sapatos decorados, as suas meias de seda, o nó da sua gravata branca, o seu cheiro a carvão, o vidro redondo que ele de vez em quando coloca na arcada do olho para nos conceder a honra de nos observar, tudo nos cativa e nos encanta.

Os ingleses porém que temos visto, o mercador com quem trocamos os nossos produtos, o gentleman de quem imitamos a nossa toilette, não bastam para nos dar de ti, bom e prestável John, do teu espírito, das tuas qualidades,

do teu carácter, da tua inteligência, da tua missão na moral e na política uma ideia inteiramente precisa.

A visita da sua Alteza o príncipe de Gales destina-se a fornecer-nos a justa medida que não tínhamos. Esta visita vem chamar a atenção dos noticiários para a biografia do homem que acaba de representar em roda do globo a encarnação do espírito inglês; vem vulgarizar as noções de história relativas às nossas duas pátrias.

Nesse ponto de vista, John, é inapreciável o serviço que a estada da sua Alteza em Lisboa presta à nossa instrução popular.

Este povozinho não lê livros e não aprende senão o que se lhe ensina nos pequenos jornais a um penny. Através das notícias que esses jornais vão dar-nos agora a respeito do príncipe de Gales, o país receberá pequenas lições de história extremamente profícuas. Este importante ramo da nossa educação adjudicado, fora da esfera jornalística, a um gentleman ilustre, MI'. João Félix, é poderosamente reforçado neste momento pela intervenção nos acontecimentos quotidianos da sua Alteza o excelso príncipe que nos cabe a honra de hospedar.

À notícia da visita do herdeiro da coroa inglesa, uma grande comissão de negociantes, uma junta especial de pessoas da corte presididas por el-rei, e uma delegação do ministério, começaram a estudar o modo mais expressivo e mais brilhante de festejar o nobre viajante.

Dos trabalhos reunidos destas diversas comissões resultou resolver-se dividir a festa por secções numeradas como as cantatas do rei Bobeche no Barba Azul:

1.° —Viria de Londres um carpinteiro inglês para fazer palanques;

2.° — Viria de Londres um iluminador inglês para pôr luminárias;

3.° — Viria de Londres um pirotécnico inglês para deitar foguetes;

4.° — Viria de Londres um músico inglês para ensinar as nossas bandas marciais a tocar o God save the Queen e o God bless the prince of Wales;

5.° — Viria de Londres um copo-d'água inglês para oferecer ao príncipe o «copo-d'água»;

6.° — As comissões envidariam todos os seus esforços para que, durante a demora da sua Alteza no nosso clima, estivesse nevoeiro.

Outrossim se deliberou:

a) Que houvesse no Teatro de S. Carlos um concerto à inglesa;

b) Que se desse um baile no paço, transformando o aspeto dos nossos salões lusitanos em salões ingleses, e pintando-se num grande panneau a fachada de um dos palácios da sua Alteza o príncipe;

c) Que no hipódromo de Pedrouços corressem alguns cavalas ingleses montados por jóqueis ingleses, segundo a moda inglesa.

Em suma, nada mais sabiamente combinado para fazer crer a Sua Alteza se não acha num país livre, com tradições e costumes próprios, mas sim num território conquistado, numa feitoria inglesa.

Mr. Methwen quando no tempo de D. Pedro II formulou o célebre tratado de comércio tendente a regular a troca dos nossos vinhos com as mercadorias inglesas — tratado de que resultou a condenação do trabalho e o atrofiamento de todo o espírito de iniciativa industrial criado pelo conde da Ericeira — não prepararia melhor o programa dos nossos regozijos públicos.

E, todavia, o país sempre vale um pouco mais que a inteligência daqueles que o governam. Nós poderíamos oferecer à distração do príncipe espetáculo um pouco menos servil do que aquele que lhe damos.

Poderíamos levantar-lhe uma tribuna na vasta lezíria de Vila Franca e, em vez de uma ridícula revista militar, dar-lhe aí, como povo agrícola, a mais grandiosa e a pitoresca das revistas rurais.

Ao norte do grande campo formaríamos em linha cem ou duzentos carros de trabalho, cheios de raparigas e de rapazes do campo, puxados pelos grandes bois de jugos ornados de topes vermelhos, com as largas coleiras de chocalhos.

Ao sul, nas águas do Tejo, postaríamos a coleção tão interessante dos nossos barcos de pesca e da navegação fluvial: os saveiros, os varinos tripulados pelos seus belos homens de fina raça fenícia, de trajos tão característicos e tão

pitorescos, as faluas com a vela em cruz e com a vela latina, os caíques, os pequenos botes de Cacilhas e do Barreiro e as muletas do Seixal, que infelizmente tendem a desaparecer da nossa baía.

Em frente da tribuna do príncipe faríamos então desfilar algumas das nossas grandes lavouras do Ribatejo e da Golegã. À frente de cada uma delas, o respetivo proprietário, com a sua família, com os seus amigos, vestidos à portuguesa, de jaleca e cinta, montando os cavalos de Alter e de Castelo Melhor, ajaezados à Marialva, com o xairel de pele de cabra, a sela semiárabe, os estribos de pau.

Seguir-se-iam os arados, as grades, as charruas puxadas por quatro e seis juntas de bois; as longas boiadas de centenares de cabeças, as chocas, os cabrestos, os touros; as éguas e os potros das coudelarias da Estremadura; os rebanhos dos carneiros; as varas dos porcos; as carretas; os trofeus das foices, das pás, das enxadas, dos machados, das serras, de todos os instrumentos da indústria dos campos; as altas pirâmides de laranjas; os feixes do trigo, do centeio e da cevada; as amostras de cortiça; e, finalmente, num trofeu especial, o odre, o simpático odre, o melhor símbolo da abundância e da riqueza das nossas terras, as terras do azeite e as terras do vinho. Como o cevado no Cincinnati, o odre, John, constitui para nós o brasão territorial.

Como Sua Alteza gosta dos exercícios do sport, faríamos soltar um touro na lezíria, e mostrar-lhe-íamos os únicos exercícios de agilidade e de destreza em

que primamos, em que somos mestres. A sua Alteza veria correr à desfilada as éguas do Ribatejo montadas pelos nossos campinos, de barrete frígio, de calção curto, de colete encarnado. Vê-los-ia manejar o pampilho de seis metros de comprido tão facilmente como Sua Alteza empunha o mais leve e o mais pequeno stick; vê-los-ia a todo o galope dos cavalos apear e montar de um salto, na carreira, com a ligeireza de beduínos; vê-los-ia picar o touro, cercá-lo, torcer-lhe as voltas, evitar-lhe o golpe por todos os rodeios mais subtis da gineta, vencê-lo finalmente com a maior perícia, subjugá-lo, prendê-lo, reconduzi-lo à manada.

Assistindo a uma festa dessa natureza, vendo durante cinco ou seis horas, diante dos seus olhos, o quadro mais acentuado da forte vida popular, dos costumes nacionais, da atividade portuguesa, da paisagem desta parte do país, Sua Alteza guardaria deste povo uma lembrança simpática, os lineamentos de um perfil expressivamente característico, de que não poderia dar-lhe ideia nem o baile do paço com o seu redemoinho de parvenus, de burocratas, de papelísticos; nem a força militar do nosso exército comparável ao do principado de Mónaco; nem o préstito de carruagens de aluguer que foi ao caminho-de-ferro; nem a iluminação inglesa do Cais do Sodré; nem o espetáculo de gala no Teatro de S. Carlos, com a sua exposição das clavículas da sociedade, dos clarinetes dos irmãos Croner e das amígdalas do tenor Gazul.

Os teus fotógrafos mandariam para os teus jornais ilustrados clichés de mais algum efeito. Os teus repórteres encheriam as duzentas palavras dos telegramas de cada dia com algumas ideias e alguns. factos úteis. Finalmente os vinte mil viajantes que vieram da província assistir à receção do príncipe, em vez do desconsolado aspeto de uma pobre corte, de que não levarão saudades para as suas terras, teriam na festa rural a que nos referimos a afirmação de si mesmos, do seu préstimo, do seu valor, da sua fisionomia nacional.

De sorte que, velho John, os comentários da tua imprensa aos festejos com que nós recebemos Sua Alteza não contribuirão certamente do modo mais eficaz para nos tornarem mais simpáticos aos teu olhos benignos.

Vejamos agora o que é que para nossa própria instrução a nossa imprensa no diz acerca do ilustre príncipe, objeto de todos os nossos pensamentos e de todas as nossas preocupações durante oito dias.

Sua Alteza o príncipe de Gales, tem trinta e quatro anos de idade. É louro, é forte, é calvo. Tais são os principais traços da sua biografia.

A vida da sua Alteza não tem factos. Tem apenas anedotas.

Pelo seu nome, pela sua bela barba, pela correta linha do seu perfil, ele é um bonito vulto para figurar nos relógios de mesa, mas não, por enquanto, nos capítulos da História.

O estudo da sua personalidade pertence aos domínios caseiros do romance, da pequena epopeia burguesa em que os Homeros de botequim contam para recreio dos ociosos como os respetivos Aquiles se levantam da cama, como enfiam as suas chinelas e a sua robe de chambre, como almoçam uma costeleta com duas batatas, como leem a gazeta, como escovam a gola da sobrecasaca, como tomam um "cab" à hora, como encontram certa senhora, como se casam ou como não se casam com ela, como vão jantar ao restaurante com outra, como voltam para casa apoiando-se sobre a sua bengala, assobiando uma ária, doendo-lhe um calo, sentindo uma picada no ventre, e outras que tais particularidades extremamente próprias para excitarem a sedenta imaginação dos assinantes dos gabinetes de leitura, mas insuficientes para preencherem os fastos nacionais de um povo.

A imprensa portuguesa tem desenvolvido uma atividade heroica em dilatar pela retórica todos os pequenos gestos da vida particular do príncipe.

Este simples assunto — ter ido Sua Alteza à índia — forneceu assunto a muitas jardas de prosa. Oh! Bombaim! Ceilão! Calcutá! Madrasta! Agra! Benares! Os rajás com os seus turbantes, as suas longas barbas aneladas, as suas preciosas joias! O templos de Elefanta! As estranhas vegetações dos coqueiros! Os aromas e o ouro em pó! A arquitetura fantasiosa das mesquitas! As caras pensativas dos teólogos imóveis olhando no espaço para o ponto em que fica Meca! Debaixo das enormes palmeiras monumentais, as filas dos elefantes, com os seus pavilhões de púrpura e ouro semelhantes às

florescências dos catos! Os bazares em que os velhos mercadores encruzados no chão cosem as suas babuchas! As raparigas que voltam da fonte arqueando para cima da cabeça a mão com que seguram a ânfora e voltando o rosto com o mesma expressão do olhar que devia ter a Samaritana! Os estandartes de gala! Os enormes leques de penas palpitando no esplendor da luz! As nuvens azuis do fumo perfumado! Os ídolos cobertos de brilhantes! Os palanquins dos nababos! As campinas do arroz! Os acampamentos paludosos dos boémios! A liteira da mulher nobre, levada por jovens escravos malaios, de olhos de tigre, reluzentes, febris, esbraseados de amor!

E de cada uma destas exclamações um jornalista perito arranca uma página.

Depois a imprensa lembra-se que ter ido à índia não é tudo. A sua Alteza fez mais: Sua Alteza voltou. E novas exclamações admirativas ressurgem:..

Oh! A volta! O alegre movimento dos tombadilhos duas horas antes de levantar ferro! Os presentes que se recolhem! As despedidas que se fazem, os protestos que se juram, ao balanço do nilvio, ao som da hélice que começa a jogar! As águas azuis do Mediterrâneo em cuja limpidez se desenham como pequenas manchas movediças as sombras das aves que emigram cortando o silencioso espaço! As luzes misteriosas de Malta, que se acendem ao longe, sob a lua recurva como um alfange de opala! O desembarque em Gibraltar, em frente da velha Ceuta, por entre pilhas de balas e festões de flores! O rápido percurso da Andaluzia: Cádis, Sevilha, Córdova, Granada! As

arquiteturas mouriscas, as casas árabes, com o claustro interior, o pátio ajardinado, o poço de mármore ao meio com o balde suspenso da roldana! Os toldos de listras azuis e encarnadas! As jalecas murilanas dos gitanos! Os amplos chapéus jesuíticos e os ventres convexos de los canonicos! O velho almocreve pulverulento, cor de greda, de lenço atado na cabeça, calção justo, polainas de couro cru, bebendo o copo de Vai de Penas à porta da mesma pousada vetusta em que foi manteado Sancho Pança! As mulinhas ajaezadas de esparto, guarnições de pêlo de raposa e borlas escarlates! As torres vermelhas de Alhambra! O granito sombrio do Escurial, da forma da grelha simbólica, o Versalhes sinistro de Filipe II, o monumento da aliança terrível do catolicismo e da monarquia espanhola! Madrid com as suas noites cheias de ruído e de luz como um baile de máscaras; as suas tardes no Prado; os novos uniformes e as novas carruagens aparatosas de uma corte que recomeça! A entrada em Portugal por Badajoz! Os primeiros aspetos da nossa paisagem vulcânica, de terra avermelhada, salpicada de pequenos casais, de rebanhos de ovelhas e de alguns velhos sobreiros de contorções angulosas e duras como carrancas! A chegada à estação de Santa Apolónia, ao som do hino inglês, entre as bandeiras azuis e brancas e as fardas de gala do funcionalismo, do ministério e da corte!

Tudo isto, porém, John, tudo isto, largamente desenvolvido e narrado, daria um livro de viagem, daria um dicionário histórico, daria um compêndio de

geografia, mas não podia dar o que nós quereríamos ter: — a revelação de um carácter, a história de um homem, a fisionomia de uma personagem.

A imprensa, no seu empenho de nos fazer conhecer profundamente os dotes e as qualidades da sua Alteza, descreveu minuciosamente o vapor Serapis, o navio-transporte da sua Alteza, com o seu leito suspenso como um candeeiro de bordo, a sua mobília de carvalho, as suas almofadas de marroquim alvadio com monograma de ouro; a sua baixela; os diferentes animais da sua ménagerie: os cavalos árabes, o tigre de Bengala, o gato bravo, os elefantes, o cão e as vacas do Himalaia, os macacos, o leopardo e os diferentes exemplares do homem. Descreveu ainda os vasos de guerra da esquadra inglesa ancorada no Tejo para escoltar o navio do príncipe; enumerou as bocas de fogo, os marujos, os soldados; computou as enormes despesas da viagem à Índia.

Consultaram-se antigas biografias da sua Alteza. Recordou-se a primeira viagem da sua infância aos lagos da Escócia, em companhia da sua mãe a rainha Vitória e do seu pai o príncipe Alberto, que passava nas estalagens, nas estações da mala-posta, perante todas as pesquisas da curiosidade, pelo doutor Grey, um simples médico, viajando modestamente com Mistress Grey e com o seu filho o pequeno Eduardo.

Citou-se o casamento do príncipe com uma bela infanta da Dinamarca.

Falou-se com reticências, maliciosas ou discretas, das suas viagens na Europa, da sua estada em Paris, dos perfumados vestígios da sua passagem no Bois,

nas baignoites dos pequenos teatros, nos gabinetes de Bignon e do Café Anglais; das suas prodigalidades de viver; do seu estômago diamantino; do seu fígado inacessível à ação demolidora das grandes ceias e dos sucessivos banquetes; das suas dívidas por mais de uma vez saldadas pela coroa ou pela nação inglesa; dos assobios com que, em certo teatro de Londres, o príncipe foi uma noite recebido por um público enfastiado de manter o regime dispendioso deste invulnerável Mitridates do boulevard, de entranhas à prova de joie-gras e de Champanhe Clicot.

Para explicar o súbito reviramento da opinião inglesa em favor do príncipe herdeiro, dizem os jornais que se deu na história da sua Alteza um facto culminante, destinado a marcar a grande época da sua vida: — Sua Alteza teve uma febre tifoide.

Ora francamente, John! bom e honrado John! Não é por ter estudado em pequeno um pouco de latim e um pouco de box na Universidade de Oxford, por ter aprendido a remar e a traduzir Xenofonte, por ter viajado, por conhecer a fundo a cozinha do Segundo Império, por ter encontrado na saída de Longchamp o coupé misterioso e o ramalhete de cinco luíses de Fanny Lear ou o daumont e o kingcharles de Schneider, não é por comprar em casa de Hancock tão ricas joias como as de Lady Dudley ou da ex-imperatriz Eugénia, por ter tantas sobrecasacas quantos os vestidos da rainha Elisabeth, a qual juntou três mil toiletes no seu guarda-roupa, ou por ter voltado da índia em companhia de animais de uma convivência mais ou menos perigosa,

havendo finalmente padecido um tifo, que um vivente nos poderá convencer, por modo terminante, de que presta para alguma coisa diante do reconhecimento e da estima dos seus semelhantes.

Sua Alteza adotou para as suas armas a antiga divisa — Eu sirvo — de um outro príncipe de Gales, o célebre Príncipe Negro. Foi depois da batalha de Crecy que o filho de Eduardo III tomou esse mote do velho rei da Boémia. O Príncipe Negro tinha então quinze anos, acabava de se bater como um herói, o rei Eduardo tinha-lhe dito: «És digno desde hoje da coroa que tens de herdar.»

Dizer apenas eu sirvo, não é bastante, é preciso servir com efeito para alguma coisa.

Não queríamos que a sua Alteza fundasse sociedades de temperança ou que fosse um exclusivista das dietas vegetais, como o nosso comum amigo e o meu colega Horácio Greeley. Sentiríamos que a boa palavra *flirtation* o fizesse corar ou baixar os olhos. Desejaríamos apenas que uma ou outra vez ele se tivesse mostrado, não um homem grande, mas um homem útil. Tu sabes, amigo John, como é fácil o ser útil.

Lembra-te do finado príncipe Alberto, ao qual se deve um dos factos memoráveis deste século — a primeira exposição de Londres. Era um bom homem apenas, tendo na sociedade o modesto papel de consorte da rainha, e desempenhando-o de tal modo que bastou o seu exemplo de perfeito marido

de uma digna mulher, para reacreditar na Inglaterra a fé conjugai, para elevar o nível dos costumes e para fazer da família inglesa uma instituição sagrada, objeto do respeito e da consideração da Europa.

Nós outros, meridionais, compreendemos imperfeitamente a casta virtude da fidelidade. A capa de José é para nós um símbolo ridículo como o barrete de algodão branco dos maridos de Gavarni e de Paulo de Kock. Os da tua raça, honrado John, têm nas suas tradições do amor a trágica legenda de Sigurd e Brynhild. Brynhild, a virgem invencível, apaixona-se, como a mulher de Putifar, por Sigurd, que tinha degolado Regin, que tinha arrancado e mordido o coração de Fafnir para a libertar a ela, para a entregar a Gunnar, segundo a fé jurada. Por três noites, no campo, adormeceram juntos, ela, a mulher amante e febril, ele, o amigo dedicado e fiel; mas entre um e outro ficava atravessada a longa espada do inflexível guerreiro, desembainhada, fria, retinta em sangue. Não podendo viver com ele, Brynhild quer morrer ao seu lado, e acabam na mesma fogueira, enlaçados na mesma chama, com a espada no meio deles, separados na morte como o tinham sido na vida.

Que desastre, John, se tu viesses um dia a desdenhar a virtude no amor, essa purpurina flor ideal, nascida às baforadas do fogo, sob um orvalho de sangue, no coração palpitante da tua nobre raça!

Fora da estreita vida doméstica, fora da direção pessoal dada ao sentimento, são inúmeros os modos de fazer bem, qualquer que seja o nosso sentimento, a

nossa posição social e a nossa força de espírito. No teu grande e belo país, John, quantos homens dedicados à humanidade! Newton, Shakespeare, Bacon, Adam Smith, Macaulay, Buckle, Thackeray, Carlos Dickens, Lady Morgan, Carlyle, Stuart Mill. E todavia, apesar dos esforços dos teus sábios economistas, dos teus reformadores, dos teus imortais filósofos, dos teus incomparáveis romancistas, dos teus inexcedíveis poetas, quanta desgraça ainda, quanta perversão, quanta injustiça, quanta miséria: no teu exército, onde há seis mil deserções por ano; na tua marinha, onde homens livres recebem ainda os castigos humilhantes dos antigos escravos; nas tuas tijolarias e nas tuas minas, onde definham sob um trabalho horrível quarenta mil crianças; nos teus workhouses onde tantas vidas se destroem; nas tuas tabernas, onde a venda do gin e dos licores espirituosos subiu, em dez anos, de novo a catorze milhões de libras; no teu Strand, finalmente, em Blackwall-railway, nos medonhos bairros vergonhosos de Londres e de Liverpool!

Não mais remotamente que na semana passada os teus profundos estadistas, os teus wighs e tories desbaratavam o seu tempo e as suas faculdades a decidirem este questão burlesca: com que iniciais e com que espécie de coroa devia de ser marcada a baixela, a roupa branca e o papel de cartas da sua Majestade o chefe do Estado!

Há apenas quinze dias que o serviço do caminho-de-ferro em toda a extensão de uma das mais importantes linhas era subitamente interrompido, fechavam-se todas as gares, proibia-se a aproximação do público, para que a sua

Majestade o chefe do Estado viajasse invisível, à moda chinesa, obrigando-se os teus policeman ao ofício da cavalaria tártara no Império do Meio!

Desde muito tempo que os teus arsenais nos estão dando este espetáculo funambulesco: inventar a couraça que resista à bala, para em seguida inventar a bala que fure a couraça, para voltar a reformar a couraça, para tornar a aperfeiçoar a bala; e assim sucessivamente, interminavelmente até o infinito.

Os teus poderosos navios, os teus grandes couraçados, os teus imensos monitores, as tuas baterias flutuantes, em cujo interior não há luz nem ar, onde as escadas torcidas e os corredores emaranhados têm as evoluções complicadas de um sistema intestinal, acompanhado de um pulmão de aço sempre em movimento para que lá dentro se não morra por asfixia, todas essas pesadas massas de ferro pejadas de pólvora e de dinamite, imensos aparelhos de guerra e de destruição, lembram os antigos monstros antediluvianos, os primeiros e os mais medonhos inimigos do homem, ressurgidos do fundo dos sepulcros carboníferos para devorarem pelas suas goelas de fogo uma parte enorme do nosso amargurado pão, amigo John, do nosso pão moído na lenta mó da civilização, amassado nas lágrimas de longos séculos de tenacidade, de dedicação e de sacrifício.

Os monstros pré-históricos venceu-os o homem passado, inventando a arma e descobrindo o fogo. Os monstros modernos, filhos das superstições pavorosas que ainda escravizam os espíritos, há de subjugá-los o homem

futuro criando o supremo poder espiritual e firmando para todo o sempre a paz no simples bom senso humano.

Quanto temos ainda que trabalhar! quanto nos resta ainda que fazer para chegarmos a uma civilização definitiva! Nesta penosa ascensão para o aperfeiçoamento temos todos a tremenda solidariedade da corda com que se prendem pela cinta os que trepam pelos despenhadeiros, pelas escarpas, por cima dos abismos, debaixo das avalanches, desde o vale de Chamonix até o alto do Monte Branco.

Nem um só acto, nem um só facto, nem uma só ideia se perde nesta cruzada de todos os povos civilizados para a terra prometida, para a cidade ideal. Tudo quanto hoje somos devemo-lo ao trabalho daqueles que nos precederam. Caminhamos sobre os vestígios dos nossos pais; é pelas nossas pegadas que se hão de dirigir os passos dos nossos filhos. Todo aquele que pára, que se recusa a deixar indicado àquele que o segue o sinal que põem na estrada os pregos dos seus sapatos é um perturbador do progresso, é um traidor. Representa um degrau em falso na nova escada de Jacob.

Tu, querido e respeitável John, tens um dos lugares mais eminentes na categoria da civilização, porque na tua ilha rigorosa, áspera, implacável, as condições do clima, do solo, da hereditariedade, do conflito vital, te forçam a um trabalho constante, forte, permanente, continuado, sem descanso, sem tréguas. A tua corpulência, o teu organismo, o teu temperamento

predestinam-te para o serviço dos Hércules. Tens as largas espáduas dos atletas e dos gorilas, o pescoço bovino, o peito amplo como convém ao estojo do mais desenvolvido aparelho respiratório, os pés largos, as mãos sólidas, as fortes mandíbulas e os largos dentes cintilantes e firmes dos carnívoros possantes. Comes duas vezes mais e produzes quatro vezes mais trabalho do que o habitante das regiões serenas e temperadas. Não tens tempo para ser imaginativo, gracioso, amável. Os teus movimentos, o teu gesto, o teu passo, têm a monotonia cadenciada e rija de uma máquina. A tua fisionomia dura exprime a força, a resolução tomada, o fito feito. Representas, finalmente, o trabalho na sua mais perfeita e mais genuína expressão humana.

Calcula a falsa ideia que nos daria de ti e da tua pátria Sua Alteza o príncipe de Gales! Faço-te queixa dele, John, porque Sua Alteza desmente-te na opinião portuguesa e na opinião do mundo.

Ele, um simples bom rapaz, um touriste de profissão, um diletante encartado, um dandy inamovível, o mais amável e galante ocioso, a apresentar-nos as tuas cartas credenciais, as cartas do operário infatigável, do trabalhador por excelência, do ,,grande John Buli!

E certo que os príncipes, pelas condições do seu nascimento, da sua educação, separados do género humano por um conjunto de circunstâncias que os colocam em divergência ou em hostilidade com o resto dos homens, tendo a sua razão de ser estreitamente ligada a uma longa série de velhas instituições

decrépitas, que são como a prolongação social do seu próprio organismo, nas quais eles não podem tocar sem comprometer os fundamentos da própria existência, são essencialmente órgãos recetivos, subalternos, de uma ação extremamente limitada. A sua Alteza, porém, exagera a sua passividade. Na idade da sua Alteza, seu pai havia já organizado perto de Windsor a sua granja-modelo, e a sua mãe a rainha, estimável e perfeita housewife, havia descoberto o remédio para a moléstia epidémica de que morriam em Londres os pequenos perus.

As nossas obras, John, são a única afirmação exterior da nossa vida, são a encarnação da nossa alma, a expressão do nosso ser. Não ter obra é o não-ser.

Assim Sua Alteza o príncipe de Gales, no meio do ruído das festas oficiais que o acolheram, encontrou apenas no grande público um êxito de indiferença ou de curiosidade. Produziu a simples impressão das coisas desconhecidas.

Ninguém melhor do que tu, John, sabe qual é a expressão calorosa da estima popular em presença de uma personagem ilustre. Viste o acolhimento feito a Garibaldi pelo povo de Londres. Viste-lo arrancado da carruagem pela solicitude carinhosa, maternal, da grande multidão. Viste-lo levado em triunfo sobre os ombros, como um trofeu da bravura, como o ídolo vitorioso da liberdade, no meio da explosão entusiástica, tremenda, extraordinária, inaudita, dos vivas, dos bravos, dos hurras de um povo inteiro. Sabes o que é a estima.

O ano passado um viajante chegado a Londres pelo caminho-de-ferro, saía da estação acompanhado pelo cortejo de quatro homens conduzindo dois baús. Este viajante dirigiu-se a um hotel, deu o seu nome, tomou um quarto, levaram-lhe para o lavatório um jarro de água quente e duas toalhas, fizeram-lhe a cama, engraxaram-lhe as botas; ele escovou-se e saiu a passear, comprou um chapéu alto em Picadilly, foi numa vitória a Hyde Park, percorreu várias ruas, olhou para um lado, olhou para outro, viu cair uma chuva especial, a chuva londrina, escura, espessa, combinada de carvão e de sebo, chapinhando sobre uma lama triste; viu os "ónibus" e os "cabs" passando em fila, ao pequeno trote, pelo meio da multidão a pé que se cruzava, apressada, ligeira, preocupada nos seus negócios, levando as calças arregaçadas e os guarda-chuvas gotejantes. Depois do que, o dito viajante se dirigiu outra vez à estação do caminho-de-ferro, seguido dos seus quatro homens e dos dois baús, e se retirou. O sujeito de quem te falo era Sua Alteza o sereníssimo infante senhor

D. Augusto, da casa reinante de Portugal, único irmão da sua Majestade fidelíssima el-rei meu senhor, que Deus guarde. Tu viste-lo chegar a Londres, viste-lo estar, viste-lo partir, e consultando-te bem nesse momento, tu que tinhas mostrado a Garibaldi o que era a estima, ficaste sabendo pelo que então se passava no interior de ti mesmo o que era a indiferença.

Se a alguma coisa no mundo se pode comparar em intensidade o entusiasmo que a presença do príncipe infundiu em nós outros, essa coisa é o interesse que nós outros suscitamos no príncipe.

Sua Alteza não visitou nem um só dos nossos edifícios, dos nossos monumentos, das nossas oficinas; não procurou conversar com nenhum dos nossos homens notáveis na ciência, nas artes, na indústria. Viu a iluminação nas margens do Tejo; assistiu a um baile da corte; jantou com a sua Majestade na Ajuda; almoçou na Pena com o senhor D. Fernando; esteve na esplanada da tribuna do Jockey Club, no hipódromo de Belém, fumou aí um charuto, conversou com a senhora duquesa de Sexto, que tinha uma toilette deliciosa, com mademoiselle de Morny, com a senorita Castro, com a sua Majestade a rainha — uma russa, uma francesa, uma espanhola, uma italiana, e duas ou três inglesas, do corpo diplomático ou dos iates de recreio surtos no Tejo.

Para o jantar dado a bordo do seu navio, Sua Alteza, além das pessoas da corte, convidou apenas um negociante, o Sr. Francisco Chamiço, mas — circunstância verdadeiramente curiosa — não o convidou a título de membro do corpo comercial, convidou-o sob o pretexto de diretor dos festejos!

Um outro viajante, Mr. Robert Hart, a quem se deve a atual interferência dos governos europeus na política de Pequim, compreendeu esta lei suprema das relações internacionais de todos os povos: — Que entre as influências contrárias das diversas políticas e dos diversos governos, existe um único interesse comum, base de toda a verdadeira aliança — o interesse comercial. E foi atuando poderosamente sobre o espírito mercantil do Celeste Império, que Robert Hart aluiu a secular muralha e pôde trazer a China a comunicar com as nações modernas.

Neste ponto Sua Alteza acha-se dois séculos atrás do Robert Hart; Sua Alteza tem ainda a convicção fantástica de que é pela vontade dos reis que se fixam as ações dos povos. Como se eu e tu, John, nós ambos, que somos a força popular e a iniciativa burguesa, tivéssemos de medir a área das nossas mútuas transações e o quilate das nossas simpatias e dos nossos respetivos interesses, pelo número de copos de champanhe que as testas coroadas despejam umas sobre as outras, por ocasião dos seus banquetes, no momento explosivo dos speechs, ao plum-pudding.

E não obstante, verás tu que hão de querer ainda que lhes fiquemos obrigados pelas suas mayonnaises, de que não sabemos o gosto, e pelas suas túberas, a que não tomamos o cheiro!

Amanhã ou depois, quando eu te der por um dos teus plaids um dos meus gigos de laranjas, estes senhores não deixarão de afirmar nos seus parlamentos e nos seus periódicos que foi pelo facto providencial das suas excelências jantarem juntos em certo dia, que tu teceste neste ano mais duas jardas de pano nos teus teares de Lancashire e que eu meti mais enxerto no meu pomar de caroço!

Sua Alteza retirou-se finalmente levando apenas de Portugal as seguintes coisas:

Duas camisas, de que lhe fez presente um industrial, e um burro, que a sua Alteza comprou em Sintra.

Em quanto às camisas, nada posso dizer-te, John. Contra a natural expectativa do cidadão que o obsequiara, Sua Alteza recusou-se tenazmente a dar-lhe o prazer de aparecer em público trazendo de fora a mais pequena ponta da dádiva. No baile do paço falou-se com viva curiosidade neste delicado presente, o qual, segundo correu de boca em boca na primeira quadrilha, era trazido sobre si pela sua Alteza. A corte, porém, o ministério e a comissão dos festejos resolveram de comum acordo não manifestar ao príncipe os sentimentos da sociedade, deixando à espontaneidade da sua Alteza a lembrança de modificar a sua toilette no sentido de patentear completamente a um país aliado e amigo o uso legítimo que a sua Alteza fazia dos presentes com que esse país o brindava.

Alguém propôs que, como sugestão, começassem a corte e os demais convidados a darem o exemplo do acto que se esperava da amabilidade do príncipe. Mas receou-se que esta manifestação influísse de um modo secundariamente profícuo no prestígio indispensável às monarquias.

Pelo que diz respeito ao burro, aí o verás, John. Não é o primeiro que daqui vai a Londres. Outros o têm precedido sob diversos pretextos e com mais ou menos subsídios. Este, porém, vai à sua custa, à custa dos seus merecimentos. É um bom burro, honesto, digno, independente. Vivia em Sintra debaixo de um trabalho duro, de burro mouro. Muitas vezes amanhecia e anoitecia na praça, cilhado e albardado para a luta da concorrência vital. Tomava

corajosamente o viajante à porta da Lawrence ou no pátio de Vítor, levava-o no seu meio trote aos mais pitorescos sítios da serra. Não tem — ele

— a superstição tão vulgar das falsas grandezas. É-lhe indiferente que lhe pese sobre o dorso um príncipe de sangue ou um caixeiro de mercearia. Chega mesmo a preferir o caixeiro, se ele é mais eleve. Gosta de manifestar por actos a sua austera teoria da igualdade dos homens perante o coice e perante a cambalhota. Tem as três grandes qualidades da resistência: é teimoso, é paciente e é sóbrio. Por isso, quando tem uma opinião, sustenta-a. Batem-lhe: sofre as pancadas inflexível e calado. Cortam-lhe os víveres: passa um dia sem comer, e, mesmo com freio na boca, banqueteia-se num minuto de evasiva com um refugo de palha bolorenta ou com um velho cardo.

Profundamente senhor da sua vontade, sabendo levá-la por diante, sem bravatas, sem fingimentos de heroísmo, simplesmente, obscurante, à força de independência, de convicção e de tenacidade, esse burro — repara bem nele, John! — é o amigo íntimo e o fel companheiro do povo peninsular, de Sancho, o pachorrento, de Bertoldinho, o astuto.

No meio da corte inglesa, ocioso, triste, expatriado, estou bem certo de que há de filosofar largamente.

— Que diabo me quere esta gente? pensará ele. Estes fidalgos e estas fidalgas não querem ir em burricada à Peninha nem à Várzea! Eles não têm odres de farinha que eu vá buscar ao moinho, nem seirões de roupa lavada,

nem cangalhas de repolhos, nem canastras de patos que eu vá levar à cidade! Eles aqui não trabalham, não negoceiam, não ganham a vida! Divertem-se e querem talvez que eu os divirta! São capazes de imaginar que me fazem entrar nas corridas de Epsom! que me levam a galopar na relva! a saltar as paliçadas que dividem os prados, montado por uma engraçada miss, pequenina e intrépida, de caracóis louros e véu azul! que me forçam a estepar, a fazer mesuras, a ajoelhar, a bater às portas! Estão arranjados comigo. Que venham para cá!

E ele então olhará de soslaio, derrubará as orelhas para trás, alongará o focinho, arregaçará o beiço, e firmar-se-á bem nas duas mãos, estacadas e juntas . .. Na qual atitude, John, não aconselho ninguém que lhe toque, nem Sua Majestade a rainha, cuja pessoa é inviolável e sagrada, nem Sua Alteza o príncipe, nem o grande almirante da esquadra do Canal, nem o lorde-maior da cidade de Londres! Esse terrível filósofo não reconhece nenhum dos mais augustos símbolos da superioridade e da força, nem as cores do glorioso pavilhão britânico, nem a nova coroa imperial da sua Majestade a rainha, nem a muito nobre Ordem do Banho, nem a da Jarreteira. As únicas distâncias de etiqueta que ele sabe medir — com temível certeza — são as que medeiam entre as suas patas traseiras e as bocas dos estômagos ilustres que se lhe aproximem.

Além da perna ligeira e o do dente rijo, dispõe de uma outra arma: a orelha. A orelha dele não morde, não atira, mas tem movimentos poderosamente

expressivos, sarcásticos, mefistofélicos, que constituem uma maneira especial de escarnecer e de rir. E na orelha que ele tem localizada a ironia, o profundo argumento dos povos espirituosos, a eterna lição dos reis patuscos.

Se vires aí esse burro, dá-lhe saudades minhas, vivas saudades do tempo em que o conheci em Sintra, menos célebre, menos ilustre, mas mais alegre decerto, e mais feliz.

Os vinte mil viajantes que vieram da província assistir aos festejos recolheram igualmente a suas casas, levando o saco melancólico da roupa suja e a firme opinião de que nunca foi maior a prosperidade e a riqueza pública.

Que nos falta? diziam eles exatamente no dia em que se lhes tinham acabado as camisas, em que não tinham tido quarto nas estalagens, em que não puderam achar de comer nos restaurantes. — Que nos falta?!

E apesar de parecer, à primeira vista, que lhes faltava tudo, eles acrescentavam com grande júbilo patriótico:

— Não nos falta nada! As inscrições, que são o grande termómetro, estão a cinquenta e seis. As coisas todas são caríssimas, que é o sinal evidente de que o numerário abunda. E, visto que ninguém pode comprar nada — que grande fortuna para o comércio! — é porque muito bem se vende tudo. As lojas estão cheias de frescas toilettes de primavera cor de trigo e cor de malva. As ruas do Ouro e do Arsenal, o Chiado, o Rossio, o Cais do Sodré acham-se cobertos de uma bela multidão com lustrosos chapéus altos, de luvas, com as

graves sobrecasacas abotoadas, de quem não tem que fazer. A Universidade de Coimbra, licenciou os seus futuros doutores ... in absentia. Os operários abandonaram as suas oficinas. Os empregados públicos desertaram das suas repartições. Os negociantes fecharam os seus escritórios. Evidentemente ninguém trabalha. De vez em quando as carruagens dos Srs. ministros perpassam seguidas dos Srs. correios de secretaria, que trotam com a solicitude compatível com o cansaço dos corcéis. Precedidas de batedores em grande gala, seguidas de cavalaria, aparecem também, descobertas, as carruagens do paço. A rainha sorri benevolamente, envolta nas suas malines; Sua Majestade el-rei faz ao seu deslumbrante povo a distinta amabilidade de olhar para ele como se olha para o Sol: através de dois vidros pretos. Nos lugares em frente do caleche os dois penhores dinásticos, vestidos à militar, ostentam ao peito as diferentes condecorações ganhas nas fortes lutas com o grande inimigo da infância estudiosa — o muito poderoso verbo sum es fui. Temos pois a monarquia, base da grande concórdia; temos um ministério, que é o pai e a mãe do regabofe; temos uma artilharia que obrigou o estrangeiro, ao vê-la desfilar em frente do Teatro de D. Maria, a assoar-se de comoção; temos a paz, temos o luxo, temos a bela madracice! Finalmente — conclui o provinciano encantado — tão prósperos estamos que, ou seja por isso, ou seja pela mudança dos comeres, a mim até já me doem as cruzes!

Antes porém de cada um ter tempo de chegar a sua casa e de refrigerar o espírito aturdido e o corpo fatigado por meio de repouso doméstico e da

alfavaca de cobra, a crise comercial estalava como um trovão sobre as praças do Porto e de Lisboa comprometidas pelo jogo de fundos — sabes em quanto, John? — em vinte mil contos.

Esta dissipação produziu uma economia, cuja importância se deve abater aos vinte mil contos — a economia de alfavaca de cobra. A simples notícia do desastre financeiro, dando-nos o verdadeiro critério porque tem de se julgar a nossa prosperidade e a nossa riqueza pública, deve ter bastado — penso eu — para refrigerar suficientemente a província.

Tal é, amigo John, a resumida história da visita da sua Alteza o príncipe de Gales a este pequeno país em que a laranjeira floresce e em que o Sr. Manuel da Assunção gorjeia!

Nas descrições das festas publicadas nos jornais de Lisboa

há um erro importante, que não terminarei sem retificar.

Por ocasião da solene entrada da sua Alteza, o real cortejo foi subitamente detido a meio caminho do paço por um acontecimento imprevisto. nos programas. Um dos cavalos das carruagens da casa real parou de repente e recusou-se a prosseguir. Cocheiro, sota, trintanários, batedores, polícias, soldados da cavalaria municipal, burgueses e as suas famílias que faziam alas, pessoas de uniformes de gala que vinham no préstito, a corte, Sua Majestade, tudo estava indignado com o procedimento, tão insólito quão repreensível, desse cavalo. Empregaram-se todos os meios violentos, persuasivos, ardilosos

para o resolver a caminhar, a não desmanchar a pompa, a não interromper a marcha triunfal, a deixar ir e a ajudar a levar o príncipe para palácio. Deram-lhe chicotadas, bengaladas, pranchadas com os sabres e com os espadins, picaram-no com as baionetas, com os ferrões dos chapéus-de-sol, com as ponteiras das sombrinhas. Disseram-lhe palavras, fizeram-lhe discursos. Ele era um belo e brioso animal, de fina raça, amplo peito, rijos músculos; o caminho era plano, o trem era leve; ele não tinha um pêlo suado. Havia mais três bons cavalos à ponta da lança e a sotas: não se lhe pedia que puxasse, pedia-se-lhe apenas que se deixasse ir, por complacência, por obséquio, por formalidade. Ele a tudo resistia, às pancadas, aos golpes, às admoestações, aos conselhos. E respondia relinchando, escouceando, mordendo, empinando-se, despedaçando os arneses. Citaram-lhe a legislação vigente, a Carta e o acto adicional, o código, a polícia correcional. Recitaram-lhe trechos patrióticos dos últimos discursos do Sr. Tomás Ribeiro, para o animar. Procuraram amedrontá-lo, fazê-lo fugir, lendo-lhe um artigo da Nação; oferecendo-lhe o hábito de Santiago; mostrando-lhe a última toilette feita pela Sra. Cecília Fernandes; vendendo-lhe fundos espanhóis. Tentaram reconciliá-lo com a monarquia, cuja fava o mantinha, e com o sistema constitucional, de que ele fazia parte, puxando ao carro do Estado. Inspiraram-lhe horror à mudança de governo e à forma republicana. Disseram-lhe que era sob o regime monárquico que ele poderia ser cônsul, como o cavalo de Calígula. Ao passo que a república não sabe honrar os formosos cavalos de estado, e prefere-lhes

a pesada e espessa raça percheronne, a que trabalha para o povo atrelada aos ómnibus e aos arados, nos tramuéis e nas terras de semeadura. Mostraram-lhe como eram solidários os cetros e os arreios de luxo; como, caindo a coroa aos' reis, lhe cairia a ele o penacho que tinha na cabeça. Lembraram-lhe que era um funcionário público, com um talher à mesa do orçamento, que não quisesse incorrer na censura de traidor de que têm sido objeto o Sr. Latino Coelho e o Sr. Marreca! Ponderaram-lhe que desde o momento em que as instituições lhe serrotam a palha, a obrigação dele, como cavalo, é achar as instituições ótimas. Se a marcha dos negócios públicos lhe desagrada, o seu dever de cavalo de bem, como ainda há pouco escreveu no Jornal da Noite o Sr. Ponce Leão, é deitar-se aos pés do monarca e restituir-lhe a palha que assimilou. Ele porém a nada se movia.

Para que o préstito pudesse afinal prosseguir, foi preciso desatrelar o cavalo e continuar sem ele.

Para coonestar este escândalo, disseram todos os jornais, no dia seguinte, que o cavalo rebelde endoidecera. É isto o que não me parece verídico. Eu vi o cavalo desengatado, passeando tranquilamente à rédea pelo Aterro: tinha a mais perfeita coordenação nos movimentos, e a expressão do seu olhar era inteiramente refletida e sensata. Diga a Imprensa o que quiser para nos desculpar com o príncipe: a verdade é que o cavalo, em pleno uso das suas faculdades, não puxou

— porque não quis.

E é o que eu queria dizer-te, John, por me parecer importante: — que entre os que levaram triunfantemente Sua Alteza o príncipe, houve um que protestou.

Good bye.

CAPÍTULO II

AO "DIÁRIO ILUSTRADO"

Outubro 1874.

Sr. redator do Diário Ilustrado: — Aceitando com grande prazer o encargo de fornecer o artigo destinado a acompanhar no seu jornal o retrato de Eça de Queirós, não posso deixar de lhe pedir licença para incluir no textos das Farpas essas linhas consagradas por mim, como o tributo mais caro do meu coração, ao mais íntimo dos meus amigos, e ao mais dedicado dos meus companheiros. Esta página pertence de direito aos espíritos benévolos afeiçoados a estes livrinhos, em que eu e ele trabalhamos juntos por muito tempo. Para os leitores do Diário Ilustrado o nome de Eça de Queirós representará apenas uma celebridade simpática; para os meus esse nome é a saudosa recordação de uma conhecida pena encantadora e insubstituível.

Eça de Queirós é um dos artistas em cuja obra mais claramente se patenteia a influência do seu meio. Taine adorá-lo-ia como a demonstração viva da primeira lei da crítica moderna. Narrar a história das suas relações, das suas convivências, das suas amizades, equivale a assinalar perfeitamente a índole artística e o carácter literário do seu talento.

Eça de Queirós nasceu para a literatura no Cenáculo de Antero de Quental.

Os leitores portugueses terão dificuldade em compreender o que foi o Cenáculo — tão extraordinário, tão maravilhoso, tão fenomenal, tão inexplicável era esse poderoso centro de espírito e de estudo, de fantasia e de ideias no meio da sociedade lisbonense, a mais incaracterística e a mais banal do mundo.

O Cenáculo era uma pequena reunião de rapazes em sessão permanente em casa de Antero. Uns passavam lá o dia.

Outros iam lá ficar de noite. Todos ali tinham os melhores dos seus livros, as suas notas, as suas provisões de princípios e de tabaco. Cada um desses homens possuía, pelo menos, uma das ciências capitais que constituem as bases dos conhecimentos humanos: a física e a química, as matemáticas, a fisiologia, o direito, a história, a linguística. Antero de Quental, cabeça verdadeiramente enciclopédica, um dos mais sólidos e profundos entendimentos que tem produzido este século, era como a lógica viva daquele foco intelectual. Era ao passarem por ele, principalmente, que os fenómenos e os factos encontravam a lei da sua conexão, que os grupamentos se discriminavam, que das diversas correlações se deduziam princípios gerais, que, finalmente, o sistema aparecia.

O que é porém inconcebível é a quantidade de verve, de argúcia, de ironia, de bom humor que inundava esta academia obscura e terrível!

Nunca em Portugal se despendeu tanto espírito, tanta fantasia, tanto poder de improvisação, tanta força humorística, tanta veia cómica.

As sessões celebravam-se pondo cada um os pés em cima da mesa, à altura dos olhos, como na América. Tinha-se ao lado uma chávena de chá, o cigarro nos beiços, e era permitido a cada um desabotoar igualmente os seus paradoxos e o seu colete.

Era uma espécie de Boémia, se quiserem empregar ainda uma vez essa expressão antiquada. O Cenáculo participava efetivamente um pouco do carácter geral de todas as boémias, mas tinha em si caracteres especiais que o diferençavam de cada uma daquelas que nós conhecemos. Tinha o grave e austero princípio moderno do trabalho, que faltava na boémia de Henrique Murger. Tinha a alta cultura do espírito, a grande elevação do carácter, o finíssimo melindre no ponto de honra, a dignidade inviolável, que nem sempre distinguia a boémia de Gerardo de Nerval. Não tinha finalmente o rancor oculto, nem as ardentes ambições devoradoras que defecavam os tipos célebres e legendários da galeria de Balzac.

A simples crónica dos factos exprime melhor do que as definições a fisionomia do Cenáculo.

Um dia, entre os livros novos, apareceu um poema lírico escrito em língua portuguesa, e dedicado pelo autor a uma jovem senhora, da qual o poeta dizia no princípio da obra ter recebido a inspiração dos seus versos.

O Cenáculo tomou conhecimento deste livro, deu-lhe a seguinte qualificação literária — atentado ao pudor — e resolveu que se cumprimentasse o autor, procurando-o em nome da crítica e quebrando-lhe uma bengala nas costas.

Ocorreu porém que o livro podia ser espúrio, e deliberou-se convidar o poeta a vir pessoalmente defender-se perante o Cenáculo do delito que corria impresso com o seu nome, certo de que se o não fizesse, o tribunal o julgaria à revelia e à bengalada.

O poeta compareceu. Foi-lhe mostrado nas pontas de uma tenaz o instrumento do crime, brochado, com uma capa azul.

O réu olhou para a sua obra e reconheceu-a. Inquirido, o desgraçado confessou tudo. na sua defesa aduziu apenas que o poema era a obra do seu amor, que fora o amor que o levara ao crime.

Provou-se-lhe então que, antes de ter deixado tomar ao amor um desenvolvimento que dava aqueles resultados, ele lhe deveria ter feito o que geralmente se faz aos calos: cortá-lo. Se o réu não tinha um canivete, que o pedisse! Se o seu estado dispéptico lhe mandava à boca o amor transformado em trovas a uma senhora honesta, o lugar próprio para ele depositar essa expetoração mórbida não eram os prelos, eram as bacias. Se o réu não tinha em casa bacia, que a comprasse! Primeiro compram-se às grandes civilizações as bacias; depois é que se pede aos deuses o estro!

O Cenáculo, compreendendo pelos debates do processo que na torpeza de que se tratava havia prejuízo de terceiro, reconsiderou na resolução que primeiro lhe ocorrera, e condenou o criminoso a dar satisfação à moral ofendida e à senhora prejudicada casando-se com a pessoa em cujo nome lançara a ignomínia.

O vate objetou melancolicamente que a sua tímida humildade lhe não permitiria nunca dirigir-se, para obter a mão do objeto dos seus versos, àquela que lhe dera o ser.

— Onde mora essa desgraçada senhora? — disse-lhe Antero de Quental. — Eu pessoalmente a irei salvar!

E descalçando em seguida as suas chinelas, Antero calçou uns sapatos novos — a mais extraordinária obra de arte e de couro que até esse dia se fizera em Portugal, sapatos de uma grandeza egípcia, de um tamanho faraónico, o único monumento do século XIX diante do qual o mesmo Batalha Reis tremia — de admiração.

Calçados os sapatos, pegou no chapéu e dirigiu-se a casa daquela que dera o ser à menina ultrajada; fez-se anunciar e receber; expôs o que se passara na sua casa para desafronta da moral, escarmento da poesia lírica e regeneração dos costumes, e concluiu pedindo submissamente para o poeta condenado a mão da menina ofendida.

A mãe respondeu:

— Perdão, Sr. Quental... O que me pede é impossível: entre minha filha e esse idiota há um abismo!

Antero retirou então um dos pés, que dissimulara para baixo do fauteuil em que estava sentado, e alongou-o silenciosamente para a frente, pondo-o em plena evidência sobre o tapete.

A senhora baixou os olhos, descobriu o pé e teve um estremecimento de pasmo incomprimível e aterrado.

— Há um abismo, minha senhora? Pois bem: aqui está o meu pé para o encher.

E, erguendo-se, Antero cortejou respeitosamente, e despediu-se com esta sentença:

— Os abismos, minha senhora, enchem-se com os abismos!

De outra vez discutia-se sociologia. Tinha-se falado das fontes do direito, das origens da propriedade, do socialismo, da revolução. Tinha-se feito a análise de todos os programas, a crítica de todos os sistemas. Tinha-se arrancado ao assunto quanto ele podia dar: factos, ideias, ditos, gargalhadas, versos alexandrinos, caricaturas, entrechos de dramas, planos de conferências, projetos de livros didáticos, de panfletos revolucionários e de libretos de ópera cómica. Por fim houve uma resolução prática: pedir ao Estado a ilha das Galinhas e ir para lá o Cenáculo ensaiar formas de governo.

O programa era começar pelo regime despótico, com quatro ministros e uma forca. A forca havia de ir feita do continente, e seria experimentada no Reino, na véspera da partida, e na pessoa de um facínora, que também se teria de pedir ao Governo. Queirós, que havia de ser o ministro da Polícia, achava pouco uma forca, e não respondia pelo sossego público da ilha se o não deixassem levar igualmente uma grelha, em ponto grande, para frigir os filósofos, se lá os houvesse.

Além do que, iriam também todos os petrechos das velhas tiranias, sem os quais seria impossível estabelecer um domínio forte e perdurável. Não esqueceriam os grilhões do fanatismo para se lançarem aos povos; as gargalheiras; as algemas; a palha para o canto das masmorras; a escudela para levar o escasso comer aos condenados, e a «gota de água» para o bem conhecido suplício que se havia de aplicar, com grandes vantagens da religião, aos presos.

Como o pessoal do Cenáculo era pequeno foi indispensável a acumulação de algumas nomeações. Assim, por exemplo, Salomão Saragga seria o ministro dos cultos e ao mesmo tempo o carrasco. Batalha Reis havia de sujeitar-se a ser o ministro do fomento e ao mesmo tempo a fazer de povo sempre que as necessidades do fomento levassem o governo a consultar a vontade popular. A força armada, e bem assim o alto clero, havia de ser um sujeito que por esse tempo chegara de Coimbra e sobre cuja longa estatura o Cenáculo procedera a

repetidas investigações sem nunca lhe ser possível descobrir qual destas duas coisas ele era —se o Eixo da Terra, se o Dedo do Infinito.

— Mas — perguntou-se —, e o tirano quem há de ser?

Então Quental, que andava passeando na casa, de camisa

de noite, dandinando, com as mãos nas algibeiras das suas pantalonas, parou em frente do candeeiro e disse.

— O tirano, bem veem vocês, que não posso deixar de ser eu!

O Ministério, que estava já então todo organizado, e que se achava sentado à roda, em cadeiras, tremeu diante da responsabilidade terrível de lhe dar a coroa. Se ele, depois de se apanhar com as rédeas do governo, roesse a corda aos seus antigos companheiros! Ninguém por certo desconfiava dele no momento A; mas quem sabe o que ele seria no momento B? Quem poderia responder por aquilo em que se tornaria o tigre depois de coroado, sagrado e ungido? Não poderia a fera começar por devorar o seu próprio ministério? Não poderia muito bem Queirós ir malhar com os ossos acima da mesma grelha que ele tão patrioticamente destinara ao espetáculo augusto da filosofia torrada? Não começaria o Eixo da Terra, na sua qualidade de força pública, a exercer as suas funções na ilha, obedecendo servilmente a um real gesto de príncipe e crescendo para Batalha com a alabarda das solenidades régias?!

Estas e outras considerações obrigaram o Cenáculo a não dispor nessa noite do trono da ilha das Galinhas. E eis aqui está porque motivo o País se viu privado de saber talvez a estas horas, por meio de sucessivas experiências feitas por pessoas idóneas, qual a definitiva forma de governo que mais conviria às necessidades públicas.

No Cenáculo havia um criado. Não sei em virtude de que imagem retórica se lhe chamava o Via Láctea.

Este homem tinha vindo das bandas de Setúbal. Era forte, espesso, atlético. Tinha-se-lhe dito: «Espera-te um trabalho duro, violento, mas glorioso.» E ele, com uma grande firmeza antiga, respondera: «Estou pronto.»

O trabalho que se lhe incumbia era este: examinar atenta e vigilantemente tudo o que se passasse no Universo, e informar o Cenáculo.

Ora como se tinha explicado claramente ao Via Láctea que o Universo obedecia a uma evolução permanente, sendo portanto impossível deixar por um momento de se passar nele alguma coisa, era o Via Láctea obrigado a apresentar observações novas a cada pergunta que se lhe dirigisse.

Faziam-se-lhe dois inquéritos por dia, um pela manhã, outro à noite.

— Via Láctea! Sentaste-te, misterioso e sinistro, à beira do grande rio profundo da humanidade?

— Que foi que te disseram no seu confuso turbilhão as grandes correntes históricas?

— Surpreendeste por acaso o grande fenómeno genesético, ó Via Láctea?

— Seguiste o átomo até ele se converter na molécula?

— Respondes com a tua vida e bens pelas novas teorias da organização do cosmos?

A cada uma destas perguntas Via Láctea cruzava no peito os seus fortes braços, fechava por um momento os olhos, concentrava-se e dava uma resposta.

Conquanto não tivesse nada mais que fazer senão isto, o Via Láctea ao cabo de alguns meses declarou que não podia com tanto serviço e despediu-se. Batalha deu-lhe uma gratificação pecuniária condigna do zelo com que ele tinha observado o Universo da janela da cozinha e disse-lhe:

— Adeus, Via Láctea! Bom amigo! Vai! Qualquer que seja o teu destino, um dia lá nos encontraremos juntos no Panteão da História!

Via Láctea estava despedido e estava pago. Em rigor não tinha já obrigação de responder coisa alguma. Ele porém fez um último esforço, tornou a fechar os olhos e retorquiu pela derradeira vez:

— Adeus, meus senhores, até lá!

Pouco depois da partida da Via Láctea, o Cenáculo todo dispersava.

Os belos dias alegres da juventude, que marcam indelevelmente o destino e a vida do homem, terminavam para Antero de Quental e para os seus amigos. Destes uns casaram e voltaram à família, outros partiram. Batalha Reis entrou no professorado. Oliveira Martins foi para Espanha. Lobo de Moura seguiu a carreira administrativa. Salomão Saragga casou.

É assim que a juventude acaba... De repente, num dia, numa hora, num minuto, como acaba um património imenso, de que se gasta afinal a última libra!

Eça de Queirós foi por esse tempo para o Egipto, e fez com o conde de Resende a viagem do Oriente.

O conde de Resende era nessa época o mais completo homem do seu mundo. Reunia no mais alto grau todas as condições que dão o brilho, a dominação, o prestígio. Tinha pouco mais de vinte anos. Pelo seu nascimento era conde, par do reino, almirante de Portugal. De si tinha um talento superior, a mais alta distinção de figura e de maneiras, uma instrução variadíssima, um grande ar frio e correto, ligeiramente irónico. Nunca transpirava, nunca se fazia vermelho, nunca falava alto. Amava as aventuras arriscadas, as fascinações do perigo, e comprazia-se em aventurar indiferentemente a sua fortuna ou a sua vida em lances frequentes, obscuros — sem galeria —, para o seu mero recreio pessoal, com um desdém altivo, imperturbável. O primeiro

companheiro do mundo para acampar no deserto, para matar os chacais à queima-roupa, para enterrar as esporas num cavalo árabe lançado a toda a brida na planície infinita!

Foi na sua volta do Oriente que Queirós se encontrou comigo em Lisboa. Não tínhamos nada que fazer, nem um nem outro, e íamos uma noite passeando ao acaso, quando nos ocorreu darmos à cidade alguma coisa que ler para o outro dia. A nossa questão não era que nos mandassem as comendas de Santiago, nem que nos metessem na Academia. As nossas ambições eram mais modestas, posto que, debaixo de alguns pontos de vista, mais difíceis talvez de realizar. A nossa questão era simplesmente — que nos lessem. Seria complicado demais para o espaço de vinte e quatro horas irmos até o público, do qual estávamos tão longe pela nossa obscuridade. Era preciso que o público se desse um pouco o incómodo de vir, ele, um bocadinho, até nós. Tratava-se de achar um golpe, estranho, desusado, violento, que ferisse profundamente a atenção e a obrigasse a olhar para nós como Sire de La Châtaigneraie olhou para Sire de Jarnac. Então, em acto contínuo, um de nós — não me lembro qual

— sentou-se a uma mesa e encheu um caderno de papel, que o Diário de Notícias começou a publicar ao outro dia. Depois o que começara passou a pena ao outro, e assim fomos escrevendo sempre, revezadamente, por espaço de dois meses, acompanhando a publicação, e fazendo na véspera o folhetim do outro dia.

Foi desse modo que nasceu O Mistério da Estrada de Sintra.

Creio que o público efetivamente o notou e o seguiu. O único merecimento do livro é talvez esse, e o de algumas páginas vivas, quentes de exuberância, de cor e de poder de estilo devidas a Queirós.

Para nós ambos esse trabalho tornou-se um laço estreito e simpático. Oh! o bom humor, o bom desleixo, a boa alegria com que nós o fizemos! O desplante, o arrojo, com que criávamos as nossas personagens misteriosas, embuçadas, com plumas nos chapéus, com longas capas alvadias, aventurosas, cor dos muros dos jardins! Os nossos trens a toda a brida com os estores fechados! os nossos naufrágios! os nossos envenenamentos! os nossos homicídios! as nossas caçadas ao tigre — Santo Deus — tão perigosas! as nossas lindas mulheres louras, apaixonadas, que tão poeticamente se deixavam acabar e morrer sob as nossas duras penas de ferro!

Pobres boas raparigas ... fomos feros e brutos demais com a vossa meiga ternura ... Perdoai-nos, gentis fantasmas!

Boa Dolores! — Creio que se chamava Dolores uma delas. A outra parece-me que era Luísa. — Querida Luísa! Quereis agora que vos conte porque vos matámos a ambas? Pois bem: foi para salvar a moral: foi para nos não comprometermos com a crítica. Particularmente, um com o outro, tínhamos pena, e dizíamos: — Coitadinhas! tende paciência... Morreis agora sacrificadas à moral, mas havemos de escrever outro romance para vos reviver, outro

romance, que se há de publicar então num a folha sem moral, num periódico corrupto — com subsídio!

Às vezes sucedia no decurso da nossa narrativa que um de nós recebia do outro a sua gente num ponto mau, como as bolas de um bilhar pegadas à tabela. Lembro-me que uma noite, às duas horas, tive de dar o último golpe de pena num a das nossas personagens, que ia desaparecer para sempre da tela nesse capítulo, e que Queirós me tinha deixado ficar numa sala... com alguns pregos e um martelo na algibeira da sua casaca. Era forçoso explicar de algum modo este romanesco pormenor, tão dramático, dos pregos e do martelo que o homem tinha consigo. Queirós estava fora de Lisboa, em Leiria, e nada me tinha confiado acerca do destino que se havia de dar àquela ferramenta. A minha imaginação bronca e tardia nada me sugeria senão este final trágico para o meu capítulo: «Enfim, meus senhores e as minhas senhoras, este gentleman, tão cheio de espírito, de toilette e de drama — era carpinteiro!»

Finalmente a personagem lá saiu de tal ou qual maneira ilibada no folhetim imediato, mas o meu primeiro cabelo branco nasceu-me nessa noite.

Mais tarde interroguei Queirós . — «Para que tinha o homem os pregos e o martelo na algibeira da sua casaca?» Mas ele pediu-me que não procurasse arrancar-lhe esse segredo terrível, com o qual deseja descer à campa. Ninguém pois o saberá na terra!

Dissolvido o Cenáculo, Queirós aliou-se ao grupo do nosso amigo o engenheiro João Burnay, o qual vivia paredes meias comigo.

Burnay era uma personalidade acentuadíssima, profundamente marcada. Tinha um ódio instintivo, intransigente, figadal, a tudo quanto era transcendente e metafísico. O seu único inimigo pessoal era Hegel. Abominava a ênfase, a retórica, o convencionalismo e a pose, debaixo de qualquer aspeto com que ela lhe aparecesse. O seu padrão de análise era — o resultado prático. Aborrecia a música de Bellini, porque o fazia pálido. Os seus maestros favoritos eram Beethoven e Mozart, o primeiro porque obrigava a pensar, o segundo porque dava a alegria e a bondade. Achava o piano, com os seus fáceis efeitos harmónicos, um instrumento pretensioso, complicado, burguês. Preferia a simples melodia singela, fresca e matinal de uma trompa de caça. Nunca, referindo-se às qualidades de alguém, lhes chamava — o mérito. Chamava-lhes — os direitos à existência. Esses direitos consistiam para ele na maior ou menor porção de atividade que cada homem espalha em torno de si. Os que não produziam essa atividade, na esfera moral, tinha-os por indignos de viver. Não consentia a nenhum dos seus amigos o mínimo desacordo entre as suas opiniões e os seus actos. Ainda mesmo quando a opinião era um gracejo, o que tinha graça para ele, o que completava o gracejo era a coerência. Uma noite saímos juntos do Passeio Público; tínhamos pressa; um achou absurdo que tomássemos pela curva que faz a avenida em frente da porta. O lógico seria cortar a direito pelo tanque. Burnay

aprovou isto, saltou à água e saiu pela mais curta distância entre dois pontos. Não se aborrecia nunca. Considerava o aborrecimento como um característico infalível de estupidez, e tinha da tristeza vaga, infundamentada, esta definição sublime: — uma combinação do amarelo com o cheiro da alfazema. Os seus escritores prediletos eram o americano Emmerson, o historiador Buckle e Proudhon. Não bebia nem fumava. Desenhava máquinas, pintava aguarelas e montava fábricas. Possuía uma grande massa de factos e de noções práticas, de dados técnicos. Conhecia todas as indústrias, todas as fabricações, todos os processos, todos os produtos e todos os instrumentos industriais da atividade moderna.

Queirós respeitava-o como a um mestre. Burnay tinha-o adotado. Aconselhava-o muito. Demonstrava-lhe que ele nunca seria um artista positivo sem uma sólida educação prática . .. — porque enfim, dizia-lhe ele, o que és tu hoje na política? O Massini das salas! O que és tu nas letras? O Antony do realismo!

— Isso! isso mesmo! respondia-lhe resignadamente Queirós. Borboleteia sempre assim sobre mim, fecunda-me com o teu pólen, ó mariposa da indústria!

Queirós tinha efetivamente, nessa época, uma grande carência de conhecimentos práticos. Um dia, no Minho, Camilo Castelo Branco havia-lhe dado mel. Ele ficou pasmado de que o mel existisse. Tinha sempre

considerado o mel, que nunca provara senão nas odes do Sr. Vidal, como uma imagem retórica, criada por Lucrécio, e que Plínio adotara como mera ficção poética, curiosa para os naturalistas.

Os amigos de Burnay eram o complemento das suas virtudes e a confirmação das suas ideias. Os mais assíduos em casa dele eram Diogo de Macedo, engenheiro florestal da escola de Nancy, e Carneiro de Andrade, da Escola de Minas de Paris.

Carneiro de Andrade vivia extremamente afastado da circulação de Lisboa porque se tinha por incompatível com alguns dos usos, dos costumes e das instituições indígenas. Uma das suas grandes aversões eram os patacos. O pataco para Carneiro de Andrade era um símbolo nacional, em que se reuniam as propriedades de tudo quanto há mau na terra: grosso como a brutalidade, espesso como a estupidez, sórdido como o vício, pesado como o remorso, venenoso como a calúnia, falso como a traição! O país que adotava uma tal moeda estava na opinião dele julgado. Coerente com a sua opinião, como todo o amigo íntimo de Burnay, Carneiro de Andrade sempre que tinha patacos, pegava-lhes com papel e deitava-os fora.

Diogo de Macedo era um colosso de bondade. A sua alma era tão grande como a sua estatura, e a sua generosidade era maior do que ele. Ninguém foi nunca mais dedicado às suas afeições nem mais fiel aos seus amigos. Se a amizade o atraiçoava ou o retribuía com a ingratidão, ele vingava-se dos seus

amigos tornando-se irascível e intratável com o género humano. Encontrei-o de uma vez num a dessas sombrias disposições da sua alma. Tinha-se metido numa trapeira. Pela manhã entrava-lhe no quarto um aguadeiro, e despejava-lhe um barril de água pela cabeça abaixo: era a sua toilette. Quando tinha fome comprava um pão e comia-o. De vez em quando descia da trapeira ao povoado, com um chapéu carregado nos olhos, embuçado numa capa. Uma noite atravessava assim comigo o Rossio. Adiante dele um homem disse uma insolência a uma mulher que passava. Diogo agarrou-o pelas costas, suspendeu-o no ar e atirou com ele a quatro passos de distância, de bruços, acima do macadame. Com este portentoso vigor muscular tinha uma atividade intelectual que lhe permitia trabalhar no gabinete nove horas por dia. Nunca trabalhava menos.

Tais eram os amigos de Eça de Queirós e também os meus. Que eles me perdoem o ter citado os seus nomes! Eu não poderia sem isso fazer sentir este princípio: a profunda influência que têm na educação do espírito e do carácter as intimidades da convivência.

Queirós, possuindo os gérmenes de todas as qualidades do carácter e de todos os poderes do espírito, teve a sorte feliz de encontrar constantemente no mundo o meio mais apropriado ao seu desenvolvimento. Em cada uma das suas relações cultivou alguma das suas forças. Dos amigos que lhe conheci só um — o que escreve estas linhas — lhe foi inútil. De todos os outros ganhou

a fecundação de algum dos seus nativos merecimentos. Uns tinham a veia, a inspiração, a faísca. Outros eram o melhor e o mais alto exemplo da honra, do valor, da abnegação, da coragem. Aqueles possuíam a compreensão da natureza, o sistema do mundo físico e o sistema do mundo moral. Estes tinham a ciência das coisas práticas, o conhecimento dos homens, da sociedade e da vida e o sentimento artístico da distinção e da elegância. Todos eles ofereciam uma fisionomia fortemente assinalada, superior.

Conhecê-los era sair da vulgaridade, salvar-se da rotina, escapar-se ao contágio das coisas rasteiras, emancipar-se para sempre do género comum, que inspira as magnificências reles, as pombas pobres, as majestades pelintras.

Como escritor Eça de Queirós encheu a sua paleta das tintas mais variadas.

Criou a fonte dos efeitos mais encontrados, dos tons mais novos, mais originais, mais imprevistos.

Dotou-se de variadíssimos conhecimentos adquiridos não tanto nos livros como nas viagens, nas conversas, nos acidentes de uma vida violentamente lançada ao encontro de todas as curiosidades do espírito e do sentimento, de todas as comoções da alma, de todas as sensações dos nervos.

Uma vez solto na página, o seu pensamento percorre todo o domínio das ideias. Sobe a todos os pontos de vista que dominam o seu assunto. Encara-o por todos os lados, revolve-o em todos os sentidos, fere-o em todos os aspetos. Passa rapidamente de um extremo ao extremo oposto da questão.

Diviniza-a por umas razões, esbofeteia-a por outras. Veste a sua ideia de brocado, cobre-a de joias, unge-a de perfumes delicados, põe-lhe um diadema; depois dá-lhe uma palmada nas costas e tira-lhe um ovo da boca; bate-lhe no alto da cabeça e puxa-lhe uma fita do nariz; depois leva-a consigo, pelo macadame, em berlinda de grande gala, ou montada num dromedário branco, ou simplesmente arrastada por uma corda, de rojo pelos passeios, limpando a lama. Por fim engasta-a em ouro e craveja-a de diamantes; ou dá-lhe um pontapé e sepulta-a numa sarjeta.

Tem a viva imaginação de um fantasista, a meiga sensibilidade terna de um poeta e a fria análise implacável de um grande crítico.

Desta tríplice disposição, deste triplo poder resulta a sua extraordinária aptidão de humorista.

No seu estilo, de uma clareza e de uma concisão perfeita, descobre-se a tendência germânica para a jovialidade violenta e para a melancolia profunda, sombria, esplenética como a de Henrique Heine e de Carlyle.

Lede-o. No meio de um texto revolto, áspero, cheio de agressivos epigramas e de mordentes facécias, o fundo do quadro rompe-se repentinamente, há uma inundação de azul, e, ao longe, um recanto de doce paisagem aparece, tranquilo e sereno, de idealidade inefável!

Outras vezes, numa página elegíaca, patética, um trovão estala, uma figura grotesca surge como um espantalho sinistro à luz instantânea do relâmpago, e

os olhos deslumbrados veem, entre a escuridão, uma coisa estranha, como um clown enforcado num estadulho, que oscila na tempestade tenebrosa.

O estilo de Eça de Queirós não mostra somente dispor de todas as cores; parece também usar de todos os ingredientes. Há trechos dele que diríamos feitos com sangue, com lágrimas, com pérolas líquidas, com enxurro, com ouro, com lama e com pó de brilhantes. É o processo humorístico.

Vós outros, meus caros homens de espírito, tendes infinita graça por certo — imensa graça boa, legítima, portuguesa, perfeitamente correta, perfeitamente literária, tudo quanto quiserdes bom, magnífico, ótimo —, mas o humor, o bom humor, aquilo que realmente se chama o humor vós não o tendes. Têm-vos dito que sois humoristas? Isso é que quem vo-lo diz conhece tanto o humor como o humor vos conhece a vós. Não, não sois humoristas. O humorista é Eça de Queirós.

Não o sois vós porque vos falta a faculdade de criar as grandes violências que se tiram dos grandes contrastes. Porque não sabeis dar as grandes gargalhadas convulsas, que soluçam, como quem vai morrer. Não sabeis fazer a sorte difícil, que é a do polichinelo pintado a alvaiade, com uma enorme boca de vermelhão, com uma corcunda e uma pança, que se acocora,. que guincha, que se rebola no chão, e, de repente vos faz uma visagem — que é a tragédia — que vos suscita o riso e vos gela o sangue nas veias. Isto — vós não o sabeis fazer. Quem sabe isto é ele. '

A primeira condição do humorismo é a grande qualidade de escritor que tem Eça de Queirós: a despreocupação absoluta do aplauso, o mais completo desprezo da galeria. Quem governa é a arte. A galeria aplaude ou reprova, é o seu direito ... Mas não manda nada.

Ora a maior parte dos homens de espírito em Portugal têm o defeito oposto a essa virtude. Têm medo à galeria, e — meu Deus — não querem comprometer-se ...

Não querem comprometer-se, em primeiro lugar, com a gramática. E conhece-se-lhes isso de mais, porque se lhes veem as guitas com que eles amarram os regímenes aos verbos, como os vendedores de louça prendem as tampas às asas dos bules — para se não trocarem.

Pois bem! tendes aí algum verbo que esteja de quarentena nos léxicos por ser de origem espúria? tendes meia dúzia de neologismos? dois ou três adjetivos que vos não sirvam? um advérbio que queirais deitar fora? Tendes, para virgular, três ou dois pontos e dois riscos?... Não é preciso mais nada! Dai-lhe isso a ele. Vereis essa pitada do lixo desprezado dourar-se como uma abelha, criar asas, bulir-se, erguer-se no espaço, zumbir, morder, resplandecer, cantar ao sol!

Vós também não quereis comprometer-vos com o público. Assim as opiniões que lhes dais não são propriamente as que vós mesmos fazeis, são as que

imaginais que o público fez. O público — já se vê — aplaude-vos muito, e cada um dos vossos leitores acrescenta ao fim dos vossos artigos: — E dois!

Somente, para estes resultados acho eu que poderíamos talvez deixar inteiramente de escrever, sem se perder por isso grande coisa. Poderíamos mesmo começar a abster-nos de conversar. Bastaria para as exigências da nossa vida correlativa que olhássemos uns para os outros, e que pensássemos por dentro: — Ora cá vamos todos de acordo, por aí fora! na bela harmonia!

Nos escritos de Eça de Queirós sente-se a propensão adversa ao amor da concórdia.

É-lhe preciso que a sua opinião lhe pertença e que se não confunda por nenhum modo com a opinião dos outros. Que a opinião do público seja inteiramente a opinião contrária à dele, isso sim! Isso entende-se! Resta saber qual delas será melhor. É o que se vai ver... Então, um sorriso, um cumprimento, um aperto de mão — e em guarda!

Há uma prosa que vem colocar-se à noite à cabeceira da cama do público, que lhe puxa para as orelhas o barrete de dormir, e que lhe diz assim:

— Então, Lulu, não queres ainda nanar? Nesse caso vou contar-te uma história. A menos que não estimes mais que te coce a cabeça.

E o público, com os olhos quase fechados, responde-lhe:

— Pois sim, prosa, mas olha, já que és tão boa, vê se fazes as duas coisas: conta e coça!

Esta não é a prosa de Eça de Queirós. Não é precisamente para fazer adormecer o seu homem por mais uma noite, em cima de uma velha ideia, que ele se dirige ao leitor. O seu fim não é adormecê-lo, é acordá-lo. E que o leitor o discuta, que o raciocine! Que o leitor estremunhado tire a sua ideia velha debaixo do travesseiro, e que lhe atire com ela! Que se irrite, que perca o amor ao sono, que lhe apeteça um assalto, e que o leitor acabe enfim por lhe dizer:

— Espera que eu te respondo já! assim, o queres, assim o tenhas ... À brecha!

Estas e outras razões fazem com que ele não seja em Lisboa um escritor popular, e impedem-no de o vir a ser nunca. O público jamais o há-se incluir entre as suas afeições consagradas. Há de estimá-lo, mas com uma dedicação reservada e secreta, como a das mulheres que não querem ser vistas mas que a dada hora vão a uma janela e seguem pensativamente, detrás de um gelosia, a figura de certo homem que passa: todos lhe dizem mal dele, as suas amigas todas detestam-no, ela porém — sem a si mesma se atrever a confessá-lo

— ela, sozinha, sem ninguém mais no mundo o saber, ela ama-o.

As outras razões que impopularizam o meu antigo colaborador, são estas: ter a aparência, ter a linha, ter o ar, e — sobretudo, ter a toilette. Quatro pobres e inofensivas jaquetas de manhã feitas em casa de Pool e meia dúzia de gravatas

compradas em Piccadilly e uma bengala do boulevard des Capucines, fazem em Lisboa mais dano aos créditos de um homem do que uma biografia de indignidades e de baixezas. Reage ainda contra a importação destes costumes estranhos a nossa educação pátria, sobre a qual no princípio deste século pesavam como instituições públicas o briche enodoado da corte do Sr. D. João VI e o burel sebento dos frades.

Não obstante é o que sucede em todas as sociedades mesquinhas e pobres. Michelet conta nas Guerras da Religião que um dos grandes obstáculos à propaganda da Reforma foi a toilette dos luteranos e principalmente os colarinhos dos huguenotes. Estes colarinhos, de um aspeto superiormente distinto e aristocrático, eram o alvo dos rancores gerais num a época em que tinha chegado ao seu maior auge em Paris a popularidade piolhosa dos Capetos realçada pelo sebo espanhol importado da Península por Santo Inácio.

Apesar disto os homens de fantasia e de gosto não puderam em nenhum tempo abster-se da preocupação do vestuário. O vestuário é a expressão gráfica, pessoal, de uma filosofia pouco estudada. No Sartor Resartus, de Carlyle, prova-se como o puritanismo se fixou na Inglaterra por efeito da lembrança que Fox teve de mandar fazer um calção de couro.

Sabe-se a que extraordinário requinte levavam o cuidado das suas pessoas e o esmero dos seus vestidos Edgar Poe, Charles Baudelaire, Alexandre Dumas,

que durante a sua juventude punha uma toilette por dia, Vítor Hugo, que aos setenta anos de idade ia às sessões parlamentares da assembleia constituinte de calças à hussard, camisola encarnada e um quépi na cabeça. Conhece-se o célebre foulard e Saule-en-barque de veludo predileta de Alphonse Karr, e o legendário dandismo do grande Balzac que chegou a deitar um colete vermelho, que fazia febre a Madame de Girardin!

Fazer febre, não às mulheres que nos estimam, mas à crítica de uma literatura por meio de um colete ou de uma gravata, isso é que só em Portugal se vê. Julgará a crítica portuguesa que há no mundo algum homem que se vista para lhe parecer bem a ela, para que ela o ache feio ou bonito!.. . Oh! não. Querida crítica, não.

O que escreve estas linhas é insuspeito em semelhantes matérias. Eu, meus senhores, estou inteiramente fora das religiões da elegância. Eu sou um pobre diabo de artista, ao qual quem. menos casacas talha neste mundo é o seu algibebe. Aqui têm esta quinzena, a qual fez já oito anos e que eu considero para todos os efeitos da sua vida futura como se estivesse ainda nas fachas da infância e acabasse de soltar neste momento o seu primeiro vagido! Ainda este Verão, no mesmo dia em que um jornalista desocupado insista em me lançar em rosto pela centésima vez o exagero dos meus vestidos, um homem era visto, como geral estupefação das massas, atravessar a cidade com umas únicas e restritas calças de flanela, e uma única e extreme camisa de chita. Quereis saber era esse homem? Era este vosso servo, meus senhores.

Os críticos! Que menos quereis vós conceder-me para cobrir a minha nudez do que umas calças e uma camisa? Se quereis menos alguma coisa, dizei-o. Pedi licença à polícia, e dizei-o! Já agora, não podendo fazer convosco uma reputação escrevendo, estou resolvido a alcançá-la despindo-me. O meu único sonho hoje em dia é este: — a glória, e, se mo não levarem a mal — uma folha de parra!